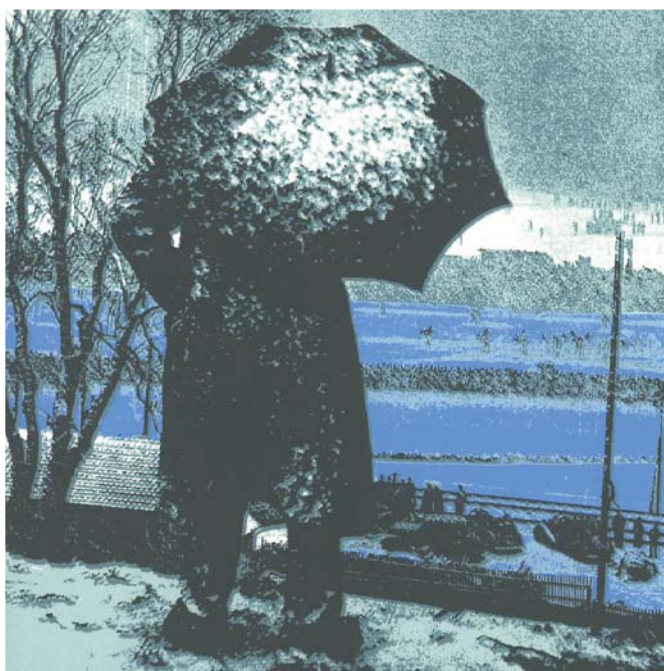


Nuno Carvalho

A CONSTRUÇÃO DO AMBIENTE COMO PROBLEMA SOCIAL EM PORTUGAL: ANOS 70 - ANOS 90



Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Lisboa, 2003

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Nuno Manuel dos Santos Carvalho

A CONSTRUÇÃO DO AMBIENTE COMO PROBLEMA SOCIAL EM PORTUGAL: ANOS 70 - ANOS 90

Dissertação de Doutoramento em Sociologia, especialidade
de Sociologia do Desenvolvimento e da Mudança Social
apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Nova de Lisboa.

Lisboa, 2003

Orientação:

Professor Doutor Rui Santos - FCSH-UNL

Professor Doutor Viriato Soromenho-Marques - FL-UL

Dissertação elaborada com o apoio de:



À Nela e ao Miguel

ÍNDICE

ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	IX
ÍNDICE DE QUADROS.....	XV
ÍNDICE DE ANEXOS	XVII
AGRADECIMENTOS.....	XXI
 INTRODUÇÃO.....	 1
 CAPÍTULO 1	
DA EMERGÊNCIA DO PROBLEMA AMBIENTAL À EMERGÊNCIA DO	
AMBIENTE NA SOCIOLOGIA	9
1.1 Da emergência do problema ambiental à emergência duma consciência ecológica .	9
1.2 A emergência do ambiente na sociologia	20
1.2.1 Os precursores	20
1.2.2 Um novo paradigma	21
1.3 Ambiente, modernidade, e sociedade de risco.....	24
1.4 Os problemas sociais.....	27
 CAPÍTULO 2	
HIPÓTESES E METODOLOGIA	41
2.1 Hipóteses de trabalho	41
2.2 Metodologia	43
 CAPÍTULO 3	
MODERNIDADE TARDIA E EMERGÊNCIA DO PROBLEMA AMBIENTAL EM	
PORTUGAL.....	59
3.1 Evolução das condições objectivas.....	59
3.1.1. População e urbanização	60
3.1.1.1 População residente e densidade populacional	61
3.1.1.2 Urbanização.....	66
3.1.2. Agricultura.....	68
3.1.2.1 População activa no sector primário	68
3.1.2.2 Mecanização da agricultura.....	70
3.1.2.3 Uso de agro-químicos	72
3.1.3 Indústria	76
3.1.4 Energia.....	78

3.1.5 Transportes rodoviários.....	80
3.1.5.1 Veículos automóveis.....	81
3.1.5.2 Consumo de combustíveis	83
3.1.6 Produção de resíduos sólidos urbanos	85
3.1.7 Turismo	87
3.2 Recomposição da estrutura social	91
3.2.1 Níveis de escolaridade	91
3.2.2 A recomposição socioprofissional	94
3.2.3 Recomposição da estrutura de classes	98
3.2.4 Valores materialistas e valores pós-materialistas.....	100

CAPÍTULO 4

O PROBLEMA SOCIAL EM PORTUGAL	105
4.1 A dimensão mediática	108
4.2 A dimensão associativa	113
4.3 A dimensão política.....	114
4.3.1 A componente legislativa.....	114
4.3.2 A componente partidária.....	115
4.3.3 A componente governativa	121
4.4 Síntese	125

CAPÍTULO 5

ANÁLISE TEMÁTICA.....	131
5.1 Morfologia.....	131
5.2 Uma visão de conjunto	141
5.3 Análise temática	158
5.3.1 Poluição.....	158
5.3.1.1 Agentes poluidores	160
5.3.1.2 Meios poluídos	163
5.3.2 Recursos	166
5.3.2.1 Recursos energéticos	169
5.3.2.2 Recursos hídricos.....	172
5.3.2.3 Recursos minerais.....	174
5.3.3 Natureza/Ambiente	177
5.3.4 Ordenamento e gestão do território.....	184
5.3.6 Resíduos	194
5.3.7 Problemas globais	197
5.3.8 Agricultura	200
5.4 Problemas ou respostas?.....	201

CAPÍTULO 6

OS PROTAGONISTAS.....	217
6.1 Caracterização geral	217
6.2 As Instituições do Estado	220
6.2.1 Instituições Políticas	220
6.2.2 Outros Organismos do Estado.....	226
6.3 Organizações da Sociedade Civil	230
6.4 Instituições Internacionais	239
6.5 Instituições relacionadas com o ambiente	244
6.6 Instituições de investigação e mobilização de saberes científicos e técnicos	248

CAPÍTULO 7

O MOVIMENTO ASSOCIATIVO AMBIENTALISTA EM PORTUGAL.....	257
7.1 Caracterização segundo o estatuto, o âmbito e a localização geográfica	258
7.1.1 Estatuto	259
7.1.2 Âmbito de actuação	260
7.1.3 Localização geográfica.....	262
7.2. Da emergência à consolidação do movimento ambientalista português	265
7.2.1 Dos primórdios até 1974.....	265
7.2.2 Das prioridades do desenvolvimento às questões do nuclear, 1974-1985	267
7.2.3 A viragem do movimento ambientalista, 1985-1988	274
7.2.4 Crescimento, consolidação e organização, 1989-1999.....	280
CONCLUSÕES	285
FONTES	297
BIBLIOGRAFIA.....	301
ANEXOS	323

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 3.1 - Evolução da população nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto 1960 - 2001	66
GRÁFICO 3.2 - Evolução da taxa de urbanização, considerando aglomerados com mais de 2.000, 5.000, e 10.000 habitantes entre 1960 e 1991	68
GRÁFICO 3.3 - Emprego no sector primário 1960 - 1991.....	69
GRÁFICO 3.4 - Evolução do número de tractores agrícolas, 1970 - 1998 (Continente)	71
GRÁFICO 3.5 - Evolução do número ceifeiras debulhadoras e debulhadoras, 1970 - 1987 (Continente)	72
GRÁFICO 3.6 - Vendas de pesticidas (fungicidas) 1992 - 1995 - toneladas de princípios activos	74
GRÁFICO 3.7 - Vendas de pesticidas (herbicidas, insecticidas e outros) 1992 - 1995	74
GRÁFICO 3.8 - Consumo de energia pela indústria transformadora, 1971-1996 - toneladas de equivalente de petróleo	78
GRÁFICO 3.9 - Consumo total de energia final no País, 1971 a 1996 - toneladas de equivalente de petróleo	80
GRÁFICO 3.10 - Evolução da taxa de motorização - veículos por 1000 habitantes (Continente)	82
GRÁFICO 3.11 - Tráfego Diário Médio nas Estradas (Continente) 1960-1995 - nº veículos/dia	83
GRÁFICO 3.12 - Consumo de combustíveis pelos transportes, gasolina e gasóleo, 1970 - 1998	84
GRÁFICO 3.13 - Evolução da produção de RSU em gramas per capita/dia, no Continente	86
GRÁFICO 3.14 - Entrada de estrangeiros (milhares) em Portugal 1970-1996	88
GRÁFICO 3.15 - Estabelecimentos Hoteleiros - Capacidade de alojamento - (Continente) 1970-1996	89
GRÁFICO 3.16 - Dormidas na hotelaria, distritos de Faro Lisboa e Continente, 1970 - 1998.....	90
GRÁFICO 3.17 - Alunos matriculados e alunos que concluíram o curso no ensino superior 1960-1998	94
GRÁFICO 3.18 - Evolução da taxa de actividade total e da repartição população activa por sectores de actividade 1960-2001	95
GRÁFICO 3.19 - Evolução da população activa por grupos de profissões 1960-1992	97
GRÁFICO 4.1 - Número de notícias/ano - <i>Expresso</i> e <i>Diário de Notícias</i> (amostra), 1970 - 1999	107
GRÁFICO 4.2 - Fundação de ONGA por ano e registos acumulados, 1970-1999	107
GRÁFICO 4.3 - Produção legislativa - número diplomas/ano, 1970-1999	107
GRÁFICO 4.4 - Regressão entre número de notícias sobre ambiente no <i>Expresso</i> e no <i>Diário de Notícias</i> (amostra), 1970-1999	108
GRÁFICO 4.5 - Número de notícias no <i>Expresso</i> e no <i>Diário de Notícias</i> (amostra), ONGA existentes e Produção Legislativa, 1970-1999	125

GRÁFICO 4.6 - Regressão entre número de diplomas legais publicados e número de notícias publicadas no <i>Expresso</i> , 1973-1999	126
GRÁFICO 4.7 - Regressão entre número de diplomas legais publicados e número de notícias publicadas no <i>Diário de Notícias</i> (amostra), 1970-1999.....	127
GRÁFICO 4.8 - Regressão entre número acumulado de ONGA registadas e número de notícias publicadas no <i>Expresso</i> , 1973-1999	127
GRÁFICO 4.9 - Regressão entre número acumulado de ONGA registadas e número de notícias publicadas no <i>Diário de Notícias</i> (amostra), 1970-1999.....	128
GRÁFICO 4.10 - Regressão entre número acumulado de ONGA registadas e número de diplomas legais publicados, 1970-1999.....	128
GRÁFICO 5.1 - Indicadores morfológicos - <i>Expresso</i> , 1973-1999.....	132
GRÁFICO 5.2 - Indicadores morfológicos - <i>DN</i> , (amostra) 1970-1999	133
GRÁFICO 5.3 - Volume ponderado (morfologia) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	134
GRÁFICO 5.4 - Volume ponderado (morfologia) - <i>DN</i> , (amostra) 1970-1999	134
GRÁFICO 5.5 - Evolução das notícias por secção (rácios) (médias móveis de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	138
GRÁFICO 5.6 - Evolução das notícias por secção (rácios) (médias móveis de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999.....	138
GRÁFICO 5.7 - Distribuição das notícias por secção - <i>Expresso</i> , 1973-1999	140
GRÁFICO 5.8 - Distribuição das notícias por secção - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999.....	140
GRÁFICO 5.9 - Número total de notícias - <i>Expresso</i> e <i>DN</i> (amostra), 1970-1999.....	141
GRÁFICO 5.10 - Totais de notícias e de ocorrências - <i>Expresso</i> , 1973-1999	142
GRÁFICO 5.11 - Totais de notícias e de ocorrências - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	142
GRÁFICO 5.12 - Média de temas por notícia - <i>Expresso</i> , 1973-1999	143
GRÁFICO 5.13 - Média de temas por notícia - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999.....	144
GRÁFICO 5.14 - Número de notícias por tema - <i>Expresso</i> , 1973-1999	146
GRÁFICO 5.15 - Número de notícias por tema - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999.....	147
GRÁFICO 5.16 - Espectro temático das ocorrências - <i>Expresso</i> , 1973-1999	148
GRÁFICO 5.17 - Espectro temático das ocorrências - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999.....	148
GRÁFICO 5.18 - Evolução temática comparada - <i>Expresso</i> , 1973-1999	149
GRÁFICO 5.19 - Evolução temática comparada - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	149
GRÁFICO 5.20 - Espectro temático proporcional - <i>Expresso</i> , 1973-1999	153
GRÁFICO 5.21 - Espectro temático proporcional - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	154
GRÁFICO 5.22 - Evolução temática (rácios) (médias móveis de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	155
GRÁFICO 5.23 - Evolução temática (rácios) (médias móveis de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	156
GRÁFICO 5.24 - Evolução do tema poluição (média móvel de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	159
GRÁFICO 5.25 - Evolução do tema poluição (média móvel de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	159
GRÁFICO 5.26 - Agentes poluidores, (médias móveis de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999.....	162
GRÁFICO 5.27 - Agentes poluidores, (médias móveis de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999.....	162
GRÁFICO 5.28 - Meios poluídos (médias móveis de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	163
GRÁFICO 5.29 - Meios poluídos (médias móveis de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999.....	164
GRÁFICO 5.30 - Poluição dos meios hídricos - <i>Expresso</i> (amostra), 1970-1999	165
GRÁFICO 5.31 - Poluição dos meios hídricos - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	165

GRÁFICO 5.32 - Evolução do tema recursos (média móvel de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999.....	166
GRÁFICO 5.33 - Evolução do tema recursos (média móvel de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	167
GRÁFICO 5.34 - Recursos (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999.....	167
GRÁFICO 5.35 - Recursos, (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	168
GRÁFICO 5.36 - Recursos energéticos (nível 3) - <i>Expresso</i> , 1973-1979	171
GRÁFICO 5.37 - Recursos energéticos (nível 3) - <i>DN</i> , (amostra) 1970-1979.....	171
GRÁFICO 5.38 - Recursos hídricos (nível 3) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	173
GRÁFICO 5.39 - Recursos hídricos (nível 3) - <i>DN</i> , (amostra), 1970-1999	173
GRÁFICO 5.40 - Recursos minerais - <i>Expresso</i> , 1973-1999	176
GRÁFICO 5.41 - Recursos minerais - <i>DN</i> , (amostra) 1970-1999.....	176
GRÁFICO 5.42 - Evolução do tema Natureza/Ambiente (média móvel de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	178
GRÁFICO 5.43 - Evolução do tema Natureza/Ambiente (média móvel de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999.....	178
GRÁFICO 5.44 - Natureza/Ambiente (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	180
GRÁFICO 5.45 - Natureza/Ambiente (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	180
GRÁFICO 5.46 - Paisagem/Ecossistemas - <i>Expresso</i> , 1973-1979.....	183
GRÁFICO 5.47 - Paisagem/Ecossistemas - <i>DN</i> (amostra), 1970-1979.....	183
GRÁFICO 5.48 - Evolução do tema Ordenamento do território (média móvel de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	184
GRÁFICO 5.49 - Evolução do tema Ordenamento do território (média móvel de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999.....	185
GRÁFICO 5.50 - Ordenamento do território (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	186
GRÁFICO 5.51 - Ordenamento do território (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999.....	186
GRÁFICO 5.52 - Avaliação de Impacte Ambiental (médias móveis de 3 anos) <i>Expresso</i> , 1973-1999	188
GRÁFICO 5.53 - Avaliação de Impacte Ambiental (médias móveis de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	189
GRÁFICO 5.54 - Ordenamento do território (nível 2) - <i>Expresso</i> , 1973-1999.....	189
GRÁFICO 5.55 - Ordenamento do território (nível 2) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999.....	190
GRÁFICO 5.56 - Evolução do tema catástrofes naturais (média móvel de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	190
GRÁFICO 5.57 - Evolução do tema catástrofes naturais (média móvel de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999.....	191
GRÁFICO 5.58 - Catástrofes naturais (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	193
GRÁFICO 5.59 - Catástrofes naturais, (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	193
GRÁFICO 5.60 - Evolução do tema resíduos (média móvel de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999.....	194
GRÁFICO 5.61 - Evolução do tema resíduos (média móvel de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	194
GRÁFICO 5.62 - Resíduos, (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999.....	195

GRÁFICO 5.63 - Resíduos, (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	195
GRÁFICO 5.64 - Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	196
GRÁFICO 5.65 - Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	196
GRÁFICO 5.66 - Evolução do tema Problemas globais (média móvel de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	198
GRÁFICO 5.67 - Evolução do tema Problemas globais (média móvel de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	198
GRÁFICO 5.68 - Problemas globais (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	199
GRÁFICO 5.69 - Problemas globais (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	200
GRÁFICO 5.70 - Problema/Resposta (global) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	203
GRÁFICO 5.71 - Problema/Resposta (global) - <i>DN</i> , (amostra) 1970-1999	203
GRÁFICO 5.72 - Problema/Resposta - Poluição (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	204
GRÁFICO 5.73 - Problema/Resposta - Poluição (nível 1) - <i>DN</i> , 1970-1999	204
GRÁFICO 5.74 - Problema/Resposta - Recursos (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	205
GRÁFICO 5.75 - Problema/Resposta - Recursos (nível 1) - <i>DN</i> , 1970-1999	205
GRÁFICO 5.76 - Problema/Resposta - Natureza/Ambiente (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	206
GRÁFICO 5.77 - Problema/Resposta - Natureza/Ambiente (nível 1) - <i>DN</i> , 1970-1999	206
GRÁFICO 5.78 - Problema/Resposta - Ordenamento do Território (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	207
GRÁFICO 5.79 - Problema/Resposta - Ordenamento do Território (nível 1) - <i>DN</i> , 1970-1999	207
GRÁFICO 5.80 - Problema/Resposta - Catástrofes Naturais (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	207
GRÁFICO 5.81 - Problema/Resposta - Catástrofes Naturais (nível 1) - <i>DN</i> , 1970-1999	208
GRÁFICO 5.82 - Problema/Resposta - Resíduos (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	208
GRÁFICO 5.83 - Problema/Resposta - Resíduos (nível 1) - <i>DN</i> , 1970-1999	209
GRÁFICO 5.84 - Problema/Resposta - Problemas Globais (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	210
GRÁFICO 5.85 - Problema/Resposta - Problemas Globais (nível 1) - <i>DN</i> , 1970-1999	210
GRÁFICO 6.1 - Protagonistas (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	219
GRÁFICO 6.2 - Protagonistas (nível 1) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	220
GRÁFICO 6.3 - Instituições políticas - <i>Expresso</i> , 1973-1999	221
GRÁFICO 6.4 - Instituições políticas - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	222
GRÁFICO 6.5 - Poder Central e Poder Central (ambiente) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	223
GRÁFICO 6.6 - Poder Central e Poder Central (ambiente) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	223
GRÁFICO 6.7 - Poder Central e Poder Central (ambiente) (rácios) (médias móveis de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	225
GRÁFICO 6.8 - Poder Central e Poder Central (ambiente) (rácios) (médias móveis de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	225
GRÁFICO 6.9 - Outros Organismos do Estado e Outros Organismos do Estado (ambiente) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	227
GRÁFICO 6.10 - Outros Organismos do Estado e Outros Organismos do Estado (ambiente) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	228
GRÁFICO 6.11 - Outros Organismos do Estado e Outros Organismos do Estado (ambiente) (rácios) (médias móveis de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	229
GRÁFICO 6.12 - Outros Organismos do Estado e Outros Organismos do Estado (ambiente) (rácios) (médias móveis de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	229

GRÁFICO 6.13 - Universo Empresarial - <i>Expresso</i> , 1973-1999.....	231
GRÁFICO 6.14 - Universo Empresarial - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	231
GRÁFICO 6.15 - Universo Empresarial (rácios) (médias móveis de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	232
GRÁFICO 6.16 - Universo Empresarial (rácios) (médias móveis de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	233
GRÁFICO 6.17 - ONGA - <i>Expresso</i> , 1973-1999	234
GRÁFICO 6.18 - ONGA - <i>DN</i> (amostra) 1970-1999	234
GRÁFICO 6.19 - ONGA (rácios) (médias móveis de 3 anos) - <i>Expresso</i> - <i>DN</i> , 1970-1999	236
GRÁFICO 6.20 - Restantes Organizações da Sociedade Civil - <i>Expresso</i> , 1973-1999	238
GRÁFICO 6.21 - Restantes Organizações da Sociedade Civil - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	238
GRÁFICO 6.22 - Restantes Organizações da Sociedade Civil (rácios) (médias móveis de 3 anos) - <i>Expresso</i> - <i>DN</i> , 1973-1999	239
GRÁFICO 6.23 - Instituições internacionais - <i>Expresso</i> , 1973-1999.....	241
GRÁFICO 6.24 - Instituições internacionais - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999.....	241
GRÁFICO 6.25 - Instituições Internacionais (rácios) (médias móveis de 3 anos) - <i>Expresso</i> 1973-1999	243
GRÁFICO 6.26 - Instituições Internacionais (rácios) (médias móveis de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999.....	243
GRÁFICO 6.27 - Instituições de ambiente - <i>Expresso</i> , 1973-1999.....	245
GRÁFICO 6.28 - Instituições de ambiente - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	245
GRÁFICO 6.29 - Instituições de ambiente (rácios) (médias móveis de 3 anos) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	247
GRÁFICO 6.30 - Instituições de ambiente (rácios) (médias móveis de 3 anos) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	248
GRÁFICO 6.31 - Instituições de investigação - <i>Expresso</i> , 1973-1999	249
GRÁFICO 6.32 - Instituições de investigação - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	249
GRÁFICO 6.33 - Instituições de Investigação - <i>Expresso</i> - <i>DN</i> , (amostra) (rácios) (médias móveis de 3 anos), 1970-1999	250
GRÁFICO 6.34 - Saberes - <i>Expresso</i> , 1973-1999	251
GRÁFICO 6.35 - Saberes - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	251
GRÁFICO 6.36 - Saberes <i>Expresso</i> - <i>DN</i> , (amostra) (rácios) (médias móveis de 3 anos), 1970-1999	252
GRÁFICO 6.37 - Saberes por tema (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	253
GRÁFICO 6.38 - Saberes por tema (nível 1) - <i>DN</i> , (amostra), 1970-1999	253
GRÁFICO 7.1 - Estatuto das ONGA consideradas até 1999 (valores absolutos)	259
GRÁFICO 7.2 - Estatuto das ONGA consideradas até 1999 (%).....	260
GRÁFICO 7.3 - Âmbito de actuação das ONGA consideradas até 1999 (valores absolutos)	261
GRÁFICO 7.4 - Âmbito de actuação das ONGA consideradas até 1999 (%).....	261
GRÁFICO 7.5 - Distribuição geográfica, por NUT's II, das ONGA consideradas até 1999 (valores absolutos)	262
GRÁFICO 7.6 - Distribuição geográfica, por NUT's II, das ONGA consideradas até 1999 (%).....	263
GRÁFICO 7.7 - Distribuição geográfica, por distrito, das ONGA consideradas até 1999 (valores absolutos)	263
GRÁFICO 7.8 - Despesas efectuadas pelas ONGA, 1993-1999 (milhares de contos)	275
GRÁFICO 7.9 - Registo de ONGA por ano e acumuladas, 1970 -1999	275

.

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1.1 - Premissas do HEP e do NEP, Catton e Dunlap (1980).....	23
QUADRO 2.1 - Identificação e morfologia	46
QUADRO 2.2.1 - Grelha de análise temática - Poluição.....	48
QUADRO 2.2.2 - Grelha de análise temática - Ordenamento do Território	49
QUADRO 2.2.3 - Grelha de análise temática - Natureza/Ambiente	49
QUADRO 2.2.4 - Grelha de análise temática - Recursos	51
QUADRO 2.2.5 - Grelha de análise temática - Resíduos	52
QUADRO 2.2.6 - Grelha de análise temática - Catástrofes Naturais	53
QUADRO 2.2.7 - Grelha de análise temática - Políticas, Participação e Cidadania	53
QUADRO 2.2.8 - Grelha de análise temática - Problemas Globais	54
QUADRO 2.2.9 - Grelha de análise temática - Ciência, Tecnologia e Ambiente.....	54
QUADRO 2.2.10 - Grelha de análise temática - Outros Temas	55
QUADRO 2.3 - Grelha de análise - Protagonistas.....	55
QUADRO 2.4 - Grelha de análise - Saberes.....	56
QUADRO 2.5 - Grelha de relações.....	57
QUADRO 2.6 - Grelha de distribuição geográfica	57
QUADRO 2.7 - Grelha de avaliação / valoração: Problema/Resposta.....	58
QUADRO 3.1 - Evolução da população residente por NUTS II e NUTS III, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001, e respectivas variações percentuais.	62
QUADRO 3.2 - Densidade populacional por NUTS II e NUTS III, 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001	63
QUADRO 3.3 - Evolução da população na AML, 1930-2001	64
QUADRO 3.4 - População residente por dimensão dos aglomerados.....	67
QUADRO 3.5 - População residente por dimensão dos aglomerados em percentagem da população total.....	67
QUADRO 3.6 - Taxa de urbanização e variação percentual, considerando aglomerados com mais de 2000, 5000, e 10.000 habitantes entre 1960 e 1991	67
QUADRO 3.7 - Emprego no sector primário 1960 - 1991	69
QUADRO 3.8 - Tractores, ceifeiras debulhadoras e debulhadoras, 1970 - 1998 (Continente).....	71
QUADRO 3.9 - Consumo de adubos (nutrientes), pesticidas e produtos análogos (substância activa) - 1970 / 1984 - Continente, Açores e Madeira.....	73
QUADRO 3.10 - Consumo de energia pelas indústrias extractiva e transformadora, 1971-1996.....	77
QUADRO 3.11 - Impactes ambientais resultantes da utilização de combustíveis fósseis	78
QUADRO 3.12 - Consumo total de energia final, por sector utilizador, no País, 1971 a 1996	79

QUADRO 3.13 - Impactes produzidos pelo sector dos transportes rodoviários	81
QUADRO 3.14 - Veículos matriculados, 1970 - 1998 (Continente)	81
QUADRO 3.15 - Consumo de combustíveis, pelos transportes - gasolina e gasóleo, 1970 - 1998	84
QUADRO 3.16 - Produção e capitação de RSU, no Continente	86
QUADRO 3.17 - Entrada de estrangeiros em Portugal 1970-1996	88
QUADRO 3.18 - Estabelecimentos Hoteleiros - Estabelecimentos, quartos e capacidade de alojamento - (Continente) 1970-1996.....	89
QUADRO 3.19 - Evolução dos níveis de ensino da população portuguesa, 1960-2001 (%).....	92
QUADRO 3.20 - Alunos matriculados e alunos que concluíram o curso no ensino superior	93
QUADRO 3.21 - Evolução da população activa por sectores de actividade 1960-2001.....	95
QUADRO 3.22 - Evolução da população activa por grupos de profissões 1960-1992	96
QUADRO 3.23 - Evolução da estrutura de classes 1960-1991	99
QUADRO 3.24 - Indicadores de valores materialistas e valores pós-materialistas.....	101
QUADRO 3.25 - Padrões de Valores em Portugal e na Europa (%)	101
QUADRO 5.1 - Critérios de ponderação - volume	133
QUADRO 5.2 - Correlação entre temas: <i>Expresso/DN</i> (amostra).....	150
QUADRO 5.3 - Correlações entre temas: <i>Expresso</i> , 1973-1999	151
QUADRO 5.4 - Correlações entre temas: <i>DN</i> (amostra), 1970-1999.....	151
QUADRO 5.5 - Correlação entre temas (rácios) - <i>Expresso e DN</i> (amostra), 1973-1999	156
QUADRO 5.6 - Correlações entre temas (rácios) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	157
QUADRO 5.7 - Correlações entre temas (rácios) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	157
QUADRO 7.1 - Distribuição por distrito, segundo o âmbito, das ONGA consideradas até 1999	264
QUADRO 7.2 - Organizações Não Governamentais presentes no I Encontro Nacional de Ecologistas (Foz do Arelho-Novembro 1984/Tróia-Março 1985).....	272

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I - CAPÍTULO 3	325
QUADRO AI.1 - Dormidas na hotelaria e nos parques de campismo por distrito, 1970 a 1986	326
QUADRO AI.2 - Dormidas na hotelaria e nos parques de campismo por NUTs II, 1987 a 1998	328
ANEXO II - CAPÍTULO 4.....	329
QUADRO AII.1 - Número de Notícias, <i>Expresso</i> e <i>DN</i> , Diplomas publicados, ONGA / ano e ONGA acumulado, 1970-1999	330
QUADRO AII.2 - Legislação de Ambiente, 1970-1999.....	331
ANEXO III - CAPÍTULO 5	348
QUADRO AIII.1 - Indicadores morfológicos - <i>Expresso</i> , 1973-1979	348
QUADRO AIII.2 - Indicadores morfológicos - <i>DN</i> , (amostra) 1970-1979	348
QUADRO AIII.3 - Volume ponderado (morfológia) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.4 - Volume ponderado (morfológia) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.5 - Distribuição das notícias por secção - <i>Expresso</i> , 1973-1999.....	348
QUADRO AIII.6 - Distribuição das notícias por secção - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.7 - Evolução das notícias por secção (rácios) - <i>Expresso</i> , 1973-1979	348
QUADRO AIII.8 - Evolução das notícias por secção (rácios) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1990.....	348
QUADRO AIII.9 - Totais de notícias e de ocorrências - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.10 - Totais de notícias e de ocorrências - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999.....	348
QUADRO AIII.11 - Número de notícias por tema - <i>Expresso</i> , 1973-1999.....	348
QUADRO AIII.12 - Número de notícias por tema - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.13 - Evolução temática (rácios) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.14 - Evolução temática (rácios) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.15 - Poluição (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1970-1999.....	348
QUADRO AIII.16 - Poluição (nível 1) - <i>DN</i> , 1970-1999.....	348
QUADRO AIII.17 - Agentes poluidores - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.18 - Agentes poluidores - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.19 - Meios poluídos - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.20 - Meios poluídos - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.21 - Poluição dos meios hídricos - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.22 - Poluição dos meios hídricos - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.23 - Recursos - Níveis 1 e 2 - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.24 - Recursos - Níveis 1 e 2 - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999.....	348
QUADRO AIII.25 - Recursos energéticos (nível 3)- <i>Expresso</i> , 1973-1999.....	348

QUADRO AIII.26 - Recursos energéticos (nível 3) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.27 - Recursos hídricos (nível 3) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.28 - Recursos hídricos (nível 3) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.29 - Recursos Minerais - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.30 - Recursos Minerais - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.31 - Natureza/Ambiente - (níveis 1 e 2) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.32 - Natureza/Ambiente - (níveis 1 e 2) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.33 - Natureza/Ambiente - Ecossistemas - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.34 - Natureza/Ambiente - Ecossistemas - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.35 - Ordenamento do território - (níveis 1 e 2) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.36 - Ordenamento do território - (níveis 1 e 2) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.37 - AIA - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.38 - AIA - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.39 - Catástrofes naturais - (níveis 1 e 2) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.40 - Catástrofes naturais - (níveis 1 e 2) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.41 - Resíduos - (níveis 1 e 2) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.42 - Resíduos - (níveis 1 e 2) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.43 - Resíduos Urbanos (RSU) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.44 - Resíduos Urbanos (RSU) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.45 - Problemas globais (nível 1 e 2) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.46 - Problemas globais (nível 1 e 2) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.47 - Problema globais (nível 3) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.48 - Problema globais (nível 3) - <i>DN</i> (amostra), 1973-1999	348
QUADRO AIII.49 - Problema/Resposta (global) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.50 - Problema/Resposta (global) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.51 - Problema/Resposta - Poluição (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.52 - Problema/Resposta - Poluição (nível 1) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.53 - Problema/Resposta - Recursos (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.54 - Problema/Resposta - Recursos (nível 1) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.55 - Problema/Resposta Natureza/Ambiente (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.56 - Problema/Resposta - Natureza/Ambiente (nível 1) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.57 - Problema/Resposta - Ordenamento do Território (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.58 - Problema/Resposta - Ordenamento do Território (nível 1) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.59 - Problema/Resposta - Catástrofes Naturais (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.60 - Problema/Resposta - Catástrofes Naturais (nível 1) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.61 - Problema/Resposta - Resíduos (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.62 - Problema/Resposta - Resíduos (nível 1) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIII.63 - Problema/Resposta - Problemas Globais (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIII.64 - Problema/Resposta - Problemas Globais (nível 1) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
ANEXO IV - CAPÍTULO 6	348
QUADRO AIV.1 - Protagonistas (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIV.2 - Protagonistas (nível 1) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348

QUADRO AIV.3 - Instituições políticas - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIV.4 - Instituições políticas - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIV.5 - Poder Central e Poder Central (ambiente) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIV.6 - Poder Central e Poder Central (ambiente) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIV.7 - Poder Central e Poder Central (ambiente) (rácios) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIV.8 - Poder Central e Poder Central (ambiente) (rácios) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIV.9 - Outros Organismos do Estado e Outros Organismos do Estado (ambiente) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIV.10 - Outros Organismos do Estado e Outros Organismos do Estado (ambiente) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIV.11 - Outros Organismos do Estado e Outros Organismos do Estado (ambiente) (rácios) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIV.12 - Outros Organismos do Estado e Outros Organismos do Estado (ambiente) (rácios) - <i>DN</i> (amostra), 1973-1999	348
QUADRO AIV.13 - Universo Empresarial - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIV.14 - Universo Empresarial - <i>DN</i> (amostra), 1973-1999	348
QUADRO AIV.15 - Universo Empresarial (rácios) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIV.16 - Universo Empresarial (rácios) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIV.17 - ONGA - <i>Expresso</i> - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIV.18 - ONGA (rácios) - <i>Expresso</i> - <i>DN</i> , 1970-1999	348
QUADRO AIV.19 - Restantes Organizações da Sociedade Civil - <i>Expresso</i> - <i>DN</i> (amostra), 1973-1999	348
QUADRO AIV.20 - Restantes Organizações da Sociedade Civil (rácios) - <i>Expresso</i> - <i>DN</i> , 1970-1999	348
QUADRO AIV.21 - Instituições internacionais - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIV.22 - Instituições internacionais - <i>DN</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIV.23 - Instituições Internacionais (rácios) - <i>Expresso</i> 1973-1999	348
QUADRO AIV.24 - Instituições Internacionais (rácios) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIV.25 - Instituições de ambiente - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIV.26 - Instituições de ambiente - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIV.27 - Instituições de ambiente (rácios) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIV.28 - Instituições de ambiente (rácios) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIV.29 - Instituições de investigação - <i>Expresso</i> - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIV.30 - Instituições de Investigação (rácios) - <i>Expresso</i> - <i>DN</i> , (amostra) 1970-1999	348
QUADRO AIV.31 - Saberes - <i>Expresso</i> - <i>DN</i> , (amostra) 1970-1999	348
QUADRO AIV.32 - Saberes (rácios) - <i>Expresso</i> - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
QUADRO AIV.33 - Saberes por tema (nível 1) - <i>Expresso</i> , 1973-1999	348
QUADRO AIV.34 - Saberes por tema (nível 1) - <i>DN</i> (amostra), 1970-1999	348
ANEXO V - CAPÍTULO 7	348
QUESTIONÁRIO ÀS ONGA	348

AGRADECIMENTOS

A realização dum trabalho desta natureza só é possível com a colaboração de um vasto conjunto de pessoas e instituições. Cometendo certamente omissões, das quais desde já me penitencio, quero manifestar os meus agradecimentos:

Aos meus orientadores, Professores Doutores Rui Santos e Viriato Soromenho-Marques, grandes responsáveis pela chegada deste projecto a bom porto, agradeço a amizade, a disponibilidade e incentivo permanentes, o elevado saber, competência e dedicação, que colocaram na orientação científica deste trabalho, e os muitos ensinamentos que me transmitiram.

À Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, onde exerço a minha actividade docente, agradeço a candidatura do meu projecto ao PRODEP III e todo o apoio prestado ao longo do período em que este decorreu.

À minha amiga Fátima Neves, Coordenadora da Área de Ciências Sociais da ESEC, agradeço a amizade e o incentivo, quer ao arranque e apresentação deste projecto à candidatura do PRODEP III, quer ao longo de todo o seu percurso.

Ao PRODEP III que apoiou financeiramente esta investigação.

À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa que acolheu este meu projecto.

Ao IPAMB – Instituto de Promoção Ambiental, pela documentação e informação disponibilizadas relativa às ONGA com um agradecimento especial à Eng^a. Carolina Augusta e à Dra. Cristina Sobrinho.

À Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA) agradeço a disponibilização de parte significativa da informação relativa às ONGA e a amizade dos seus dirigentes.

Às ONGA, pela amizade de muitos dos seus dirigentes, pela resposta ao inquérito, pela restante informação disponibilizada e pela abertura manifestada à colaboração na realização deste trabalho, particularmente à LPN à Quercus e ao GEOTA, pela cedência de documentação variada, com destaque para as listas dos seus corpos sociais.

À OIKOS - Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria, pela possibilidade de intervenção cívica que me tem permitido. A todos os seus dirigentes, do passado e do presente, agradeço, as emoções partilhadas, a amizade, e o incentivo por todos manifestado, ao longo da realização deste trabalho. Endosso a todos um especial abraço na pessoa do seu actual presidente e grande amigo Mário Oliveira.

Aos partidos políticos, particularmente ao PS, PCP, PSD e PEV, pela disponibilização de vasta documentação e informação, com um agradecimento especial à Arq. Helena Roseta, (PS) e ao Dr. José Augusto Esteves, (PCP). Cabe também aqui uma palavra de agradecimento ao meu amigo Pedro Biscaia pela ajuda nos contactos com o Dr. José Augusto Esteves e por me fazer chegar a respectiva documentação.

Ao departamento de Prospectiva e Planeamento do Ministério do Planeamento, na pessoa da sua Directora de Serviços Dra. Alda Carvalho pela colaboração prestada na disponibilização dos Planos Gerais de Fomento e das Grandes Opções do Plano.

A todas as pessoas que, nas diversas instituições onde tive que trabalhar e recolher informação ao longo de quatro anos, me trataram com profissionalismo e amizade, destacando todo o pessoal da secção de microfilme da Biblioteca Nacional, particularmente as senhoras: Hermínia, Adelaide e Sandra.

Ao Carlos Neves, pela amizade, e pela competência e dedicação colocadas na composição deste trabalho.

Ao Toni Palmeira, pela amizade e pelo “empréstimo” da serigrafia que ilustra a capa deste trabalho.

A todos os meus amigos, já citados, a citar e não citados, cuja amizade é decisiva, não só para que qualquer trabalho chegue a bom porto, mas para que a nossa existência tenha sentido.

A um conjunto de amigos que me acompanhou de perto na realização deste trabalho devo um agradecimento muito especial. Aos amigos, Diomar Ferreira, Fátima Bernardo, Fátima Mendes, Fernando Pires, Helena Alves, Inês Vaz, Isabel Ramos, Manuela Tavares, Margarida Monteiro, Mário Oliveira, Neuza Monteiro, Nuno Cortez, Raquel Delgado, Renata Araújo, Rosário Borges e Silvina Reis, para além da amizade e incentivo permanentes, são devidos agradecimentos pelas múltiplas ajudas, de natureza e dimensão variadas, mas todas muito preciosas, que me prestaram ao longo da realização deste trabalho.

Aos meus sogros, Júnior e Bia pela amizade, pelo apoio, pela consideração e estima que sempre me dedicaram.

Ao meu irmão Luís, por tudo.

Aos meus pais, Joaquim e Ilda, por me trazerem aqui...e por tudo o que aqui não cabe.

À Nela e ao Miguel, companheiros de muitas jornadas na longa marcha da vida, por mais uma vez me terem acompanhado nesta difícil, mas aliciante etapa ao longo da qual, para além de companheiros, foram verdadeiros “sapadores”, cujo apoio, desde a partida, foi decisivo para a minha chegada à meta, tantas foram as ajudas. A eles dedico este trabalho.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como ponto de partida a degradação do ambiente nas sociedades contemporâneas, à qual já se convencionou chamar de *crise ecológica*. Do ponto de vista sociológico, baseia-se no postulado de que a categoria de *crise*, como expressão aguda de um *problema* ou feixe de problemas, não decorre apenas de um conjunto de transformações objectivamente disfuncionais para um sistema social dado, antes implica a sua visibilidade e valoração públicas como *problema social*. Ou seja: as condições objectivas só são problematizadas no plano da consciência e da acção social colectiva na medida em que são tornadas referentes de discursos socialmente significativos e mobilizadores para públicos suficientemente amplos.

A crise ambiental foi já abordada em Portugal por diversos autores, dos quais se destaca Viriato Soromenho-Marques, que tem reflectido de forma profunda sobre o tema, de modo até a considerar a crise ambiental como uma crise de civilização. Da vasta obra publicada e referida neste trabalho, destacam-se as obras “Regressar à Terra” (1994) e Futuro Frágil (1998). Também a equipa do OBSERVA - Observatório Permanente sobre o Ambiente e a Sociedade tem desenvolvido trabalho significativo nesta área, nomeadamente ao nível das atitudes públicas face ao ambiente, cujo contributo adiante será retomado. Especialmente relevante é o estudo *Os Portugueses e o Ambiente”- I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente* com coordenação de João Ferreira de Almeida (Almeida [dir.] et al., 2000)

Contudo, o presente estudo situa-se numa sequência mais directa, quer em termos de fontes, quer no que respeita à problemática, do trabalho de Luísa Schmidt, nomeadamente o estudo realizado sobre a televisão (1999a), cujo debate central se realiza em torno das questões ambientais analisadas a partir da sua representação televisiva, para compreender a dinâmica social da cultura ambiental em Portugal e as relações entre *mass media*, temática ambiental e dinâmicas políticas de opinião pública, concluindo que os problemas ambientais se tornaram presentes à consciência pública sobretudo por via da sua mediatização.

Situando-se esta investigação no domínio da sociologia do desenvolvimento e da mudança social, que se cruza inevitavelmente com uma sociologia das questões ambientais e uma sociologia dos problemas sociais, pretende-se, partindo do postulado acima enunciado, perceber a evolução do problema ambiental em Portugal até à sua construção como problema social e à sua legitimação e institucionalização políticas.

O problema sociológico de partida é, assim: como, quando, com que ritmos, segundo que vectores discursivos e em torno de que protagonistas se deu a emergência e a institucionalização do ambiente como problema social e politicamente significativo na sociedade portuguesa, no contexto da sua modernização tardia e dos processos de mudança social a ela associados?

Ao longo de oito capítulos, procuraremos descrever essa emergência e institucionalização do problema ambiental em Portugal, partindo de um enquadramento geral das suas condições sócio-estruturais para de seguida centrar a discussão numa análise dos discursos sociais sobre o ambiente, no contexto das mudanças verificadas na sociedade portuguesa nas últimas três décadas.

O primeiro capítulo, que consideramos de enquadramento do problema ambiental, apresenta-se dividido em duas partes. Numa primeira parte procede-se a uma abordagem conceptual da relação homem-natureza, incidindo particularmente nas mudanças introduzidas pelo aumento da capacidade tecnológica, seguida de uma

retrospectiva da emergência do problema ambiental. O ponto crítico de partida é situado na Revolução Industrial, procurando posteriormente os momentos chave do problema ambiental, da reflexão em torno do mesmo e dos diversos eventos e actores que conduziram à emergência de uma *consciência ecológica*, tendo como grandes balizas institucionais a Conferência sobre Desenvolvimento Humano realizada em Estocolmo em 1972 e a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro.

Numa segunda parte, faz-se uma abordagem da emergência das questões ambientais na sociologia, partindo dos contributos pioneiros da Escola de Chicago, passando pelo NEP (*New Environmental Paradigm*) de Catton e Dunlap, reflectindo em torno do conceito de *modernização reflexiva* e de uma sociologia do risco e dos problemas globais, através sobretudo da análise e da discussão de Beck, Giddens e Lagadec.

Reflecte-se de seguida, seguindo uma perspectiva construtivista, sobre os problemas ambientais enquanto problemas sociais, tal como é apresentada por Yearley, assente essencialmente nas perspectivas de Spector e Kitsuse, ou seja, centrando a observação *nos processos sociais que fazem com que uma determinada questão receba da opinião pública a atenção e a preocupação que a instituem como um problema social*. Segundo esta perspectiva, depende a ocorrência de problemas sociais da existência duradoura de grupos, movimentos sociais e organizações que definem uma determinada situação social como um problema, que procuram fazer qualquer coisa para o resolver, lutando por um lugar na agenda do espaço público e da decisão política, bem como da sua mediatização, como reforça Luhmann. Entretanto, acentua-se uma perspectiva construtivista contextual que, em contraste com as versões mais radicais do construtivismo, recusa a redução fenomenológica da análise aos actos discursivos de problematização e à elaboração, circulação e discussão de representações. De acordo com a perspectiva aqui defendida, a relação entre as práticas sociais de problematização e os processos naturais e sociais que lhes servem de objecto e constituem os seus referentes empíricos é em si mesma um problema sociológico, que não pode ser escamoteado na análise das representações

sociais; tal como, por outro lado, a emergência de enunciadores, promotores e públicos do problema não pode ser dissociada de dinâmicas de estruturação social que, teórica e empiricamente, transcendem as práticas sociais de problematização.

A emergência de um problema social é assim ininteligível sem referência a esses grupos sociais, bem como aos públicos receptores do problema cuja expressão nos sistemas de participação no espaço público da sociedade moderna - desde logo, no domínio da representação política, mas também nos da expressão organizada de opinião e participação cívica e nos mecanismos de criação e ventilação mediática da “opinião pública” - é condição necessária à definição de qualquer assunto como problema social. Com base em Inglehart e em Habermas, apresenta-se a problemática sociológica da transição de valores materialistas para valores pós-materialistas ocorrida nas sociedades ocidentais conjugada com a ocorrência de novos movimentos sociais de participação no espaço público de reivindicação, cujas determinantes estruturais são essencialmente convergentes com a emergência dos valores pós-materialistas. No caso do presente estudo, o objectivo principal é criar um ponto de partida teórico que enquadre e interprete a emergência do movimento ambientalista, particularmente em Portugal, que será objecto de um capítulo autónomo.

Num segundo capítulo apresentam-se as hipóteses de trabalho e a metodologia. A hipótese de trabalho central é a de que a conjugação dos diversos eixos explicitados no primeiro capítulo: as condições objectivas de pressão sobre o ambiente, a sua mediatização e a constituição dos públicos e dos movimentos sociais que veiculam representações sociais sobre elas estão na origem do problema social em Portugal. Para operacionalizar a evolução, a penetração do problema, a sua institucionalização, as respostas e os protagonistas, combinar-se-á a caracterização dos processos de mudança económica, territorial e social da sociedade portuguesa nas últimas décadas, com a análise histórica da expressão e do conteúdo do tema ambiente nas notícias dos jornais *Expresso* e *Diário de Notícias*, nas Grandes Opções do Plano, e nos programas dos partidos políticos. Do ponto de vista institucional, far-

se-á uma análise da evolução quantitativa das Organizações não Governamentais de Ambiente (ONGA), e da constituição de organismos do Estado ligados ao problema.

O terceiro capítulo aborda a relação entre o que designámos de modernização tardia e a emergência do problema ambiental em Portugal. Numa primeira parte, trata-se a evolução, aferida através de um conjunto de indicadores estatísticos, das condições objectivas simultaneamente de modernização e de pressão sobre as condições ambientais: a evolução da população, da distribuição territorial e da urbanização, da agricultura, da indústria, do consumo de energia, dos transportes rodoviários, da produção de resíduos sólidos urbanos e do turismo. Através deste conjunto de indicadores, como referido, procura-se resumir os grandes traços estruturais da modernização da sociedade portuguesa entre os anos sessenta e o final do século, por um lado, e por outro os seus principais efeitos no que respeita a pressões sobre o ambiente, enquanto contexto referencial para a emergência do problema social. Numa segunda parte, com base na bibliografia sociológica disponível, sintetizam-se as grandes tendências de recomposição da estrutura social da sociedade portuguesa, obviamente influenciada pelos factores de modernização verificados ao longo do período em questão. Esta análise da evolução dos níveis de escolaridade, da recomposição socioprofissional e da estrutura de classes, retoma a discussão da transição de valores materialistas para valores pós-materialistas efectuada no primeiro capítulo, para enquadrar a emergência de novos grupos organizados e movimentos sociais, particularmente o movimento ambientalista, a criação de públicos receptivos ao problema ambiental e à sua mediatização, conduzindo à sua emergência como tema politicamente relevante e à institucionalização como problema social em Portugal.

No quarto capítulo faz-se uma descrição e uma interpretação global, seguindo as relações equacionadas nos capítulos anteriores, do processo de institucionalização do problema social em Portugal. A apresentação do processo estrutura-se segundo três dimensões: uma dimensão mediática em que se observa a divulgação, tendo como indicador o número de notícias relacionadas com o problema veiculadas pelos jornais escolhidos; uma dimensão associativa, que

observa a criação de Organizações Não Governamentais de Ambiente, (ONGA), usando como indicadores o número anual de registos de novas associações e o seu volume acumulado; e, finalmente, uma dimensão política, analisada segundo três componentes: (1) partidária, (2) governativa e (3) legislativa, cujos indicadores são, respectivamente: a expressão da temática ambiental (1) nos programas partidários e eleitorais e (2) nas GOP, e na criação de instituições governativas ou da administração pública na área do ambiente e (3) a quantificação da produção legislativa versando o ambiente. A análise da evolução destas diferentes dimensões e das suas inter-correlações permitirá uma primeira interpretação de conjunto para enquadrar as análises mais pormenorizadas que se seguirão.

Nos três capítulos seguintes, apresentam-se os dados sobre os temas dos discursos sobre o problema ambiental e os protagonistas, individuais e institucionais, enquanto referentes e enquanto enunciadores desses discursos. Finalmente, será abordado o processo de institucionalização dos principais protagonistas, particularmente os organismos do Estado relacionados com o ambiente, e a evolução do movimento ambientalista em Portugal, que será objecto de um capítulo próprio.

Assim, o capítulo cinco apresenta uma descrição pormenorizada, tendo como base a análise de conteúdo dos jornais *Expresso* e *Diário de Notícias*, da evolução dos diversos temas tratados para compreender a evolução do discurso mediático, sobre o ambiente. Optou-se por uma grelha temática bastante abrangente, incluindo desde o início alguns temas, como os recursos energéticos ou as catástrofes naturais, que só mais tarde viriam a incorporar-se explicitamente no discurso e na categoria ambiente, à semelhança do critério já seguido por Luísa Schmidt no estudo sobre ambiente e televisão; o risco deste enviesamento teleológico justifica-se, se tivermos em conta que a publicitação desses tipos de temas virá a servir como sinalizador tangível das disfunções causadas pela inconsciência ambiental, e como tal a constituir não só um conteúdo, mas fundamentalmente uma condição de emergência e de legitimação do problema social.

O sexto capítulo desenvolve-se partindo da análise de conteúdo das mesmas fontes, mas agora descrevendo os protagonistas individuais e institucionais que surgem, quer como enunciadores, quer como referentes dos conteúdos mediáticos. Procura-se observar a relação dos discursos mediáticos com a sua origem sócio-institucional e com a criação de instituições e de políticas públicas relacionadas com o problema ambiental.

O capítulo sete é dedicado à emergência e evolução do movimento ambientalista em Portugal, desde a criação da Liga para a Protecção da Natureza em 1948 até 1999. Considerando períodos distintos, procuramos assim concretizar as orientações teóricas sobre a criação de grupos de pressão, particularmente os ligados ao ambiente, e o seu contributo para a institucionalização do problema ambiental.

O oitavo e último capítulo apresenta as conclusões e considerações finais decorrentes da discussão realizada ao longo da dissertação.

CAPÍTULO 1

DA EMERGÊNCIA DO PROBLEMA AMBIENTAL À EMERGÊNCIA DO AMBIENTE NA SOCIOLOGIA

1.1 Da emergência do problema ambiental à emergência duma consciência ecológica

Parece ser consensual a ideia que a actual *crise* que afecta os equilíbrios ecológicos do planeta, bem como o desenvolvimento humano nos domínios económico, social e cultural, e que constituem a chamada *crise ecológica*, resulta da acção humana sobre a natureza, a qual ao longo do tempo vem sendo potenciada e agravada pelo desenvolvimento tecnológico, traduzido numa maior capacidade física e social de domínio da natureza, mas também da sua destruição.

Contudo, parece também evidente a emergência duma consciência ecológica que reclama uma mudança de atitudes e comportamentos, consubstanciada em medidas políticas concretas para mudar o rumo dos acontecimentos, e numa reorientação reflexiva da ciência e da tecnologia para diagnosticar, prever e remediar os impactes ambientais negativos da acção humana. Bailes (1985), citado por Hannigan, (1995: 145), associa a história ambiental, à “dialéctica entre a natureza e a cultura, a interacção dos seres humanos com o resto da natureza ao longo do tempo”.

O homem faz parte da natureza, com a qual se relaciona e da qual depende para a sua existência. No entanto, essa relação assumiu um carácter diferente da

estabelecida por todas as outras espécies vivas, a partir do momento em que o homem adquiriu capacidade para a transformar e criar *cultura*¹. Deste ponto de vista, mais do que o modo de vida dos homens, a cultura é tudo o que homem *acrescenta à natureza*².

Essa capacidade do homem para "fabricar" artefactos materiais e sócio-institucionais cada vez mais sofisticados, capazes de o ir libertando das condicionantes e limitações impostas pelo meio natural, tem-lhe permitido colonizar, e controlar praticamente todos os espaços do globo terrestre. A relação de *solidariedade* homem-natureza tem assim vindo a tornar-se progressivamente assimétrica com o aumento da capacidade tecnológica do primeiro.

O conflito que o homem estabeleceu com a natureza tem, assim, uma origem muito longínqua, na pré-história - pensemos nas crescente rupturas ecológicas que constituíram a proliferação de uma espécie de predador tecnologicamente evolutiva, a domesticação e a progressiva criação cultural de espécies animais, e a associação da tecnologia agro-pastoril à utilização controlada do fogo em larga escala -, e a actual situação resulta de sucessivas crises ecológicas acumuladas. Como frisa Ost, se é em Descartes e noutros pensadores eruditos seus contemporâneos que comumente se procuram os indícios de uma ruptura entre o homem e a natureza, "o movimento remonta ainda mais longe e mais além. De certa forma, é desde a origem, desde a aparição da espécie humana, que o homem transforma a natureza" (Ost, 1995: 30).

¹ Uma das primeiras formulações do conceito de cultura pertence a Edward B. Tylor, na sua obra *Primitive Culture*, em 1871, segundo a qual "a cultura ou civilização, tomada no seu sentido geral etnográfico, é aquele conjunto complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, moral, lei, hábitos e qualquer outra capacidade e costumes adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade" (Tylor, in Leach, 1989: 37). Ruth Benedict (s/d) "define" cultura como *a matéria prima com que o homem constrói a sua vida*.

² A espécie humana apresenta uma grande diversidade cultural, que está intimamente relacionada com o seu meio. As "culturas" são respostas adequadas e adaptadas ao ambiente geográfico-natural, porém este não determina linearmente o tipo de cultura, embora o condicione. "O ambiente, factor de cultura, condiciona, apesar de tudo, a técnica, ou seja, toda a actividade exterior e material do homem" (Bernardi, 1982: 67).

Assim, todas as civilizações têm responsabilidades na actual crise ambiental, na medida em que muito antes das sociedades industriais da época moderna, a actividade humana sempre se mostrou nociva para os ecossistemas, provocando nestes profundas e irreversíveis alterações, sendo a desflorestação o exemplo mais antigo. “A destruição da floresta foi o reverso e a condição do desenvolvimento da agricultura, da criação de gado, do artesanato e das actividades proto-industriais”. (Deléage, 1991: 213). Contudo, o ritmo da conquista humana sobre a natureza, ao longo dos séculos, foi um processo muito lento, comparado com a rapidez do actual processo de deterioração do planeta. Uma fraca densidade da população e uma capacidade reduzida de intervir sobre o meio natural, explicam que a antropomorfização da natureza se tenha durante milénios exercido a um ritmo relativamente lento, o que foi permitindo às espécies, tanto vegetais como animais, o tempo necessário à sua recuperação e *adaptação*, pesem embora processos de ruptura irreversível à escala regional.

A aceleração dessa ruptura inicia-se com o advento do capitalismo moderno a partir do século XVI e, sobretudo, a partir do século XVIII, com a revolução industrial, que veio alterar profundamente a representação colectiva da natureza, pois “o princípio da solidariedade, homem/universo físico, foi substituído pelo da dominação da natureza pelo homem” (Deléage, 1991: 212). Francis Bacon proclamava no século XVII, *o homem pode ser considerado o centro do mundo* e Newton afirma mais tarde, *que é preciso obrigar a natureza a devolver o que deve*. Instalava-se, na relação cultural com a natureza, um antropocentrismo quase sem reservas.

O fenómeno radicalmente novo consiste pois, não só no conhecimento e na possibilidade que o homem dispõe para intervir nos mecanismos do meio natural, a partir dos avanços científicos e técnicos dos séculos XVIII e XIX, mas também no desconhecimento do carácter entrópico e cumulativo dos efeitos dessa intervenção, sustentando a ilusão de um crescimento económico e de um progresso material imune à contabilização de custos futuros. Sem deixarem de ser um elemento do meio natural, as sociedades humanas vão-se transformando num factor do qual depende o

funcionamento da maioria dos ecossistemas e a sua conservação. Este novo sistema cultural, o da civilização tecnológica, apresenta grandes diferenças, e funciona de forma distinta da do meio natural, sobre o qual exerce pressão e agressão crescentes (Carvalho 2000).

As crises ecológicas têm uma profunda relação com as crises sociais. O esgotamento dos recursos naturais e a destruição dos ecossistemas são um dos grandes alarmes em termos futuros; mais do que uma crise do ambiente estamos perante uma “crise de civilização” (Cf. Soromenho-Marques, 1998), no sentido forte de um questionamento das próprias premissas básicas da modernidade, segundo as quais “a exploração da natureza pelo homem é um empreendimento 'aberto' [...] e [...] a contínua expansão do conhecimento científico e tecnológico podia transformar tanto a ordem cultural como a social, e criar novos ambientes internos e externos, incessantemente explorados pelo homem, submetidos quer à sua perspectiva intelectual, quer às suas necessidades técnicas” (Eisenstadt, 1991: 327). A degradação cada vez maior do nosso planeta tem-se vindo a acentuar muito rapidamente a partir do aparecimento das sociedades industriais que, de então para cá, têm mantido uma relação de degradação permanente com a natureza, conduzindo o homem a padrões de vida a que Ferreira (1976) chama de “cultura do desperdício”.

A crise do ambiente tem pois um carácter global, que afecta todas as sociedades e todas as culturas, pelo que reclama uma nova visão do mundo capaz de subverter as abordagens culturais convencionais. “A dimensão ambiental da presente crise social global significa, nesta viragem de milénio, que as relações de poder entre grupos, sexos, etnias, classes, povos, Estados e gerações dependem da mediação que os nossos modelos científicos técnicos, culturais e económicos estabelecem com a “Natureza” (Soromenho-Marques, 1998: 24).

Considera-se, assim, que a Revolução Industrial assinala o ponto de ruptura, a partir da qual o problema ambiental se agudiza. O avanço tecnológico consubstanciado na máquina a vapor permite um avanço na industrialização que arrasta consigo o fenómeno da urbanização e um conseqüente crescimento

demográfico, que, no seu conjunto viriam a introduzir modificações de vulto na face do planeta. “O rápido desenvolvimento que se seguiu à revolução industrial tornou a tecnologia omnipresente e onnipotente, a ponto de anular, aparentemente a força do ambiente. Nada parece impedir mais a posse da população humana; o deserto tropical da Arábia ou o Sara, as regiões glaciares do Ártico, a própria aridez da Lua, o cosmos extraterrestre, vergaram-se à força tecnológica” (Bernardi, 1982: 68).

Contudo, a emergência duma consciência ambiental tem uma origem muito mais tardia, apenas por volta dos anos sessenta do século XX, apesar dos “movimentos” conservacionistas de finais do século XIX. De facto, é então que surge o que se pode chamar uma atitude *conservacionista*. Data igualmente desta época a criação das primeiras áreas protegidas e das primeiras associações com o objectivo da preservação da natureza e da sensibilização pública³. A criação das primeiras áreas protegidas corresponde a uma visão meramente *conservacionista*: “tratava-se de preservar, face às ameaças predatórias da acção humana, determinados valores naturais, da fauna e da flora - das aves de rapina às sequóias - que de outra forma estariam ameaçadas de extinção” (Soromenho-Marques, 1998: 25-26). O primeiro parque nacional, o Yellowstone National Park, foi criado nos EUA em 1872, embora já em 1864 o Yosemite Valley, na Califórnia, tivesse recebido um estatuto de protecção para recreio público.

Assim, em grande parte com o impulso do movimento associativo atrás referido, portador de um forte carácter cívico e científico, são criadas áreas protegidas, por todo o Mundo. “Em 1937, existiam no Mundo 1475 territórios com estatuto de protecção, com uma área total de 340.565Km²” (Flores, 1937: 67).

A criação de áreas protegidas foi de certo modo acompanhada pela realização de um conjunto de eventos e convenções relativos à conservação da natureza a nível mundial até cerca de meados da década de sessenta do século XX. Contudo, apesar de o impulso deste movimento conservacionista ser bastante importante, ele não

³ Na Grã Bretanha: Commons, Open Spaces and Footpaths Preservation Society (1865); East Riding Association For the Protection of Sea Birds (1867). Nos E.U.A.: American Ornithologists Union (1883); Sierra Club (1892). Cf Soromenho-Marques, 1998).

consubstanciava ainda a problematização de um problema ambiental global que pusesse em risco a espécie humana.

Também no século XIX ocorre uma outra linha de preocupações que, embora menos marcante, está igualmente na gênese do que mais tarde viria a designar-se de *consciência ecológica*. Decorre de uma tradição humanista europeia ligada aos efeitos desastrosos da industrialização sobre as populações operárias urbanas recrutadas nos campos ingleses (Schmidt, 1999a: 12).

As questões ambientais emergem sobretudo pela *pressão de factos políticos*, nomeadamente a mediatização pública de depoimentos científicos, e radicam em três ordens de problemas dominantes: a velha questão conservacionista/natureza selvagem, sempre presente mas nunca muito incisiva; a fome/demografia; e a bomba atômica/nuclear, os quais nos anos setenta, irão dar origem ao ambientalismo moderno (Schmidt, 1999a: 13).

Aldo Leopold, na sua obra de 1949 *A Sand County Almanac*, publicada um ano após a sua morte, preconiza uma ética da terra e a sua obra está na gênese não só do que viria a constituir-se como a da *Deep Ecology*, mas viria também a influenciar todo o movimento ecologista que haveria de emergir nas décadas seguintes. No capítulo intitulado “Land Ethic”, Aldo Leopold fala de uma sequência histórica da ética: “As primeiras éticas trataram das relações entre os indivíduos: as tábuas do Decálogo são um exemplo. Posteriormente ocupam-se também das relações entre o homem e a sociedade. A regra de ouro trata de integrar o indivíduo na sociedade; e a democracia, de adaptar a organização social ao indivíduo. Todavia não existe uma ética que se ocupe das relações do homem com a terra e com os animais e plantas que nela crescem. A terra, como as escravas de Odiseu, é ainda uma simples propriedade. A relação com a terra é estritamente económica, estabelecendo privilégios mas não obrigações. A extensão da ética a este terceiro elemento do ambiente humano é, se não entendo mal, uma possibilidade evolutiva e uma necessidade ecológica. É o terceiro passo da sequência. Os dois primeiros já foram dados. Desde tempos remotos, pensadores como Ezequiel e Isaías já observaram que

a exploração da terra não só era imprudente como errónea. A sociedade, contudo, não assumiu esta crença. Eu vejo o movimento conservacionista actual como o embrião deste princípio” (Leopold, [1949] 1970: 238-239).

Contudo, é nos anos sessenta e setenta do século XX que alguns autores colocam com premência a existência de uma *crise ecológica* de carácter global capaz de afectar a espécie humana. Destaca-se Rachel Carson que, em 1962, com a publicação de *Silent Spring*, que viria a constituir-se como um marco na história do ambientalismo - na introdução da reedição de 1994, Al Gore, então vice-presidente dos Estados Unidos, escrevia: “Sem este livro o movimento ambientalista poderia ter sido retardado durante muito tempo, ou mesmo nunca ter aparecido. [...] Em 1992, um grupo de notáveis norte-americanos considerou *Silent Spring* como o livro mais importante dos últimos cinquenta anos” -, alertava para os graves perigos que o planeta estava a correr face à acção desenfreada e prepotente do homem, mormente através do uso de pesticidas sintéticos, que apelidou de “elixires da morte” referindo graves consequências para a saúde e, dando grande ênfase à questão da biodiversidade - “o nosso destino está ligado ao dos animais”⁴ - e da sua importância para a espécie humana. “Pela primeira vez na história do mundo, todos os seres humanos estão agora sujeitos ao contacto com perigosos produtos químicos, desde o seu nascimento até à sua morte. Em menos de duas décadas de uso, os pesticidas sintéticos foram tão amplamente distribuídos pelo mundo vivo e não vivo que se encontram virtualmente em toda a parte. [...] Encontraram-se em peixes de remotos lagos de montanha, nas minhocas enterradas no solo, nos ovos dos pássaros e no próprio homem, já que estes produtos químicos estão agora armazenados no corpo da vasta maioria dos seres humanos. Aparecem no leite materno, e provavelmente nos tecidos da criança que ainda não nasceu”(Carson, 1962: 15-16).

⁴ Cf. Colborn et. al, *O Nosso Futuro Roubado*, 1999 (original *Our Stolen Future*, 1996), que retoma esta temática, e atribui particular importância à obra de Carson: “A afirmação de Carson é, desde há muito, um guia para ecologistas, biólogos da fauna selvagem e outras pessoas que reconhecem duas realidades fundamentais: a nossa herança evolutiva e o nosso meio compartilhado. O que acontece aos animais na Florida, nos rios ingleses, no Báltico, no extremo do Ártico, nos Grandes Lagos dos Estados Unidos e no lago Baikal, na Sibéria, tem uma importância imediata para os seres humanos. Os danos observados nos animais de laboratório e na fauna selvagem são sintomas de mau agioiro que parecem estar a aumentar na população humana”. (Colborn et al, 1999: 169).

Em 1970 comemora-se pela primeira vez o dia da Terra, e, em 1972, o relatório Meadows⁵ apresentado ao Clube de Roma⁶, *Os Limites do Crescimento*, revelava um conjunto de preocupações, sobretudo relacionadas com o esgotamento dos recursos, face aos elevados níveis de consumo que então se verificavam. No entanto o facto mais relevante da década é a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, também no ano de 1972, onde se discute pela primeira vez, *o futuro do mundo*, e se traz para a discussão pública o problema da degradação do ambiente, a qual coloca em risco esse mesmo futuro. De facto, a gravidade dos problemas discutidos, que culminou com a Declaração do Ambiente⁷, era muito preocupante para o futuro do planeta. “Por um lado, a informação disponível sobre o estado do ambiente à escala planetária já permitia não só perceber a gravidade da situação presente como, sobretudo, antecipar a vertigem tendencial de deterioração dos indicadores já conhecidos, assim como o inevitável surgimento de outros ainda ocultos na bruma da nossa ignorância” (Soromenho-Marques, 1994: 81).

Para além dos marcos citados, a década de setenta do século XX, foi marcada por um conjunto de acontecimentos, quer ao nível institucional, quer ao nível da ocorrência de acidentes e catástrofes ambientais que viriam a marcar profundamente as duas décadas seguintes até à Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, (ECO-92).

Segundo Faucheux (1995: 25), é a partir dos anos setenta que os problemas dos recursos naturais e do ambiente começam a ser entendidos e tratados como tais e que as acções neste domínio se dividem em quatro grandes atitudes, considerando a análise de Turner⁸: uma atitude extremista, dita preservacionista; uma atitude dominada pela eficiência económica; uma atitude frequentemente chamada

⁵ Meadows et al, (1972).

⁶ O clube de Roma, constitui-se em 1968 e era formado por industriais, cientistas, economistas e outras personalidades.

⁷ Ver declaração do Ambiente de Estocolmo in Cautela (1973).

⁸ “Esta tipologia deve obviamente ser interpretada com circunspeção, na medida em que cada concepção não constitui um compartimento estanque e, na realidade continuam a ser possíveis um grande número de recuperações e combinações” (Faucheux, 1995: 25).

conservacionista; uma atitude que vê nos recursos e nos problemas ambientais uma barreira para o crescimento económico.

No início da década de setenta, o aparecimento dos primeiros movimentos ecologistas que viriam a dar origem ao movimento actual é marcado pela contestação às centrais nucleares, e pode ser ilustrado pelo protesto desencadeado em 1971 pelo Greenpeace contra as centrais nucleares canadianas: “Até meados dos anos setenta, o Greenpeace manteve-se exclusivamente um movimento anti-nuclear nos actos, se não mesmo na ideologia” (Yearley, 1992: 69).

Nos anos oitenta, assume grande relevância a constituição da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, (W.C.E.D.) pela ONU, que viria a publicar em 1987 o Relatório “O Nosso Futuro Comum”, também conhecido por Relatório Brundtland⁹. Este relatório viria a ter uma grande importância ao identificar os principais problemas ambientais que ameaçam e entram o desenvolvimento de muitos países do Sul, e propondo um compromisso entre ecologia e economia, assente no conceito de desenvolvimento sustentável¹⁰, ou seja, conciliar a intervenção tecnológica com a capacidade ecossistémica do planeta de suportar essa intervenção. Em suma, conciliar ambiente e desenvolvimento.

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, realiza-se no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, (ECO-92), também designada de Cimeira da Terra, na qual estiveram representados ao mais alto nível 176 países. A ECO-92, onde foi aprovado um importante conjunto de declarações¹¹, realiza-se com base no entendimento de que os problemas ambientais

⁹ Nome da presidente da comissão e então primeiro-ministro da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

¹⁰ O conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado inicialmente pela UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza em 1980, tendo sido posteriormente desenvolvido e divulgado pelo “relatório Brundtland” apresentado pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (W.C.E.D.) em 1987, sendo definido como o processo de “desenvolvimento económico, social e político de forma a assegurar a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades”.

¹¹ Na conferência, foram aprovadas por unanimidade, as Declarações do Rio Sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios Sobre as Florestas e a Agenda 21 Local, e foram abertas para assinatura a Convenção sobre as Alterações Climáticas e a Convenção Sobre a Diversidade Biológica.

são de tal forma graves que afectam todo o planeta e exigem uma acção concertada a nível mundial. A perda de biodiversidade, as chuvas ácidas, o aumento do efeito de estufa e a destruição da camada de ozono são questões globais que não afectam uma só região ou país, e, como tal terão de ser resolvidas em comum por toda a humanidade.

O problema ambiental apresenta-se então sob dois aspectos principais: um primeiro aspecto respeita ao facto de se tratar de um *problema global*¹², apesar das diversas formas com que se apresenta, e do modo diverso como afecta as diferentes comunidades e actividades humanas em todo o globo terrestre. Carece por isso de soluções globais. Um segundo aspecto refere-se à importância e à preocupação que hoje provoca este tema que parece extensiva a tudo e a todos. “De súbito, o ambiente conquistou um lugar privilegiado nas prioridades de todos, desde políticos, industriais e professores, até às agências de publicidade e editores” (Yearley, 1992:1).

Como acentua Lipovetsky (1994: 243) “enquanto o Papa João Paulo II qualificava a crise ecológica como 'problema moral' da maior importância, vinte e quatro chefes de Estado e de governo declararam solenemente a sua vontade de delegar uma parcela da sua soberania nacional para o bem comum de toda a humanidade. Os nossos deveres superiores já não são para com a nação, têm por objecto a natureza: a defesa do ambiente tornou-se um objectivo prioritário *de massas*; em 1990, os franceses colocavam, por ordem de importância, o ambiente e a ecologia no segundo lugar dos problemas a enfrentar”.

Esta preocupação parece decorrer da percepção de um duplo perigo. Por um lado o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, colocado com muita veemência pela crise energética de 1973; e, por outro, uma crescente e visível degradação do meio natural, provocado pela civilização industrial (como a poluição, a destruição da camada de ozono, o aumento do efeito de estufa, a perda de

¹² Cf. Soromenho-Marques, 1998.

biodiversidade, as alterações climáticas). A problemática ambiental está por conseguinte directamente relacionada com o actual modelo de desenvolvimento.

O carácter e a natureza do problema ambiental podem, assim, sintetizar-se numa importante frase: *não é possível um crescimento ilimitado num mundo naturalmente limitado*, a qual, para além da sua clareza e contundência de expressão, nos permite apresentar os principais vectores do problema: por um lado, a tendência da sociedade contemporânea de crescer e melhorar, vencendo todo o tipo de limites e dificuldades, e por outro, a evidência de equilíbrio, estabilidade e limitação, que ao contrário, e pela sua própria “natureza”, apresenta o mundo natural, no qual tem lugar o desenvolvimento da humanidade. Curiosamente, esta oposição é representada nos meios académico e científico, por duas disciplinas com a mesma origem etimológica: economia e ecologia¹³.

Esta oposição e analogia, não são mais do que um reflexo da natureza humana no seu duplo contexto, natural e social, ambiental e cultural. Desta dualidade resulta o problema. Com efeito, como ser vivo, o homem é um elemento do meio natural, e como tal, submetido às suas leis.

Esse conjunto de preocupações, que marca a emergência de uma consciência ecológica, que surge nos anos sessenta do século XX e se acentua nos nossos dias, e que, conforme mencionado, surge na sequência de um conjunto de catástrofes ambientais¹⁴ provocadas na sua maioria pela acção directa do homem, insere-se num contexto de mudanças sociais globais assentes numa transição de valores, bem como na posterior institucionalização do problema ambiental assente na emergência de novos movimentos sociais e da sua mediatização.

¹³ Os termos economia e ecologia têm origem na palavra grega Oikos, que significa casa; habitat. Ecologia, significando o “estudo da casa” e, economia o “governo da casa”. O conceito de ecologia foi introduzido por Haeckel em 1866.

¹⁴ Cf. Beck [1986] (1992); Giddens (1990) Lagadec (1991).

1.2 A emergência do ambiente na sociologia

1.2.1 Os precursores

Se a aceleração da intervenção tecnológica das sociedades sobre o ambiente esteve na origem da agudização das disfunções ambientais, a relação entre ciência, tecnologia e ambiente não é linear; é também no campo científico que surgem, se ampliam ou são legitimadas as preocupações sociais sobre os seus próprios limites na manipulação da natureza. Desde a contribuição das ciências "clássicas" relacionadas com o ambiente, como as diversas áreas das ciências naturais e da geografia física e humana; passando pela incorporação de problemáticas ambientais nas disciplinas mais directamente tecnológicas, como as engenharias civil e mecânica, e pela criação de novas disciplinas tecnológicas ambientais, como a engenharia do ambiente e a ecologia industrial; pela introdução da problemática ambiental no núcleo de ciências sociais como a economia, a antropologia e a sociologia; e pela criação de áreas e equipas de estudo interdisciplinares em torno de problemas ambientais; muitas foram as transformações cognitivas, tecnológicas e institucionais que, com êxitos variáveis e dificilmente avaliáveis no curto prazo, essa nova reflexividade sobre a crise ambiental tem inscrito no núcleo duro da racionalidade técnico-científica ocidental e dos seus programas de desenvolvimento. Como disciplina que se autonomizou a partir da interrogação sobre as origens e as consequências da modernidade, a sociologia cedo incorporou essas preocupações nas suas problemáticas.

A emergência explícita do ambiente na sociologia, embora não se possa falar ainda de uma sociologia do ambiente, acontece no seio da Escola de Chicago, com Park, (1916), (1936); Park e Burgess, (1921); e Mackenzie, (1968) que, recorrendo, de certo modo à tradição da ecologia vegetal e animal, inicia um novo ramo da sociologia, chamada de ecologia humana ou ecologia urbana.

Ao observar sociologicamente a vida de uma de uma cidade, verifica-se que uma parte significativa dos problemas se deve à influência que é exercida pelo espaço urbano, organização do território, transportes e comunicações, estrutura

demográfica, entre outros. Assim, com base em Mackenzie, (1968), os sociólogos da Escola de Chicago concentraram-se sobre o estudo das relações espacio-temporais dos seres humanos, enquanto dependentes de factores de selecção, de distribuição, e de adaptação em relação ao meio ambiente.

Willhelm (1964) refere que, do ponto de vista teórico, a Escola de Chicago insiste sobre um aspecto original ao realçar através de estudos empíricos, como as relações sociais (tal como todos os fenómenos de vida) se constroem sobre uma base material, sobre uma infra-estrutura espacial a que chamam “biótica”.

Estamos, assim, perante uma nova forma de conceber a teoria sociológica, baseada no estudo da influência do meio ambiente sobre a vida social. Por sua vez, Vaillancourt (1996), observa que as opiniões divergem, havendo autores, que criticam a unilateralidade da Escola de Chicago, e outros que procuram completá-la, afirmando que a relação recíproca, a influência do meio social sobre o meio ambiente, é igualmente previsível e observável.

Contudo, ainda segundo Vaillancourt (1996: 57), a Escola de Chicago abre novas perspectivas e novas análises teóricas e empíricas, e, apesar das limitações, - falta de perspectiva histórica, pobreza de hipóteses explicativas fundamentais, pouca consideração da interacção múltipla entre as componentes básicas da relação entre meio ambiente e sociedade (componentes bio-geo-químicos, tecnológicos, económicos, administrativos, sanitários, éticos, jurídicos, culturais e educacionais) - a Escola de Chicago pode ser considerada pioneira de uma sociologia do ambiente.

1.2.2 Um novo paradigma

Em 1972, a Conferência de Estocolmo coloca pela primeira vez, de forma clara, a problemática ambiental no seio da opinião pública; em 1976, a *American Sociological Association* cria uma secção de sociologia do ambiente. Esta era ainda praticamente desconhecida quando dois importantes artigos (Catton e Dunlap, 1978a

e Dunlap e Catton, 1979) propõem uma reorientação da disciplina “rumo a uma perspectiva mais holista capaz de conceptualizar os problemas sociais no contexto da biosfera” (Buttall, 1987: 466).

Renovando, ampliando e aprofundando a tradição da Escola de Chicago, pretende-se agora reorientar a investigação sociológica a partir do estudo da influência recíproca dos factores físico-biológicos e sócio-culturais. Dunlap e Catton (1979) precisam esta posição, afirmando que “a nova ecologia humana deve constituir o coração da sociologia do meio ambiente e conduzir a uma renovação radical da disciplina”.

A ideia central deste propósito pode resumir-se do seguinte modo, com base em Buttall, (1978). Em oposição à tese de Durkheim, geralmente aceite, *os factos sociais devem explicar-se através de factos sociais*, o grave problema da degradação do meio ambiente exige que a sociologia abandone o seu antropocentrismo exacerbado, reconheça a interacção entre forças sociais e naturais e que abandone de uma vez por todas a “ilusão” de que a espécie humana está isenta das leis que regem as outras espécies biológicas, vegetais e animais.

Catton e Dunlap (1978a; 1980) desenvolvem esta ideia central mostrando a necessidade de que o “velho” paradigma¹⁵, HEP-*Human Exemptionalism Paradigm*, comum a diferentes visões teóricas, (interaccionismo simbólico, funcionalismo, etnometodologia, marxismo) assente no pressuposto de que o homem é o centro de todo o sistema, traduzindo uma visão antropocêntrica do mundo, deve dar lugar a um novo paradigma, NEP-*New Environmental Paradigm* capaz de considerar efectivamente a influência recíproca entre leis ecológicas e regulações políticas, económicas e sociais. Esta tese é desenvolvida em torno de quatro premissas apresentadas no quadro 1.1.

¹⁵ O conceito inicial do HEP - *Human Exemptionalism Paradigm*, enunciado no artigo de 1978, foi depois alterado para *Human Exemptionalism Paradigm*, no texto de 1979.

QUADRO 1.1 - Premissas do HEP e do NEP, Catton e Dunlap (1980)

HEP - Human Exemptionalism Paradigm	NEP - New Environmental Paradigm
1. Os humanos diferem das outras espécies, porque têm uma herança cultural, acumulada, para além da herança genética.	1. Embora possuindo características excepcionais, a espécie humana é apenas uma entre as outras espécies do planeta, todas interdependentes do ecossistema global.
2. Os factores sociais e culturais, incluindo a tecnologia, são os grandes determinantes das acções humanas.	2. As acções humanas não são apenas influenciadas por factores sociais e culturais, mas também por complexas relações de causa-efeito e retroacção da natureza. Podem, por isso, ter consequências imprevistas.
3. O ambiente social e cultural é o contexto crucial para as acções humanas, sendo o ambiente biofísico pouco relevante.	3. Os humanos vivem e dependem de um ambiente biofísico finito, que lhes impõe poderosos constrangimentos físicos e biológicos.
4. A cultura é cumulativa; portanto o progresso técnico e social pode continuar indefinidamente, tornando resolúveis todos os problemas sociais.	4. Embora a criatividade humana e os seus poderes possam dar a ilusão de não haver limites para a capacidade de carga do planeta, as leis ecológicas não podem ser ultrapassadas.

Assim, o NEP postula que o mundo é finito e impõe limites físicos e biológicos ao crescimento económico, ao progresso social e a outros fenómenos da sociedade, contrariando, assim, a ideia de que o progresso científico e tecnológico libertaria infinitamente o homem da sua relação com a natureza.

No entanto, paradoxalmente, o NEP apresenta, ele próprio, características anti-reflexivas, pois parece ignorar que as sociedades têm, ou começam a ter consciência do risco, organizando-se no sentido de criar novas formas de regulação económica e política para lidar com ele. Propõe um regresso ao determinismo, ao mesmo tempo que na sociedade se desenvolve a reflexividade e emerge um reconhecimento do risco que é incorporado nos valores da sociedade pós-moderna (ou da modernidade tardia). Logo, o NEP de início não incorpora teoricamente uma dimensão fundamental do problema ambiental, que é precisamente o da reflexividade social em torno dos problemas que levanta, e de que a criação de uma sociologia do ambiente é, ela própria, expressão.

Em trabalhos ulteriores, Catton e Dunlap incorporam uma componente de maior reflexividade sobre a questão ambiental, quando abordam a questão do reconhecimento social crescente da realidade da *mudança ambiental global*, a qual representa um desafio fundamental para o HEP, e oferece uma oportunidade para fortalecer o interesse social e sociológico sobre o ambiente (Dunlap e Catton, 1993). Para Dunlap, a sociologia do ambiente passa então a recolher três temas base, que só ela explora convenientemente: “as causas principais dos problemas ambientais, as soluções potenciais para os problemas, e a análise dos impactes sociais dos problemas ambientais e suas possíveis soluções”(Dunlap, 1996, cit. in Schmidt 1999:59). Fica assim aberta a via para uma sociologia do ambiente que incorpora na sua problemática as determinações e as consequências biológicas e ambientais das práticas sociais, sem ao mesmo tempo prescindir do estudo das representações, da reflexividade e da problematização social sobre o ambiente como factores sociologicamente relevantes dessa mesma relação.

1.3 Ambiente, modernidade, e sociedade de risco

A dimensão e globalidade dos problemas ambientais ganham particular ênfase no discurso sociológico através dos debates sobre a modernidade, destacando-se as reflexões de Beck ([1986]1992), (1994), (1998) e Giddens (1990). O primeiro ao colocá-las no centro da sua teoria sobre a sociedade de risco, que designou de modernização reflexiva¹⁶; o segundo, ao integrar as questões ambientais nas consequências do desenvolvimento da sociedade capitalista/industrial, embora não as colocando como problema central, mas como um entre outros.

Nas abordagens desenvolvidas por Beck e Giddens, encontra-se um reconhecimento explícito das limitações do conhecimento humano, defendendo-se que as explicações científicas “objectivas” dos processos naturais já não oferecem uma explicação suficiente do impacte humano sobre o mundo natural. A modernidade traz consigo o conhecimento tecnológico, capaz de resolver um

¹⁶ “Modernização reflexiva significa a possibilidade de uma (auto)destruição criativa de toda uma época: a da sociedade industrial. O sujeito desta destruição criativa não é a revolução, nem a crise, mas a vitória da modernização ocidental”(Beck, 1994: 2).

conjunto de problemas, mas introduz a sociedade de risco, ela própria indutora de outros.

A teoria da sociedade de risco desenvolvida por Beck parte da premissa que os países do ocidente passaram de uma sociedade *industrial* ou de *classes*, em que a questão central é a forma como a riqueza socialmente produzida pode ser distribuída de forma equitativa, enquanto simultaneamente reduz os efeitos do lado negativo (pobreza, fome), a um paradigma de uma *sociedade de risco* em que os riscos e os perigos produzidos por parte da modernização, entre os quais o da poluição e da degradação ambiental, devem ser evitados e minimizados. “A sociologia não perguntou o que significa a ameaça da autodestruição para a sociedade, contudo, a resposta seria unânime de que essa ameaça é aquilo que caracteriza e distingue a última metade do século XX” (Beck, 1998: 75).

Beck, como refere Goldblatt (1996: 228), localiza as origens e as consequências da degradação do ambiente precisamente no centro de uma teoria da sociedade moderna, em vez de considerá-la um elemento periférico ou uma reflexão teórica posterior. “A sociologia de Beck e as sociedades que ela descreve são dominadas pela existência de ameaças ecológicas e pela forma como as entendemos e lhe reagimos. Na realidade podemos ser levados ao ponto de afirmar que a sociedade de risco é firmada e definida pela emergência destes perigos ecológicos, caracteristicamente novos e problemáticos”.

Segundo Beck, ([1986]1992) os novos riscos, trazidos pela modernização¹⁷ são qualitativamente diferentes dos obstáculos e dos perigos que surgiram em períodos anteriores da história:

- os riscos actuais resultam directamente da industrialização;

¹⁷ “Modernização refere-se aos impulsos tecnológicos, racionalização e transformação do trabalho e organização, mas, inclui muitas coisas mais: a mudança e o carácter social das biografias normais, dos estilos de vida e das formas de amar, das estruturas de influência e de poder, das formas políticas de opressão e participação, das concepções da realidade e das normas cognoscitivas. Para a compreensão sociológica da modernização, o arado, a máquina a vapor e o microchip são indicadores visíveis de um processo muito mais profundo e que abarca e transforma toda a estrutura social. Em última análise no qual se transformam as fontes da certeza de que se nutre a vida” (Beck, 1992: 50).

- apresentam-se sob a forma de toxinas ou de radioactividade, e, por isso já não são perceptíveis ao nível dos sentidos;
- não resultam de falta de tecnologia ou riqueza mas de sobreprodução, multiplicando-se à medida que a industrialização se intensifica à escala global;
- a experiência contemporânea do risco é científica e politicamente reflexiva. Isto é, a sociedade é intencionalmente reestruturada numa tentativa para reduzir o risco, mas não consegue lidar com a força ameaçadora da modernização e da globalização da dúvida que lhe é inerente;
- os riscos não se restringem ao seu local de origem, mas, pela sua natureza, põem em perigo todas as formas de vida do planeta;
- a globalização da indústrias de alto risco tornou impossível o cálculo científico do perigo e das suas consequências.

A questão da reflexividade ou da retroacção nas sociedades modernas é de novo enfatizada por Lagadec (1991). Se por um lado a modernidade radica nas sociedades industrializadas, por outro, não há dúvida que estas trouxeram novos problemas, aos quais ela própria tem dificuldade em responder, nomeadamente a questão dos riscos ambientais de grandes proporções e com carácter alargado. Lagadec problematiza o que chamou “civilização do risco”, encetando a discussão a partir da análise pormenorizada de um conjunto de desastres¹⁸ e colocando a questão em torno das noções de catástrofe tecnológica e de responsabilidade social e política.

A globalização do risco referida por Beck é o ponto central da teoria da modernidade em Giddens, que apresenta a questão do risco como tendo um carácter global. Ao ser apresentado como tendo um âmbito generalizado, o risco assume-se como uma questão central da maior importância na reflexão apresentada por Giddens (1990), onde especifica o “perfil do risco” das sociedades contemporâneas.

¹⁸ Lagadec desenvolve o conceito de civilização do risco a partir da ocorrência de um conjunto de desastres que coloca as sociedades industrializadas no cerne da questão, particularmente as seguintes ocorrências: a explosão de Flixborough, 1974; o acidente químico de Seveso, 1976; o afundamento do navio Amoco-Cadiz, 1978; o acidente nuclear de Three Mile Island, 1979; o acidente de transporte de químicos de Toronto, 1979.

Na sua óptica, o risco sofreu importantes transformações em três dimensões: âmbito, tipo e experiência. O seu âmbito atingiu proporções globais, estendendo-se a toda a humanidade, e intensificou-se ao ponto de provocar eventuais catástrofes. Por sua vez o tipo de risco emergente ameaça destruir uma natureza plenamente socializada, estendo-se aos pontos mais remotos do planeta, colocando assim toda a humanidade perante um destino comum. “A possibilidade de guerra nuclear, de calamidade ecológica, de explosão populacional incontável, de colapso da troca económica global e de outras potenciais catástrofes globais oferece um horizonte de riscos assustador para todos. Como Beck comentou, os riscos globais deste tipo não respeitam as divisões entre ricos e pobres, ou entre regiões do mundo. O facto de Chernobyl estar em toda a parte implica o que ele designa por o fim dos outros - as fronteiras entre os que são privilegiados e os que não são”. Por fim, a consciência e a percepção do risco estende-se para além dos peritos, permeabilizando o espaço público e o discurso político e questionando a confiança que anteriormente se tinha na ciência como fonte de soluções eficazes e seguras (Giddens, 1990: 97).

1.4 Os problemas sociais

As transformações do risco e da sua componente ambiental na sociedade moderna, mais especificamente na dimensão experiencial relevada por Giddens com as suas consequências ao nível da reflexividade social, levam à sua perspetivação a partir de uma outra vertente da teoria sociológica, a da sociologia dos problemas sociais.

Na literatura sociológica desde finais do século XIX até ao presente, Rubington e Weinberg (1995) e Jamrozik e Nocella (1998) consideram a existência de sete perspetivas acerca dos problemas sociais: a) patologia social; b) desorganização social; c) conflito de valores; d) comportamento desviado; e) labelling; f) teoria crítica (perspectiva radical); g) construtivismo. As quatro primeiras inserem-se na perspectiva da sociologia positivista, enquanto as três últimas se inserem no campo da sociologia relativista. As diferentes perspetivas

desenvolvem-se em torno da definição de problema social e do seu elemento central (Rubington e Weinberg 1995).

- a) Patologia social: tem como elemento central as *pessoas* e define o problema social em torno da *violação de expectativas morais*.
- b) Desorganização social: tem como elemento central as *regras sociais* e define o problema social em torno da *falha no funcionamento das regras sociais*.
- c) Conflito de valores: tem como elemento central os *valores e os interesses* e define o problema social em torno da *situação de incompatibilidade com os valores de um grupo social*.
- d) Comportamento desviado: tem como elemento central os *papéis sociais* e define o problema social em torno da *violação de expectativas normativas*.
- e) Labelling: tem como elemento central as *reações sociais* e define o problema social em torno do *resultado da reacção social à alegada violação de normas ou expectativas*.
- f) Teoria crítica (perspectiva radical): tem como elemento central as *relações entre classes sociais* e define o problema social em torno do *resultado da exploração da classe trabalhadora*.
- g) Construtivismo: tem como elemento central o *processo de reivindicação* e define o problema social em torno do *processo pelo qual grupos sociais reivindicam que uma dada situação é um problema social*.

O presente estudo desenvolve-se em torno da perspectiva construtivista, que se expõe mais pormenorizadamente a seguir.

A perspectiva construtivista dos problemas sociais surge na análise sociológica nos anos setenta do século XX. Emerge da insatisfação com uma postura objectivista dominante no estudo dos problemas sociais (Best, 1989 cit. in Jamrozik e Nocella 1998: 30). Constitui-se como um desenvolvimento da perspectiva do

*labelling*¹⁹, e as suas bases teóricas assentam no trabalho de Peter Berger e Thomas Luckmann sobre a construção social da realidade (1966) (Jamrozik e Nocella 1998:30).

Para Berger e Luckman (1976), a sociedade é uma produção humana e o homem uma produção social. Esta é ao mesmo tempo uma realidade objectiva, porque é exteriorizada relativamente aos actores sociais, que a produzem, objectivada, por ser constituída por objectos autónomos dos sujeitos sociais e apercebidos intersubjectivamente, e subjectiva porque é interiorizada através da socialização. (Berger e Luckman 1976: 69-ss.). Deste ponto de vista, os problemas sociais - enquanto percepção socialmente partilhada de que determinados conjuntos de fenómenos são disfuncionais ou patológicos, e que podem ser etiquetados (*labelled*) por uma designação comum que os torna reconhecíveis como alvos de preocupação pública, de reivindicação e de políticas de remediação - são construídos por actividades sociais de representação, significação e institucionalização que os objectivam como factos sociais - no sentido em que lhes conferem uma realidade intersubjectiva, independente das consciências individuais -, e como tal susceptíveis de se tornarem objectos de socialização. Neste processo de construção social, dados de observação preexistentes sobre fenómenos objectivos são reelaborados e conceptualizados em torno das categorias emergentes da preocupação pública, e novos elementos de facticidade (de acontecimentos singulares a estatísticas e a resultados científicos) são produzidos pelos novos focos de atenção, de problematização e de produção de sentido.

A sociologia dos problemas sociais começou a passar por um conflito paradigmático fundamental com a aparição de um artigo seminal de Malcolm Spector e John Kitsuse (1973) intitulado “Social Problems: A reformulation”; na sua obra subsequente (1977), Spector e Kitsuse desafiavam a abordagem “estrutural-funcional” aos problemas sociais que até então tinha dominado a área de estudo. O funcionalismo, tal como foi exemplificado pelo trabalho de Merton e Nisbet (1971),

¹⁹ Cf. Rubington e Weinberg (1995); Jamrozik e Nocella (1998). Ver ainda as “discussões” sobre as perspectivas do *labelling e construtivista* desenvolvidas por Franco (2003) e sobre o *desafio do construcionismo* desenvolvida por Schmidt (1999: pp.104-111).

tomou por certa a existência de problemas sociais (crime, divórcio, doenças mentais) como produtos directos das condições objectivas prontamente identificáveis, distintas e visíveis (Hannigan, 1995: 47)

Desde 1973 que a teorização dos problemas sociais vem gerando uma massa crítica de contribuições teóricas e empíricas (Hannigan, 1995: 48)²⁰. Em cada caso, o que as análises constructivistas têm em comum é uma preocupação com a forma como as pessoas, os grupos sociais e as instituições determinam o significado do seu mundo (Best, 1989, cit. in Hannigan, 1995: 48)

Segundo Hannigan (1995), Spector e Kitsuse argumentaram que os problemas sociais não são condições estáticas, mas “sequências de acontecimentos” que se desenvolvem com base em definições colectivas. Em conformidade com esta definição, eles teorizaram os problemas sociais como as “actividades de grupos que fazem asserções de agravos e reivindicações às organizações, agências e instituições sobre algumas condições aceitáveis”. O processo de criação de exigências é teoricamente mais importante do que a determinação da sua validade objectiva destas. Assim, o analista dos problemas sociais é impelido a centrar-se na forma como este problema é “gerado e sustentado pelas actividades de grupos de reclamação e respostas institucionais a elas”.

Ainda com base em Spector e Kitsuse (1977), Franco (2003: 19) refere que “qualquer asserção sobre a factualidade das condições não deve ser interpretada como detendo um valor objectivo, mas como um juízo de realidade, ou seja, uma asserção que estabelece a realidade da condição definida. Neste sentido, as condições de um problema social não são objectivas, antes hipotéticas, reputadas ou meras suposições. Daí que a factualidade dos problemas sociais não seja considerada pertinente, nem constitua objecto”.

²⁰ Best (1989); Gusfield (1981); Holstein e Miller (1993); Loseke (1992); Schneider (1985); Schneider e Kitsuse (1984).

Assim, o “foco” não está no fenómeno social em si, mas nos processos através dos quais o fenómeno social é construído e interpretado. A presunção teórica da perspectiva construtivista distingue claramente o fenómeno social do fenómeno físico, sendo o fenómeno social interpretado como não tendo uma existência independente da percepção e da interpretação do observador (Jamrozik e Nocella 1998: 30). No estudo dos problemas sociais, o enfoque da perspectiva construtivista é centrado principalmente nos processos através dos quais uma condição social é interpretada como problema social, e não a condição enquanto realidade objectiva; e, portanto, nos actores sociais envolvidos no problema social, isto é, as pessoas que “reclamam” que uma condição particular constitui um problema social. “A identificação de um problema social é portanto vista como uma actividade reivindicativa” (Spector e Kitsuse, 1977: 73).

Assim, para Rubington e Weinberg, (1995) a “definição de problema social” pode situar-se em dois pressupostos: um centrado na “situação” que é considerada problema, e segundo a qual um problema social “é uma alegada situação incompatível com um significativo número de pessoas, que concordam ser necessário agir para a alterar”, outro, centrado no “processo”, e que reflecte a perspectiva de Spector, e Kitsuse (1977) para quem um problema social é constituído “pelo conjunto das acções que indivíduos ou grupos levam a cabo ao prosseguirem reivindicações relativamente a determinadas condições putativas”.

Spector e Kitsuse centram a sua observação nos processos sociais que fazem com que uma determinada questão receba da opinião pública a atenção devida a um problema social. “A ocorrência de problemas sociais depende da existência prolongada de grupos ou organizações que definem uma determinada situação social como um problema, e que procuram fazer qualquer coisa para o resolver. [...] O problema central de uma teoria dos problemas sociais é dar conta dos factores de *emergência* e de *continuidade* das acções reivindicativas e das reacções que elas provocam” (Kitsuse e Spector, 1981 cit. in Yearly, 1992: 50).

De acordo com Best (1989) citado por Hannigan, (1995: 50), “o construcionismo não é apenas útil como uma posição teórica, mas poderá ser igualmente útil como uma ferramenta analítica. A este respeito, ele sugere três focos para o estudo dos problemas sociais a partir de uma perspectiva construtivista: as próprias exigências; os formuladores das exigências e o processo de criação das exigências. Partindo deste último foco, “em cada fase do processo de definição colectiva, juntam-se novos factores de configuração da carreira de um problema social. A fase de legitimação finaliza quando o problema social em questão adquire o estatuto de tópico de discussão pública, quando surgem reivindicações diferenciadas, dando lugar à situação de polémica sobre a natureza, causas e soluções do problema social” Franco (2003: 28).

Desenvolvendo-se este estudo em torno duma perspectiva construtivista, é importante referir que “demonstrar que um problema social foi socialmente construído não é subvertê-lo ou desmascará-lo, pois quer as reivindicações válidas desencadeadas pelos problemas sociais, quer as inválidas, têm ambas que ser socialmente construídas” (Yearley, 1992: 185). Ou como refere Schmidt (1999: 111) “do mesmo modo que 'desconstruir' um problema ambiental não quer dizer que ele não exista na realidade, 'construí-lo' também lhe pode acrescentar dimensões que ele não tinha antes, passando estas a fazer parte da própria realidade do problema”. Fica, sim, aberta a discussão entre as tendências construtivistas radicais, que se colocam na posição fenomenológica de suspensão de juízo sobre a realidade objectiva dos alegados problemas e restringem os seus esforços de objectivação aos processos sociais de alegação e reivindicação; e as posições que poderíamos designar de construtivismo contextual, para as quais é importante não evacuar da agenda de investigação o papel da acumulação de condições objectivas, externas e eventualmente prévias ao sentido que a problematização social lhes virá a conferir, como plataforma de acordo intersubjectivo para a emergência de processos de problematização.

Assim, os problemas ambientais, tal como em geral a percepção social do risco, são uma “construção social que se situa numa variedade de experiências

negociadas” (Bird, 1987 cit. in Hannigan, 1995: 145). Para que as disfunções ambientais se tornem problemas sociais, é necessário que existam grupos de pressão cujos objectivos não só integram a procura de influência sobre as políticas relevantes, mas, sobretudo, procuram dar-lhe visibilidade de modo a que cheguem à opinião pública com o carácter de problema, reforçando a legitimidade das suas alegações e reivindicações. Para tal, efectua-se um trabalho de *labelling*, pelo qual um conjunto de condições objectivas empiricamente disjuntas (por exemplo, a desflorestação, a finitude dos recursos energéticos, a proliferação de armas nucleares, a explosão demográfica, as marés negras, as cheias em áreas urbanas...) é subsumida numa categoria de cobertura (por exemplo, degradação ambiental) que lhes confere um novo sentido unificador, no seio do qual se potenciam reciprocamente para efeitos de alegação e de construção de preocupação pública.

O êxito da construção de um problema social ambiental depende, de acordo com (Hannigan, 1995: 75), da confluência dos seguintes factores:

- “autoridade científica para a validação das exigências;
- existência de “propagadores” que possam estabelecer a ligação entre o ambientalismo e a ciência;
- atenção dos meios de comunicação social onde o problema é “estruturado” como novidade e importante;
- dramatização do problema em termos simbólicos e visuais;
- incentivos económicos para tomar uma acção positiva;
- emergência de um patrocinador institucional que possa assegurar legitimidade e continuidade”

A legitimação e a institucionalização do problema ambiental requerem, assim, uma validação científica, uma divulgação eficaz e a existência de públicos receptores do problema.

A validação científica tem-se revelado muito importante na legitimação do problema ambiental, em dois aspectos principais. Por um lado, no conhecimento de processos objectivos subsumíveis no problema social, como parte do seu processo de objectivação: a consciencialização e a legitimação de problemas ambientais de

carácter global, como a diminuição da camada de ozono, a perda de biodiversidade ou o aumento do efeito de estufa, só foram possíveis através das descobertas científicas. “A causa verde está intimamente ligada à ciência desde logo quando afirma que as coisas naturais impõem, das mais diversas maneiras, limites às nossas próprias opções” (Yearley, 1992: 116). Por outro, pelo contributo dado na consolidação dos movimentos ambientalistas, que viriam a tornar-se os principais veículos de propagação do problema, e que se reclamam portadores de *autoridade científica*, como veremos adiante.

Contudo, na divulgação do problema, a mera existência dos movimentos ambientalistas não seria eficaz como *propagador* do problema se os *media* não veiculassem a mensagem de forma estruturada e institucionalizada. Horta (1997), com base em Luhmann, refere que “a comunicação é o elemento essencial da realidade social, e, é partir dela, e não da acção, que se configuram os sistemas sociais”. “Os peixes ou os seres humanos podem morrer porque nadar nos mares ou nos rios tornou-se pouco saudável. Os poços de petróleo podem secar e a média das temperaturas climáticas pode subir ou descer. Mas enquanto não se comunicar sobre isto, estes factos não têm efeitos sociais” (Lumhann, cit. in Horta, 1997: 25).

Assim, “na passagem dos problemas ambientais de condições para assuntos, e depois para condicionantes da elaboração de políticas, a visibilidade mediática é crucial” (Hannigan, 1995: 79). Porque, como refere Oliveira (1988: 85-86), “na complexa sociedade de informação os ‘mass media’ desempenham uma dupla mediação: Uma ‘mediação cognitiva’, enquanto dão notícia, relatam o que acontece, reproduzem ‘a realidade’, criam símbolos, percepções e ‘visões’ do mundo; mas também uma ‘mediação estrutural’, enquanto no seu discurso sobre as coisas e as pessoas, sobre os acontecimentos, eles produzem a própria realidade, realizando assim num âmbito social mais largo e complexo, a estratégia de perpetuarem a sua própria forma expressiva, o entendimento possível do seu próprio discurso sobre os acontecimentos recorrendo à criação de códigos significativos e reinterpretativos da realidade”.

Sem a cobertura dos meios de comunicação social, dificilmente os *problemas* entram na área do discurso público ou vêm a fazer parte do processo político, porque “é nos meios de comunicação social que circula o discurso da opinião pública” (Rodrigues, 1984: 35). A comunicação social, para além de “veículo de opinião publicamente produzida nos espaços de debate e de convívio, tornou-se, pouco a pouco, produção de opinião, substituindo-se assim, ao trabalho de elaboração colectiva que orientava o projecto iluminista, reservando esse trabalho a uma classe profissional, aos profissionais da mediação” (Rodrigues, 1990: 41).

A comunicação social surge assim como importante veículo de intermediação na divulgação das questões ambientais, já que “muitos de nós dependemos dos meios de comunicação social para que o dilúvio diário completamente confuso de informação sobre os riscos ambientais, tecnologias e iniciativas faça sentido. Contudo, e em simultâneo, o papel dos meios de comunicação social como um agente de educação ambiental e estabelecimento de agenda é bastante complexo” (Hannigan, 1995: 79). Mas, “não é só o mundo dos leigos que depende da tradução mediática; a própria ciência precisa dos *media* para se afirmar e expandir. Como nota Feldman (1993), a propósito justamente da complexidade (científica e técnica) dos problemas ambientais, *o saber científico tem que ser processado e traduzido pelos media para se tornar um facto social público relevante*” (Schmidt, 1999: 113).

Em suma, os *media* assumem um importante conjunto de funções enquanto veículos de divulgação e intermediação dos problemas ambientais. Para além da perspectiva dos *media* enquanto agentes de informação/socialização, encontramos também perspectivas que consideram que os *media* concorrem, a par de outras instâncias sociais, para a produção/construção social da realidade, para as visões que as pessoas partilham sobre o mundo. Não se limitam a transmitir informação, dão forma à realidade que tematizam, criando no seu discurso códigos de leitura, de significação e de interpretação sobre os conteúdos, o que remete para uma mediação interpretativa, na percepção do contexto sócio-político no qual é colocado o acontecimento (Oliveira, 1991). Neste sentido, o trabalho dos *media* é fundamental na passagem da *difusão* selectiva dos acontecimentos (como o naufrágio de um

petroleiro); à *tematização/labelling* dos acontecimentos (o naufrágio do petroleiro é um assunto de indústria de construção naval - segurança estrutural dos navios; de meteorologia - condições atmosféricas na origem do acidente; *ou ambiental - risco de poluição por derrame*), incluindo o *labelling* retrospectivo de acontecimentos preexistentes à codificação do tema como problema social; e à sua *problematização*, ao valorarem os acontecimentos como indicadores de fenómenos subjacentes, merecedores de preocupação pública e de atenção política, e ao seleccionarem e darem voz aos actores ou grupos de pressão problematizadores para formularem as suas alegações em comentário aos acontecimentos.

Entretanto, por importante que seja a função dos *media* na construção dos problemas sociais, essa mediatização pressupõe a emergência, por um lado, de enunciadores que formulem as alegações do problema, sob a forma actores isolados ou de grupos de pressão organizados; por outro, de grupos sociais mais vastos portadores dos valores e das orientações cognitivas para se constituírem como públicos eficientes do problema, isto é, partilharem suficientemente a crença nas disfunções alegadas para se agregarem numa preocupação colectiva perceptível no espaço público, através de mecanismos de participação colectiva (formação de associações, manifestações, iniciativas de alerta e de protesto, votações) ou de aferição (sondagens de opinião, estudos sociológicos, etc.), e para engrossarem as fileiras dos grupos de pressão organizados. Para uma dada temática de problematização, essa emergência de enunciadores e de públicos implica, do ponto de vista sociológico, pré-condições estruturais que criem efeitos de posição e de disposição para a percepção, a enunciação e a recepção do problema.

Por contraste aos movimentos sociais típicos da sociedade industrial, articulados em torno dos direitos de participação política e das condições materiais de vida, de trabalho e da distribuição do produto, o aparecimento nas sociedades ocidentais de novos movimentos sociais, entre os quais os movimentos ambientalistas ocorre na sequência de uma transição de valores materialistas para valores pós-materialistas, cuja abordagem foi especialmente desenvolvida por Ronald Inglehart. “As questões ambientais apenas podem ser entendidas se

contextualizadas por exigências públicas de uma efectiva cidadania política, nas sociedades democráticas e de cultura pós-materialista” (Cotgrove e Duff, 1980: 341).

Na década de 70, Inglehart apresentou uma nova taxonomia de valores sócio-políticos que assenta na diferenciação entre valores materialistas e pós-materialistas, concluindo que nas sociedades ocidentais se estaria a verificar uma transição cultural. Os valores materialistas, que acentuam uma preocupação com os interesses tradicionais das políticas ocidentais, como a segurança económica, a estabilidade social, a luta contra o crime, dão lugar a valores pós-materialistas que mostram uma maior preocupação pela satisfação e a realização pessoal e dão grande ênfase na qualidade de vida e dos valores estéticos, entre os quais a preocupação com o ambiente, e a deslocação das conotações da esfera dos recursos económicos para as esferas estética, lúdica e ética. “Esta mudança parece dever-se aos níveis sem precedentes de segurança económica e física que prevalecem durante a era do pós-guerra” (Inglehart, 1990: 66).

Esta transição de valores não traz consigo apenas a discussão de novos temas, como também dá um considerável impulso ao aparecimento de novos movimentos sociais. Mais, o “pós-materialismo parece ser apenas um aspecto de um processo de mudança cultural ainda mais amplo que está recriando e transformando as orientações religiosas, os papéis e os costumes sexuais e as normas culturais das sociedades ocidentais” (Inglehart, 1990: 66).

As mudanças acima referidas são desenvolvidas por Inglehart (1990: 68), em torno de duas hipóteses: a da “escassez” e a da “socialização”. Na primeira, as prioridades de um indivíduo reflectem o seu ambiente socio-económico. Têm maior valor subjectivo as coisas relativamente escassas. Na segunda, a relação entre o ambiente socio-económico não é imediata, verificando-se um desajustamento temporário substancial, dado que os valores básicos reflectem em grande medida as condições predominantes desde a infância à maturidade. Assim, os indivíduos pertencentes aos estratos sociais economicamente mais favorecidos, tendem a preferir valores pós-materialistas. Por outro lado, as novas gerações, socializadas

num ambiente de segurança e de bem estar, tendem igualmente a preferir este tipo de valores.

No estudo realizado, em 43 sociedades industriais avançadas, Inglehart, (1998) confirma que os valores básicos desse tipo de sociedade experimentaram um percurso intergeracional gradual durante as últimas décadas, e que os diferentes países evoluíram a diferentes velocidades. Contudo, as transformações económicas e tecnológicas influenciaram de modo semelhante estas sociedades. “Como implica a teoria da pós-modernização, o processo afecta a sociedade industrial avançada em geral”(Inglehart, 1998: 172).

Habermas (1987) associa o aparecimento dos novos movimentos sociais, entre os quais o movimento ambientalista, a uma deslocação dos problemas, em paralelo com a transformação de valores tal como é explicitada na obra de Inglehart. Desenvolve uma classificação dos movimentos sociais modernos, descrevendo as suas origens estruturais e culturais, explicando o motivo por que alguns sectores específicos das sociedades modernas reagem mais à ameaça de colonização do mundo natural. Explicita ainda a forma política que esses movimentos adoptam e as questões que tratam. Habermas estaria assim a dar resposta a um processo de transformação política amplamente observado, mas muito mal entendido no Ocidente do pós-guerra: “o declínio secular de políticas de classes e a emergência de vários movimentos sociais mais recentes que diferem do movimento de trabalhadores, não só na composição social, mas também nas formas de organização, métodos de acção política e objectivos políticos”. (Goldblatt, 1996: 185). “A questão principal não se trata das compensações que o estado providência pode proporcionar, mas de defender e recuperar formas de vida ameaçadas” (Habermas, 1987: 392).

Na base destes novos movimentos, encontra-se um sector particular das sociedades modernas, composto por jovens, pessoas com maior nível de instrução e classes médias, como sendo mais susceptíveis a uma mudança de valores, como havia referido Inglehart. “Em termos de estatística social, a “velha política” é mais apoiada pelos patrões, trabalhadores e comerciantes de classe média, enquanto a

nova política encontra maior apoio nas novas classes médias, na geração mais nova, e nos grupos com maior educação formal” (Habermas, 1987: 392).

No seu conjunto, estas contribuições da teoria sociológica sobre o ambiente, a construção de problemas sociais, e as bases sociais do tipo de valores subjacentes à emergência de novos tipos de problemas sociais, em que se destaca o problema ambiental, constituem a trama teórica que sustenta as hipóteses de trabalho que orientarão este estudo, cuja formulação e modo de operacionalização será objecto do capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

HIPÓTESES E METODOLOGIA

Partindo das orientações teóricas definidas no capítulo anterior, pretende-se neste capítulo formular as hipóteses de trabalho que estruturam o objecto deste estudo e permitiram seleccionar, organizar e interpretar a informação relevante; expor os indicadores definidos para as operacionalizar; e explicitar os procedimentos técnicos e metodológicos utilizados para a sua construção e recolha.

2.1 Hipóteses de trabalho

A hipótese central da dissertação é a de que a conjugação dos diversos eixos teoricamente definidos no capítulo anterior: a situação ambiental objectiva, a constituição dos públicos e a emergência dos movimentos sociais que veiculam o problema, está na origem do problema social em Portugal.

A existência destes eixos decorre de um conjunto de pressupostos ligados à ocorrência de mudanças nas estruturas materiais e sociais do país, num processo de modernização tardia e assimétrica, as quais por sua vez se relacionam, por um lado à existência dos referentes empíricos do problema, e por outro a transformações sociais da sociedade portuguesa que propiciaram a emergência e a recepção dos discursos sobre o tema e a mobilização cívica e política em seu torno.

Supõe-se assim a ocorrência de transformações estruturais e sociais na sociedade portuguesa: transformações morfológicas que serão analisadas a partir de um conjunto de indicadores demográficos, económicos e territoriais, e transformações nas estruturas sociais que têm vindo a ser caracterizadas pela investigação sociológica, radicadas nesse processo de modernização tardia, com a emergência de estratos sócio-culturais que a teoria sociológica identifica como os portadores típicos de valores pós-materialistas.

Assim, à medida que se acentuam as pressões morfológicas e económicas sobre o ambiente e que emergem grupos sociais e saberes técnico-científicos enunciadore e receptore de discursos de problematização, é de supor que se assista a uma diversificação e a um alargamento do problema, isto é, não só ao aumento quantitativo como à diferenciação temática e à passagem de uma escala local para uma escala global. É previsível a transição de uma abordagem centrada em preocupações localistas, materiais, muito baseadas em problemas específicos (nimby) para uma abordagem dos problemas ambientais com um carácter global. Por um lado, pela analogia que pode ser feita a partir do processo internacional (efeito de contágio), mediante a criação dos públicos, dos discursos mediáticos e das instituições que dele fazem eco; por outro, pela emergência de padrões de valores pós-materialistas; finalmente, pela diversificação dos saberes envolvidos e elevação do estatuto técnico e científico do problema.

Supõe-se ainda a transformação do problema social em “problema político” em resultado, por um lado da sua crescente institucionalização traduzida no aparecimento de associações de cidadãos, com particular destaque para as Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA), num maior relevo atribuído ao tema pelos partidos políticos, na criação de instituições do Estado bem como as iniciativas levadas a cabo por estas; por outro, do aumento das respostas ao problema traduzido na criação de legislação e no aumento da intervenção desses diversos actores.

No seu conjunto, caso venham a ser corroboradas empiricamente, estas hipóteses permitirão, do ponto de vista da teoria sociológica, enquadrar a evolução da temática ambiental numa teoria construtivista mitigada dos problemas sociais. Entendemos como tal uma abordagem construtivista que encara os problemas sociais como resultantes de um processo social de construção, incorporando a relação dessa construção, embora relativamente autónoma, com a existência e a percepção de referentes empíricos, eles próprios resultantes de práticas sociais que lhes são logicamente anteriores e exteriores à constituição do problema como tal, não se confinando ao domínio dos jogos de representações a que se reduz o objecto das versões mais radicais da teoria construtivista. Do ponto de vista da sociologia do ambiente, particularizam o problema social ambiental no contexto das mudanças de valores na sociedade contemporânea, particularmente da emergência de valores pós-materialistas, e das transformações sociais com que estão teórica e empiricamente correlacionadas, tomando as dinâmicas de mudança social como determinantes da emergência do problema ambiental, a dois níveis: enquanto causa da acumulação de referentes empíricos, e enquanto factor das condições de enunciação e recepção dos discursos sobre o ambiente e da acção política relativa a ele.

2.2 Metodologia

Para além da revisão de literatura efectuada sobre o tema do estudo em geral e do caso português em particular, donde se destacam os estudos desenvolvidos por Luísa Schmidt, com relevo para o estudo sobre ambiente e televisão, (1999a) que consideramos uma referência importante para o desenvolvimento do presente trabalho, mas também outros estudos desenvolvidos pela equipa de investigação do OBSERVA, consultou-se um vasto conjunto de dados estatísticos, particularmente os referentes à constituição dos indicadores de pressão ambiental tratados na primeira parte do capítulo 3, tendo como fonte principal o INE, recenseamentos gerais da população e estatísticas sectoriais diversas. Quanto aos indicadores tratados na segunda parte deste capítulo referentes à recomposição social da sociedade portuguesa, tiveram como base um conjunto de estudos sociológicos sobre o tema, de

que se destacam os desenvolvidos por Sedas Nunes (1969), António Barreto (1996) (2000), João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa, e Fernando Luís Machado (1996) e Elíseo Estanque e José Manuel Mendes (1997).

Para acompanhar a evolução e penetração do problema, a sua institucionalização e agendamento político, as respostas e os protagonistas, faz-se uma análise das notícias referentes ao tema nos jornais *Expresso* e *Diário de Notícias*, bem como as GOP - Grandes Opções do Plano, e os programas dos partidos políticos.

Do ponto de vista institucional, faz-se uma análise da evolução das ONGA, e da constituição de organismos do Estado e da Administração Pública ligados ao problema.

As GOP - Grandes Opções do Plano foram objecto de uma análise qualitativa para identificar a importância relativa ao tema “ambiente” e a partir de quando este se autonomiza na estrutura temática e nas GOP em que os orçamentos foram apresentados, também financeira. Para o período 1970 a 1974 foram consultados os documentos equivalentes às GOP, ou seja os Planos de Fomento. Nalguns anos, não foram editadas e/ou não foram publicadas na totalidade em *Diário da República*. Nesses casos, recorreu-se à consulta das sínteses publicadas neste Órgão Oficial.

Quanto aos programas dos partidos políticos, procedeu-se à análise quer dos programas e declarações de princípios aprovadas em congresso, que definem as estratégias políticas de cada partido a médio/longo prazo, quer os programas eleitorais relativos a todas as eleições legislativas, dos partidos: PS; PPD/PSD; CDS/PP; PCP; PPM; e PEV, bem como dos programas eleitorais das diversas coligações.

O capítulo respeitante às ONGA, para além da diversa bibliografia citada, teve como fontes base o *Registo Nacional de ONGA* do Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB); o *Registo de ONGA Confederadas* da Confederação

Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, (CPADA); as respostas a um questionário dirigido a todas as ONGA do Registo Nacional e/ou confederadas, em anexo; o Inquérito às ONGA efectuado pelo OBSERVA e coordenado por Joaquim Gil Nave; e o Diário da República, onde se consultaram os estatutos das ONGA que não responderam ao inquérito.

No que respeita à constituição de organismos públicos relacionados com o ambiente, também foram consultados diversos trabalhos referenciados, publicações diversas do Ministério do Ambiente e o Diário da República. Fontes do mesmo cariz estiveram na base do levantamento legislativo, mas aqui com uma maior predominância do Diário da República.

Relativamente à imprensa, foram analisados os jornais *Expresso* e *Diário de Notícias*, como referido. Quanto ao *Expresso* foram analisadas todas as edições (1404) publicadas desde a sua criação em Janeiro de 1973 até Dezembro de 1999, tendo sido recolhidas e tratadas, de acordo com os critérios que a seguir se explicitam, 3652 notícias. Quanto ao *Diário de Notícias*, por se tratar de um jornal diário e ser previsível a obtenção de uma quantidade de informação cujo tratamento se poderia tornar inexequível, optou-se por trabalhar uma amostra, por tiragem sistemática com a taxa de sondagem de 5%. O critério sequencial foi o seguinte: iniciou-se a consulta no primeiro Domingo de Janeiro de 1970 e foram efectuadas as consultas seguintes com intervalos de vinte dias, de modo a cobrir todos os dias da semana de forma regular. No total foram consultadas 546 edições e recolhidas 1650 notícias.

O tratamento da informação recolhida teve como unidade de análise a notícia, segundo uma grelha de análise de conteúdo, que a seguir se apresenta e que foi estruturada segundo três dimensões: uma primeira dimensão referente à morfologia da notícia, uma segunda dimensão relativa à análise temática, e uma terceira dimensão relativa aos protagonistas e saberes.

A primeira dimensão, morfológica, permitirá identificar ao longo do período a evolução da relevância dada ao tema, para além do número de notícias publicadas, pelo seu agendamento editorial, conforme o quadro 2.1.

QUADRO 2.1 - **Identificação e morfologia**

Ano	
Data	
Jornal	<i>Expresso</i> - Jornal <i>Expresso</i> - Revista <i>Expresso</i> - Suplemento <i>Diário de Notícias</i> - Jornal <i>Diário de Notícias</i> - Revista <i>Diário de Notícias</i> - Suplemento
Título	
Título destacado	Sim / Não
Chamada na 1ª página	Sim / Não
Fotografia	Sim / Não
Secção	
Dimensão da notícia	Até 1/8 de pág. De 1/8 a ¼ de pág. De ¼ a ½ pág. De ½ a 1 pág. 1 página De 1 pág. e ½ a 2 pág. 2 páginas 3 páginas 4 páginas 5 páginas 6 páginas 7 páginas 8 páginas 9 páginas 10 páginas mais de 10 páginas
Página	
Autor	

No que respeita à análise temática, conforme já referido na introdução deste trabalho, optou-se por tornar a categoria da temática ambiental numa extensão muito alargada, de modo a captar todos os elementos que pudessem ter ligação ao ambiente, num sentido transversal e abrangente. Alguns dos temas seleccionados só no decurso do período estudado incorporarão, do ponto de vista dos produtores dos textos, a categoria ambiente, mas revelam-se também importantes para a análise dos discursos e das políticas. Neste aspecto seguimos muito de perto a metodologia usada por Luísa Schmidt no estudo sobre ambiente e televisão (1999a), dado que o campo

temático é muito equivalente. Para além dos campos temáticos respeitantes ao referente ambiente, propriamente dito, foram incluídos na grelha mais dois temas: um intitulado “Políticas, Participação e Cidadania” e outro intitulado “Ciência Tecnologia e Ambiente”. O objectivo da introdução destes dois temas na grelha de análise tem como objectivo complementar o levantamento relativo aos protagonistas e aos saberes.

Para além das dimensões referidas, foram ainda considerados mais três grelhas de análise. Uma relativa ao que intitulámos de “relações” e que tem como objecto relacionar a notícia com um conjunto de factores: risco, saúde pública, Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), desenvolvimento, efemérides (datas comemorativas) eventos e educação ambiental, para perceber onde quando e como estes conceitos e práticas entram nos discursos e nas políticas. (quadro 2.5).

Uma segunda grelha (quadro 2.6) diz respeito à distribuição geográfica a que se referem as notícias, composto por um campo de identificação da região a que respeita a notícia, numa escala alargada que vai da região a nível nacional até à escala mundial. O quadro é complementado com mais dois campos apenas respeitantes a Portugal: a distribuição das notícias numa perspectiva de litoral e não litoral, sendo consideradas notícias referentes ao litoral apenas as que se situam nos concelhos fronteiriços com o litoral, tendo sido criados campos separados para os concelhos de Lisboa e Porto, pela sua dimensão e pelo previsível número de notícias que pudessem ocorrer não relacionadas com questões de ambiente directamente relacionadas com o litoral enquanto ecossistema e na identificação explícita na notícia de referências à existência de assimetrias Norte / Sul.

Por último, uma terceira (quadro 2.7) de carácter valorativo que procura caracterizar a notícia em termos de problema / resposta. O objectivo é identificar as notícias que claramente enumeram um problema ou uma resposta a um ou mais problemas ambientais, ou simultaneamente as duas situações. Às restantes notícias, ainda que respeitem a questões ambientais concretas, mas que não sejam tratadas valorativamente como atrás se referiu foram classificadas com “nenhuma”.

Relativamente a todos os temas de análise procurou-se fazer uma análise tão exhaustiva quanto possível (quadros 2.2.1 a 2.2.10) de modo a perceber a evolução dos discursos e das políticas não apenas em relação ao ambiente em geral, mas que permitisse também fazer análises de evoluções sectoriais dos diversos temas integrantes do problema global.

QUADRO 2.2.1 - Grelha de análise temática - Poluição

1. POLUIÇÃO	1 POLUIÇÃO 1.1 Agentes <u>1.1.1 Indústria</u> 1.1.1.1 Emissões gasosas 1.1.1.2 Efluentes orgânicos 1.1.1.3 Efluentes químicos 1.1.1.4 Poluição sonora 1.1.1.5 Outras / Genérico <u>1.1.2 Urbana</u> 1.1.2.1 Efluentes orgânicos 1.1.2.2 Poluição sonora 1.1.2.3 Outras / Genérico <u>1.1.3 Automóvel</u> 1.1.3.1 Emissões gasosas 1.1.3.2 Poluição sonora 1.1.3.3 Outras / Genérico <u>1.1.4 Agricultura</u> 1.1.4.1 Agroquímicos 1.1.4.2 Efluentes orgânicos (agropecuária) 1.1.4.3 Outras / Genérico <u>1.1.5 Petroleiros / Plataformas</u> 1.1.5.1 Derrames 1.1.5.2 Lavagem de tanques 1.1.5.3 Outras / Genérico <u>1.1.6 Outros agentes</u> 1.2 Meios <u>1.2.1 Água</u> 1.2.1.1 Rios e Ribeiras 1.2.1.2 Mares 1.2.1.3 Lagoas e Albufeiras 1.2.1.4 Aguas Subterrâneas 1.2.1.5 Outras / Genérico <u>1.2.2 Ar</u> <u>1.2.3 Solo</u> <u>1.2.4 Poluição sonora / ruído</u> <u>1.2.5 Outras / Genérico</u> 1.3 Poluição (genérico)

QUADRO 2.2.2 - Grelha de análise temática - Ordenamento do Território

2. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	2 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 2.1 Instrumentos de ordenamento <u>2.1.1 Nível Nacional</u> 2.1.1.1 Lei de Bases de OT 2.1.1.2 RAN 2.1.1.3 REN 2.1.1.4 Áreas protegidas 2.1.1.4.1 POAProtegidas 2.1.1.5 Outros planos <u>2.1.2 Nível Regional</u> 2.1.2.1 PROT 2.1.2.2 POOC 2.1.2.3 Planos de Bacia 2.1.2.4 Outros planos <u>2.1.3 Nível Municipal</u> 2.1.3.1 PDM 2.1.3.2 PU 2.1.3.3 PP 2.1.3.4 Outros Planos <u>2.1.4 Outros / Genérico</u> 2.2 Desordenamento 2.2.1 Ocupação desrespeitando os planos / clandestinos / ilegais 2.2.2 Ocupação em RAN 2.2.3 Ocupação em REN 2.2.4 Ocupação em áreas de risco 2.2.5 Ocupação de outros ecossistemas sensíveis 2.2.6 Outras / Genérico 2.3 Equipamentos e grandes obras 2.3.1 Barragens 2.3.2 Obras de rega 2.3.3 Estradas / Auto-estradas / Pontes 2.3.4 Portos / Marinas 2.3.5 Aeroportos 2.3.6 Complexos industriais 2.3.7 Complexos habitacionais / Urbanizações 2.3.8 Complexos Turísticos 2.3.9 Outras / Genérico 2.4 Ordenamento do território (genérico)

QUADRO 2.2.3 - Grelha de análise temática - Natureza/Ambiente

3 NATUREZA/AMBIENTE	3 NATUREZA/AMBIENTE 3.1 Fauna 3.1.1 Destruição / Problemas 3.1.2 Protecção / Conservação 3.1.3 Domésticos / Touros / Zoolos / Circos 3.1.4 Caça 3.1.5 Pesca 3.1.6 Outras / Genérico

3 NATUREZA/AMBIENTE (Cont.)

3.2 Flora e vegetação

3.2.1 Destruição

3.2.2 Protecção / Conservação

3.2.3 Outras / Genérico

3.3 Paisagem / ecossistemas

3.3.1 Floresta

3.3.1.1 Destruição / Problemas

3.3.1.1.1 Fogos florestais

3.3.1.2 Protecção / Conservação

3.3.1.3 Florestação

3.3.1.3.1 Esp. de cresc. rápido / Eucaliptização

3.3.1.3.2 Espécies autóctones

3.3.1.4 Outras / Genérico

3.3.1.5 Floresta Internacional

3.3.1.5 1 Destruição / Problemas

3.3.1.5 2 Protecção / Conservação

3.3.1.5 3 Outras / Genérico

3.3.2 Litoral / Lagoas costeiras

3.3.2.1 Destruição / Problemas

3.3.2.1.1 Causas naturais

3.3.2.1 2 Causas antrópicas

3.3.2.2 Protecção / Conservação

3.3.2.3 Outras / Genérico

3.3.3 Rios / Margens ribeirinhas / Zonas húmidas

3.3.3.1 Destruição / Problemas

3.3.3.1.1 Causas naturais

3.3.3.1 2 Causas antrópicas

3.3.3.2 Protecção / Conservação

3.3.3.3 Outras / Genérico

3.3.4 Mares e Oceanos

3.3.4.1 Destruição / Problemas

3.3.4.1.1 Causas naturais

3.3.4.1 2 Causas antrópicas

3.3.4.2 Protecção / Conservação

3.3.4.3 Outras / Genérico

3.3.5 Paisagens protegidas

3.3.5.1 Destruição / Problemas

3.3.5.1.1 Causas naturais

3.3.5.1 2 Causas antrópicas

3.3.5.2 Protecção / Conservação

3.3.5.3 Outras / Genérico

3.3.6 Ecossistemas urbanos

3.3.6.1 Urbanização / suburbanização

3.3.6.2 Espaços verdes

3.3.6.3 Trânsito

3.3.6.4 Transportes

3.3.6.5 Outras / Genérico

3.3.7 Outros ecossistemas

3.3.7.1 Destruição / Problemas

3.3.7.1.1 Causas naturais

3.3.7.1 2 Causas antrópicas

3.3.7.2 Protecção / Conservação

3.3.7.3 Outras / Genérico

3.6 Natureza/Ambiente (genérico)

QUADRO 2.2.4 - Grelha de análise temática - Recursos

4 RECURSOS	4 RECURSOS 4.1 Recursos energéticos <u>4.1.1 Escassez de energia / crise de energia</u> 4.1.1.1 Energia 4.1.1.2 Combustíveis 4.1.1.3 Outras / Genérico <u>4.1.2 Poupança de energia</u> 4.1.2.1 Energia 4.1.2.2 Combustíveis 4.1.2.3 Outras / Genérico <u>4.1.3 Preços</u> 4.1.3.1 Energia 4.1.3.2 Combustíveis 4.1.3.3 Outras / Genérico <u>4.1.4 Níveis de consumo</u> 4.1.4.1 Energia 4.1.4.2 Combustíveis 4.1.4.3 Outras / Genérico <u>4.1.5 Produção de energia</u> <u>4.1.6 Energias não Renováveis</u> 4.1.6.1 Petróleo 4.1.6.2 Carvão 4.1.6.3 Gás Natural 4.1.6.4 Nuclear / Urânio 4.1.6.4.1 Ensaios nucleares 4.1.6.4.2 Desastres nucleares 4.1.6.4.3 Armas / Guerra nuclear 4.1.6.5 Outras / Genérico <u>4.1.7 Energias Renováveis</u> 4.1.7.1 Hídrica 4.1.7.2 Solar 4.1.7.3 Eólica 4.1.7.4 Biomassa 4.1.7.5 Geotérmica 4.1.7.6 Ondas / Marés 4.1.7.7 Outras / Genérico <u>4.1.8 Plano energético nacional</u> <u>4.1.9 Energia (genérico)</u> 4.2 Recursos Hídricos (Água) <u>4.2.1 Abastecimento</u> 4.2.1.1 Doméstico 4.2.1.2 Agricultura 4.2.1.3 Indústria 4.2.1.4 Outras / Genérico <u>4.2.2 Escassez de água</u> 4.2.2.1 Dificuldades / Cortes de abastecimento 4.2.2.2 Medidas / Poupança 4.2.2.3 Outras / Genérico <u>4.2.3 Aumento de preço</u> <u>4.2.4 Níveis de consumo</u> 4.2.5 Captação / Armazenamento 4.2.5.1 Captações subterrâneas 4.2.5.2 Captações de superfície / Barragens / Transvases 4.2.5.3 Outras / Genérico <u>4.2.6 Qualidade da água</u>

4 RECURSOS (Cont.)	<u>4.2.7 Saneamento básico</u> 4.2.7.1 Rede de saneamento 4.2.7.2 Estruturas de tratamento 4.2.7.2.1 Água consumo / ETA 4.2.7.2.2 Águas residuais / ETAR 4.2.7.3 Outras / Genérico <u>4.2.8 Planos Hidrológicos</u> 4.2.8.1 Plano Hidrológico Nacional 4.2.8.2 Plano Hidrológico Espanhol <u>4.2.9 Recursos Hídricos / Água (genérico)</u> 4.3 Recursos minerais 4.3.1 Rochas Industriais e Ornamentais 4.3.2 Solo 4.3.2.1 Erosão / Destrução... 4.3.3 Metais 4.3.4 Outras / Genérico 4.6 Recursos (genérico)

QUADRO 2.2.5 - Grelha de análise temática - Resíduos

5 RESÍDUOS	5 RESÍDUOS 5.1 Resíduos Sólidos Urbanos 5.1.1 Abandono e/ou queima a céu aberto 5.1.2 Lixeiras / vazadouros 5.1.3 Aterros não controlados 5.1.4 Aterros sanitários controlados 5.1.5 Recolha de RSU 5.1.5.1 Recolha selectiva de RSU 5.1.6 Redução 5.1.7 Tratamento / Aproveitamento 5.1.7.1 Reutilização 5.1.7.2 Reciclagem 5.1.7.3 Compostagem 5.1.7.4 Incineração 5.1.7.4.1 Incineração com val. energética 5.1.7.5 Outras formas de tratamento / aproveit. 5.1.8 Outras / Genérico 5.2 Resíduos Industriais 5.2.1 Abandono e/ou queima a céu aberto 5.2.2 Lixeiras / aterros não controlados 5.2.3 Aterros controlados de RSU 5.2.4 Aterros controlados de RI 5.2.5 Redução 5.2.6 Tratamento / Aproveitamento 5.2.6.1 Reutilização 5.2.6.2 Reciclagem / Regeneração 5.2.6.3 Tratamento físico-químico 5.2.6.4 Queima com valorização energética 5.2.6.5 Incineração 5.2.6.5.1 Incineração com val. energética 5.2.6.6 Co-incineração 5.2.6.7 Outras formas de tratamento / aproveit. 5.2.7 Resíduos perigosos / tóxicos 5.2.8 Outras / Genérico

5 RESÍDUOS (Cont.)	5.3 Resíduos Hospitalares 5.3.1 Abandono e/ou queima a céu aberto 5.3.2 Lixeiras / Aterros não controlados 5.3.3 Aterros controlados de RSU / outros aterros cont. 5.3.4 Tratamento 5.3.4.1 Incineração 5.3.4.2 Tratamento físico-químico 5.3.4.3 Autoclavagem 5.3.4.4 Outras formas de tratamento 5.3.5 Outras / Genérico 5.4 Resíduos Nucleares 5.5. Resíduos Agrícolas 5.6 Resíduos (genérico)

QUADRO 2.2.6 - Grelha de análise temática - Catástrofes Naturais

6 CATÁSTROFES NATURAIS	6. CATÁSTROFES NATURAIS 6.1 Inundações 6.1.1 Danos materiais e humanos 6.1.2 Danos ambientais 6.1.3 Medidas / Indemnizações 6.1.4 Outras / Genérico 6.2 Deslizamentos de terras / Avalanches 6.2.1 Danos materiais e humanos 6.2.2 Danos ambientais 6.2.3 Medidas / Indemnizações 6.2.4 Outras / Genérico 6.3 Secas 6.3.1 Danos materiais e humanos 6.3.2 Danos ambientais 6.3.3 Medidas / Indemnizações 6.3.4 Outras / Genérico 6.4 Catástrofes naturais (genérico)

QUADRO 2.2.7 - Grelha de análise temática - Políticas, Participação e Cidadania

7 POLÍTICAS, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA	7 POLÍTICAS, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA 7.1 Órgãos de Soberania <u>7.1.0 Presidência da República</u> <u>7.1.1 Poder legislativo</u> 7.1.1.1 Legislação 7.1.1.2 Ausência de legislação 7.1.1.3 Outras / Genérico <u>7.1.2 Poder executivo</u> 7.1.2.1 Nacional 7.1.2.2 Regional 7.1.2.3 Local 7.1.2.4 Outras / Genérico <u>7.1.3 Poder judicial</u> <u>7.1.4 Outras instituições do estado</u> 7.1.4.1 Áreas protegidas (ICN; Parques; Reservas

7 POLÍTICAS, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA (Cont.)	7.2 Partidos <u>7.2.1 Partidos</u> <u>7.2.2 Elementos dos partidos</u> 7.3 Forças de Segurança / Forças Militares 7.4 Protecção Civil / Bombeiros 7.5 Instituições Internacionais <u>7.5.1 Instituições da União Europeia</u> 7.5.1.1 Legislação / Convenções/Protocolos 7.5.1.2 Outras / Genérico <u>7.5.2 Outras Instituições Internacionais</u> 7.5.2.1 Legislação / Convenções/Protocolos 7.5.2.2 Outras / Genérico 7.6 ONGA <u>7.6.1 ONGA</u> <u>7.6.2 Elementos das ONGA</u> <u>7.6.3 ONGA Internacionais</u> <u>7.6.4 Elementos das ONGA Internacionais</u> 7.7 Outras Instituições <u>7.7.1 Outras ONG / Assoc. Profissionais / Outras</u> <u>7.7.2 Instituições de Investigação</u> <u>7.7.3 Escolas</u> 7.8 Cidadãos / Grupos de cidadãos / Populações 7.9 Políticas Participação e Cidadania (genérico)

QUADRO 2.2.8 - Grelha de análise temática - Problemas Globais

8 PROBLEMAS GLOBAIS	8 PROBLEMAS GLOBAIS 8.1 Problemas sócio-demográfico 8.1.1 Demografia; fome; subdesenvolvimento 8.2 Alterações do ecossistema global 8.2.1 Aumento do efeito de estufa 8.2.2 Chuvas ácidas 8.2.3 Destruição da camada de ozono 8.2.4 Subida do nível dos mares 8.2.5 Alterações climáticas 8.3 Efeitos globais 8.3.1 Desertificação 8.3.2 Desflorestação 8.3.3 Perda de biodiversidade 8.4 Problemas globais (genérico)

QUADRO 2.2.9 - Grelha de análise temática - Ciência, Tecnologia e Ambiente

9 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE	9 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE 9.1 Investigação científica e tecnológica <u>9.1.1 Investigação</u> 9.1.1.1 Investigação 9.1.1.2 Estudos / Relatórios <u>9.1.2 Novas tecnologias</u> <u>9.1.3 Engenharia genética / Biotecnologia</u> 9.2 Ciência Tecnologia e Ambiente (genérico)

QUADRO 2.2.10 - Grelha de análise temática - Outros Temas

10 OUTROS TEMAS	10 OUTROS TEMAS 10.1 Identificar tema (a codificar a posteriori)

QUADRO 2.3 - Grelha de análise - Protagonistas

Protagonistas Individuais	1 Autor do artigo: 1.1 Nome / 1.2 Cargo - Função 2 Entrevistado / Depoimento: 2.1 Nome / 2.2 Cargo - Função 3 Referido / Citado: 3.1 Nome / 3.2 Cargo - Função
Protagonistas Institucionais	01 Presidência da República 1 Poder legislativo 1.1 Instituição como tema da notícia 1.2 Instituição como produtora da notícia 2 Poder executivo <u>2.1 Nacional</u> 2.1.1 Instituição como tema da notícia 2.1.2 Instituição como produtora da notícia <u>2.2 Regional</u> 2.2.1 Instituição como tema da notícia 2.2.2 Instituição como produtora da notícia <u>2.3 Local</u> 2.3.1 Instituição como tema da notícia 2.3.2 Instituição como produtora da notícia 3 Poder judicial 3.1 Instituição como tema da notícia 3.2 Instituição como produtora da notícia 4 Partidos 4.1 Instituição como tema da notícia 4.2 Instituição como produtora da notícia 5 Forças de segurança / Forças militares 5.1 Instituição como tema da notícia 5.2 Instituição como produtora da notícia 6 Proteção civil / Bombeiros 6.1 Instituição como tema da notícia 6.2 Instituição como produtora da notícia 7 ONGA 7.1 Instituição como tema da notícia 7.2 Instituição como produtora da notícia 8 Outras Instituições <u>8.1 Instituições de Investigação</u> 8.1.1 Instituição como tema da notícia 8.1.2 Instituição como produtora da not. <u>8.2 Outras Instituições do Estado</u> 8.2.1 Instituição como tema da notícia 8.2.1.1 Instituições de ambiente (tema da not). 8.2.2 Instituição como produtora da not. 8.2.2.1 Instituições de ambiente (prod. da not.)

Protagonistas Institucionais (Cont.)	8.2.3 Áreas Prot. (SNPRCN; ICN; Parques; Reservas...) 8.2.3.1 Instituição como tema da notícia 8.2.3.2 Instituição como produtora da not. <u>8.3 Outras ONG / Associações profissionais</u> 8.3.1 Instituição como tema da notícia 8.3.2 Instituição como produtora da not. <u>8.4 Empresas</u> 8.4.1 Instituição como tema da notícia 8.4.2 Instituição como produtora da not. <u>8.5 Outras Organizações da sociedade civil</u> 8.5.1 Instituição como tema da notícia 8.5.2 Instituição como produtora da not. <u>8.6 Grupos de cidadãos / Populações</u> 8.6.1 Instituição como tema da notícia 8.6.2 Instituição como produtora da not. <u>8.7 Escolas</u> 8.7.1 Instituição como tema da notícia 8.7.2 Instituição como produtora da not. 9 Instituições Internacionais <u>9.1 Instituições da União Europeia</u> 9.1.1 Instituição como tema da notícia 9.1.2 Instituição como produtora da not. <u>9.2 Outras Instituições Internacionais</u> 9.2.1 Instituição como tema da notícia 9.2.2 Instituição como produtora da not. <u>9.3 ONGA Internacionais</u> 9.3.1 Instituição como tema da notícia 9.3.2 Instituição como produtora da not.

QUADRO 2.4 - Grelha de análise - Saberes

Saberes	Cientista / Académico - Não especificado Ecologia Biologia Zoologia Botânica Geologia Biotechnology Bioquímica Química / Engenharia química Física / Engenharia Física Engenharia do Ambiente Engenharia Agrónoma Engenharia Civil Engenharia do Território Engenharia de Recursos Hídricos Engenharias / Outras Medicina / Saúde Urbanismo / Arquitectura Arquitectura Paisagista Direito Antropologia Economia

Saberes (Cont.)	Geografia Demografia História Sociologia Ciências Sociais / Outras Outras Ciências - (Identificar)

QUADRO 2.5 - Grelha de relações

Saúde Pública	Sim / Não
Risco	Sim / Não
Avaliação de Impacte Ambiental	Sim / Não
Desenvolvimento	Sim / Não
Datas comemorativas / Efemérides	Dia Mundial da Floresta Dia Mundial da Água Dia Mundial da Terra Dia Mundial da Energia Dia Mundial do Ambiente Dia Nacional da Conservação da Natureza Dia Nacional da Água Dia Mundial do Mar Dia Mundial da Meteorologia Outras (Identificar)
Eventos	Congresso Colóquio Jornadas Simpósio Encontro Outros (Identificar)
Educação ambiental	Sim / Não

QUADRO 2.6 - Grelha de distribuição geográfica

Região	Norte A. M. Porto Centro Lisboa e Vale do Tejo A. M. Lisboa / Norte A. M. Lisboa / Sul Alentejo Algarve Madeira Açores Portugal PALOP Europa América do Norte América Central América do Sul África Ásia Oceania Mundo

Região Litoral	Litoral Litoral / Lisboa Litoral / Porto
Assimetria	Litoral / Interior Norte / Sul

QUADRO 2.7 - Grelha de avaliação / valoração: Problema/Resposta

Problema / Resposta	Problema Resposta Problema e Resposta Nenhuma

Esta grelha de análise de conteúdo foi utilizada na construção da fonte, sob a forma de uma base de dados assim operacionalizada. No decurso da investigação, em função de critérios de relevância e de tempo útil, os temas foram, no entanto, tratados em diferentes níveis de pormenor, ficando a parte disponível para ulteriores tratamentos sectoriais mais aprofundados.

CAPÍTULO 3

MODERNIDADE TARDIA E EMERGÊNCIA DO PROBLEMA AMBIENTAL EM PORTUGAL

3.1 Evolução das condições objectivas

Portugal chega ao final da década de sessenta do século XX como um país com características ainda acentuadamente rurais, consequentemente com características económicas sociais e ambientais muito diferentes dos países mais desenvolvidos.

No que respeita às preocupações ambientais, chegavam também apenas nesta altura os ecos daquilo que na Europa industrializada eram já problemas equacionados de forma contundente, decorrentes principalmente das reacções ao nuclear e através do relatório apresentado pelo Clube de Roma, que manifestava grande pessimismo quanto ao modelo de desenvolvimento industrial em curso, o qual punha em risco a capacidade futura dos recursos naturais do planeta.

O próprio movimento conservacionista, existente desde finais do século XIX, chegou a Portugal apenas em 1970²¹, por via da comemoração do Ano Europeu da Conservação da Natureza a cujas comemorações Portugal foi convidado a associar-se.

²¹ Saliente-se contudo a existência da LPN, fundada em 1948.

No sentido de analisar e compreender, por um lado, o que designaremos por processo de modernidade tardia, e por outro, enquadrar a análise do problema social ambiental em Portugal, apresenta-se neste capítulo, na primeira parte um conjunto de indicadores socioeconómicos²² que configuram alguns referentes empíricos dos discursos sobre o problema ambiental; e na segunda parte as tendências recentes de recomposição social da sociedade portuguesa, também ela relacionada com os indicadores que a seguir se apresentam e que, de acordo com as orientações teóricas atrás desenhadas, estarão associadas à formação das condições de recepção, de difusão e de institucionalização do problema ambiental.

É partindo de um contexto em que, à relativa conservação ambiental motivada pelo atraso industrial, se associa a quase inexistência de preocupações ambientais, que se inicia a análise evolutiva de um conjunto de indicadores sócio-económicos, entre os anos 1960 e 1999, que nos permitam enquadrar o problema bem como a sua evolução, ou seja, perceber de que modo a existência e a formulação do problema ambiental em Portugal se inscrevem no processo de modernização tardia da sociedade portuguesa.

3.1.1. População e urbanização

A evolução e o funcionamento dos sistemas sociais, através da utilização crescente dos recursos e da mobilização de espaços cada vez mais extensos, tem conduzido à deterioração dos sistemas naturais, vindo também a ser eles próprios afectados pela degradação ambiental que provocam.

Portugal é, assim, hoje confrontado com problemas ambientais resultantes da interacção entre sistemas naturais e sociais. Esta situação é agravada pela existência de fortes assimetrias regionais, quanto à distribuição espacial da população e das suas

²² Alguns dos indicadores que a seguir se apresentam não vão até ao ano de 1999, essencialmente por dois motivos: ou porque à data do estudo os dados estatísticos não estavam disponíveis, ou porque houve mudanças muito significativas nos critérios de recolha e tratamento da informação, pelo que não foi possível “compatibilizá-la” com a informação anterior existente.

actividades. Com efeito, a distribuição da população em Portugal é muito desigual, verificando-se acentuada discrepância entre a faixa litoral, caracterizada pela existência de áreas excessivamente povoadas e mesmo saturadas, com enormes pressões ambientais, e o interior, relativamente desertificado, onde é frequente a existência de áreas sub-utilizadas.

Esta disparidade é o resultado de vários aspectos de natureza geográfica, histórica e política, que levaram as populações das zonas mais deprimidas a deixar o país ou a fixar-se no litoral, fenómeno acentuado e com aparentes tendências de agravamento. (MPAT-SEARN, 1987: 163)

A dinâmica demográfica referida, com repercussões determinantes sobre o ambiente e a própria dinâmica do desenvolvimento, é corroborada por um conjunto de elementos demográficos relativos ao Continente no período de 1960 a 2001, que a seguir se apresentam.

3.1.1.1 População residente e densidade populacional

No que se refere à população residente, verifica-se um acréscimo de cerca de 1,5 milhões de habitantes entre 1960 e 2001, sendo que entre 1960 e 1991 esse aumento havia sido de 1 milhão (Quadro 3.1). Contudo, segundo João Ferrão, o relevo vai para as transformações ocorridas nas últimas décadas. Referindo-se ao aumento populacional verificado em Portugal entre 1960 e 1991, refere: “Este salto, que representa um acréscimo relativo de cerca de 11%, está longe de reflectir as profundas alterações entretanto ocorridas. De facto em apenas três décadas a demografia portuguesa sofreu modificações com uma intensidade talvez sem paralelo na história do país (Ferrão, 1996: 10).

QUADRO 3.1 - Evolução da população residente por NUTS II e NUTS III, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001, e respectivas variações percentuais.

NUTS		POPULAÇÃO RESIDENTE					VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO (%)			
NUTS II (CCR)	NUTS III	1960	1970	1981	1991	2001	1960 1970	1970 1981	1981 1991	1991 2001
Norte		3.040.516	3.027.874	3.410.099	3.472.715	3.687.293	-0,4	12,6	1,8	6,2
	Minho-Lima	277.748	251.219	256.814	250.059	250.275	-9,6	2,2	-2,6	0,1
	Cávado	270.978	277.566	328.938	353.267	393.063	2,4	18,5	7,4	11,3
	Ave	357.387	371.802	431.800	459.673	509.968	4,0	16,1	6,5	11,0
	Grande Porto	835.674	931.125	1.117.920	1.167.800	1.260.680	11,4	20,1	4,5	8,0
	Tâmega	377.265	400.005	503.663	515.610	551.309	6,0	26,0	2,3	6,9
	Entre Douro e Vouga	188.449	210.487	236.916	252.370	276.812	11,7	12,6	6,5	9,7
	Douro	368.035	302.615	261.562	238.695	221.853	-17,8	-13,6	-8,8	-7,1
	Alto de Trás-os-Montes	364.980	283.055	272.486	235.241	223.333	-22,4	-3,7	-13,7	-5,1
Centro		1.880.764	1.665.818	1.763.119	1.721.650	1.783.596	-11,4	5,8	-2,4	3,6
	Baixo Vouga	277.809	275.423	336.637	350.424	385.724	-0,9	22,2	4,1	10,1
	Baixo Mondego	322.959	311.290	329.957	328.858	340.309	-3,6	6,0	-0,3	3,5
	Pinhal Litoral	198.433	193.393	215.816	223.025	250.990	-2,5	11,6	3,3	12,5
	Pinhal Interior	226.932	185.442	212.583	190.214	183.338	-18,3	14,6	10,5	-3,6
	Dão - Lafões	314.081	274.663	295.094	282.462	286.313	-12,6	7,4	-4,3	1,4
	Serra da Estrela	94.968	80.838	56.991	54.042	49.895	-14,9	-29,5	-5,2	7,7
	Beira Int. - Norte	197.716	146.164	130.104	118.513	115.325	-26,1	-11,0	-8,9	-2,7
	Beira Int. - Sul	118.207	95.111	86.138	81.015	78.123	-19,5	-9,4	-5,9	-3,6
	Cova da Beira	129.659	103.494	99.799	93.097	93.579	-20,2	-3,6	-6,7	0,5
LVT		2.317.365	2.575.159	3.261.578	3.292.108	3.467.483	11,1	26,7	0,9	5,3
	Oeste	353.464	330.800	354.694	359.430	338.711	-6,4	7,2	1,3	-5,7
	G. Lisboa - Norte	1.178.784	1.387.168	1.853.729	1.831.887	1.947.261	17,7	33,6	-1,2	6,3
	G. Lisboa - Sul	291.459	400.876	584.648	640.493	714.589	37,5	45,8	9,6	11,6
	Médio Tejo	308.685	280.404	234.450	227.339	226.090	-9,2	-16,4	-3,0	-0,5
	Lezíria do Tejo	184.973	175.911	234.057	232.969	240.832	-4,9	33,0	-0,5	3,4
Alentejo		748.689	570.923	578.430	543.442	535.753	-23,7	1,3	-6,0	-1,4
	Alentejo Litoral	129.671	100.138	103.141	98.519	99.976	-22,8	3,0	-4,5	1,5
	Alto Alentejo	156.531	120.499	135.852	128.687	127.026	-23,0	12,8	-5,3	-1,3
	Alentejo Central	223.776	174.499	180.480	173.216	173.646	-22,0	3,4	-4,0	0,2
	Baixo Alentejo	238.711	175.787	158.957	143.020	135.105	-26,4	-9,6	-10,0	-5,5
Algarve		314.841	268.440	323.534	341.404	395.218	-14,7	20,5	5,5	15,8
	Algarve	314.841	268.440	323.534	341.404	395.218	-14,7	20,5	5,5	15,8
Continente		8.302.175	8.108.214	9.324.526	9.356.841	9.869.343	-2,3	15,0	0,3	5,5

Fonte: INE - X, XI, XII, XIII, XIV Recenseamentos Gerais da População.

Das diversas transformações ocorridas, salientam-se sobretudo as relacionadas com a mobilidade da população e as profundas transformações daí decorrentes, particularmente uma elevada concentração junto ao litoral, com realce para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Efectivamente, da análise do quadro referido, verifica-se que a partir da década de sessenta o crescimento demográfico se concentra no litoral ocidental, até Setúbal, particularmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e no Algarve a partir da década de setenta, à custa de um esvaziamento demográfico do Norte Interior, do Centro Interior e do Alentejo. De

notar o acentuado crescimento do Algarve nas últimas três décadas, depois de ter perdido população entre 1960 e 1970. Este facto é tanto mais significativo na medida em que, feita uma observação por concelhos, se verifica que ela ocorre nos concelhos do litoral.

QUADRO 3.2 - Densidade populacional por NUTS II e NUTS III, 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001²³

NUTS		DENSIDADE POPULACIONAL (Hab / Km ²)				
NUTS II (CCR)	NUTS III	1960	1970	1981	1991	2001
Norte		143	142	160	163	173
	Minho - Lima	126	114	116	113	113
	Cávado	218	223	265	284	316
	Ave	289	300	349	371	412
	Grande Porto	1.023	1.140	1.368	1.429	1542
	Tâmega	144	152	192	196	210
	Entre Douro e Vouga	219	245	276	294	322
	Douro	90	74	64	58	54
	Alto de Trás-os-Montes	45	35	33	29	28
Centro		79	70	74	72	75
	Baixo Vouga	154	152	176	193	212
	Baixo Mondego	157	151	169	161	167
	Pinhal Litoral	114	111	124	126	142
	Pinhal Interior	50	41	39	41	40
	Dão - Lafões	90	79	83	79	80
	Serra da Estrela	109	93	92	60	55
	Beira Interior - Norte	49	36	34	29	28
	Beira Interior - Sul	32	25	23	22	21
	Cova da Beira	94	75	73	67	67
LVT		194	216	273	276	291
	Oeste	141	132	141	143	135
	Grande Lisboa - Norte	1.117	1.315	1.757	1.736	1845
	Grande Lisboa - Sul	192	264	385	422	471
	Médio Tejo	120	108	91	88	88
	Lezíria do Tejo	43	41	55	55	57
Alentejo		28	21	21	20	18
	Alentejo Litoral	25	19	20	19	19
	Alto Alentejo	26	20	23	22	22
	Alentejo Central	31	24	25	24	24
	Baixo Alentejo	28	21	19	17	16
Algarve		63	54	65	68	79
	Algarve	63	54	65	68	79
Continente		93	91	105	105	111

Fonte: INE - X, XI, XII, XIII, XIV Recenseamentos Gerais da População.

²³ Em 2001 houve alterações nos NUTS II, Centro e LVT, tendo-se optado por fazer o apuramento por concelhos nesses NUTS conforme a sua composição em 1991 para se poderem comparar os dados.

Nesta dinâmica demográfica, merece destaque a pressão de urbanização, que se fez sentir na Área Metropolitana de Lisboa (AML) essencialmente a partir da década de sessenta com o êxodo de populações rurais para a grande cidade, revelando-se a inexistência de políticas urbanas capazes de fazer face às mudanças estruturais que entretanto ocorrem e gerando um vasto conjunto de problemas de ordem social, cultural e ambiental, decorrentes principalmente do fenómeno de loteamento e construção clandestina. “No contexto da AML o fenómeno do clandestino assumiu-se como uma das formas mais importantes de crescimento urbano, forma essa que não tem paralelo com o crescimento da Área Metropolitana do Porto, (AMP) dado que no Norte do país a pequena propriedade foi suporte de uma urbanização dispersa que não teve necessidade de recorrer a grandes operações de loteamento” (Ramos et al, 1993: 4).

QUADRO 3.3 - Evolução da população na AML, 1930-2001

	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Amadora						163.878	182.673	175.872
Azambuja							19.557	20.837
Cascais	22.543	30.796	42.158	59.617	92.630	141.498	152.191	170.683
Lisboa	591.939	688.044	777.065	801.155	760.150	807.937	655.964	564.657
Loures	29.014	35.232	49.931	102.124	166.550	276.467	323.120	199.059
Odivelas								133.847
Maфра							43.753	54.358
Oeiras	29.394	38.382	53.001	94.255	180.215	149.328	153.668	162.128
Sintra	37.980	44.763	59.612	79.964	124.400	226.428	270.825	363.749
V. F. Xira	24.390	27.676	32.602	40.594	54.475	88.193	104.610	122.908
AML								
Norte	735260	864.893	1.014.369	1.177.709	1.378.420	1.853.729	1.906.361	2.033.310
Alcochete	6.674	6.656	8.192	9.270	10.410	11.246	10.120	13.010
Almada	23.994	29.219	43.510	70.968	107.575	147.690	151.278	160.825
Barreiro	21.042	25.930	29.358	35.088	59.055	88.052	86.346	79.012
Moita	9.548	12.324	19.247	29.110	38.735	53.240	65.064	67.449
Montijo	14.842	17.596	25.752	30.217	42.180	36.849	36.304	39.168
Palmela	18.582	20.512	23.587	23.155	25.015	36.933	43.679	53.353
Seixal	10.187	12.810	15.746	20.470	38.090	89.169	116.699	150.271
Sesimbra	13.362	13.165	14.832	16.837	16.650	23.103	27.525	37.567
Setúbal	50.467	49.670	54.772	56.344	65.230	93.366	104.689	113.934
AML								
Sul	168.698	187.882	234.996	291.459	402.940	579.648	641.704	714.589
Total								
AML	903.958	1.052.775	1.249.365	1.469.168	1.781.360	2.433.377	2.548.065	2.747.899

Fonte: Ramos et al., 1993; INE, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População.

Ao contrário do que ocorrera até à década de sessenta, quando a maior parte da população da AML, cerca de 60%, residia no concelho de Lisboa, na década de setenta a periferia albergava já o maior quantitativo populacional da AML, 57,3%, (quadro 3.3), fruto de uma forte pressão que Lisboa exerce sobre os concelhos

limitrofes provocando o seu crescimento no que se pode designar por processo de suburbanização.

O crescimento global da população na AML entre 1960 e 2001 foi de 87% verificando-se as maiores taxas no eixo Oeiras-Cascais e Loures²⁴ na margem Norte e nos concelhos de Almada, Barreiro²⁵, Seixal e Setúbal na margem Sul (quadro 3.3).

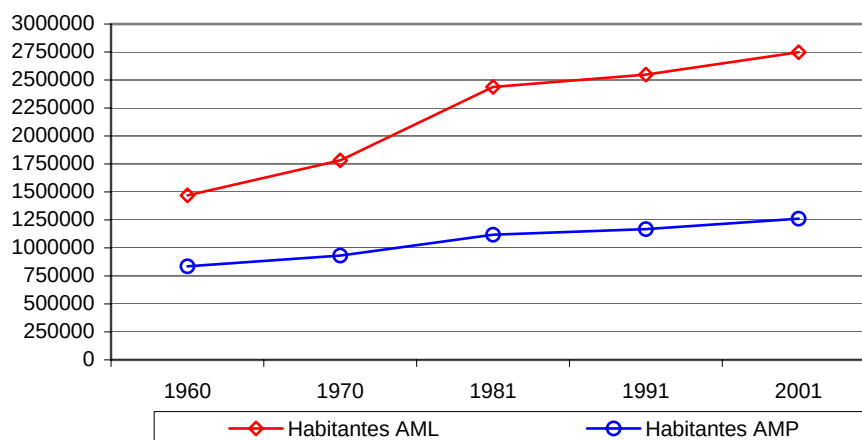
Este crescimento acelerado, associado à construção sem planeamento e à construção clandestina, acarretou um vasto conjunto de problemas de ordem geográfica, social, cultural, económica e ambiental, como referido. “A expansão urbana rápida e desordenada que ocorreu na margem Norte da AML, com consequente declínio da actividade agrícola originou uma rápida transformação da paisagem da periferia de Lisboa. Assim, as regras tradicionais de implantação urbana e de utilização agrícola do território que integram os seus condicionantes naturais, foram-se perdendo” (Saraiva, 1989: 21).

Dos problemas ambientais, destacam-se a destruição de elevadas áreas de solos com aptidão agrícola, deficiências no abastecimento de água e saneamento básico, ausência de estruturas de tratamento de efluentes domésticos com consequências não só no ambiente como na saúde pública, a inexistência de espaços verdes repercutindo-se na qualidade de vida das populações e no equilíbrio ecológico, conduzindo todo o processo a profundas transformações na paisagem. “A degradação e monotonia da paisagem é fruto duma intervenção que é apenas o somatório de projectos e acções sectoriais que em nada respeitam as potencialidades e valores do território e não atendem à defesa do equilíbrio ecológico” (Telles, 1989: 47).

²⁴ Em 1970, a Amadora fazia parte do Concelho de Oeiras. Em 1991, Odivelas fazia parte do concelho do Loures.

²⁵ Dos concelhos mencionados, o Barreiro foi o único que perdeu população entre 1991 e 2001.

GRÁFICO 3.1 - Evolução da população nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto 1960 - 2001



Fonte: INE - X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População.

3.1.1.2 Urbanização

Devido à inexistência de um critério único, torna-se particularmente difícil definir a taxa de urbanização no nosso país. No entanto, seja qual for o critério considerado, observa-se sempre um aumento significativo da taxa de urbanização entre 1960 e 1991²⁶.

Se for considerado o critério mais comum, que está na base dos dados fornecidos por Portugal à ONU e que considera população urbana a que vive em núcleos com 10.000 ou mais habitantes, verifica-se que entre 1960 e 1991 a taxa de urbanização em Portugal Continental aumentou de 22,6% para 33,1%, o que em termos absolutos traduz um crescimento de 62,5% (quadro 3.6).

Se for adoptado o critério de Gaspar (1987), que considera como população urbana a que vive nas duas áreas metropolitanas, em todas as sedes de concelho e ainda nas localidades com 2000 e mais habitantes, verifica-se que entre 1960 e 1991 a taxa de urbanização em Portugal Continental aumentou de 34,3% para 48,2%, o que em termos absolutos traduz um crescimento de 56,1% (quadro 3.6).

²⁶ À data da realização deste estudo não foram disponibilizados pelo INE os dados dos Censos de 2001 relativos à população residente por dimensão dos aglomerados.

Estes números indicam uma forte ruralidade do sistema de povoamento português, comparativamente aos países mais desenvolvidos da União Europeia, apesar de segundo este último critério cerca de metade da população portuguesa ser considerada urbana. No entanto, deve ter-se em conta que o modo de vida urbano se estende para além da população considerada urbana²⁷.

QUADRO 3.4 - População residente por dimensão dos aglomerados

Aglomerados	1960	Var. % 1960 1970	1970	Var. % 1970 1981	1981	Var. % 1981 1991	1991	Var. % 1960 1991
Menos de 1.000	5.138.393	-	-	-	4.385.571	-0,9	4.343.787	-18,3
1.000 a 1.999	703.745	-	-	-	767.458	-0,8	761.606	8,2
2.000 a 4.999	638.575	-	-	-	832.740	5,6	879.496	37,7
5.000 a 9.999	399.360	-	-	-	484.319	26,6	613.174	53,5
10.000 a 19.999	432.943	20,7	522.549	18,9	621.515	36,7	849.504	96,2
20.000 a 29.999	114.845	145,3	281.700	66,5	469.123	10,4	518.084	351,1
30.000 a 39.999	135.112	2,7	138.714	1,0	140.043	-0,1	139.852	3,5
40.000 a 100.000	220.765	66,0	366.656	51,0	553.343	20,9	669.065	203
Mais de 100.000	1.105.654	-2,8	1.075.220	5,5	1.134.535	-4,3	1.087.972	1,6

Fonte: INE - X, XI, XII, XIII Recenseamentos Gerais da População.

QUADRO 3.5 - População residente por dimensão dos aglomerados em percentagem da população total

Aglomerados	1960	1970	1981	1991
Menos de 1.000	57,8	-	44,6	44,0
1.000 a 1.999	7,9	-	7,8	7,7
2.000 a 4.999	7,2	-	8,5	8,9
5.000 a 9.999	4,5	-	4,9	6,2
10.000 a 19.999	4,9	6,1	6,3	8,6
20.000 a 29.999	1,3	3,3	4,8	5,3
30.000 a 39.999	1,5	0,5	1,4	1,4
40.000 a 100.000	2,5	4,3	5,6	6,8
Mais de 100.000	12,4	12,5	11,5	11,0

Fonte: INE - X, XI, XII, XIII Recenseamentos Gerais da População.

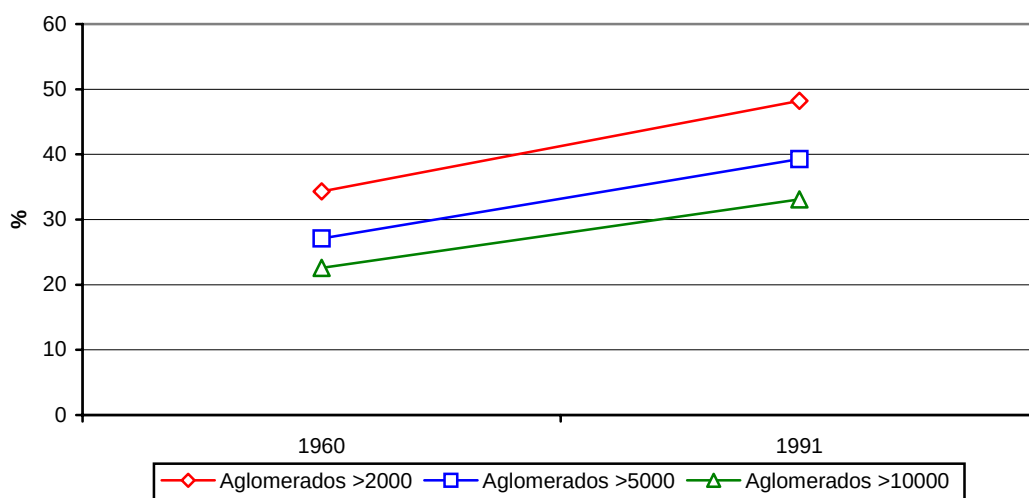
QUADRO 3.6 - Taxa de urbanização e variação percentual, considerando aglomerados com mais de 2000, 5000, e 10.000 habitantes entre 1960 e 1991

Aglomerados	1960		1991		Variação 1960 - 1991		
	Habitantes	Taxa Urb.	Habitantes	Taxa Urb.	Habitantes	Taxa Urb. %	Absoluta %
> de 2.000	3.047.254	34,3	4.757.147	48,2	1.709.893	13,9	56,1
> de 5.000	2.408.679	27,1	3.877.651	39,3	1.468.972	12,2	61,0
> de 10.000	2.009.319	22,6	3.264.477	33,1	1.255.158	10,5	62,5

Fonte: INE - X e XIII Recenseamentos Gerais da População.

²⁷ Cf. Rambaud (1969).

GRÁFICO 3.2 - Evolução da taxa de urbanização, considerando aglomerados com mais de 2.000, 5.000, e 10.000 habitantes entre 1960 e 1991



Fonte: INE - X e XIII Recenseamentos Gerais da População.

Este aumento da taxa de urbanização está associado ao aumento da população no litoral, cuja pressão origina problemas de ordenamento com as respectivas consequências ambientais, em muitos casos semelhantes às que foram enumeradas para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

3.1.2. Agricultura

Não abundam as estatísticas neste sector que possam construir um conjunto de indicadores que permitam entender com exactidão as transformações no período abrangido por este estudo. No entanto, face à importância e aos impactes que a agricultura pode exercer sobre o ambiente, bem como a sua importância para a compreensão dos problemas ambientais, apresentam-se um conjunto de dados relativos à agricultura portuguesa.

3.1.2.1 População activa no sector primário

Fruto de uma grande ruralização do país, Portugal apresentava ainda, no início dos anos setenta, uma elevada taxa de população activa na agricultura, que embora vindo a decrescer drasticamente, se manteve sempre elevada em relação à

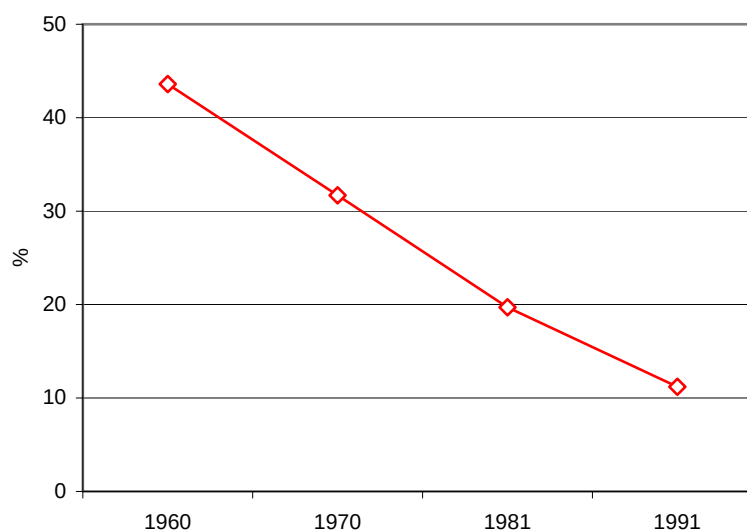
maioria dos países europeus ocidentais. “Longe da expressão de meados do século, no início dos anos 90 ainda é notável a população agrícola portuguesa” (Rolo, 1996:78).

QUADRO 3.7 - Emprego no sector primário 1960 - 1991²⁸

ANO	TAXA %
1960	43,6
1970	31,7
1981	19,7
1991	11,2

Fonte: INE - X, XI, XII, XIII Recenseamentos Gerais da População.

GRÁFICO 3.3 - Emprego no sector primário 1960 - 1991



Fonte: INE - X, XI, XII, XIII Recenseamentos Gerais da População.

Estes números traduzem uma agricultura ainda com baixos níveis de mecanização, mas em acentuado declínio demográfico, com predomínio de unidades agrícolas familiares em muitos casos em regime complementar de outras actividades, pluriactividade que se vem acentuando nas últimas décadas. No início dos anos noventa, o número de isolados e de trabalhadores familiares era quase duas vezes superior ao dos trabalhadores por conta de outrem; em termos das explorações detidas a título individual, os agricultores empresários (explorações patronais) não

²⁸ À data de recolha apenas foi disponibilizada pelo INE, referente a 2001, a taxa da população activa total que se apresenta adiante quando tratamos a recomposição da estrutura social da sociedade portuguesa.

chegam, actualmente, a representar 5%, quando, no final dos anos sessenta, se situavam nos 15% (Rolo, 1996: 78).

3.1.2.2 Mecanização da agricultura

No que respeita à mecanização, merece destaque o elevado crescimento do número de tractores agrícolas, que aumentou mais de sete vezes, passando de 29.500 em 1970 para 226.415 em 1998 (quadro 3.8 e gráfico 3.4).

Quanto às ceifeiras debulhadoras, duplicam entre 1970 e 1987²⁹, o que também se pode considerar significativo. Já quanto às debulhadoras, o seu número manteve-se estável no mesmo período, indicando que este tipo de equipamento foi sendo preterido por máquinas mais polivalentes como a ceifeira debulhadora (quadro 3.8 e gráfico 3.5).

O aumento da mecanização corresponde a uma substituição do trabalho humano e animal, com implicações na diminuição da população activa no sector primário que acabamos de ver e correspondendo à intensificação da agricultura nalgumas regiões do país, como veremos adiante.

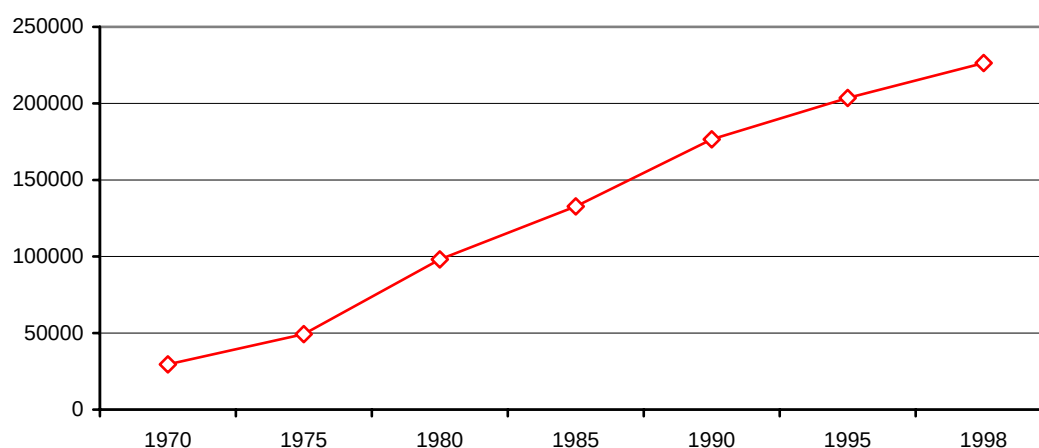
²⁹ Não foi possível encontrar dados estatísticos referentes a este tipo de máquinas para além de 1987.

QUADRO 3.8 - Tractores, ceifeiras debulhadoras e debulhadoras, 1970 - 1998 (Continente)

ANO	Tractores	Ceifeiras debulhadoras	Debulhadoras
1970	29.513	2.532	6.004
1971	33.030	2.830	6.051
1972	36.451	3.162	6.105
1973	40.110	3.384	6.128
1974	44.870	3.654	6.161
1975	49.281	3.815	6.190
1976	57.836	4.113	6.245
1977	71.040	4.234	6.302
1978	78.378	4.325	6.348
1979	86.508	4.413	6.306
1980	98.064	4.523	6.250
1981	107.734	4.558	6.228
1982	116.090	4.623	6.205
1983	123.400	4.718	6.226
1984	127.275	4.796	6.248
1985	132.747	4.876	6.280
1986	140.326	4.975	6.297
1987	150.664	5.136	6.315
1988	159.709	-	-
1989	168.465	-	-
1990	176.554	-	-
1991	182.990	-	-
1992	188.740	-	-
1993	193.416	-	-
1994	197.829	-	-
1995	203.571	-	-
1996	210.677	-	-
1997	218.165	-	-
1998	226.415	-	-

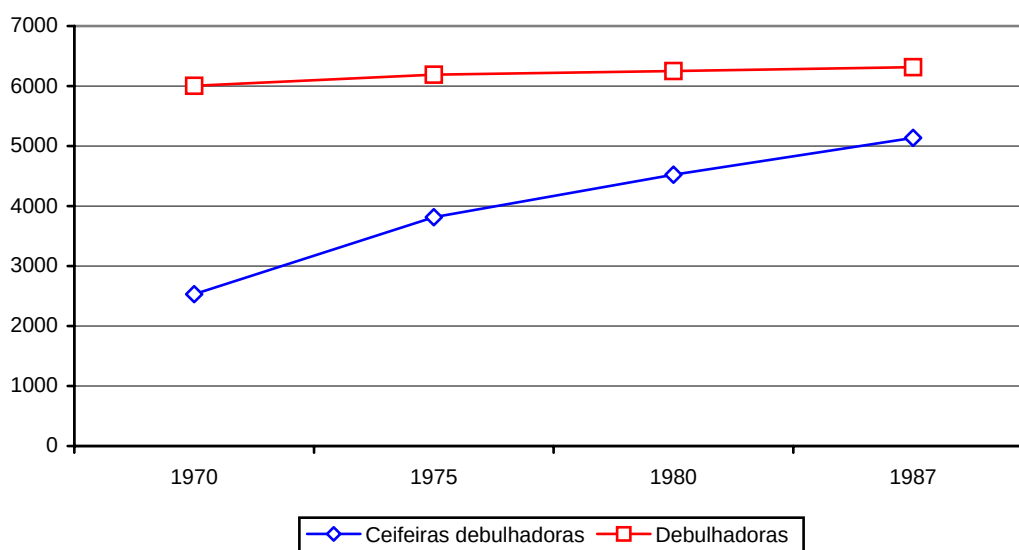
Fontes: INE - Estatísticas da agricultura, 1970 a 1987; Estatísticas dos transportes, 1970 a 1998.

GRÁFICO 3.4 - Evolução do número de tractores agrícolas, 1970 - 1998 (Continente)



Fontes: INE - Estatísticas da agricultura, 1970 a 1987; Estatísticas dos transportes, 1970 a 1998.

GRÁFICO 3.5 - Evolução do número ceifeiras debulhadoras e debulhadoras, 1970 - 1987 (Continente)



Fonte: INE - Estatísticas da agricultura, 1970 a 1987.

3.1.2.3 *Uso de agro-químicos*

“A evolução dos conhecimentos agronómicos, ao nível dos solos, de novas variedades de plantas, a par com as alterações nas condições de produção, (diminuição de mão de obra), levaram à modificação das adubações e do tipo de fitofármacos intervenientes no processo produtivo” (Rolo, 1996: 89-90).

Constata-se uma grande deficiência em termos de informação estatística relativa ao uso de agro-químicos em Portugal, tornando muito difícil uma avaliação precisa. Assim, perante os elementos disponíveis, consideraram-se dois períodos: 1970-1984 e 1992-1995, em que as estatísticas existentes permitem comparar o uso de agro-químicos similares.

O consumo de adubos, no primeiro período referido, teve um aumento de cerca de 30%. O aumento dos conhecimentos técnicos, no seu uso e uma maior eficácia dos mesmos, deverão estar na base destes números (quadro 3.9)³⁰.

³⁰ Cf. Rolo, 1996.

QUADRO 3.9 - Consumo de adubos (nutrientes), pesticidas e produtos análogos (substância activa) - 1970 / 1984 - Continente, Açores e Madeira

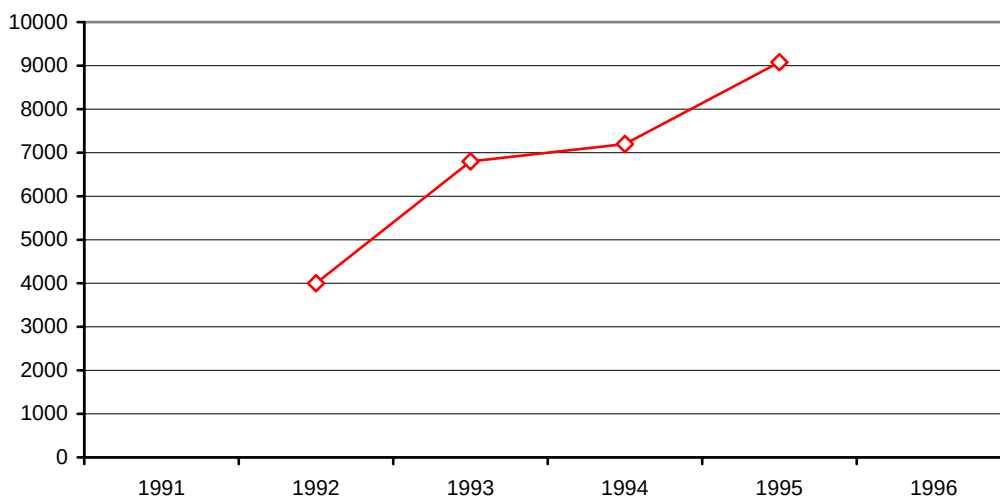
Adubos (nutrientes)		Pesticidas e produtos análogos (substância. activa)	
Ano	(toneladas)	Ano	(toneladas)
1970	194.335	1970	17.248
1971	194.916	1971	17.746
1972	229.379	1972	18.083
1973	236.827	1973	19.575
1974	222.024	1974	18.207
1975	198.356	1975	17.341
1976	264.480	1976	32.030
1977	254.798	1977	24.160
1978	259.118	1978	23.148
1979	259.959	1979	37.701
1980	284.702	1980	22.675
1981	253.366	1981	14.595
1982	267.118	1982	14.340
1983	209.574	1983	11.839
1984	250.935	1984	15.966

Fonte: INE - Estatísticas da agricultura, 1970 a 1984.

O consumo de pesticidas e outros produtos análogos mais que duplicou o seu consumo entre 1970 e 1979, iniciando aqui uma descida para se situar em 1984 abaixo dos valores de 1970 (quadro 3.9).

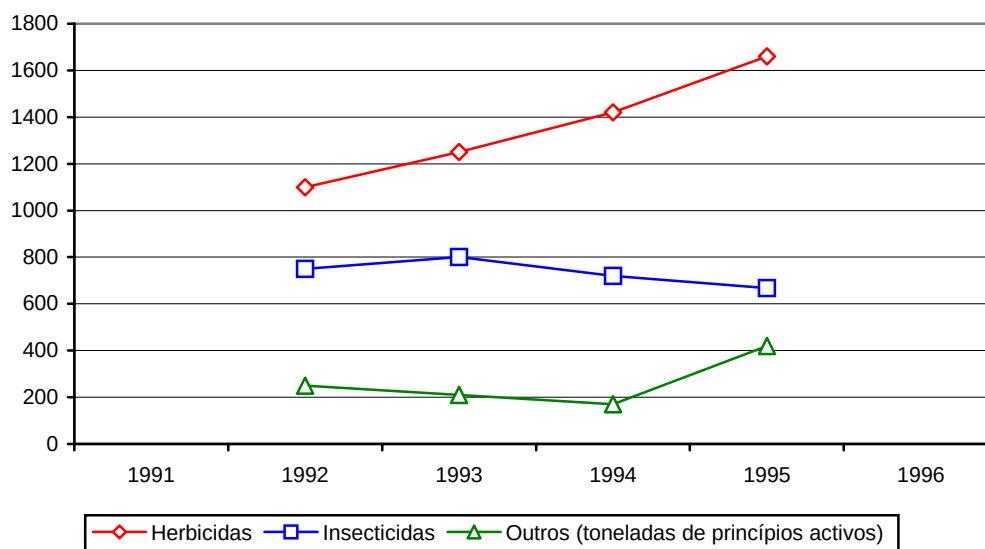
O consumo de fungicidas aumentou depois bastante, passando de cerca de 4000 toneladas em 1992 para cerca de 9000 toneladas em 1995 (gráfico 3.6). Também o consumo de herbicidas aumenta continuamente entre 1992 e 1995, atingindo um máximo de 1660 toneladas (gráfico 3.7). O consumo de insecticidas apresenta uma tendência contrária à dos dois anteriores, ou seja decresce continuamente desde 1993 (gráfico 3.7). O consumo de outros pesticidas, depois de um decréscimo entre 1992 e 1994, regista um crescimento em 1995 (gráfico 3.7).

GRÁFICO 3.6 - Vendas de pesticidas (fungicidas) 1992 - 1995 - toneladas de princípios activos



Fonte: MA-DGA, 1999.

GRÁFICO 3.7 - Vendas de pesticidas (herbicidas, insecticidas e outros) 1992 - 1995



Fonte: MA-DGA, 1999.

Apesar de Portugal estar ainda longe dos níveis médios da agricultura da União Europeia, algumas regiões apresentam já alguns problemas ambientais dela decorrentes, motivados por diversos factores entre as quais a prática de uma agricultura intensiva, introduzida, ou reforçada, com a entrada de Portugal na UE e

com as alterações introduzidas pela Política Agrícola Comum (PAC) de então, que favorecia a convergência da agricultura europeia (Coelho et al, 1999: 125).

A agricultura europeia, segundo Bowler (1994), tinha baseado a sua modernização em três vertentes: a intensificação, através do aumento da produção por hectare, da mecanização e do desenvolvimento da biotecnologia, tendo-se o sector agrícola capitalizado; a concentração da produção e dos recursos numa crescente proporção de explorações de maior dimensão; e a especialização, dando azo às actividades agrícolas mais lucrativas.

Portugal incrementa assim, nalgumas regiões, uma agricultura de tipo intensivo para dar resposta às novas exigências, e aproveitando as novas oportunidades. Este tipo de agricultura “tem vários efeitos negativos sendo que um dos mais graves é a alteração da estrutura dos solos, - reduzindo a fertilidade da terra - uma agricultura baseada sobretudo em fertilizantes e outros agro-químicos provoca a erosão dos solos aráveis” (Bowler 1994: 87).

Outra consequência é a poluição das águas subterrâneas e dos cursos de água. A infiltração dos adubos químicos e dos pesticidas nos níveis freáticos favorece a acumulação de nitratos, tornando essas águas não potáveis. Em Portugal, este problema é já visível em certas regiões mais desenvolvidas sob o ponto de vista agrícola, como por exemplo em algumas zonas do Algarve dedicadas à produção intensiva em estufa, na Lezíria do Tejo, nos Vales do Vouga do Mondego e do Lis (Coelho et al, 1999: 128).

Por outro lado, para além das elevadas quantidades de agro-químicos que estão na base de uma agricultura de tipo intensivo, acresce o facto de eles serem usados em quantidades mais elevadas do que as recomendadas. Um estudo desenvolvido em 1996 pela Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral, e

parceria com outras instituições³¹, para os Vales do Vouga, Mondego e Lis, constatou um uso excessivo de agro-químicos. Em consequência deste uso indevido de agro-químicos, foram detectadas em todas as regiões abrangidas pelo estudo graves contaminações dos solos e das águas superficiais e subterrâneas, com as consequências daí decorrentes. “Os problemas de poluição causados por fertilizantes, reflectem-se especialmente, sobre o ambiente, sobre a saúde humana, sobre a qualidade dos produtos agrícolas e sobre os solos”(DRABL, 1996: 12).

Por outro lado, o enriquecimento das águas em sais minerais origina uma proliferação exagerada de plantas aquáticas, o que resulta na desoxigenação das águas profundas limitando aí as possibilidades de sobrevivência (Coelho et al, 1999). Ou seja, o chamado processo de eutrofização dos cursos de água.

3.1.3 Indústria

A actividade industrial é causadora dos maiores impactes negativos sobre o ambiente, repercutindo-se, fundamentalmente, ao nível da utilização dos recursos e da produção de resíduos. Os principais impactes identificam-se com a exploração e esgotamento dos recursos e a danificação da paisagem, alargando-se ainda a outros aspectos, como o ordenamento do território, o planeamento urbanístico e a protecção e conservação da natureza. Por exemplo, a aglomeração industrial junto dos grandes centros e das principais linhas de água de algumas bacias hidrográficas, transformou esses núcleos de crescimento simultaneamente em “áreas problema”, do ponto de vista ambiental (MPAT-SEARN, 1987: 192).

³¹ O projecto acima referido, intitulado “Sensibilização dos agentes rurais para a importância da utilização racional de pesticidas e fertilizantes na preservação do meio ambiente” foi desenvolvido pelo Carrefour da Beira Litoral - Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, e contou com a parceria da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro, da Oikos - Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria, do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, do Instituto de Desenvolvimento Agrário da Região Centro, da Comissão de Coordenação da Região Centro, da Universidade de Aveiro e da Escola Superior Agrária de Coimbra.

Conforme referido, Portugal apresentava-se nos anos sessenta do século XX como um país de características eminentemente rurais (Rolo 1996). Em 1960, a taxa de população activa na agricultura era de 43% e em 1970 era ainda de 32%, (quadro 3.7) consequentemente com um grande atraso industrial relativamente à maioria dos países europeus. No entanto, a adesão à EFTA em 1959 traduzia a intenção de avançar para uma modernização industrial, que acabaria por conduzir à instalação de grandes unidades industriais altamente poluentes, como por exemplo as indústrias de celulose, indústrias químicas, navais e petrolíferas, situadas sobretudo em pólos no litoral (Schmidt, 1999: 23). São exemplos os complexos de Sines, de Estarreja e do Barreiro. Instalaram-se sobretudo junto de cursos de água e não foram dotadas de quaisquer sistemas de tratamento de efluentes e de resíduos sólidos, daqui originando todo um conjunto de problemas de natureza ambiental relacionados com a produção industrial, como os acima referidos.

No que se refere ao consumo de energia pela indústria transformadora, verifica-se uma quase duplicação no período 1971-1996 (quadro 3.10 e gráfico 3.8), o que se pode considerar significativo e indicador de um crescimento significativo da indústria portuguesa, tendo em conta a já referida optimização energética.

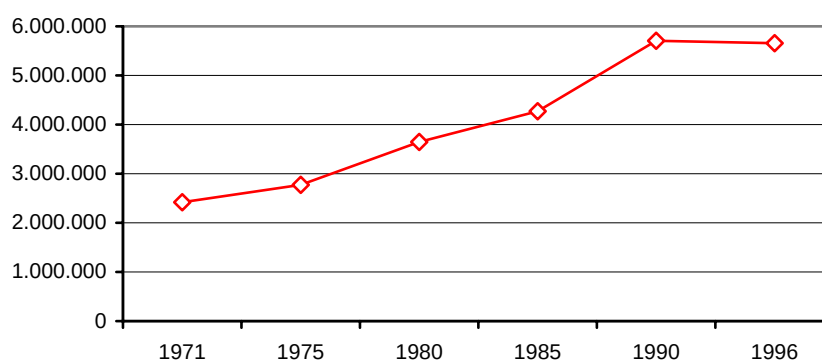
QUADRO 3.10 - Consumo de energia pelas indústrias extractiva e transformadora,⁽¹⁾ 1971-1996

ANO	Indústrias Extractivas	Indústrias Transf.	ANO	Indústrias Extractivas	Indústrias Transf.
1971	11.325	2.418.990	1985	26.549	4.271.342
1972	11.363	2.574.527	1986	24.119	4.660.488
1973	14.017	2.718.038	1987	27.423	4.790.148
1974	15.755	2.783.443	1988	31.667	5.465.060
1975	15.232	2.773.618	1989	41.190	5.591.729
1976	14.837	2.979.918	1990	41.957	5.706.241
1977	16.377	3.240.662	1991	45.535	5.362.632
1978	15.263	3.357.974	1992	-	-
1979	15.543	3.550.203	1993	47.528	5.138.419
1980	27.807	3.645.731	1994	56.157	4.138.974
1981	23.790	3.524.909	1995	54.903	5.518.677
1982	28.093	4.015.020	1996	67.957	5.656.623
1983	27.628	3.827.308			
1984	27.892	4.197.834			

Fontes: Direcção Geral de Energia - Balanços Energéticos, 1971-1985;
INE - Anuário Estatístico 1986 a 1996.

(1) tep - tonelada equivalente de petróleo.

GRÁFICO 3.8 - Consumo de energia pela indústria transformadora, 1971-1996 - toneladas de equivalente de petróleo



Fontes: Direcção Geral de Energia - Balanços Energéticos, 1971 a 1985;
INE - Anuário Estatístico 1986 a 1996.

3.1.4 Energia

Grande parte dos problemas ambientais que hoje se verificam são decorrentes da produção e utilização de energia, à escala local, regional e global. Todas as fontes de energia são potencialmente geradoras de impactes ambientais. Em todas as fases, da extracção de combustíveis à sua queima, passando pela transformação, transporte e distribuição, se produzem pressões sobre o ambiente. A amplitude dos impactes varia contudo consideravelmente com a forma de energia e as tecnologias utilizadas. Os combustíveis fósseis são os que provocam maiores problemas ambientais, e Portugal, apesar de não possuir estes recursos próprios, depende destes combustíveis, petróleo, carvão e gás natural, em cerca de 90% (M.A-DGA, 1999).

QUADRO 3.11 - Impactes ambientais resultantes da utilização de combustíveis fósseis

Actividades	Pressões	Problemas
Extracção	<i>Emissões de metano resultantes da extracção de carvão e da exploração de petróleo e gás natural</i>	<i>Alterações climáticas</i>
	<i>Produção de cinzas e resíduos ácidos em minas de carvão</i>	<i>Contaminação de águas, solos e aquíferos subterrâneos</i>
	<i>Extracção de carvão e outros combustíveis fósseis</i>	<i>Destruição de ecossistemas e áreas naturais</i>
		<i>Aumento de terras</i> <i>Impactes visuais</i>

Armazenagem e transporte	<i>Fugas e derrames de petróleo</i>	<i>Poluição de águas e zonas costeiras</i>
		<i>Destruição da vida marinha</i>
		<i>Risco de incêndio e explosão</i>
	<i>Fugas de gás</i>	<i>Alterações climáticas</i>
Combustão		<i>Risco de incêndio e explosão</i>
	<i>Emissão de gases com efeito de estufa</i>	<i>Alterações climáticas</i>
	<i>Emissão de óxidos de azoto e dióxido de enxofre</i>	<i>Degradação da qualidade do ar e efeitos nocivos sobre a saúde humana</i>
		<i>Chuvas ácidas: acidificação de lagos e solos, destruição de florestas e danificação de construções</i>
	<i>Emissão de partículas, monóxido de carbono e metais pesados</i>	<i>Degradação da qualidade do ar e efeitos nocivos sobre a saúde humana</i>
	<i>Descargas térmicas para a atmosfera, oceanos e cursos de água</i>	<i>Alterações microclimáticas e subida da temperatura das águas</i>

Fonte: Ministério do Ambiente, 1999.

QUADRO 3.12 - Consumo total⁽¹⁾ de energia final⁽²⁾, por sector utilizador⁽³⁾, no País, 1971 a 1996

ANO	SECTORES UTILIZADORES								TOTAL
	Agricultura e Pescas	Indústrias Extractivas	Indústrias Tranf.	Construção e O. P.	Transportes	Doméstico	Serviços	Doméstico + Serviços	
1971	374.267	11.325	2.418.990	106.435	1.463.395	798.740	276.160	-	5.449.312
1972	409.157	11.363	2.574.527	116.162	1.576.402	821.044	333.282	-	5.841.937
1973	450.169	14.017	2.718.038	133.154	1.760.920	829.042	353.851	-	6.259.191
1974	389.031	15.755	2.783.443	129.127	1.844.408	846.081	371.925	-	6.379.770
1975	389.567	15.232	2.773.618	127.218	2.000.948	880.030	389.272	-	6.575.885
1976	357.913	14.837	2.979.918	137.623	2.004.596	935.341	387.749	-	6.817.977
1977	375.275	16.377	3.240.662	171.393	2.110.611	991.105	403.801	-	7.309.224
1978	463.754	15.263	3.357.974	184.099	2.043.612	1.047.917	438.983	-	7.551.602
1979	455.932	15.543	3.550.203	186.597	2.268.897	1.072.573	400.334	-	7.950.079
1980	450.573	27.807	3.645.731	191.152	2.345.816	1.149.367	460.735	-	8.271.181
1981	449.027	23.790	3.524.909	223.638	2.405.275	1.160.342	526.131	-	8.313.112
1982	446.545	28.093	4.015.020	236.061	2.597.464	1.198.405	478.082	-	8.999.670
1983	462.115	27.628	3.827.308	209.184	2.590.269	1.229.528	537.503	-	8.883.535
1984	521.664	27.892	4.197.834	177.518	2.476.946	1.027.127	774.850	-	9.203.831
1985	550.867	26.549	4.271.342	202.827	2.476.753	1.045.670	788.839	-	9.362.847
1986	565.251	24.119	4.660.488	234.864	2.676.599	-	-	1.868.665	10.029.976
1987	598.766	27.423	4.790.148	296.807	2.955.809	-	-	1.927.908	10.596.861
1988	571.290	31.667	5.465.060	322.244	3.232.788	-	-	2.012.207	11.635.263
1989	586.292	41.190	5.591.729	358.213	3.425.699	-	-	2.133.122	12.136.246
1990	612.668	41.957	5.706.241	371.996	3.642.282	1.496.578	736.997	-	12.608.720
1991	614.717	45.535	5.362.632	462.359	3.876.528	1.590.450	795.362	-	12.744.249
1992	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1993	581.590	47.528	5.138.419	554.601	4.392.293	1.695.228	897.930	-	13.307.589
1994	616.784	56.157	4.138.974	548.309	4.508.454	1.724.831	1.013.712	-	12.607.221
1995	587.786	54.903	5.518.677	645.713	4.694.452	1.747.625	1.058.313	-	14.307.469
1996	582.125	67.957	5.656.623	594.806	4.957.055	1.879.232	1.295.963	-	15.033.761

Fontes: Direcção Geral de Energia - Balanços Energéticos, 1971 a 1985.

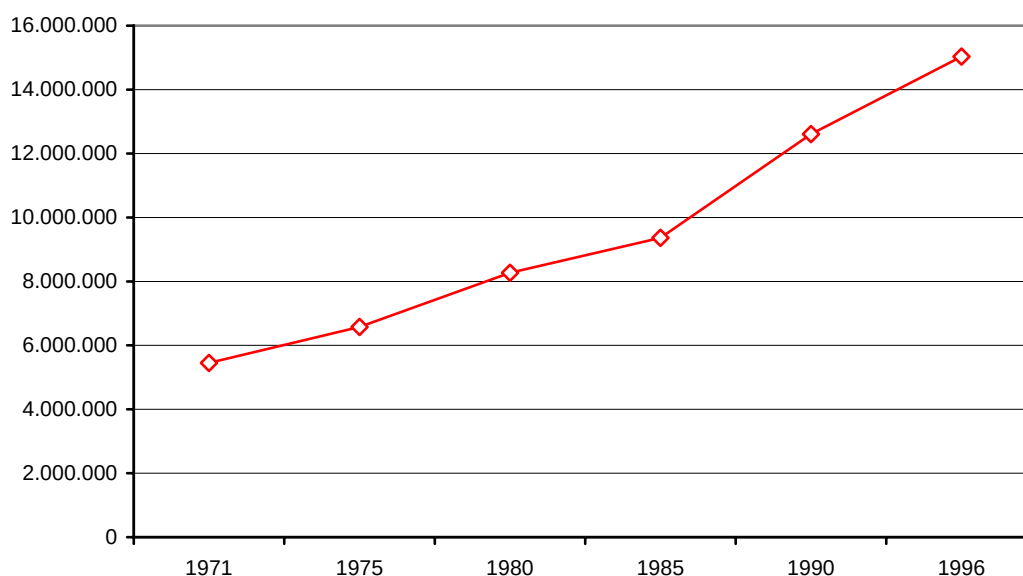
INE - Anuário Estatístico 1986 a 1996.

(1) tep - tonelada equivalente de petróleo

(2) Energia final - a energia na sua forma utilizável para consumo final

(3) - não inclui o sector energético

GRÁFICO 3.9 - Consumo total de energia final no País, 1971 a 1996 - toneladas de equivalente de petróleo



Fontes: Direcção Geral de Energia - Balanço Energético, 1971 a 1985.
INE - Anuário Estatístico 1886 a 1996.

O consumo de energia em Portugal praticamente triplicou nas últimas três décadas, verificando-se aumentos em todos os sectores de actividade. Segundo a DGE, tem-se verificado nos últimos anos uma optimização energética considerável, sobretudo no sector industrial, onde o consumo de energia por unidade produzida tem tido decréscimos muito acentuados. Não fora este factor e o aumento do consumo teria sido muito maior.

3.1.5 Transportes rodoviários

Os transportes rodoviários estão intimamente ligados não só com a poluição atmosférica resultante da emissão significativa de alguns gases poluentes como o monóxido de carbono (CO), dióxido de carbono (CO₂), óxidos de azoto (NO_x), e compostos orgânicos voláteis - diversos estudos, têm mostrado a importância do sector automóvel nas emissões globais sendo 60% dos NO_x e 34% dos COV são provenientes dos transportes rodoviários (DGQA, 1991) -, mas também de outros impactes de natureza ambiental e social conforme se pode observar no quadro 3.13.

QUADRO 3.13 - Impactes produzidos pelo sector dos transportes rodoviários

ÁREA DE INCIDÊNCIA	
AMBIENTAL	SOCIAL
<i>Ar</i>	<i>Mobilidade</i>
<i>Recursos Hídricos</i>	<i>Ruído</i>
<i>Resíduos Sólidos</i>	<i>Acidentes</i>
<i>Recursos Energéticos</i>	<i>Congestionamento</i>
<i>Solo</i>	<i>Intrusão Visual</i>

Fonte: MA-DGA, 1999.

3.1.5.1 Veículos automóveis

A partir do início dos anos setenta, verificou-se uma forte expansão do parque automóvel, que em 1988 contava pela primeira vez com cerca de 400 milhões de ligeiros em todo o Mundo, representando as suas emissões cerca de 50% das emissões totais (DGQA, 1991). Portugal não foi excepção a esta tendência de expansão, com um crescimento muito significativo, tendo por exemplo nos veículos ligeiros de passageiros aumentado de 500.000 para mais de 4.000.000, ou seja, oito vezes mais entre 1970 e 1998. (quadro 3.14).

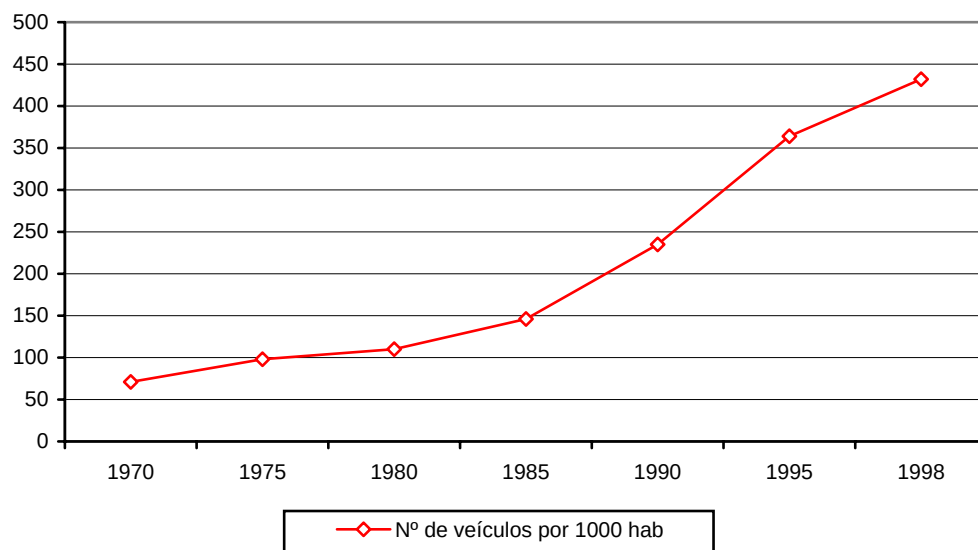
QUADRO 3.14 - Veículos matriculados, 1970 - 1998 (Continente)

ANO	Ligeiros de Passageiros	Ligeiros e Pesados ⁽¹⁾	ANO	Ligeiros de Passageiros	Ligeiros e Pesados ⁽¹⁾
1970	513.478	659.683	1985	1.361.528	2.225.082
1971	580.213	743.127	1986	1.470.026	2.365.645
1972	655.677	837.060	1987	1.595.480	2.540.465
1973	727.570	933.324	1988	1.796.849	2.806.120
1974	809.987	1.037.121	1989	1.983.617	3.064.969
1975	873.351	1.136.688	1990	2.190.448	3.345.650
1976	931.107	1.254.406	1991	2.412.743	3.634.459
1977	948.252	1.361.307	1992	2.689.161	3.990.245
1978	969.997	1.440.577	1993	2.935.187	4.320.191
1979	995.387	1.522.653	1994	3.172.765	4.664.239
1980	1.025.596	1.624.980	1995	3.393.152	4.911.462
1981	1.067.656	1.753.661	1996	3.647.317	5.264.110
1982	1.119.230	1.886.747	1997	3.919.645	5.622.081
1983	1.189.281	2.000.697	1998	4.235.872	6.040.949
1984	1.265.420	2.103.005			

Fonte: INE - Estatísticas dos transportes, 1970 a 1998.

(1) Inclui: ligeiros de passageiros; ligeiros de transporte; ligeiros de mercadorias; pesados de passageiros; pesados de transporte misto; pesados de mercadorias.

GRÁFICO 3.10 - Evolução da taxa de motorização - veículos por 1000 habitantes (Continente)



Fontes: INE - Estatísticas dos transportes, 1970 a 1998.

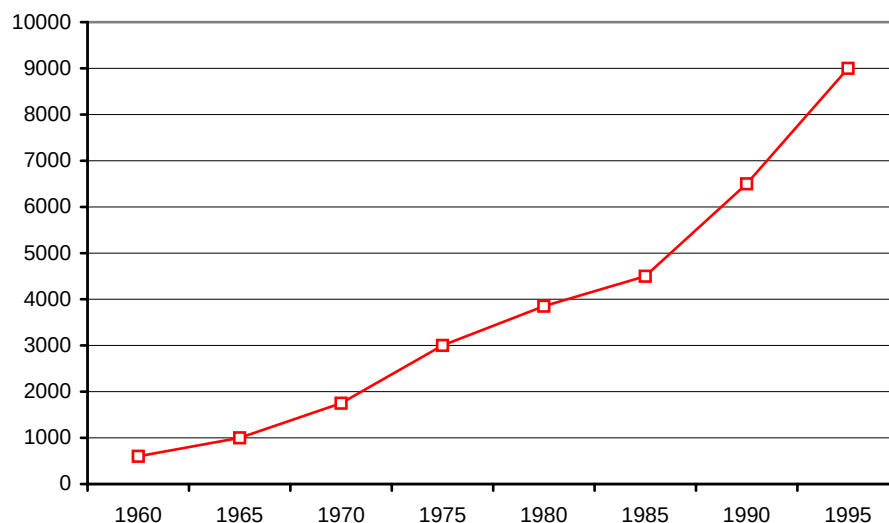
INE - X, XI, XII, XIII Recenseamentos Gerais da População.

Portugal aproximou-se assim da capitação europeia em termos de taxa de motorização, atingindo em 1997 os 423 veículos/mil habitantes que eram a média europeia em 1994 (MA-DGA, 1999b). Em 1998, Portugal atingiu os 435 veículos/mil habitantes (gráfico 3.10).

Associada a um aumento da rede rodoviária, tem-se registado nos últimos anos uma grande expansão da utilização do transporte rodoviário, tanto ao nível do transporte individual de passageiros, como ao nível dos transportes de mercadorias. No que respeita ao transporte individual de passageiros, este crescimento é confirmado pelos indicadores apresentados, nomeadamente a taxa de motorização (gráfico 3.10). Da análise deste gráfico, pode ainda concluir-se que o aumento da mobilidade de pessoas e bens está a ser baseada no transporte rodoviário.

Também a evolução do Tráfego Diário Médio nas Estradas (TDMA) constitui um importante indicador da evolução da repartição modal nas deslocações e do aumento da mobilidade de uma maneira geral.

GRÁFICO 3.11 - Tráfego Diário Médio nas Estradas (Continente) 1960-1995 - nº veículos/dia



Fonte: MA-DGA, 1999.

Com efeito, a partir da década de sessenta verifica-se um claro aumento no ritmo de crescimento do TMDA nas estradas nacionais, o qual se acentua ainda mais a partir de 1985, verificando-se uma duplicação do tráfego entre 1985 e 1995.

3.1.5.2 Consumo de combustíveis

Na sequência do que acima se referiu, quanto ao aumento muito significativo do parque automóvel e da circulação rodoviária, verifica-se que desde 1970 até 1998 quase quintuplicou a venda de combustíveis para utilização no sector dos transportes, onde se salienta o brutal aumento do consumo de gasóleo, (quadro 3.15 e gráfico 3.12), o que denota a importância crescente do transporte rodoviário de mercadorias.

QUADRO 3.15 - Consumo de combustíveis, pelos transportes - gasolina e gasóleo, 1970 - 1998³²

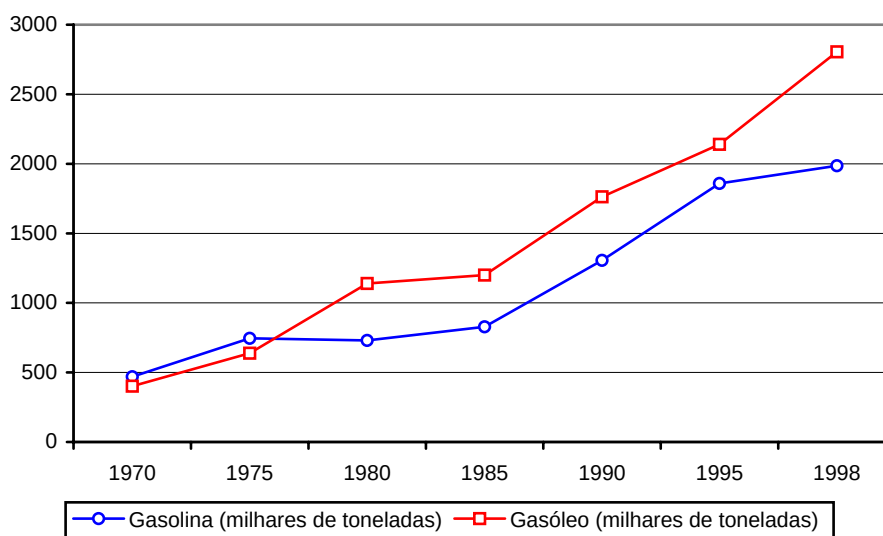
Ano	Gasolina (toneladas)	Gasóleo (toneladas)	Ano	Gasolina (toneladas)	Gasóleo (toneladas)
1970	467.937	400.868	1985	827.454	-
1971	526.883	453.321	1986	905.805	1.296.085
1972	591.782	512.815	1987	1.009.797	1.396.381
1973	672.315	581.080	1988	-	-
1974	640.887	603.741	1989 ^(a)	1.230.355	1.780.279
1975	744.743	638.210	1990	1.306.477	1.763.456
1976	722.532	717.930	1991	1.476.461	1.871.353
1977	692.597	802.794	1992 ^(b)	1.676.049	2.067.654
1978	692.113	934.408	1993 ^(b)	1.766.423	2.038.587
1979	681.442	1.044.850	1994	1.816.745	2.150.396
1980	729.985	-	1995	1.859.001	2.139.941
1981	753.642	-	1996	1.873.714	2.194.670
1982	787.768	-	1997	1.914.830	2.506.441
1983	788.318	-	1998	1.985.878	2.805.397
1984	783.641	-			

Fonte: INE - Estatísticas dos transportes, 1970 a 1998.

(a) Não inclui elementos referentes à empresa ESSO PORTUGUESA, S.A.

(b) Não inclui elementos referentes à marca ANKA.

GRÁFICO 3.12 - Consumo de combustíveis pelos transportes, gasolina e gasóleo, 1970 - 1998



Fonte: INE - Estatísticas dos transportes, 1970 a 1998.

³² Nos anos de 1970 a 1979 e 1986 e 1987 as estatísticas de transportes do INE apresentam os valores em hectolitros. Foi feita uma conversão de hectolitros para toneladas com base na seguinte fórmula: massa = densidade x volume. Os valores das densidades foram de 0,755 para a gasolina e 0,845 para o gasóleo. Como as densidades variam ao longo dos anos, foram encontradas as densidades médias dos períodos em questão. Esta conversão só foi possível graças à colaboração dos serviços técnicos da Petrolgal, a quem agradecemos.

3.1.6 Produção de resíduos sólidos urbanos

Nas últimas décadas, a produção de resíduos sólidos urbanos (RSU) tem tido um aumento muito significativo em Portugal. As primeiras estimativas de capitação de resíduos são de 1980 e apontavam para um valor diário de 573 gramas, atingindo os 820 gramas em 1990 e ultrapassando um quilograma (1080 gramas) em 1998, ou seja, praticamente duplicando os valores em apenas 17 anos (quadro 3.16 e gráfico 3.13).

Existem, no entanto, diferenças significativas em termos regionais e de dimensão dos concelhos, devido às especificidades socio-económicas. Assim, enquanto nalguns concelhos de grande dimensão se ultrapassa largamente a capitação de um quilograma/dia, noutros de pequena dimensão atingem apenas os 700 gramas/dia (Vieira, 1997: 99).

Este significativo aumento de produção de resíduos foi de algum modo sendo correspondido pelos sistemas de recolha, ao invés dos sistemas de tratamento, com todas as consequências daí inerentes. Assim, em 1995, dos 324 locais para deposição de RSU, 302 eram lixeiras a céu aberto, sem qualquer impermeabilização, logo sem quaisquer condições para a recepção de resíduos. Os poucos aterros existentes nesta data estavam contudo longe de reunir todas as condições técnicas necessárias à salvaguarda do ambiente e da saúde pública. O Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) apontava para o encerramento de todas as lixeiras e a respectiva substituição por aterros controlados até ao final do século (MA-IR, 1997).

Quanto à recolha selectiva, é também a partir desta altura que começa a dar os primeiros passos, estando actualmente em evolução significativa, com a entrada em funcionamento de um vasto conjunto de aterros sanitários com sistema de triagem de resíduos, mas ainda muito longe dos níveis médios da União Europeia.

QUADRO 3.16 - Produção e capitação de RSU, no Continente⁽¹⁾

ANO	Produção (1000 t)	Capitação g/hab/dia
1980	1.984	573
1981	2.031	586
1982	-	-
1983	-	-
1984	2.189	632
1985	2.246	650
1986	-	-
1987	2.627	760
1988	-	-
1989	-	-
1990	2.969	820
1991	-	-
1992	-	-
1993	3.372	930
1994	3.500	960
1995	3.600	990
1996	3.700	1020
1997	3.800	1.050
1998	3.900	1.080

Fontes: Compêndio de Estatísticas do Ambiente 1987, Lisboa, MPAT, 1988.

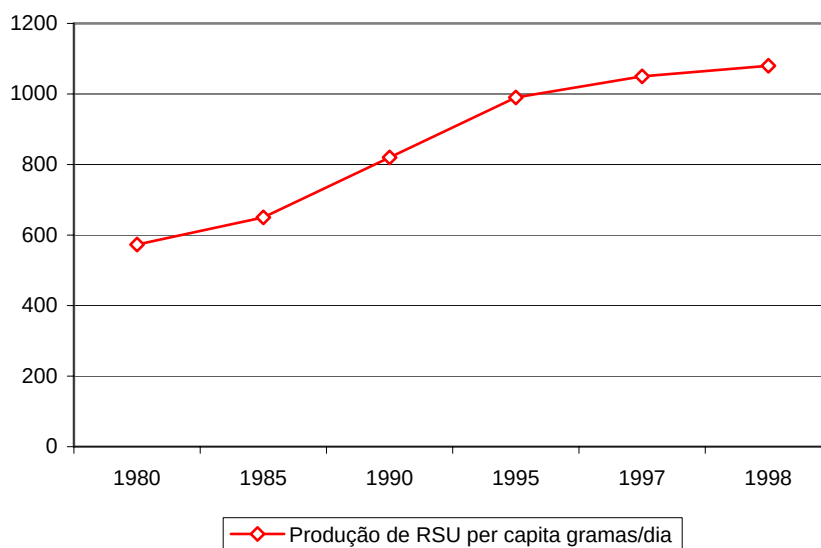
Relatório do Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, 1991, Lisboa, MPAT - MARN, 1992.

Relatório do Estado do Ambiente, 1998, Lisboa, MA - DGA, 1999.

Relatório do Estado do Ambiente, 1999, Lisboa, MA - DGA, 2000.

(1) Valores estimados.

GRÁFICO 3.13 - Evolução da produção de RSU em gramas per capita/dia, no Continente(1)



Fontes: Compêndio de Estatísticas do Ambiente, Lisboa, MPAT-SEARN, 1987.

Relatório do Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, 1991, Lisboa, MPAT - MARN, 1992.

Relatório do Estado do Ambiente, 1998, Lisboa, MA - DGA, 1999.

Relatório do Estado do Ambiente, 1999, Lisboa, MA - DGA, 2000.

(1) Valores estimados.

O aumento na produção de RSU associa-se a dois aspectos da modernização da sociedade portuguesa. Por um lado, ao crescimento da população urbana, por outro, à penetração de modos de vida urbana nos meios rurais.

Em termos absolutos, a grande produção de resíduos situa-se claramente no litoral, sendo que os distritos que mais resíduos produziram foram “os de Lisboa e Porto, com 27% e 20%, respectivamente do total nacional. Muito mais atrás encontram-se os distritos de Setúbal 8.5%, Aveiro e Braga 6,8% cada e Leiria 4.2%” (Vieira, 1997:99). Como se observa, os seis distritos mencionados, todos do litoral produzem mais de 70% do total nacional de RSU.

O crescimento da produção de resíduos mencionado nas últimas décadas, associado a uma ausência total de tratamento, terá contribuído fortemente para a existência e a visibilidade de um vasto conjunto de problemas ambientais, como a poluição dos cursos de água, dos aquíferos subterrâneos, dos solos e do ar. Os grandes focos poluidores que eram as lixeiras estiveram na origem de muitos protestos por parte das populações situadas nas suas imediações.

3.1.7 Turismo

O desenvolvimento do turismo baseia-se na exploração de recursos dos patrimónios natural e construído, pelo que se não for exercido de forma controlada pode provocar retroação ao próprio desenvolvimento. Com base no Relatório do Estado do Ambiente 1998 (MA-DGA, 1999) citam-se algumas ameaças que o desenvolvimento turístico exerce sobre o ambiente:

- a redução de espaços naturais e agrícolas, quer por intensificação da construção de infra-estruturas de suporte, quer pela concessão de certos espaços à administração de hotéis e outros empreendimentos turísticos;
- a destruição da flora e fauna pela utilização excessiva dos espaços naturais;
- a degradação das paisagens e do património histórico, pela implementação de equipamentos e infra-estruturas, raramente em harmonia com a arquitectura tradicional e desenvolvendo-se, por vezes, anarquicamente;

- os loteamentos clandestinos;
- a destruição dos valores ambientais e culturais de pequenos aglomerados (sobretudo aglomerados pesqueiros, no litoral) e a sua absorção por aglomerados descaracterizados;
- a degradação, por abandono de resíduos sólidos em locais impróprios para o efeito;
- o congestionamento das vias de trânsito nas zonas de maior afluência turística com consequentes repercussões no aumento do consumo de energia, na degradação da qualidade do ar e aumento do ruído.

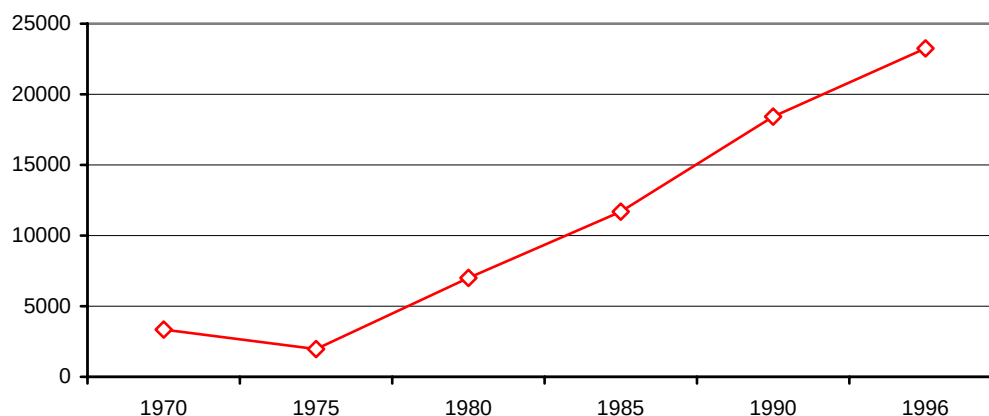
Em face dos aspectos citados, seleccionou-se um conjunto de informação que possibilite visualizar a afluência turística e o tipo de turismo praticado a partir do início da década de setenta.

QUADRO 3.17 - Entrada de estrangeiros em Portugal 1970-1996

Milhares					
Ano	Entradas	Ano	Entradas	Ano	Entradas
1970	3.343	1980	-	1990	18.422
1971	3.867	1981	7.277	1991	19.641
1972	3.925	1982	7.299	1992	20.742
1973	4.080	1983	8.875	1993	20.579
1974	2.622	1984	9.811	1994	21.728
1975	1.966	1985	11.692	1995	23.066
1976	2.175	1986	13.057	1996	23.252
1977	3.055	1987	16.173	-	-
1978	3.389	1988	16.077	-	-
1979	5.287	1989	16.476	-	-

Fonte: INE - Estatísticas do Turismo, 1970 a 1996.

GRÁFICO 3.14 - Entrada de estrangeiros (milhares) em Portugal 1970-1996



Fonte: INE - Estatísticas do Turismo, 1970 a 1996.

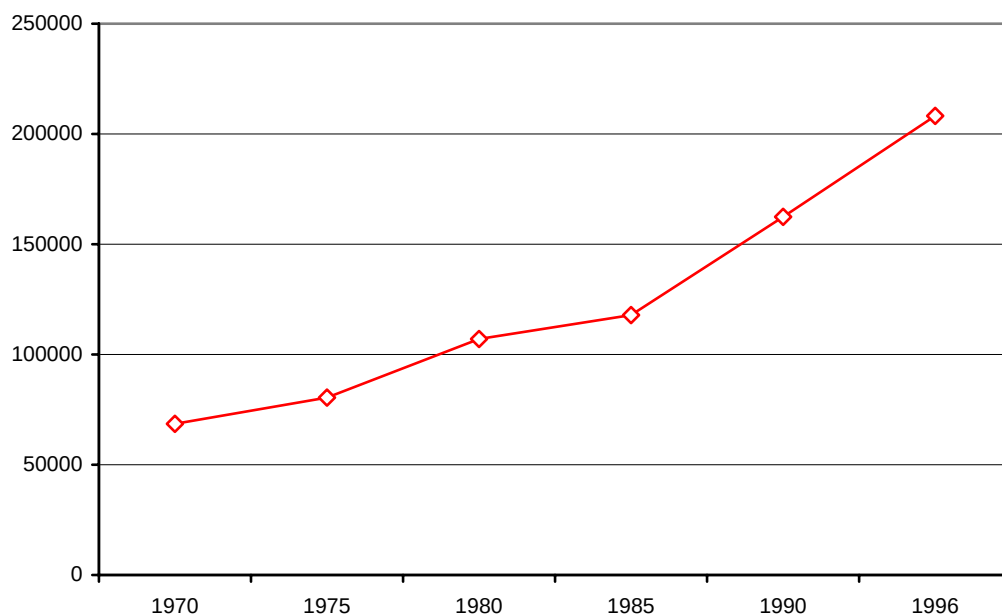
QUADRO 3.18 - Estabelecimentos Hoteleiros - Estabelecimentos, quartos e capacidade de alojamento - (Continente) 1970-1996

Ano	Estabelecimentos	Quartos	Capacidade de alojamento	Ano	Estabelecimentos	Quartos	Capacidade de alojamento
1970	1.284	33.906	68.537	1985	1.368	53.364	117.892
1971	1.282	34.077	68.854	1986	1418	57.289	128.738
1972	1.311	35.084	71.459	1987	1449	60.815	135.432
1973	1.328	37.195	76.896	1988	1449	64.821	144.076
1974	1.314	37.995	77.976	1989	1564	67.582	152.923
1975	1.315	39.004	80.436	1990	1.620	71.258	162.428
1976	1.319	40.800	84.779	1991	1.646	74.328	171.900
1977	1.303	41.655	87.519	1992	1.777	84.584	190.892
1978	1.304	41.560	87.025	1993	1.777	88.596	198.862
1979	1.342	46.772	107.147 ⁽¹⁾	1994	1.728	88.961	202.442
1980	-	-	-	1995	1.733	90.001	204.051
1981	1.319	47.960	107.296	1996	1.744	91.094	208.205
1982	1.331	49.986	110.572	1997			
1983	1.316	51.312	113.959	1998			
1984	1.365	52.861	117.708				

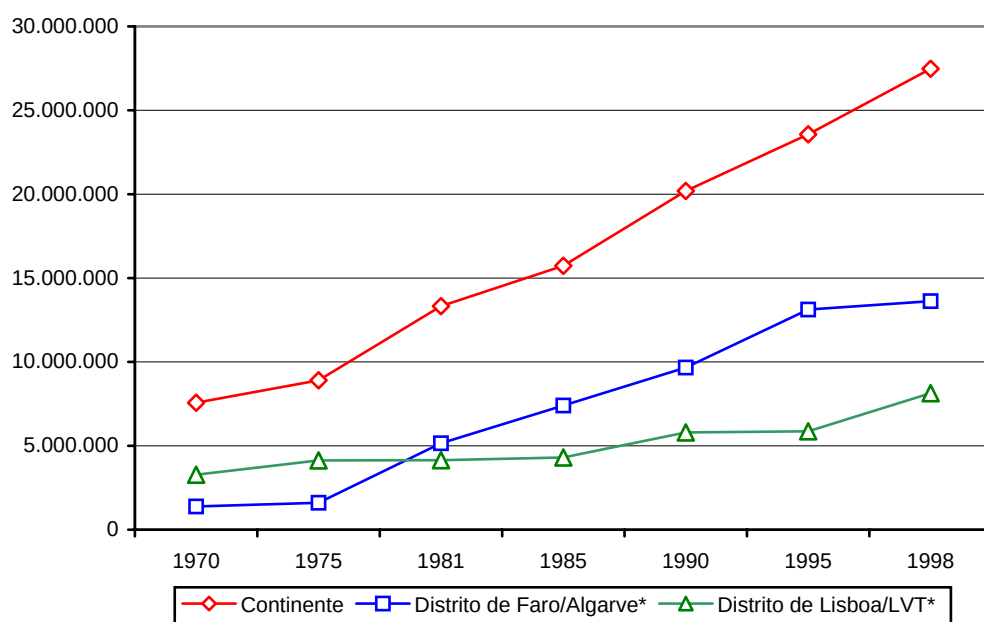
Fonte: INE - Estatísticas do Turismo, 1970 a 1996.

(1) A partir do ano de 1979 passam a estar englobados os apartamentos e aldeamentos turísticos. Neste ano representaram 20.090 camas.

GRÁFICO 3.15 - Estabelecimentos Hoteleiros - Capacidade de alojamento - (Continente) 1970-1996



Fonte: INE - Estatísticas do Turismo, 1970 a 1996.

GRÁFICO 3.16 - Dormidas na hotelaria, distritos de Faro⁽¹⁾ Lisboa⁽¹⁾ e Continente, 1970 - 1998

Fonte: INE - Estatísticas do Turismo, 1970 a 1998.

(1 A partir de 1990 os dados correspondem às NUT's II, ou seja Algarve e Lisboa e Vale do Tejo, respectivamente.

Da análise dos diversos quadros e gráficos, pode concluir-se que desde 1970 o sector do turismo tem tido um crescimento muito acentuado.

A entrada de estrangeiros no país passou de 3,3 milhões em 1970, para 23 milhões em 1996, constituindo um acréscimo de quase 600% (quadro 3.17 e gráfico 3.14). Quanto à capacidade de alojamento, passou de 68.537 em 1970 para 208.205 em 1996, constituindo um aumento superior a 200% (quadro 3.18 e gráfico 3.15).

As dormidas na hotelaria quase quadruplicaram no mesmo período, passando de 7,7 milhões para 27,5 milhões. De notar que ao longo destas três décadas os distritos de Lisboa e Faro, em conjunto, representaram sempre mais de 50% do total nacional das dormidas na hotelaria. Os restantes distritos do litoral concentram por sua vez a grande maioria restante (anexos 3.1 e 3.2 e gráfico 3.16). Deve ainda referir-se a existência de toda uma estrutura paralela de oferta de camas que não é contabilizada nas estatísticas, mas que tem um peso significativo na pressão humana que é exercida sobre o território do litoral, particularmente no Algarve.

A esta concentração no litoral não é alheia uma especialização de Portugal num turismo de sol, mar e praia, que conduziu a um processo massivo de urbanização desordenada de áreas litorais, com impactes ambientais fortemente negativos que vão desde situações de poluição da água e do ar e produção de resíduos provocadas pelo simples aumento da carga de demográfica, até modificações na linha de costa, salinização dos aquíferos costeiros e dos terrenos agrícolas, degradação e destruição das paisagens rurais e piscatórias tradicionais.

3.2 Recomposição da estrutura social

Como vimos atrás, segundo as teorias apresentadas, à medida que se desenvolvem características modernas nas sociedades, grupos sociais com capital escolar, recomposição socioprofissional, terciarização, entre outras, estão criadas as condições para a emergência de valores pós-materialistas, de uma percepção global do risco e da propensão para o aparecimento de novos movimentos sociais de protesto em torno desses valores. Vamos agora analisar como e quando é que essas mudanças sociais ocorreram em Portugal para enquadrar o contexto social do problema.

3.2.1 Níveis de escolaridade

Um aspecto importante para compreender a recomposição da estrutura social e as mudanças que se processaram na sociedade portuguesa nas últimas décadas é a evolução dos níveis de escolaridade, dada a “estreita correlação que existe entre os níveis de desenvolvimento dos países e os níveis de qualificações escolares dos seus habitantes” (Almeida, Costa e Machado, 1996: 315).

Assim, observando o quadro 3.19 são muito significativos os contrastes entre 1960 e 2001, o que documenta um profundo atraso no nosso desenvolvimento.

QUADRO 3.19 - Evolução dos níveis de ensino da população portuguesa, 1960-2001 (%)

	1960	1970	1981	1991	2001
Taxa de analfabetismo	40,3	33,6	26,4	15,3	9,0
Sabe ler e escrever s/grau de ensino	21,1	4,5	1,1	0,8	-
Ensino Básico (primário e preparatório)	32,8	52,2	56,6	56,5	50,0
Ensino Secundário (unificado e complementar)	4,6	7,8	13,2	21,5	27,9
Ensino Médio/Superior	0,8	1,6	2,8	6,3	12,1

Fontes: Almeida et al, 1996; Barreto e Preto, 2000; INE - XIV Recenseamento Geral da População.

Em 1960, Portugal apresentava níveis de escolarização muito baixos em todos os níveis de ensino, com destaque para a taxa de analfabetismo, que embora em decréscimo acentuado, se mantém muito elevada até 1991, numa altura em que “o analfabetismo na união europeia é praticamente residual” (Machado e Costa, 1998: 24). Em 2001, apesar de uma descida significativa, verifica-se ainda uma taxa de analfabetismo relativamente elevada.

Também no domínio da escolaridade se verificam em Portugal assimetrias regionais muito marcadas. Como observam Almeida, Costa e Machado, (1996: 316), “as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Porto têm os níveis de qualificação escolar mais elevados, destacando-se aí o peso acima da média nacional daqueles que atingiram o ensino superior, e o peso mais baixo do que a média nacional dos analfabetos”, situação que se mantinha, em traços gerais, em 2001.

No entanto, é preciso colocar este indicador numa perspectiva histórica. “Embora anormalmente alta, a sua expressão actual surge na sequência de uma evolução muito positiva, de redução rápida dos valores de há 20 ou 30 anos. A diminuição do analfabetismo faz parte, de resto, de um movimento global de escolarização acelerada da população portuguesa, que despontou ainda nos anos 60, mas que só depois de Abril de 1974 se generalizou a todo o país e a todas as camadas sociais” (Machado e Costa, 1998: 25) (quadro 3.19).

Ainda no quadro 3.19, pode observar-se o sentido geral da progressão dos níveis de escolaridade atrás referida. Em 1960, apenas 32,8% dos portugueses tinham atingido o ensino básico, primário e preparatório, quando em 1991 esse valor quase

duplicara, situando-se nos 56,5%. Entre 1991 e 2001, este valor desceu, para os 50%, em favor do aumento dos níveis de escolaridade acima, secundário e superior. A percentagem de portugueses que atingiram o nível secundário quase sextuplicou entre 1960 e 2001, passando de menos de 4,6% para mais de 27,9%.

Constata-se, portanto um aumento progressivo dos indivíduos que foram atingindo os sucessivos graus de ensino, dado que de década para década se assiste praticamente a uma duplicação das percentagens, merecendo particular destaque os níveis secundário e médio/superior.

QUADRO 3.20 - Alunos matriculados e alunos que concluíram o curso no ensino superior

Anos Lectivos	Alunos matriculados ⁽¹⁾	Alunos que concluíram o curso ⁽²⁾
1960-61	24 149	2 184
1970-71	49 461	3 068
1990-91	82 428	10 942
1980-81	186 780	14 039
1993-94	270 022	32 447
1997-98	344 868	-

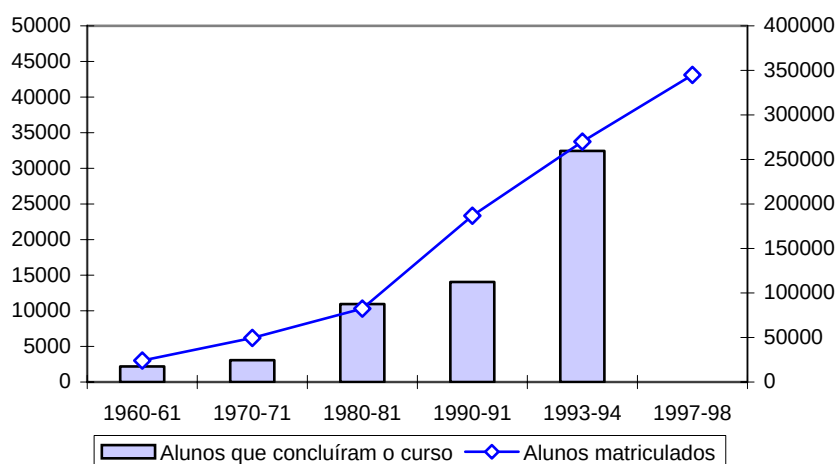
Fonte: Barreto e Preto, 1996; Barreto e Preto, 2000.

(1) Ensino superior público e privado universitário e não universitário.

(2) Licenciatura, bacharelato e outros.

O quadro 3.20 mostra que em 1991, o número de alunos inscritos no ensino superior era quase oito vezes maior do que o registado em 1960. E em 1995, o número de inscritos aumentara já doze vezes. No que se refere a alunos que concluíram o curso, os valores são igualmente muito relevantes. Entre 1960 e 1991, os números mais do que sextuplicaram, e em 1995 o número de indivíduos que concluíram um curso superior aumentara cerca de quinze vezes. Em ambos os indicadores, os valores praticamente duplicam em cada década, atingindo grande expressão a partir do início da década de oitenta. Como resultado acumulado destas tendências de fluxo no sistema de ensino, o *stock* de portugueses habilitados com um curso médio ou superior passou de 0,8% em 1961 para 12,1% em 2001 (quadro 3.19).

GRÁFICO 3.17 - Alunos matriculados e alunos que concluíram o curso no ensino superior 1960-1998



Fonte: Barreto e Preto, 1996; Barreto e Preto, 2000.

Estes dados assumem particular relevância, na medida em que “dada a contínua expansão do sistema de ensino nos países desenvolvidos e a consequente elevação progressiva dos níveis de escolaridade obrigatória que esses países têm conhecido, as taxas de frequência e de conclusão do ensino superior tornaram-se no indicador privilegiado para apreciar os processos de recomposição social das populações” (Almeida, Costa e Machado, 1996: 315).

3.2.2 A recomposição socioprofissional

“O aumento continuado das taxas de frequência dos vários graus de ensino, com a consequente elevação dos níveis médios de escolaridade da população, têm impactes directos importantes em termos de recomposição socioprofissional” (Machado e Costa, 1998: 27).

No domínio da recomposição socioprofissional, assumem particular destaque o aumento da taxa de actividade feminina e um aumento crescente no peso da actividade terciária (Almeida, Costa e Machado 1996; Machado e Costa, 1998). Contudo, no âmbito do presente trabalho analisam-se mais pormenorizadamente a taxa de actividade global e a distribuição da população activa pelos sectores de

actividade, relacionando-as posteriormente com a recomposição da estrutura de classes.

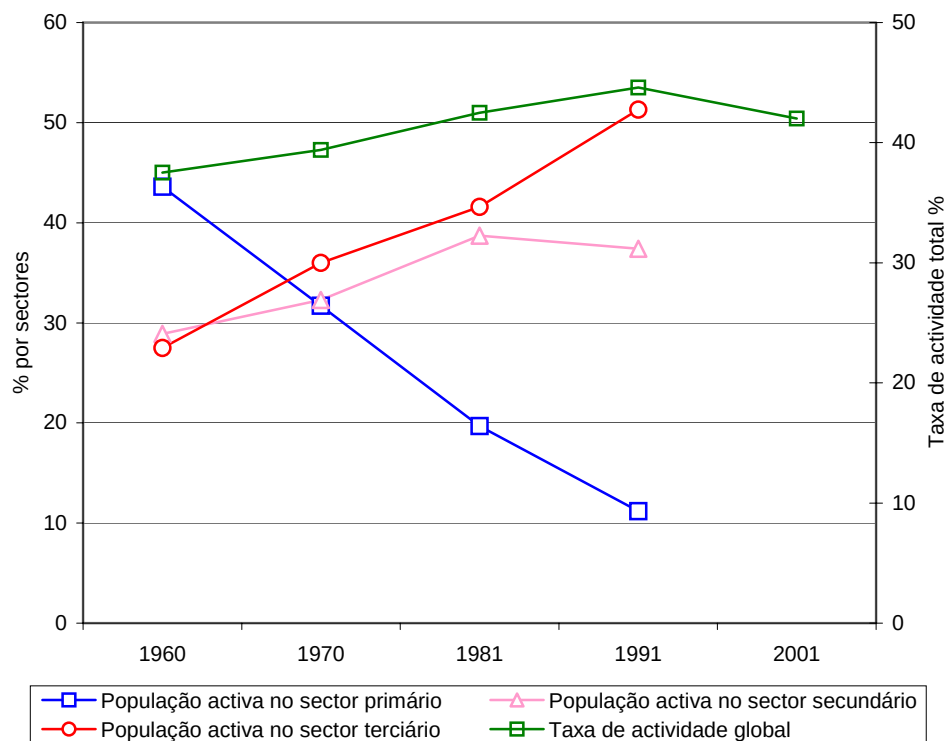
QUADRO 3.21 - Evolução da população activa por sectores de actividade 1960-2001

Sectores de actividade	1960	1970	1981	1991	2001 ⁽¹⁾
Taxa de actividade global	37,5	39,4	42,5	44,6	42
Taxa de actividade feminina	13,0	19,0	29,0	35,5	-
População activa no sector primário	43,6	31,7	19,7	11,2	-
População activa no sector secundário	28,9	32,3	38,7	37,4	-
População activa no sector terciário	27,5	36,0	41,6	51,3	-

Fonte: Machado e Costa, 1998; INE - XIV Recenseamento Geral da População.

(1) À data de recolha apenas foram disponibilizados pelo INE os dados relativos à taxa de actividade global.

GRÁFICO 3.18 - Evolução da taxa de actividade total e da repartição população activa por sectores de actividade 1960-2001



Fonte: Machado e Costa, 1998; INE - Recenseamento geral da população e habitação 2001.

Com base na observação do quadro 3.21 e do gráfico 3.18, constata-se profundas transformações no que respeita à redistribuição da população activa pelos sectores de actividade.

No que se refere ao sector primário, como aliás já havíamos notado no ponto anterior referente à agricultura, ocorre um decréscimo muito acentuado. Em 1960, ocupava quase metade da população activa, ao passo que em 1991 se situava em cerca de 10%. Em sentido oposto, situa-se o sector terciário, que desde 1960 tem vindo sempre a crescer ocupando hoje mais de metade da população activa. O sector industrial é aquele onde se têm verificado menores variações. Registou aumentos nas décadas de sessenta e setenta, tendo começado a apresentar uma diminuição a partir dos anos oitenta. Em suma, como acentuam Machado e Costa (1998: 31), passou-se de uma sociedade onde, à saída dos anos cinquenta, prevaleciam as actividades ligadas ao sector primário, sobretudo a agricultura, para uma outra que se pode considerar “terciária” na medida em que o sector de serviços ocupa hoje mais de metade da população activa.

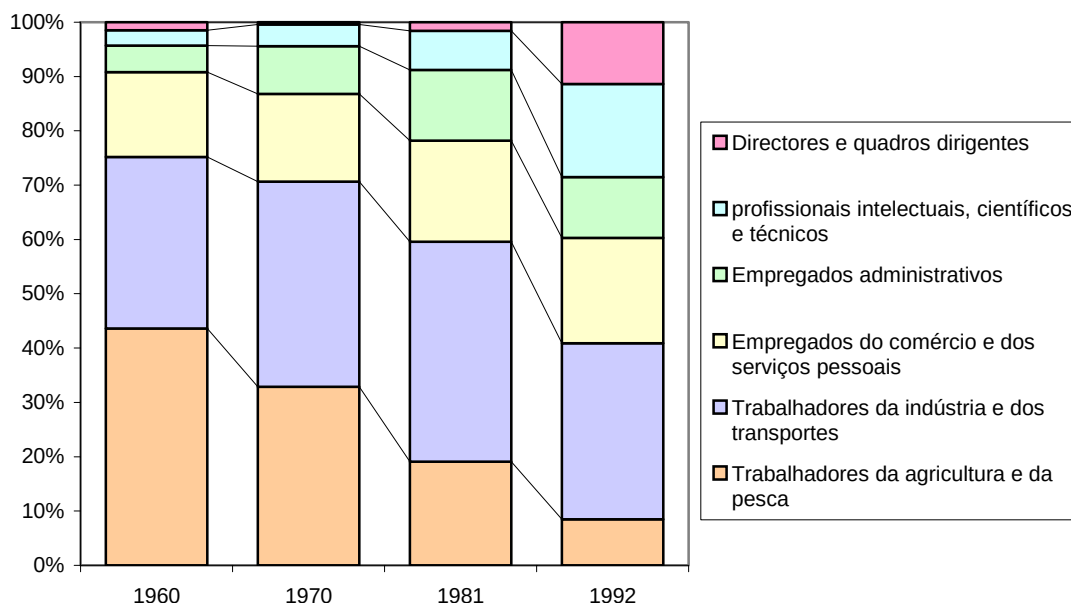
Para melhor se entenderem as transformações ocorridas na estrutura da sociedade portuguesa, analisam-se de seguida, o conjunto de mudanças na estrutura de distribuição dos indivíduos com actividade profissional pelos principais tipos de profissões. (quadro 3.22).

QUADRO 3.22 - Evolução da população activa por grupos de profissões 1960-1992

Grupos de profissões	1960	1970	1981	1992
Directores e quadros dirigentes	1,5	0,4	1,6	11,4
Profissionais intelectuais, científicos e técnicos	2,8	4,0	7,2	17,1
Empregados administrativos	4,9	8,8	13,0	11,2
Empregados do comércio e dos serviços pessoais	15,6	16,2	18,6	19,4
Trabalhadores da agricultura e da pesca	43,6	32,9	19,1	8,5
Trabalhadores da indústria e dos transportes	31,6	37,8	40,5	32,4

Fonte: Almeida, Costa e Machado, 1996.

GRÁFICO 3.19 - Evolução da população activa por grupos de profissões 1960-1992



Fonte: Almeida, Costa e Machado, 1996.

Os dados mais relevantes são a expansão das profissões intelectuais, científicas e técnicas, a qual mais do que sextuplicou, passando de 2,8% em 1960 para 17,1% em 1992, e o aumento do grupo dos directores e quadros dirigentes nos anos oitenta. Apesar de os valores indicados para 1992 reflectirem algumas alterações de critérios classificativos, não deixam de indiciar, segundo Almeida, Costa, e Machado (1994: 320), processos sociais substantivos, como um crescimento importante do número de empresas de pequena e média dimensão, bem como uma maior formalização das estruturas organizacionais e das qualificações profissionais requeridas por empresas, serviços públicos e administração estatal, obviamente correlacionado do lado da oferta com a expansão dos ensinos secundário e superior.

O forte ritmo de crescimento verificado no grupo profissional constituído pelo conjunto das profissões intelectuais, científicas e técnicas acima referido, e que assume grande importância no âmbito das hipóteses directoras deste trabalho, decorre, em parte, da própria exiguidade dos valores de partida, isto é, da enorme escassez de técnicos e quadros de nível médio ou superior na composição socioprofissional da população portuguesa de há vinte ou trinta anos atrás. No entanto, não deixa ao mesmo tempo de traduzir, no plano da recomposição social da

população, importantes dinâmicas de transformação das estruturas sociais do país. Com este processo de recomposição social convergem outros, como os de escolarização, urbanização, modernização económica, mutação das instituições (democracia, Estado-Providência), redefinição das inserções internacionais (designadamente a adesão à Comunidade Europeia), alteração dos estilos de vida e das referências culturais (Almeida, Costa, e Machado, 1996: 320).

3.2.3 Recomposição da estrutura de classes

Os processos de transformação estrutural atrás referidos traduzem-se numa recomposição da estrutura de classes que se sintetiza a partir da observação do quadro 3.23.

As fracções de classe ligadas à agricultura, representadas pelos camponeses e pelos assalariados agrícolas, sofrem um declínio acentuado, já que seu conjunto representava em 1960 cerca de 42% e em 1991, apenas 10%.

No que respeita ao conjunto constituído pelos assalariados de base, que não têm níveis muito elevados de qualificações, profissionais e escolares, nem ocupam lugares de enquadramento, observam-se dois processos distintos. Um crescimento gradual do operariado industrial até ao início da década de oitenta, a partir da qual inicia uma contagem decrescente, que segundo Machado e Costa, (1998: 34) “é provavelmente irreversível, o que aliás corresponderia plenamente a um cenário de maior aproximação da estrutura social portuguesa á dos países economicamente mais desenvolvidos”. Em sentido oposto, os empregados executantes dos escritórios, comércio e serviços, atingem praticamente o dobro da expressão registada em 1960, ou seja 27,1%, contra os 14,6% registados três décadas atrás.

Estas duas categorias de assalariados registam ainda outra importante linha de distinção, que é a dos respectivos níveis de escolaridade e que é sublinhada por Machado e Costa (1998: 35). “Globalmente os trabalhadores industriais, 65% dos quais não têm mais do que o 1º ciclo do ensino básico, são menos escolarizados do

que os empregados executantes, sobretudo se a comparação for feita com os trabalhadores administrativos, os mais qualificados dentre estes”.

A categoria dos trabalhadores independentes, que engloba os trabalhadores por conta própria do comércio, indústria e serviços, duplica o seu peso relativo entre 1960 e 1970, atravessa de seguida um período de estabilização para depois, a partir dos anos oitenta, apresentar um crescimento moderado.

Os empresários e dirigentes, depois de um decréscimo entre 1960 e 1970, apresentam um crescimento significativo em termos relativos e absolutos, a partir dos anos oitenta.

QUADRO 3.23 - **Evolução da estrutura de classes 1960-1991**

Lugares de classe	1960	1970	1981	1991
Empresários e dirigentes	6,0	3,0	4,4	8,5
Profissionais técnicos e de enquadramento	2,6	4,9	7,9	11,7
Trabalhadores independentes	3,8	7,3	7,2	8,5
Camponeses	14,1	15,2	11,3	6,2
Empregados executantes	14,6	19,4	26,0	27,1
Operários industriais	30,7	33,9	36,0	34,3
Assalariados agrícolas	28,3	16,2	7,2	3,7

Fonte: Machado e Costa, 1998.

Por fim, analisamos a categoria dos profissionais técnicos e de enquadramento. Esta é de entre todas as classes e fracções de classe, a que maior crescimento regista. Em 1960, representava apenas 2,6% da população activa com profissão, menos de 100.000 indivíduos, para em 1991 representar já cerca de 12%, rondando o meio milhão de indivíduos.

Este crescimento acentuado contribui decisivamente para que o peso global das classes médias, de inserção predominantemente urbana, seja hoje um dos traços mais marcantes da estrutura de classes em Portugal. Com ganhos de praticamente 10% em cada década, o conjunto formado por profissionais técnicos e de

enquadramento, empregados executantes e trabalhadores independentes passa de 21% em 1960 para 47,3% em 1991 (Machado e Costa, (1998: 36).

O crescimento desta “nova classe média” é um factor muito relevante que acompanha o trajecto de desenvolvimento, em sentido mais global, da sociedade portuguesa em diversas dimensões, “acompanhando processos sociais de escolarização superior, de desenvolvimento do Estado-Providência, de modernização económica e cultural”. (Almeida, Costa e Machado, 1996: 326). Este sector assume assim, um importante papel de referência na “recepção, produção e difusão de novos estilos de vida e valores culturais” (Machado e Costa, 1998: 37).

Em suma, as transformações mais significativas registadas desde 1960 são por um lado, uma quebra dos efectivos ligados à agricultura e por outro, o claro crescimento das chamadas classes médias, com destaque para a categoria dos profissionais técnicos e de enquadramento. A expansão da “pequena burguesia técnica de enquadramento”, composta por assalariados que são quadros científicos e intelectuais, bem como técnicos e quadros intermédios, “tem provavelmente a evolução com maior impacte social. Esta fracção, maioritariamente urbanizada, dispõe de alto capital cultural relativo, de forte visibilidade e influência, e por isso ela absorve e amplia transformações no plano dos valores seguramente de forma muito significativa” (Almeida, 2000: 167).

3.2.4 Valores materialistas e valores pós-materialistas

É neste contexto de transformação da sociedade portuguesa, marcada sobretudo pelo aumento dos níveis de escolaridade, de profissionais qualificados, bem como das classes médias, que no início da década de sessenta apresentavam valores muito baixos, que se insere a transição de valores materialistas para valores pós-materialistas, particularmente associados à emergência de novos grupos sociais, cujo enquadramento teórico foi já abordado no primeiro capítulo.

A bateria de valores, composta por doze indicadores, (quadro 3.24) aplicada por Inglehart, para classificar os indivíduos como materialistas, pós-materialistas ou mistos, foi aplicada em Portugal por Jorge Vala e comparada com a que ocorria no conjunto dos países da Comunidade Europeia uma década antes.

QUADRO 3.24 - Indicadores de valores materialistas e valores pós-materialistas

Valores materialistas	Valores pós-materialistas
Crescimento económico	Participação no trabalho e na comunidade
Estabilidade da economia	Sociedade menos impessoal
Controlo da subida dos preços	Participação na política
Ordem no país	Liberdade de expressão
Combate ao crime	Beleza nas cidades e nos campos
Forças armadas fortes	Ideais mais importantes que o dinheiro

Fonte: Vala, 1993.

QUADRO 3.25 - Padrões de Valores em Portugal e na Europa (%)

	Portugal 1990	Europa 1980	Europa 1990
Materialistas	41	44	22
Mistos	48	47	59
Pós-materialistas	11	9	19

Fonte: Vala, 1993.

Da análise do quadro 3.25, consta-te que Portugal em 1990 apresenta valores próximos dos que apresentava a Europa em 1980. Estes dados confirmam assim, também neste plano, uma modernização tardia da sociedade portuguesa, tal como vem sendo demonstrada pelos indicadores que vêm sendo apresentados. “Os valores sociais reflectem largamente as experiências de vida dos diferentes grupos sociais e solidificam-se dentro desses grupos através do consenso, fruto da comparação social, ela própria resultante da ambiguidade da realidade social. Deve assim esperar-se que os resultados obtidos no interior dos diferentes grupos sociais reflectam uma consensualidade em torno de determinados padrões de valores, e que esses padrões de valores reflectam as experiências de vida e as necessidades desses grupos” (Vala, 1993: 227). É por isso de supor que a adesão a valores pós-materialistas venha aumentando em função da evolução constatada na sociedade portuguesa sobretudo a partir da década de oitenta, com destaque particular para o aumento dos níveis de

escolaridade e a emergência de novas classes médias, correlacionadas com as outras transformações, económicas, sociais e ambientais atrás caracterizadas.

Estes resultados vêm assim de encontro à teoria de Inglehart, atrás apresentada, segundo a qual a emergência dos valores pós-materialistas só se verifica quando os problemas económicos e de segurança básicos de um grupo se encontram minimamente superados. Assim, é de esperar que os grupos sociais com maior bem estar dêem mais importância aos valores pós-materialistas. Ao mesmo tempo, os níveis de instrução mais elevados devem encontrar-se também associados ao pós-materialismo, dado que, como acentua Vala (1993: 227), “são um indicador do bem estar económico vivido durante a infância e a juventude e dado que, por outro lado, proporcionam o desenvolvimento de aptidões cognitivas e o acesso a novas redes de informação, que facilitam a abertura e a descentração do espaço social imediato, condições importantes para a emergência do pós-materialismo”.

No que se refere ao “ecologismo” propriamente dito, Jorge Vala estuda também a atitude dos portugueses face à ecologia relacionando-a com pós-materialismo, mudança da ordem social e modernidade, estabelecendo correlações com a idade, a escolaridade e a ideologia.

As respostas obtidas em Portugal, por Jorge Vala, apresentam um perfil bastante diferente, são muito mais extremadas, ora na direcção de uma atitude positiva, ora na direcção de uma atitude negativa face ao ecologismo, revelando ainda a própria *dualidade de desenvolvimento da sociedade portuguesa*³³. O saldo final vai no sentido de uma atitude muito menos positiva face à ecologia em Portugal do que nos restantes países europeus. A atitude positiva face à ecologia surge entre nós, aliás como nos outros países, como um prolongamento do pós-materialismo. Neste sentido, não surpreende que o ecologismo seja menos saliente entre nós do que no conjunto da Comunidade, já que também o é o pós-materialismo.

³³ Cf. Nunes (1969).

No nosso país, o ecologismo surge dissociado dos valores de conservação da ordem social, ao mesmo tempo que está ligado aos valores da modernidade, salientando que entre nós a atitude positiva face à ecologia parece envolver uma grande pluralidade de significados. Ou seja, a adesão a proposições de apoio ao movimento ecológico ancorará, pelo menos, em dois tipos de valores mais gerais: por um lado, os valores pós materialistas, os valores de modernidade e de conservação da ordem social e, por outro lado, os valores ditos tradicionalistas. No primeiro caso, o ecologismo surge associado à mudança, no segundo caso significará uma idealização do passado.

Por fim o estudo refere, que para lá da pluralidade dos significados referidos, os resultados obtidos põem em evidência que a atitude positiva face à ecologia está sobretudo difundida entre os indivíduos mais jovens e com mais escolaridade; ao invés, estão menos presentes (correlatos ideológicos) nos mais religiosos e nos que se autoposicionam à direita, concluindo que as atitudes positivas face à ecologia assentam sobretudo nos valores pós-materialistas e de mudança da ordem social, na medida em que estes valores são mais partilhados pelos mesmos segmentos que mais apoiam os movimentos ecológicos. (Vala, 1993: 239-241).

Quanto às preocupações ambientais, as variáveis idade e escolaridade, esta por sua vez associada à recomposição da sociedade portuguesa, assumem também particular importância, como confirma o estudo de Schmidt et al (2000)³⁴, que revela ser este tipo de preocupações mais elevado nas faixas etárias até aos 35 anos e nos grupos mais escolarizados. “A idade é uma variável importante para explicar a preocupação ambiental, em parte certamente porque os processos de socialização³⁵ mais recentes passaram a integrar o tema do ambiente, seja no campo educativo, seja no campo mediático. A escolaridade, enquanto elemento essencial do capital cultural, parece também indissociável da inquietação ambiental” (Schmidt et al, 2000: 39).

³⁴ Estudo integrado no I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente, realizado pelo OBSERVA, organizado por João Ferreira de Almeida.

³⁵ O processo da socialização já referido é uma das vertentes importantes consideradas por Inglehart, (1990).

No que respeita às classes sociais, são as que apresentam uma escolaridade mais elevada que revelam maior preocupação relativamente ao estado do ambiente. Ou seja, “são os sectores sociais mais elevados, como a burguesia e a pequena burguesia técnica e de enquadramento que maior preocupação revelam; em contrapartida, os menos preocupados são os indivíduos que pertencem ao operariado e à pequena burguesia proprietária” (Schmidt et al, 2000: 39).

A transição de valores, ocorrida na sociedade portuguesa na sequência da recomposição atrás abordada é também observável no estudo de Lourenço e Lisboa (1991) sobre as representações da violência, que, para a dimensão societal da violência, inclui a poluição, concretamente a poluição fabril³⁶. Seguindo a matriz de Inglehart para analisar os valores e a percepção da violência, observam que “num dos pólos, o sistema de valores ligado à conservação da ordem social aparece associado ao sistema de valores designado de materialista, definindo uma população cuja percepção de violência se centra na dimensão individual e que é constituída por indivíduos com idades mais avançadas, níveis de instrução mais baixos e cuja origem social se localiza nos estratos sociais médio baixo e baixo. No pólo oposto, o sistema de valores relacionado com a mudança social ou pós-materialista define uma relação de proximidade principalmente com indivíduos com uma idade mais jovem, com níveis de instrução mais elevados, pertencentes a um estrato social médio superior ou médio alto e cuja percepção da violência se centra na dimensão societal” (Lourenço e Lisboa, 1991: 74).

³⁶ “Numa primeira leitura da informação sobre o modo como os portugueses percebem as situações susceptíveis de serem consideradas como violentas, verifica-se que os actos classificados como mais violentos são, por ordem decrescente de frequência, a violação, a poluição fabril e a comercialização de produtos farmacêuticos sem tomar as devidas precauções” (Lourenço e Lisboa, 1991: 29).

CAPÍTULO 4

O PROBLEMA SOCIAL EM PORTUGAL

O presente capítulo tem como objectivo descrever e analisar globalmente, seguindo as relações atrás equacionadas, o processo de institucionalização do problema social em Portugal.

A narrativa sobre o processo será estruturada segundo três dimensões: uma dimensão mediática, em que se analisa a divulgação, tendo como indicador o número de notícias relacionadas com o problema veiculadas pelos jornais escolhidos; uma dimensão associativa, que observa a criação de Organizações Não Governamentais de Ambiente, (ONGA), usando como indicador o número anual de registos de novas associações; e, finalmente, uma dimensão política.

Esta terceira dimensão será analisada segundo três componentes: partidária, governativa e legislativa. Na componente partidária, serão analisados os programas dos partidos políticos, sob duas perspectivas complementares de orientação programática: os programas aprovados em congresso, que traduzem orientações estratégicas de longo prazo; e os programas eleitorais, que traduzem as táticas de mais curto prazo, e a percepção dos interesses do eleitorado potencial. O objectivo é de entender como e quando é que os partidos agendaram o problema ambiental e de que modo acompanharam a sua evolução. Os indicadores qualitativos utilizados registam, em ambos os tipos de programas, a menção explícita do problema

ambiental e o seu grau de autonomização, que indicia a sua importância política específica.

A componente governativa assenta sobretudo numa análise das Grandes Opções do Plano (GOP), usando indicadores qualitativos idênticos aos utilizados para os programas partidários, bem como de outras acções de carácter governativo, como a criação de instituições relacionadas com a regulação política do ambiente, usando como indicadores a criação dessas instituições e o nível hierárquico em que se situam na orgânica do governo ou da administração pública.

Por último, a componente legislativa, versando a produção de legislação ao longo do período em análise situada já no domínio das respostas ao problema, e que se relaciona de muito perto com as anteriores. Esta é a única componente da dimensão governativa que dá lugar a um indicador quantitativo - número anual de diplomas publicados tendo por objecto questões ambientais -, sem prejuízo de uma análise mais qualitativa dos conteúdos versados pela legislação emitida.

Os gráficos 4.1 a 4.3 descrevem o conjunto de indicadores quantitativos acima enunciados, de modo a permitir uma primeira visão global do processo. Tornam patente o elevado grau de concomitância das suas variações, bem como algumas dissonâncias, possibilitando desde já um primeiro esboço de análise dinâmica do processo.

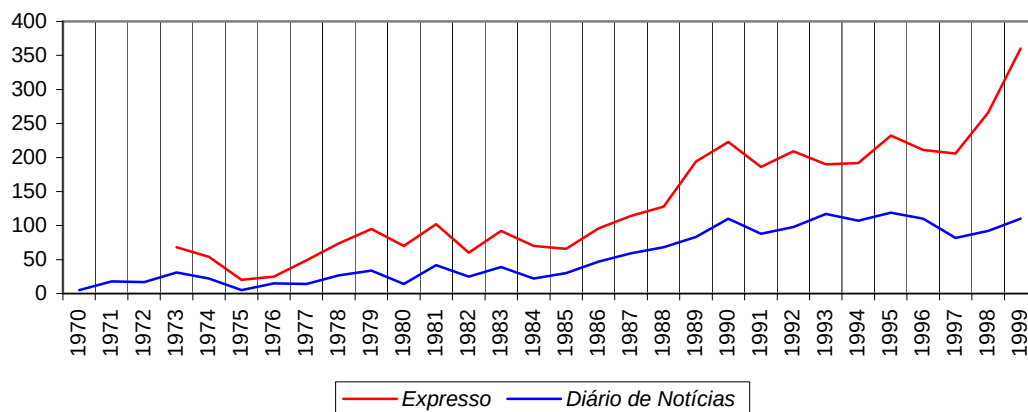
GRÁFICO 4.1 - Número de notícias/ano - *Expresso* e *Diário de Notícias* (amostra)³⁷, 1970 - 1999

GRÁFICO 4.2 - Fundação de ONGA por ano e registos acumulados, 1970-1999

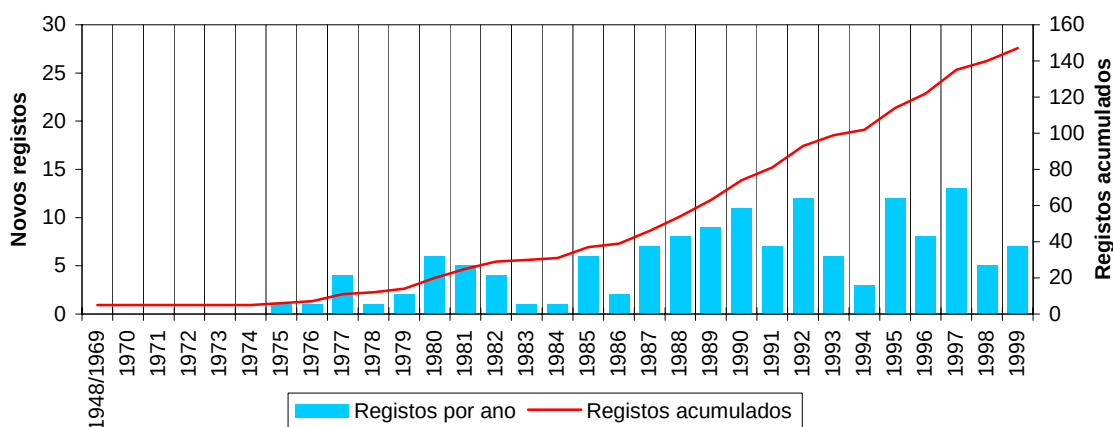
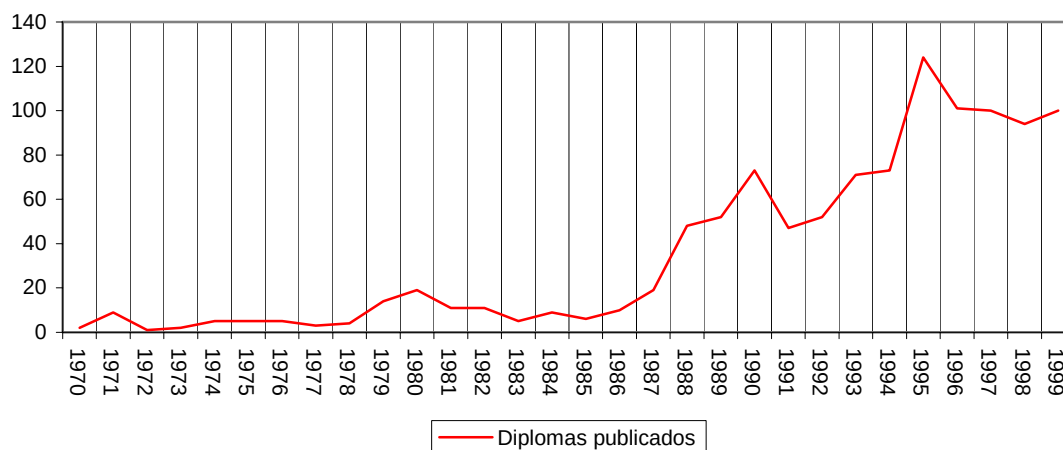


GRÁFICO 4.3 - Produção legislativa - número diplomas/ano, 1970-1999

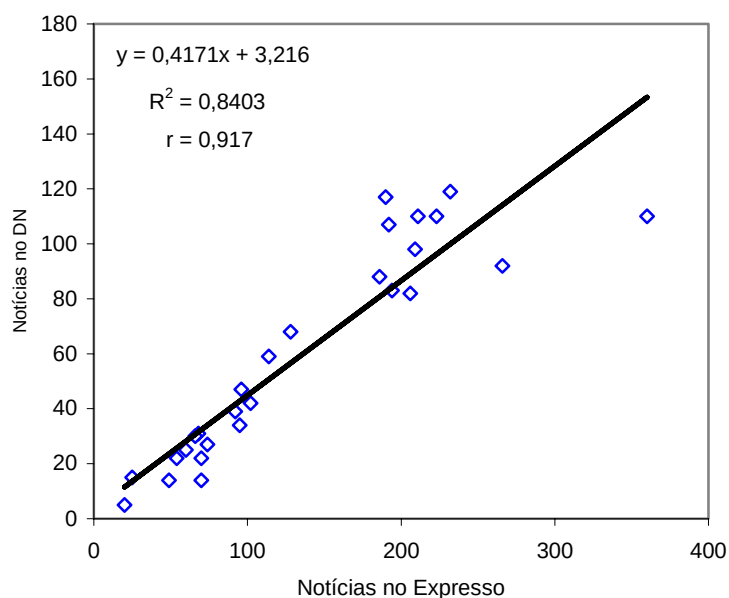


³⁷ Conforme referido no capítulo referente à formulação das hipóteses e apresentação da metodologia, o *Diário de Notícias* foi observado através de uma amostra de 5%, motivo pelo qual o número absoluto de notícias é inferior ao do *Expresso*.

4.1 A dimensão mediática

Conforme sugeria o gráfico 4.1, o *Expresso* e o *Diário de Notícias* apresentam evoluções fortemente correlacionadas ($r = 0,917$) (gráfico 4.4).

GRÁFICO 4.4 - Regressão entre número de notícias sobre ambiente no *Expresso* e no *Diário de Notícias* (amostra), 1970-1999



Este elevado grau de concomitância entre as variações das duas séries suporta a hipótese de que se trata, em grande medida, de um processo externo às estratégias editoriais singulares de cada um dos jornais. Mas a distribuição dos pontos mostra um abrandamento relativo do *Diário de Notícias* face ao *Expresso*, e tanto o grau de correlação como a própria recta de regressão estão de facto enviesados pelo efeito dos últimos anos da série, em que os valores do *Diário de Notícias* baixam num momento em que se assiste a uma subida acelerada do *Expresso*, indiciando aqui um efectivo desfasamento das respectivas opções editoriais relativamente ao tema ambiental. Como veremos abaixo, este abrandamento da publicação do *Diário de Notícias* verifica-se também na sua relação com os outros dois indicadores quantitativos, o que sugere que este jornal, para o fim do período estudado, desvalorizou relativamente a temática ambiental na hierarquia das suas prioridades de publicação. Note-se que o *Diário de Notícias* retomará o incremento do tema em

2000, ano em que foi criada a secção Ciência e Ambiente, sendo então agraciado pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA) com o Prémio Nacional de Ambiente “Fernando Pereira”³⁸.

Constatam-se vários períodos distintos nos ritmos e nos tipos de publicação. Assim, no início da década de setenta a produção de notícias sobre o problema ambiental é muito baixa e, como veremos, o maior número de notícias é referente ao tema dos recursos, sobressaindo os recursos energéticos³⁹. Esta e outras temáticas, como a gestão do território e até as catástrofes naturais, particularmente as cheias, apesar de incorporarem o que hoje designamos como problema ambiental, não eram na altura tratadas como tal⁴⁰. Contudo, na primeira metade da década a poluição assume alguma expressão no número total de notícias, podendo mesmo considerar-se o primeiro referente mais importante explicitamente associado ao tema ambiente, como adiante se verá.

Verifica-se, pois, uma fraca autonomização da temática ambiental nos jornais portugueses. Pode dizer-se que esta começa por ser “arrastada” por problemas específicos, particularistas, que não foram ainda socialmente classificados sob a categoria abstracta “ambiente”. Por outro lado, a sua expressão é relativamente escassa, numa conjuntura marcada, de um modo geral, pelos problemas do pós-25 de Abril, a modernização e a competição entre modelos político-sociais.

É revelador de um atraso relativo da imprensa portuguesa que uma das primeiras publicações em Portugal, no ano de 1973, que trata o problema ambiental

³⁸ Este prémio atribuído pela CPADA é votado por todas as ONGA, confederadas ou não, e destina-se a premiar anualmente a personalidade ou entidade que se tenha distinguido em prol da causa ambiental. O nome do prémio é uma homenagem ao fotógrafo português Fernando Pereira, membro do Greenpeace, morto em 10 de Julho de 1985 no porto Neozelandês de Auckland, a bordo do navio do Greenpeace, Rainbow Warrior, quando este foi alvo de duas explosões provocadas por agentes dos serviços secretos franceses. O navio desenvolvia uma acção de protesto contra os ensaios nucleares franceses no atol de Moruroa, no Pacífico.

³⁹ No capítulo seguinte será feita análise pormenorizada sobre as diversas temáticas consideradas para análise do problema, de acordo com os critérios apresentados no capítulo referente às hipóteses e à metodologia.

⁴⁰ A pesquisa teve um carácter transversal, incidindo sobre uma vasta categoria de temas relacionados com a temática ambiental, embora, muitos deles só mais tarde viessem a integrar a categoria “ambiente”.

de forma autónoma, numa escala mundial, fosse de facto a tradução em livro de três “dossiers” do periódico francês *Le Nouvel Observateur*⁴¹. Além do desfasamento patente na elaboração mediática do problema ambiental, relativamente a outros países europeus, a distância entre os veículos de publicação “jornal” e “livro” e os respectivos públicos potenciais deixa entrever a emergência de um público social e culturalmente restrito como primeiro receptor do problema, tal como este era já elaborado pela imprensa de países industrializados.

No seu conjunto, a década de setenta é marcada por uma média noticiosa muito baixa, mas revela alguns dados muito significativos⁴². Apresenta os seus máximos nos anos de 1973 e 1979, precisamente quando ocorreram a nível mundial as grandes crises energéticas associadas ao petróleo. Os seus mínimos ocorrem nos anos a seguir à revolução de 25 de Abril de 1974, concretamente nos anos de 1975 e 1976, numa altura em que as atenções eram claramente desviadas para outros problemas de ordem social e política, confirmando as conclusões do estudo de Schmidt (1999a) sobre esta problemática na televisão⁴³.

A década de oitenta regista dois períodos distintos. O primeiro, de 1980 a 1985, é um período irregular, onde se evidenciam os anos de 1981 e 1983, também eles marcados por notícias referentes à questão energética. No ano de 1981 sobressai a questão da energia nuclear, com relevo para a intenção do governo espanhol de instalar uma central nuclear em Sayago, junto à fronteira portuguesa. Contudo, estes anos situam-se num período cuja média não é ainda muito significativa e onde as notícias, particularmente as referentes às questões energéticas, continuam ainda

⁴¹ MANSHOLT, S., MARCUSE, H., MORIN, E. (1973) *Ecologia / caso de vida ou de morte*, Lisboa, Moraes.

⁴² O *Expresso* inicia a sua publicação no ano de 1973, pelo que até esta data se tem como referência apenas o *Diário de Notícias*.

⁴³ Schmidt refere inclusive um exemplo paradigmático, o pioneiro programa televisivo de Luís Filipe Costa, “Só há uma terra”, o qual nesta altura deslocou claramente a sua orientação dos problemas ambientais para os problemas de “cariz social, mais em voga nos tempos da revolução, tais como: as mulheres no trabalho e o aborto; os problemas do alcoolismo e da droga; os velhos; os acidentes de trabalho e o trabalho infantil” (Schmidt, 1999a: 275).

pouco relacionadas com um discurso explícito sobre o problema ambiental⁴⁴. Exceptuam-se duas situações, uma relativa ao tema e outra aos emissores. Quanto ao tema, a questão nuclear, para além de relacionada com a temática energética, está claramente associada ao tema ambiente desde os anos sessenta, particularmente a nível internacional e por arrastamento também em Portugal, nomeadamente a partir de 1976 e acentuando-se em 1978, quando o governo português decidiu construir uma central nuclear em Ferrel. Tal terá decorrido da associação conotativa entre o nuclear e situações catastróficas, mesmo apocalípticas. Esta decisão gerou, pode dizer-se, o primeiro grande movimento de contestação em Portugal relacionado com uma questão ambiental, assumindo particular importância neste movimento de contestação, entre outras, as figuras de José Carlos Marques, Afonso Cautela, Delgado Domingos⁴⁵.

A outra excepção decorre do facto de estes temas, energia e catástrofes naturais, serem explicitamente associados ao tema ambiente quando apresentadas em entrevistas e artigos de opinião veiculados por uma elite conhecedora do problema, que parece ter funcionado como a primeira elaboradora pública, com acesso aos *media*, do problema social enquanto tal. Destacaram-se então figuras como Gonçalo Ribeiro Telles, que desde há muito vem assumindo particular destaque na transposição do problema para a opinião pública, e também Delgado Domingos, acima citado, particularmente nas questões relacionadas com o nuclear, de que é especialista⁴⁶.

⁴⁴ Para melhor se perceber a evolução do discurso da imprensa ao nível do problema ambiental, as notícias foram classificadas em termos de problema e resposta, sendo atribuída a classificação de nenhuma quando a notícia se refere a um acontecimento que, embora se situe claramente no âmbito do problema ambiental tal não é colocado pela notícia. A análise destes indicadores será efectuada nos capítulos seguintes.

⁴⁵ Estes movimentos de contestação, pelas figuras que os encabeçavam, terão estado na origem da criação no final da década de setenta, do Movimento Ecológico Português (MEP), que viria a dar origem à Associação Portuguesa de Ecologistas - Amigos da Terra.

⁴⁶ Delgado Domingos publicara em 1978 uma obra em dois volumes, em que traçava o panorama energético adequado para Portugal, e onde desmontava, dos pontos de vista técnico, económico e ambiental, a necessidade de instalar em Portugal centrais nucleares. Delgado Domingos J. J. (1978) *Inteligência ou Subserviência Nacional*, 2 volumes, Porto, Edições Afrontamento.

É neste período, primeira metade da década de oitenta, que podemos situar a fase embrionária da emergência do problema social em Portugal.

Ao contrário, a segunda metade da década de oitenta é marcada por uma grande e regular ascensão ao nível da produção mediática sobre o problema ambiental. A par do aumento de notícias produzidas sobre o tema, ocorre também, como veremos, uma diversificação dos temas e uma modificação do discurso sobre o mesmo. Dá-se então a autonomização da categoria abstracta “ambiente” como cobertura de vários problemas concretos, específicos, que assim se passam a potenciar reciprocamente como manifestações emergentes de um problema subjacente, comum e global. Ou seja, enquanto na fase anterior somos nós que, *a posteriori*, induzimos o problema ambiental (pegando em diversos casos particulares e arrumando-os numa categoria geral) na segunda fase a relação passa a ser dedutiva, isto é, há no próprio discurso mediático uma categoria geral “ambiente” em função da qual se especificam e classificam os problemas ambientais.

Situa-se aqui a institucionalização do problema social, cuja consolidação ocorre em definitivo na década de noventa, como a seguir se descreve. Na década de noventa esta ascensão continua de forma relativamente regular, ocorrendo praticamente uma duplicação da produção noticiosa entre os anos de 1989 e 1999. Em 1995 verifica-se um “pico” na produção noticiosa, decorrente sobretudo de três assuntos a que foi dada grande relevância pela comunicação social: recursos hídricos - Alqueva e sobretudo o Plano Hidrológico Espanhol -, a ponte Vasco da Gama e a discussão em torno dos resíduos industriais perigosos, particularmente a escolha do local para a instalação de uma central de incineração.

De seguida, relaciona-se esta análise da produção mediática com a dimensão associativa traduzida pela criação das ONGA (gráfico 4.2) e com a dimensão política, particularmente a dimensão legislativa (gráfico 4.3).

A emergência de problemas sociais depende, por um lado, da existência de grupos ou organizações que definem uma determinada situação social como um

problema, e que procuram fazer qualquer coisa para o resolver e, por outro, da divulgação do problema. A mera existência dos movimentos ambientalistas não seria eficaz como *propagador* do problema se os *media* não veiculassem a mensagem de forma estruturada e institucionalizada.

No âmbito das hipóteses formuladas, supunha-se então, entre outras, uma transformação do problema social em “problema político”. Essa transformação resulta, por um lado, da sua crescente institucionalização, traduzida quer pelo aparecimento de associações de cidadãos, com particular destaque para as ONGA, quer pelo relevo atribuído ao tema pelos partidos políticos, quer ainda pela criação de instituições do Estado e iniciativas levadas a cabo por estas. Por outro lado, resulta das respostas políticas ao problema, traduzidas na definição de orientações programáticas específicas, na criação de legislação e no aumento da intervenção das diversas instituições: ONGA, outras associações, partidos políticos e instituições do Estado.

4.2 A dimensão associativa

Da leitura do gráfico 4.2, referente à criação de ONGA,⁴⁷ vemos que o seu grande incremento ocorre precisamente na segunda metade da década de oitenta, em concomitância com a produção mediática (gráfico 4.1) e também com a produção legislativa (gráfico 4.3). De registar que duas das mais importantes ONGA de âmbito nacional são fundadas nesta altura: a Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, 1985 e o GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, 1986. Mas este balanço associativo foi o resultado de uma incubação mais longa: de facto, o GEOTA desenvolvia actividades como grupo informal desde 1981; a Quercus aglutinou vários núcleos associativos, formais ou informais, preexistentes. Assiste-se assim, mercê da criação de condições políticas e legais de enquadramento,

⁴⁷ Até 1970, existiam apenas cinco associações na área do ambiente (hoje consideradas ONGA, face à actual lei) entre as quais a Liga Para a Protecção da Natureza (LPN), uma das mais importantes até hoje. Fundada em 1948, era a que efectivamente desenvolvia até então actividade na área ambiental, e será objecto de tratamento destacado no capítulo dedicado às ONGA.

à cristalização institucional de um período anterior de alguma efervescência associativa, de contornos mais diversificados e fluidos.

Ao crescimento do número de associações formais a partir da segunda metade da década de oitenta, não foi certamente alheia a publicação de legislação de enquadramento das mesmas, particularmente a Lei das Associações de Defesa do Ambiente, mas também a Lei de Bases do Ambiente⁴⁸. Este crescimento não é, por outro lado, compreensível sem referência às transformações macrossociais observadas no capítulo anterior que, como se referiu, propiciam a criação de públicos e de activistas, que por sua vez alimentam o movimento associativo.

4.3 A dimensão política

4.3.1 A componente legislativa

Em 1976, a Constituição da República Portuguesa, aprovada por larga maioria apenas com a abstenção do Centro Democrático e Social (CDS), consagrou os Direitos do Ambiente. Sinal claro de que, embora numa época em que o problema ambiental tinha ainda fraca elaboração pública e política, ele se encontrava já inscrito nas preocupações estratégicas dos principais actores do jogo político, no tocante à parametrização constitucional do modelo macrossocial para que se devia encaminhar a nova democracia.

Mas quanto à operacionalização dessas orientações em produção legislativa específica, constata-se no gráfico 4.3 uma grande homologia com os dados anteriormente descritos, sobre produção noticiosa e criação de ONGA. O seu crescimento não é rigorosamente simultâneo, ocorrendo um pouco desfasado. Assim, enquanto que, por exemplo, na primeira metade da década de oitenta a produção mediática havia já apresentado resultados com algum significado, ao ponto de termos

⁴⁸ Lei nº10/87 de 4 de Abril. Lei das Associações de Defesa do Ambiente. Revogada pela Lei nº35/98 de 18 de Julho que define o estatuto das ONGA.
Lei nº 11/87 de 4 de Abril. Lei de Bases do Ambiente.

situado aí a fase embrionária do problema social, e mesmo no que se refere à criação de ONGA esta época se revestir já de alguma expressão, a produção legislativa só na segunda metade da década de oitenta apresenta uma subida considerável. Emblematicamente, só em 1987 foi publicada a legislação estrategicamente mais importante, a seguir à Lei Fundamental: a Lei de Bases do Ambiente. Este facto sustenta as hipóteses formuladas, no sentido de a produção legislativa surgir como uma resposta à divulgação e às reivindicações sociais em torno do problema, operada anteriormente em outras instâncias. No entanto, estas discronias são pontuais, sobretudo situadas no momento de arranque após 1975 e na manutenção de um nível de publicação mediática relativamente elevado, enquanto a produção legislativa baixou acentuadamente entre 1980 e 1985, não perturbando a elevada correlação que, como veremos, se encontra entre este e os restantes indicadores quantitativos.

4.3.2 A componente partidária

Da análise aos programas dos partidos políticos, verifica-se que a questão ambiental é diversamente marcada por “estratégias” de curto e longo prazo, mormente nos maiores partidos. Ou seja, nos seus programas aprovados em congresso apresentam, logo desde 1974, capítulos autónomos e já relativamente estruturados, enquanto que nos programas eleitorais a questão ambiental apenas surge claramente exposta - como capítulo autónomo - em 1979 (AD)⁴⁹, 1982 (PS), 1985 (PSD), e de modo destacado só na campanha para as eleições legislativas de 1985. Até aí, aquelas questões apareciam com muito pouco ênfase, e quase sempre associadas ao capítulo da “qualidade de vida”, provavelmente pelo facto de as políticas ambientais serem tuteladas pelo Ministério da Qualidade de Vida.

O Partido Socialista (PS), no seu programa de 1973⁵⁰, criado ainda na clandestinidade, incluía já na secção intitulada “Uma Política Social ao Serviço do

⁴⁹ Dado o desfasamento temporal entre as propostas apresentadas pela AD em 1979 e PSD em 1985, parece ter havido claramente uma influência do PPM no programa da coligação no que respeita às questões ambientais, como veremos adiante.

⁵⁰ *Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista*, 1973.

Povo” um capítulo com a designação “O Meio Ambiente”, apresentado em sete pontos distribuídos por duas páginas (PS, 1973: 43-44). Aquele programa viria a ser revisto, já depois do 25 de Abril de 1974, tendo dado lugar a um novo programa que se manteria até 1986⁵¹. O tema ambiente não só foi mantido, como viu melhorada a sua estrutura e abrangência. Na secção com o mesmo título da anteriormente referida foi introduzido um capítulo intitulado “Planeamento Físico do Território-Urbanismo-Habitação e Meio Ambiente” (PS, 1974: 43-44). Contudo, da análise dos programas eleitorais do PS às eleições de 1976, 1979 e 1980 constata-se que as referências ao ambiente aparecem dispersas pelas políticas sectoriais, com muito pouco ênfase e nunca dispondo de um espaço autónomo nos respectivos programas. Tal só vem a ocorrer em 1982 e com maior destaque em 1985, tendo a partir daqui o tema ganhar autonomia e importância cada vez mais significativas nos respectivos programas, superando mesmo o que estava inserido no programa do partido aprovado em 1986 e que apenas viria a ser revisto em 1992.

O Partido Popular Democrático / Partido Social Democrata (PPD / PSD) inscreveu no seu primeiro programa aprovado em 1974⁵² um sub-capítulo referente ao ambiente, inserido no capítulo “A Qualidade de Vida e o Meio Ambiente” apresentado em cinco pontos (PPD, 1974: 93-94). No que se refere aos programas eleitorais, a primeira referência autónoma ao ambiente ocorre no programa eleitoral de 1985, exceptuando o programa da AD de 1979 já referido, sendo que a partir daqui, no programas eleitorais de 1987 e seguintes, o tema ganha cada vez maior relevância.

Quanto ao Centro Democrático Social / Partido Popular (CDS / PP), logo no seu programa provisório de 1974 e depois no programa de 1975, inserido no capítulo denominado “Pela Qualidade da Vida num Ambiente mais Humano” apresentava um sub-capítulo intitulado “Um ambiente natural mais puro” desdobrado em três pontos (CDS, 1975: 79). Ao contrário de PS e PSD, o CDS / PP nunca deu qualquer destaque ao ambiente nos programas eleitorais.

⁵¹ *Declaração de Princípios, Programa e Estatutos do Partido Socialista*, 1974.

⁵² *A Social-Democracia para Portugal - Programa do Partido Popular Democrático*, 1974.

O Partido Comunista Português (PCP) apresenta-se numa situação muito particular em relação aos três anteriores partidos. O PCP, fundado em 1921, é o único dos quatro cuja existência remonta a muito antes do 25 de Abril de 1974, com uma larga história na clandestinidade. Os estatutos do partido em vigor em 1974⁵³, eram os aprovados no VI Congresso do PCP, realizado em 1965, os quais viriam a manter-se até 1988. Por conseguinte, trata-se de um programa claramente virado para a luta política, mormente para a “deposição do regime fascista” e para a “conquista das liberdades”. O programa do PCP aprovado no XII Congresso realizado em Dezembro de 1988⁵⁴, continha na secção intitulada “Portugal: uma democracia avançada no limiar do século XXI” um capítulo intitulado “o direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado” descrito em dez pontos (PCP, 1988: 68-69). Entretanto, nas resoluções políticas aprovadas em 1976 no VIII Congresso e em 1979 no IX Congresso o PCP inscreveu alguns aspectos relacionados com a política ambiental, mas sem um capítulo próprio, sendo os pontos em destaque os relacionados com o saneamento básico, águas, esgotos e lixo. Na resolução política de 1983 aprovada no X Congresso⁵⁵, o PCP para além das questões do saneamento básico, que reforçou, inscreveu uma “alínea” intitulada “Ordenamento do território e meio ambiente” (PCP, 1983: 289).

No que se refere aos programas eleitorais, o PCP apresenta igualmente as temáticas ambientais nas políticas sectoriais, com destaque para as questões relacionadas com o saneamento básico, conforme já se referiu. De forma autónoma e estruturada, o ambiente é apresentado pelo PCP no programa eleitoral de 1985. É provável que a entrada do Partido Ecologista “Os Verdes” em 1983, na coligação eleitoral Aliança Povo Unido (APU) posteriormente Coligação Democrática Unitária (CDU), tenha influenciado os programas eleitorais do PCP.

⁵³ *Programa e Estatutos do PCP*, Edições Avante, Maio de 1974.

⁵⁴ *Programa e Estatutos do PCP*, Edições Avante, 1989.

⁵⁵ *Resolução política* - Capítulo VI - Existe uma política alternativa. Ponto 3 - 3º Objectivo: Melhoramento das condições de vida material e cultural dos trabalhadores e do povo em geral. PCP X Congresso, 1983.

Em síntese, pode dizer-se que, começando pelos casos já citados da AD em 1979 e do PS em 1982, os principais partidos consolidam a elaboração política do tema nos programas eleitorais de 1985, apresentando-o em “capítulos” autónomos e estruturados sobre o ambiente e o ordenamento do território, embora ainda sem um desenvolvimento muito acentuado. A excepção é o CDS/PP, que continuou a não dar relevo ao tema. A ênfase foi sempre em crescendo e, em 1991, mas principalmente em 1995, apresentava-se o tema com grande relevo, abordando-o de forma diversificada, desde o ordenamento do território à conservação da natureza, recursos hídricos e outros. Esta evolução culminou em 1999, reflectindo-se claramente a nível governativo na elaboração das Grandes Opções do Plano (GOP).

Desta análise parece ficar claro que os partidos políticos com aspirações eleitorais e governativas desenvolveram estratégias no longo prazo diversas das suas tácticas de curto prazo, relativamente aos temas apresentados em cada momento. Ressalta o facto de os partidos apresentarem nos seus programas aprovados em congresso, desde 1974, referências às questões do ambiente e do ordenamento do território, em secções independentes e já relativamente bem estruturadas, e nos programas eleitorais praticamente as omitirem e as dispersarem pelas políticas sectoriais durante toda a década de setenta e início da década de oitenta.

Esta *nuance*, que não prevíamos nas hipóteses, é muito interessante e susceptível de várias interpretações. Por um lado, os partidos adoptam estratégias de longo prazo traduzidas nos programas aprovados em congresso, mas as suas tácticas de curto prazo traduzidas nos programas eleitorais definem as suas prioridades de acordo com o modo como interpretam as expectativas do seu eleitorado potencial, apostando em cada momento nas temáticas mais susceptíveis de corresponder aos seus interesses imediatos e de captar votos. Por outro, revela a existência precoce de grupos ou actores no interior dos partidos, capazes de incorporar o tema antecipadamente nos programas estratégicos, embora conscientes de que apenas a médio ou longo prazo eles serão apresentados à opinião pública, quando esta se apresente receptiva a estas temáticas e elas constituam uma mais valia eleitoral.

Portanto, do ponto de vista político o problema encontrava-se já latente em termos de grupos de elite da opinião partidária, mas só se construiu publicamente como causa política quando encontrou públicos potenciais. Esta sensibilidade partidária aos interesses e orientações do eleitorado torna a eclosão dos problemas ambientais na dimensão eleitoral da vida política um excelente indicador indirecto do alargamento social do seu público, e portanto da penetração do problema ambiental na consciência colectiva. Daí também a importância dos processos de mediatização.

Dois casos minoritários no sistema partidário apresentam lógicas algo distintas, tanto relativamente aos partidos com maior representatividade e ambição eleitoral, como também entre si: o Partido Popular Monárquico (PPM) e o Partido Ecologista Os Verdes (PEV).

Da análise dos programas do PPM constata-se um dado significativo. Este partido desde 1974 que apresenta as questões ambientais de forma clara no seus programas, tanto estratégicos como eleitorais. Tal facto pode ler-se no sentido de que um pequeno partido não tem como táctica imediata a captação de votos, mas antes trazer para a opinião pública um tema que considera relevante e que, à medida que encontra públicos aderentes, ainda que minoritários, acresce legitimidade de representação ao próprio partido. Pela projecção de algumas figuras públicas a ele associadas (nomeadamente Gonçalo Ribeiro Telles) e pelas suas intervenções no debate político, este tipo de actuação permite introduzir explicitamente o problema ambiental na agenda e no discurso político, de modo relativamente independente de constrangimentos eleitorais de curto prazo. Com isso, e na medida em que foi ganhando público (mesmo que só muito parcialmente traduzido em votos), contribuiu para sedimentar a pertinência política do tema e para desbravar o caminho aos seus promotores no interior dos grandes partidos, para aí o reposicionarem nas hierarquias de relevância estratégicas e táctica. A este tipo de participação na elaboração do problema na dimensão política poderíamos designar como função catalizadora. Num segundo momento, quando começa a esboçar-se a legitimação do problema ambiental como tópico da agenda política, poderá ter-se assistido à aglutinação deste partido activo em aliança eleitoral, como forma de captar votos

minoritários necessários à formação de maiorias de coligação - no caso, a Aliança Democrática (AD). Ao aglutinar o PPM, a AD incorporou também as suas causas políticas, entre as quais a ambiental seria talvez à data a mais proeminente; uma vez maioria de governo, como veremos, essa incorporação encontrou uma primeira expressão institucional. Não menos importante poderá ter sido a oportunidade política, criada pela abertura do tema na agenda governativa, para a mobilização e o posicionamento dos promotores activos da temática ambiental no seio do maior partido da coligação, o PPD. E também, por arrasto, nos partidos de esquerda na oposição, pela necessidade de travarem a luta política também nesta nova frente.

O caso do Partido Ecologista “Os Verdes”, fundado em 1981, parece ser também de aglutinação, mas neste caso através de uma dinâmica de criação partidária com fins de coligação eleitoral *a priori*, e comandada pelo partido dominante, o PCP. Indica já a percepção de uma relevância política e eleitoral do problema ambiental, talvez também pelo efeito descrito no fim do parágrafo precedente. Trata-se da aglutinação num “PPM de esquerda” (do ponto de vista ambiental) de simpatizantes do PCP com ecologistas⁵⁶ em busca de *mainstreaming* político. Não parece contudo, ter tido a mesma função catalizadora que teve o PPM, nem terá sido nunca igualmente independente da agenda eleitoral. Não obstante, terá certamente reforçado o posicionamento do problema junto do eleitorado da APU e da CDU, incluindo aquele que à partida lhe seria menos receptivo.

Em 1993 é fundado o Movimento Partido da Terra (MPT). Nasce a partir do Movimento Alfacinha, que tivera como primeiro objectivo lançar a candidatura de Gonçalo Ribeiro Telles à presidência da câmara de Lisboa. Ao contrário do Partido Ecologista “Os Verdes”, o MPT foi fundado por personalidades oriundas do movimento ambientalista, salientando-se os nomes de Gonçalo Ribeiro Telles, Delgado Domingos e José Carlos Marques. O MPT assume claramente a bandeira das questões ambientais e coloca-as com relevo nas campanhas eleitorais que se seguem. Em termos de votos, os resultados não são significativos, mas, como

⁵⁶ Segundo Melo e Pimenta (1993: 138) nenhum destes dois grupos tinha ligações ao movimento associativo ecologista”.

referido em relação ao PPM, o principal efeito é a promoção da questão ambiental na hierarquia da agenda e do discurso político. Note-se que este partido foi fundado quando a temática ambiental estava já explicitamente incorporada no discurso político dos partidos parlamentares, retirando-lhe a margem de especificidade que antes favorecera a visibilidade do PPM. Contudo, nas eleições autárquicas o MPT tem servido de “chapéu” a algumas candidaturas independentes, sobretudo de dissidentes de outros partidos, tendo inclusive vários eleitos por todo o país. Este facto parece ter introduzido alguma confusão no discurso do MPT, retirando-lhe coerência ideológica.

4.3.3 A componente governativa

Na vertente governativa da dimensão política deu-se particular importância às Grandes Opções do Plano, (GOP)⁵⁷ dado que estas traduzem opções em relação às matérias prioritárias de cada governo, em cada momento. Constata-se que estas seguem uma trajectória praticamente paralela à descrita anteriormente, relativa aos programas dos partidos. Até meados da década de oitenta não se encontra nenhuma referência autónoma aos temas “ambiente” e “ordenamento do território”, encontrando-se apenas algumas referências integradas nas políticas sectoriais já referidas. É a partir de 1987 que estas problemáticas ganham autonomia nas GOP, vindo todos os anos a aumentar a importância atribuída. De notar por exemplo que a partir de 1995 e ainda mais acentuadamente a partir de 1999, as GOP, em matéria de ambiente e ordenamento do território, apresentam uma estrutura praticamente idêntica ao programa eleitoral do partido no poder, neste caso o Partido Socialista.

Na dimensão política, para além da produção legislativa, e associada à vertente governativa assume também particular importância a criação de instituições governativas ou da administração pública na área do ambiente.

⁵⁷ Até 1974, foram analisados os Planos Gerais de Fomento, documentos “equivalentes” às GOP.

No ano de 1971 foi constituída a Comissão Nacional do Ambiente⁵⁸, o primeiro organismo oficial a ocupar-se deste sector e que representou Portugal na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente, realizada em Estocolmo, em Junho de 1972. Respondia então essencialmente a solicitações políticas externas, decorrentes do enquadramento de Portugal em organismos internacionais, onde o problema ambiental obtivera já um lugar de destaque na agenda política.

Na sequência da Revolução de Abril de 1974, foi criado o Ministério do Equipamento Social e Ambiente, que incorporou pela primeira vez uma Subsecretaria de Estado do Ambiente, que em 1975 passaria a Secretaria de Estado do Ambiente, (SEA) a cuja criação e organização esteve ligado Gonçalo Ribeiro Telles. Foi também neste ano criado o SNPRPP - Serviço Nacional de Parques Reservas e Património Paisagístico, hoje ICN - Instituto da Conservação da Natureza.

Em 1979, no governo de coligação da AD onde pontificava o PPM, foi criado o Ministério da Qualidade de Vida, que tutelava alguns serviços ligados ao ambiente - entre eles a Secretaria de Estado do Ordenamento Físico e Ambiente (SEOFA), criada em 1978 em substituição da SEA -, mas não todos, e que se manteve até 1985.

Entre 1985 e 1989, em aparente contra-ciclo relativamente aos indicadores quantitativos acima apresentados, o ambiente voltou à categoria de Secretaria de Estado, Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais (SEARN), tutelada pelo Ministério do Plano e da Administração do Território (MPAT). A inscrição em contra-ciclo será talvez apenas aparente, visto que, embora regressando ao nível de Secretaria de Estado, o tema ambiental se autonomizou face à designação genérica de “qualidade de vida”, que se cristalizara num ministério com pouco poder político e que, como disse, nem sequer tutelava todas as áreas da política ambiental. Na nova SEARN, ao invés, foi promovido um novo grau de institucionalização das políticas ambientais, aparentemente contando com um respaldo mais forte no seio de um ministério de grande peso político. Destaca-se a passagem de Carlos Pimenta, o qual

⁵⁸ Portaria nº 316/71 de 19 de Junho. Presidida por Correia da Cunha.

viria a ter um papel importante no desenvolvimento das políticas de ambiente em Portugal, nomeadamente pelos contributos decisivos que teve na criação da Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente (DGQA) e da Direcção-Geral de Recursos Naturais (DGRN). Neste contexto de institucionalização, em 1987 foi criado o Instituto Nacional do Ambiente (INAMB), posteriormente Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB), e actual Instituto do Ambiente (IA), que tutela o apoio às ONGA.

Em 1990, foi criado um ministério específico para a área do ambiente, o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (MARN). Na sequência directa, em 1991 foi lançada a primeira importante “radiografia” sobre o ambiente no contexto do regime político democrático, o *Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Portugal*, publicado pelo MARN e da responsabilidade de um grupo de trabalho constituído por especialistas de reconhecido mérito científico⁵⁹.

Em 1992, em substituição do Conselho de Concertação Social é criado o Conselho Económico e Social (CES), onde as ONGA passam a ter assento.

Em 1994, foi elaborado o Plano Nacional de Política do Ambiente, que viria a ser aprovado em 1995.

Em 1997, foi criado o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, ao qual compete acompanhar a aplicação e desenvolvimento da Lei de Bases do Ambiente e, particularmente, emitir parecer e recomendações sobre a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

⁵⁹ Prof. Doutor Filipe Duarte Santos (coordenador); Prof. Doutor Carlos Borrego; Prof. Doutor Fernando Santana; Prof. Doutor Miguel Magalhães Ramalho; Engº José Faria Santos.

Em 1999, com a instituição do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT), pela primeira vez o ambiente e o ordenamento do território foram englobados num mesmo ministério⁶⁰.

Esta breve síntese cronológica da criação das principais instituições de governação, administração pública e consulta em matéria de ambiente ajuda, em parte, a explicar o facto de os programas eleitorais dos partidos distribuírem o ambiente essencialmente pelas políticas sectoriais. O facto de apenas em 1990 ser criado um Ministério do Ambiente é significativo. O ambiente não era de facto prioritário em termos de opções políticas, embora como se disse estivesse latente praticamente durante toda a década de setenta e o início da década de oitenta. Mesmo quando os partidos começaram a dar alguma autonomia ao tema ambiente, o facto de o associarem à qualidade de vida, não será certamente alheia a existência de um Ministério da Qualidade de Vida, entre 1979 e 1985, e à não existência de um Ministério do Ambiente.

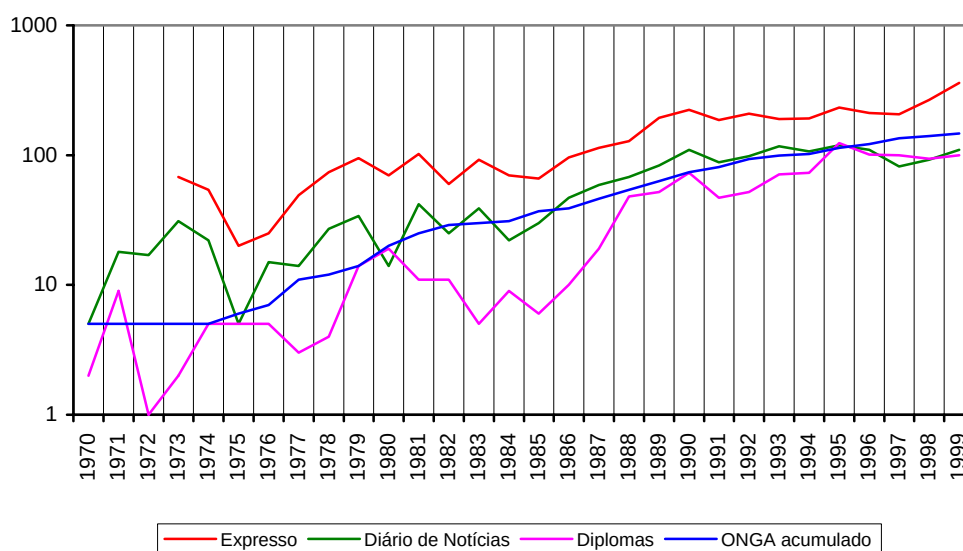
É a partir de 1986, como veremos adiante, quando analisarmos os protagonistas, na sequência da reestruturação e institucionalização do tema associada à actuação da SEARN e também por influência da nossa entrada na Comunidade Europeia, que os mecanismos de política de ambiente sofrem alterações significativas no sentido de uma maior eficácia. Como observa Soromenho-Marques (1998: 86), “só a partir de 1986 assistimos a uma aceleração dos mecanismos tendentes a permitir uma mais ágil política de ambiente”. Este facto é concordante com o observado atrás em relação à institucionalização do problema social, cujo ponto de partida, após uma fase embrionária, se localiza precisamente nesta altura.

⁶⁰ A componente do Ordenamento do Território estava anteriormente englobada no MEPAT - Ministério do Equipamento Planeamento e Administração do Território. Este ministério, responsável pelas obras públicas, mostrou muitas vezes dificuldades em articular as políticas de ordenamento e conservação da natureza com os grandes empreendimentos que tutelava.

4.4 Síntese

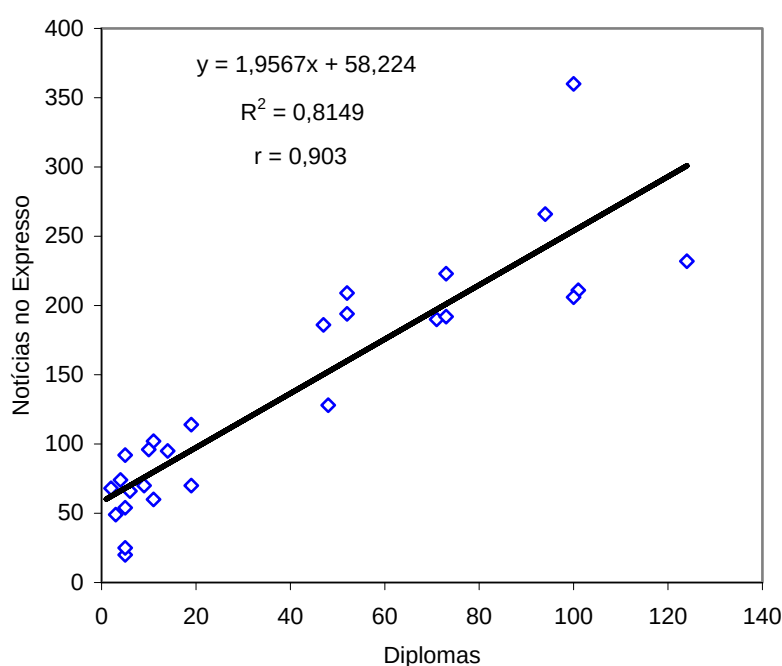
Da análise cronológica das diversas dimensões aqui tratadas, verifica-se que os partidos incorporam nos seus programas eleitorais a temática ambiental antes da subida da produção noticiosa. Contudo, a sua consolidação em termos de conteúdo e estrutura acompanha aquela subida. Já no que se refere à dimensão política, sobretudo a produção legislativa, durante o período 1976-1986, conforme já referido, evolui ligeiramente atrás da produção noticiosa, e sobretudo do número de ONGA em actividade, conforme evidenciado gráfico 4.5 (cuja escala logarítmica põe em evidência as variações proporcionais das séries). Entre 1985 e 1988, porém, a taxa de crescimento da produção legislativa foi muito mais elevada do que a da publicação mediática e a das ONGA, fazendo diminuir acentuadamente a diferença proporcional entre ela e as outras duas séries. A criação de instituições políticas com responsabilidades no ambiente seguiu um percurso semelhante, como acabámos de observar na breve análise atrás descrita. Este conjunto de elementos sugere a hipótese de durante a segunda metade dos anos oitenta, a dimensão política ter ganho uma muito maior iniciativa na marcação da agenda ambiental, em resposta à acumulação de informação e reivindicações sociais progressivamente construídas nas outras dimensões durante o período anterior.

GRÁFICO 4.5 - Número de notícias no *Expresso* e no *Diário de Notícias* (amostra), ONGA existentes e Produção Legislativa, 1970-1999



Uma breve análise de regressões (gráficos 4.6 a 4.10) fundamenta algumas conclusões de conjunto. Em primeiro lugar, as elevadas correlações observadas entre todas as séries sustentam a escolha dos indicadores, reforçando empiricamente a hipótese auxiliar assumida, segundo a qual se trata de indicadores e dimensões de um mesmo fenómeno subjacente⁶¹. Por outro lado, relativamente à dimensão mediática, os parâmetros de regressão e a distribuição dos pontos face às rectas confirmam o efeito de desinvestimento relativo da selecção editorial do *Diário de Notícias* relativamente ao tema, traduzindo o abrandamento do ritmo de publicação neste jornal no fim da série relativamente ao do *Expresso* (gráfico 4.4, supra) e a todos os outros indicadores observados.

GRÁFICO 4.6 - Regressão entre número de diplomas legais publicados e número de notícias publicadas no *Expresso*, 1973-1999



⁶¹ Todas as correlações testadas são significativas para $p < 0,001$.

GRÁFICO 4.7 - Regressão entre número de diplomas legais publicados e número de notícias publicadas no *Diário de Notícias* (amostra), 1970-1999

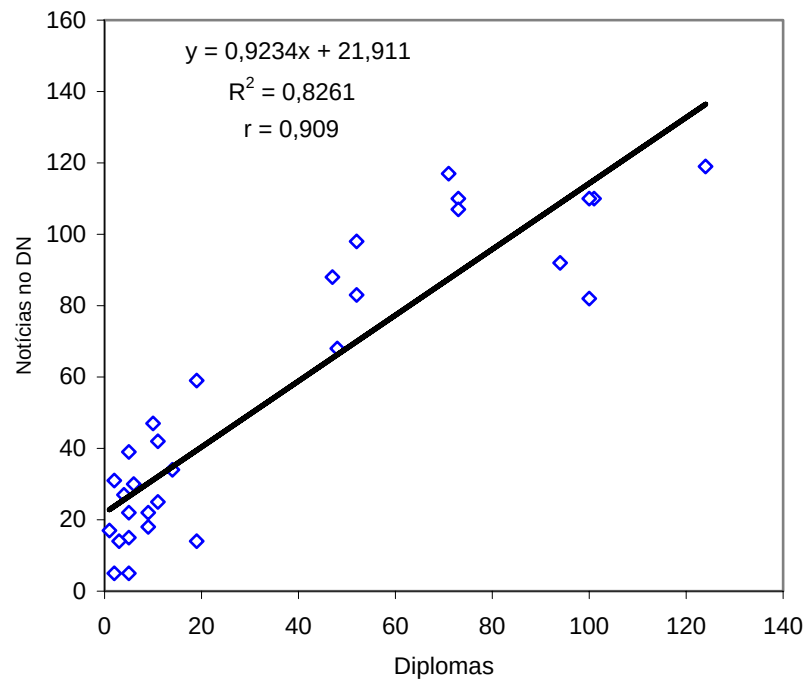


GRÁFICO 4.8 - Regressão entre número acumulado de ONGA registadas e número de notícias publicadas no *Expresso*, 1973-1999

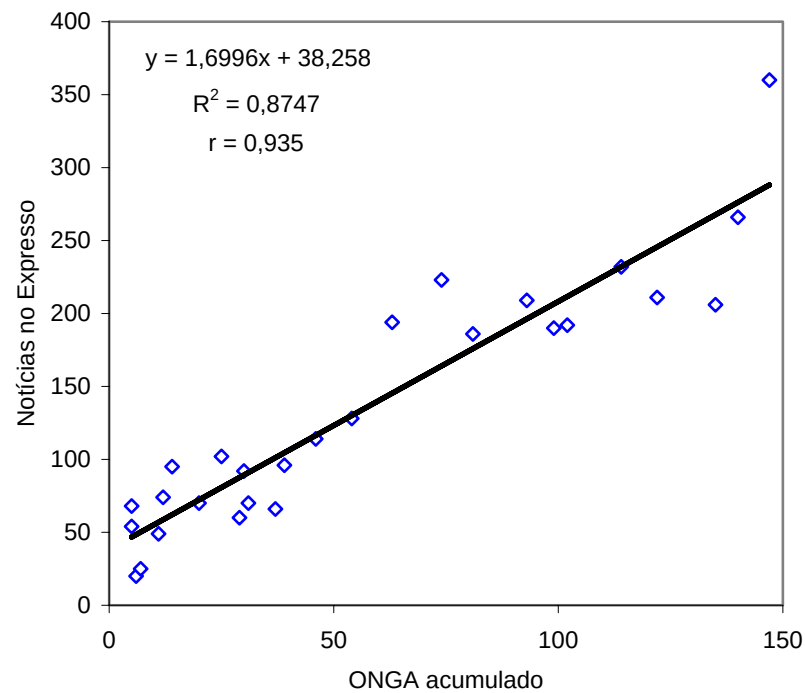


GRÁFICO 4.9 - Regressão entre número acumulado de ONGA registadas e número de notícias publicadas no *Diário de Notícias* (amostra), 1970-1999

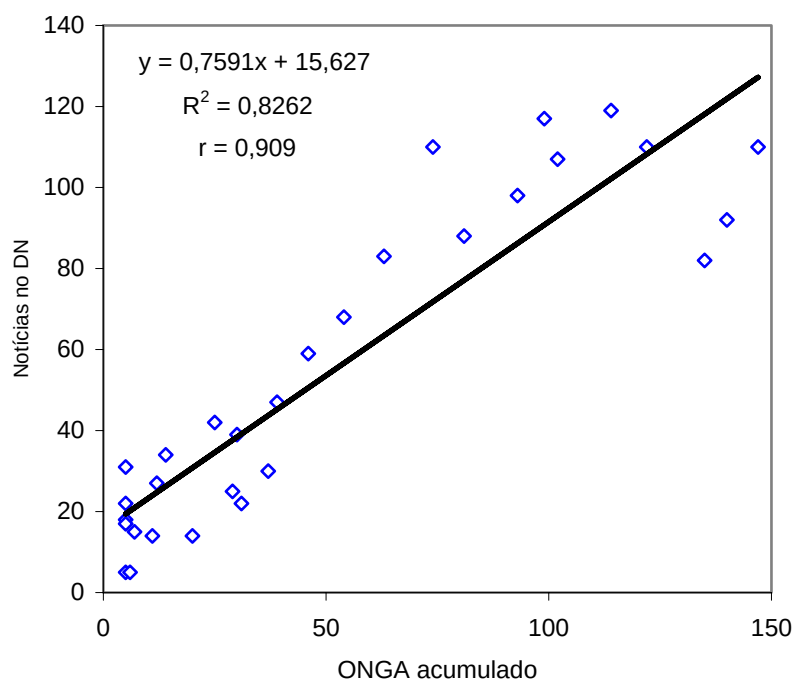
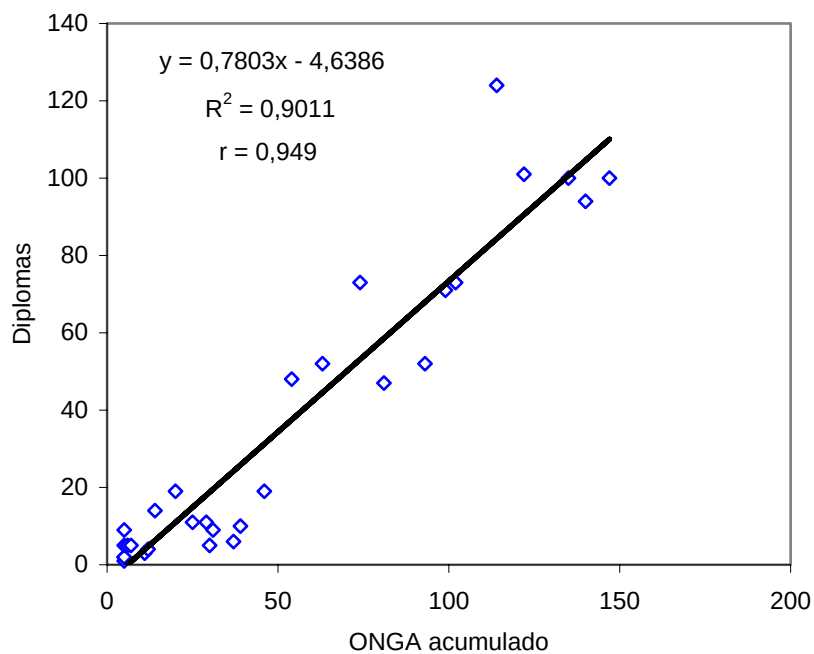


GRÁFICO 4.10 - Regressão entre número acumulado de ONGA registadas e número de diplomas legais publicados, 1970-1999



Num plano mais substantivo, as correlações provam o carácter sistémico das interrelações entre estas diversas áreas de actividade; mais exactamente, e no sentido das interpretações avançadas a título de hipótese, que elas se reforçam reciprocamente num encadeamento de retroacções positivas para construir o problema social.

Em suma, verifica-se uma fase de latência política que subsistiu até ao início da década de oitenta, altura que se enceta uma fase de emergência mediática acompanhada de um primeiro crescimento associativo; a partir de 1986, a consolidação da expressão mediática evoluiu a par da crescente institucionalização política do problema social, acompanhada de perto por uma emergência explícita na disputa político-partidária. Estes desenvolvimentos resultaram da acumulação e da publicitação de situações preocupantes que foram criando a categoria “ambiente”, inicialmente respondendo a pressões externas, e codificadas por um conjunto de protagonistas, constituídos por elites de peritos, provavelmente por sectores das elites partidárias, por alguns pequenos partidos, pelas ONGA e por outras associações, que analisaremos adiante. Por último uma fase de consolidação do problema, a partir do início da década de noventa, traduzida por uma estabilização num nível elevado da representação mediática, que enceta novo crescimento a partir de 1997 no *Expresso*, sendo que o *Diário de Notícias* regista um abrandamento relativo e uma estagnação provavelmente relacionada com critérios editoriais nesses três últimos anos; pela estabilização igualmente elevada da dimensão associativa; e por um crescendo político a todos os níveis: partidário, legislativo e de criação de instituições governativas.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE TEMÁTICA

No presente capítulo, apresenta-se uma análise temática a partir do conteúdo noticioso dos jornais *Expresso* e *Diário de Notícias*. Num primeiro momento, far-se-á uma análise morfológica da evolução global do peso do tema nos dois jornais; segue-se uma análise da especialização relativa das notícias, através da quantificação das ocorrências temáticas por notícia, após o que terá lugar a análise temática propriamente dita, que revelará a evolução absoluta e relativa do espectro de temas recoberto pela temática ambiental.

5.1 Morfologia

A dimensão morfológica tem como objectivo quantificar ao longo do período a evolução da relevância dada ao tema ambiente pelos jornais tratados, através de indicadores de visibilidade.

Para além do número de notícias publicadas, os indicadores morfológicos considerados para inferir o relevo editorial dado ao tema foram: a existência de título destacado, a existência de fotografia, a publicação de notícias em primeira página, a publicação de notícias com chamadas de primeira página, a dimensão das notícias e as secções em que estas foram publicadas.

Os gráficos 5.1 e 5.2, onde se apresentam os indicadores morfológicos referidos, permitem concluir que tanto as notícias de primeira página, como as chamadas em primeira página, perdem importância relativa ao longo do tempo, não acompanhando a tendência geral. Com pequenas flutuações erráticas, o relevo de primeira página concedido à temática ambiental permaneceu praticamente constante em ambos os jornais. O aumento de ênfase colocada no tema manifesta-se, assim, no avolumar do número de notícias e no recurso igualmente crescente a outros marcadores de destaque editorial.

Com efeito, é comum aos dois jornais uma subida da importância relativa dos indicadores *título destacado* e *fotografia*, embora no *Expresso* essa importância seja mais significativa, aproximando-se bastante mais do número total de notícias do que no *Diário de Notícias*, que, particularmente, no que respeita ao número de notícias com fotografia, regista uma descida durante a década de noventa.

GRÁFICO 5.1 - Indicadores morfológicos - *Expresso*, 1973-1999

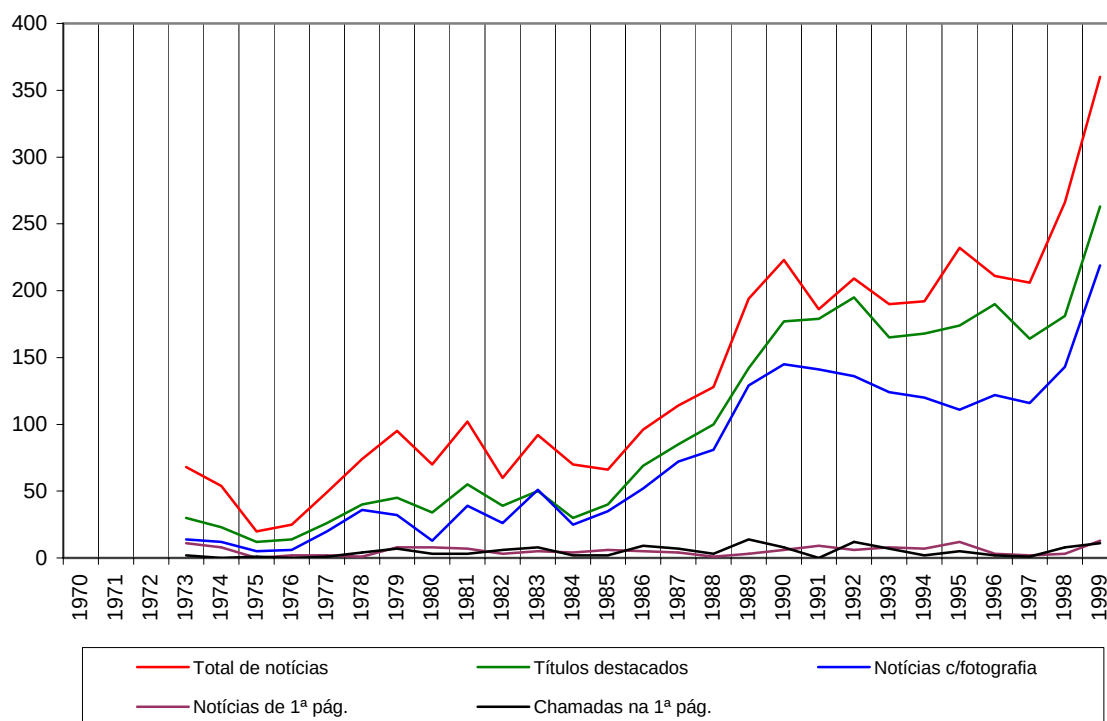
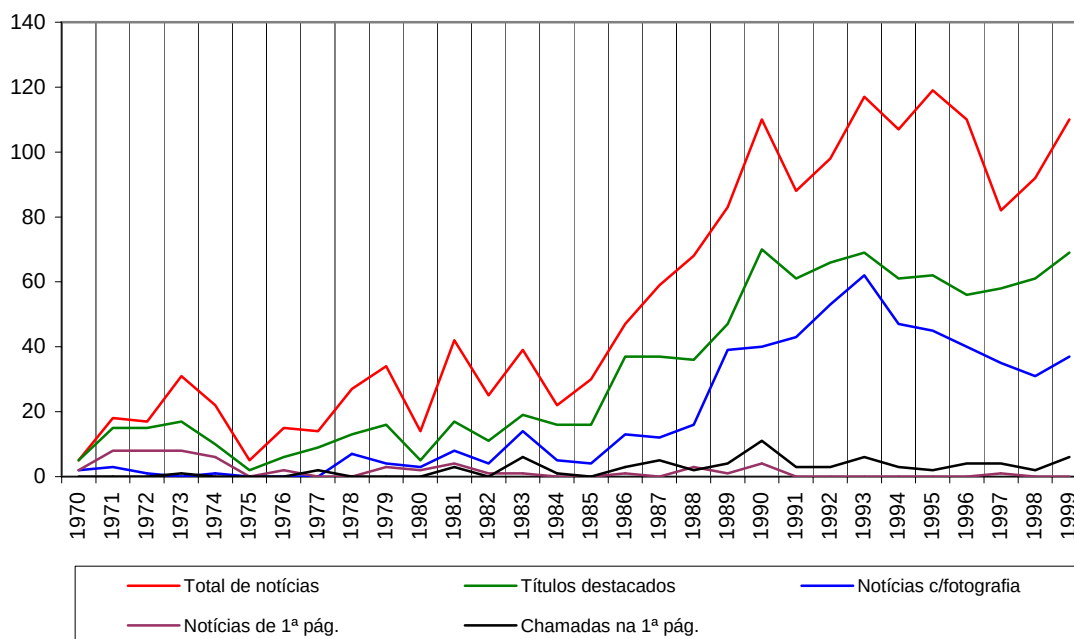


GRÁFICO 5.2 - Indicadores morfológicos - DN, (amostra) 1970-1999



O volume ponderado das notícias, nos dois jornais, que se apresenta nos gráficos 5.3 e 5.4, resulta da soma ponderada dos cinco indicadores acima enumerados na elaboração do “peso” final de cada notícia, conforme se apresenta no quadro 5.1

QUADRO 5.1 - Critérios de ponderação - volume⁽¹⁾

Dimensão da notícia					
Dimensão	Até 1/8 página	1/8 a 1/4 página	1/4 a 1/2 página	1/2 a 1 página	2 páginas ou +
Ponderação	0.125	0.25	0,5	1	1 por página
Restantes indicadores					
Indicador	1ª página	Cham. 1ª pág.	Tít. Destacado.	Fotografia	-
Peso a somar	1	0,5	0,125	0,125	-

(1) Ver quadro dos resultados, que deram origem aos gráficos, nos anexos relativos ao presente capítulo.

Da análise dos valores ponderados ressalta o facto de o peso médio das notícias não ter decaído com o aumento do seu número no *Expresso*, ao contrário do que se passou com o *Diário de Notícias*, cujas duas curvas se afastam à medida que crescem, em consequência do que já se havia observado no respeitante ao destaque dos títulos e às notícias com fotografias. No *Diário de Notícias*, o aumento do

número de notícias foi em parte compensado pelo menor relevo médio dado às mesmas, de modo que a visibilidade total do tema, segundo estes indicadores, declinou desde 1993 antecipando em alguns anos a própria queda do número de notícias; ao passo que o *Expresso* manteve, *grosso modo*, a mesma ênfase editorial, ao mesmo tempo que ampliava o número de notícias, resultando num efeito continuado de amplificação da visibilidade do tema.

GRÁFICO 5.3 - Volume ponderado (morfologia) - *Expresso*, 1973-1999

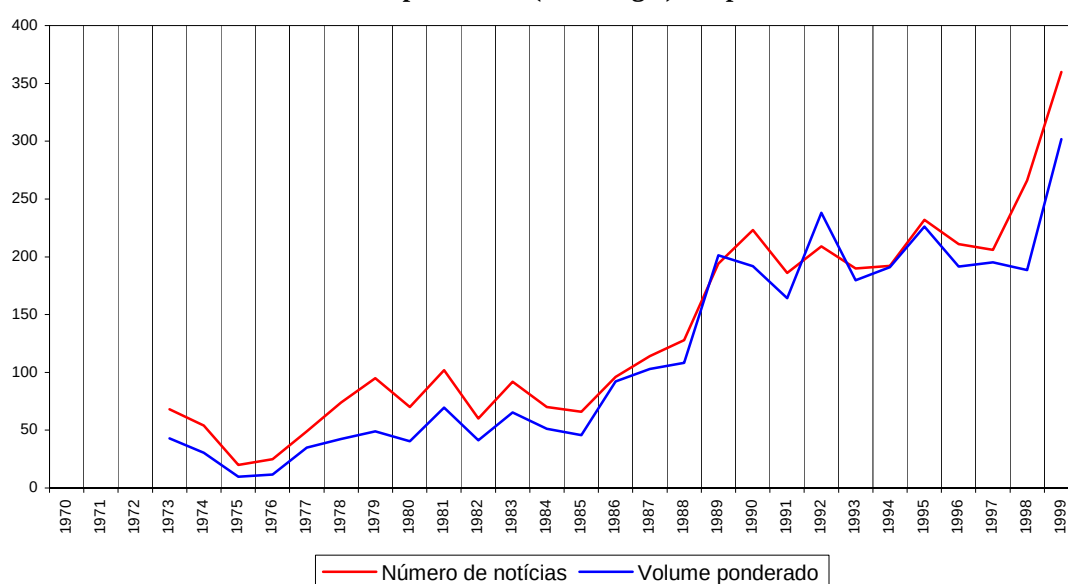
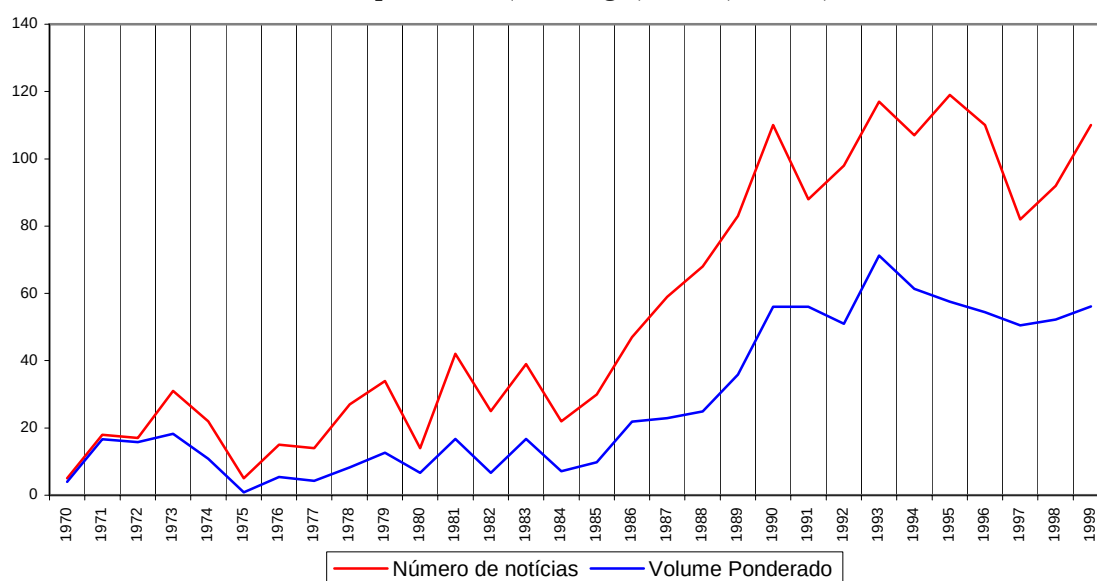


GRÁFICO 5.4 - Volume ponderado (morfologia) - *DN*, (amostra) 1970-1999



Segue-se uma análise da evolução da distribuição e variação da publicação das notícias pelas secções dos jornais, dado que estas se revestem de bastante importância. Como refere Oliveira (1988: 422) “a análise à estruturação seccional e de arrumação gráfica de um jornal é um nível de análise importante, pois, caracterizar um jornal sob este plano é, de algum modo, identificar a sua estratégia comunicativa e definir a própria visão que o jornal (a sua direcção/orientação) tem da 'realidade' para cuja 'construção' e 'reprodução' concorre”.

Na recolha da informação foram identificadas todas as secções onde foram publicadas as notícias sobre ambiente, nos dois jornais, mas a sua organização final foi reajustada, e apresenta-se de forma diferenciada, em função da sua importância dentro de cada jornal. Em comum, na análise que a seguir se apresenta estão as notícias de primeira página, que, apesar de já consideradas na ponderação atrás tratada, se considerou importante manter nesta fase da análise morfológica, e as secções Nacional e Economia. Em ambos os jornais foi criada uma categoria "outras", que engloba diversas secções que foram aparecendo e desaparecendo ao longo do período estudado e que podem ser observadas detalhadamente na tabela integrada nos anexos do presente capítulo. Para além das já referidas, no *Expresso* foram consideradas as secções: "Opinião", "Internacional" e "Revista", enquanto que no *Diário de Notícias* se consideraram as secções "Informação Geral", (criada em 1976) "Regional/País" (esta secção engloba uma secção designada "Portugal em Todos os Quadrantes" (PTQ) que existiu entre 1970 e 1975) e Sociedade (criada em 1990).

Da análise aos rácios, para avaliar o peso relativo de cada secção em relação ao total de notícias publicadas, no *Expresso* (gráfico 5.5) sobressai, até ao início da década de oitenta, a secção Economia, destacando-se, a partir de então, com grande distanciamento em relação às demais, a secção Nacional, que na década de noventa concentra praticamente 50% das notícias publicadas, chegando a atingir os 60% no início da década. Este facto é relevante na medida em que a secção Nacional, neste

jornal, trata das notícias consideradas mais importantes para o país⁶². A Revista, onde são publicados, sobretudo artigos de fundo⁶³, com carácter mais reflexivo, ocupa sempre uma posição de relevo, com um ligeiro abrandamento no final da década de noventa, de certo modo compensado pelo aumento da dimensão e do carácter reflexivo das notícias no caderno principal e no 2º caderno: Economia/Internacional. A secção designada por Outras⁶⁴ é caracterizada pela dispersão das notícias, por vasto leque de secções que vão alternando de importância entre si.

A secção Opinião, existente desde o início do jornal, apresenta um peso relativo significativo, chegando a ultrapassar nalguns anos os 10% do total de notícias publicadas, sendo relevante pela sua especificidade, na medida em que veicula frequentemente opinião técnica, científica e política de fundo, mesmo antes da vulgarização noticiosa do tema.

A secção Internacional, no início, está ao nível das restantes, vindo a seguir a descer até meados da década de oitenta, quando volta a atingir os valores iniciais, para depois voltar a descer. Na primeira fase, tem sobretudo o efeito de “arrastamento”, ao divulgar o tema através de acontecimentos ocorridos fora do país e usando os conteúdos de órgãos noticiosos internacionais; a estrutura da evolução do peso relativo desta secção tem, assim, uma forma cíclica, parecendo funcionar como um “catalisador” do tema em fases iniciais, cuja importância relativa é depois absorvida pela expansão das restantes secções temáticas.

⁶² Esta secção engloba nos dois últimos anos a secção sociedade, criada em 1998, onde foram publicadas a maioria das notícias aqui incluídas. Apesar de não ter sido extinta a secção nacional, as notícias sobre ambiente, deslocaram-se quase na totalidade para a secção sociedade.

⁶³ Do conjunto de articulistas, onde pontificaram, Rui de Carvalho, Rui Cardoso, Fernando Gaspar, Mário de Carvalho, entre outros, destacam-se, na década de oitenta, José Manuel Fernandes que, entre 1981 e 1989 assinou cerca de sessenta artigos, e na década de noventa Luísa Schmidt que, entre 1988 e 1999, assinou cerca de uma centena de artigos. Uma selecção dos artigos publicados por Luísa Schmidt, entre 1993 e 1998 foi editada em livro: “*Portugal Ambiental - Casos e Causas*”, Oeiras, Celta, 1999.

⁶⁴ A secção designada por Outras é composta, quer no *Expresso* quer no *Diário de Notícias*, pelo conjunto de secções que obtiveram pouca expressão, e que foram aparecendo e desaparecendo ao longo do período. No *Expresso* é composta por: 1º Caderno/Sem secção; Opinião/Cartas; Suplementos; Política; Artes, Letras e Ciências; Reportagem e Última página. No *Diário de Notícias* é composta por: 1º Caderno/Sem Secção; Internacional; Opinião; Opinião/Cartas; Revista; Suplementos; Política; Artes, Letras e Ciências; Reportagem e Última página. Ver quadro de valores referente a todas as secções, em anexo.

A Primeira página, já abordada na ponderação, tem um peso relativo mais importante no início, ao nível das restantes secções, para depois vir a descer progressivamente, à medida que outras secções iam crescendo. Esta evolução sugere que o tema marcou primeiramente a sua visibilidade por meio de notícias de grande impacto redactorial, em boa parte internacionais, tendo-se depois difundido, à medida que ganhava importância, para secções de menor destaque, mantendo embora o seu peso absoluto nas primeiras páginas.

No *Diário de Notícias* (gráfico 5.6) o arranque é marcado, até 1977, pela secção Outras, neste período com a predominância de notícias publicadas no 1º Caderno sem indicação de secção e pelas notícias de Primeira página. O Regional/País, que nesta altura se designava Portugal em Todos os Quadrantes, é para além das referidas, a única secção onde são publicadas notícias sobre ambiente até 1975. Esta secção, que publicava notícias de carácter regional sob várias designações (PTQ; Regional e País) atinge a sua expressão máxima na década de noventa, concentrando praticamente durante toda a década cerca de 50% das notícias publicadas, tendo já atingido posição de relevo em meados da década de oitenta. Entre 1976, ano em que foi criada, e 1981, a secção Economia atinge alguma importância relativa, tendo atingido os 20% das notícias publicadas. A partir de 1982 perde importância até final. A década de oitenta é completamente “dominada” pela secção Informação Geral, também criada em 1976 e “extinta” em 1991. Aqui são publicadas a maioria das notícias, com um carácter muito genérico, incluindo as notícias internacionais, daí o facto da secção Internacional ter tido muito pouca expressão, pelo que foi incluída na secção Outras.

GRÁFICO 5.5 - Evolução das notícias por secção (rácios) (médias móveis de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999

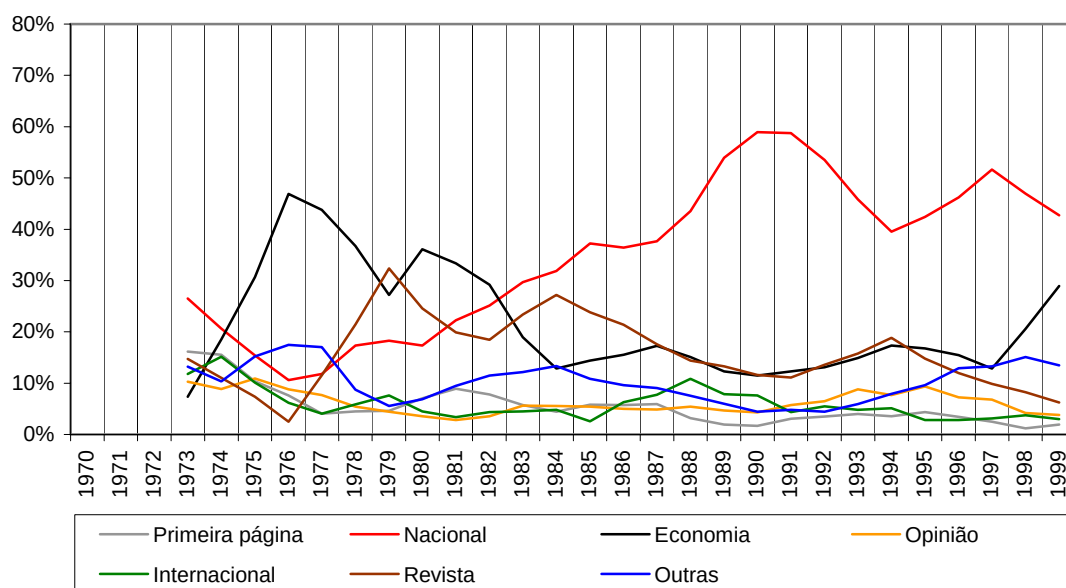
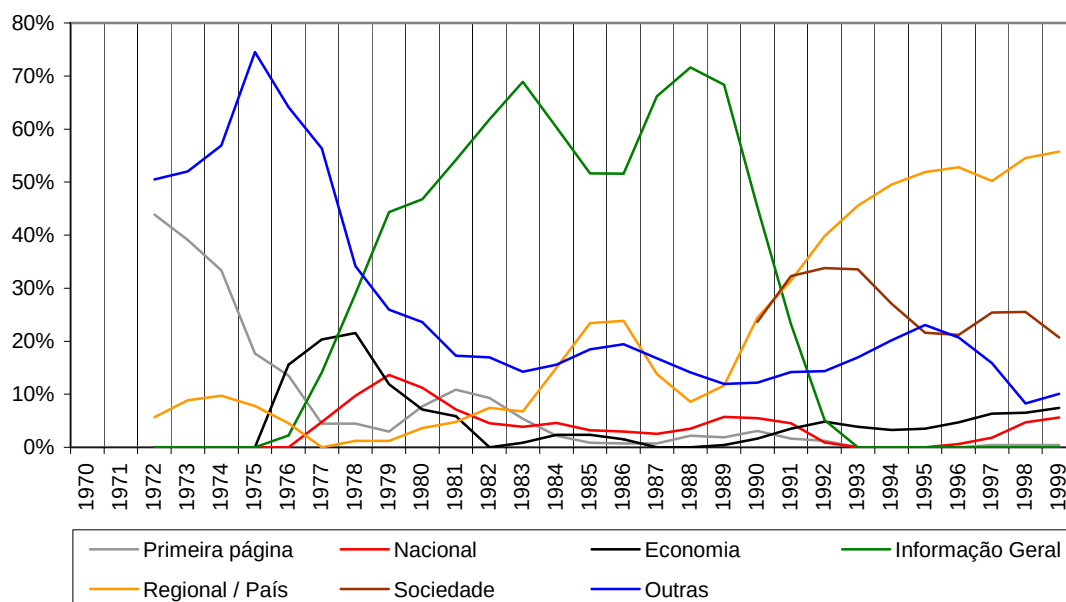


GRÁFICO 5.6 - Evolução das notícias por secção (rácios) (médias móveis de 3 anos) - *DN* (amostra), 1970-1999



Observando a distribuição das notícias pelas secções, para a totalidade do período (gráficos 5.7 e 5.8) constata-se mais claramente as opções editoriais dos dois jornais.

O tema ambiente, no *Expresso*, estrutura-se em secções que dão às notícias um carácter de maior abrangência, desenvolvimento e reflexão, como as secções, Nacional, Revista e Opinião; o *Diário de Notícias*, também pelo facto de ser um jornal diário, reporta-se mais aos acontecimentos do imediato, tratados de forma mais genérica, com relevo aos acontecimentos locais. Daí a existência, com pesos significativos das secções Informação Geral e Regional/País.

Assim, para a totalidade do período, o *Expresso* (gráfico 5.7) apresenta 41% das notícias publicadas na secção Nacional, o que denota um interesse por parte do jornal em relação ao problema do ambiente ao publicá-lo maioritariamente numa secção “charneira” do jornal. Segue-se a secção Economia, com 20%. Esta secção tem o seu maior peso até ao início da década de oitenta, como vimos atrás (gráfico, 5.5), período em que o tema Recursos, particularmente os recursos energéticos, como veremos adiante, também lidera o número de notícias publicadas. Recorde-se que a partir desta data, em que a secção Economia desce, a secção Nacional sobe, precisamente quando em termos temáticos também sobre o tema Natureza/Ambiente, por troca com o tema Recursos, como veremos adiante. O carácter de reflexão imprimido pelo *Expresso* ao tema ambiente, é confirmado pela Revista, onde foram publicadas 14% do total das notícias, na sua esmagadora maioria constituídas por artigos de fundo, e pela Opinião com 8%.

Quanto ao *Diário de Notícias*, os 38% da secção Regional/País e os 20% da Informação Geral, que ocupam as duas primeiras posições, ilustram o que atrás se referiu, ou seja, um carácter menos desenvolvido e mais localista das notícias, descrevendo as ocorrências no imediato. Deve salientar-se contudo o facto de a secção Sociedade, onde as notícias passaram um ter um carácter mais abrangente e “integrado” ter publicado 15% do tal das notícias, dado que esta secção foi criada apenas no ano de 1990, dois anos antes da “extinção” da secção Informação Geral. Isto significa que na década de noventa o *Diário de Notícias* passou a atribuir ao tema um tratamento mais destacado e reflexivo. Recorda-se que no ano de 2000, como culminar desta trajectória, este jornal veio a criar uma secção designada Ciência e Ambiente. Os 19% da secção Outras dispersam-se por uma grande

variedade de secções, sendo que nos primeiros anos, se concentraram sobretudo na Primeira página e no 1º Caderno sem indicação de secção, como relatado atrás. Note-se também que até meados da década de setenta o *Diário de Notícias* era composto por poucas secções, daí que grande parte das notícias fosse publicada no 1º Caderno sem indicação de secção.

GRÁFICO 5.7 - Distribuição das notícias por secção - *Expresso*, 1973-1999

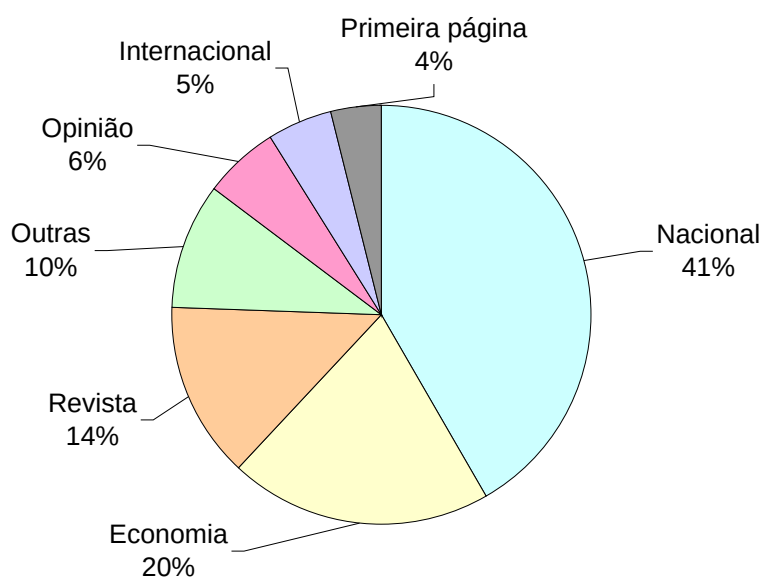
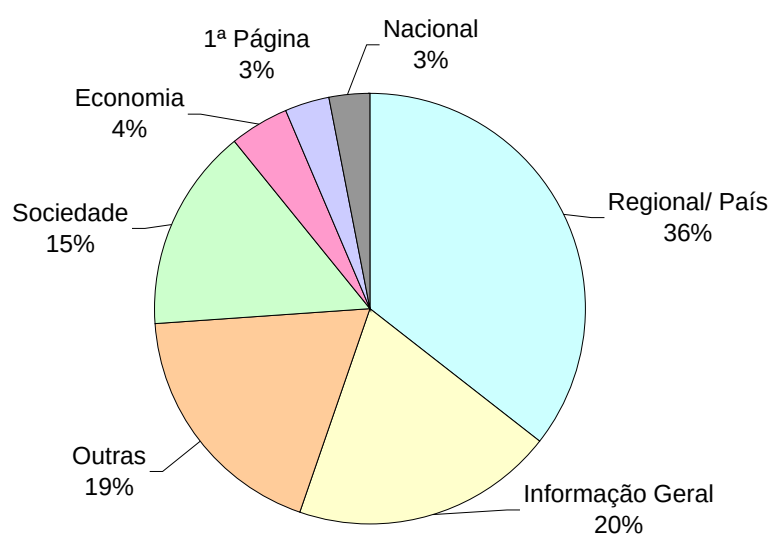


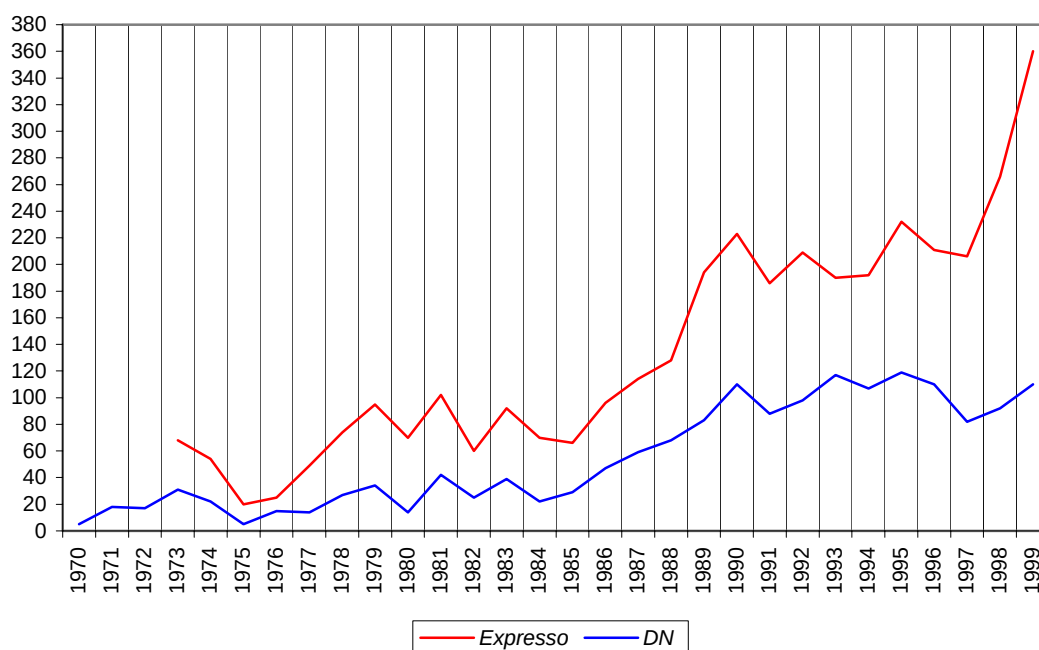
GRÁFICO 5.8 - Distribuição das notícias por secção - *DN (amostra)*, 1970-1999



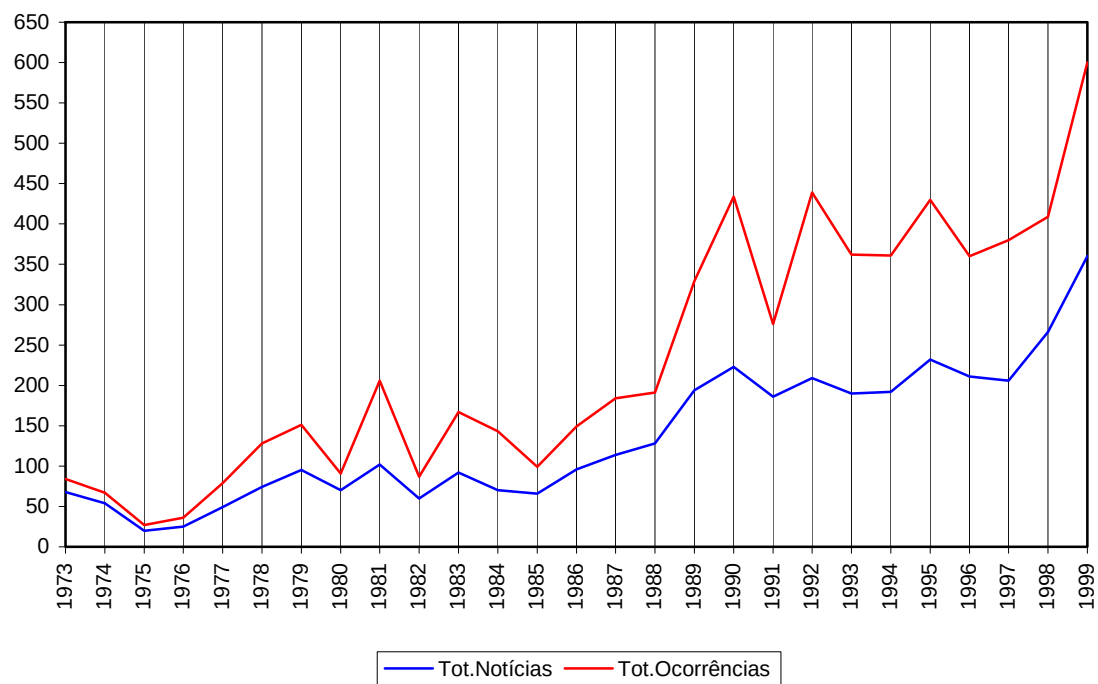
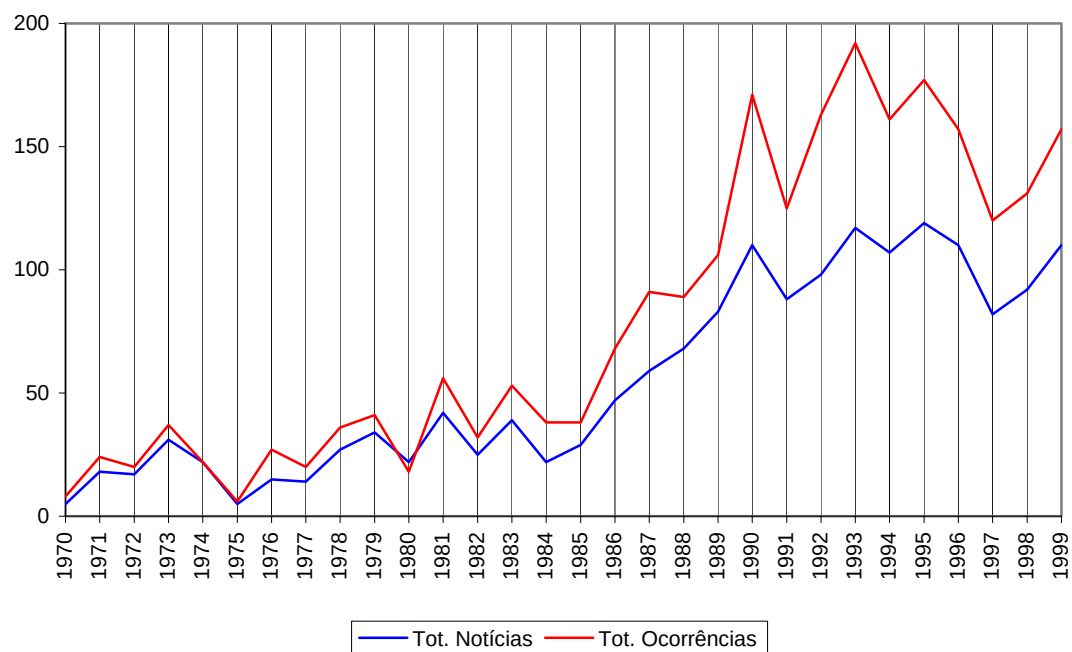
5.2 Uma visão de conjunto

Conforme o observado no capítulo anterior no respeitante ao número total de notícias, cuja evolução se apresenta no gráfico 5.9, o *Expresso* e o *Diário de Notícias* apresentam evoluções fortemente correlacionadas, o mesmo se verificando quanto ao número de ocorrências temáticas.

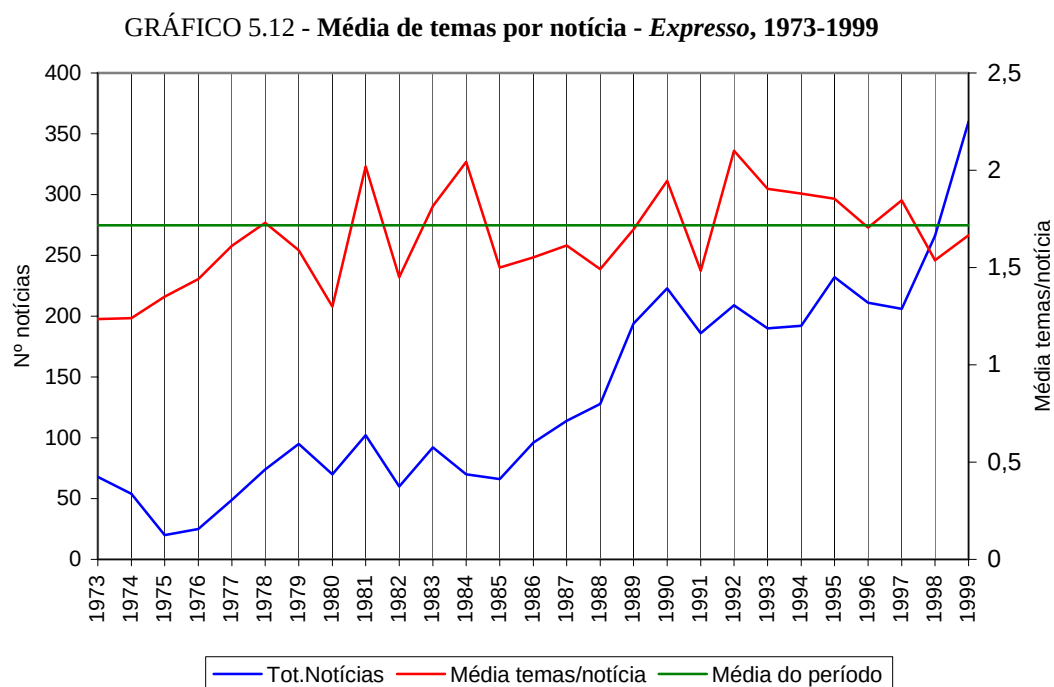
GRÁFICO 5.9 - Número total de notícias - *Expresso* e *DN* (amostra), 1970-1999



Analisados o número de notícias e o número de ocorrências, verifica-se que o crescimento do número de ocorrências nos dois jornais, *Expresso* (gráfico 5.10) e *Diário de Notícias* (gráfico 5.11), descola do número de notícias a partir do final da década de oitenta, com alguns picos na década de noventa.

GRÁFICO 5.10 - Totais de notícias e de ocorrências - *Expresso*, 1973-1999GRÁFICO 5.11 - Totais de notícias e de ocorrências - *DN (amostra)*, 1970-1999

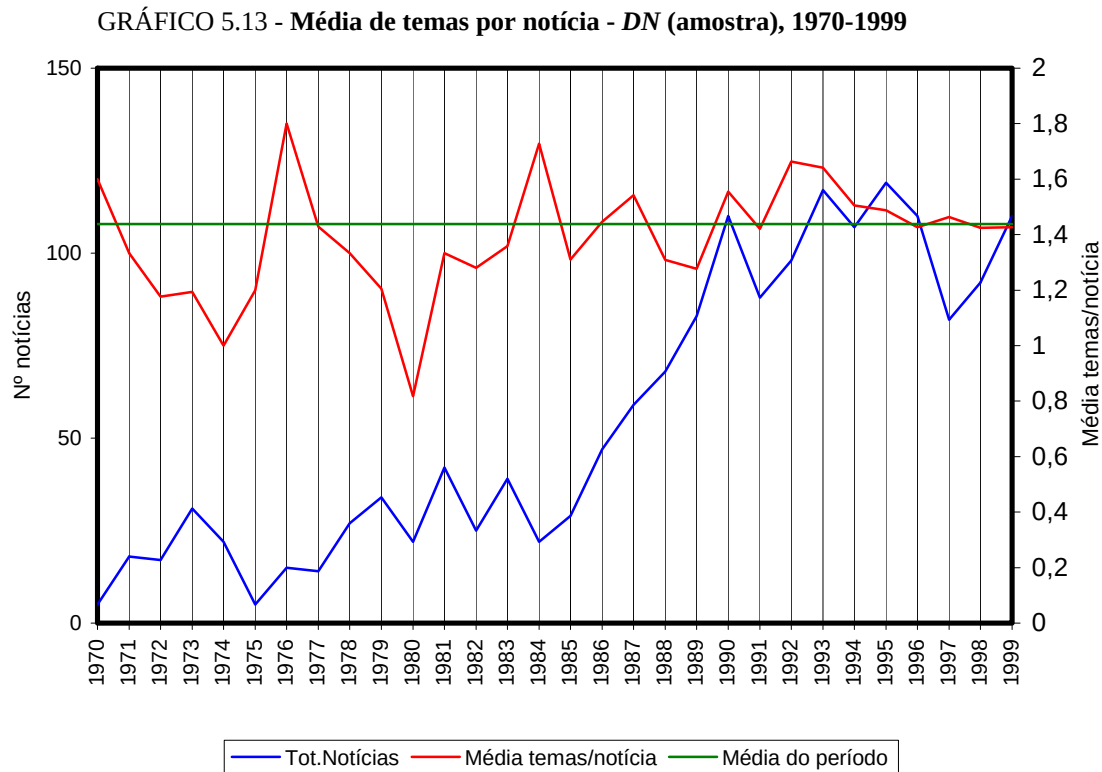
No que respeita à média de temas por notícia, através da qual se pretende observar o grau de especialização ou de diversificação descritivas das abordagens, verificam-se evoluções diferenciadas nos dois jornais.



Assim, no *Expresso* (gráfico 5.12) até 1974 verifica-se uma elevada especialização temática das notícias, que depois se complexifica e, em 1977-1979 atinge a média de diversidade do período, 1,716 ocorrências por notícia. Os primeiros picos do número médio de ocorrências temáticas verificam-se em 1981 e 1983-1984, associados a uma acumulação de temas, correspondente aos primeiros "arranques" ainda antes de o tema ambiente ter ganho espaço editorial.

Durante a subida do número de notícias a partir de 1985, a média oscila sem tendência definida, quase estável. No final da primeira subida, que culmina em 1990, coincide um máximo de notícias com uma média elevada, revelando que a este primeiro aumento do espaço editorial corresponde uma complexificação descritiva das notícias, lidando em média com um número maior de temas. Mas em geral, após

ter ganho espaço, a notícia tende a especializar-se. Desde 1994, constata-se uma tendência simultânea de crescimento e de especialização descritiva das notícias.



Quanto ao *Diário de Notícias* (gráfico 5.13), globalmente apresenta uma média de 1,438 ocorrências por notícia, inferior à do *Expresso*, para o total do período, denotando uma menor complexificação das notícias, ou seja, apresentando uma menor ligação entre distintas temáticas numa mesma notícia.

Analisando o período, constata-se que no início da série, em 1970, ocorre um elevado grau de complexidade, iniciando-se a partir daqui uma tendência de especialização até 1974. Até 1976, dá-se nova complexificação, que atinge nesse ano o valor mais alto de todo o período. Em 1977 atinge a média do período e inicia novo período de tendência para a especialização, atingindo o seu máximo em 1980, invertendo novamente o percurso até à média do período em 1984.

Tal como no *Expresso*, a partir da subida de notícias em 1985, a média oscila quase estável, sem tendência definida; o crescimento até 1994 é também acompanhado por uma complexificação temática, após o que se regista, também neste jornal, uma nova especialização para valores próximos da média do período.

Em síntese, constata-se um comportamento de conjunto muito semelhante entre ambos os jornais: pesem embora alguns picos de diversidade temática durante os anos iniciais, o nível médio do período só foi atingido de modo estável a partir do início da década de noventa, sugerindo que o crescimento do espaço editorial e a complexificação temática das abordagens foram duas faces de um mesmo processo de maturação do problema social. Isto é, de encontro ao referido nas hipóteses, à medida que se acentuam as pressões morfológicas e económicas sobre o ambiente e que emergem grupos sociais e saberes técnico-científicos enunciadores e receptores de discursos de problematização (como adiante se verá, no capítulo referente aos protagonistas), assiste-se a uma diversificação e a um alargamento do problema, quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista da diferenciação e da complexificação temáticas. Porém, ao contrário do aumento numérico, o fenómeno de complexificação das notícias revela-se passageiro, convergindo para o final da série para médias que regressam a uma menor complexidade descritiva dos conteúdos noticiosos.

Observando a evolução do número de notícias por tema, em valores absolutos (gráficos 5.14 e 5.15) sobressaem dois temas, Recursos e Natureza/Ambiente. No *Expresso* (gráfico 5.14), o tema Recursos ocupa a primeira posição até 1981. Entre 1982 e 1986 segue a par com Natureza/Ambiente, altura em este tema passa para a frente até final do período, com os Recursos na posição seguinte, igualados pela Poluição entre 1988 e 1990, sendo ultrapassados por esta apenas em 1991. A partir de então, o tema Recursos mantém-se como o segundo mais importante, adquirindo destaque na década de noventa.

No *Diário de Notícias* (gráfico 5.15), os temas Recursos e Natureza/Ambiente mantêm-se importantes ao longo de todo o período. Contudo, o tema Natureza/Ambiente ultrapassa o dos Recursos ainda na década de setenta. Seguem

próximos, com alternâncias no início na primeira metade da década de oitenta. A partir de 1986 o tema Natureza/Ambiente passa para a frente até final. Tal como no *Expresso*, o tema Poluição iguala os Recursos no período de 1988 a 1990 e ultrapassa-os em 1991. Durante toda a década de noventa os Recursos voltam a destacar-se ocupando a segunda posição.

Os temas Poluição e Ordenamento do Território ocupam uma posição intermédia, tanto no *Expresso* como no *Diário de Notícias*, adquirindo maior relevo a partir do final década de oitenta e durante toda a década de noventa, com uma descida, no final da década no *Diário de Notícias*. Os três temas restantes, Resíduos, Catástrofes Naturais e Problemas Globais, situam-se numa posição abaixo dos anteriores, com intermitências, com os Resíduos a destacarem-se dos outros dois temas na década de noventa nos dois jornais, tendo-se iniciado o afastamento ainda na década de oitenta no *Expresso*.

GRÁFICO 5.14 - Número de notícias por tema - *Expresso*, 1973-1999

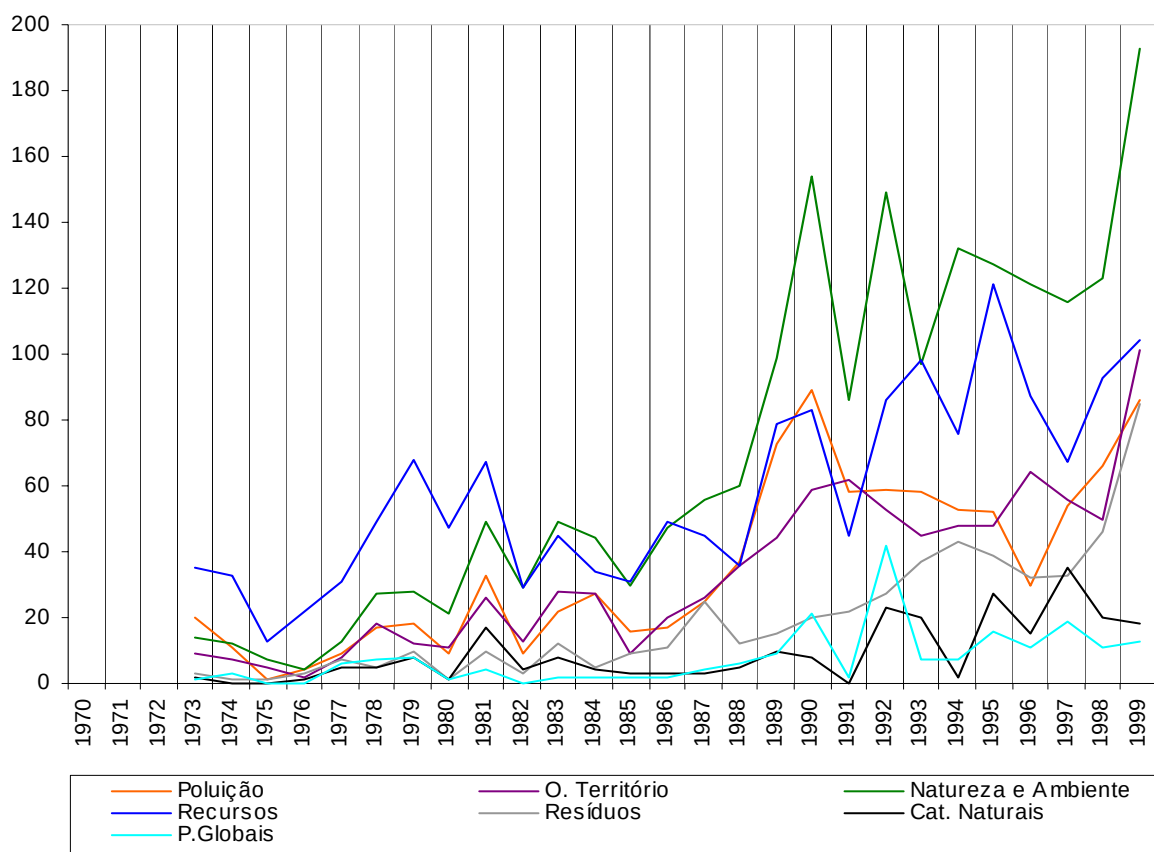
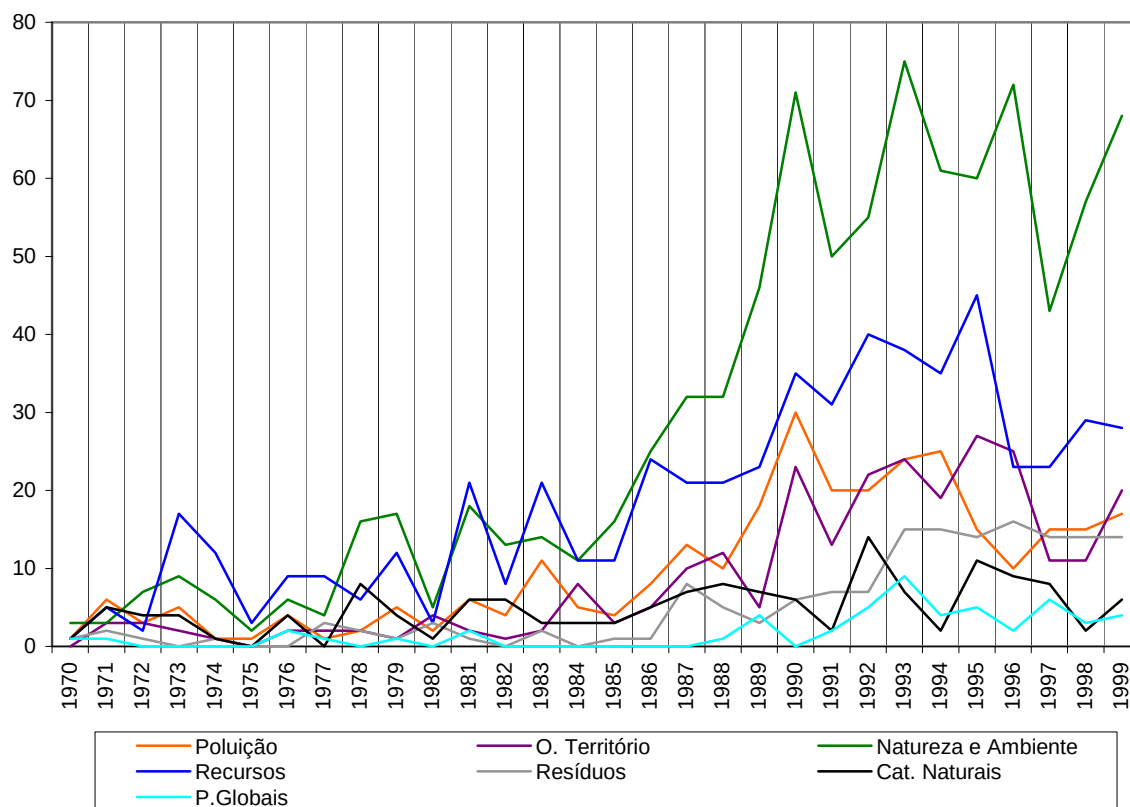
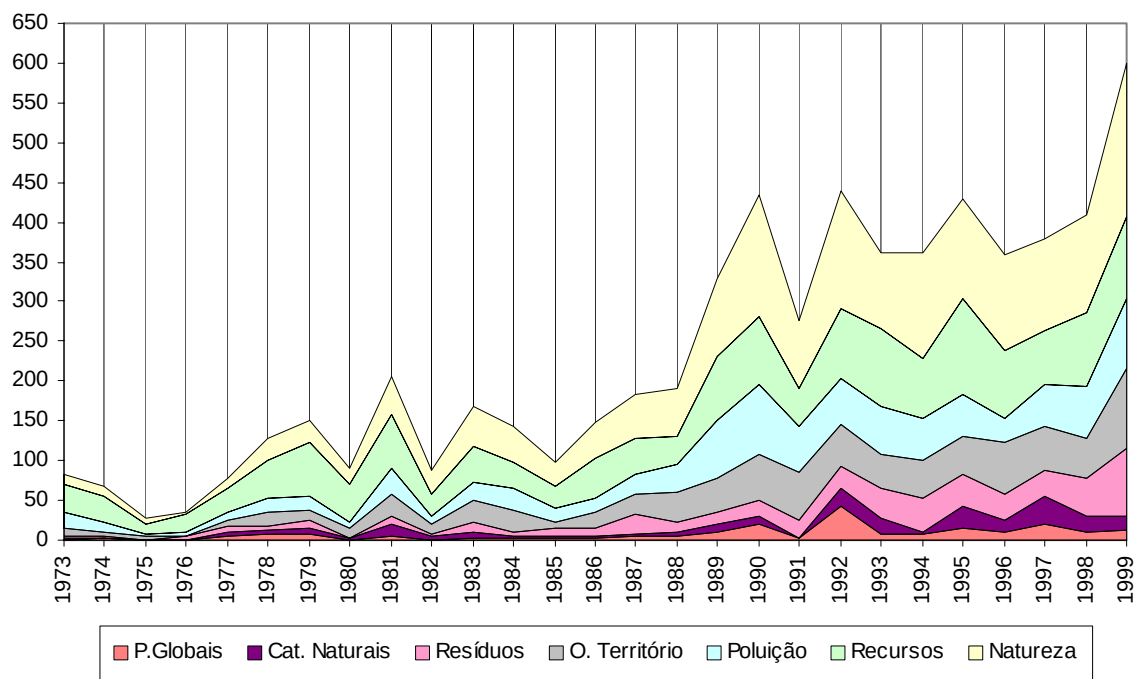
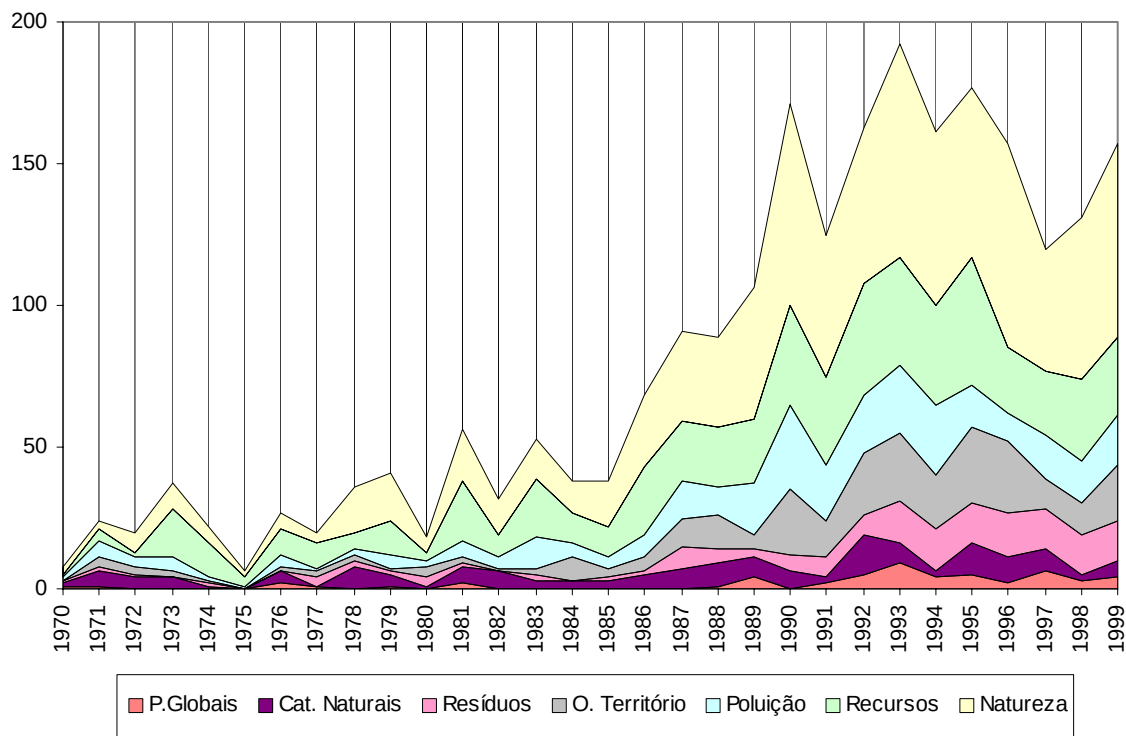


GRÁFICO 5.15 - Número de notícias por tema - DN (amostra), 1970-1999



Os espectros temáticos das ocorrências (gráficos 5.16 e 5.17) apresentam um comportamento dinâmico com uma composição muito variável, destacando-se numa primeira fase os temas Natureza/Ambiente, Recursos, e Ordenamento do Território. Após 1985, os temas Resíduos e Problemas Globais atingem expressão significativa sendo que, no que respeita aos Resíduos, é no *Diário de Notícias* que esse comportamento dinâmico é mais acentuado.

GRÁFICO 5.16 - Espectro temático das ocorrências - *Expresso*, 1973-1999GRÁFICO 5.17 - Espectro temático das ocorrências - *DN (amostra)*, 1970-1999

A análise da evolução temática comparada, em escala semi-logarítmica, (gráficos 5.18 e 5.19) mostra como temas mais "dinâmicos" Natureza/Ambiente, Resíduos, Problemas Globais e Ordenamento do Território, sendo que este atinge maior expressão no *Diário de Notícias*.

Os temas "clássicos" Recursos e Poluição apresentam um comportamento relativamente estagnado, com maior relevo no *Expresso*. A Poluição ganha importância, pontualmente, no final da década de oitenta e princípios da década de noventa, para depois regredir. Esta regressão poderá estar associada à questão dos resíduos, que a partir de então ganham maior autonomia, face à poluição em geral, sendo tratados de forma cada vez mais técnica e autónoma.

GRÁFICO 5.18 - Evolução temática comparada - *Expresso*, 1973-1999

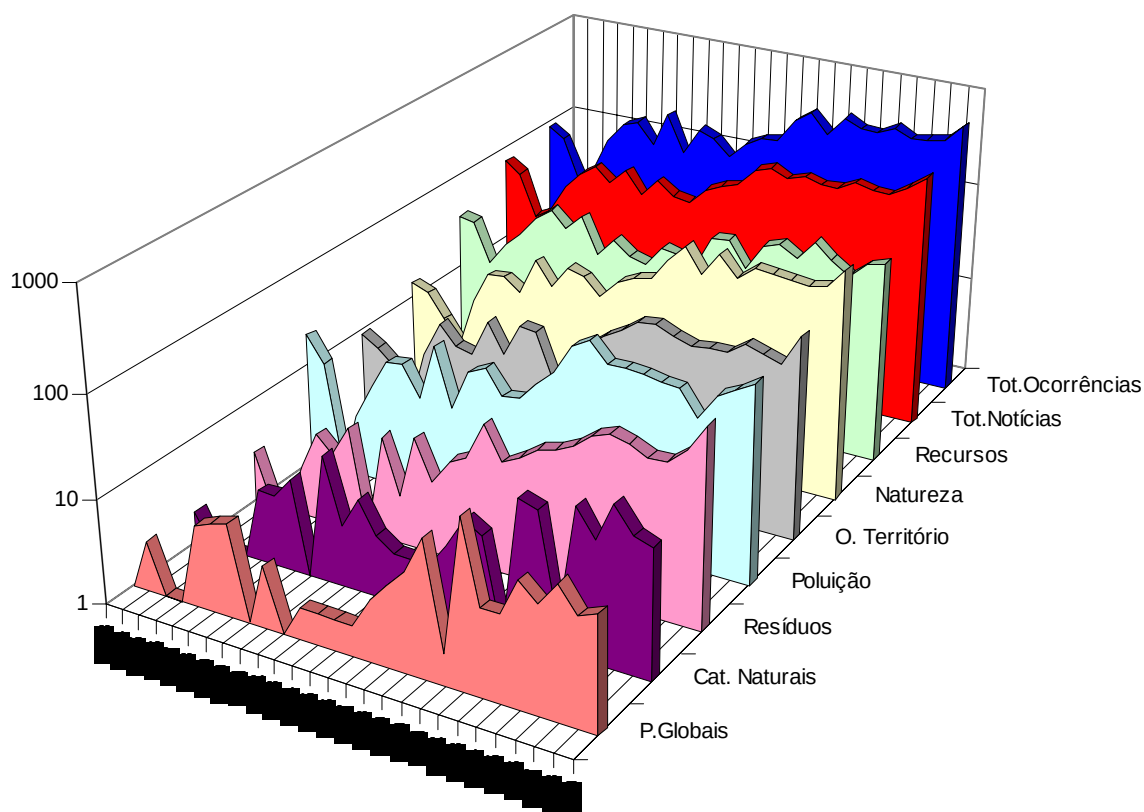
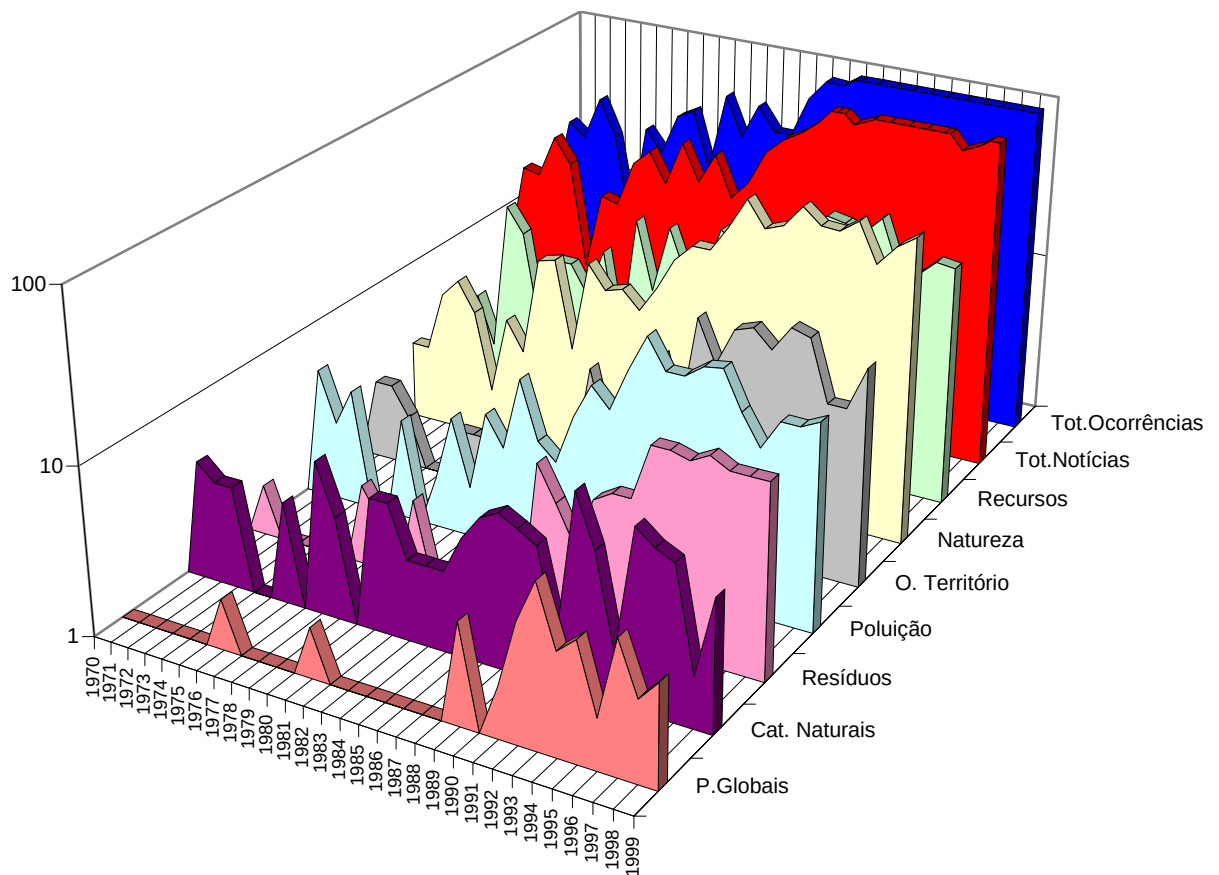


GRÁFICO 5.19 - Evolução temática comparada - *DN (amostra)*, 1970-1999



Constata-se um avanço relativo das categorias temáticas mais sistêmicas, ligadas ao conservacionismo, à natureza e ao ecossistema global encerradas nos temas Natureza/Ambiente e Problemas Globais, fazendo a transição pressuposta nas hipóteses de partida de uma escala local para uma escala global. O tema Problemas Globais emerge com particular relevo a partir de meados a finais da década de oitenta, indo ao encontro do que atrás foi referido acerca da transição de valores materialistas para valores pós-materialistas. Contudo deve assinalar-se a antecedência do tema no *Expresso*, que no final da década de setenta já o referia com alguma frequência.

Da análise de correlação entre os dois jornais ao longo do tempo, verifica-se uma grande consistência dos dados, quer no que respeita à correlação global entre a dispersão temática ($r=0,97$, $p<0,001$, entre ambas as matrizes temáticas), quer no que respeita às correlações tema a tema (quadro 5.2).

QUADRO 5.2 - Correlação entre temas: *Expresso/DN* (amostra)⁽¹⁾

	Poluição	Ord. Território	Natureza/ Ambiente	Recursos	Resíduos	Catástrofes naturais	Problemas Globais	Totais de notícias
Poluição	0,8874							
O.Território		0,7979						
Nat. / Amb.			0,9263					
Recursos				0,8024				
Resíduos					0,8553			
C. Naturais						0,6298		
P. Globais							0,5075	
Total								0,9168

(1) Valores a **bold**: $p < 0,001$; valores em tipo normal: $p < 0,01$.

As correlações entre os temas dentro de cada jornal são igualmente muito elevadas (quadros 5.3 e 5.4), o que se deve fundamentalmente à própria ampliação do tema em termos absolutos; como veremos, as suas variações relativas foram muito diferentes.

QUADRO 5.3 - Correlações entre temas: *Expresso*, 1973-1999⁽²⁾

	Poluição	Ord. Território	Natureza/ Ambiente	Recursos	Resíduos	Catástrofes naturais	Problemas Globais
Poluição							
O.Território	0,8826						
Nat. / Amb.	0,9141	0,9469					
Recursos	0,7794	0,7625	0,8497				
Resíduos	0,7504	0,8732	0,8686	0,7800			
C. Naturais	0,5619	0,5895	0,6508	0,7509	0,5987		
P. Globais	0,6110	0,5642	0,7107	0,6295	<i>0,4500</i>	0,6791	
Total	0,9139	0,9546	0,9647	0,8747	0,9152	0,6671	0,6129

(2) Valores a **bold**: $p < 0,001$; valores em tipo normal: $p < 0,01$; valores a *itálico*: $p < 0,05$.

QUADRO 5.4 - Correlações entre temas: *DN* (amostra), 1970-1999⁽³⁾

	Poluição	Ord. Território	Natureza/ Ambiente	Recursos	Resíduos	Catástrofes naturais	Problemas Globais
Poluição							
O.Território	0,7980						
Nat. / Amb.	0,8869	0,9203					
Recursos	0,8741	0,8451	0,8781				
Resíduos	0,6904	0,8421	0,8676	0,7239			
C. Naturais	<i>0,4148</i>	0,5848	0,5283	0,5476	<i>0,3885</i>		
P. Globais	0,6224	0,6415	0,6888	0,6709	0,7344	0,4672	
Total	0,8951	0,9204	0,9863	0,9250	0,8671	0,5697	0,7093

(3) Valores a **bold**: $p < 0,001$; valores em tipo normal: $p < 0,01$; valores a *itálico*: $p < 0,05$.

No que respeita às correlações com o total, verifica-se que no *Expresso* os dois temas com correlações mais fortes são Ordenamento do Território e Natureza /Ambiente. Seguem-se os temas Poluição e Resíduos.

No *Diário de Notícias* destaca-se igualmente o tema Natureza/Ambiente, ainda de forma mais saliente que no *Expresso*, seguido de Ordenamento do Território e Recursos. Constata-se assim, uma coincidência com o *Expresso* nos temas Natureza/Ambiente e Ordenamento do Território, como aqueles com evoluções mais

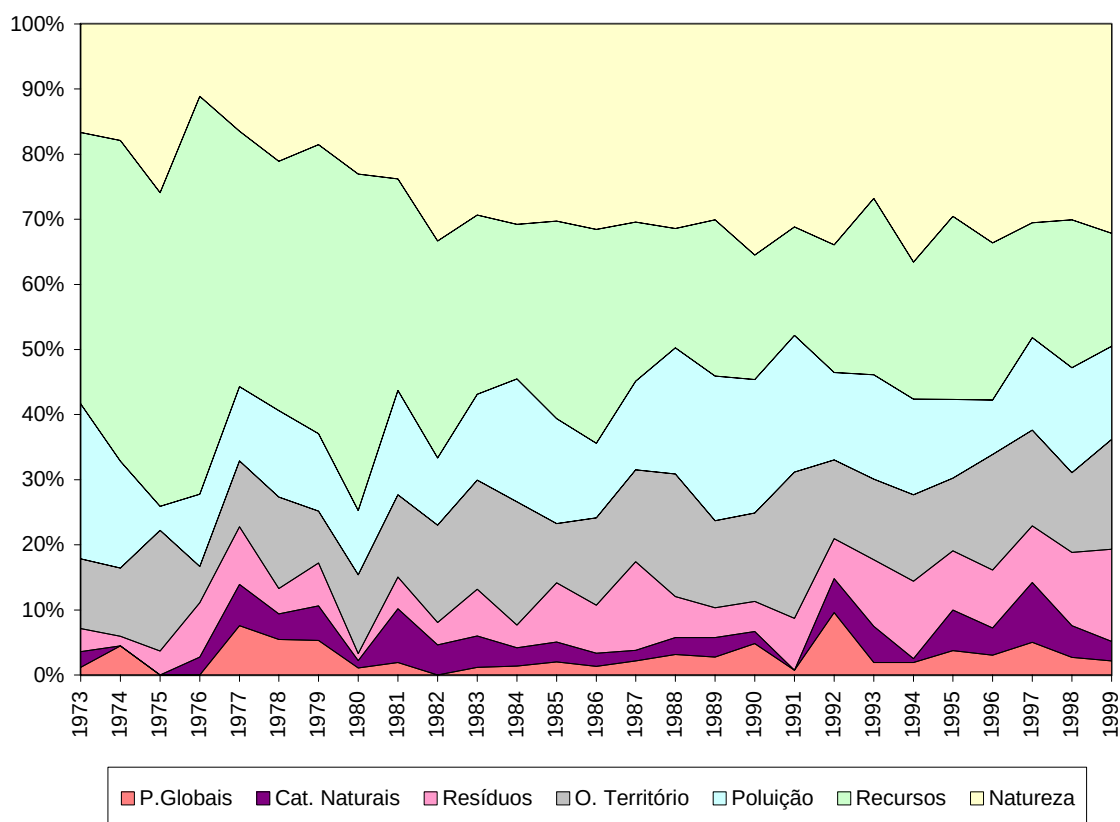
paralelas à do total de notícias. A saliência destes temas advém certamente das acções políticas desenvolvidas em torno dos mesmos, particularmente no que respeita à criação de legislação, mas também de todo um conjunto de disfunções ambientais e de ordenamento a que a imprensa deu particular relevo. Apresentam-se deste modo como temas estruturantes ao longo de todo o período. No que respeita aos resíduos, assinala-se o baixo peso que apresenta a sua correlação do *Diário de Notícias* em relação ao *Expresso*.

Quanto às correlações entre as evoluções dos temas, concentrar-nos-emos nas mais elevadas, já que as de menor valor se devem, no essencial, ao efeito de subida conjunta de todos os temas. No *Expresso*, as mais elevadas ocorrem entre Poluição, Ordenamento do Território e Natureza/Ambiente; e destas duas últimas entre si.

No *Diário de Notícias*, a correlação entre Poluição e Ordenamento do Território é menos forte do que no *Expresso*, constatando-se também uma relação entre Poluição e Recursos bastante mais forte no *Diário de Notícias* do que no *Expresso*.

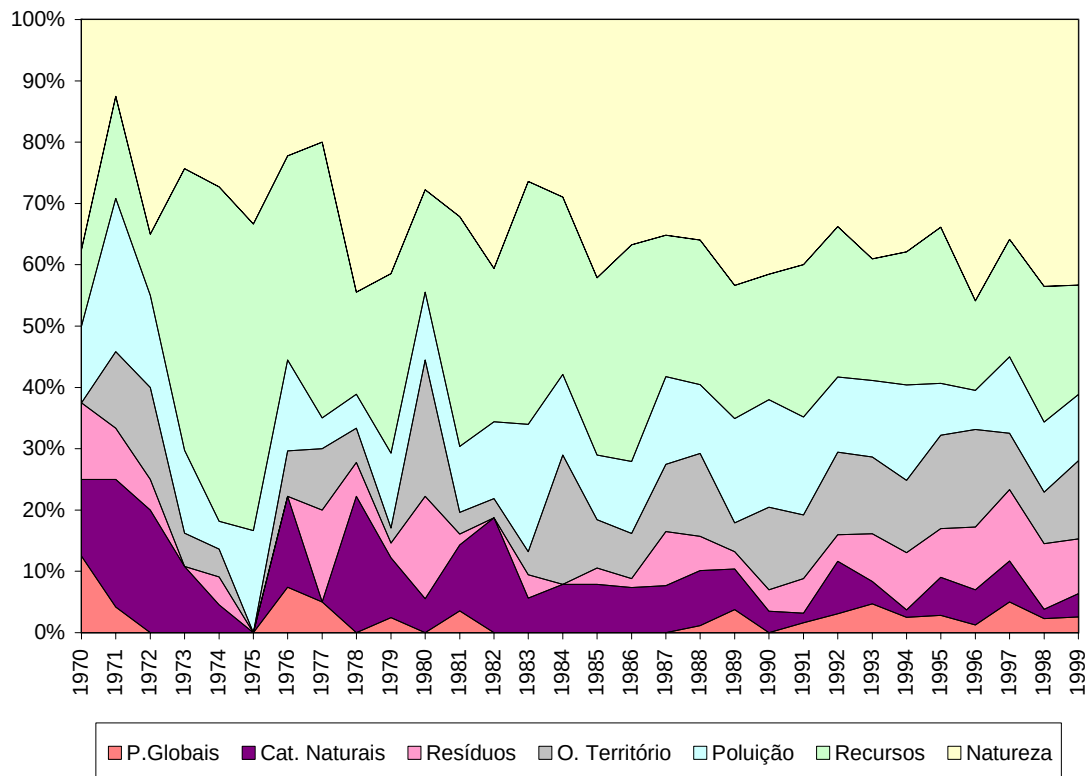
As baixas correlações verificadas, em ambos os jornais, entre Problemas Globais e Catástrofes Naturais decorrem do facto de não existir uma ligação inicial entre estes temas, que só tardiamente foram conectados a propósito dos fenómenos de alteração climática.

Abordando agora a importância relativa dos diversos temas na composição das notícias sobre o ambiente, vejamos primeiro a evolução do respectivo espectro temático proporcional (gráficos 5.20 e 5.21).

GRÁFICO 5.20 - Espectro temático proporcional - *Expresso*, 1973-1999

Constata-se um crescimento da importância relativa dos temas Natureza/Ambiente e Resíduos, e o decréscimo do tema Recursos. Os temas Poluição e Ordenamento do Território apresentam-se com uma importância relativa estável. Contudo, no *Diário de Notícias*, o tema Ordenamento do Território aumenta de forma consistente para uma importância relativa superior a partir de 1984. O tema Catástrofes Naturais é oscilante nos dois jornais ao longo de todo o período, o que se explica pela sua natureza contingente. Quanto aos Problemas Globais, assumem maior intensidade relativa em finais da década de setenta, reemergindo em 1988-1990, com um pico em 1992 no *Expresso* e 1992-1993 no *Diário de Notícias*, apresentando-se mais estável após 1994.

GRÁFICO 5.21 - Espectro temático proporcional - DN (amostra), 1970-1999



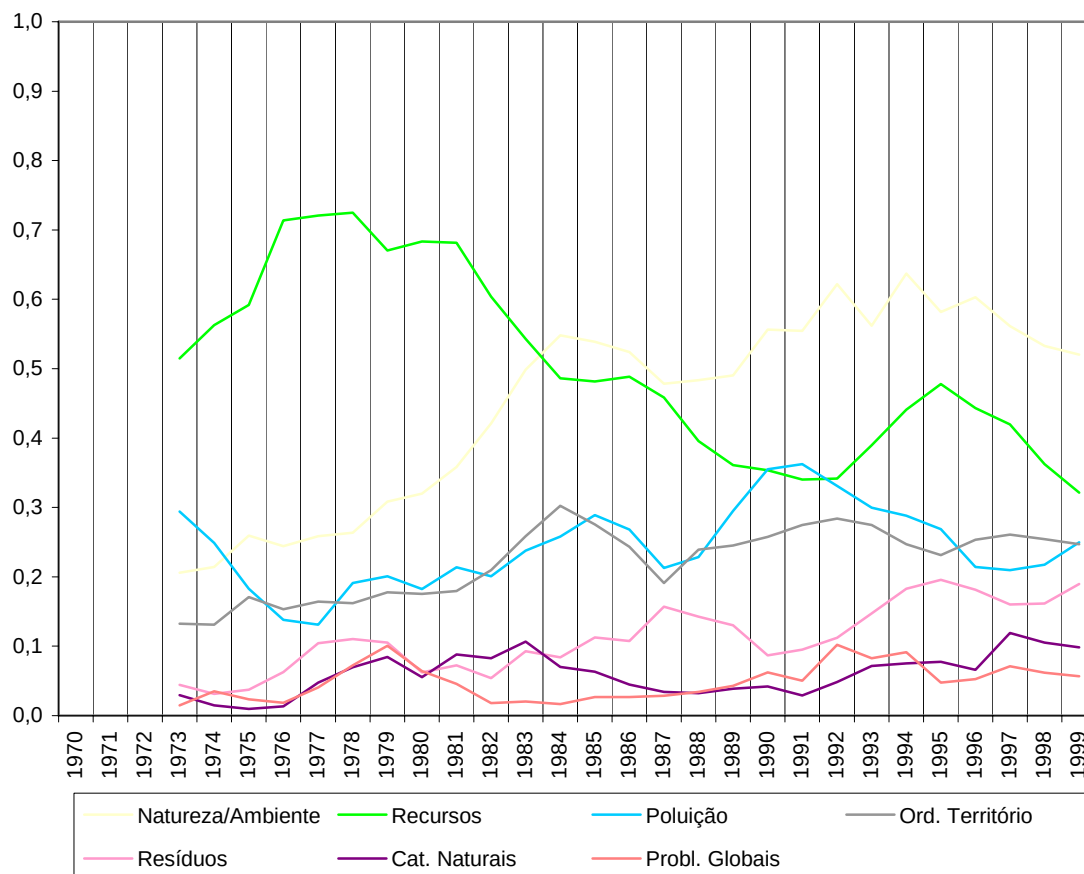
As evoluções temáticas relativas, usando como indicador o rácio entre o número de ocorrências de cada tema e o total de ocorrências, podem ser visualizadas com recurso a médias móveis de três anos, que simplificam os traçados destacando melhor as tendências. Verifica-se nos dois jornais uma saliência dos temas Recursos e Natureza/Ambiente.

No *Expresso* (gráfico 5.22), o tema Recursos destaca-se claramente, impulsionado pelos recursos energéticos até 1981, como veremos adiante, altura em que inicia uma descida que o leva a perder terreno para o tema Natureza/Ambiente em ascensão, cruzando-se as duas tendências inversas em 1983. Contudo, exceptuando os anos de 1990 e 1991, em que os Recursos são igualados pela Poluição, o tema Recursos mantém-se como o segundo mais importante, adquirindo destaque na década de noventa para os recursos hídricos, como veremos adiante.

No *Diário de Notícias* (gráfico 5.23), os temas Recursos e Natureza/Ambiente mantêm-se importantes ao longo de todo o período. Contudo, o tema

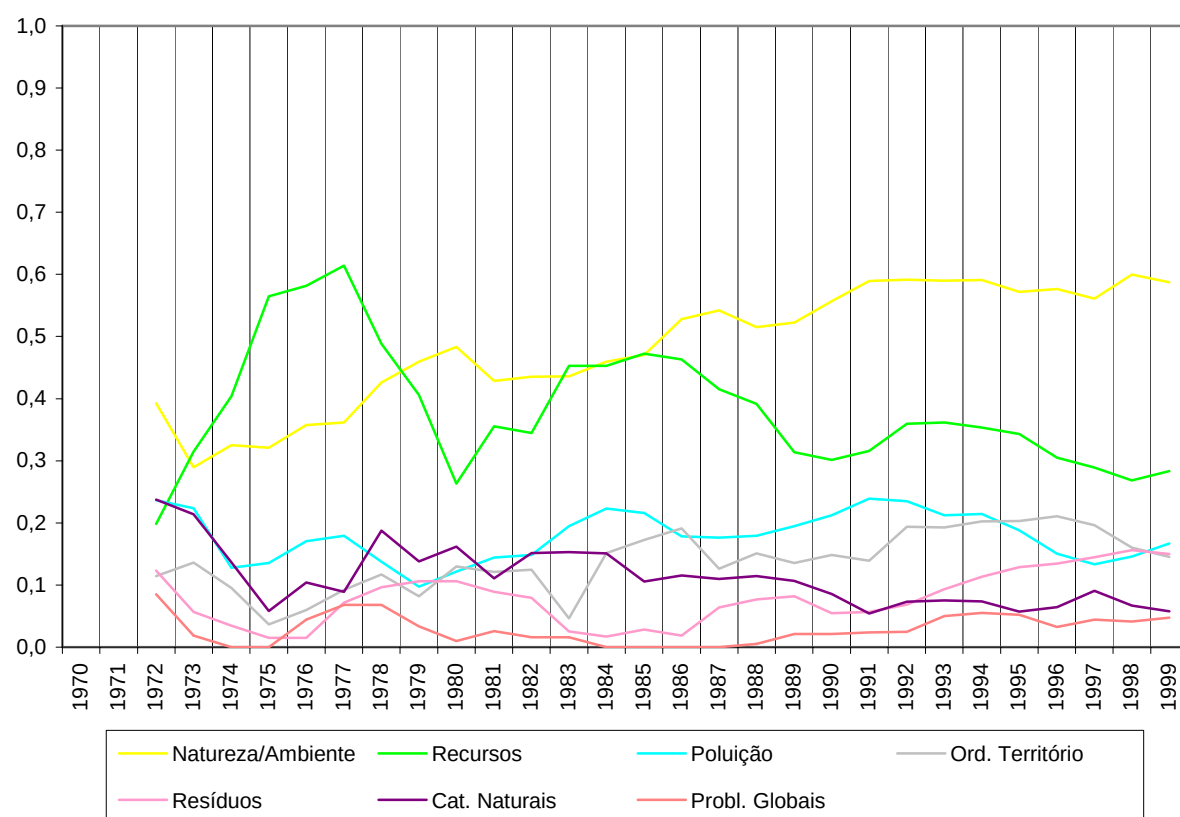
Natureza/Ambiente, cuja importância relativa é maior desde o início da série do que no caso do *Expresso*, ultrapassa o dos Recursos ainda na década de setenta, em decréscimo logo desde 1977.

GRÁFICO 5.22 - Evolução temática (rácios) (médias móveis de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999



Saliente-se que, tanto no *Expresso* como no *Diário de Notícias* se observa uma camada temática mais importante em termos relativos, formada pelos temas Recursos e Natureza/Ambiente, cuja hierarquia de importância relativa se inverte, embora em momentos diferentes, nos dois jornais. Uma segunda camada temática, mais diferenciada no *Expresso*, inclui Poluição e Ordenamento do Território, e uma terceira os outros três temas, de onde os resíduos começam a "descolar" em meados da década de oitenta, no *Expresso*, e nos anos noventa no *Diário de Notícias*.

GRÁFICO 5.23 - Evolução temática (rácios) (médias móveis de 3 anos) - DN (amostra), 1970-1999



Na correlação entre os rácios, isto é, entre as proporções dos diversos temas nos dois jornais (quadro 5.5), verifica-se que o tema que apresenta uma correlação mais elevada entre os dois jornais é o Natureza/Ambiente. Os temas Ordenamento do Território, Recursos e Resíduos apresentam também correlações muito significativas. Isto significa que estes são temas cujo peso relativo evoluiu de maneira mais parecida nos dois jornais, e que portanto apresentam maior consistência, ou seja, são menos dependentes do contexto específico de cada jornal.

QUADRO 5.5 - Correlação entre temas (rácios) - *Expresso* e DN (amostra), 1973-1999⁽⁴⁾

	Poluição	Ord. Território	Natureza/Ambiente	Recursos	Resíduos	Catástrofes naturais	Problemas Globais
Poluição	0,362496						
O.Território		0,387818					
Nat. / Amb.			0,687419				
Recursos				0,482198			
Resíduos					0,480545		
C. Naturais						0,183706	
P. Globais							0,207377

(4) Valores a **bold**: $p < 0,001$; valores em tipo normal: $p < 0,01$; valores a *itálico*: $p < 0,05$; valores sublinhados: correlação não significativa.

QUADRO 5.6 - Correlações entre temas (rácios) - *Expresso*, 1973-1999⁽⁵⁾

	Poluição	Ord. Território	Natureza/ Ambiente	Recursos	Resíduos	Catástrofes naturais
Poluição						
O. Território	<i>0,409049</i>					
Nat. / Amb.	0,492402	0,724673				
Recursos	-0,47046	-0,6063	-0,67083			
Resíduos	0,11448	0,197804	<i>0,454611</i>	<i>-0,42068</i>		
C. Naturais	0,191894	0,125597	0,255422	0,038383	0,270018	
P. Globais	0,2208699	0,0400754	0,3015501	-0,09439	0,1386021	0,4728259

(5) Valores a **bold**: $p < 0,001$; valores em tipo normal: $p < 0,01$; valores a *itálico*: $p < 0,05$; valores sublinhados: correlação não significativa.

QUADRO 5.7 - Correlações entre temas (rácios) - *DN (amostra)*, 1970-1999⁽⁶⁾

	Poluição	Ord. Território	Natureza/ Ambiente	Recursos	Resíduos	Catástrofes naturais
Poluição						
O. Território	<i>0,134419</i>					
Nat / Amb.	-0,04144	0,161827				
Recursos	-0,00594	-0,2226	-0,46481			
Resíduos	-0,16014	0,292064	0,134655	<i>-0,42419</i>		
Cat. Naturais	0,16384	-0,09863	-0,16155	-0,26296	-0,2644	
P. Globais	0,193587	-0,15919	0,088448	-0,05533	0,383425	0,210089

(6) Valores a **bold**: $p < 0,001$; valores em tipo normal: $p < 0,01$; valores a *itálico*: $p < 0,05$; valores sublinhados: correlação não significativa.

Entre as variações proporcionais dos temas em cada um dos jornais (quadros 5.6 e 5.7), ocorrem correlações positivas e correlações negativas. No *Expresso* (quadro 5.6) a correlação positiva mais significativa ocorre entre os temas Natureza/Ambiente e Ordenamento do Território, registando-se também correlações positivas muito significativas entre os temas Poluição e Ordenamento do Território e Natureza/Ambiente; Resíduos e Natureza/Ambiente; Catástrofes Naturais e Problemas Globais. No *Diário de Notícias* (quadro 5.7) regista-se, apenas uma correlação positiva significativa entre os temas Resíduos e Problemas Globais.

No que respeita a correlações negativas, salientam-se no *Expresso* as verificadas entre os temas Recursos, por um lado, e Poluição, Ordenamento do Território, Natureza/Ambiente e Resíduos, por outro; e, no *Diário de Notícias*, entre Recursos e, do outro lado, Natureza/Ambiente e Resíduos. Tendo em conta que o tema Recursos está mais associado a um paradigma económico de desenvolvimento, e a valores materialistas, esta correlação negativa parece traduzir a superação da sua importância relativa pelos temas mais relacionados com as questões da qualidade de

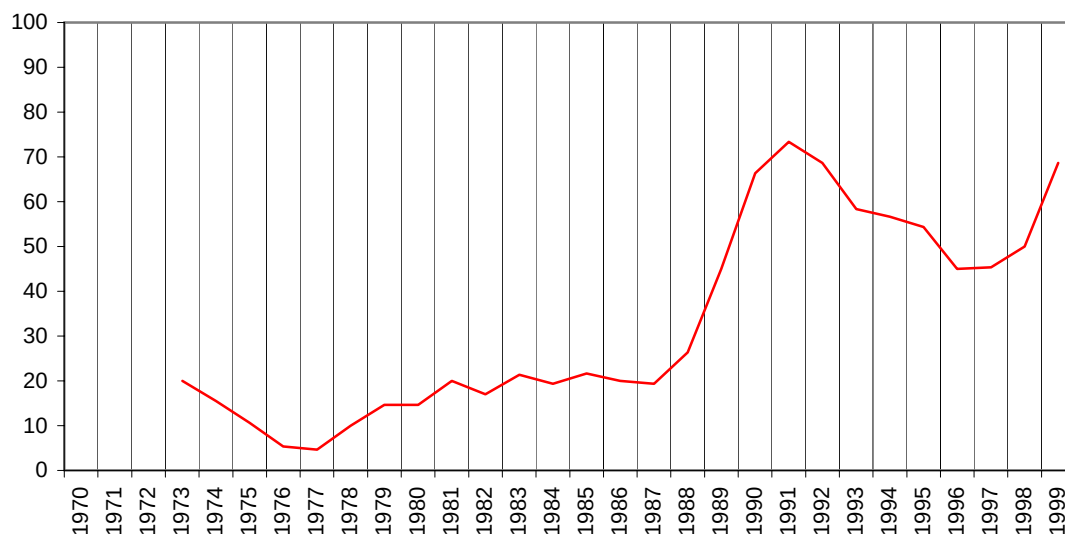
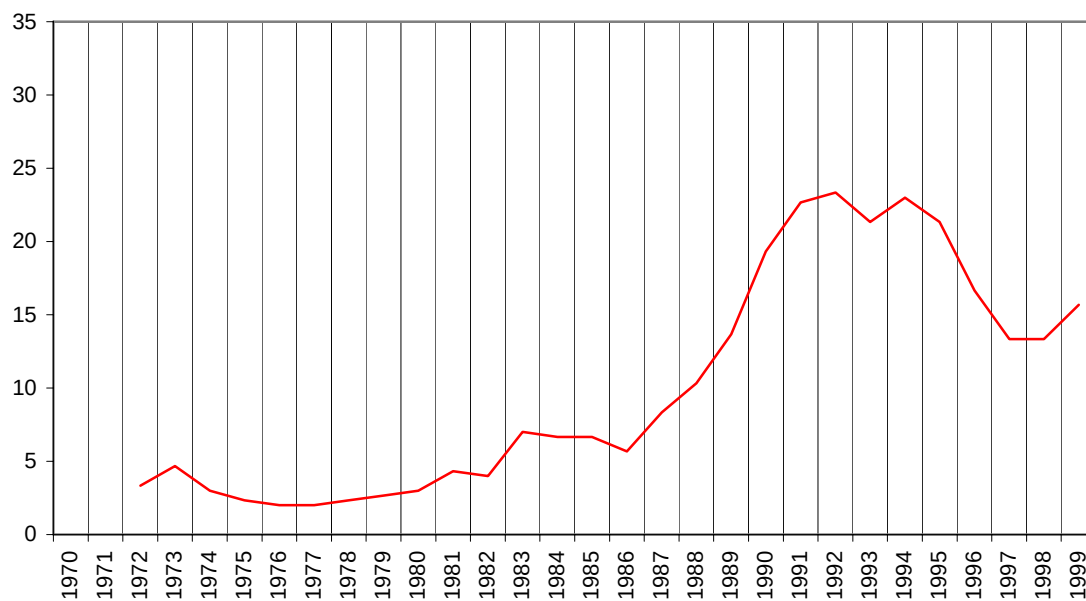
vida e da preservação da natureza, remetendo para a emergência e a afirmação dos valores pós-materialistas no discurso sobre o ambiente.

5.3 Análise temática

Neste ponto apresenta-se a análise temática propriamente dita a partir do conteúdo noticioso dos jornais *Expresso* e *Diário de Notícias*.

5.3.1 Poluição

A questão da poluição, particularmente da poluição dos meios hídricos, como adiante se verá, assume particular relevância, podendo mesmo considerar-se o primeiro referente mais importante explicitamente associado ao tema, surgindo como uma “palavra chave” no despertar de uma preocupação pública sobre o ambiente. Para tal terão contribuído algumas catástrofes de grande dimensão, nomeadamente marés negras provocadas por acidentes com grandes petroleiros como o Torrey Canyon em 1967, o Santa Bárbara em 1969 ou o Amoco-Cadiz, em 1978 (Cf., sobre, este último, Lagadec (1991)). Este tipo de acidentes, ainda que ocorresse longe das nossas costas, pela sua dimensão teve sempre grande relevância em termos mediáticos. Para Schmidt, (1999: 400) trata-se da poluição dos oceanos e das praias que funciona como uma espécie de “mola detonadora” para o despertar das consciências.

GRÁFICO 5.24 - Evolução do tema poluição (média móvel de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999GRÁFICO 5.25 - Evolução do tema poluição (média móvel de 3 anos) - *DN* (amostra), 1970-1999

Assim, o referente poluição surge desde o início do período como um tema autónomo e de grande preocupação. A palavra poluição surge inscrita no título da primeira e única notícia identificada do *Diário de Notícias* logo no ano de 1970, destacando-se ainda o facto de ser uma notícia de primeira página.

Quanto ao *Expresso*, em 1973, referenciaram-se 20 notícias que abordam o tema, das quais 11 inscrevem a palavra poluição no título, o que se considera muito significativo quanto à importância do tema como impulsionador da preocupação pública sobre o ambiente.

O tema está sempre presente ao longo de todo o período, registando os valores mais baixos a seguir à revolução de 1974, quando outras preocupações de ordem social e política, conforme referido no capítulo 4, suplantaram as preocupações ambientais. Regista-se uma forte subida a partir de meados da década de oitenta, acompanhando a tendência geral dos restantes temas tratados. O pico máximo é atingido em 1990 nos dois jornais. Na década de noventa, regista-se uma descida dos valores, com o mínimo desta década a ser atingido no ano de 1996, também nos dois jornais. Os elevados valores de 1990 são muito influenciados pelas marés negras ocorridas em Portugal, adiante tratadas nos agentes poluidores.

5.3.1.1 Agentes poluidores

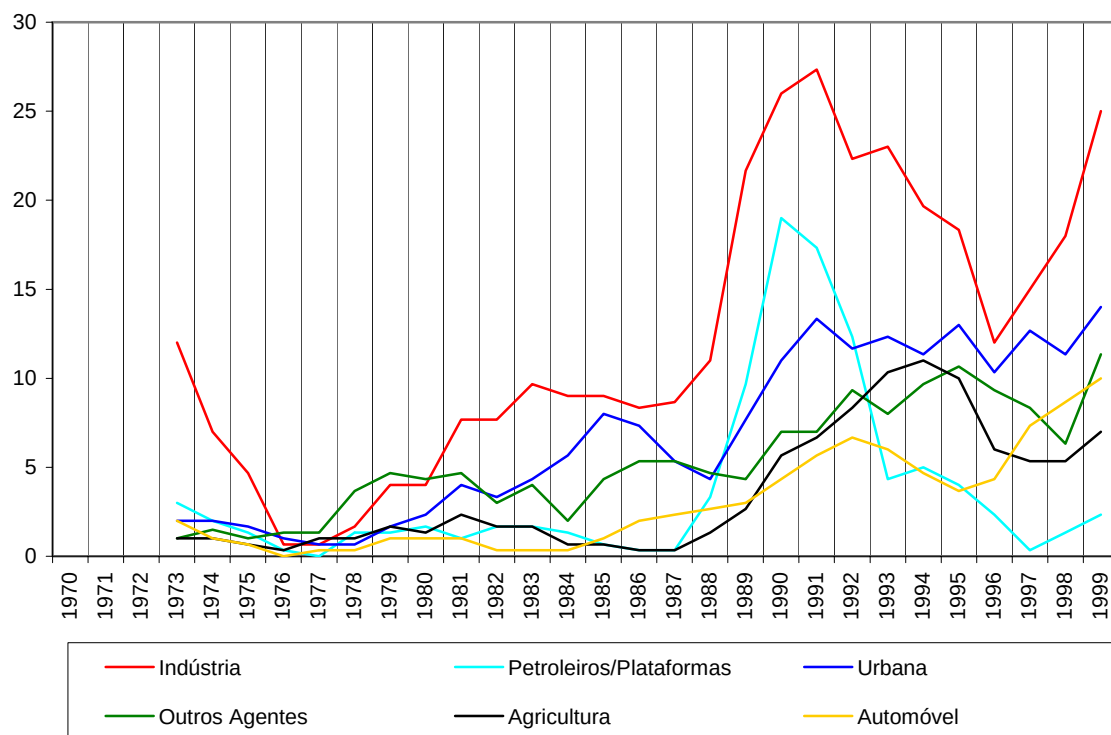
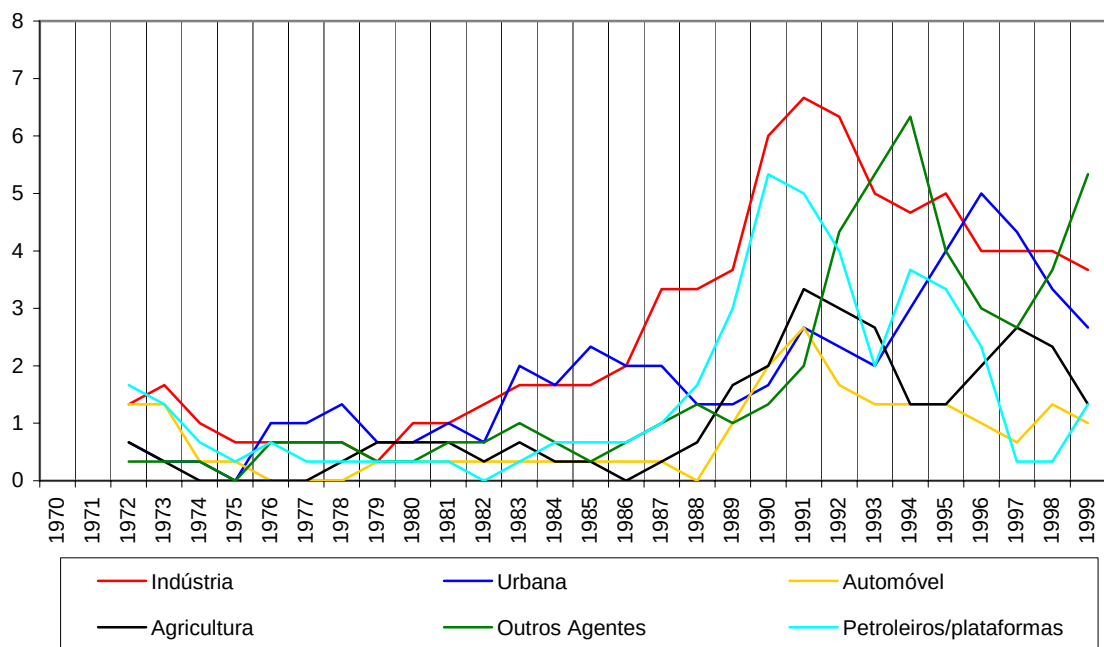
A poluição industrial assume a “liderança” nos dois jornais (gráficos 5.26 e 5.27), com destaques no caso português para o Barreiro, Estarreja, e Sines. As emissões de efluentes químicos e orgânicos dando origem à poluição da água, particularmente dos rios, e as emissões gasosas, gerando poluição atmosférica, são as que mais se salientam. Segue-se a poluição de origem urbana, com destaque para os efluentes orgânicos, situação associada ao problema público de ausência de infra-estruturas de saneamento básico, particularmente de tratamento de efluentes, como adiante se verá.

A poluição causada por petroleiros, navios e plataformas petrolíferas, que tem grande impacto mediático, pela magnitude das consequências, atinge os valores máximos nos anos de 1989 e 1990, anos em que ocorreram em Portugal grandes marés negras provocadas pelos gravíssimos desastres ocorridos com o navio “Marão” ao largo de Sines, e também, embora com menores repercussões, com o navio “River Gurara” ao largo do Cabo Espichel, em 1989, e o gravíssimo acidente

com o navio "Aragon" ao largo da ilha de Porto Santo, em 1990, os quais provocaram marés negras de grande dimensão e com grande repercussão nos meios de comunicação social, fazendo com que em este tipo de poluição se aproxime dos totais apresentados pelos efluentes urbanos e industriais nos anos referenciados.

A poluição causada pela agricultura, quer através dos agro-químicos, quer através de efluentes da agro-pecuária, apenas surge referenciada com algum significado no final da década de oitenta e, embora não atingindo valores absolutos muito elevados, na década de noventa a poluição provocada por efluentes agro-pecuários, particularmente de suiniculturas merece destaque situando-se quase sempre acima da poluição automóvel e chegando a aproximar-se, em meados da década de noventa, da poluição de origem urbana.

A poluição gerada pelo trânsito automóvel, que atinge os seus máximos no início e no final da década de noventa, particularmente no *Expresso*, nunca atinge os valores que seriam de supor, quer pelos dados fornecidos pelos indicadores tratados no capítulo 3, que mostram uma subida vertiginosa do número de veículos em circulação em Portugal e consumo de combustíveis, quer pelo facto de em termos de produção noticiosa, nomeadamente no que respeita às notícias internacionais, este ser um assunto de preocupação, já desde os anos setenta, apontado como tendo grande impacto sobre a poluição atmosférica. Este facto reflecte a autonomia parcial da agenda da formação mediática da preocupação pública, relativamente aos referentes empíricos analisados.

GRÁFICO 5.26 - Agentes poluidores, (médias móveis de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999GRÁFICO 5.27 - Agentes poluidores, (médias móveis de 3 anos) - *DN (amostra)*, 1970-1999

5.3.1.2 Meios poluídos

Com base na análise dos gráficos 5.28 e 5.29, verifica-se que a poluição da água assume particular relevância no conjunto das notícias sobre os meios poluídos, com uma subida vertiginosa a partir de final dos anos oitenta. Trata-se de um tipo de poluição mais visível e mais “incómoda”, por isso mais denunciada e mais mediatizada.

Segue-se, a alguma distância, a poluição do ar, que conhece um crescimento mais acentuado desde finais dos anos oitenta. A poluição do solo e a poluição sonora apresentam valores globalmente bastante inferiores ao longo de todo o período, indiciando fracos níveis de preocupação pública sobre esses meios.

GRÁFICO 5.28 - Meios poluídos (médias móveis de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999

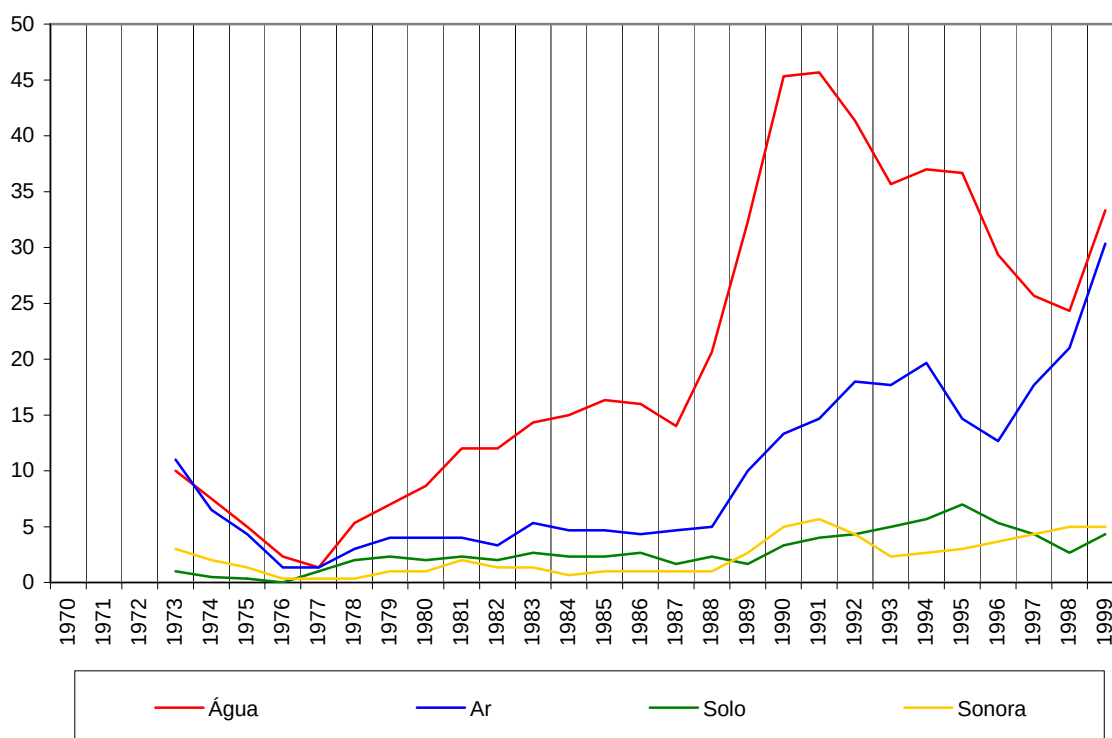
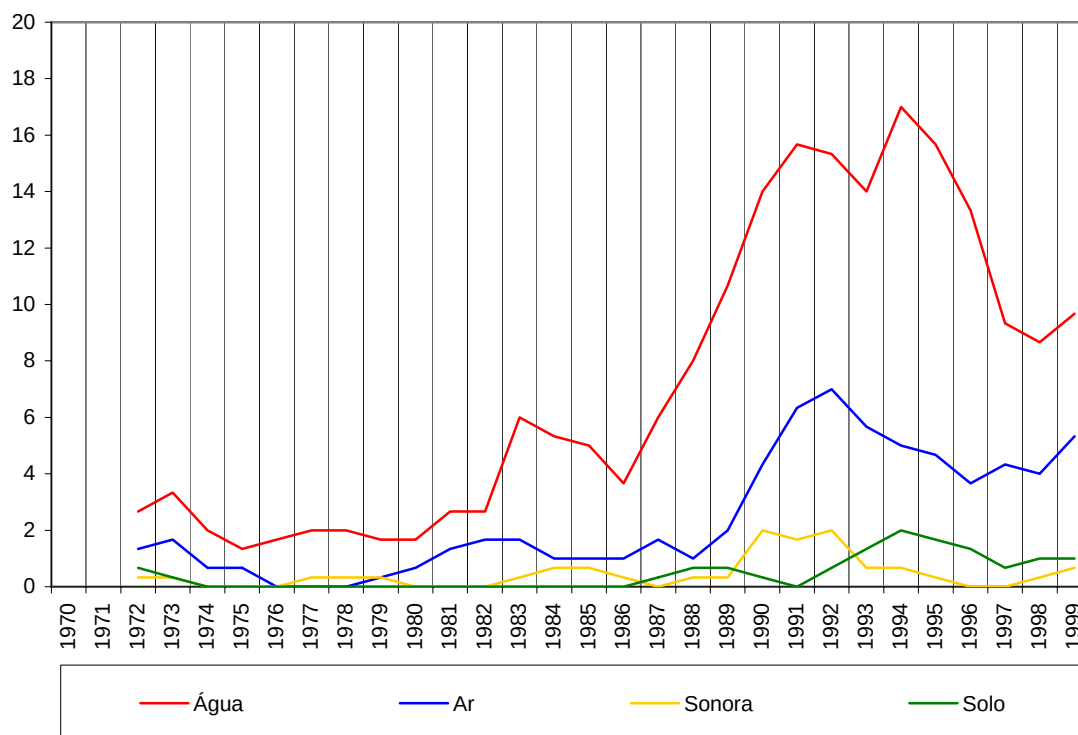


GRÁFICO 5.29 - Meios poluídos (médias móveis de 3 anos) - DN (amostra), 1970-1999



A poluição da água destaca-se claramente das restantes ao longo de todo o período, pelo que se apresentam de seguida as referências aos diferentes meios hídricos. Os mais referidos pela produção noticiosa, como tendo sido afectados pelas ocorrências atrás mencionadas, são os rios e ribeiras, curiosamente com as mesmas percentagens nos dois jornais, 46%, seguidos pelos mares e oceanos (gráficos 5.30 e 5.31). A poluição dos recursos hídricos subterrâneos assume alguma relevância nos anos de 1991, 1994 e 1997, mas para o total do período apresenta valores baixos relativamente ao total, significando que, porque não são “visíveis”, ao invés dos rios e dos mares, estes problemas de poluição tenham estado mais afastados das preocupações públicas. Quanto às lagoas e albufeiras, os valores são também muito inferiores aos dos rios e oceanos, sendo que deve ter-se em conta o menor número de locais passíveis de agressões poluentes bem como o facto de as albufeiras muitas vezes serem associadas aos rios, autonomizando-se sobretudo quando está em causa

o abastecimento de água às populações, como é caso da albufeira de Castelo de Bode que abastece Lisboa, e foi alvo de notícias de grande relevo no *Expresso* em 1999⁶⁵.

Em termos globais, a poluição dos recursos hídricos apresenta-se como muito grave ao longo dos trinta anos a que se refere o estudo.

GRÁFICO 5.30 - Poluição dos meios hídricos - *Expresso* (amostra), 1970-1999

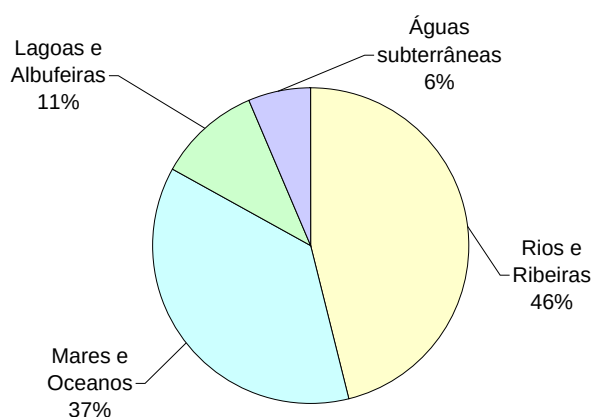
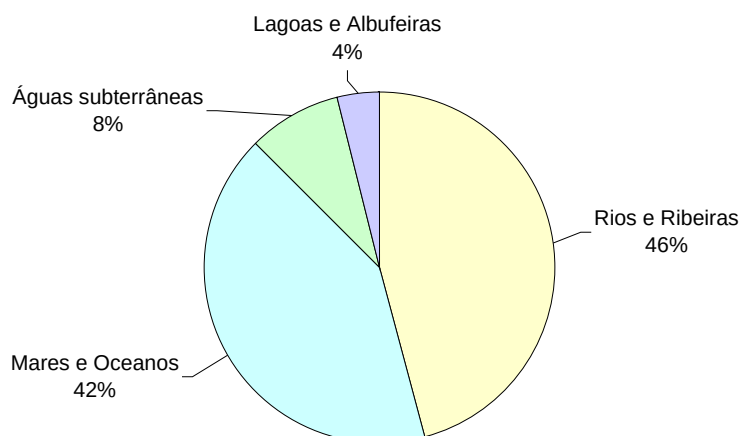


GRÁFICO 5.31 - Poluição dos meios hídricos - *DN* (amostra), 1970-1999



⁶⁵ Algumas destas notícias têm a assinatura de Pedro Vieira. Pedro Vieira é formado em engenharia biofísica, foi vice-presidente da Quercus entre 1992 e 1994. Desde 1995, ano em que iniciou a sua colaboração no *Expresso*, e 1999 assinou cerca de duas centenas de notícias e artigos (alguns dos quais em co-autoria) contribuindo para o “reforço” do carácter técnico e científico, das notícias publicadas noutras secções, que já vinha caracterizando o *Expresso* particularmente na Revista.

5.3.2 Recursos

Os recursos constituem um tema que os diversos discursos e protagonistas, numa primeira fase, particularmente nos anos setenta, relacionam mais com o desenvolvimento económico, claramente num registo de valores materialistas, do que com a problemática ambiental. Assume desde sempre um papel de relevo, como vimos atrás. Foram incorporados no tema os recursos energéticos, os recursos hídricos e os recursos minerais.

Apesar de o tema assumir um papel de relevo ao longo de todo o período (gráficos 5.32 e 5.33), deve referir-se o grande incremento a partir de final da década de oitenta, atingindo o seu máximo em meados da década de noventa, nos dois jornais, impulsionado pelos recursos hídricos, como veremos a seguir.

GRÁFICO 5.32 - Evolução do tema recursos (média móvel de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999

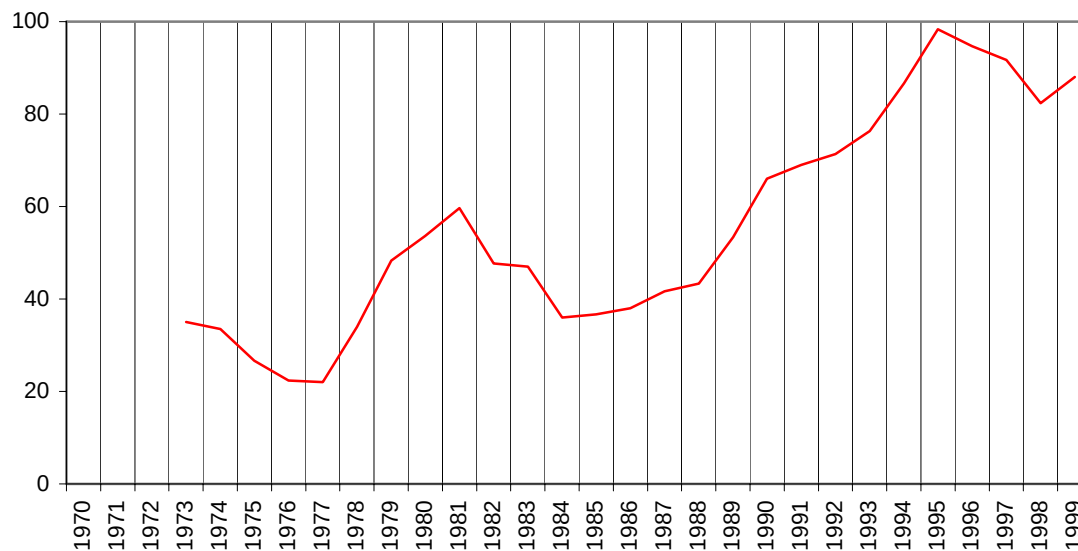
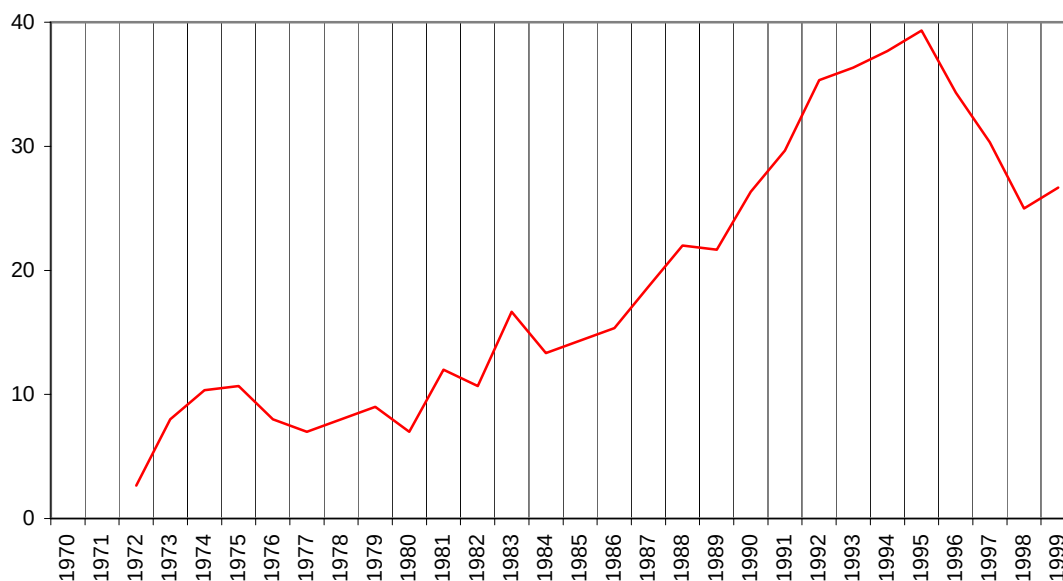
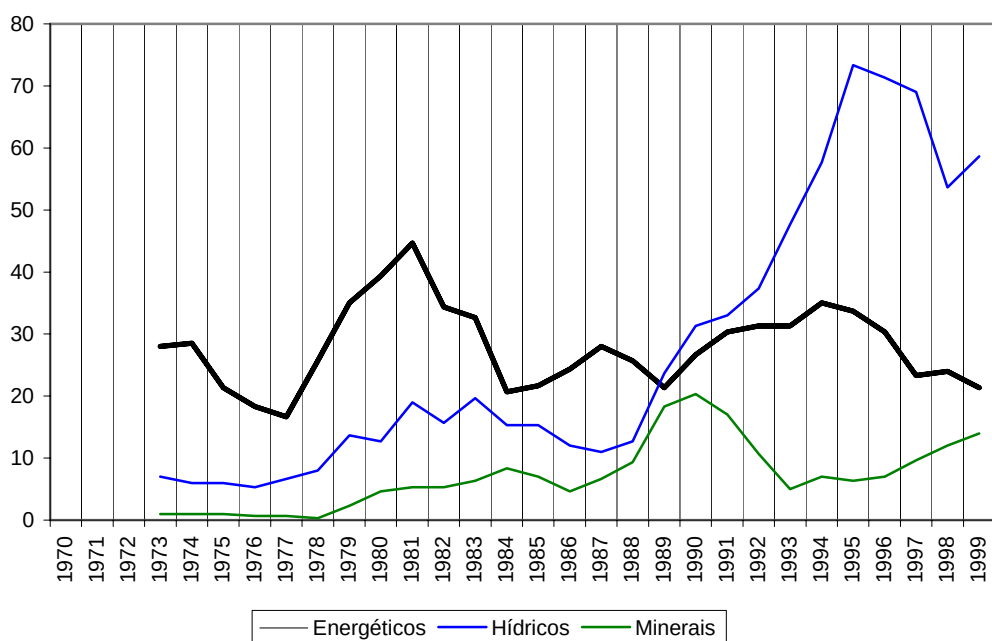


GRÁFICO 5.33 - Evolução do tema recursos (média móvel de 3 anos) - DN (amostra), 1970-1999



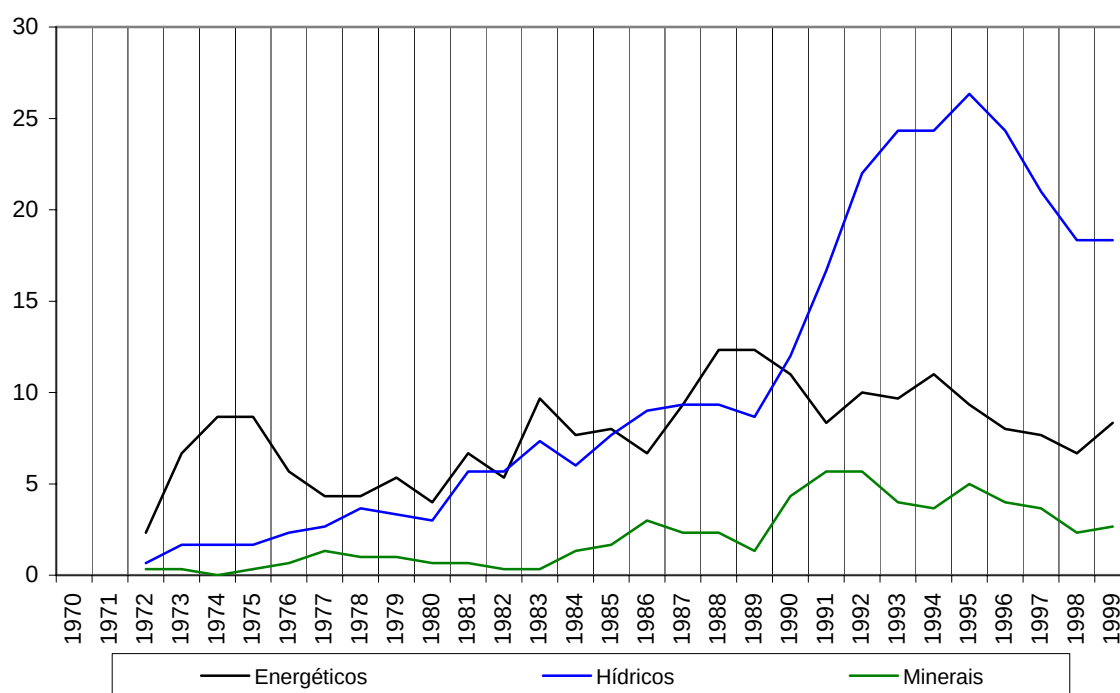
A evolução do tema nos dois jornais é claramente marcada pelos recursos energéticos e pelos recursos hídricos, ocorrendo uma troca de posições ao longo do período devido à "explosão" da preocupação com os últimos (gráficos 5.34 e 5.35).

GRÁFICO 5.34 - Recursos (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - Expresso, 1973-1999



Os recursos energéticos, apesar de assumirem sempre uma proporção relevante, destacam-se relativamente aos recursos hídricos até meados da década de oitenta, especialmente durante as crises energéticas dos anos setenta, em 1973 e 1979, quando a quase totalidade das notícias sobre o tema incide sobre os recursos energéticos.

GRÁFICO 5.35 - Recursos, (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - DN (amostra), 1970-1999



A partir de meados da década de oitenta e particularmente a partir do início da de noventa, os recursos hídricos conhecem um grande incremento no discurso mediático, atingindo o seu máximo em 1995 devido ao grande destaque dado às negociações entre Portugal e Espanha sobre os respectivos Planos Hidrológicos, e também à grande produção noticiosa sobre a barragem de Alqueva, particularmente no jornal *Expresso*.

Os recursos minerais atingem ao longo de todo o período pouco relevo em relação aos restantes, embora a extracção de inertes e a destruição de solos

resultantes da eucaliptização assumam pontualmente alguma expressão, nomeadamente no início da década de noventa.

5.3.2.1 Recursos energéticos

A produção noticiosa sobre os recursos energéticos (gráficos 5.36 e 5.37) é marcada por dois eixos: Um referente às fontes de energia, renonáveis e não renováveis, que em conjunto representam mais de 60% do total, e outro relacionado com a escassez de energia.

No que respeita às fontes energéticas, salienta-se nos dois jornais a predominância das energias não renováveis que lideram claramente, apresentando mais do dobro das ocorrências em relação às energias renováveis. De entre as energias não renováveis, o petróleo tem uma presença marcante ao longo de todo o período abrangido pelo estudo, mas atinge os máximos aquando das crises energéticas de 1973 e 1979. Nalguns períodos assume também grande relevância a energia nuclear. São factos marcantes da produção noticiosa em relação a este tipo de energia a intenção do governo português de instalar uma central nuclear em Ferrel, 1976-1978, a construção da central nuclear espanhola de Almaraz, 1986 e a intenção do governo espanhol de instalar em Aldeadavilla, junto à fronteira portuguesa, um “cemitério” de resíduos nucleares em 1987. Contudo, o facto mais marcante em torno desta discussão foi o acidente com a central nuclear de Chernobyl em 1986, tendo igualmente contribuído para uma mudança no discurso, particularmente no que respeita ao risco. Apesar do termo “risco” estar presente no discurso mediático desde meados da década de setenta, principalmente no *Expresso*, sobretudo associado às questões do nuclear, é com o acidente de Chernobyl que, para além de mais referenciado e com maior regularidade, o risco passa a ser tratado no sentido da reflexividade associado às sociedades de risco segundo a definição de Beck, [1986], posteriormente desenvolvida pelo próprio Beck, por Lagadec e por Giddens.

“Pior que uma catástrofe é por vezes o seu controlo, porque os planos de emergência revelam-se inexistentes ou inadequados. Foram necessários

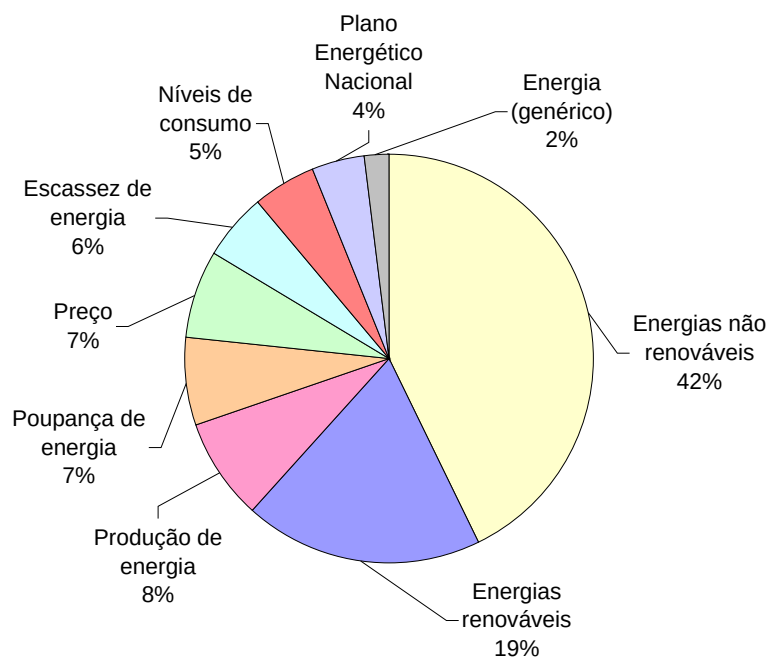
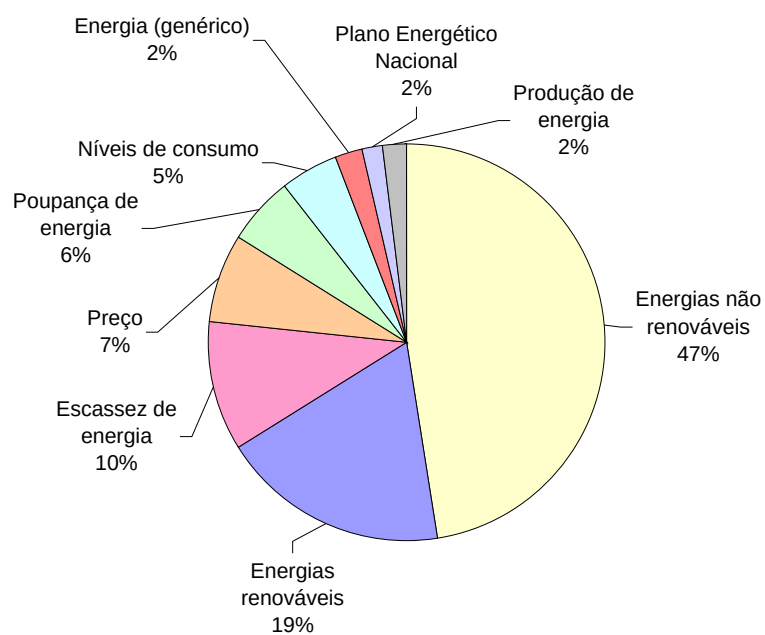
acidentes como Chernobyl, Bhopal e Three Mile Island para que se iniciassem os estudos dos cenários pós-crise. É um dos desafios mais difíceis para o qual as sociedades estão mal preparadas. (...) Em particular, a última dezena de anos - verdadeira “década prodigiosa” das catástrofes de origem tecnológica - confirmou que a ocorrência de desastres de uma dimensão nunca anteriormente vista exigia uma nova atitude para os enfrentar.

Dos incidentes localizados passou-se às ameaças globais, das crises pontuais às de duração indefinida ou muito prolongada, da sinistralidade imediata à implicação de gerações”⁶⁶.

Quanto às energias renováveis, que aparecem mais tarde no discurso noticioso, nalguns anos aproximam-se das energias não renováveis e marcam uma viragem na abordagem do tema. O carvão e gás natural vêm a seguir. Este último com alguma ênfase na segunda metade da década de noventa, relacionada com a introdução desta fonte de energia em Portugal.

No que respeita à escassez, associam-se-lhe os referentes poupança, preço e níveis de consumo. Este conjunto, componente do segundo eixo acima referido, apresenta baixas percentagens de referência em relação ao total e surge associado a dois tipos de discurso. Um de cariz claramente economicista, particularmente na década de setenta e associado às crise energéticas já referidas; outro numa segunda fase, a partir de meados da década de oitenta, particularmente os referentes poupança e níveis de consumo, surgem associados a um discurso que chama a atenção para a necessidade de economizar recursos numa perspectiva de sustentabilidade, que invoca a necessidade de conciliação entre economia e ecologia, em sintonia com o relatório Brundtland publicado em 1987 e a Eco/92.

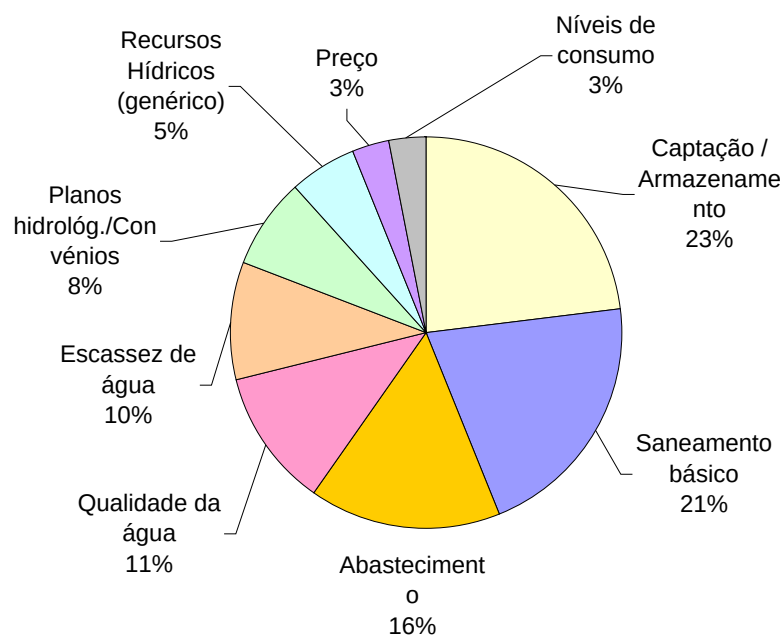
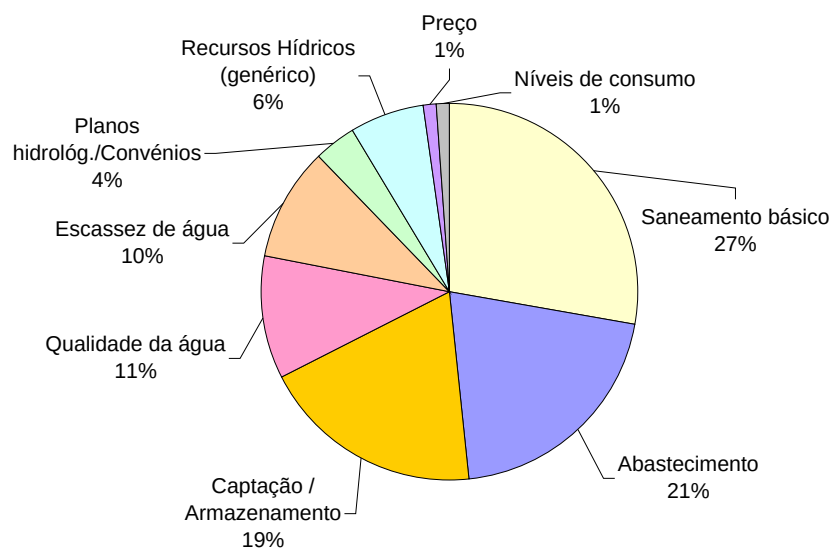
⁶⁶ *Expresso* (Revista pág.50-52) de 28/10/1989. Artigo assinado por Rui Trindade, intitulado: “Risco tecnológico: o cenário da crise”.

GRÁFICO 5.36 - Recursos energéticos (nível 3) - *Expresso*, 1973-1979GRÁFICO 5.37 - Recursos energéticos (nível 3) - *DN*, (amostra) 1970-1979

5.3.2.2 Recursos hídricos

Conforme vimos atrás (gráficos 5.34 e 5.35), o grande incremento noticioso sobre recursos hídricos ocorre a partir de final de década de oitenta, início da década de noventa, destacando-se a partir de então relativamente às duas restantes categorias de recursos analisados no estudo.

Analisando agora a produção noticiosa sobre o tema, que foi tratado segundo nove referentes (gráficos 5.38 e 5.39), constata-se nos dois jornais, embora as posições não ocupem a mesma ordem, a predominância de três referentes interligados entre si: captação e armazenamento (captações superficiais, captações subterrâneas, barragens e transvases); abastecimento; saneamento básico (rede de esgotos e estruturas de tratamento). O facto de este tema em geral, e estes três referentes em particular, surgirem com relevo no período observado revela um grande atraso do país nesta matéria tão importante. A própria produção mediática salienta o grande atraso do país face aos seus parceiros europeus, respeitando a maior clivagem apontada ao saneamento básico, com carências ao nível da rede de saneamento e tratamento de esgotos. A adesão de Portugal à Comunidade Europeia veio permitir e obrigar à execução de investimentos nesta área. Contudo, continuam a ser apontados inúmeros problemas e carências, destacando-se um elevado número de referências a Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) que não funcionam, ou funcionam com deficiências. O discurso mediático aponta como factor relevante para esta “situação desastrosa” o facto de este tipo de obras “ficar enterrada”, logo não “dá votos”. Associada a esta situação, são apontadas muitas causas de poluição, conforme observámos ao analisar este tema. Sobretudo na segunda metade dos anos noventa, o discurso mediático, em particular nos artigos de fundo, surge claramente associado à questão ambiental, referindo a destruição de fauna (mormente piscícola), de flora e mesmo de ecossistemas, particularmente quando se trata de poluição dos rios motivada por descargas de efluentes orgânicos, originada por ausência de infraestruturas de tratamento. A poluição dos rios Ave, Vouga, Lis e Alviela são alguns dos exemplos.

GRÁFICO 5.38 - Recursos hídricos (nível 3) - *Expresso*, 1973-1999GRÁFICO 5.39 - Recursos hídricos (nível 3) - *DN*, (amostra), 1970-1999

Na qualidade da água apenas tivemos em conta a água de abastecimento público, motivo porque surge de forma independente do tema poluição. Surge em quarto lugar na produção noticiosa sobre recursos hídricos, curiosamente com a mesma percentagem nos dois jornais, 11%. Tal como os restantes temas, é na década de noventa que tem um crescimento acentuado. Verificam-se no entanto alguns picos na década de oitenta associados a anos de seca e consequente escassez, situação propícia à deterioração da qualidade da água, particularmente da armazenada em barragens. As notícias sobre a qualidade da água são muito ligadas à questão da saúde pública, revestindo-se muitas vezes de grande preocupação⁶⁷. A evolução do referente escassez de água tem um percurso muito semelhante em termos cronológicos e mesmo em termos do número de notícias.

O preço e a poupança, que em termos absolutos apresentam valores muito baixos, também se destacam em anos de seca, mas a partir de meados da década de noventa, tal como se verificou em relação aos recursos energéticos, o discurso encaminha-se no sentido da necessidade de poupar o “precioso” recurso água, fazendo-se referência aos enormes desperdícios de que é alvo e dando eco de milhões de seres humanos em todo o mundo não disporem deste bem “essencial à vida”.

Os Planos Hidrológicos, principalmente o espanhol e os convénios entre Portugal e Espanha pontificam na segunda metade da década de noventa, com o ano de 1995 a registar um elevado número de notícias, sobretudo no *Expresso*. A questão dos transvases entre rios e bacias hidrográficas é associada à destruição dos ecossistemas envolvidos, sobretudo pelas ONGA, protagonistas que surgem associados a este tema com relevo.

5.3.2.3 Recursos minerais

Os recursos minerais, embora minoritários em relação aos recursos energéticos e aos recursos hídricos (gráficos 5.34 e 5.35) revestem-se de bastante

⁶⁷ Destaca-se a publicação no *Expresso* (Revista pp. 27-41) de 02/10/1993 de um extenso artigo, dedicado à qualidade da água de abastecimento público, assinado por Luísa Schmidt, Mário de Carvalho e Rui Cardoso, intitulado, “A água que nos consome”.

significado em termos do discurso sobre a questão ambiental. Foram analisados tendo em conta três referentes, rochas industriais e ornamentais, solo e metais.

Conforme se pode observar nos dois gráficos seguintes (5.40 e 5.41) o solo aparece muito destacado em relação aos dois restantes, com 63% no *Expresso* e 56% no *Diário de Notícias*. Considera-se como relevante o facto de um grande número de notícias referir a destruição do “recurso” solo, motivado por várias situações de onde sobressai a eucaliptização e a ocupação de solos de qualidade por construções de natureza variada, sendo muitas vezes citada a construção em Reserva Agrícola Nacional (RAN), como veremos adiante a propósito da gestão e ordenamento do território. O fenómeno da eucaliptização registou episódios importantes, em termos de protestos, muito mediatizados, como veremos nos referirmos à floresta.

No respeitante às rochas industriais e ornamentais, são referidos sobretudo os efeitos ambientais provocados pela extracção de inertes. São exemplos a extracção de areias nos leitos dos rios destruindo o respectivo ecossistema, como o Douro, ou no caso das pedreiras, a sua existência frequentemente ilegal em áreas protegidas, como o Parque Natural da Arrábida e o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

Os protestos contra a extracção de caulinos em Barqueiros no final da década de oitenta é um facto marcante em termos ambientais e sociais, revestido de grande dramatismo, por ter registado uma vítima mortal, a que a imprensa deu grande relevo. Em Julho de 1989, o *Expresso* noticiava: “Barqueiros ficará na história por ter enterrado a primeira vítima de uma “revolta verde”⁶⁸.

Nas notícias sobre exploração de metais, que registam o menor número de ocorrências, abordam na sua maioria a perspectiva do recurso, embora algumas vezes as minas também apareçam como agentes poluidores e até de destruição de

⁶⁸ Artigo publicado na Revista do Expresso em 08 de Julho de 1989 intitulado “Revoltas Verdes”, assinado por Fernando Gaspar e Raposo Antunes, pp.18 a 24. Relata as “lutas” de Barqueiros contra a extracção de caulinos e de Pernes e Vaqueiros contra a poluição do rio Alviela, onde é destacado o papel da CLAPA - Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela, uma ONGA constituída em 1976.

ecossistemas em larga escala, como a exploração de ouro na Amazônia. É também noticiada a intenção de alguns países de explorarem o subsolo na Antártida, que dão ênfase à perspectiva ambiental, onde é citada a intervenção de importantes ONGA internacionais, como o Greenpeace.

GRÁFICO 5.40 - Recursos minerais - *Expresso*, 1973-1999

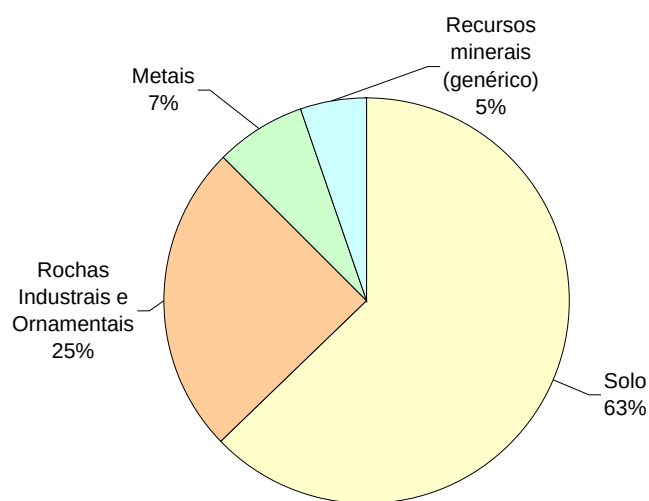
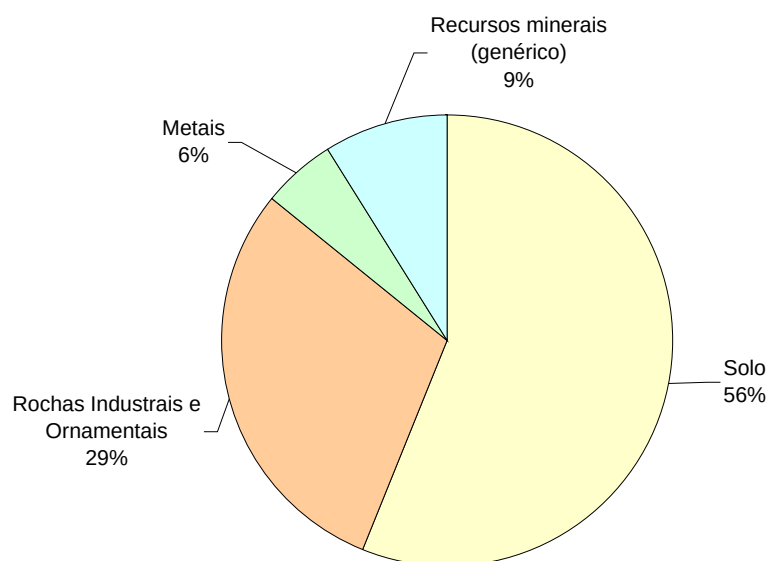


GRÁFICO 5.41 - Recursos minerais - DN, (amostra) 1970-1999



5.3.3 Natureza/Ambiente

O tema Natureza/Ambiente reveste-se de uma grande abrangência, e constitui por assim dizer o tema charneira, ou seja, o tema “definidor” do discurso ambiental em Portugal.

Em termos de evolução cronológica, o tema evolui de forma muito semelhante à da totalidade das notícias constituídas por todos os temas considerados, quer em conjunto, quer individualmente. Contudo, o arranque ocorre um pouco mais cedo, no início da década de oitenta, apesar de o grande “salto” se dar a partir de 1985, sempre em crescendo até 1990, registando-se posteriormente algumas oscilações, mas sempre com valores elevados (gráficos 5.42 e 5.43). Este arranque é impulsionado sobretudo por preocupações de índole conservacionista, muito ligadas à fauna, por um lado, e por outro à criação de áreas protegidas, cujo incremento já vinha do final da década de setenta e se prolonga pela de oitenta,⁶⁹ e que passam desde então a ser objecto de maior atenção por parte da comunicação social. A campanha sobre o lince é disso exemplo, como pode ler-se no *Expresso*:

“O lince da Malcata, ameaçado de extinção, vai finalmente ser salvo. Com ele, outras espécies animais como o javali, o gato-bravo, o lobo e algumas aves de rapina ainda existentes na serra da Malcata, verão em breve assegurada a sua sobrevivência, em habitat adequado. A serra será igualmente protegida. Proveniente do Ministério da Qualidade de Vida⁷⁰, acaba de ser promulgado pelo Presidente da República um decreto que determina a criação, nos termos do Dec-Lei nº 613/76, de 27 de Julho, da Reserva Parcial da Serra da Malcata. (...) Recorde-se que o alerta quanto à necessidade de preservar a serra e as suas espécies (nomeadamente o Lince, com a campanha 'SALVEM O LINCE E A SERRA DA MALCATA')⁷¹ tem vindo a ser lançado com insistência, por ecologistas de diversos quadrantes”⁷²

⁶⁹ Ver legislação sobre Áreas Protegidas, integrado no anexo da legislação.

⁷⁰ O Ministro da Qualidade de Vida de então era Gonçalo Ribeiro Telles.

⁷¹ Nesta campanha a LPN - Liga para a Protecção da Natureza desenvolveu um papel preponderante.

⁷² *Expresso* (Nacional) de 03/10/1981. Notícia não assinada, intitulada “Lince finalmente protegido Serra da Malcata já é Reserva Natural.

Este arranque terá possivelmente influenciado o crescimento de outros temas, por efeito de arrastamento.

GRÁFICO 5.42 - Evolução do tema Natureza/Ambiente (média móvel de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999

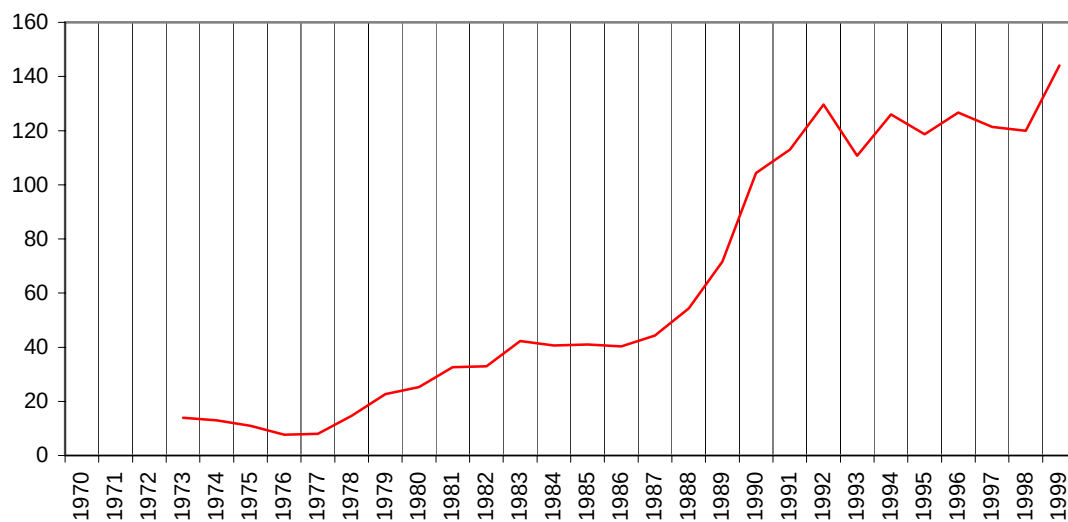
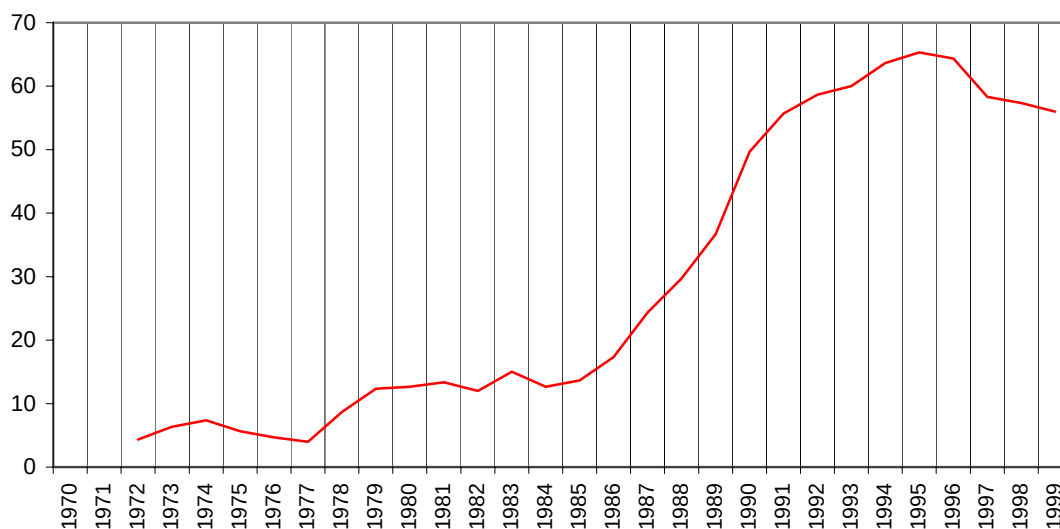


GRÁFICO 5.43 - Evolução do tema Natureza/Ambiente (média móvel de 3 anos) - *DN (amostra)*, 1970-1999



Dentro do tema Natureza/Ambiente, foram considerados quatro referentes: fauna, flora e vegetação, paisagem e ecossistemas, e ambiente⁷³ (gráficos 5.44 e 5.45).

O referente paisagem e ecossistemas tem, por sua vez, uma grande abrangência, na medida em que incorpora, como referentes autónomos, a floresta (e dentro desta, a problemática dos fogos florestais), o litoral e as lagoas costeiras, os rios e as zonas húmidas, as áreas protegidas, o ambiente urbano, e as paisagens e ecossistemas em geral, não especificadas quanto ao tipo, de forma semelhante ao que atrás foi referido ao relação ao referente ambiente. Esta amplitude do referente paisagem e ecossistemas explica a sua dominância em relação aos restantes, seguindo, em muitas situações, de muito perto o total de notícias do tema Natureza/Ambiente, sendo por isso alvo de desenvolvimento mais pormenorizado abaixo.

O referente "fauna", quase sempre associado a uma perspectiva conservacionista, apesar de já referido na década de setenta, e emergindo com alguma importância no início da década de oitenta dá o “salto” definitivo a partir de meados da década de oitenta, seguindo a tendência geral. É catapultado sobretudo por notícias alusivas ao perigo de extinção e necessidade de preservação de espécies “emblemáticas”, principalmente predadores de que são exemplos o lobo ou o lince, e aves de rapina como a águia real.

Quanto ao referente flora e vegetação, apesar de também se associar a uma perspectiva de conservação da natureza, é de todos aquele que assume um papel de menor relevo na produção noticiosa analisada. Menos apelativo do que a fauna, e aparecendo associada do ponto de vista discursivo aos ecossistemas, não consegue atingir o mesmo nível de preocupação manifesta do que a fauna, por exemplo no que respeita à extinção de espécies, sendo "prejudicada" pelo facto de não possuir

⁷³ O referente ambiente engloba as referências ao ambiente e à natureza com carácter genérico. São exemplos: alusões ao ambiente, defesa do ambiente, natureza, conservação da natureza, entre outras. Exemplo concreto são algumas notícias que se referem à ECO/92 aludindo apenas ao problema ambiental de forma geral.

espécies emblemáticas que lhe dêem visibilidade. Ganha importância mais tarde, em torno do conceito de biodiversidade, divulgado pelos *média* a partir sobretudo da ECO/92 e da assinatura da Convenção sobre a Biodiversidade em 1993, associada aos problemas de carácter global.

GRÁFICO 5.44 - *Natureza/Ambiente (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - Expresso, 1973-1999*

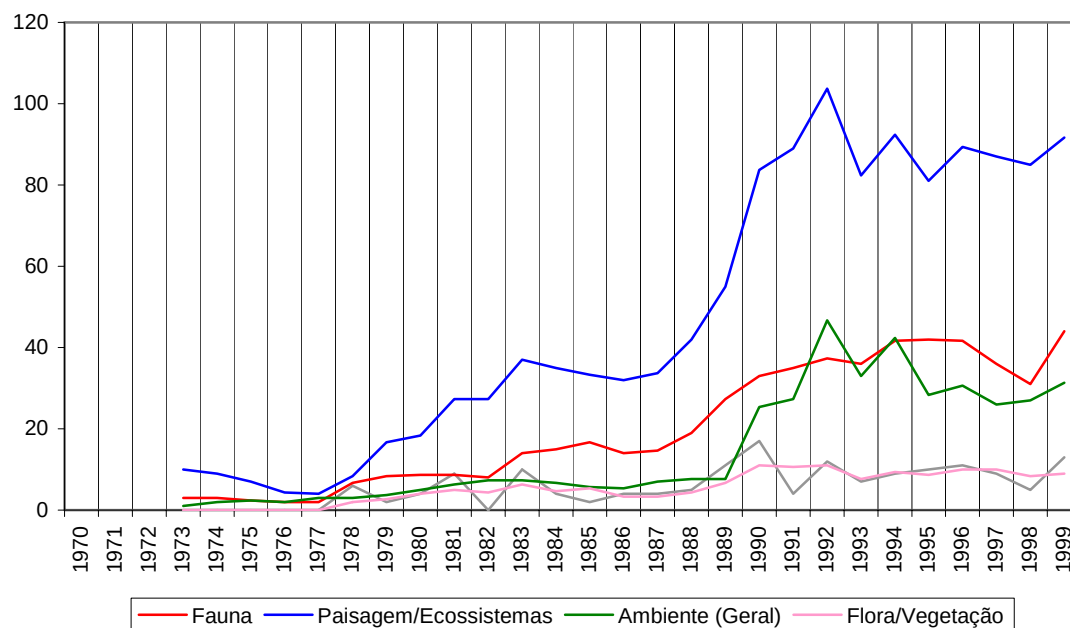
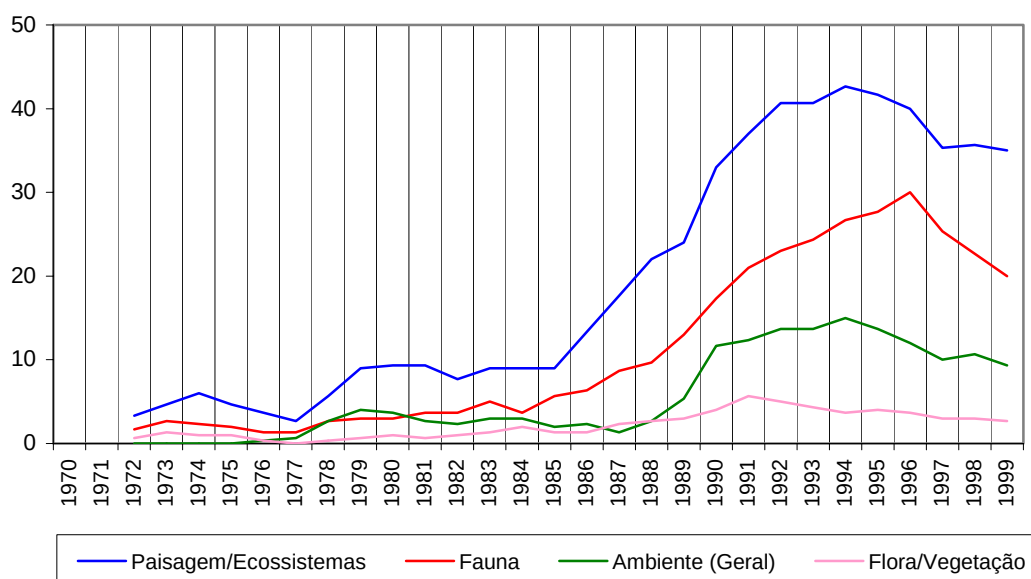


GRÁFICO 5.45 - *Natureza/Ambiente (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - DN (amostra), 1970-1999*



Referências explícitas a "ambiente" e "defesa do ambiente" apenas surgem em números apreciáveis, e de forma brusca, na década de noventa, com picos muito significativos em 1990 e 1992, mantendo-se até final da década no discurso noticioso. A institucionalização do termo ambiente a partir do início da década de noventa, para o qual muito deve ter contribuído a significativa produção noticiosa sobre a ECO/92, deu certamente um contributo importante para que outros temas até então “desligados” da categoria ambiente passassem a ser rotulados como tal.

O tema paisagem/ecossistemas, como referido acima, é composto por um importante conjunto de referentes, (gráficos 5.46 e 4.47) daí a sua predominância em relação aos demais. A sua evolução apresenta uma grande similitude quanto ao peso relativo dos diversos referentes na totalidade das ocorrências, entre 1970 e 1999, nos dois jornais.

A floresta surge como o ecossistema mais referido. A destruição da floresta, particularmente a causada por fogos florestais, e a eucaliptização são os que têm maior peso em relação ao total. Em 1989 ficaram célebres as lutas populares contra a eucaliptização, particularmente na Aboboreira e em Valpaços, muito destacadas na comunicação social, sobretudo no *Expresso*⁷⁴.

“Como fogos no pino do Verão, alastram pelo interior do país os protestos de populações ameaçadas pelo avanço do eucalipto. Tocam sinos a rebate, nas aldeias, e mulheres, sobretudo, e velhos também pegam em foices enxadas e vassouras - contra coronhadas e bastonadas da GNR a cavalo -, para irem arrancar com raiva, as árvores recém-plantadas que lhes consomem a terra. Ontem em Valpaços, antes na Aboboreira, amanhã em Vilarelhos Vila Flor ou Murça, o problema tende a agudizar-se e pode vir

⁷⁴ Estas lutas populares contaram com uma participação activa da Quercus, tendo-se destacado, o então dirigente e fundador desta ONG, Serafim Riem, que se acorrentou a árvores para impedir o prosseguimento dos trabalhos. Em 1990 Serafim Riem abandona a Quercus e com outros dissidentes funda o FAPAS - Fundo de Apoio à Protecção de Animais Selvagens, sediado no Porto.

a assumir contornos inéditos opondo o eucalipto a uma das mais ricas e tradicionais produções agrícolas do país, o vinho do Porto”⁷⁵.

A inclusão do referente paisagens protegidas⁷⁶, que por si não define um tipo de ecossistema ou de paisagem, teve como finalidade entender a evolução dos discursos sobre a conservação da natureza, na qual as áreas classificadas desempenham papel de relevo. As paisagens protegidas ocupam a segunda posição nos dois jornais. Assim, o conteúdo do discurso noticioso é “balizado” por dois períodos. Um correspondente aos finais da década de setenta e início da década de oitenta, em que as notícias seguem a criação de áreas protegidas e respectiva legislação, que teve grande importância neste período, e outro a partir de meados da década de oitenta onde predominam as notícias sobre diversos tipos de problemas conducentes à destruição destas áreas classificadas.

Seguem-se os rios e as zonas húmidas, e de perto o litoral e as lagoas costeiras. Também relativamente a estes referentes predominam as notícias mencionando a sua destruição. No caso particular do litoral, há uma grande ligação com a pressão urbanística exercida sobre a orla costeira e a inexistência, ou desrespeito pelos instrumentos de ordenamento.

Os ecossistemas urbanos englobam as notícias respeitantes a urbanização e suburbanização, espaços verdes, transportes, trânsito e genericamente as notícias que se referem a problemas relacionados com o ambiente urbano, e o referente genérico paisagem engloba as referências explícitas à paisagem e aos ecossistemas em geral sem especificar o seu tipo. Estes dois referentes ocupam alternadamente, nos dois jornais, as posições seguintes.

⁷⁵ Expresso (Nacional) de 24 de Março de 1989. Artigo assinado por Mário Rodrigues e Fernando Veludo (fotos) intitulado “*Revolta em Trás-os-Montes. A Maria da Fonte dos Eucaliptos*”. Dos diversos artigos publicados pelo Expresso sobre este tema no ano de 1989 destaca-se ainda um artigo publicado na Revista de 01/04/89 pp.18-24, assinado por José Manuel Fernandes, intitulado “*Quando os Lobos Uivam*”.

⁷⁶ Este referente engloba todas as referências a ocorrências em Áreas Protegidas. Como estas englobam uma grande variedade de ecossistemas, as respectivas notícias, foram igualmente classificadas no respectivo ecossistema sempre que claramente referido.

O último lugar ocupado pelos mares e oceanos é de certo modo surpreendente, se tivermos em conta o número de notícias que se referiram à poluição dos mares. Contudo, como aqui apenas foram englobadas as notícias que mencionam explicitamente o ecossistema, algumas das notícias sobre poluição não foram classificadas neste referente por não referirem a destruição ou conservação do ecossistema marinho, mas apenas a ocorrências de poluição que se deram no mar. O mesmo critério foi seguido para os rios e zonas húmidas; contudo, estes são bastante mais referidos em termos de ecossistema, mormente no que respeita à sua destruição.

GRÁFICO 5.46 - Paisagem/Ecossistemas - *Expresso*, 1973-1979

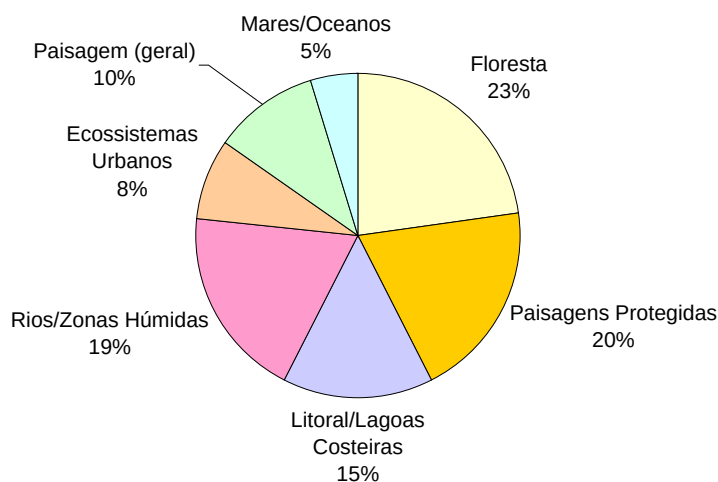
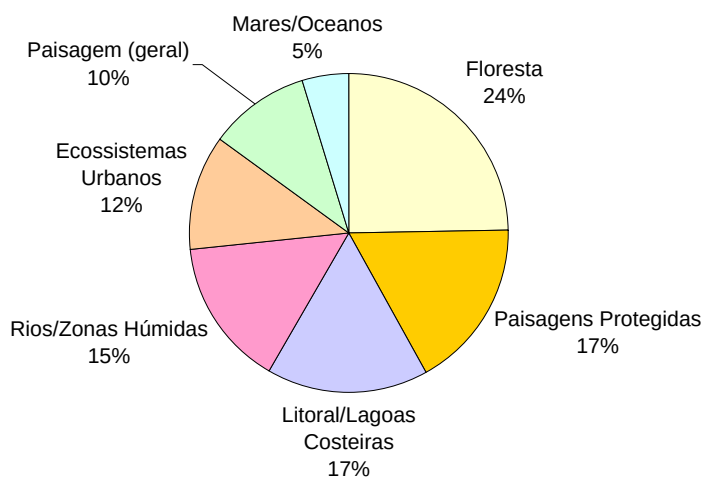


GRÁFICO 5.47 - Paisagem/Ecossistemas - *DN* (amostra), 1970-1979



5.3.4 Ordenamento e gestão do território

Este tema foi tratado segundo três referentes: instrumentos de ordenamento, desordenamento, e equipamentos e grandes obras. Este último, apesar da grande importância na relação com o ambiente, durante um longo período do estudo não se relacionou em termos de discurso com a problemática ambiental, apesar da presença do tema na produção noticiosa, sobretudo por via das grandes obras públicas. Ao facto não será certamente alheio o facto de expressões como gestão e ordenamento do território só muito tardiamente terem entrado no discurso ambiental em Portugal. A par dos recursos, é o tema onde a perspectiva económica e desenvolvimentista está mais presente.

Em termos de evolução global, o tema tem presença constante na produção noticiosa, mas é a partir do final da década de oitenta que tem um grande crescimento nos dois jornais, acontecendo um pouco mais cedo no *Diário de Notícias*, no qual se registou uma descida no final de noventa, ao contrário do *Expresso* (gráficos 5.48 e 49).

GRÁFICO 5.48 - Evolução do tema Ordenamento do território (média móvel de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999

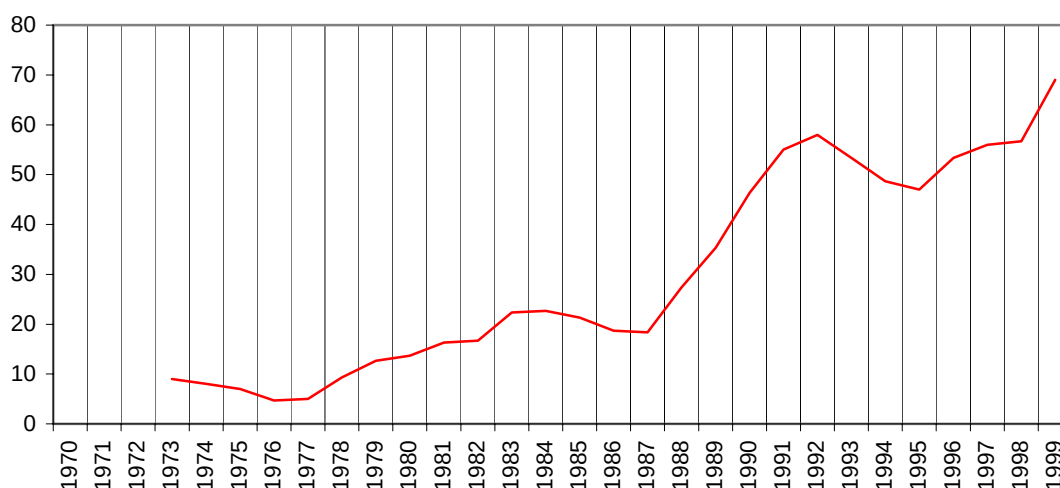
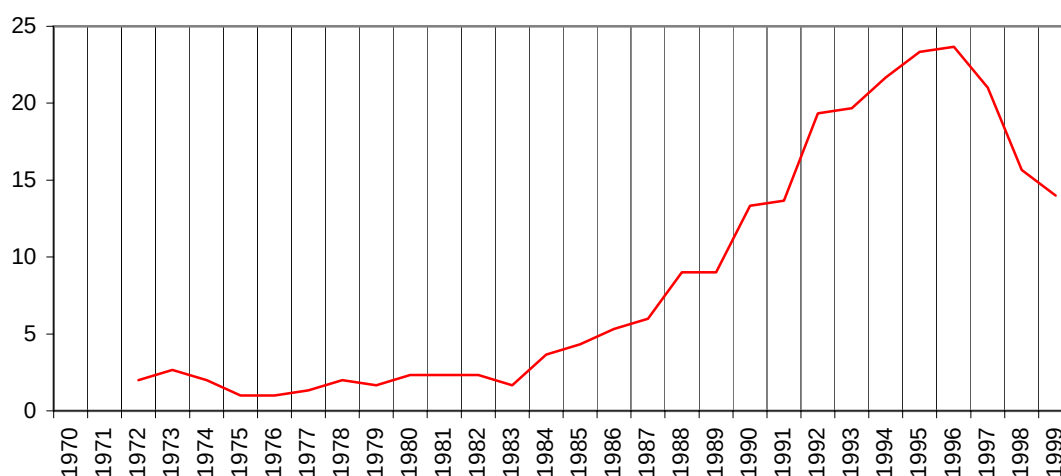


GRÁFICO 5.49 - Evolução do tema Ordenamento do território (média móvel de 3 anos) - DN (amostra), 1970-1999



Dos três referentes do tema, o mais relevante ao longo de todo o período é sempre o dos equipamentos e grandes obras (gráficos 5.50 e 5.51). Contudo, as notícias são marcadas por dois discursos claramente distintos. Um, que atravessa toda a década de setenta e vai até meados da década de oitenta, assente num discurso “desenvolvimentista” sem quaisquer referências explícitas ao ordenamento do território e a preocupações ambientais; e outro daí em diante, em que no discurso estas questões passam a ser associadas à gestão do território por via dos instrumentos de ordenamento.

O número de notícias sobre os referentes instrumentos de ordenamento e desordenamento do território seguem muito a par, sobretudo no *Expresso*, e o seu grande incremento ocorre a partir do final da década de oitenta, precisamente em concomitância com o atrás referido. O referente desordenamento surge muito associado à ausência e ao não cumprimento dos instrumentos de ordenamento, sobretudo no que respeita por um lado à construção clandestina, e por outro à construção licenciada à revelia da legislação em vigor, em áreas de risco e de grande sensibilidade ecológica, como por exemplo em leitos de cheia, falésias e dunas, muitas vezes classificadas como REN e RAN. O litoral em geral, e o Algarve em particular, são as zonas mais referenciadas em termos de desordenamento, muito por

via das grandes pressões exercidas pelo sector do turismo, que tem uma grande ascensão conforme pudemos ver nos dados do capítulo 3 respeitantes a este indicador.

GRÁFICO 5.50 - Ordenamento do território (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999

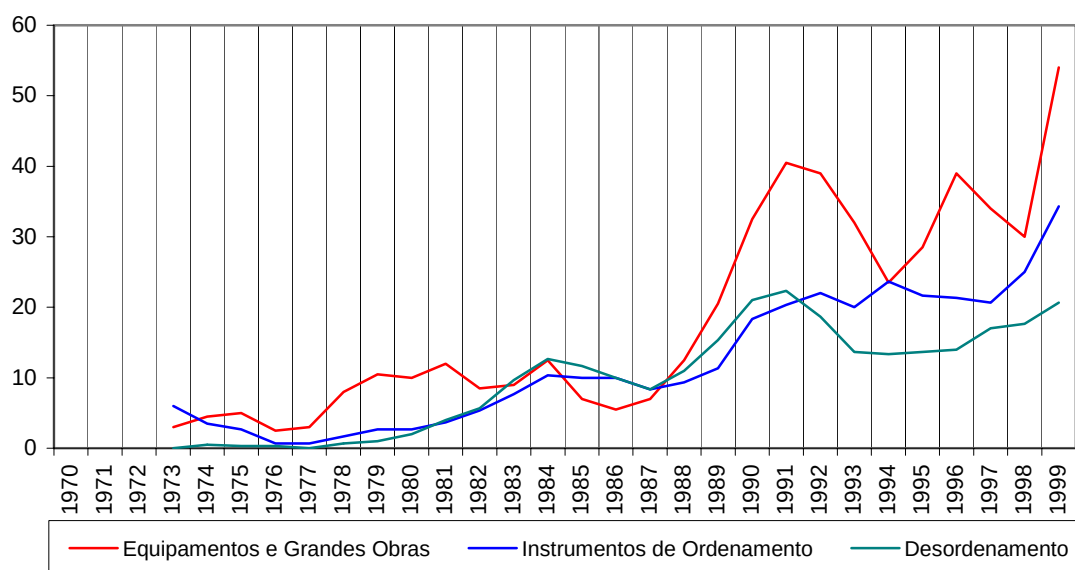
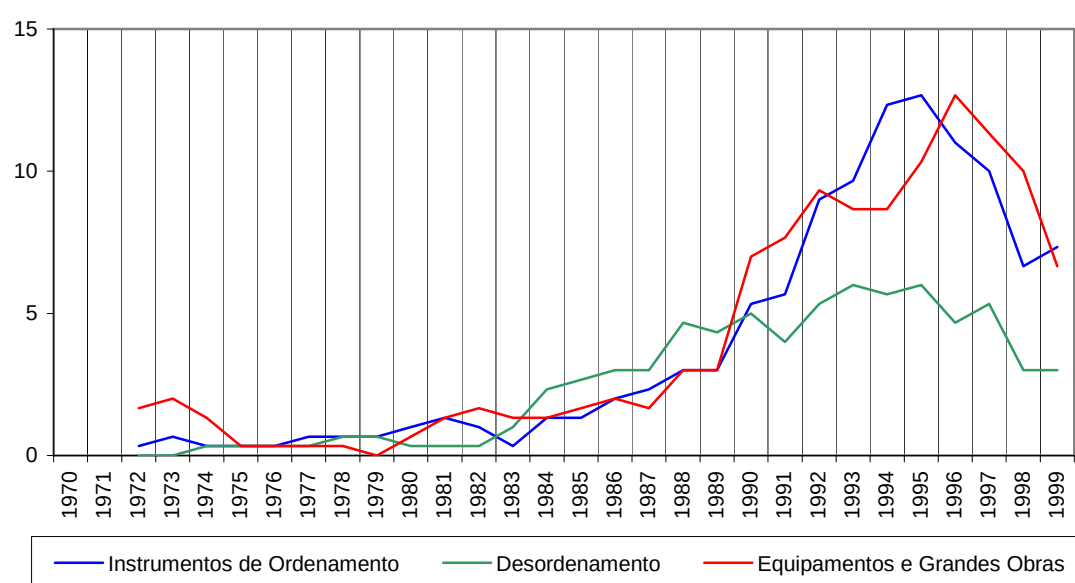


GRÁFICO 5.51 - Ordenamento do território (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - *DN (amostra)*, 1970-1999



Apesar de, nos anos de 1982, terem sido criadas as Leis da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e dos Planos Directores Municipais (PDM), e em 1983 as Leis dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) e da Reserva Ecológica Nacional (REN), muito por acção de Gonçalo Ribeiro Telles, é com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, ao obrigar à transposição de um conjunto de Directivas⁷⁷ relacionadas com esta matéria, por exemplo, a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)⁷⁸, que se opera uma viragem, sobretudo a partir do início da década de noventa. A discussão em torno do atravessamento do Parque Natural das Serras de Aire e dos Candeeiros⁷⁹ no início dos anos noventa, apesar dos poucos efeitos práticos que então obteve, é um marco nesta viragem dum discurso desenvolvimentista, materialista, para um discurso sobre as questões do ordenamento, ligado à qualidade de vida, pós-materialista.

Observando em pormenor a evolução do discurso mediático em relação à Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) (gráficos 5.52 e 5.53), verificamos evoluções substancialmente diferentes nos dois jornais em termos cronológicos. No *Expresso* é referenciada pela primeira vez no final da década de setenta, concretamente em 1979, numa notícia sobre o empreendimento do Alqueva, enquanto que no *Diário de Notícias* foi registada a primeira no ano de 1988, quase uma década depois, numa notícia sobre eucaliptização⁸⁰. De assinalar que a notícia sobre Alqueva dizia respeito a um encontro que reuniu trezentos especialistas para discutir aquele empreendimento. Conforme referido no capítulo 4, nessa altura, em que o problema

⁷⁷ Ver anexo sobre legislação de ambiente.

⁷⁸ Decreto-Lei nº186/90. Primeira legislação sobre Avaliação de Impacte Ambiental.

⁷⁹ Esta discussão e este exemplo foram assinalados por Mário Soares em 1994, durante a Presidência Aberta sobre Ambiente, como “erros a não repetir”, e mais recentemente aquando da construção da auto-estrada para o Algarve no atravessamento da serra do Caldeirão, acabando por influenciar algumas decisões, dada a expressão que foi dada à questão pelos *média* que deram voz às ONGA, e levar à correcção dos traçados no sentido de minimizar os impactes ambientais, reconhecendo a própria ministra Elisa Ferreira que não podia repetir-se no Caldeirão o que havia acontecido no PNSAC.

⁸⁰ Devemos lembrar que esta datação do início de surgimento de categorias temáticas, uma vez que assenta na detecção de ocorrências singulares, não merece confiança relativamente à amostra do *DN*, visto que não se aplica aqui o princípio de representatividade estatística em vigor quanto às distribuições numéricas. Com efeito, outras ocorrências singulares da mesma categoria poderiam ter tido lugar, virtualmente desde o ano inicial do período observado, escapando à malha da amostragem.

social estaria ainda numa fase de latência, o discurso de cariz ambiental era veiculado sobretudo por especialistas.

Comparando a evolução geral das referências à AIA, com o tema Ordenamento do território, verificamos que uma parte significativa das notícias onde esta é referida se relaciona com este tema em geral e com os equipamentos e grandes obras em particular. A primeira legislação sobre AIA, em Portugal, data do início da década de noventa, mas aparece no discurso do *Expresso* muito antes, sobretudo para dar conta da necessidade e da ausência deste instrumento legal. Contudo, mesmo após a saída da primeira legislação e da transposição de todas as Directivas comunitárias sobre esta matéria, continua presente nas notícias o incumprimento da legislação em vigor e a ausência de AIA em muitos projectos a tal obrigados. O tema Ambiente e Conservação da Natureza surge também fortemente associado à AIA, na medida em que o desrespeito desta legislação colide com os valores ambientais e de conservação da Natureza.

GRÁFICO 5.52 - Avaliação de Impacte Ambiental (médias móveis de 3 anos) *Expresso*, 1973-1999

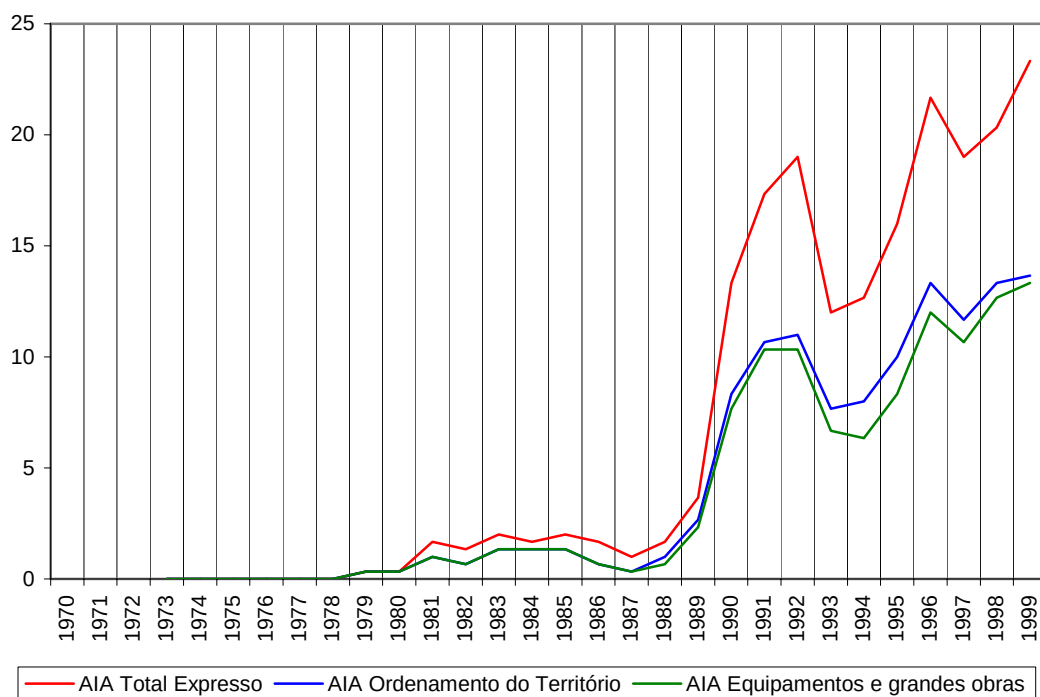
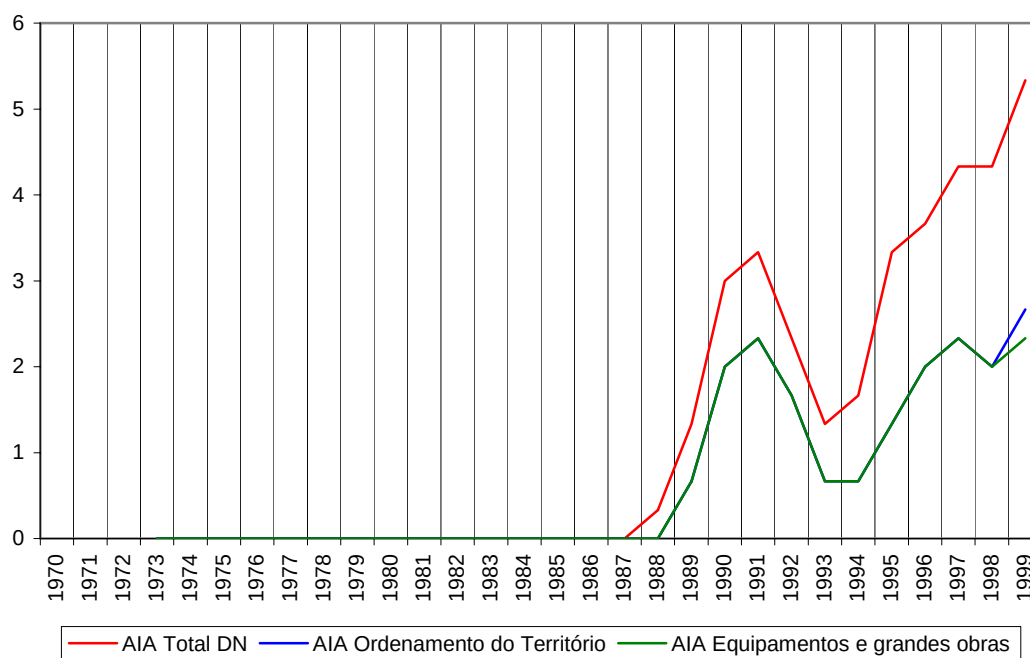


GRÁFICO 5.53 - Avaliação de Impacte Ambiental (médias móveis de 3 anos) - DN (amostra), 1970-1999



Nos gráficos 5.54 e 5.55 pode observar-se o peso relativo de cada um dos referentes tratados no tema Ordenamento do Território durante todo o período do estudo.

GRÁFICO 5.54 - Ordenamento do território (nível 2) - Expresso, 1973-1999

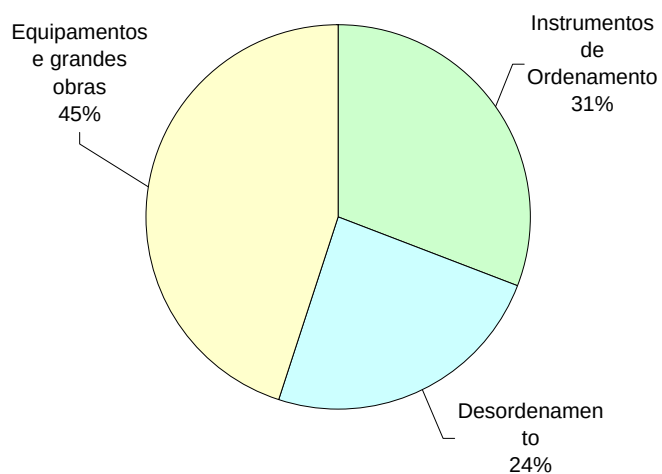
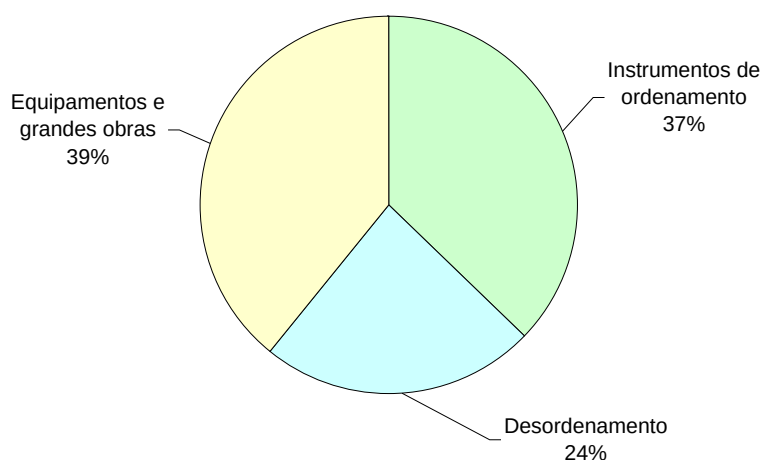


GRÁFICO 5.55 - Ordenamento do território (nível 2) - DN (amostra), 1970-1999



5.3.5 Catástrofes naturais

Neste tema foram apenas consideradas as ocorrências naturais mais susceptíveis de serem influenciadas, sobretudo ao nível das consequências, por factores de ordem antrópica: cheias, deslizamentos de terras e secas, sendo também registadas as referências a catástrofes naturais enunciadas de modo genérico ou resultantes de diversos factores conjugados. O tema apresenta grandes flutuações, devido precisamente à sua natureza contingente (gráficos 5.56 e 5.57).

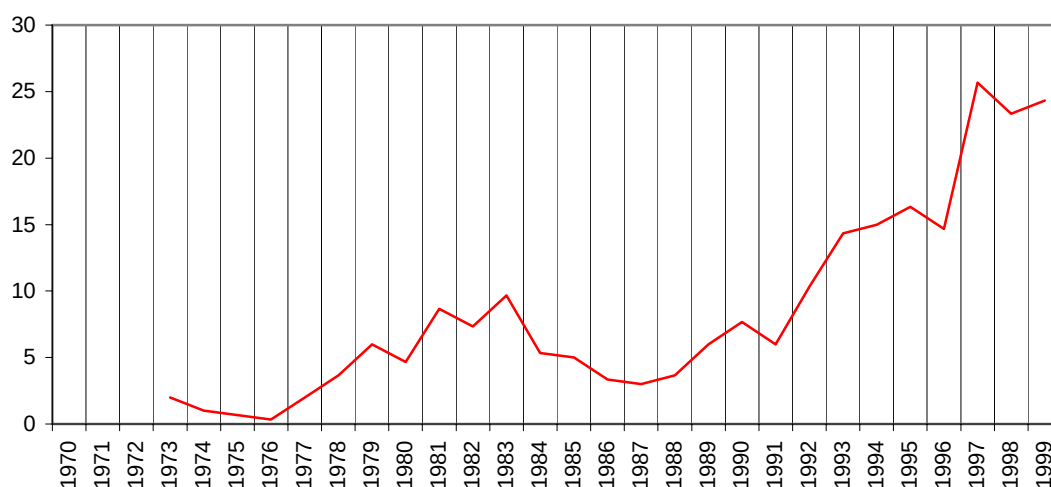
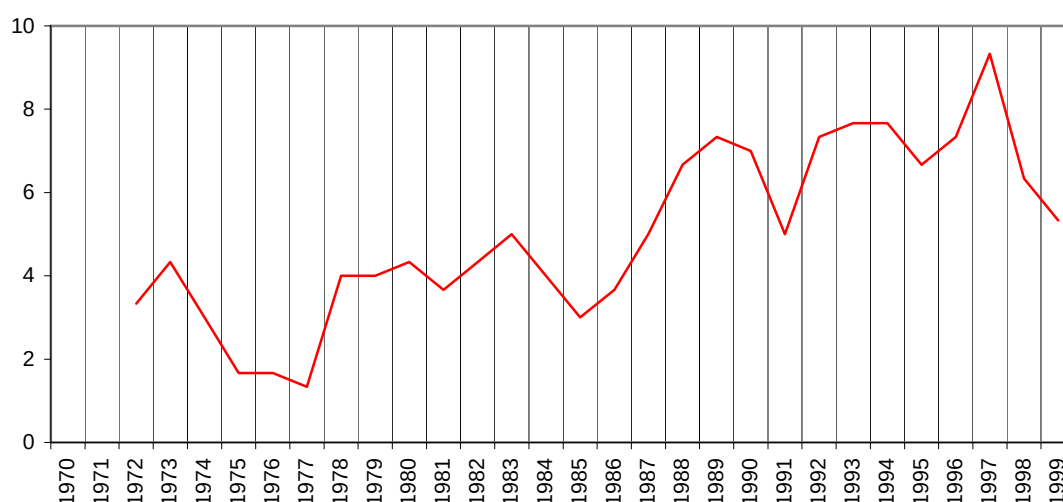
GRÁFICO 5.56 - Evolução do tema catástrofes naturais (média móvel de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999

GRÁFICO 5.57 - Evolução do tema catástrofes naturais (média móvel de 3 anos) - DN (amostra), 1970-1999



No que respeita aos discursos dos diversos protagonistas sobre o tema, ressaltam três aspectos de grande importância, que são veiculados no discurso mediático:

Primeiro, a evolução no discurso noticioso sobre o tema das cheias, por parte dos diversos protagonistas, ao passar, a partir de meados da década de oitenta, a associá-las com regularidade, sobretudo pela voz de especialistas, a um importante conjunto de factores como o desordenamento do território (construção em leitos de cheia e outras áreas de risco), a destruição dos ecossistemas ribeirinhos, a impermeabilização de solos, e a destruição do coberto vegetal. Em Abril de 1984, podia ler-se no *Diário de Notícias*:

“A existência de habitações em zonas consideradas de alto risco de inundação foi apontada como uma das causas que mais contribuíram para o agravamento das consequências dos temporais de 19 e 20 de Novembro de 1983”⁸¹.

E em Novembro do mesmo ano podia ler-se no *Expresso*:

“Todos sabemos, em termos gerais, quais as causas principais de enxurradas como as do ano passado. Sabemos que a sua incidência catastrófica deriva da ocupação das linhas de água por construções, do

⁸¹ *Diário de Notícias*, (Informação Geral pág. 9) de 20/04/84. Notícia não assinada, intitulada: “Enquanto há mais de 400 famílias desalojadas - Senhorios alugam casas danificadas pelas cheias”.

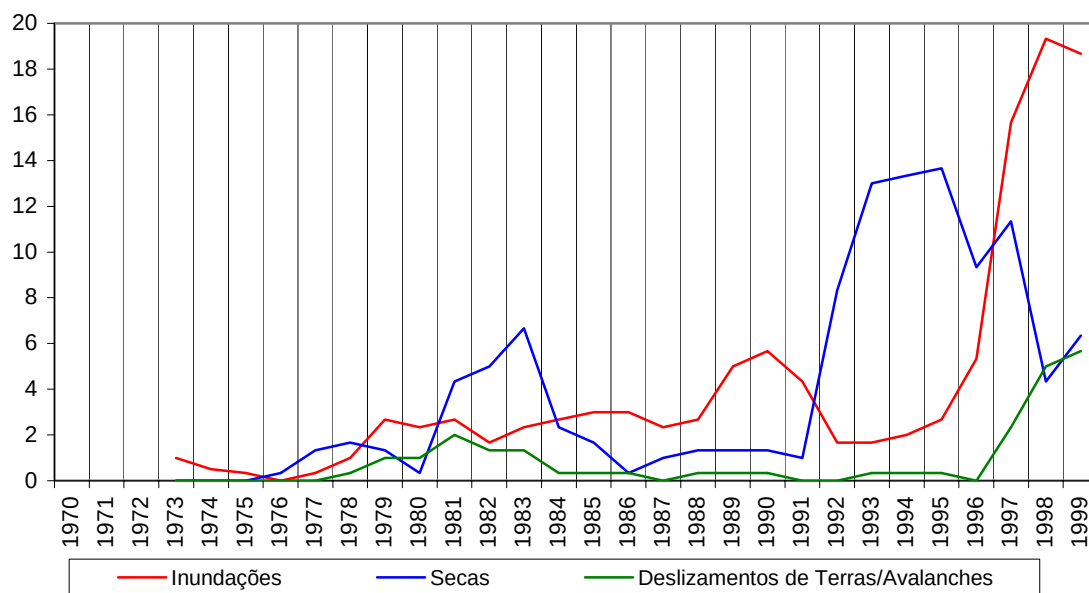
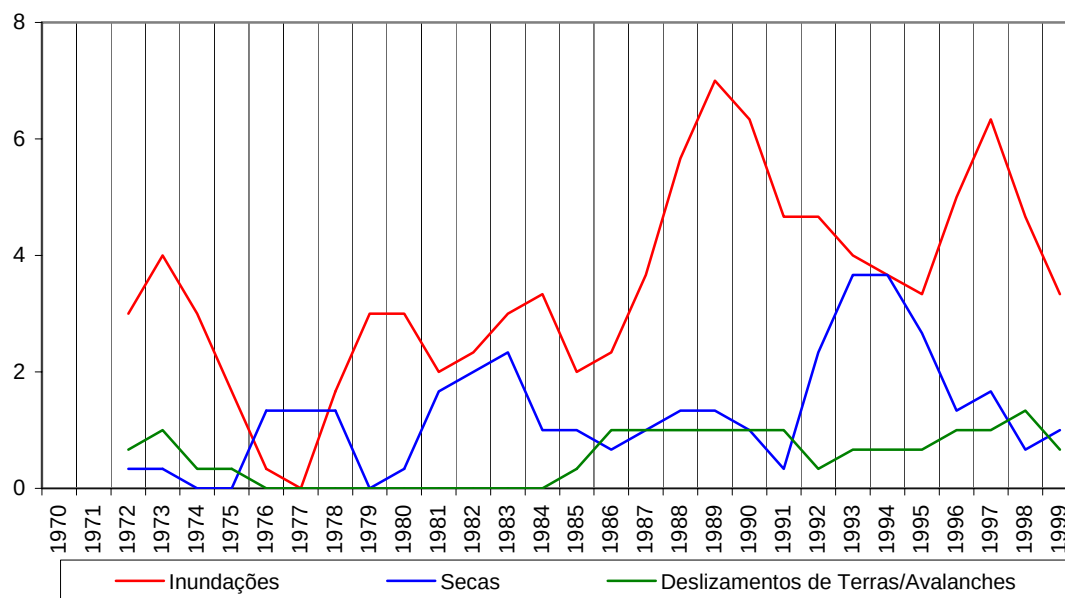
atulhar dos leitos de cheia por torres de todo o tipo, da impermeabilização das encostas e desflorestação geral dos concelhos”⁸².

Segundo, a associação aos recursos hídricos, particularmente no que respeita aos anos de seca, estando não apenas associado à falta de água mas também à sua qualidade.

Terceiro, mais tarde, em plena década de noventa, a ligação do tema a problemas de carácter global, como o efeito de estufa e as alterações climáticas, todas por sua vez associadas a factores antrópicos.

Contudo, a evolução do tema em termos globais, (nível 1) apresenta-se diferenciada nos dois jornais. No *Expresso* (gráfico 5.56) verifica-se um crescimento acentuado nos anos noventa, influenciado na primeira metade da década pelas secas e na segunda pelas cheias (gráfico 5.58), que está associado a uma mudança de discurso trazendo a discussão do tema de forma mais permanente para a questão ambiental, enquanto no *Diário de Notícias* (gráfico 5.57) se verifica um crescimento bastante mais gradual. O facto de se tratar de um jornal diário poderá explicar um discurso mais imediatista sobre este tema, e menos articulado em relação à questão ambiental.

⁸² Fernando Pessoa, arquitecto paisagista, citado pelo *Expresso* (Revista pág.21 a 23) de 17/11/1984, num artigo assinado por José Manuel Fernandes, intitulado: “*Cheias - Quando a água subir...*”.

GRÁFICO 5.58 - Catástrofes naturais (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999GRÁFICO 5.59 - Catástrofes naturais, (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - *DN (amostra)*, 1970-1999

5.3.6 Resíduos

No início do período, o problema dos resíduos está associado ao conceito de lixo e, consequentemente, ao tema da poluição, ou seja, o lixo está associado à sujidade das praias, dos rios e das ruas. Daí que a sua expressão seja muito baixa até ao início da década de noventa. O conceito de resíduo enquanto tema autónomo emerge claramente nos anos noventa. (gráficos 5.60 e 5.61). Em 1987, regista-se um pico isolado, que está relacionado com a questão da lixeira nuclear de Aldeadavilla, que teve grande expressão na imprensa analisada.

GRÁFICO 5.60 - Evolução do tema resíduos (média móvel de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999

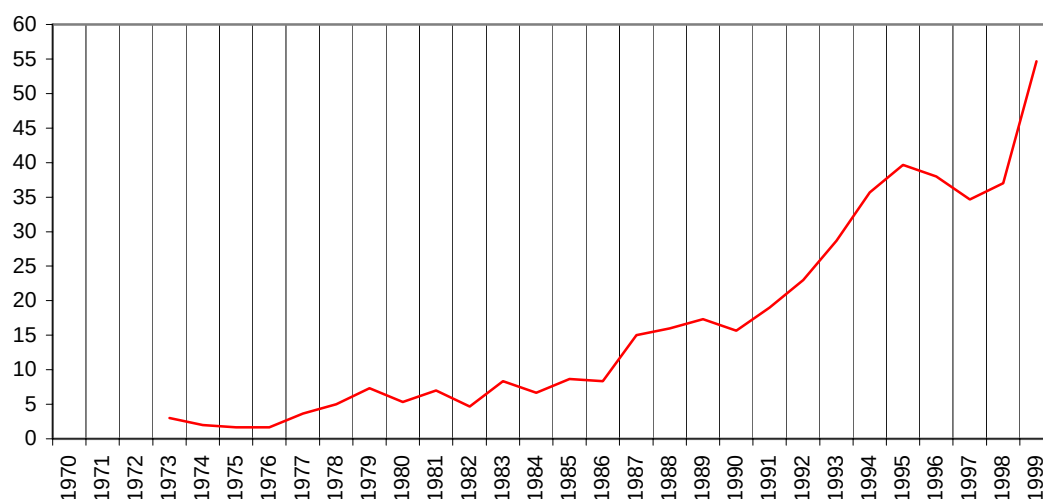
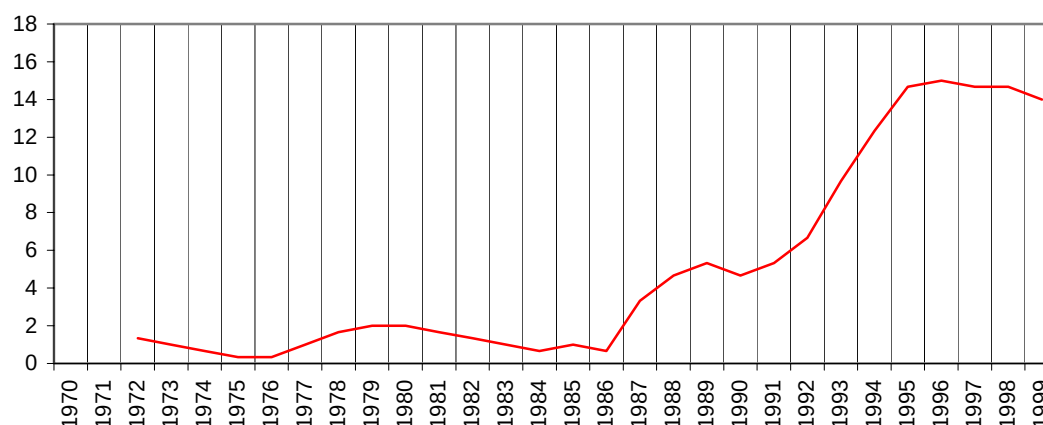


GRÁFICO 5.61 - Evolução do tema resíduos (média móvel de 3 anos) - *DN (amostra)*, 1970-1999



Como os gráficos 5.62 e 5.63 mostram, os resíduos industriais e os resíduos sólidos urbanos (RSU), durante muito tempo denominados lixo urbano, destacam-se claramente dos restantes grupos considerados. No *Diário de Notícias* os RSU estão sempre acima, enquanto no *Expresso* se mantêm a par, com alguma dominância da referência aos resíduos industriais.

GRÁFICO 5.62 - Resíduos, (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999

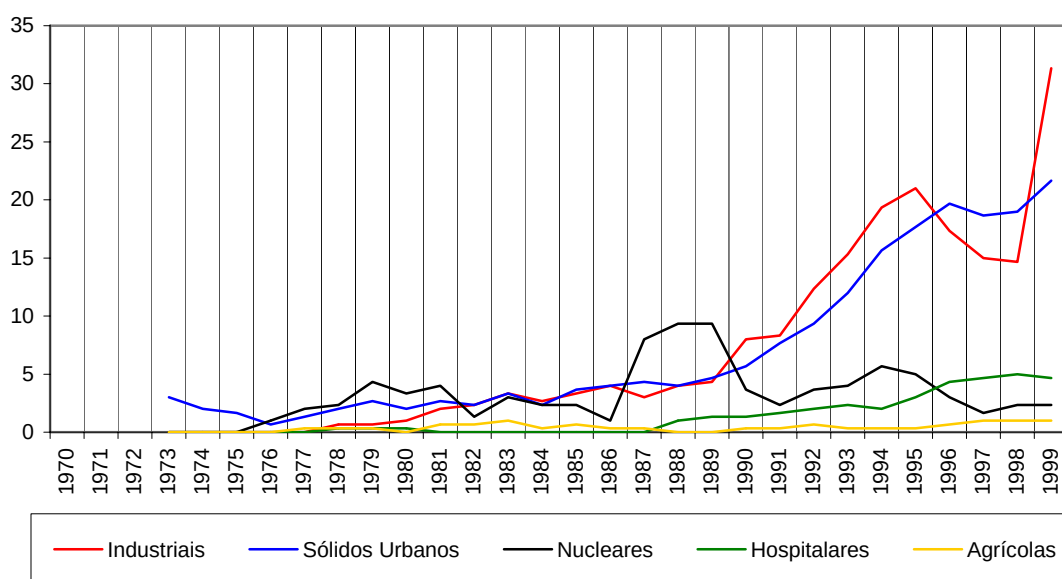
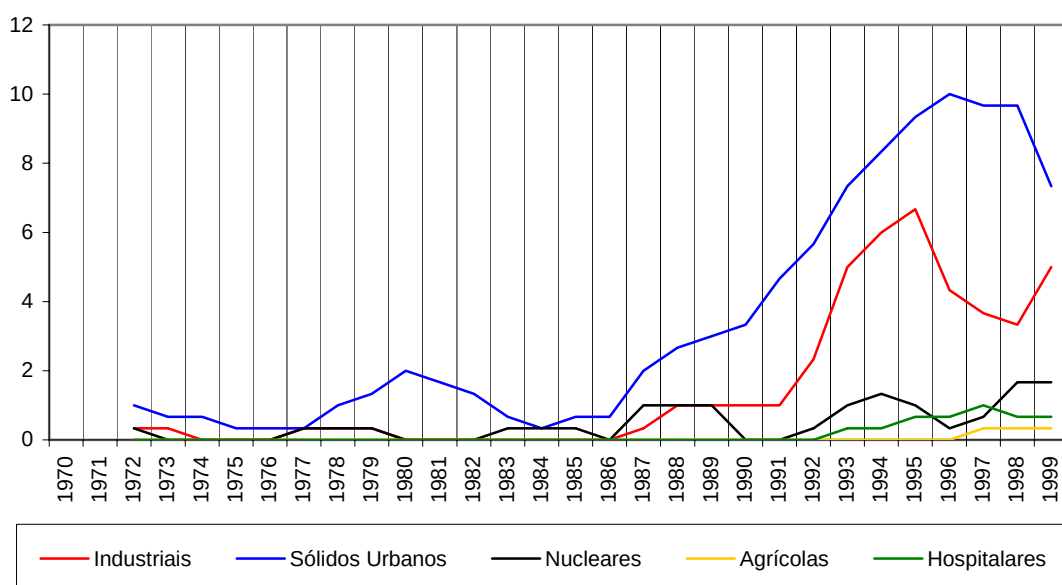


GRÁFICO 5.63 - Resíduos, (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - *DN (amostra)*, 1970-1999



Numa primeira fase da ascensão do tema, no início da década de noventa em que os RSU têm predominância, as notícias referem-se maioritariamente à ausência de estruturas de recolha e tratamento de resíduos; para numa segunda fase, a partir de meados de noventa, a questão da construção de aterros sanitários controlados e consequente encerramento das lixeiras dominar claramente a produção noticiosa, relatando muitas vezes conflitos locais devido à localização dessas infra-estruturas, bem como das incineradoras de RSU da LIPOR (Porto) e Valorsul (Lisboa). Nos gráficos 5.64 e 5.65 pode observar-se a distribuição dos diversos referentes analisados ao longo de todo o período.

GRÁFICO 5.64 - Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) - *Expresso*, 1973-1999

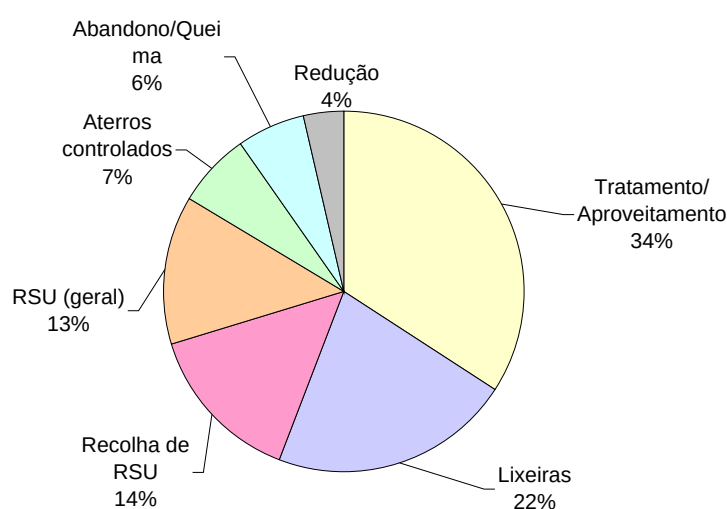
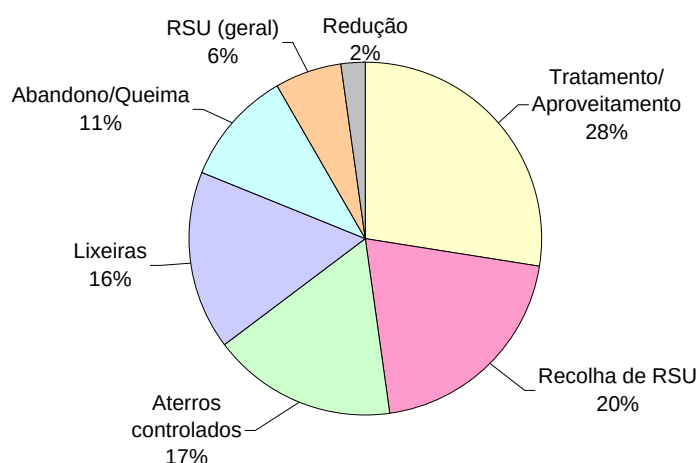


GRÁFICO 5.65 - Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) - *DN* (amostra), 1970-1999



Os resíduos industriais seguem um percurso muito idêntico, em termos cronológicos, depois do arranque do tema no início da década de noventa, com dois picos muito acentuados, um em 1994-1995 com a discussão em torno da incineração dedicada de resíduos industriais, outro em 1998-1999, em torno da co-incineração. Aqui a vertente da discussão política da localização teve um pendor ainda mais acentuado, a par e interferindo com a discussão técnico-científica de cada uma das opções de eliminação. Apesar de o termo resíduos tóxicos já ter sido usado anteriormente, sobretudo ligado ao nuclear, é nesta fase que recebe grande ênfase por parte dos *media*.

As notícias referentes aos resíduos nucleares, apesar de em termos absolutos não apresentarem valores elevados, assumem sempre algum dramatismo, sobretudo após o desastre de Chernobyl ocorrido em 1986. Em 1987, verifica-se o pico máximo para os dois jornais, influenciado pelas notícias acerca das intenções do governo Espanhol de instalar um “cemitério nuclear” em Aldeadavilla. Já em 1986 a instalação de uma central nuclear em Almaraz, igualmente junto à fronteira portuguesa, havia sido alvo de fortes mobilizações por parte de autarcas, ambientalistas e populações locais. Assunto que se mantém na agenda mediática durante os anos noventa.

Os resíduos hospitalares surgem na agenda noticiosa apenas na década de noventa, particularmente a partir de 1993, associados à discussão sobre os resíduos industriais. Surge “tardamente”, mas colocado com grande gravidade por parte dos diversos protagonistas, particularmente o facto de a sua destruição estar a ser efectuada por via da incineração, em estruturas sem condições técnicas, pondo em risco o ambiente e a saúde pública.

5.3.7 Problemas globais

O tema Problemas globais partilha do padrão de crescimento geral, com um primeiro impulso em fins da década de setenta em ambos os jornais, muito atenuado

na de oitenta, e um crescimento acentuado sobretudo desde os primeiros anos da década de noventa. Também em ambos os jornais, a segunda metade da década de noventa foi de recessão das ocorrências deste tema, embora tenha mantido grande parte da importância ganha relativamente às décadas anteriores (gráficos 5.66 e 5.67). Por questões de operacionalidade e leitura, a desagregação do tema foi efectuada em três grandes grupos: (1) Problemas Sócio-Demográficos: demografia, fome, subdesenvolvimento; (2) Alterações do Ecosistema Global: aumento do efeito de estufa, chuvas ácidas, destruição da camada de ozono, subida do nível dos mares, e alterações climáticas; (3) Efeitos Globais: desertificação, desflorestação e perda de biodiversidade.

GRÁFICO 5.66 - Evolução do tema Problemas globais (média móvel de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999

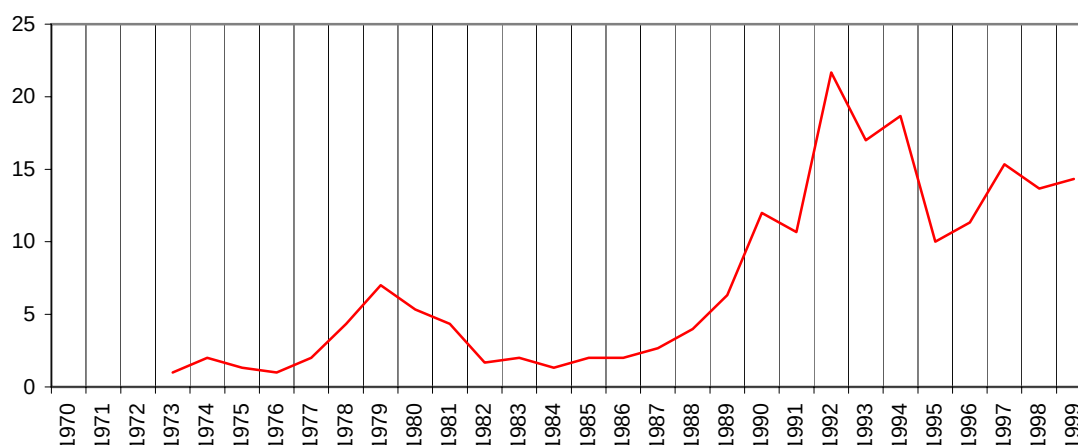
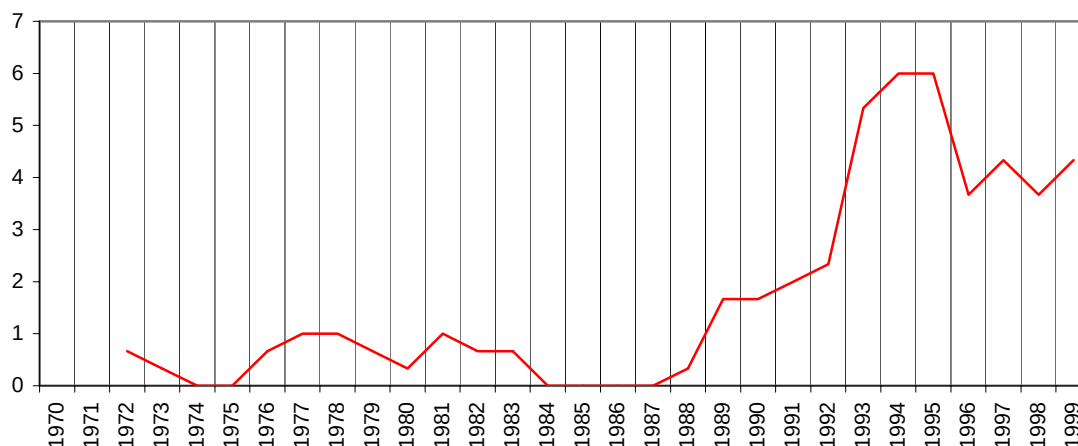


GRÁFICO 5.67 - Evolução do tema Problemas globais (média móvel de 3 anos) - *DN* (amostra), 1970-1999



Os problemas relacionados com a fome e o subdesenvolvimento predominam durante toda a década de setenta no *Diário de Notícias*, e no *Expresso* até 1976-1977, quando começam a ser ultrapassados pelas notícias sobre as alterações do ecossistema global. Contudo, já desde o início da década, logo no ano de 1970, o *Diário de Notícias* publicou uma notícia com referência à subida do nível dos mares e às alterações climáticas, e durante toda a década, com maior ênfase no seu final, há referências às alterações do ecossistema global e aos efeitos globais, sobretudo no *Expresso* (gráficos 5.68 e 5.69).

No entanto, é a partir do início da década de noventa, particularmente após a Eco/92 no Rio de Janeiro, que o tema merece destaque significativo por parte dos *media*, traduzindo uma articulação dos problemas ambientais a uma escala global, numa perspectiva de sustentabilidade planetária. Estamos perante uma visão integrada, de carácter sistémico e pós-materialista.

GRÁFICO 5.68 - **Problemas globais (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999**

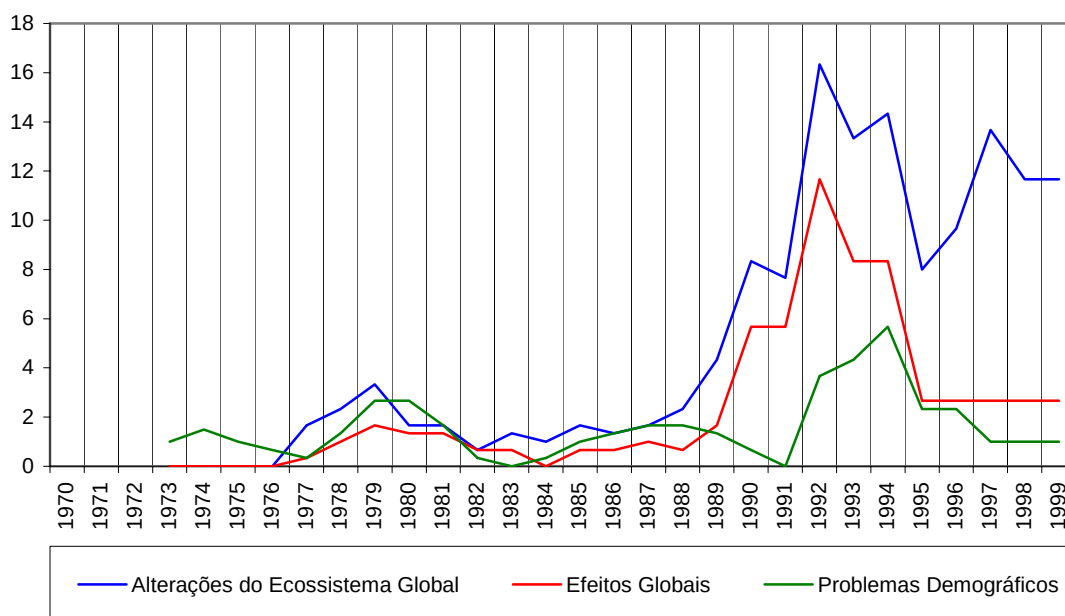
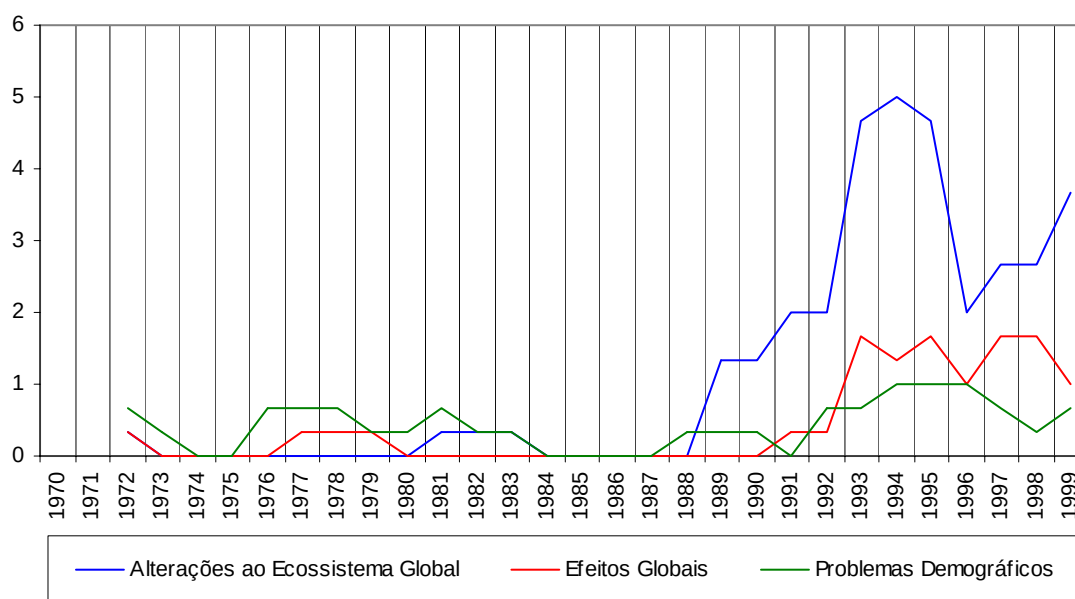


GRÁFICO 5.69 - Problemas globais (nível 2) (médias móveis de 3 anos) - DN (amostra), 1970-1999



5.3.8 Agricultura

Na grelha de análise apresentada no capítulo 2, incluiu-se uma entrada destinada a referenciar, apenas ao nível 1, temas que eventualmente não estivessem “cobertos” pelos temas incluídos na grelha de análise temática, tratados no presente capítulo. Efectuada a pesquisa, constatou-se que a maioria das referências introduzidas haviam sido tratadas nos restantes temas, não se justificando por isso o tratamento de nenhum deles ao nível da análise atrás efectuada. Contudo, apesar de as notícias relacionadas com a agricultura estarem praticamente cobertas pelos diversos temas⁸³, entende-se que este merece uma referência pela sua importância nos processos de apropriação e transformação ambiental das últimas décadas no nosso país.

Foram identificados dois eixos discursivos nas notícias relacionadas com a agricultura. Um, até praticamente finais da década de oitenta, orientado para a

⁸³ São exemplos: a poluição de origem agrícola, incluída no tema Poluição; a erosão dos solos em virtude de práticas agrícolas inadequadas e irrigação e sistemas de rega, incluídas no tema Recursos (minerais e hídricos, respectivamente); assuntos relacionados com a floresta, incluídos no tema Natureza/Ambiente, entre outros.

vertente da produção, atribuindo à agricultura uma dimensão essencialmente de cariz económico, mesmo depois da entrada de Portugal na União Europeia, já que a Política Agrícola Comum estava orientada numa vertente essencialmente produtivista conforme verificámos no capítulo 3. Este discurso economicista ocorre muito à semelhança do verificado com o tema Recursos. O outro eixo discursivo surge a partir de finais da década de oitenta, início da década de noventa. Aqui, a agricultura, para além da vertente económica, associa-se a um discurso sobre o ambiente e a sustentabilidade. São disso exemplo as referências à agricultura biológica, à divulgação de notícias, algumas sobre legislação, referentes a “boas práticas agrícolas” e, a partir de meados da década de noventa o surgimento do problema dos Organismos Geneticamente Modificados (transgénicos), associados à agricultura para além de também se relacionarem com a questão da biodiversidade, tratada no tema Problemas globais.

Constata-se assim, a transição de um discurso mais associado a um paradigma económico de desenvolvimento, e a valores materialistas, para um discurso mais relacionado com as questões da qualidade de vida e da preservação da natureza, remetendo para valores pós-materialistas no discurso sobre o ambiente.

5.4 Problemas ou respostas?

Na grelha de análise apresentada no capítulo 2 (quadro 2.7) foi introduzida uma componente de carácter valorativo denominada problema-resposta, tendo como objectivo identificar as notícias que enumeram de forma clara um problema, uma resposta ou as duas situações em simultâneo, relativamente a um ou mais problemas ambientais. Pelo facto de esta análise se limitar a problemas claramente identificados como tal no discurso mediático, o número de situações ambientais identificadas como problemática é inferior ao número de notícias sobre ambiente.

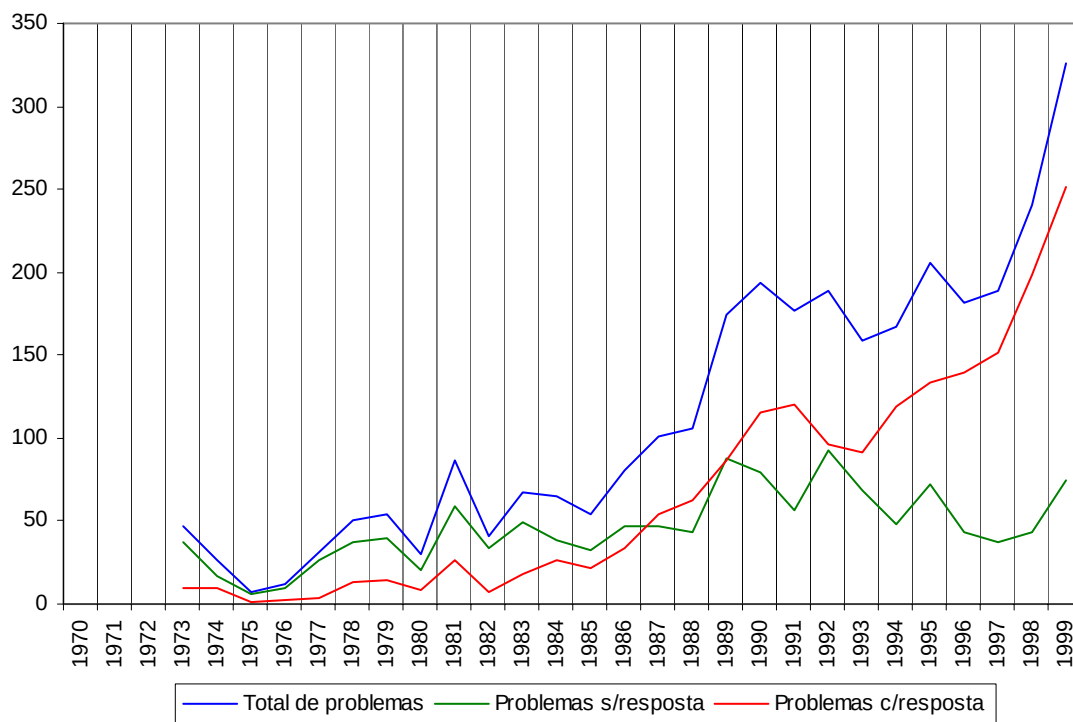
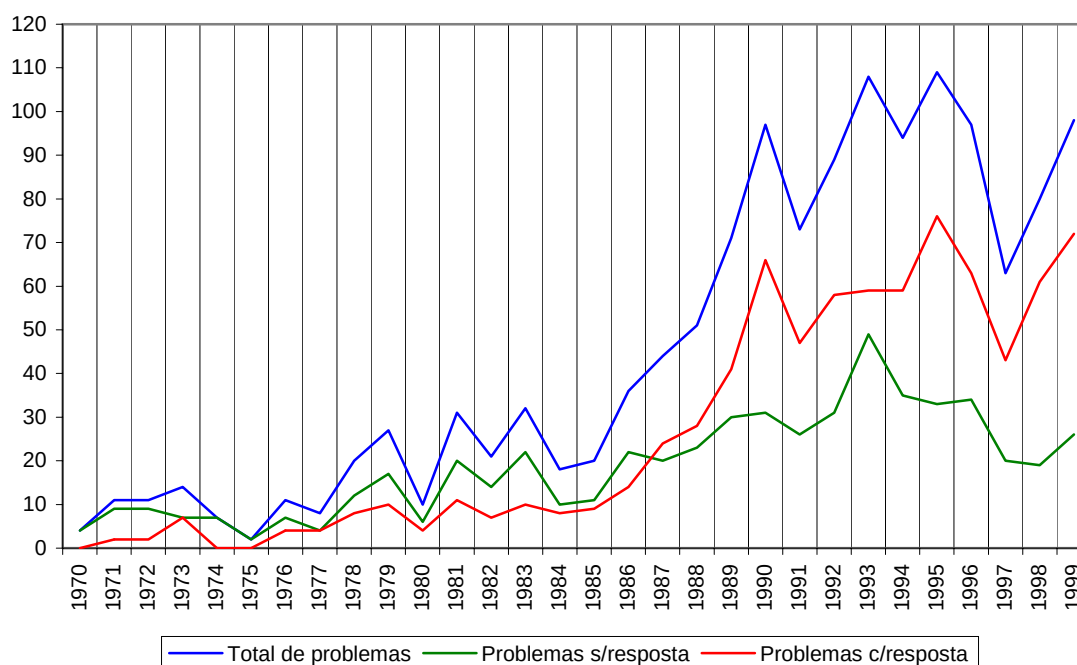
De acordo com o referido nas hipóteses, e tendo em conta a análise temática, seria de supor que, associado à transição de valores e às transformações operadas na

sociedade portuguesa, nomeadamente ao nível da opinião pública e do poder político, e que estão na origem do problema social em Portugal, se registasse um aumento das resposta políticas aos problemas ambientais.

As respostas, aqui consideradas, não têm obrigatoriamente que ser traduzidas na resolução de problemas, mas na intervenção do poder político enunciada nas notícias como resposta aos problemas, que pode traduzir-se em política legislativa, aplicação de coimas, instauração de inquéritos, entre outras.

Assim, apresenta-se uma primeira leitura de carácter geral (gráficos 5.70 e 5.71) seguida de uma leitura temática de modo a compreender quais os temas que os jornais apresentaram como merecedores de maior atenção por parte do poder político.

Constata-se que tanto no *Expresso* como no *Diário de Notícias*, (gráficos 5.70 e 5.71) a evolução das respostas políticas aumenta significativamente a partir de meados da década de oitenta, sendo mesmo a partir de então o número de notícias que enunciam uma resposta do poder político superior ao daquelas que apenas referem um problema que não obteve qualquer resposta. Este aumento é concomitante com o crescimento dos referentes empíricos e com a criação de instituições políticas apresentados nos capítulos 3 e 4, e confirmadas pela intervenção de protagonistas relacionados com problema ambiental (capítulo 6) vindo deste modo ao encontro do formulado nas hipóteses.

GRÁFICO 5.70 - Problema/Resposta (global) - *Expresso*, 1973-1999GRÁFICO 5.71 - Problema/Resposta (global) - *DN*, (amostra) 1970-1999

A análise temática da relação problemas-respostas políticas é brevemente apresentada nos gráficos 5.72 a 5.85.

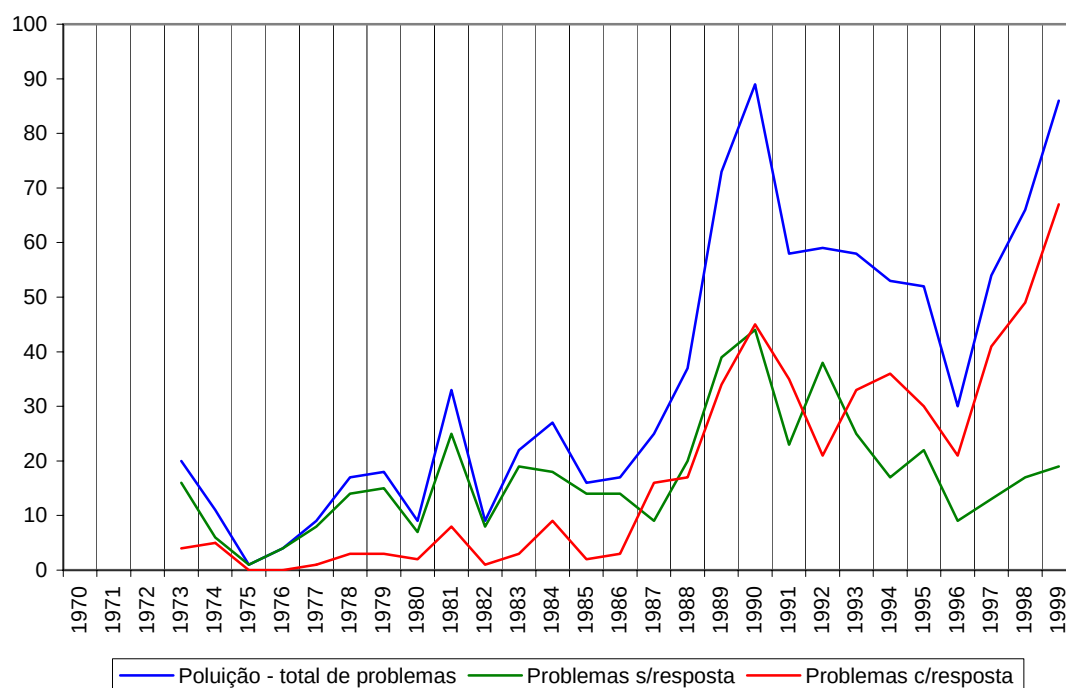
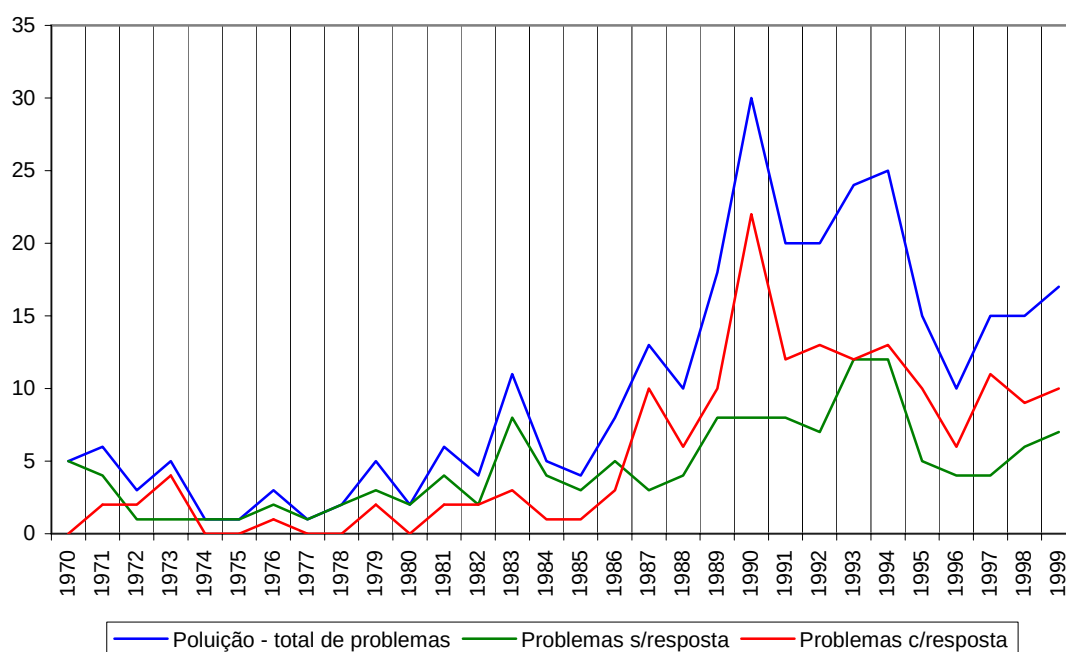
GRÁFICO 5.72 - Problema/Resposta - Poluição (nível 1) - *Expresso*, 1973-1999GRÁFICO 5.73 - Problema/Resposta - Poluição (nível 1) - *DN*, 1970-1999

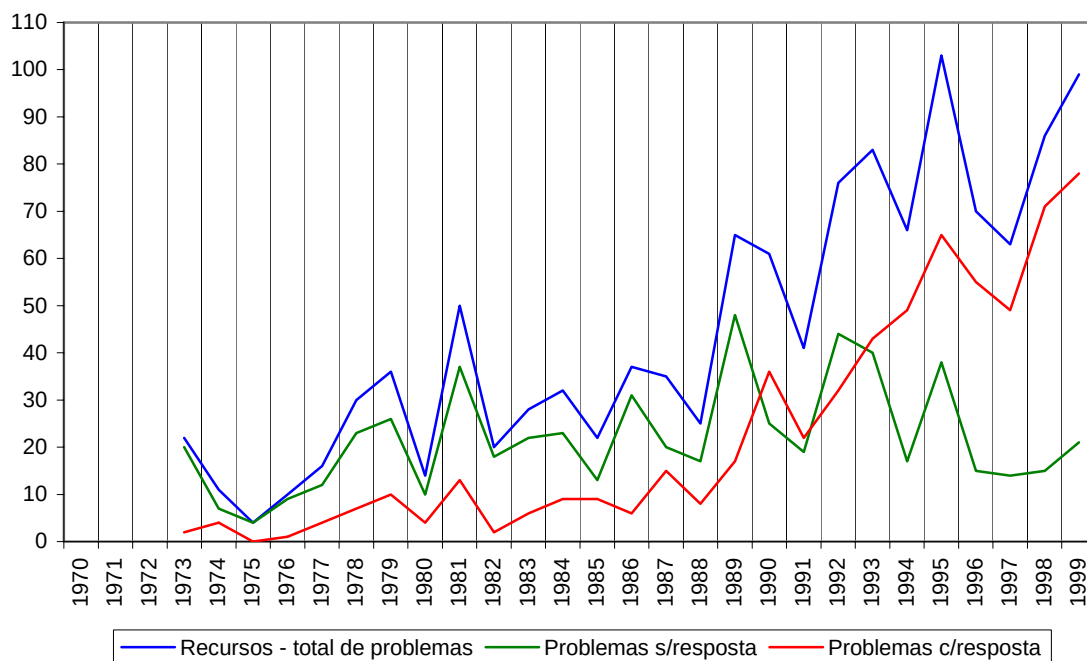
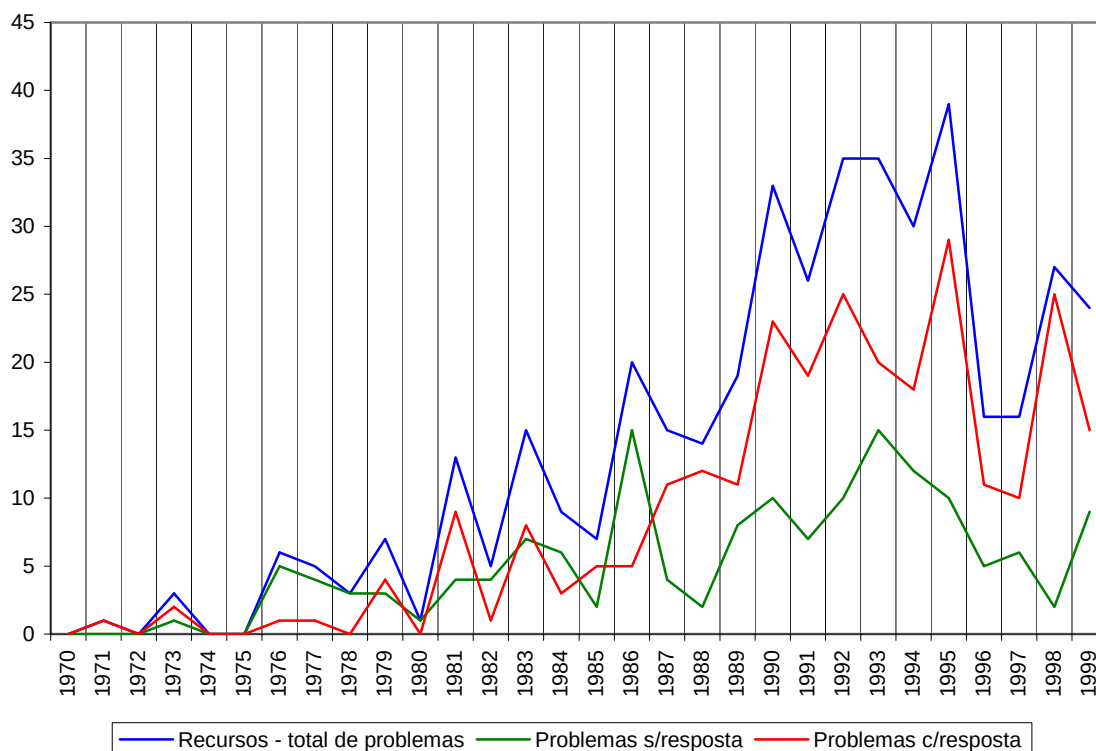
GRÁFICO 5.74 - Problema/Resposta - Recursos (nível 1) - *Expresso*, 1973-1999GRÁFICO 5.75 - Problema/Resposta - Recursos (nível 1) - *DN*, 1970-1999

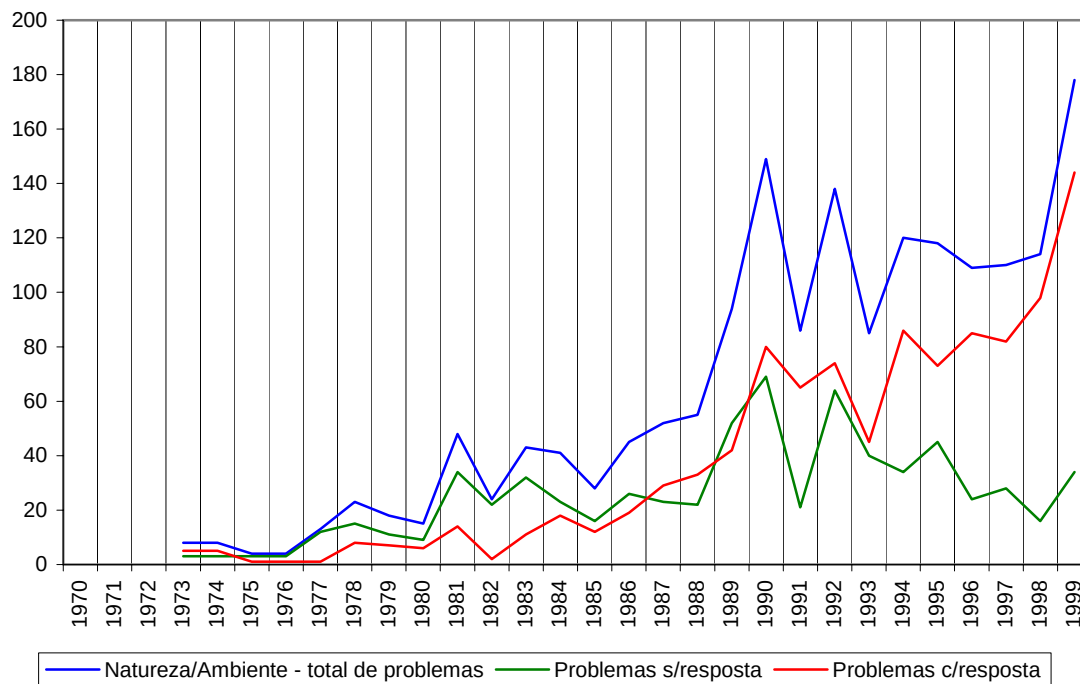
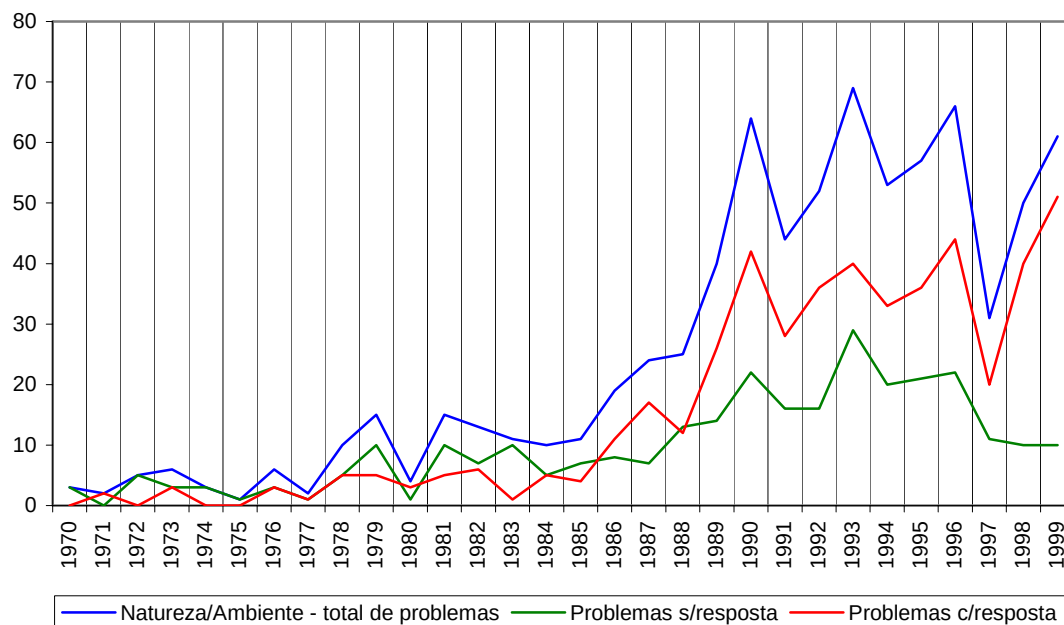
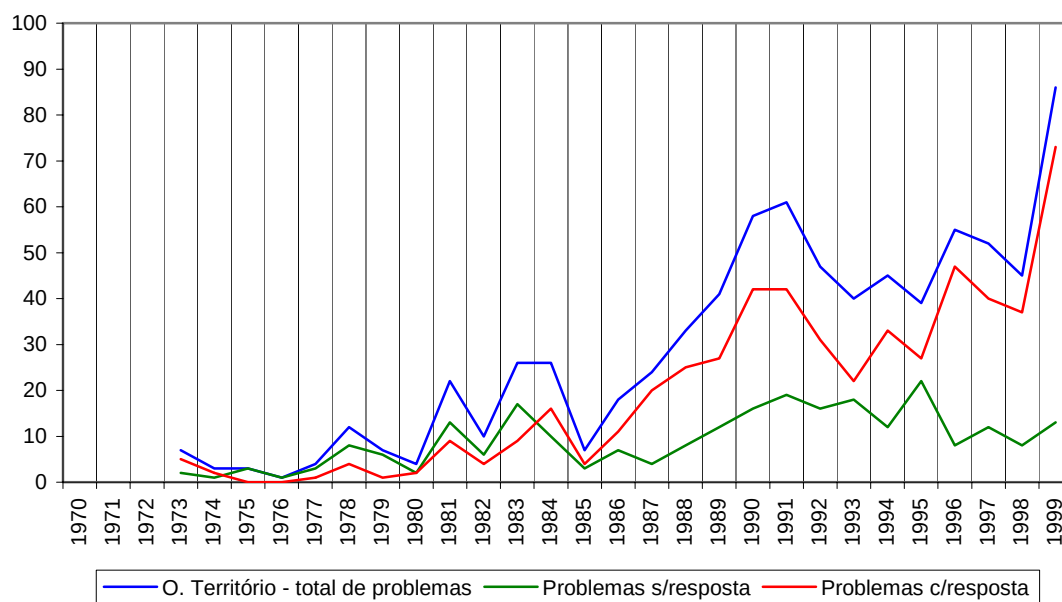
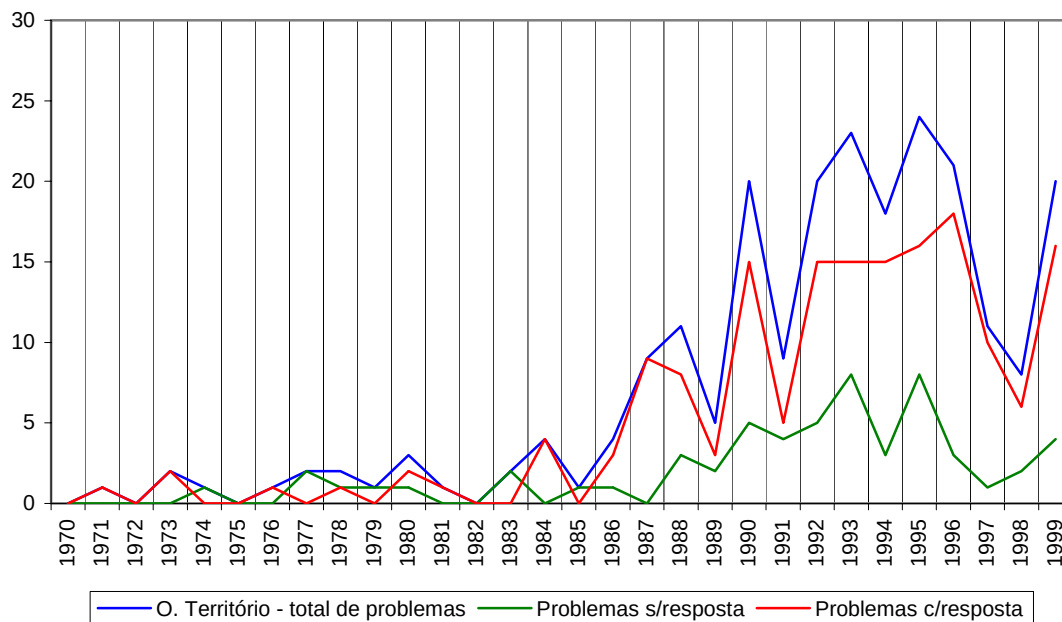
GRÁFICO 5.76 - Problema/Resposta - Natureza/Ambiente (nível 1) - *Expresso*, 1973-1999GRÁFICO 5.77 - Problema/Resposta - Natureza/Ambiente (nível 1) - *DN*, 1970-1999

GRÁFICO 5.78 - Problema/Resposta - Ordenamento do Território (nível 1) - *Expresso*, 1973-1999GRÁFICO 5.79 - Problema/Resposta - Ordenamento do Território (nível 1) - *DN*, 1970-1999GRÁFICO 5.80 - Problema/Resposta - Catástrofes Naturais (nível 1) - *Expresso*, 1973-1999

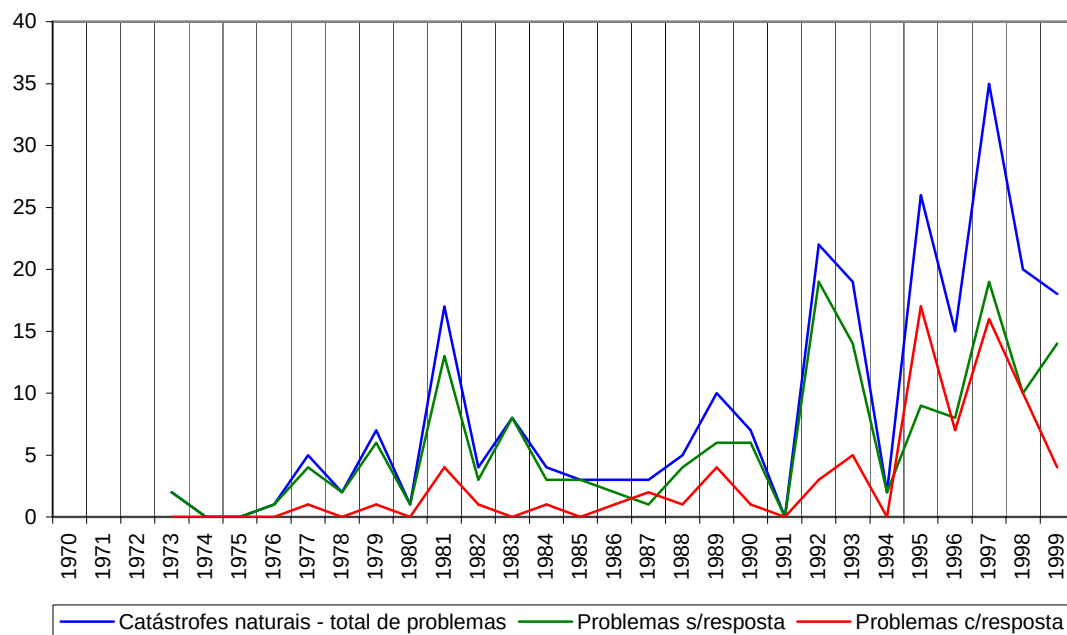


GRÁFICO 5.81 - Problema/Resposta - Catástrofes Naturais (nível 1) - DN, 1970-1999

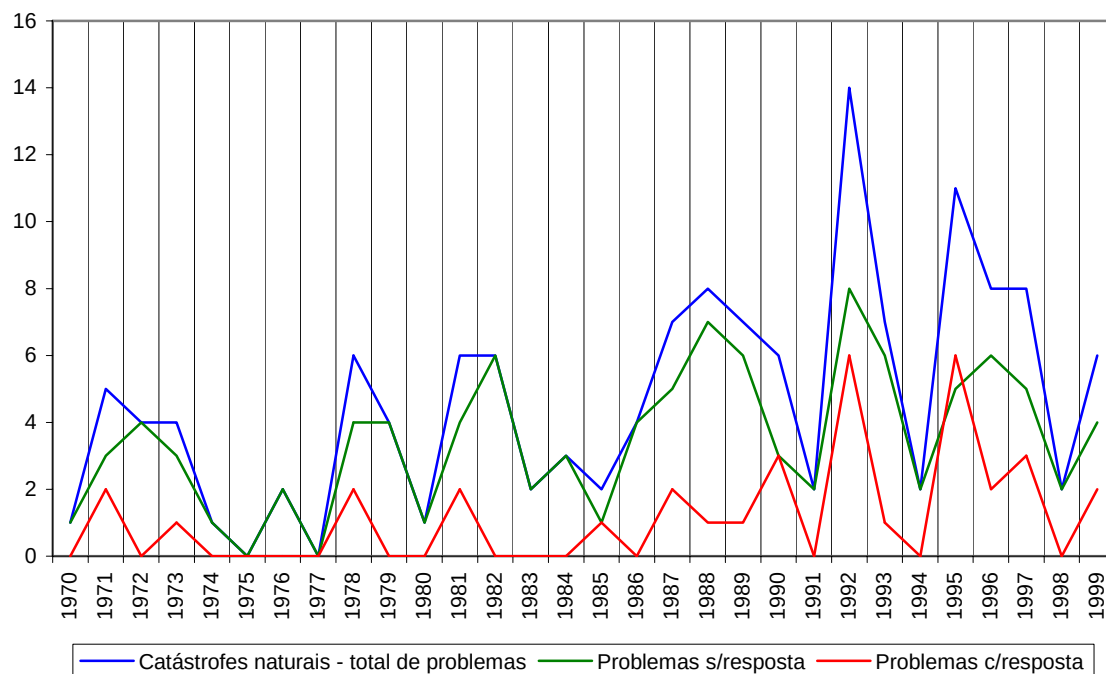


GRÁFICO 5.82 - Problema/Resposta - Resíduos (nível 1) - Expresso, 1973-1999

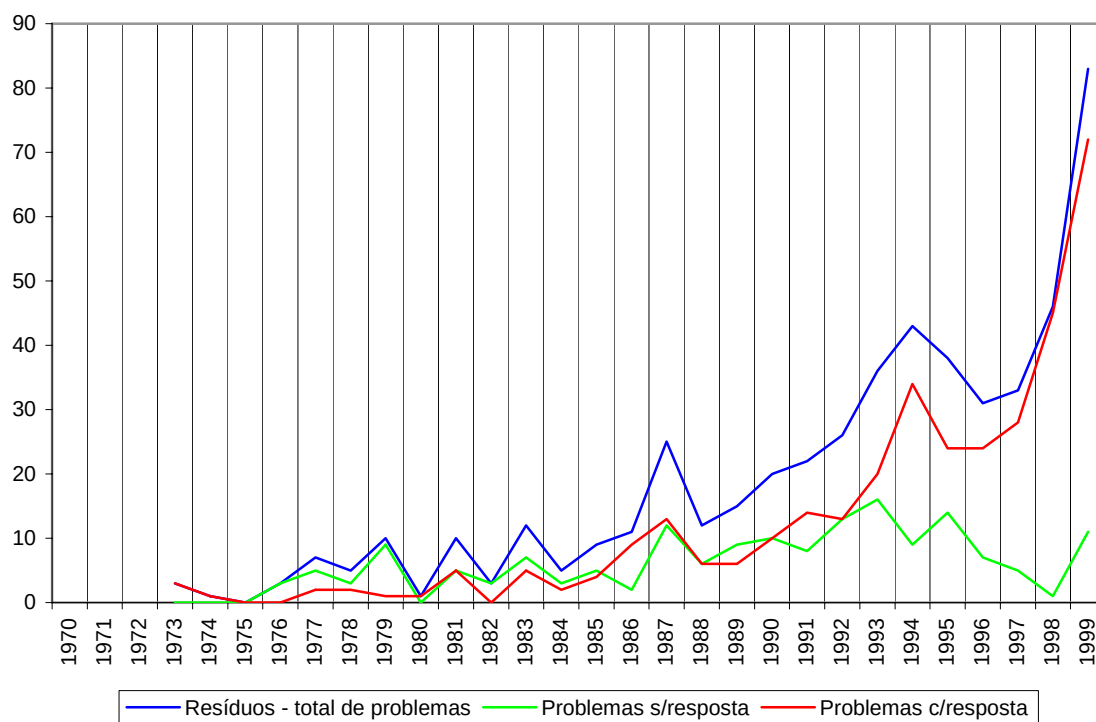


GRÁFICO 5.83 - Problema/Resposta - Resíduos (nível 1) - DN, 1970-1999

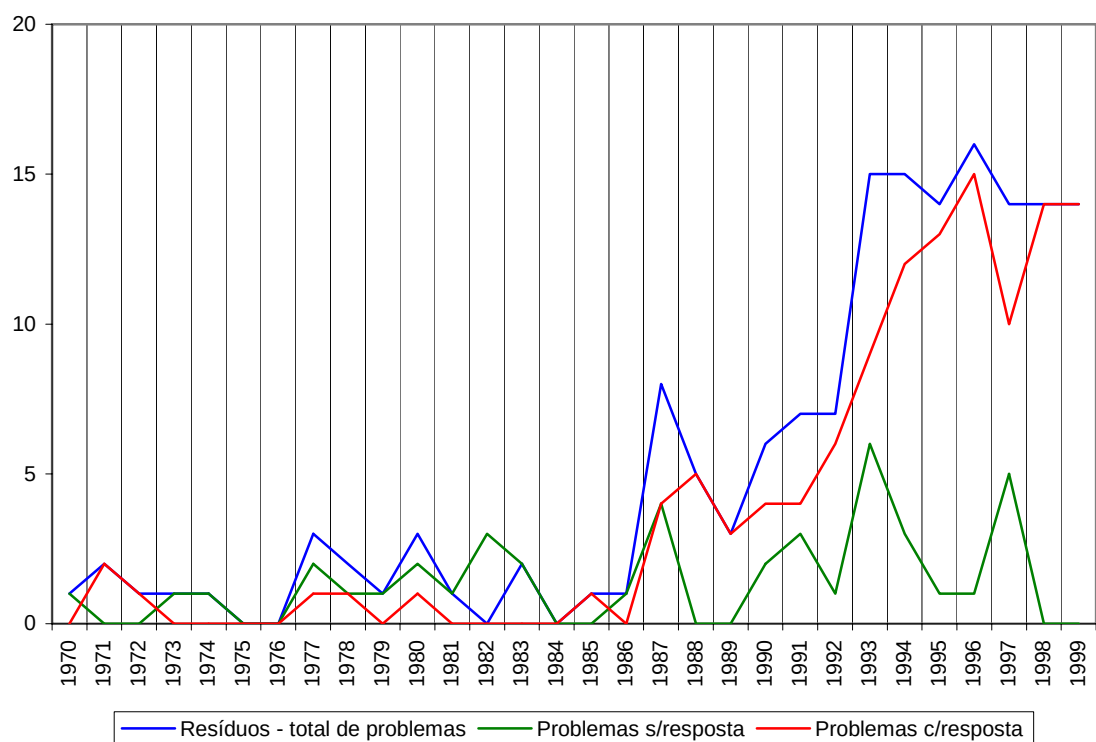
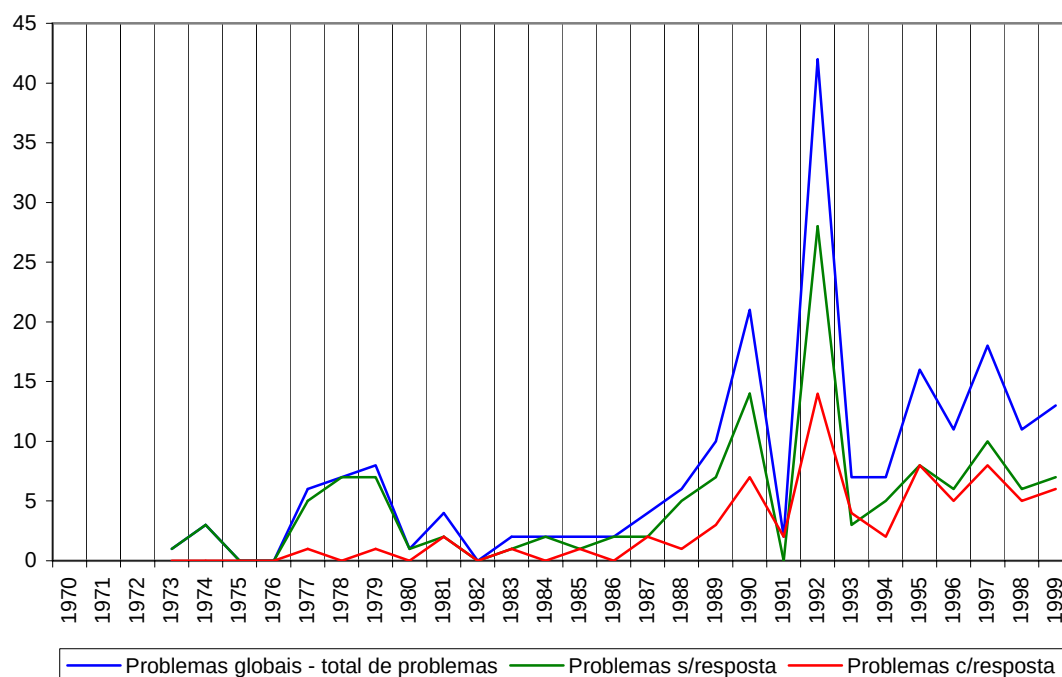
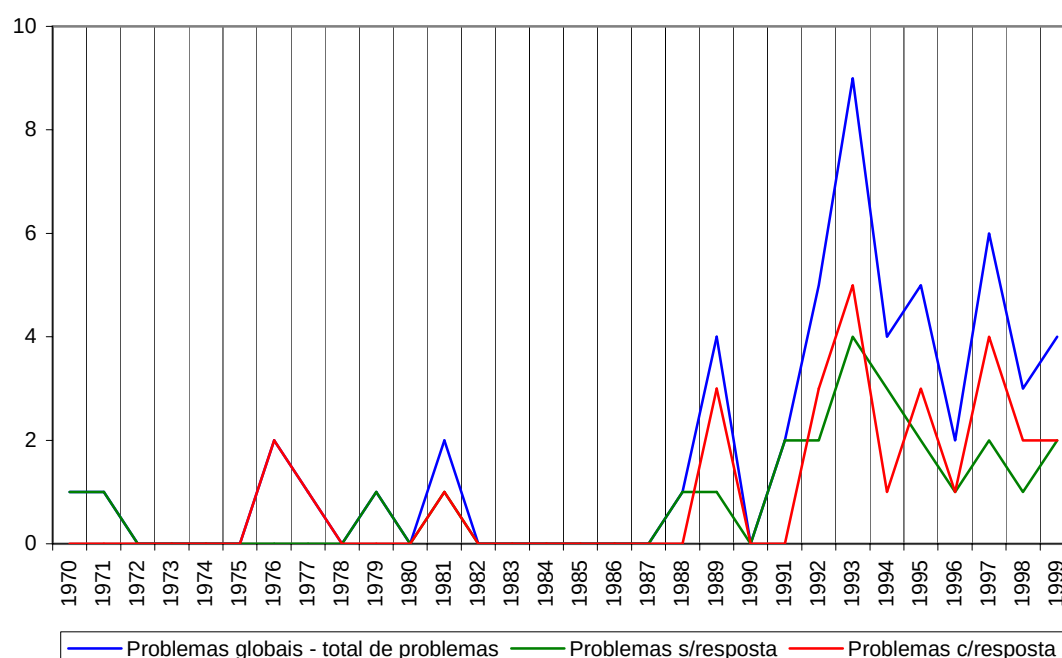


GRÁFICO 5.84 - Problema/Resposta - Problemas Globais (nível 1) - *Expresso*, 1973-1999GRÁFICO 5.85 - Problema/Resposta - Problemas Globais (nível 1) - *DN*, 1970-1999

Constata-se uma grande similitude entre todos os temas no que se refere às respostas políticas. Verificam-se, contudo, algumas diferenças pontuais que merecem referência, sobretudo os casos do Ordenamento do Território, pela antecipação que este revela relativamente às notícias de intervenção do poder político, e Catástrofes Naturais e Problemas Globais por o número relativo de respostas ser muito inferior ao dos restantes temas, só pontualmente o número de problemas com resposta ultrapassando o número de problemas sem resposta.

Em síntese, as principais conclusões do presente capítulo, onde se fez a análise temática a partir do conteúdo noticioso dos jornais *Expresso* e *Diário de Notícias* são:

A distribuição das notícias pelas secções, para a totalidade do período, permite identificar as opções editoriais dos dois jornais. O tema ambiente, no *Expresso*, estrutura-se em secções que dão às notícias um carácter de maior abrangência, desenvolvimento e reflexão, como as secções, Nacional, Revista e Opinião; o *Diário de Notícias*, também pelo facto de ser um jornal diário, reporta-se mais aos acontecimentos do imediato, tratados de forma mais genérica, com relevo aos acontecimentos locais. Daí a existência, com pesos significativos das secções Informação Geral e Regional/País.

Conforme o observado no capítulo anterior no respeitante ao número total de notícias, também quanto à distribuição das ocorrências por temas o *Expresso* e o *Diário de Notícias* apresentam evoluções fortemente correlacionadas. Da análise de correlação entre os dois jornais ao longo do tempo, verifica-se uma grande consistência dos dados, quer no que respeita à correlação global entre a dispersão temática, quer no que respeita às correlações tema a tema, sugerindo que apesar das diferenças de agenda noticiosa que pudemos detectar, constituem fontes globalmente consistentes na abordagem à representação mediática do problema ambiental.

No que respeita à média de temas por notícia, através da qual se pretende observar o grau de especialização ou de diversificação descritivas das abordagens,

constata-se um comportamento de conjunto muito semelhante entre ambos os jornais. O crescimento do espaço editorial e a complexificação temática das abordagens foram duas faces de um mesmo processo de maturação do problema social. Isto é, de encontro ao referido nas hipóteses de partida, à medida que se acentuam as pressões morfológicas e económicas sobre o ambiente e que emergem grupos sociais e saberes técnico-científicos enunciadores e receptores de discursos de problematização, assiste-se a uma diversificação e a um alargamento do problema, quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista da diferenciação e da complexificação temáticas. Porém, ao contrário do aumento numérico, o fenómeno de complexificação das notícias revela-se passageiro, convergindo para o final da série para médias que regressam a uma menor complexidade descritiva dos conteúdos noticiosos.

Na evolução do número de notícias por tema em valores absolutos sobressaem dois temas, Recursos e Natureza/Ambiente, vindo o segundo a substituir o primeiro no topo da frequência de ocorrências de modo consistente e crescente a partir de meados da década de oitenta, coincidindo com o arranque do crescimento do tema ambiente nos conteúdos noticiosos. Por seu lado, a evolução temática comparada revela como tendo crescimentos mais "dinâmicos" os temas Natureza/Ambiente, Resíduos, Problemas Globais e Ordenamento do Território.

O referente Poluição surge desde o início do período como um tema autónomo e de grande preocupação, tendo sido considerado o referente mais importante desde o início explicitamente associado ao tema, uma "palavra chave" no despertar de uma preocupação pública sobre o ambiente. Os agentes poluidores que mais se destacaram foram a poluição industrial, nos dois jornais, seguida da poluição de origem urbana. Quanto aos meios poluídos a poluição da água assume particular relevância no conjunto das notícias. Trata-se de um tipo de poluição mais visível e mais "incómoda", por isso mais denunciada e mais mediatizada. Segue-se, a alguma distância, a poluição do ar, que conhece um crescimento mais acentuado desde finais dos anos oitenta. A poluição do solo e a poluição sonora apresentam valores

globalmente bastante inferiores ao longo de todo o período, indiciando fracos níveis de preocupação pública sobre esses meios.

Os Recursos constituem um tema que assume desde sempre um papel de relevo, que os diversos discursos e protagonistas, numa primeira fase, particularmente nos anos setenta, relacionam mais com o desenvolvimento económico, claramente num registo de valores materialistas, do que com a problemática ambiental. A evolução do tema nos dois jornais é claramente marcada pelos recursos energéticos e pelos recursos hídricos, ocorrendo uma troca de posições ao longo do período devido à "explosão" da preocupação com os últimos. Os recursos minerais não petrolíferos atingem ao longo de todo o período pouco relevo em relação aos restantes, embora a extracção de inertes e a destruição de solos resultantes da eucaliptização assumam pontualmente alguma expressão, nomeadamente no início da década de noventa.

O tema Natureza/Ambiente reveste-se de uma grande abrangência, e constitui por assim dizer o tema charneira, ou seja, o tema “definidor” do discurso ambiental em Portugal. O seu arranque ocorre um pouco mais cedo do que o da generalidade dos temas, no início da década de oitenta, impulsionado sobretudo por preocupações de índole conservacionista, muito ligadas à fauna, por um lado, e por outro à criação de áreas protegidas, que passam desde então a ser objecto de maior atenção por parte da comunicação social.

Quanto ao Ordenamento do Território, as notícias são marcadas por dois discursos claramente distintos. Um, que atravessa toda a década de setenta e vai até meados da década de oitenta, assente num discurso “desenvolvimentista” sem quaisquer referências explícitas ao ordenamento político do território e a preocupações ambientais; e outro daí em diante, em que no discurso estas questões passam a ser associadas à gestão do território por via dos instrumentos de ordenamento. Apesar da legislação criada no início da década de oitenta no que respeita a instrumentos de ordenamento, é com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, que se opera uma viragem de um discurso desenvolvimentista,

materialista, para um discurso pós-materialista sobre as questões do ordenamento político do território visando a qualidade de vida.

No que respeita aos discursos dos diversos protagonistas sobre o tema Catástrofes Naturais, ressaltam três aspectos de grande importância: Primeiro, a evolução no discurso noticioso sobre o tema das cheias, sobretudo pela voz de especialistas, ao passar a partir de meados da década de oitenta a associá-las com regularidade a um importante conjunto de factores como o desordenamento do território, a destruição dos ecossistemas ribeirinhos, a impermeabilização de solos, e a destruição do coberto vegetal. Segundo, a associação aos recursos hídricos, particularmente no que respeita aos anos de seca, estando não apenas associado à falta de água mas também à sua qualidade. Terceiro, mais tarde, em plena década de noventa, a ligação do tema a problemas de carácter global, como o efeito de estufa e as alterações climáticas, todas por sua vez associadas a factores antrópicos.

O conceito de resíduo enquanto tema autónomo emerge claramente nos anos noventa. Os resíduos industriais e os resíduos sólidos urbanos (RSU), durante muito tempo denominados lixos urbanos, destacam-se claramente dos restantes grupos considerados. Apesar de o termo resíduos tóxicos já ter sido usado anteriormente, sobretudo ligado ao nuclear, é nesta fase que recebe grande ênfase por parte dos *media*.

Os resíduos hospitalares surgem na agenda noticiosa apenas na década de noventa, particularmente a partir de 1993, associados à discussão sobre os resíduos industriais.

Apesar de referências anteriores ao tema Problemas Globais, é a partir do início da década de noventa, particularmente após a Eco/92 no Rio de Janeiro, que ele merece destaque significativo por parte dos *media*, traduzindo uma articulação dos problemas ambientais a uma escala global, numa perspectiva de sustentabilidade planetária. Estamos a partir daí perante uma visão integrada, de carácter sistémico e pós-materialista, colocado num contexto de grande reflexividade política por parte de organizações internacionais e de governos nacionais.

Por fim, constata-se que tanto no *Expresso* como no *Diário de Notícias*, a evolução das respostas políticas aumenta significativamente a partir de meados da década de oitenta, sendo mesmo a partir de então o número de notícias que enunciam uma resposta do poder político superior ao daquelas que apenas referem um problema que não obteve qualquer resposta. Este aumento é concomitante com o crescimento dos referentes empíricos e com a criação de instituições políticas apresentados nos capítulos 3 e 4, vindo deste modo ao encontro do formulado nas hipóteses.

CAPÍTULO 6

OS PROTAGONISTAS

Uma caracterização das instituições, das individualidades e dos saberes intervenientes nas notícias analisadas no estudo permite ver como os diversos tipos de actores protagonizaram evolução da expressão pública do problema social e na sua transformação em problema político.

6.1 Caracterização geral

Neste primeiro ponto, faz-se uma abordagem de carácter geral dos protagonistas institucionais, que para o efeito, foram agrupados em cinco grupos: "Instituições Políticas Nacionais", que engloba os poderes executivo central e local, o poder legislativo, o poder judicial, os partidos políticos e a Presidência da República; "Organismos Não Governamentais do Estado ", onde se incluem os institutos públicos e outros organismos do Estado, as instituições públicas de investigação, incluindo os estabelecimentos de ensino superior público, e os estabelecimentos de ensino não superior público; "Instituições Operacionais", que englobam as forças de segurança, as forças militares, os bombeiros e os serviços de protecção civil; "Sociedade Civil", onde se incluem as empresas e as associações empresariais, as Organizações Não Governamentais, incluindo as de ambiente, as associações profissionais, os sindicatos, as colectividades, as fundações, e os grupos informais de cidadãos; "Instituições Internacionais", que engloba todas as instituições

internacionais citadas nas notícias, independentemente do seu tipo, de que são exemplo a ONU, a UE, a FAO, governos e ONG dos diferentes países. Pela sua importância, vários protagonistas institucionais tratados nas diferentes categorias atrás referidas terão tratamento específico adiante.

Nos gráficos 6.1 e 6.2, constata-se evoluções muito semelhantes nos dois jornais. A partir de meados da década de oitenta, dá-se uma subida por parte de todos os protagonistas. Essa subida reflecte, por um lado o aumento do número de notícias, e por outro as suas diversificação e complexificação temáticas, já referidas nos capítulos 4 e 5.

As instituições políticas nacionais estão sempre na frente, excepto na primeira metade da década de setenta no *Diário de Notícias* e no final da mesma década no *Expresso*. Este facto está relacionado com as crises energéticas de 1973 e 1979, que tiveram grande repercussão mediática, e onde as instituições políticas e económicas internacionais ocuparam lugar de destaque. A primazia das instituições políticas nacionais deriva de dois factores: por um lado, ocupam uma posição privilegiada no que respeita ao acesso aos *media*, e por outro são mais solicitados pela responsabilidade governativa, legislativa ou de supervisão e regulação que detêm em relação aos fenómenos constitutivos do problema. Como veremos adiante (gráficos 6.3 e 6.4), dentro deste grupo o destaque vai para o poder executivo, central e local, ocupando os restantes posições pouco relevantes.

As instituições da sociedade civil têm um lugar de destaque, ocupando sempre a segunda posição desde meados da década de oitenta no *Expresso* e o início da década de noventa no *Diário de Notícias*. Em todo o período, este grupo é muito influenciado pela participação das empresas, que são citadas com muita frequência a propósito da questão ambiental, mormente como causadoras de poluição. Trata-se, portanto de um protagonismo predominantemente negativo. Na década de noventa, as ONGA têm uma participação significativa neste grupo, neste caso de carácter positivo, como protagonistas com capacidade de diagnóstico e de proposta de solução.

No que respeita aos organismos do Estado, o seu crescendo a partir de meados da década de oitenta está relacionado com a criação a e subsequente intervenção de organismos relacionados com o ambiente, e também com um aumento da participação das instituições de investigação devido a uma maior solicitação de saberes técnico-científicos especializados, conforme equacionado nas hipóteses deste estudo.

Quanto às instituições internacionais, que em termos gerais ocupam uma posição importante, destaca-se o facto de a partir de 1986, mas sobretudo na década de noventa serem as instituições políticas da UE que ocupam posição de destaque.

As instituições de intervenção são aquelas onde se verifica um menor crescimento relativo. O carácter da sua intervenção, quase sempre associada às mesmas causas catastróficas, como os incêndios e as inundações, não “beneficia” do aumento do número de notícias motivada pelos diversos factores já referidos, até porque este tipo de catástrofes esteve sempre presente no discurso mediático, tendo-se verificado mudanças mais significativas no discurso do que no número de notícias, cujas flutuações decorreram sobretudo do seu carácter contingente.

GRÁFICO 6.1 - Protagonistas (nível 1) - *Expresso*, 1973-1999

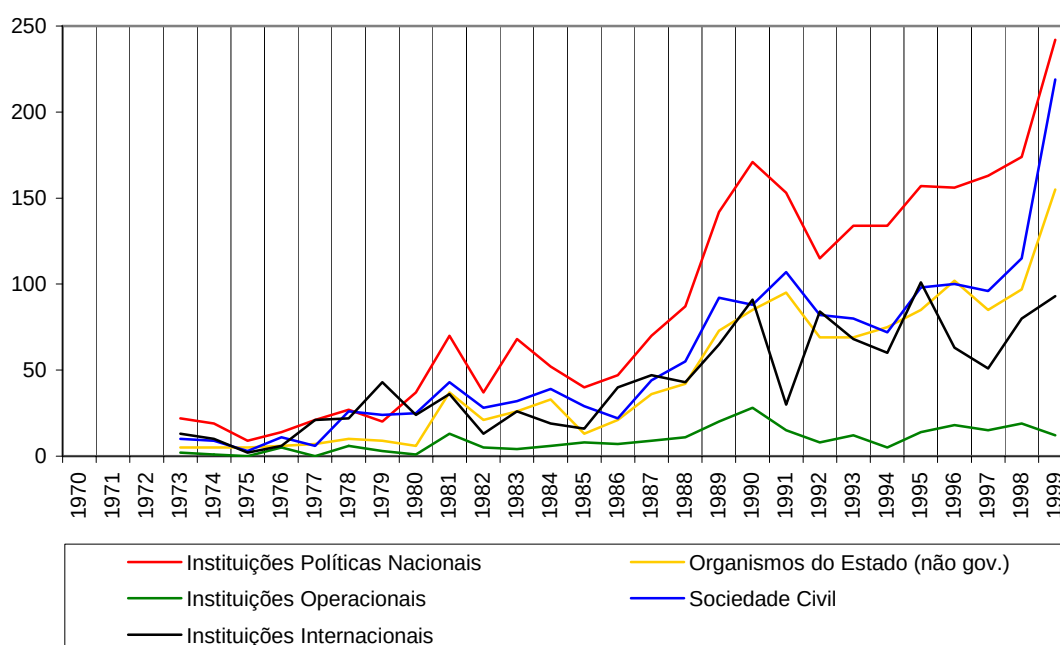
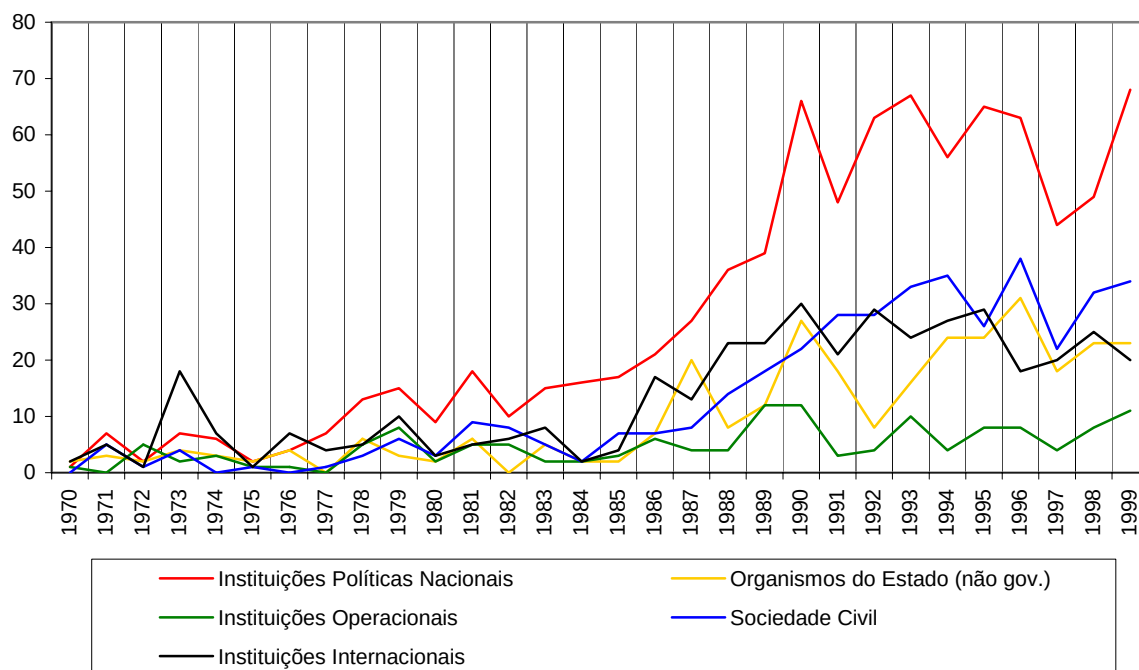


GRÁFICO 6.2 - Protagonistas (nível 1) - DN (amostra), 1970-1999



6.2 As Instituições do Estado

6.2.1 Instituições Políticas

De entre as instituições políticas nacionais que, como vimos, se destacam dos restantes grupos de protagonistas institucionais, emerge claramente o poder executivo, tanto central como local (gráficos 6.3 e 6.4).

O poder central é chamado a intervir sobre quase todos os assuntos tratados no estudo, enquanto que o poder local tem uma participação mais significativa nos temas que englobam o saneamento básico: abastecimento e tratamento de águas, recolha de “lixo” e obras que de algum modo afectam os municípios. Intervém também com alguma frequência em casos de poluição.

As restantes instituições, o poder legislativo, o poder judicial, a Presidência da República e os partidos políticos, são muito pouco referenciadas; salientam-se neste conjunto os partidos políticos. Estes, conforme vimos no capítulo 4, só a partir de meados da década de oitenta incorporaram com regularidade o tema ambiente nos

programas eleitorais. Contudo, como se verifica, não tiveram uma intervenção muito relevante em termos mediáticos, por comparação com as instituições executivas. É no entanto visível um crescimento com início na década de noventa, que se manteve com algumas oscilações. O pico de 1999, nos dois jornais, é motivado pela discussão em torno da co-incineração.

Nota-se um “pico” em 1994, em relação à Presidência da República no *Expresso*, traduzindo o ênfase dado por este jornal à Presidência Aberta, sobre o ambiente desenvolvida pelo então Presidente da República Mário Soares. Tal não é visível no *Diário de Notícias*, provavelmente pelo facto de se ter explorado este jornal por amostragem, o que anulou o efeito cumulativo de sucessões de notícias envolvendo um mesmo protagonista no curto prazo.

Em termos gerais, a participação de protagonistas, políticos e outros, nas notícias sobre ambiente aumenta a partir da segunda metade da década de oitenta em termos percentuais relativamente ao número de notícias. Tal significa que o discurso mediático se transformou também pela diversificação dos actores referidos ou chamados a intervir.

GRÁFICO 6.3 - Instituições políticas - *Expresso*, 1973-1999

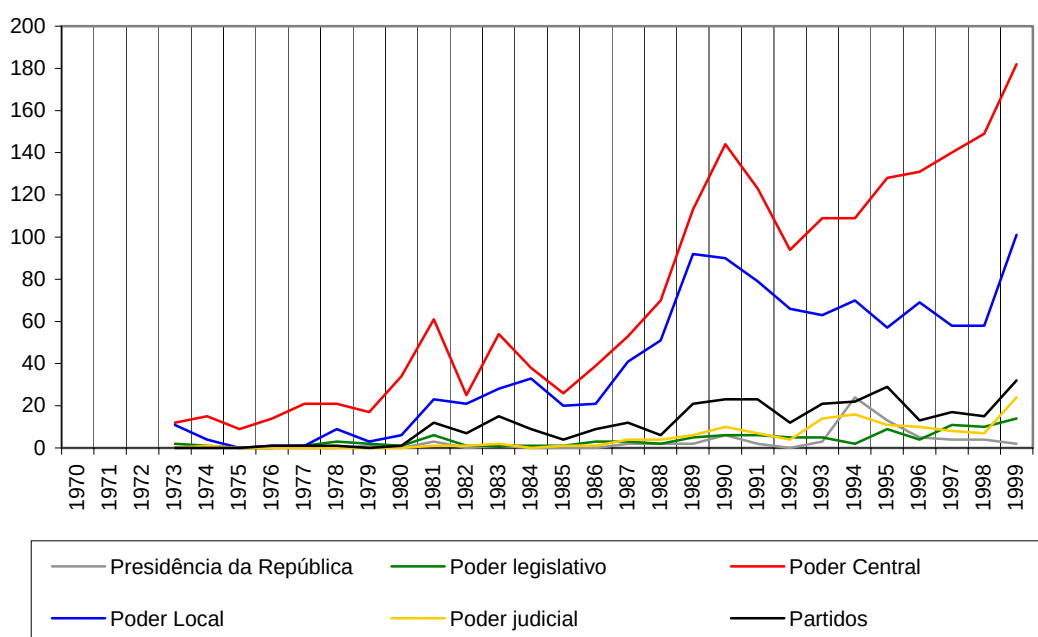
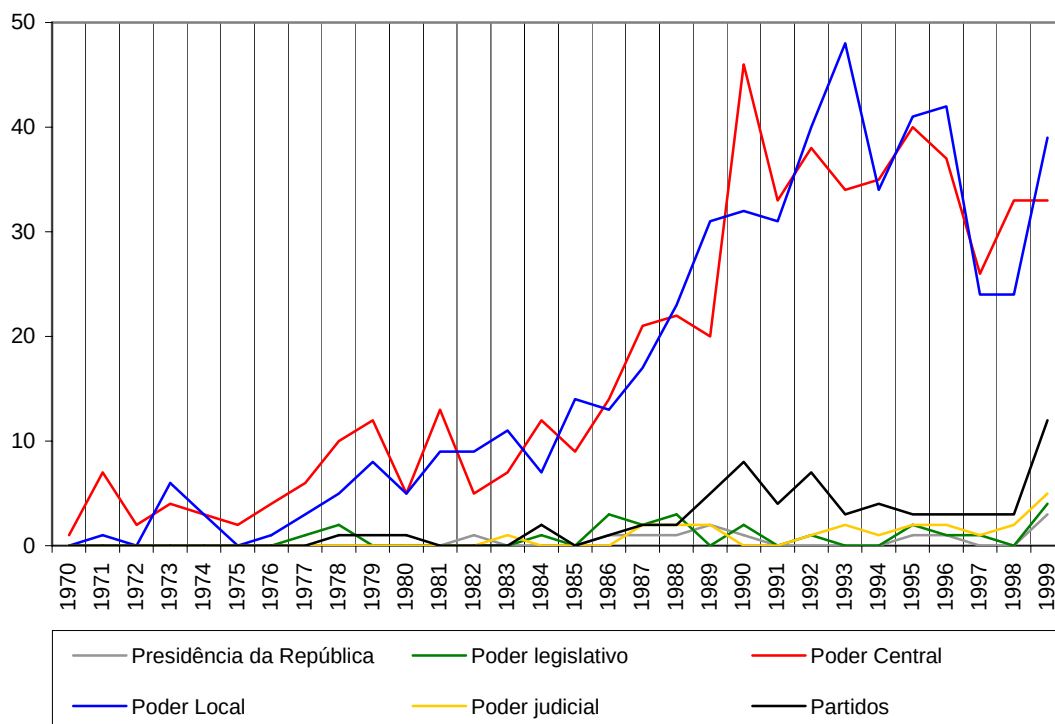
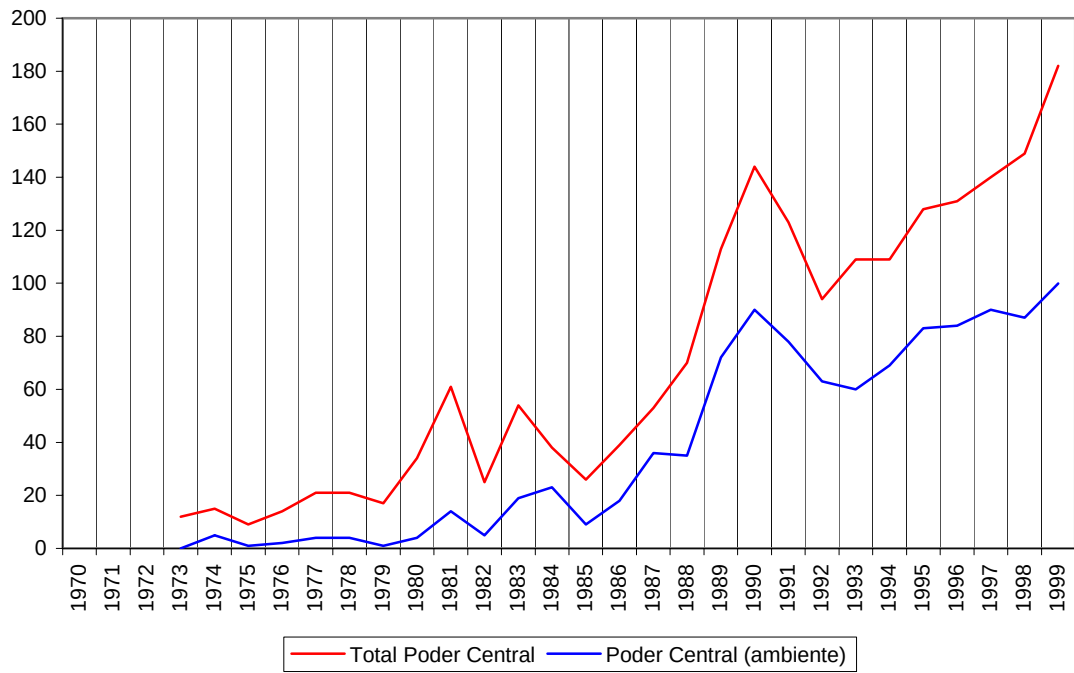
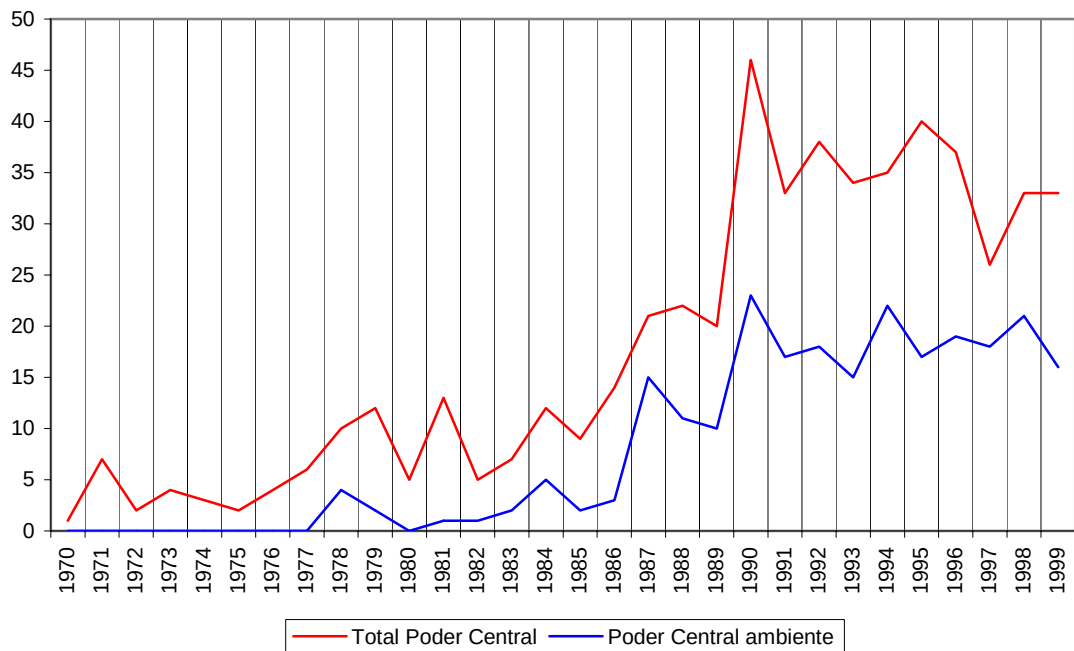


GRÁFICO 6.4 - Instituições políticas - DN (amostra), 1970-1999



Focando agora as instituições políticas com atribuições específicas sobre o ambiente, podemos ver que registam, aos diversos níveis, subidas assinaláveis. Analisa-se em primeiro lugar as instituições do poder central. Foram consideradas neste grupo, os Ministérios, as Secretarias e Subsecretarias de Estado e as Direcções-Gerais. Foi ainda considerada a Comissão Nacional do Ambiente, criada em 1971, por ser a instituição mais relevante directamente relacionada com o ambiente até 1974, quando foi criado o Ministério do Equipamento Social e Ambiente, que integrou a primeira Subsecretaria de Estado do Ambiente, que em 1975 passou a Secretaria de Estado do Ambiente.

Nos gráficos 6.5 e 6.6 verifica-se um baixo número de ocorrências em termos absolutos durante toda a década de setenta. A subida das instituições do poder central em geral, que arranca a partir do início da década de oitenta, com oscilações, consolidando-se a partir de 1987, foi acompanhada pelas instituições do poder central relacionadas com o ambiente, com maior incidência no *Expresso*.

GRÁFICO 6.5 - Poder Central e Poder Central (ambiente) - *Expresso*, 1973-1999GRÁFICO 6.6 - Poder Central e Poder Central (ambiente) - *DN (amostra)*, 1970-1999

Observando agora o crescimento em termos de rácios, (gráficos 6.7 e 6.8) confirma-se, uma subida acentuada dos órgãos do poder central relacionados com o ambiente no discurso mediático a partir das datas atrás referidas nos dois jornais. Contudo, no *Diário de Notícias* a evolução apresenta-se mais fraca e mais oscilante. É ainda de notar que a primeira referência neste jornal a instituições do poder central relacionadas com o ambiente surge apenas em 1978, embora não possamos pôr de parte a possibilidade de este facto decorrer de a exploração deste jornal ter sido feita por amostragem.

A subida da presença dos órgãos do poder central no discurso mediático centra-se em duas fases. A primeira decorre entre 1983 e 1990, e é marcada por uma participação muito activa da Secretaria de Estado do Ambiente, particularmente quando governada por Carlos Pimenta, que, aliás, é frequentemente citado a título individual até ao final do período deste estudo, assumindo portanto uma posição de relevo. A segunda fase, que decorre a partir de 1990, foi iniciada com a criação do Ministério do Ambiente, muito referido pelos *media* a partir de então. Em 1999, apesar dum abaixamento relativo, motivado pelo grande aumento do número total de notícias o Ministério do Ambiente foi a instituição mais mediatizada a todos os níveis, com a então ministra Elisa Ferreira a ser individualmente a protagonista mais interveniente. A criação do Ministério do Ambiente está também na origem do alargamento da estrutura de organismos do Estado relacionada com o ambiente, que se vem a reflectir em termos globais na sua presença no discurso mediático sobre o tema.

GRÁFICO 6.7 - Poder Central e Poder Central (ambiente) (rácios) (médias móveis de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999

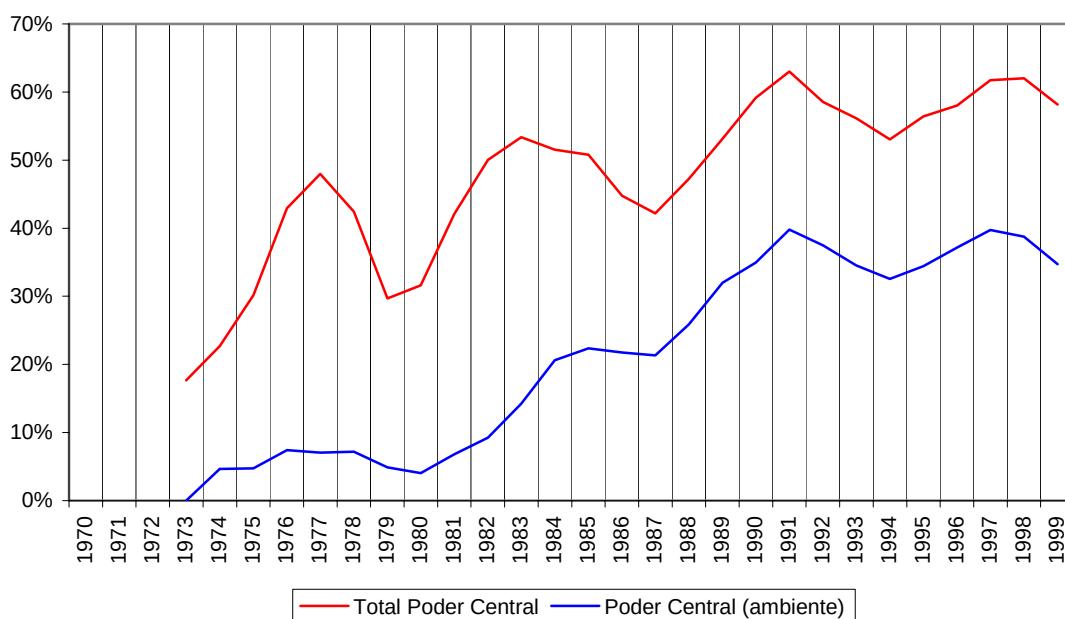
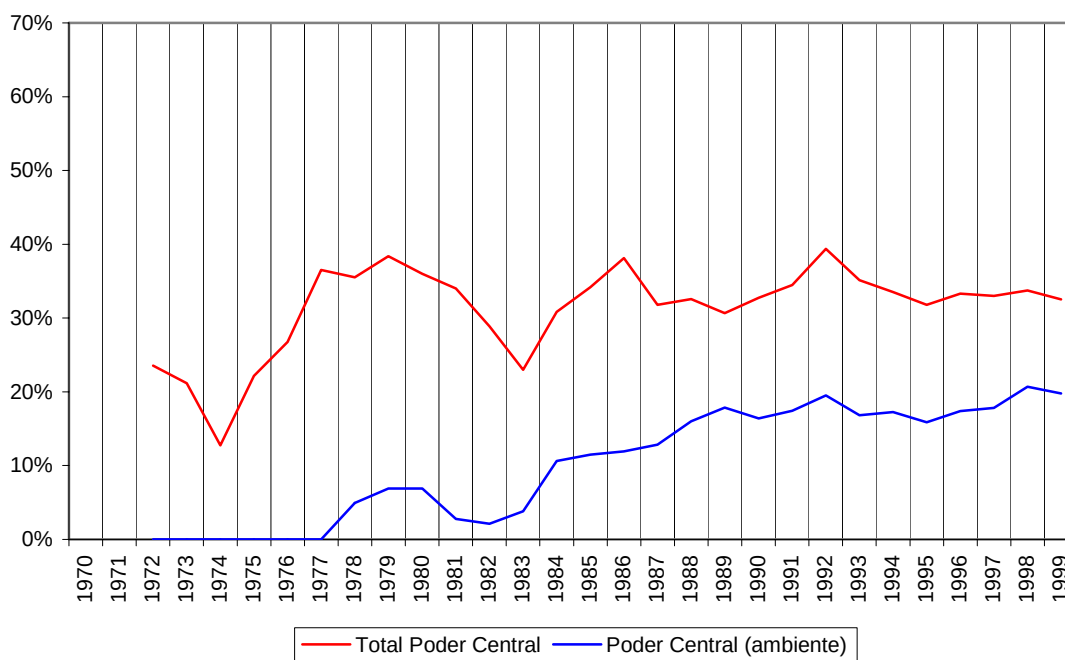


GRÁFICO 6.8 - Poder Central e Poder Central (ambiente) (rácios) (médias móveis de 3 anos) - *DN* (amostra), 1970-1999



Em síntese, a evolução dos rácios mostra que, ao longo da notável subida da visibilidade mediática do ambiente, as instituições centrais do Estado mantiveram (no *Diário de Notícias*) ou subiram (no *Expresso*) a sua importância relativa como protagonistas das notícias. Desde a década de oitenta, cerca de um terço, em média, do número crescente de notícias sobre o tema referiram este tipo de instituições, no caso do *Diário de Notícias*. No *Expresso*, essa presença atingiu em média metade das notícias no início dos anos oitenta, ultrapassando definitivamente esse nível desde o fim dessa década e durante toda a década de noventa. As trajectórias das instituições centrais dedicadas ao ambiente são paralelas às do total, subindo para mais de um terço das notícias no *Expresso* e um pouco aquém de 20% no *Diário de Notícias*, e ganhando elas próprias importância relativa no total do protagonismo estatal. A subida e estabilização destas proporções constituem um indicador da institucionalização do problema ambiental como problema político e da sua relação com o aumento da sua visibilidade absoluta enquanto motivo de preocupação pública. É igualmente relevante a diferença entre os dois jornais por revelar como essa instituição foi refractada por diferentes agendas editoriais.

6.2.2 Outros Organismos do Estado

Quanto aos Outros Organismos do Estado, que englobam Serviços e Institutos de cariz não governamental, observando os gráficos 6.9 e 6.10 (valores absolutos) e 6.11 e 6.12 (rácios), verifica-se nos dois jornais uma subida acentuada a partir de meados da década de noventa. Até lá, estamos na presença de valores absolutos baixos, mas onde ocorre uma predominância dos Organismos do Estado em geral, com muito pouco relevo para os organismos relacionados com o ambiente. A partir da subida que se consolida na década de noventa, os Organismos do Estado relacionados com o ambiente constituem a base das ocorrências dos Organismos do Estado.

A chamada para o campo do ambiente de temáticas até então abordadas noutras perspectivas, sobretudo de cariz económico, como por exemplo os recursos, deu origem à criação de Organismos do Estado relacionados com o ambiente e

consequentemente à sua intervenção e visibilidade públicas, como é exemplo o caso do Instituto da Água (INAG). Uma maior mediatização das questões ambientais, particularmente das relacionadas com a conservação da Natureza, convoca também com maior frequência Organismos já existentes como o Instituto da Conservação da Natureza (ICN). Os fogos são também exemplo dum problema que durante muito tempo fez parte de uma abordagem económica e humanitária. Convocava então como protagonistas essencialmente as instituições de intervenção e organismos ligados à floresta e à agricultura. Como a generalidade dos temas, a partir de meados da década de oitenta integra explicitamente o referente ambiente, convocando para o discurso mediático os protagonistas relacionados com a conservação da Natureza, particularmente o ICN.

GRÁFICO 6.9 - Outros Organismos do Estado e Outros Organismos do Estado (ambiente) - *Expresso*, 1973-1999

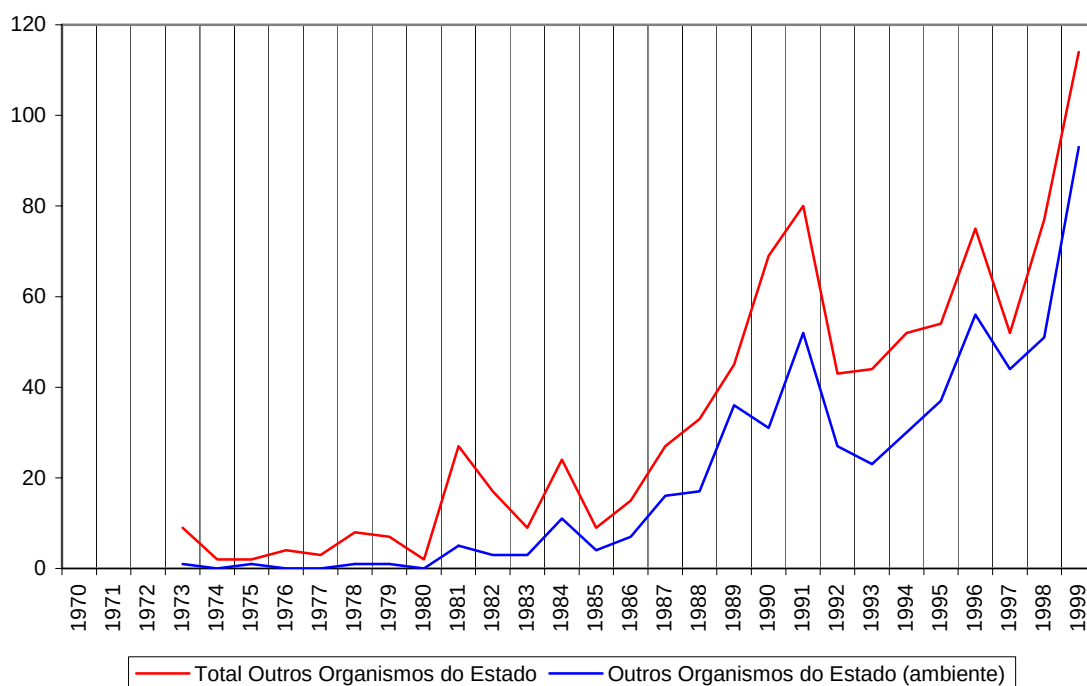
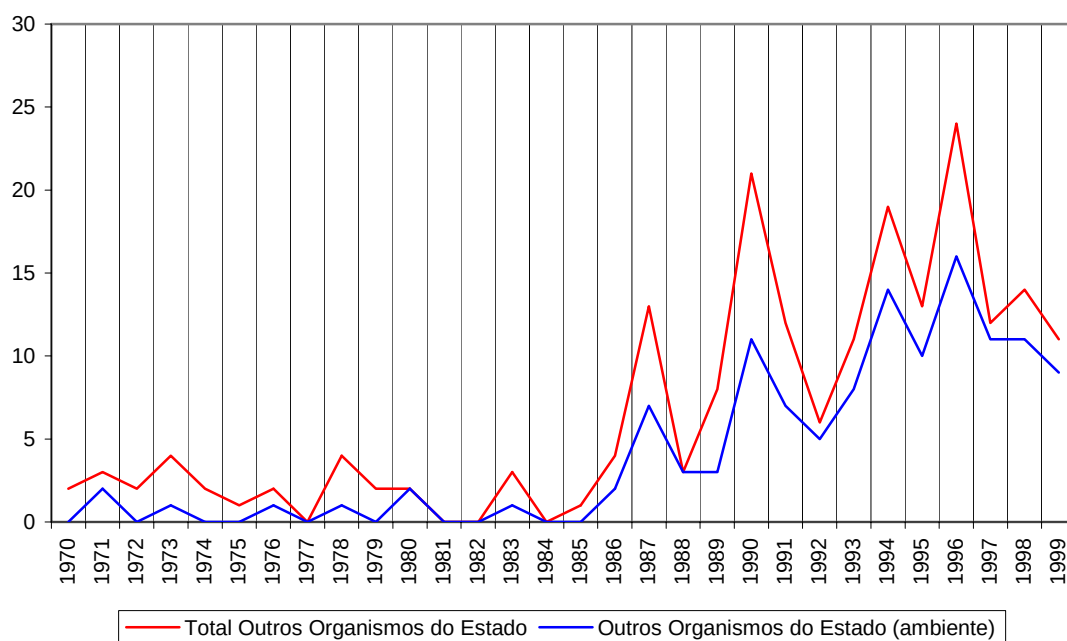


GRÁFICO 6.10 - **Outros Organismos do Estado e Outros Organismos do Estado (ambiente)**
- DN (amostra), 1970-1999



Ressalvadas as diferenças de proporções, aqui mais baixas, a visibilidade relativa destes organismos de perfil técnico-científico e de apoio à formação e execução de políticas segue trajetórias muito idênticas às acima constatadas para as instituições do poder central. Também elas convergem para a institucionalização política do problema ambiental, sendo de notar que a cronologia da sua subida acentua mais o final da década de oitenta relativamente ao início da mesma. Este perfil sugere um efeito de resposta ao agendamento do problema pelas instituições políticas centrais, num primeiro momento, quer pela criação de novos organismos públicos especializados, quer pelo incentivo aos restantes para intervirem sobre o tema nas suas esferas de competência. De notar ainda que o efeito de refração editorial acima referido, traduzido nas diferenças de nível e de evolução entre os dois jornais, se torna ainda mais evidente relativamente a estes organismos.

GRÁFICO 6.11 - Outros Organismos do Estado e Outros Organismos do Estado (ambiente) (rácios) (médias móveis de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999

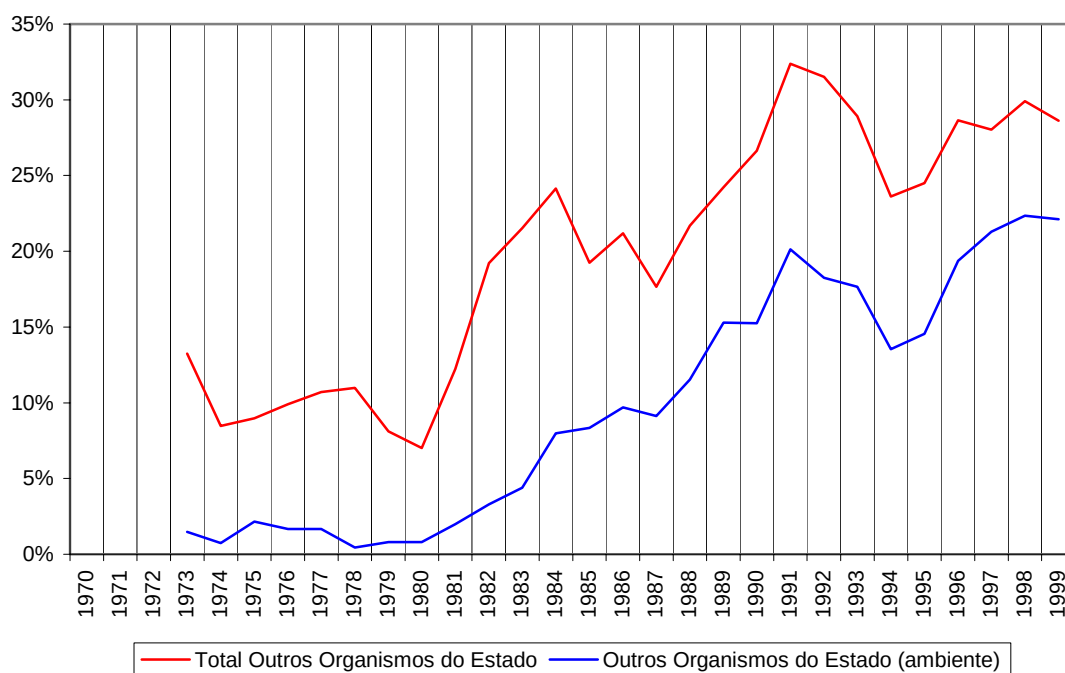
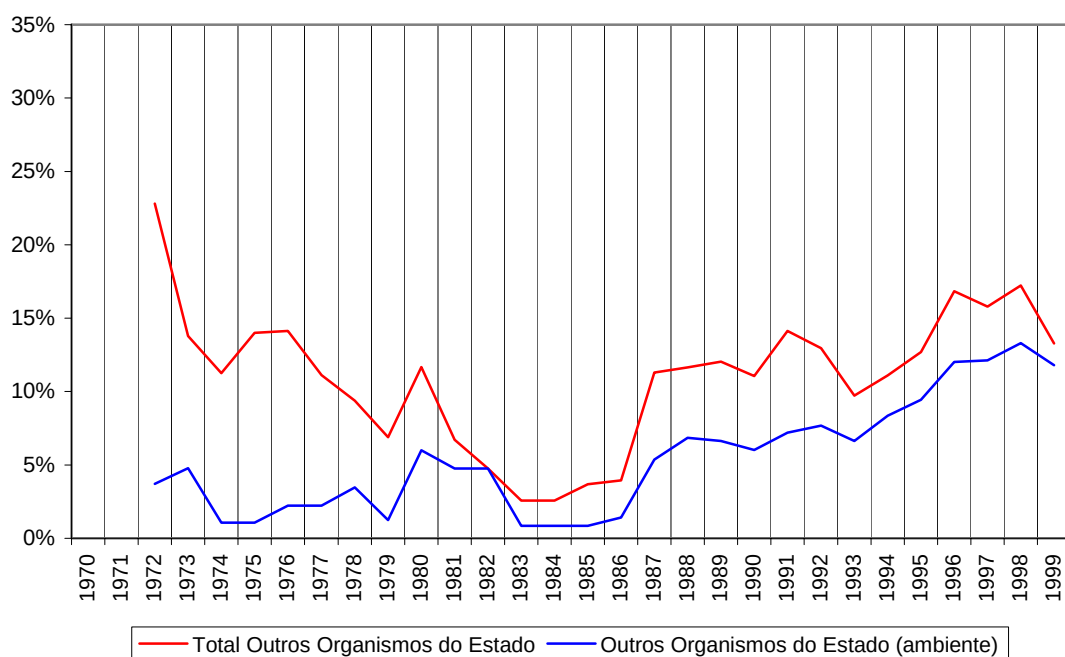


GRÁFICO 6.12 - Outros Organismos do Estado e Outros Organismos do Estado (ambiente) (rácios) (médias móveis de 3 anos) - *DN* (amostra), 1970-1999



6.3 Organizações da Sociedade Civil

No que respeita às organizações da sociedade civil, apresentadas num único grupo na caracterização geral efectuada no início deste capítulo, foram em termos de recolha de informação agregadas em cinco grupos, conforme grelha de análise referente aos protagonistas institucionais apresentada no capítulo 2: (1) Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA); (2) Outras Organizações Não Governamentais (ONG) e Associações Profissionais; (3) Empresas e Associações Empresariais; (4) Outras Agremiações, onde se incluem associações de cultura, recreio, desporto, fundações, ente outras; (5) Grupos de Cidadãos/Populações, organizados informalmente.

Para efeito de tratamento estatístico, foram aqui agregadas em três grupos: um constituído pelo universo empresarial, que engloba as empresas e as associações empresariais, outro pelas ONGA, e um terceiro, onde se agrupam as três restantes categorias. A junção deste terceiro grupo deve-se ao facto de os valores absolutos em cada categoria serem relativamente baixos e apresentarem flutuações significativas, que analisamos adiante.

Focando em primeiro lugar o universo empresarial, verifica-se que este marca presença de relevo ao longo de todo o período. Os valores absolutos acompanham a tendência de evolução do número de notícias nos dois jornais (gráficos 6.13 e 6.14). Já no que respeita aos rácios, (gráficos 6.15 e 6.16) podemos observar que ocupam uma presença relevante ao longo de todo o período, sobretudo no *Expresso*, onde no final da década de setenta tinham já atingido valores de 30% das notícias publicadas. As empresas, ao longo de todo o período, são predominantemente apontadas no discurso mediático como causa do problema ambiental, portanto portadoras de um protagonismo essencialmente negativo. O facto de o seu campo de actuação ser de carácter económico coloca-as também na agenda com frequência associadas à temática dos recursos, dentro do paradigma económico-materialista que predominou durante toda a década de setenta e parte da década de oitenta. A maior presença do

universo empresarial no *Expresso* explica-se, em parte, pela maior relevância da secção de Economia neste jornal nas notícias sobre ambiente.

GRÁFICO 6.13 - Universo Empresarial - *Expresso*, 1973-1999

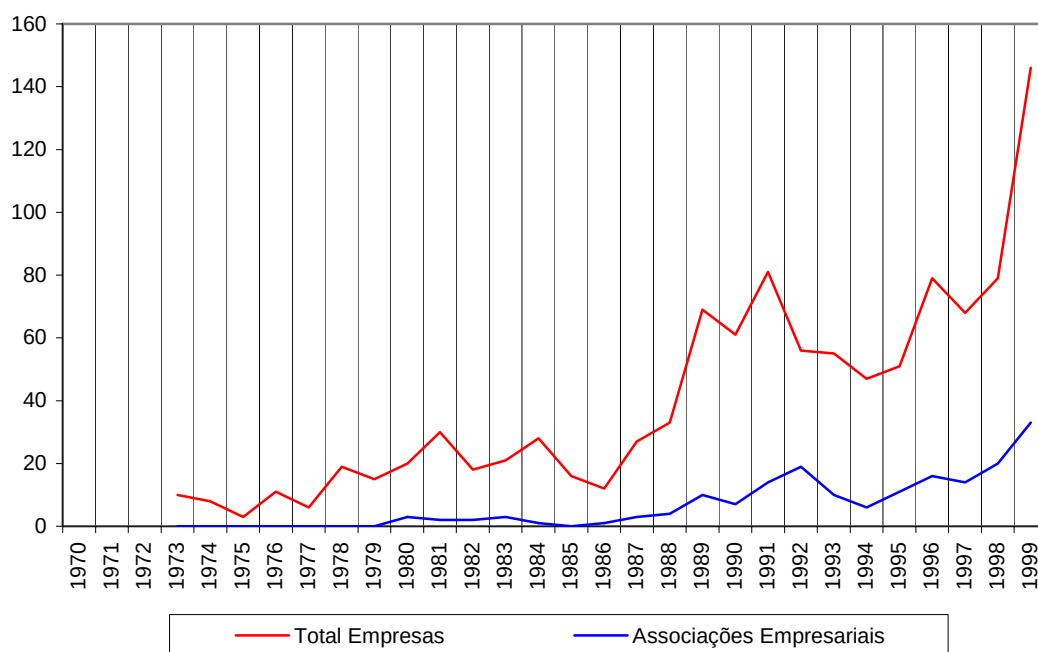
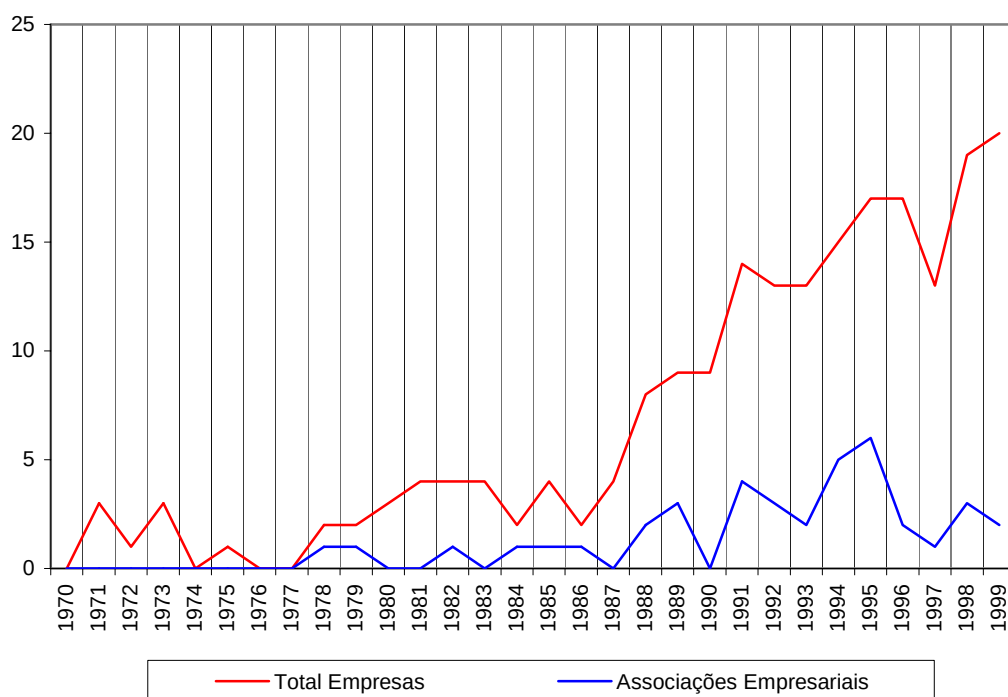


GRÁFICO 6.14 - Universo Empresarial - *DN* (amostra), 1970-1999



Observando a evolução das associações empresariais, verifica-se que a sua aparição apenas ocorre no final da década de setenta e início da década de oitenta, mas quer em valor absoluto, quer em rácios, apesar de alguma oscilações, o seu percurso é em crescendo até ao final. O aparecimento em cena das associações empresariais e dos respectivos dirigentes associa-se predominantemente a uma viragem no discurso atrás referido, em direcção a um protagonismo positivo. São citados e chamados a intervir a propósito da implementação de medidas e introdução de tecnologias ambientalmente mais favoráveis, e de assinaturas de protocolos relacionados com o desempenho ambiental das empresas. Representam contudo valores muito baixos, relativamente ao total do universo empresarial presente no discurso mediático.

GRÁFICO 6.15 - Universo Empresarial (rácios) (médias móveis de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999

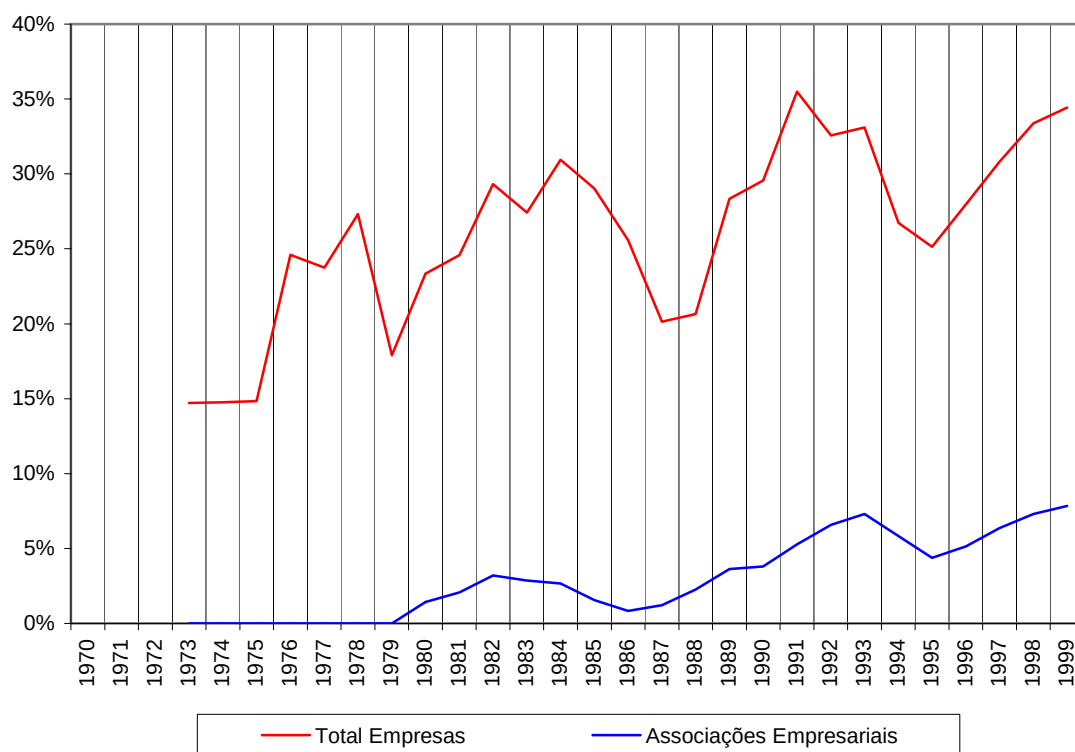
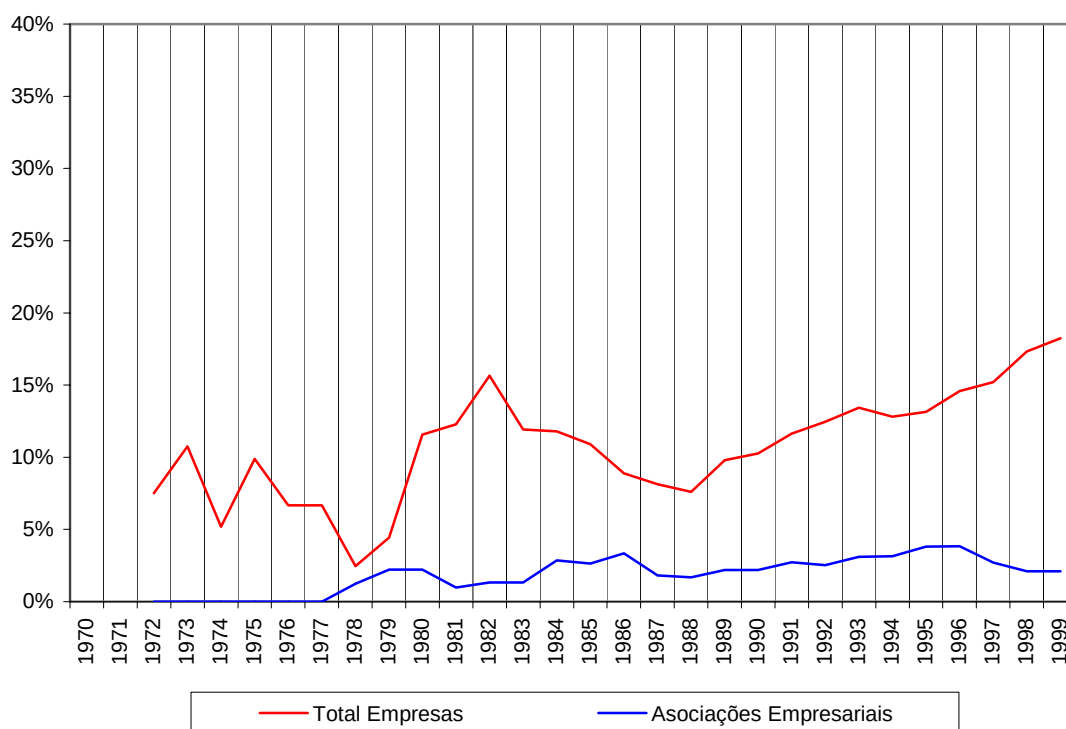


GRÁFICO 6.16 - Universo Empresarial (rácios) (médias móveis de 3 anos) - DN (amostra), 1970-1999



Quanto às ONGA, ao contrário das empresas, a sua presença no discurso mediático obtém a maior relevância na década de noventa. Apesar de algumas diferenças, sobretudo uma maior irregularidade no *Diário de Notícias*, salienta-se uma presença pouco significativa das ONGA, em termos absolutos, até meados da década de oitenta, com uma subida muito significativa a partir desta data nos dois jornais, (gráficos 6.17 e 6.18) acompanhando de forma clara a subida da produção noticiosa.

No *Expresso*, observa-se uma subida importante entre 1986 e 1991, registando durante quase toda a década de noventa uma certa estabilização, culminada com uma grande subida em 1999, que, mais uma vez é provocada pela questão da co-incineração.

No *Diário de Notícias* a evolução é mais irregular e a subida apenas se consolida no início da década de noventa, para se manter em alta até final, com oscilações.

GRÁFICO 6.17 - ONGA - *Expresso*, 1973-1999

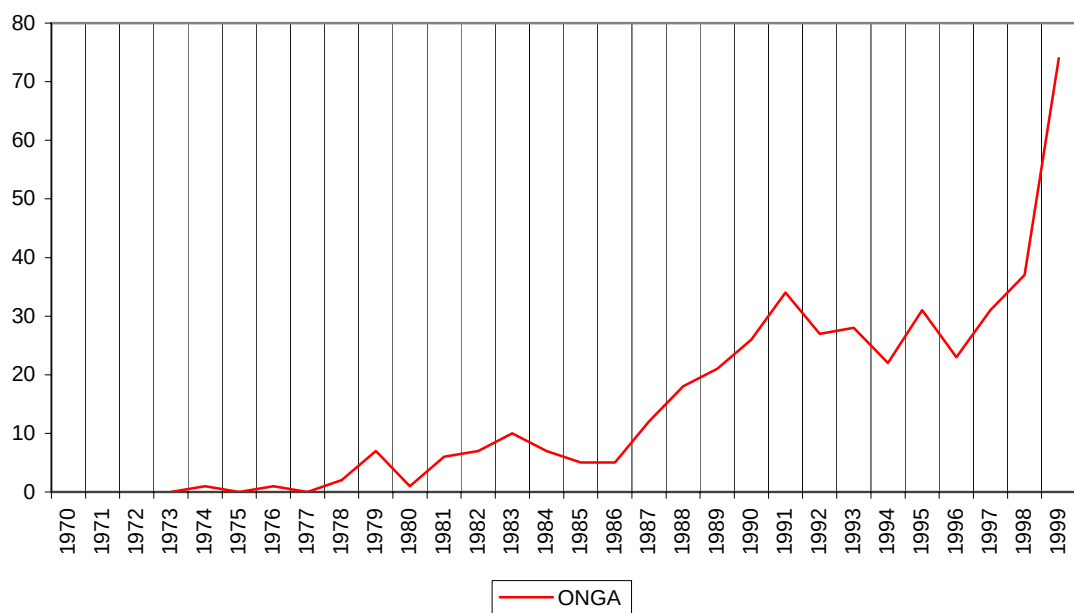
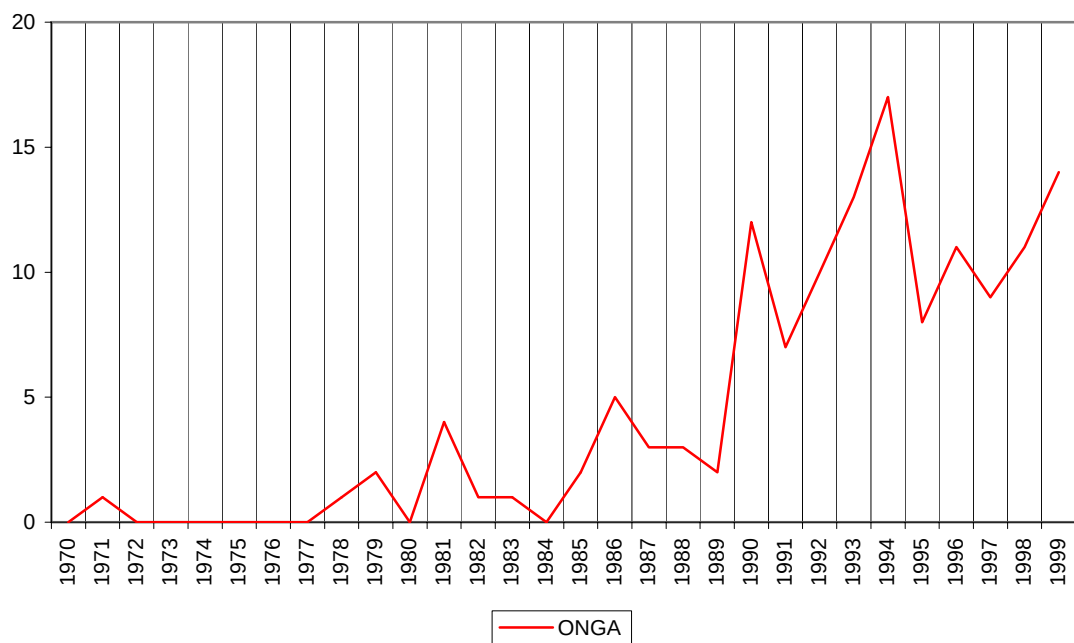


GRÁFICO 6.18 - ONGA - *DN* (amostra) 1970-1999



Em termos de rácios, a convocação das ONGA no *Expresso* está sempre acima do *Diário de Notícias*, apesar de muito próximos no final da década de setenta e no ano de 1987. Confirma-se uma subida mais tardia no *Diário de Notícias*, sendo contudo de realçar o facto de na segunda metade da década de noventa o *Diário de Notícias* se aproximar, de forma relativamente estável, do *Expresso*.

Esta “disparidade” na evolução da convocação de ONGA, para o discurso mediático, decorre sobretudo das características editoriais e de periodicidade dos dois jornais. O *Expresso*, ao atribuir um maior desenvolvimento às notícias e sobretudo devido à maior publicação de artigos de fundo, com realce para a revista, convoca com maior frequência as ONGA para intervirem num discurso mais reflexivo, com maior suporte técnico e científico e menos baseado na ocorrência imediata. Esta característica mantém-se para as restantes organizações da sociedade civil, que analisamos de seguida, apesar das diferenças que estas apresentam em relação às ONGA.

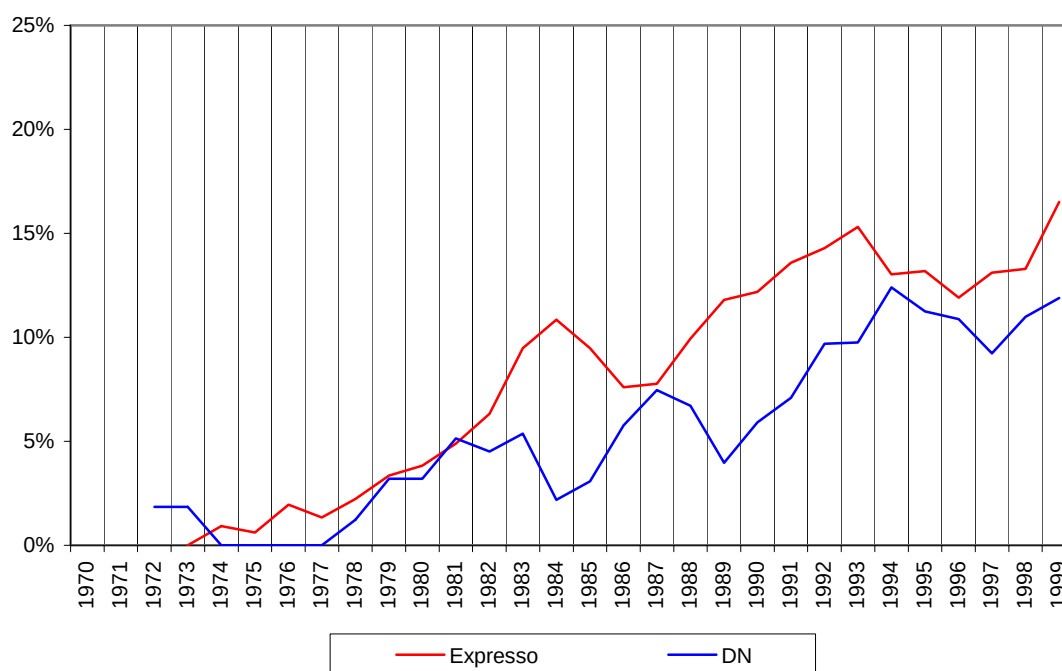
As primeiras referências ocorreram em 08/07/1971 no *Diário de Notícias*, e em 16/03/1974 no *Expresso*, citando em ambos os casos a LPN. De entre os diversos temas, que marcaram uma convocação mais relevante das ONGA, para o discurso mediático, salientam-se o empreendimento de Alqueva, que atravessa todo o período⁸⁴, mas cuja visibilidade mediática tem o seu auge na década de noventa; a construção da ponte Vasco da Gama, sobre que marcam presença relevante no discurso as três maiores associações nacionais, GEOTA, LPN e Quercus, em virtude do trabalho conjunto que então desenvolveram e a co-incineração. Na década de setenta e início da década de oitenta, o tema que mais convocou as ONGA foi o nuclear.

Conforme referimos no capítulo 4, quando analisámos a dimensão associativa do problema social, é a partir da segunda metade da década de oitenta que o

⁸⁴ Durante a década de setenta, e início da década de oitenta, a associação mais vezes chamada a intervir sobre Alqueva, foi a APRH - Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, a qual embora tendo hoje o estatuto de ONGA, face à actual legislação, naquela época a sua actividade tinha sobretudo características de uma associação de interesse específico relacionada com os recursos hídricos.

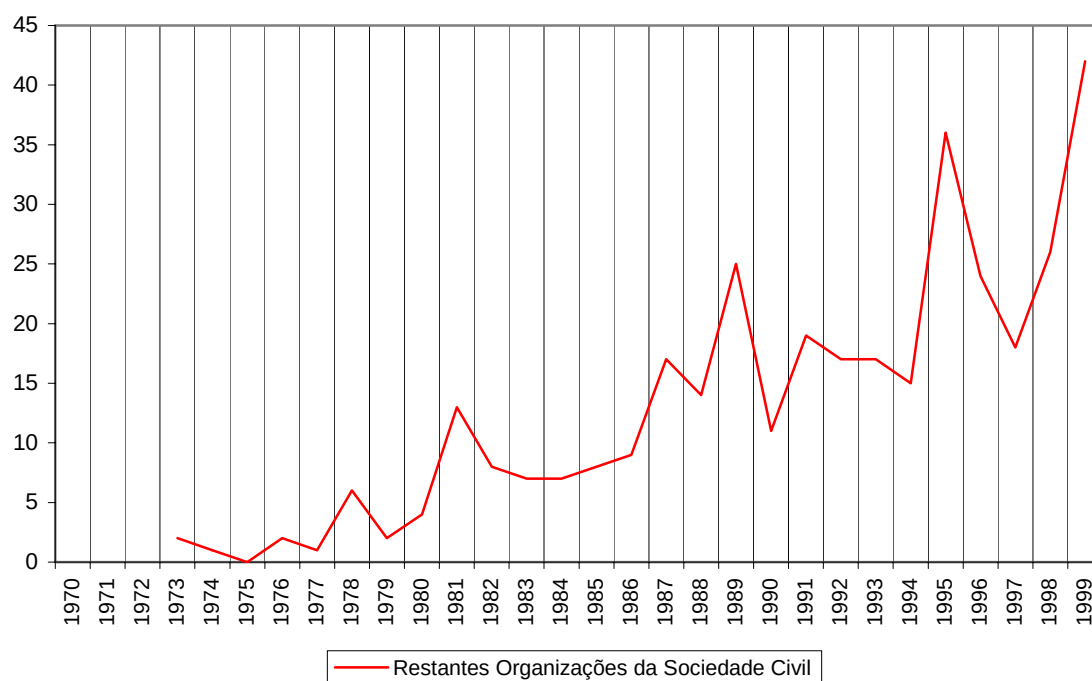
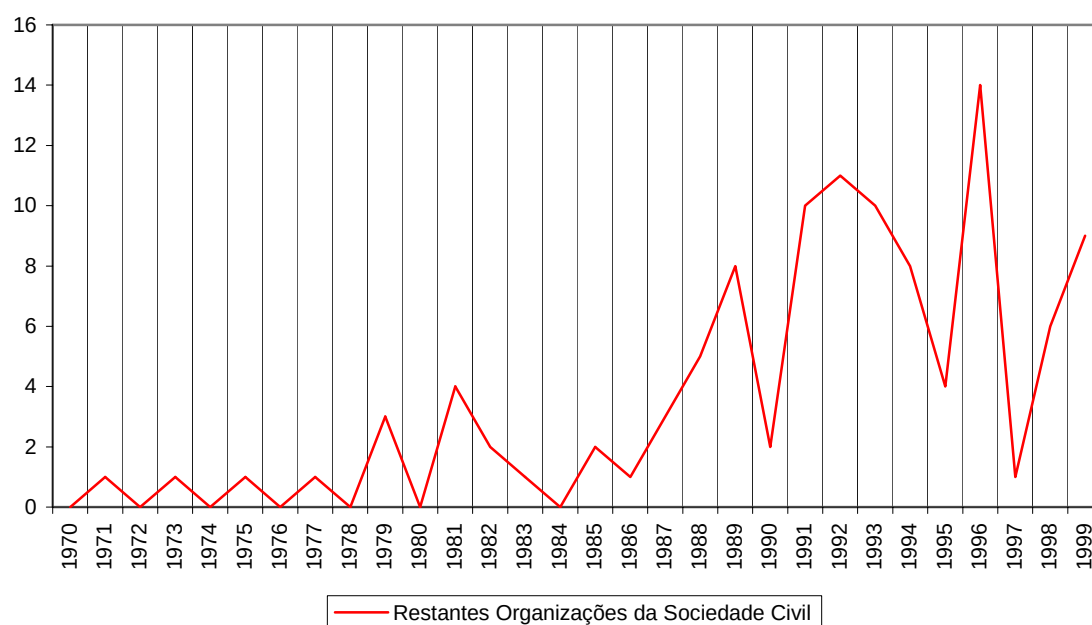
movimento associativo ambiental tem um grande incremento, em termos de criação de novas associações, para além de ser também em meados desta década que são fundadas duas das mais importantes ONGA de âmbito nacional: A Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza (1985) e o GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (1986). A LPN - Liga para a Protecção da Natureza, opera por esta altura uma estratégia mais virada para o exterior, “saindo” dos meios académico e científico⁸⁵. A par deste crescimento, as ONGA adquirem uma cada vez maior credibilidade técnica e científica, que até então, praticamente só era reconhecida à LPN. Estes factos vêm a reflectir-se numa maior convocação das ONGA para o discurso mediático, assumindo-se como grupo enunciador do problema, contribuindo de forma decisiva para a sua diversificação e alargamento.

GRÁFICO 6.19 - ONGA (rácios) (médias móveis de 3 anos) - *Expresso* - DN, 1970-1999



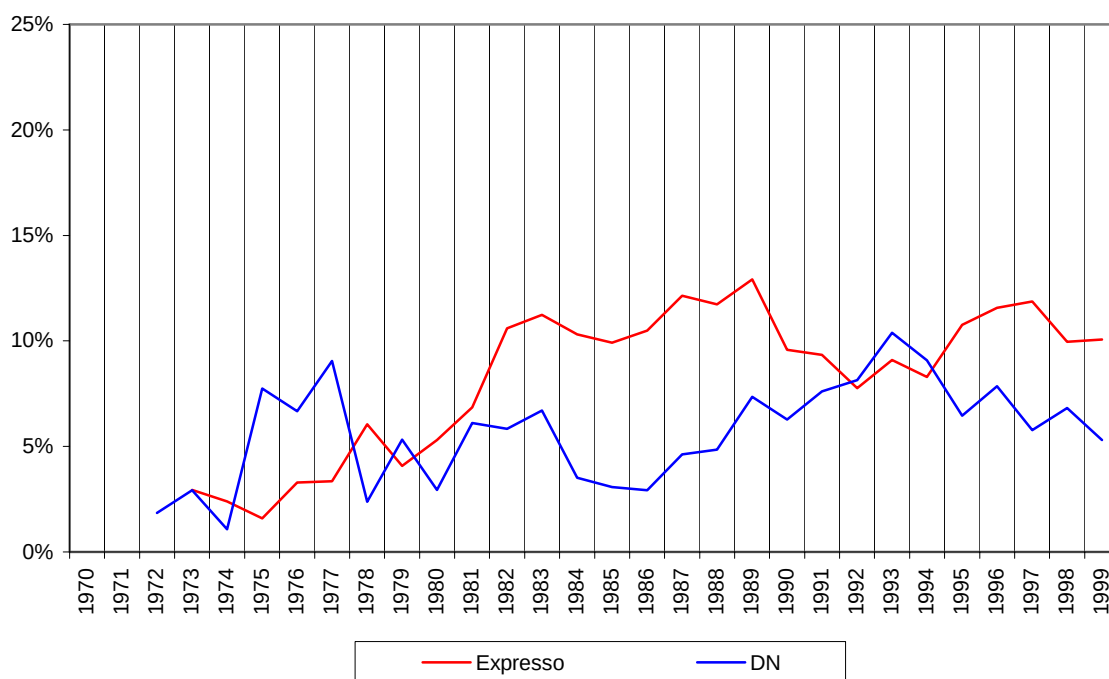
⁸⁵ Ver capítulo 7, dedicado à evolução do movimento associativo ambiental em Portugal.

Debruçando-nos agora sobre o grupo composto pelas restantes organizações da sociedade civil, atrás enumeradas, observa-se que, em valores absolutos, sobe com o número de notícias, de forma mais acentuada no *Expresso*, mas a sua principal característica é a grande irregularidade que apresenta, sobretudo no *Diário de Notícias* (gráficos 6.20 e 6.21). Tal parece decorrer do facto de uma parte deste conjunto de instituições não ter uma “ligação directa” com a causa ambiental, sendo chamada a intervir em situações pontuais, com um carácter localista, mormente a intervenção de grupos informais de cidadãos. Como emblemáticas, figuram as lutas travadas contra a exploração de caulinos em Barqueiros, com início em 1986 e que se prolongou até 1989, ano das revoltas de Pernes e Vaqueiros contra a poluição do rio Alviela; contra a instalação da lixeira nuclear de Aldeadavilla, junto à fronteira portuguesa, em 1987; as lutas contra a plantação de eucaliptos em Aboboreira e Valpaços em 1989. A forte mediatização destas lutas revestiu-se de grande importância, num momento de viragem do discurso sobre o ambiente e em que o problema social estava em fase de institucionalização. Excepção ao que parece ser a regra, por apresentar uma maior regularidade, é a convocação de ordens e associações profissionais com carácter técnico e científico, de que são exemplo as Ordens dos Engenheiros e dos Arquitectos, e associações profissionais relacionadas com o ambiente, como a Associação Portuguesa de Biólogos, a Associação Portuguesa de Engenheiros do Ambiente e Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, que se distinguem do conjunto anterior pelo âmbito mais geral e reflexivo da sua intervenção.

GRÁFICO 6.20 - Restantes Organizações da Sociedade Civil - *Expresso*, 1973-1999GRÁFICO 6.21 - Restantes Organizações da Sociedade Civil - *DN* (amostra), 1970-1999

Observando a evolução, em termos de rácios, nos dois jornais, (gráfico 6.22) confirma-se um maior crescimento no *Expresso*, a partir do início da década de oitenta, apresentando igualmente uma maior estabilidade. Tal como em relação às ONGA, as características editoriais deste jornal, associadas à sua periodicidade, dão às notícias um maior grau de desenvolvimento, ao contrário do *Diário de Notícias*, que pelo facto de ser um jornal diário se reporta mais aos factos do imediato, citando os protagonistas associados a cada ocorrência concreta e cuja participação nela se esgota. Daqui decorre que o *Expresso* convoca mais frequentemente as organizações da sociedade civil de pendor técnico e científico para intervenções de carácter mais geral e reflexivo.

GRÁFICO 6.22 - Restantes Organizações da Sociedade Civil (rácios) (médias móveis de 3 anos) - *Expresso* - DN, 1973-1999



6.4 Instituições Internacionais

Em termos de evolução global em valores absolutos, considerando a totalidade das instituições internacionais, a sua presença no discurso mediático segue a tendência dos restantes protagonistas quanto ao aumento registado a partir da segunda metade da década de oitenta, acompanhando o crescimento de notícias.

Contudo, antes desse crescimento já se verificava uma presença assinalável durante alguns anos da década de setenta (gráficos 6.23 e 6.24).

Fazendo uma análise pormenorizada, verifica-se a partir de 1986 um crescimento muito acentuado, embora com oscilações, das instituições políticas da União Europeia⁸⁶ que foram o principal responsável pelo crescimento do conjunto, já que as restantes instituições registam uma subida menos significativa, sobretudo no *Expresso*. Assim, assinalam-se duas fases distintas: uma correspondente à década de setenta e primeira metade da década de oitenta, quando a presença das instituições internacionais está associada a um discurso económico muito marcado pelas questões ligadas aos recursos energéticos, com ênfase nos anos de 1973-74 e 1979, decorrentes das crises energéticas que então ocorreram; a outra a partir da segunda metade da década de oitenta, associada a notícias sobre a questão ambiental, particularmente referentes a questões de carácter global, com destaque para notícias relacionadas com Convenções e Protocolos, conforme se pode verificar com o cruzamento de informação efectuado no tema 7 da análise temática, onde se diferenciaram as notícias referentes a acordos internacionais. Neste período, as instituições políticas da União Europeia destacam-se, por via da adesão de Portugal em 1986, data a partir da qual teve que transpor um vasto conjunto de Directivas Comunitárias relacionadas com ambiente, para além do recurso à UE para aprovar projectos, entre outras atribuições.

As ONGA internacionais sobem consideravelmente com algumas oscilações a partir de 1985 no *Expresso* e um pouco mais tarde, para final da década, no *Diário de Notícias*. Em relação ao total de notícias não têm um peso significativo, mas dada a sua especificidade reveste-se de grande importância a sua presença no discurso mediático. O Greenpeace e o WWF são as mais solicitadas. A convocação de ONGA internacionais associa-se basicamente a três questões: catástrofes ambientais de grande dimensão, como as provocadas por marés negras; problemas de carácter

⁸⁶ O grupo designado por Instituições Políticas da União Europeia, inclui apenas os órgãos políticos da UE, de que são exemplos, o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e própria UE, quando citada genericamente. O grupo designado por Restantes Instituições Internacionais, inclui todo o tipo de instituições (excepto as ONGA) incluindo as pertencentes aos países União Europeia.

global; e a questão do nuclear. Sobre este problema, as ONGA espanholas marcam presença significativa a propósito da central nuclear de Almaraz e do depósito de resíduos nucleares de Aldeadavilla, sobretudo em 1986-87, e no final da década de noventa a propósito do empreendimento de Alqueva.

GRÁFICO 6.23 - Instituições internacionais - *Expresso*, 1973-1999

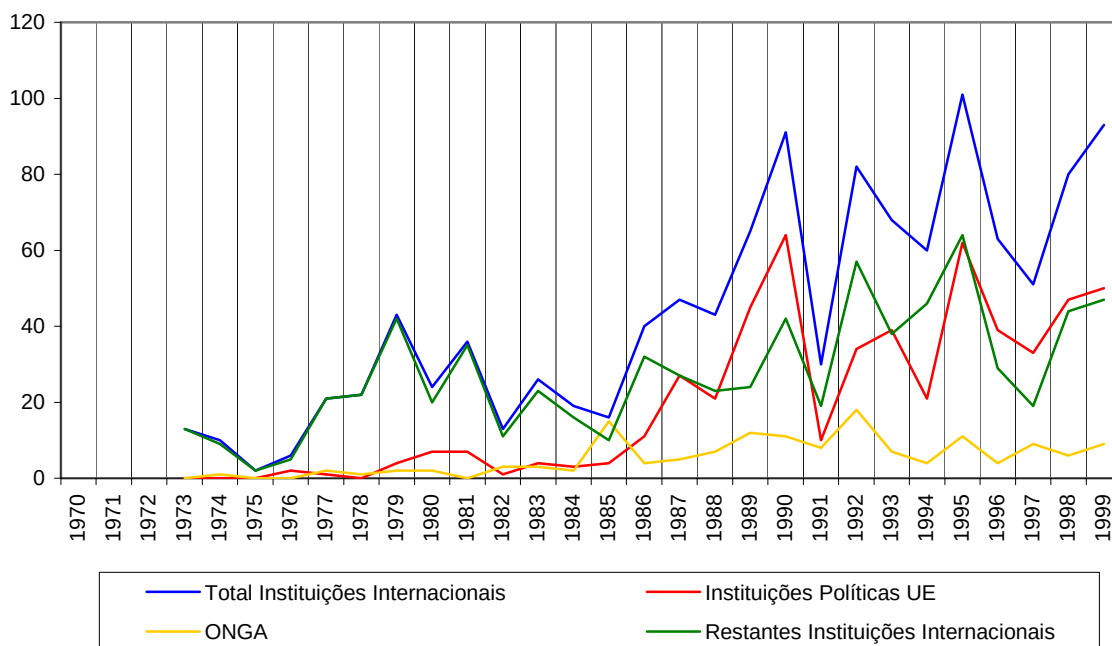
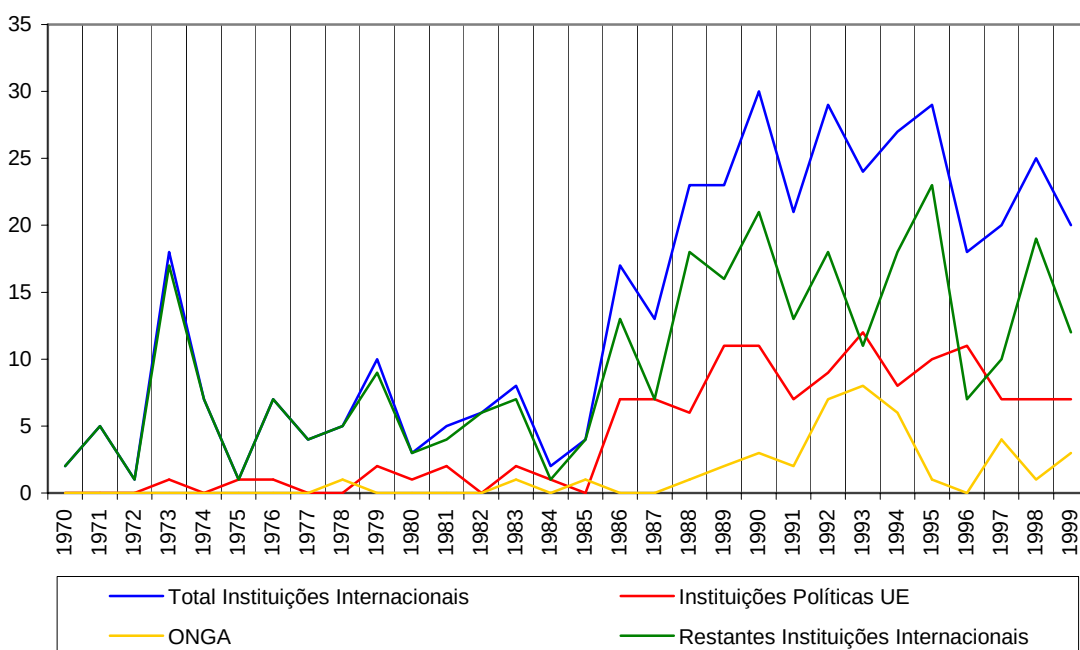
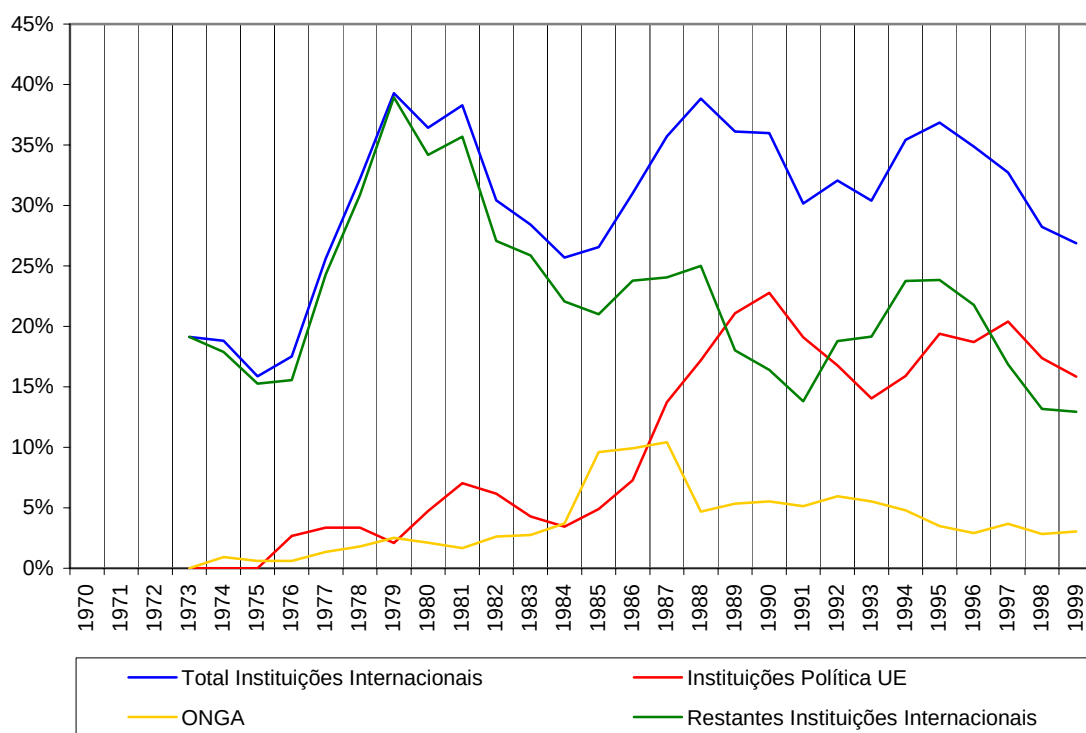
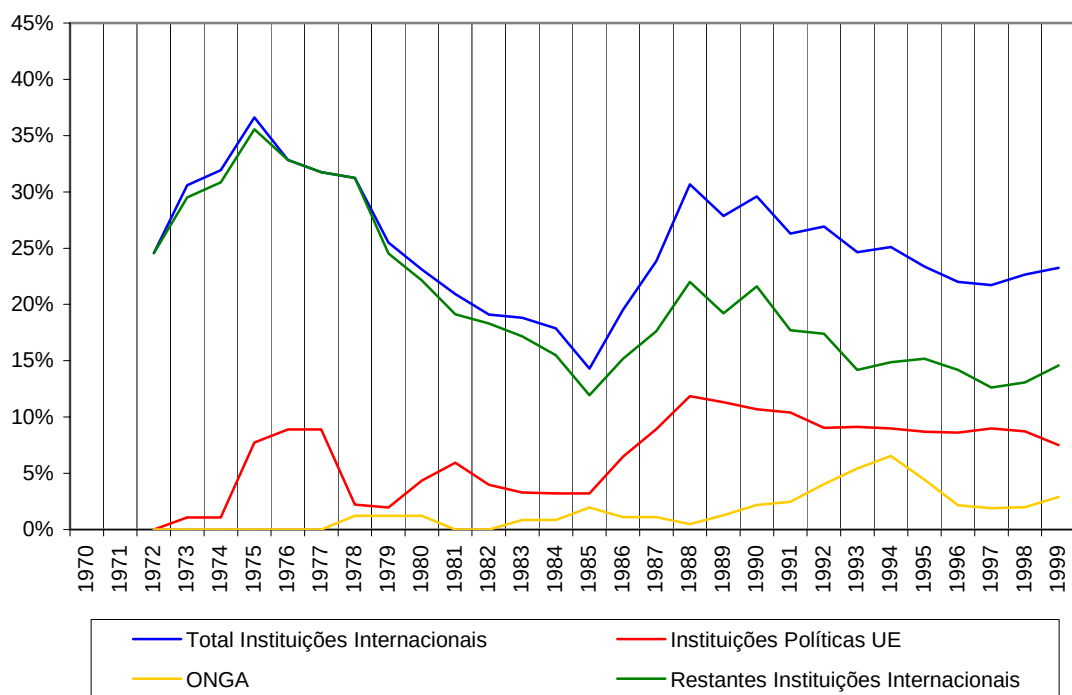


GRÁFICO 6.24 - Instituições internacionais - *DN (amostra)*, 1970-1999



Com base na análise dos rácios (gráficos 6.25 e 6.26), conclui-se que a importância relativa da totalidade das instituições internacionais é sempre relevante, nos dois jornais, ao longo de todo o período. No *Expresso* verifica-se uma subida importante no final da década de setenta, enquanto no *Diário de Notícias* se regista uma descida em meados da década de oitenta. Analisando os diferentes grupos, verifica-se no *Expresso* uma subida acentuada das Instituições Políticas da União Europeia, a partir de meados da década de oitenta, concomitante com uma descida das Restantes Instituições Internacionais, contribuindo para o “equilíbrio” em alta do total. No *Diário de Notícias*, o fenómeno também ocorre mas de forma menos acentuada, situando-se o grupo das Restantes Instituições Internacionais sempre acima. Considera-se muito significativa a importância relativa atingida pelas Instituições Políticas da União Europeia no discurso mediático, dado que o grupo constituído pelas restantes instituições abarca um leque muito mais diversificado e tem uma abrangência mundial.

As ONGA internacionais registam um maior peso relativo no *Expresso*, no qual em meados da década de oitenta atingem uma expressão significativa, registando uma descida no final da década, mantendo-se praticamente estável durante toda a década de noventa. No *Diário de Notícias*, as ONGA atingem a sua expressão máxima em meados da década de noventa. Também neste caso, a menor convocação destas instituições está relacionada com as características editoriais e de periodicidade dos dois jornais, dado que a intervenção deste tipo de organizações no discurso mediático se relaciona sobretudo com questões ambientais à escala global, mais veiculadas em notícias ou artigos de maior desenvolvimento.

GRÁFICO 6.25 - Instituições Internacionais (rácios) (médias móveis de 3 anos) - *Expresso* 1973-1999GRÁFICO 6.26 - Instituições Internacionais (rácios) (médias móveis de 3 anos) - *DN* (amostra), 1970-1999

6.5 Instituições relacionadas com o ambiente

Dada a importância específica das instituições constituídas para lidar com as problemáticas ambientais, segue-se uma visão de conjunto de como evoluiu a sua presença nos discursos mediáticos em análise, transversalmente a todos os campos específicos de inserção anteriormente discriminados.

Numa visão de conjunto, em valores absolutos, verifica-se que todas as instituições pertencentes a este grupo, especialmente vocacionadas para lidar com as questões ambientais, crescem de forma significativa, a partir de meados da década de oitenta, apesar de algumas oscilações, sobretudo no *Diário de Notícias* (gráficos 6.27 e 6.28). Estes dados revelam uma concomitância com o verificado no capítulo 4, onde foram analisadas as diversas dimensões do problema social, tendo-se então situado neste período o início da sua institucionalização.

As instituições do poder central relacionadas com o ambiente ocupam sempre a primeira posição a partir de meados da década de oitenta, ou seja, a partir do momento em que o problema ganha maior visibilidade no discurso mediático. Em períodos anteriores, finais da década de setenta e início da década de oitenta, as ONGA chegaram a ocupar a primeira posição em ambos os jornais, mas tratava-se então de valores absolutos relativamente baixos. A primazia para as instituições do poder central resulta, como já se observou atrás, da responsabilidade governativa, legislativa ou de supervisão e regulação que detêm em relação aos fenómenos constitutivos do problema e traduz claramente a institucionalização deste na dimensão política. A subida de todas as instituições relacionadas com o ambiente, com excepção das ONGA Internacionais, acompanha a subida de notícias, a partir de meados da década de oitenta, com destaque para o crescimento acentuado que ocorreu até ao início da década de noventa. O *Expresso* apresenta uma maior regularidade na evolução que culmina com subidas significativas em 1999.

O aumento dos Outros Organismos do Estado está relacionado, para além do aumento do número de notícias, com a criação de instituições do Estado relacionadas

com o problema ambiental, para o qual contribui a institucionalização do problema impulsionada pela emergência e actuação das associações de cidadãos, particularmente das ONGA, que como se verifica seguem muito próximas nos dois jornais.

GRÁFICO 6.27 - Instituições de ambiente - *Expresso*, 1973-1999

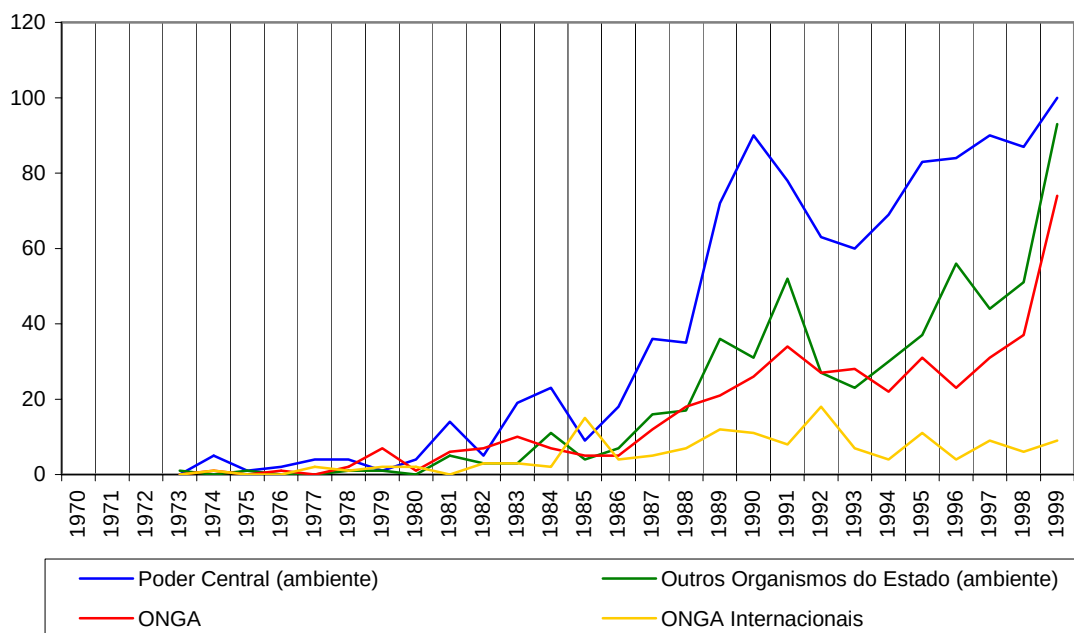
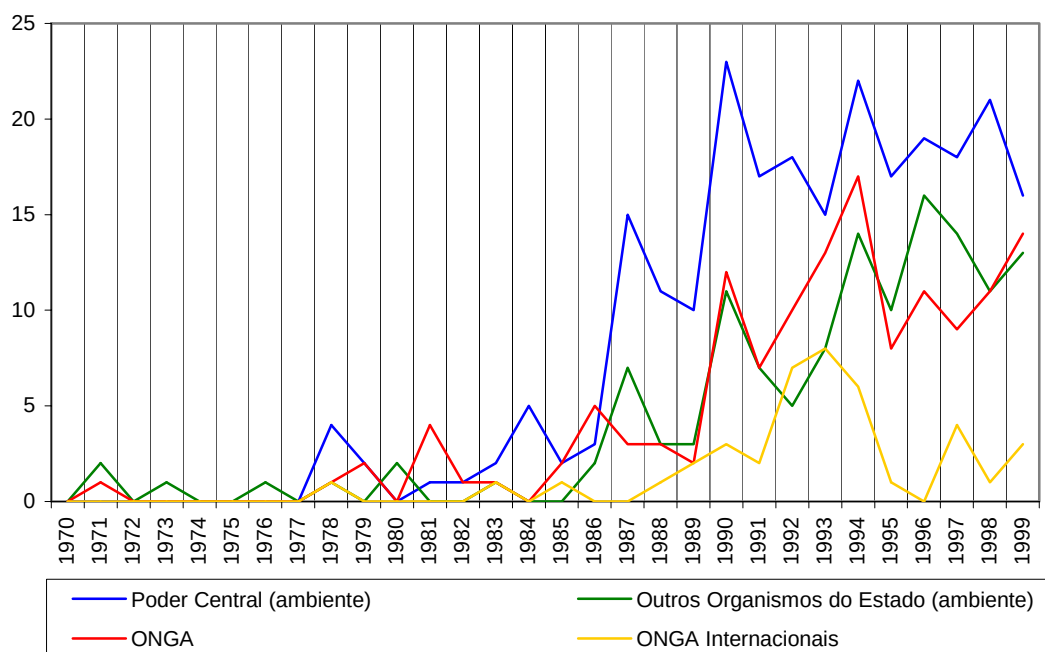


GRÁFICO 6.28 - Instituições de ambiente - *DN (amostra)*, 1970-1999



Em termos de rácios, a presença das instituições de ambiente no discurso mediático assume uma grande visibilidade a partir de meados da década de oitenta no *Expresso* (gráfico 6.29). As instituições do poder central relacionadas com o ambiente, que estão sempre na frente, chamam a si o maior protagonismo, passando de cerca de 20% das notícias publicadas, em meados da década de oitenta, para 40% no início da década de noventa, mantendo-se em alta até ao final. As ONGA e os Outros Organismos do Estado (OOE) fazem um percurso ascendente, com as ONGA à frente até 1985. Em 1986, os OOE passam para a frente até ao final, atingindo os valores máximos no início e no final da década de noventa. As ONGA consolidam na década de noventa, em alta, de forma estável. As ONGA internacionais atingem a sua expressão máxima em meados da década de oitenta, atingindo 10% das notícias publicadas, superiorizando-se mesmo em relação às ONGA nacionais e aos OOE, descendo, embora com um percurso estável, na década de noventa.

No *Diário de Notícias*, (gráfico 6.30), embora as instituições do poder central relacionadas com o ambiente também ocupem a primeira posição, a diferença relativamente às restantes não é tão elevada, sendo que também em relação às notícias publicadas a sua presença é inferior à verificada no *Expresso*, nunca indo muito além dos 20%. Contudo há um salto significativo de meados até ao final da década de oitenta, estabilizando durante a década de noventa.

As ONGA e os OOE têm uma evolução mais próxima do que no *Expresso*. Seguem próximas durante todo o período com alternâncias de posição. As ONGA aproximam-se dos valores obtidos no *Expresso*, sobretudo na década de noventa, situando-se entre os 10% e os 20%. As ONGA internacionais, em termos globais apresentam sempre valores inferiores aos registados no *Expresso* atingindo a sua expressão máxima em meados da década de noventa.

O predomínio crescente das instituições do estado relacionadas com o ambiente, aos diversos níveis, traduz uma resposta política ao problema politizado. De notar também a relação muito estrita, em termos de evolução, entre os OOE e as

ONGA, o que traduz um conjunto de afinidades de âmbitos de intervenção: estudo, diagnóstico técnico, apoio ou pressão para formação e execução de políticas.

No que respeita a protagonistas individuais, salienta-se Gonçalo Ribeiro Telles, até porque institucionalmente esteve ligado a uma grande variedade de instituições sendo citado como cientista e académico, como político, líder e dirigente partidário, (PPM e MPT) governante (Secretário de Estado e Ministro), e dirigente associativo (Instituto D. Dinis, Movimento Alfacinha, entre outras, relacionadas com o ambiente e não só). Merece ênfase o facto de se tratar do protagonista individual mais citado, nos dois jornais, bem como não menos relevante o facto de no *Expresso* ser citado todos os anos.

GRÁFICO 6.29 - Instituições de ambiente (rácios) (médias móveis de 3 anos) - *Expresso*, 1973-1999

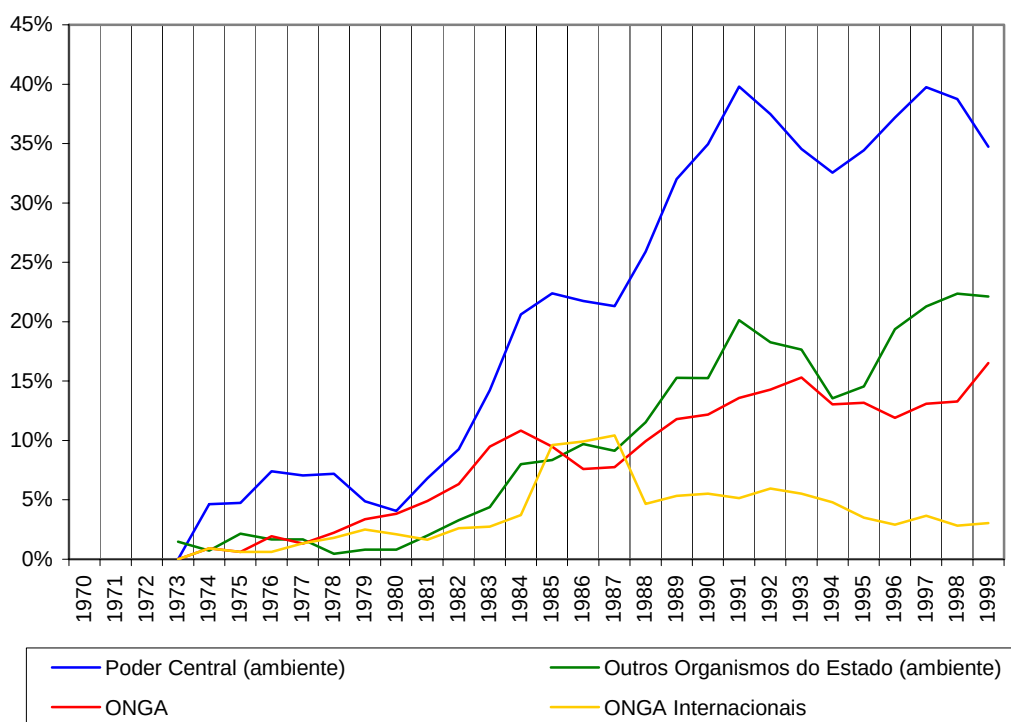
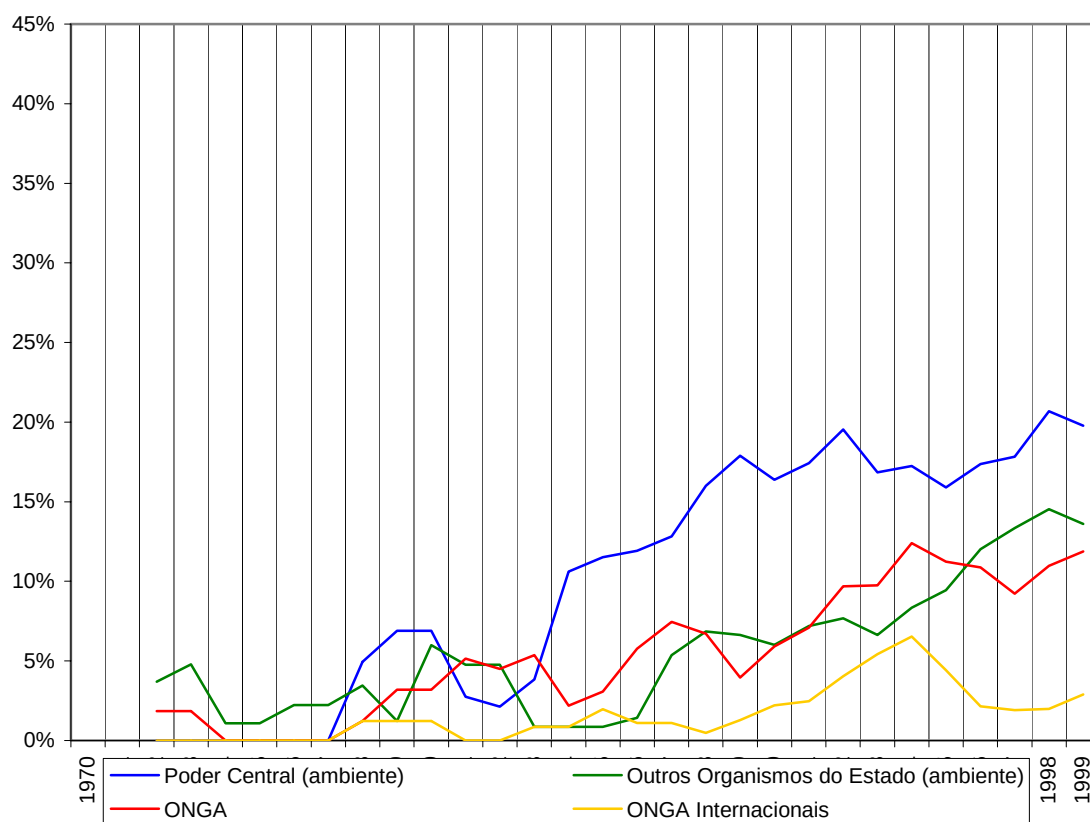


GRÁFICO 6.30 - Instituições de ambiente (rácios) (médias móveis de 3 anos) - DN (amostra), 1970-1999

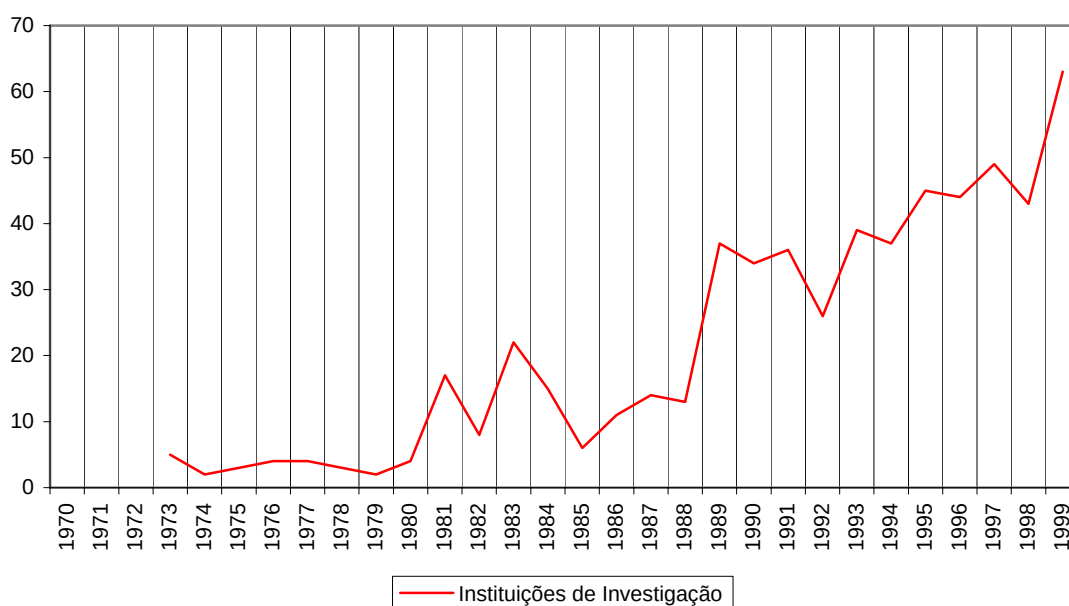
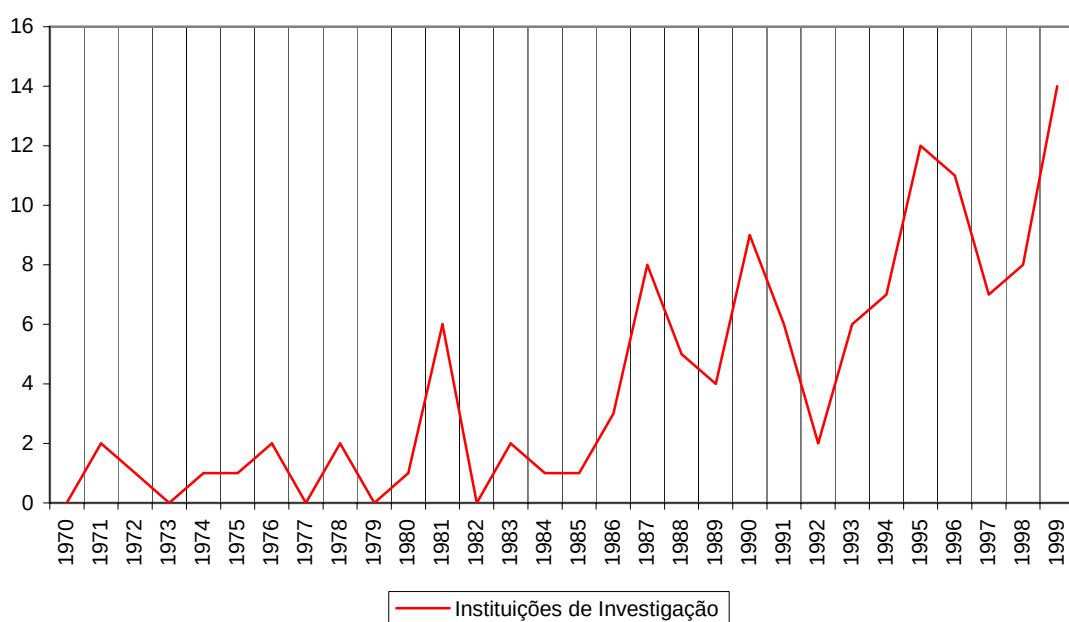


6.6 Instituições de investigação e mobilização de saberes científicos e técnicos

A emergência de saberes científicos e técnicos enunciadores e receptores de discursos de problematização contribui para a diversificação e alargamento do problema, bem como para a elevação do seu estatuto técnico e científico. No presente estudo, analisam-se, por um lado as referências a instituições de investigação e por outro as referências aos saberes propriamente ditos, quer associados a instituições quer a cientistas a título individual.

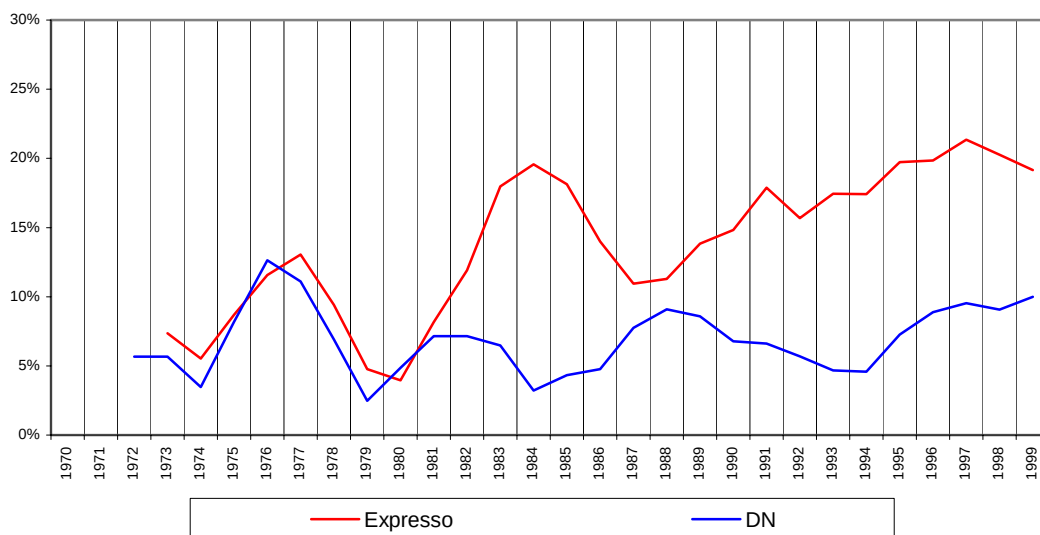
Começando pela análise da evolução das instituições de investigação, constata-se evoluções substancialmente diferentes nos dois jornais, em valores absolutos (gráficos 6.31 e 6.32), mas sobretudo em termos de rácios (gráfico 6.33).

Em ambos os jornais se regista uma subida a partir da segunda metade da década de oitenta, já precedida de alguns picos no início da década, acompanhando a tendência geral para a subida de notícias, mas o *Diário de Notícias* apresenta uma maior irregularidade, não só a partir desta data, mas ao longo de todo o período. O *Expresso* apresenta uma subida mais consistente, sem grandes intermitências.

GRÁFICO 6.31 - Instituições de investigação - *Expresso*, 1973-1999GRÁFICO 6.32 - Instituições de investigação - *DN (amostra)*, 1970-1999

Em termos de rácios, *Expresso* e *Diário de Notícias* seguem praticamente a par durante a década de setenta. A partir de 1980, o *Expresso* mais do que duplica a visibilidade proporcional deste tipo de protagonistas relativamente ao *Diário de Notícias*. No entanto, nos anos em que essa representação proporcional desce no *Expresso*, por volta de finais das décadas de oitenta, e de noventa, o *Diário de Notícias* mantém durante alguns anos a tendência ascendente. Também aqui, as características editoriais e de periodicidade dos dois jornais, já referidas, estão na base desta maior visibilidade dos protagonistas portadores de saberes técnicos e científicos por parte do *Expresso*.

GRÁFICO 6.33 - Instituições de Investigação - *Expresso* - DN, (amostra) (rácios) (médias móveis de 3 anos), 1970-1999



Tal como em relação às instituições de investigação, a referência a saberes científicos e técnicos apresenta-se diferenciada nos dois jornais, quer em valores absolutos (gráficos 6.34 e 6.35) quer em rácios (gráfico 6.36). Em valores absolutos, em ambos ocorre uma subida no final da década de oitenta, contudo, enquanto no *Expresso* se verifica uma estabilização em valores elevados, no *Diário de Notícias* a evolução nesta década é bastante irregular, apesar de registar valores consideráveis. No início da década de oitenta, particularmente nos anos de 1981, 1983 e 1984, o *Expresso* apresenta valores absolutos elevados, resultantes essencialmente de artigos publicados na revista e na secção opinião, estes, na sua maioria assinados por cientistas.

Esta antecipação face ao aumento do número de notícias, que se confirma na observação dos rácios, terá contribuído para a institucionalização do problema, conferindo-lhe legitimidade científica junto da opinião pública.

GRÁFICO 6.34 - Saberes - *Expresso*, 1973-1999

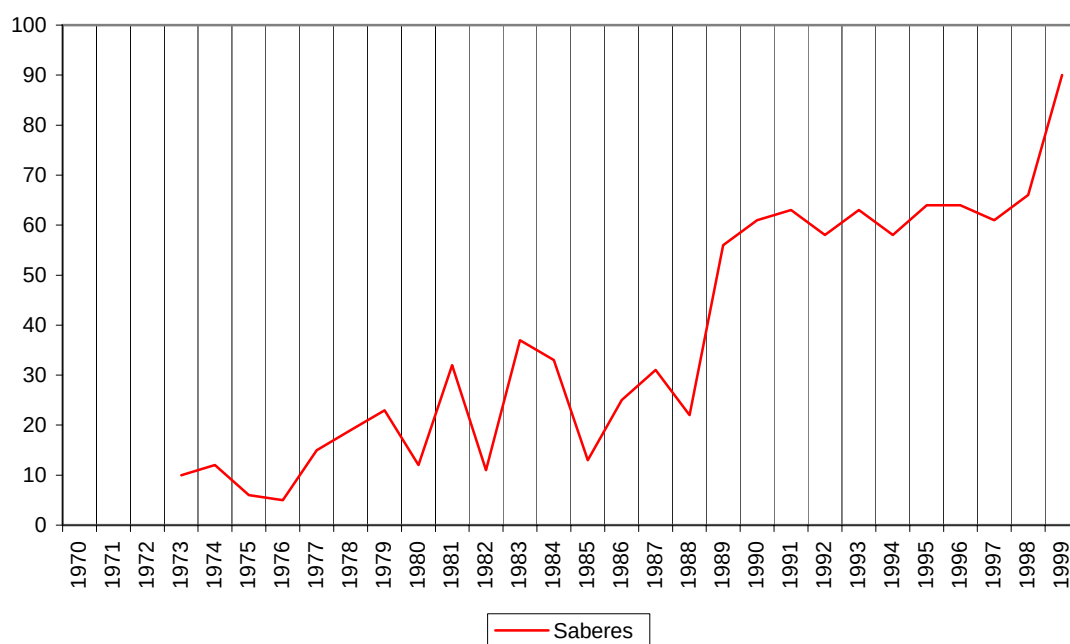
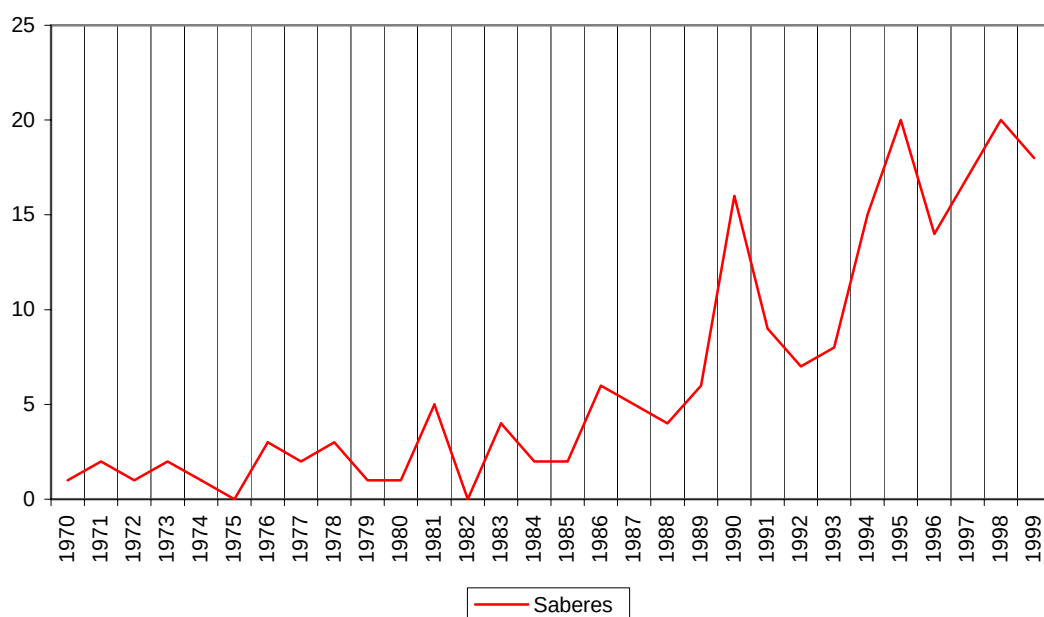
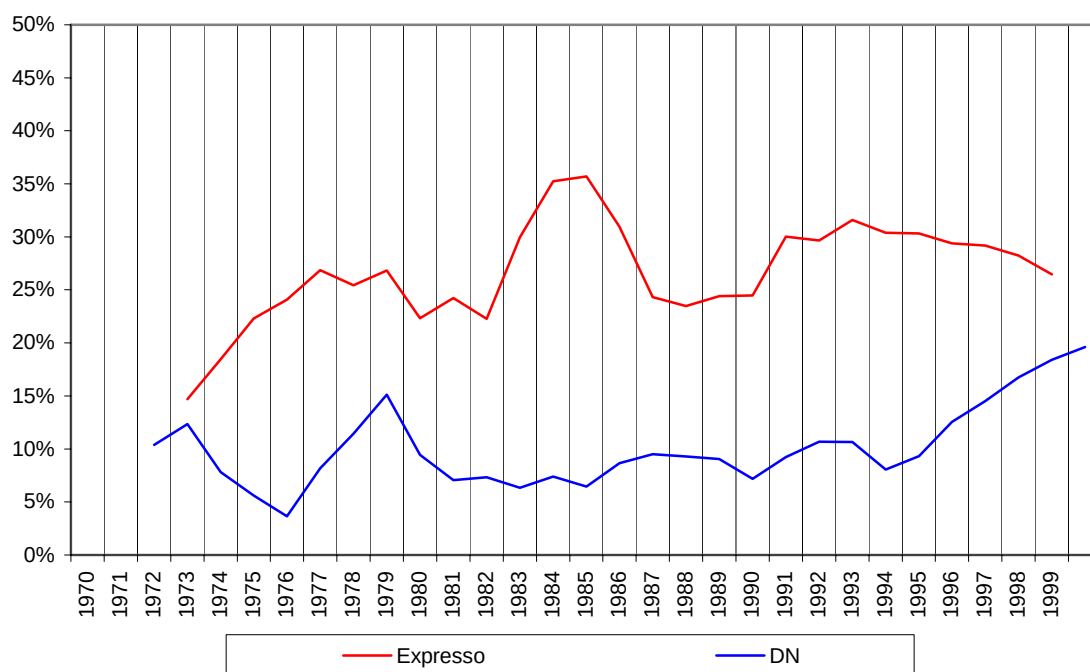


GRÁFICO 6.35 - Saberes - *DN (amostra)*, 1970-1999



Na sequência do referido atrás, a análise dos rácios relativamente aos saberes confirma o distanciamento do *Expresso* em relação ao *Diário de Notícias*. Este jornal apresenta dois picos na década de setenta, numa altura em que os valores absolutos eram baixos, para durante toda a década de oitenta e metade da década de noventa estabilizar em valores inferiores a 10%. Na segunda metade da década de noventa enceta uma subida, para se situar entre os 15% e os 20% no final da década. Quanto ao *Expresso*, a partir de finais da década de setenta situa-se sempre valores elevados, acima dos 25%, desde o início da década de oitenta. Desde então, cerca de um quarto das notícias são suportadas por saberes técnicos e científicos. O carácter reflexivo desta publicação, já referido, contribuiu para a institucionalização do recurso a saberes dentro do próprio jornal e por essa via para a institucionalização do problema social na sociedade portuguesa.

GRÁFICO 6.36 - Saberes *Expresso* - DN, (amostra) (rácios) (médias móveis de 3 anos), 1970-1999



Analisando o recurso a saberes de carácter técnico e científico, tendo em conta os diversos temas tratados em relação à totalidade do período (gráficos 6.37 e 6.38), constata-se uma similitude em termos de importância com a evolução temática tratada no capítulo 5, que era composta por três eixos temáticos: o primeiro

constituído por Natureza/Ambiente e Recursos, o segundo por Poluição e Ordenamento do Território e um terceiro por Resíduos, Catástrofes Naturais e Problemas Globais.

Assim, na análise global para a totalidade do período no que respeita aos saberes técnico-científicos, Natureza/Ambiente é também o tema para o qual aqueles são mais solicitados, Seguem-se, Recursos, Poluição Ordenamento do Território, Resíduos, Problemas Globais e Catástrofes Naturais, todos com valores similares em ambos os Jornais.

GRÁFICO 6.37 - Saberes por tema (nível 1) - *Expresso*, 1973-1999

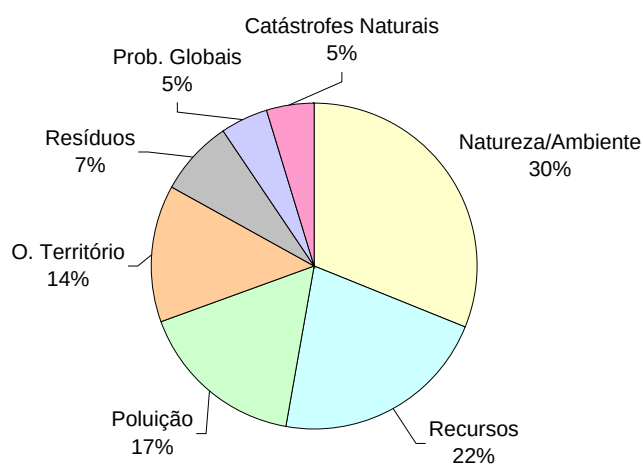
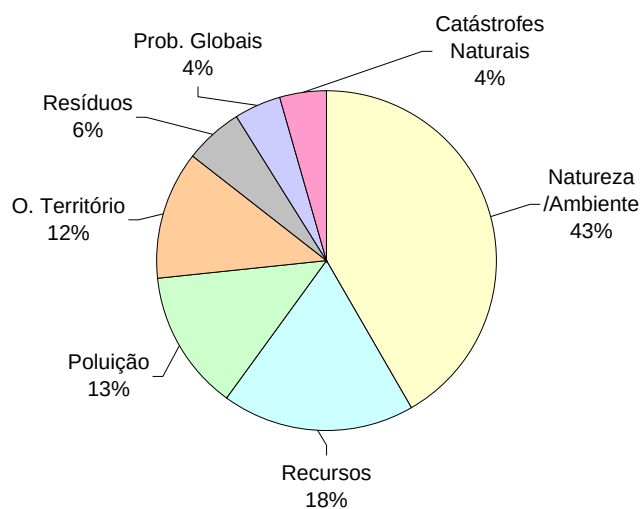


GRÁFICO 6.38 - Saberes por tema (nível 1) - *DN*, (amostra), 1970-1999



Em resumo, as principais constatações deste capítulo foram:

A partir de meados da década de oitenta, observa-se uma subida na convocação de protagonistas, geralmente mais relevante no *Expresso*, que reflecte, para além do aumento do número de notícias, uma diversificação e uma complexificação temáticas.

A primazia vai sempre para as instituições políticas, particularmente as nacionais, com predominância clara do poder executivo. Esta predominância advém-lhes de por um lado ocuparem uma posição privilegiada no acesso aos média e por outro por serem mais solicitados pela responsabilidade governativa, legislativa ou de supervisão e regulação que detêm em relação aos fenómenos constitutivos do problema.

As organizações da sociedade civil marcam presença de relevo, catapultadas sobretudo pela presença das empresas, ao longo de todo o período, com um protagonismo predominantemente negativo, e das ONGA, com maior relevo na década de noventa, com um protagonismo de carácter positivo, enquanto protagonistas com capacidade de diagnóstico e de proposta de soluções.

Este aumento da participação de protagonistas significa que o discurso mediático se transformou também pela diversificação dos actores referidos ou chamados a intervir.

Por outro lado assiste-se a um crescimento notável da visibilidade mediática das instituições relacionadas com o ambiente a partir de meados da década de oitenta, sendo importante realçar o crescimento das instituições centrais e outros organismos do Estado, particularmente no *Expresso*. Esta subida constitui-se como um indicador da institucionalização do problema ambiental como problema político.

O recurso a saberes técnicos e científicos, que tal como em relação aos protagonistas, também tem um maior relevo no *Expresso*, regista uma subida

antecipada em relação aos protagonistas, ou seja, a partir do início da década de oitenta.

Esta predominância do *Expresso*, em relação ao *Diário de Notícias*, quer na convocação de protagonistas, quer no recurso a saberes, deve-se às características editoriais e de periodicidade dos dois jornais. O *Expresso*, ao atribuir um maior desenvolvimento às notícias, particularmente através da publicação de artigos de fundo, convoca com maior frequência protagonistas com capacidade de intervenção para intervir num discurso mais reflexivo, sobretudo as ONGA, os organismos do Estado com funções de diagnóstico, regulação e monitorização, e as instituições e actores individuais portadores de saberes técnicos e científicos.

CAPÍTULO 7

O MOVIMENTO ASSOCIATIVO AMBIENTALISTA EM PORTUGAL

O processo de modernização da sociedade portuguesa, abordado no capítulo 3, conduziu a uma recomposição social a que se associou uma mudança de valores que propiciou, não só a percepção dos problemas ambientais, como a formação de novos movimentos e organizações sociais que enunciam e veiculam esses problemas, particularmente as que vieram a dar origem às Associações de Defesa do Ambiente hoje denominadas Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA)⁸⁷. Resultante desse processo, o movimento ambientalista em Portugal, enquanto corrente organizada de opinião, tem uma origem muito recente, embora radicando no trabalho pioneiro de minorias activas ligadas a elites científicas e profissionais mais permeáveis aos movimentos de opinião internacionais e, mais tarde, a actividades de lazer com cunho científico (espeleologia, mergulho) ou a grupos de interesse locais em torno de problemas concretos.

Este capítulo começará por uma breve caracterização sociográfica das organizações do movimento ambientalista actual, seguindo-se uma abordagem diacrónica da sua emergência e consolidação.

⁸⁷ A Lei 35/98 de 18 de Julho, que revogou a Lei 10/87 de 4 de Abril, passou a denominar as ADA - Associações de Defesa do Ambiente de ONGA - Organizações Não Governamentais de Ambiente.

7.1 Caracterização segundo o estatuto, o âmbito e a localização geográfica

No presente estudo, foram consideradas para inquérito por questionário 147 ONGA e equiparadas, tendo como base o Registo Nacional da responsabilidade do IPAMB (actualizado pela nova lei das ONGA)⁸⁸ e o registo das associações confederadas, ou seja, inscritas na CPADA. Não foram considerados separadamente os núcleos regionais das associações nacionais, sendo a Quercus a mais significativa quanto a este aspecto, com cerca de duas dezenas de núcleos por todo o país.

Às 147 associações consideradas foi enviado um questionário, em anexo, ao qual responderam 86 associações (59%). Este questionário está na base da informação que a seguir se apresenta, complementado com informação obtida no IPAMB, na CPADA e no Diário da República, em relação às 61 associações que não responderam ao inquérito. Tratou-se de um questionário sintético, com quatro indicadores principais: ano de fundação, estatuto, âmbito, e localização geográfica, os quais poderiam, quase na totalidade, ser obtidos através dos registos das ONGA no IPAMB e na CPADA. Contudo, por questões de operacionalidade e rapidez na obtenção da informação optou-se pelo seu envio, sobretudo porque os indicadores ano de fundação e localização geográfica, não fazem parte da informação incluída nas listagens quer do IPAMB quer da CPADA, obrigando à consulta dos processos individuais das ONGA, cujo acesso é difícil e moroso. Foi o caso das 61 associações que não responderam ao inquérito, e de algumas outras que não responderam a todas as perguntas do questionário. Nalguns casos foi mesmo necessário o recurso ao Diário da República para obter informação em falta.

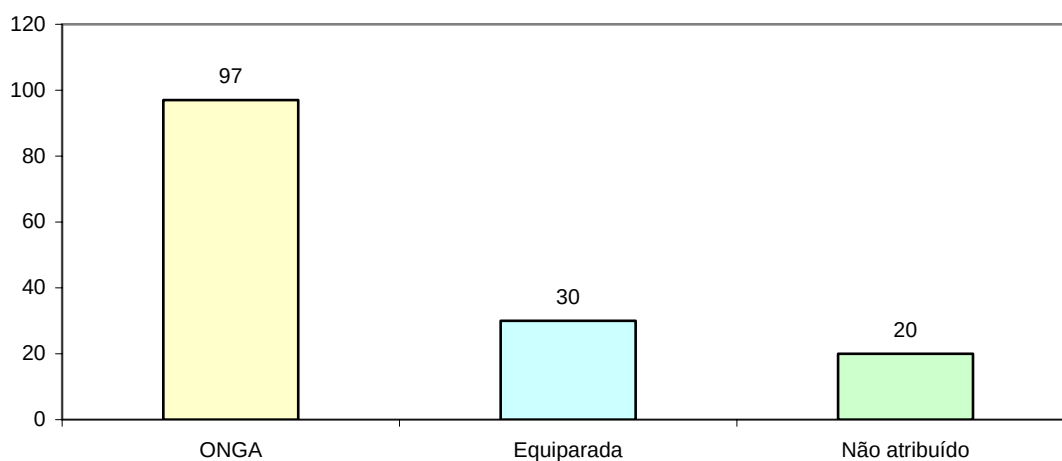
⁸⁸ Antes da actualização, com base na nova lei das ONGA, Lei 35/98 de 18 de Julho, encontravam-se inscritas no Registo Nacional 189 associações. Após a actualização, ficaram no Registo 129, que foram as consideradas no presente estudo. As restantes 18 que perfazem o total das 147 a quem foi enviado o questionário são associações confederadas, inscritas na CPADA, que embora não se tendo inscrito no Registo Nacional, reúnem condições para o fazer à luz dos seus estatutos publicados em *Diário da República*.

7.1.1 Estatuto

A actual lei das ONGA, no seu artigo 2º, define como ONGA as associações que “visem, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza”. Para efeitos de alguns artigos da referida lei “podem ser consideradas equiparadas a ONGA outras associações, nomeadamente sócio-profissionais, culturais e científicas, que não prossigam fins partidários, sindicais ou lucrativos para si ou para os seus associados, e tenham como área de intervenção principal o ambiente, o património natural e construído ou a conservação da Natureza”⁸⁹. Os actos de registo e reconhecimento são da responsabilidade do IPAMB.

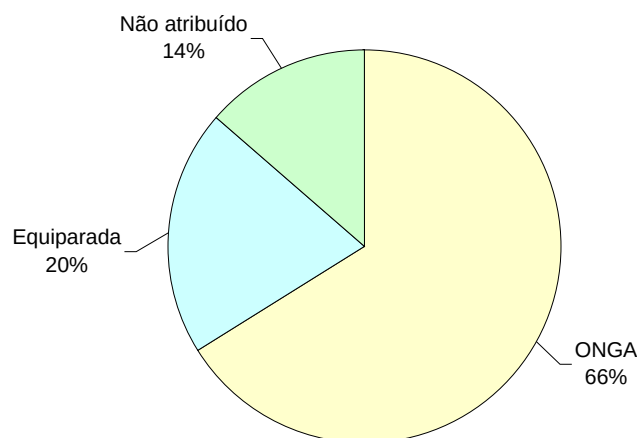
Assim, no que respeita ao estatuto das associações consideradas no estudo (gráficos 7.1 e 7.2), 97 (66%) são classificadas como ONGA, face à actual lei, 30 (20%) são equiparadas a ONGA e 20 (14%) não têm estatuto atribuído. Nestas 20, encontram-se as 18 confederadas, mas não inscritas no Registo Nacional, pelo que se incluíram no grupo que não tem estatuto atribuído, e 2 cujos processos se encontravam em fase de conclusão à data da recolha da informação.

GRÁFICO 7.1 - Estatuto das ONGA consideradas até 1999 (valores absolutos)



⁸⁹ Lei 35/98 de 18 de Julho: Artigos 5º: Acesso à Informação; 6º: Direito de Participação; 13º: Mecenato Ambiental; 14º: Apoios; 15º: Direito de Antena. Às organizações equiparadas a ONGA não é concedido o direito de representação.

GRÁFICO 7.2 - Estatuto das ONGA consideradas até 1999 (%)



7.1.2 Âmbito de actuação

O âmbito de actuação das ONGA, independentemente dos seus estatutos, é determinado pela actual lei, nomeadamente para efeitos de representação, em função do número de associados. Assim, as associações de âmbito nacional deverão ter pelo menos 2000 associados, as de âmbito regional pelo menos 400 associados e as de âmbito local pelo menos 100 associados. O indicador número de associados não foi incluído no questionário por duas razões principais, decorrentes em parte do conhecimento próprio acerca do funcionamento das ONGA nesta matéria: por um lado não é prática corrente das associações a actualização de ficheiros, mormente no que respeita a associados sem as quotas actualizadas⁹⁰, sobretudo porque uma actualização rigorosa poderia pôr em causa estatutos já obtidos. A informação poderia assim não ter a fiabilidade desejada. Por outro lado, por opção estratégica, dado que tratando-se de uma questão delicada poderia inibir a resposta a esta questão ou mesmo à totalidade do questionário. Acrescente-se ainda que para o tratamento pretendido este indicador apenas serviria para aferir o estatuto, tendo-se optado por considerar a informação dada pelas ONGA, e /ou IPAMB conforme referimos adiante.

⁹⁰ A percentagem de associados das ONGA com as quotas actualizadas é geralmente baixo. A este propósito ver Nave e Fonseca, (2000: 29).

Por se tratar de uma questão de certo modo polémica e difícil de avaliar, considerou-se o âmbito de actuação definido e indicado pelas próprias ONGA na resposta ao questionário, e o âmbito atribuído pelo IPAMB, aquando da sua inscrição no Registo Nacional. Ainda assim, não foi possível caracterizar 51 ONGA (35%) quanto ao seu âmbito de actuação. Das 51 associações sem âmbito atribuído, 31 (61%) têm o estatuto de ONGA e 20 (39%) são equiparadas a ONGA.

GRÁFICO 7.3 - Âmbito de actuação das ONGA consideradas até 1999 (valores absolutos)

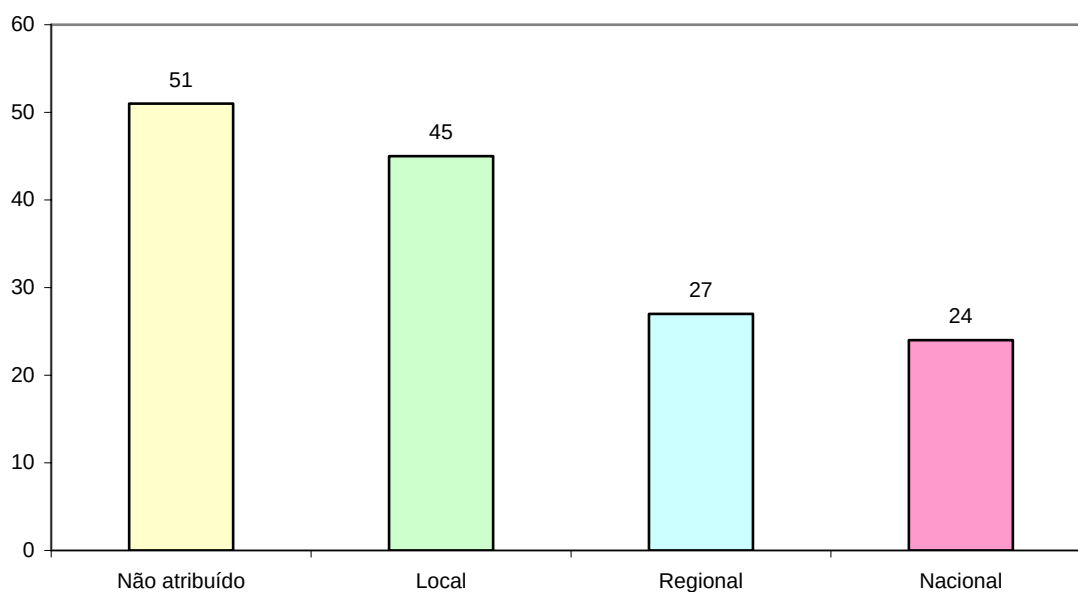
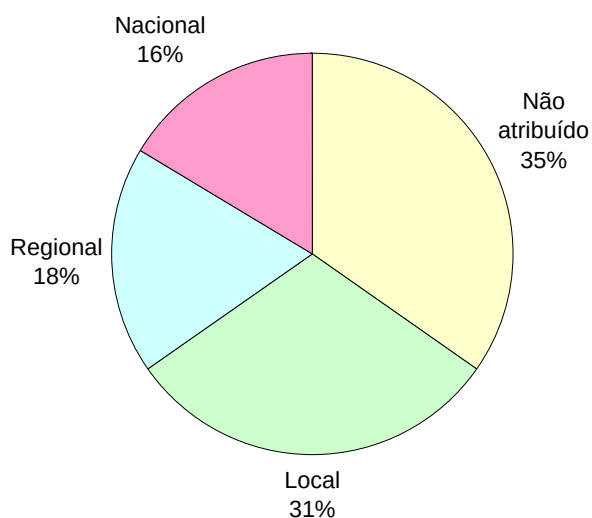


GRÁFICO 7.4 - Âmbito de actuação das ONGA consideradas até 1999 (%)



7.1.3 Localização geográfica

Quanto à distribuição geográfica das ONGA, consideraram-se dois níveis de análise: Por NUT II (CCR) mais Açores e Madeira, e por distrito. Na distribuição geográfica por NUT II, (gráficos 7.5 e 7.6) verifica-se que a região de Lisboa e Vale do Tejo lidera com 64 (44%) do total das ONGA analisadas no estudo. Seguem-se a região Norte com 37 (25%), e a região Centro com 25 (17%). Em conjunto, estas três regiões, situadas a norte da Península de Setúbal, concentram 126 (86%) do total das ONGA. As quatro regiões restantes, Alentejo, Algarve, Madeira e Açores, contam apenas com 21 ONGA, ou seja 14% do total. A Madeira ocupa a última posição com apenas 2.

GRÁFICO 7.5 - Distribuição geográfica, por NUT's II, das ONGA consideradas até 1999 (valores absolutos)

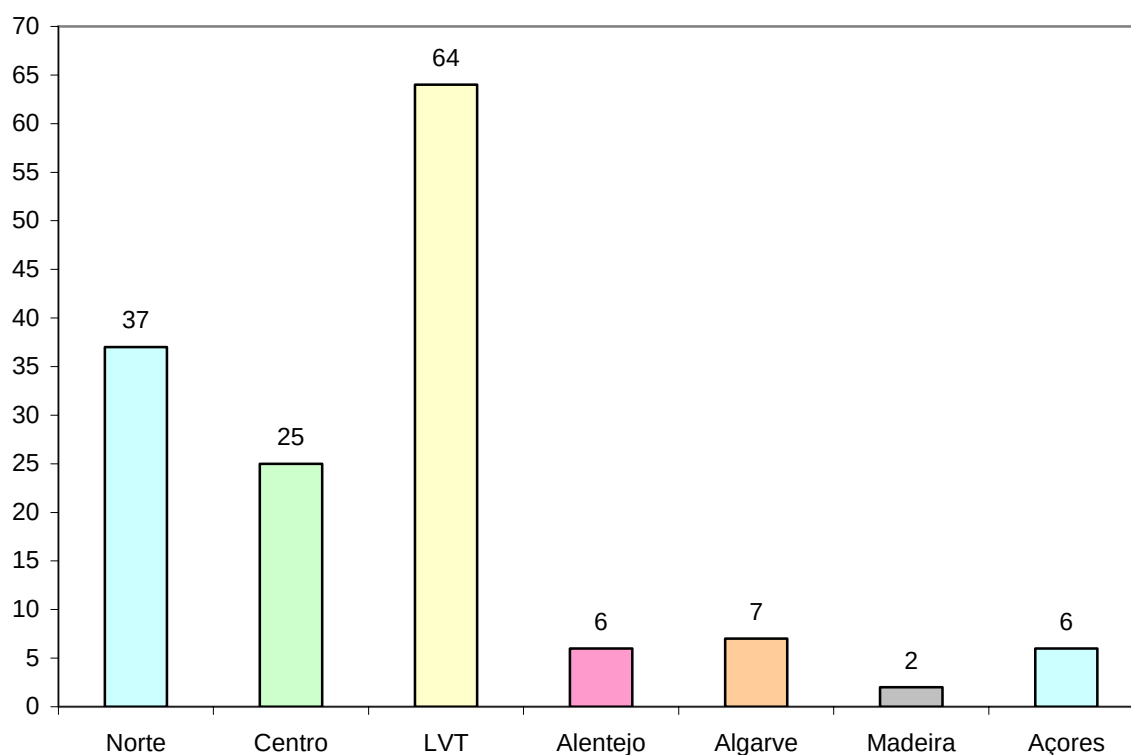
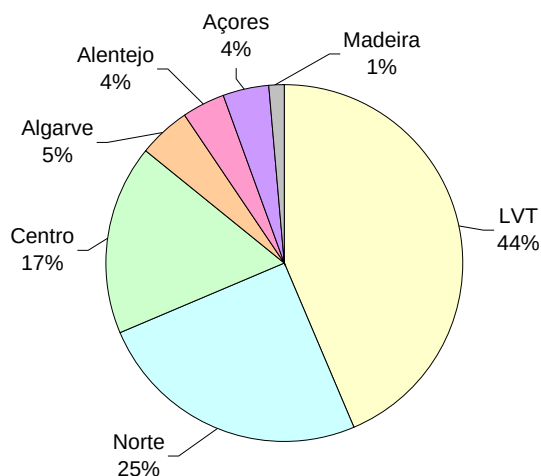
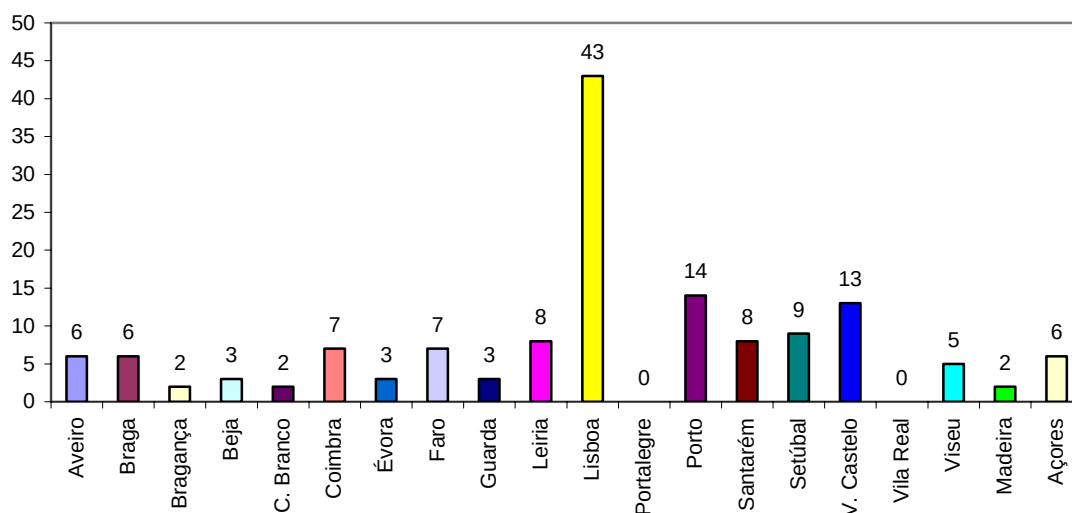


GRÁFICO 7.6 - Distribuição geográfica, por NUT's II, das ONGA consideradas até 1999 (%)



Quanto à distribuição geográfica por distrito (gráfico 7.7), Lisboa ocupa a primeira posição, a grande distância de todos os restantes, com 64 ONGA sediadas. Os distritos do Porto e Viana do Castelo ocupam as segunda e terceira posições, respectivamente com 14 e 13 associações sediadas. Saliente-se o facto de os distritos de Vila Real e Portalegre⁹¹ não possuírem qualquer ONGA registada. Em termos de distribuição em regiões do litoral ou do interior, é possível verificar que a sua maioria se situa em regiões do litoral (quadro 7.1).

GRÁFICO 7.7 - Distribuição geográfica, por distrito, das ONGA consideradas até 1999 (valores absolutos)



⁹¹ A Quercus tem um núcleo em Portalegre, “nascido” do GEPFA, atrás referido. Portalegre aparece com zero associações porque, como referido, não foram “contabilizados” os núcleos regionais das associações nacionais.

QUADRO 7.1 - Distribuição por distrito, segundo o âmbito, das ONGA consideradas até 1999

	Âmbito									
Distritos	Nacional		Regional		Local		Não atribuído		Total	
Santarém	1		2		2		3		8	
Viseu	0		1		3		1		5	
Guarda	0		1		1		1		3	
Évora	0		1		1		1		3	
Beja	0		0		3		0		3	
C. Branco	0		1		1		0		2	
Bragança	0		0		2		0		2	
Vila Real	0		0		0		0		0	
Portalegre	0		0		0		0		0	
<i>Total Interior</i>	1	4%	6	22%	13	29%	6	12%	26	17%
Açores	0		2		0		4		6	
Madeira	0		0		1		1		2	
<i>Total Ilhas</i>	0	0%	2	7%	1	2%	5	10%	8	5%
Lisboa	18		2		8		15		43	
Porto	1		4		6		3		14	
V. Castelo	1		2		3		7		13	
Setúbal	0		2		4		3		9	
Leiria	0		3		4		1		8	
Faro	0		1		2		4		7	
Coimbra	2		2		1		2		7	
Braga	1		1		0		4		6	
Aveiro	0		2		3		1		6	
<i>Total Litoral</i>	23	96%	19	70%	31	69%	40	78%	113	75%
Total	24	100%	27	100%	45	100%	51	100%	150	100%

Esta litoralização não resulta só do enviesamento das associações nacionais em favor de Lisboa. As associações de âmbito regional também são mais frequentes nos distritos do litoral; nos do interior, além de haver menos em todos os âmbitos, tendem mais a ser de carácter local do que regional.

7.2. Da emergência à consolidação do movimento ambientalista português

7.2.1 Dos primórdios até 1974

As primeiras associações de defesa do ambiente em Portugal datam de antes de 1974, com destaque para a Liga para a Protecção da Natureza (LPN), fundada em 1948, precisamente o ano em que a nível internacional foi criada União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). Mas até 1974 o movimento, enquanto corrente organizada, era praticamente inexistente em Portugal, fruto da estrutura política que reprimia o associativismo exterior ao enquadramento corporativo, e de não estar constituída uma verdadeira visibilidade pública de problemas em torno de uma categoria agregadora “ambiente”. Para além da LPN existiam apenas mais quatro associações. Três delas são hoje consideradas ONGA, e uma é equiparada. Contudo, apesar do estatuto que hoje possuem e do trabalho que desenvolvem na área do ambiente, estas quatro associações surgiram então sobretudo como associações de interesses específicos, mais do que como associações de defesa do ambiente em geral, não se lhe conhecendo intervenções públicas nesta área antes de 1974. Trata-se da Sociedade Portuguesa de Espeleologia (1948); do Centro Português de Actividades Subaquáticas (1953); do Instituto Zoófilo Quinta Carbone (1957); e de Os Montanheiros - Sociedade de Exploração Espeleológica (1963). De âmbito regional, a CLAPA - Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela foi criada informalmente em 1957, na sequência das “lutas populares” travadas em torno da poluição do Rio Alviela. Embora apenas viesse a ter existência legal em 1976, manteve sempre actividade neste intervalo de tempo.

A LPN foi criada por investigadores e universitários, na linha dos movimentos conservacionistas dos anos quarenta. Tem precisamente origem na luta pela preservação de um espaço, a Serra da Arrábida. Correspondendo a um apelo do

poeta Sebastião da Gama⁹², um grupo de académicos⁹³ reunido no Gerês aquando da sua participação na I Reunião Botânica Peninsular deu corpo à Liga para a Protecção da Natureza, que viria a ter a sua existência legal em Julho de 1948. Teve como primeiro presidente o Professor Baeta Neves, que viria a destacar-se na luta pela conservação da natureza em Portugal, quer através da promoção de acções, quer através da sua obra escrita⁹⁴. A LPN manteve uma importante ligação à conservação da natureza, com relevo para a participação activa na criação de diversas áreas protegidas⁹⁵.

Como se vê, é reduzida a expressão do movimento associativo ambiental até ao 25 de Abril de 1974. A própria LPN manteria um carácter essencialmente académico e científico, muito ligada à Faculdade de Ciências da Universidade Lisboa, e apesar do importante papel desempenhado, quer através de muitas publicações e outros trabalhos importantes, como os estudos que levariam à criação das áreas protegidas citadas, “a sua projecção pública era praticamente nula” (Melo e Pimenta, 1993: 147).

Os anos sessenta e setenta foram marcados pela intervenção pública de várias figuras do meio académico e científico em prol do ambiente, destacando-se, entre outros, Baeta Neves, já referido, os jornalistas Afonso Cautela e José Carlos Marques, e os arquitectos paisagistas Fernando Pessoa e Gonçalo Ribeiro Telles, de

⁹² Apercebendo-se que estava a ser destruída a Mata do Solitário na Serra da Arrábida, o poeta Sebastião da Gama dirigiu uma carta ao Eng^o Miguel Neves - pensando ser a pessoa mais indicada para actuar - onde se lia: “Senhor Engenheiro Miguel Neves. Socorro! Socorro! Socorro!... O José Júlio da Costa começou (e vai já adiantada) a destruição da metade da Mata do Solitário que lhe pertence. Peço-lhe que trate imediatamente. Se for necessário, instaure-se a pena de morte. SOCORRO”. (LPN, 1998).

⁹³ Na reunião do Gerês que deu origem à LPN, participaram os professores Carlos Teixeira (geólogo); Carlos Tavares e Herculano Vilela (biólogos) António Pinto da Silva e Mário Myre (eng. agrónomos) e Carlos Baeta Neves (eng. silvicultor).

⁹⁴ As fontes principais da informação referida sobre a LPN foram dois artigos publicados no *Liberne* n^o 63, Abril/Junho 1998. Um da autoria do Professor José de Almeida Fernandes intitulado “O Porquê da LPN”, e outro, não assinado, intitulado “Protegendo a Serra da Arrábida: a luta que esteve na origem da LPN” e ainda o *Curriculum Vitae* da LPN, 1999.

⁹⁵ A LPN colaborou na criação das seguintes áreas protegidas: Parque Nacional da Peneda-Gerês (1971); Parque Natural da Arrábida (1976); Reserva Natural do Estuário do Sado (1980); Reserva Natural da Serra da Malcata (1981) e Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (1988).

todos o mais conhecido, e ainda Correia da Cunha⁹⁶. No entanto, com excepção da participação de Baeta Neves na fundação da LPN, “as intervenções destes percursos não se solidificaram em movimentos organizados de defesa do ambiente” (Melo e Pimenta, 1993: 148).

7.2.2 Das prioridades do desenvolvimento às questões do nuclear, 1974-1985

Logo após o 25 de Abril de 1974, verificou-se uma tendência para a explosão do movimento associativo em geral. No que respeita ao movimento associativo ambiental, surgiram vários grupos ecologistas de pequena dimensão, dos quais apenas o Movimento Ecológico Português (MEP)⁹⁷ merece destaque, pelo papel desenvolvido na luta contra a opção nuclear e porque virá em 1979 a dar origem à Associação Portuguesa de Ecologistas “Amigos da Terra”. Estes grupos, que abarcavam uma multiplicidade de orientações ideológicas, não conseguiriam organizar-se nem obter grande credibilidade junto da opinião pública. É certo que a ausência de tradição associativa vivida em Portugal durante o Estado Novo terá contribuído para este fracasso. Contudo, não é menos verdade que os anos imediatamente a seguir ao 25 de Abril não foram particularmente favoráveis à popularização de preocupações ecológicas, quando associações políticas, sindicais e de interesses de outras ordens proliferaram. Como já observámos atrás, nos capítulos 4 e 5, até 1976 as questões do desenvolvimento e os problemas de ordem social ligados à satisfação generalizada de necessidades básicas, bem como ao confronto político, relegaram para um plano muito secundário as preocupações com o ambiente. “Se, por um lado, as alterações constitucionais e institucionais proporcionadas pelo 25 de Abril de 1974 criaram as condições de possibilidade para a constituição de organizações ambientalistas em clima de plena liberdade de

⁹⁶ Correia da Cunha pode considerar-se o primeiro protagonista da política pública de ambiente em Portugal. Foi o presidente da Comissão Nacional do Ambiente, criada em 1971, tendo nessa condição apoiado as primeiras ONG, no período pós 25 de Abril de 1974, através da CNA. Em 1971 apresentou à Assembleia Nacional um Aviso Prévio, versando o Ordenamento do Território, base de uma Política de Desenvolvimento Económico e Social.

⁹⁷ O Movimento Ecológico Português (MEP) foi fundado em 1975, embora já decorressem reuniões preparatórias desde 1974 e teve como principal activista Afonso Cautela.

associação e de expressão, por outro lado, a urgência de lançar as fundações basilares de uma sociedade democrática funcionou como um factor de despromoção das causas ambientais no processo social de selecção de prioridades” (Soromenho-Marques, 2001: 117).

Os anos seguintes, decisivos por terem assistido ao primeiro esboço de uma plataforma agregadora de um movimento ambientalista, são profundamente marcados pela questão do nuclear, que actua como catalisador, sobretudo através da intervenção de algumas individualidades. A intenção anunciada pelo governo de instalar em Ferrel, Peniche, uma central nuclear⁹⁸ gera um grande movimento de contestação. Em 1976, em Ferrel, os sinos tocaram a rebate e a população saiu à rua boicotando os trabalhos que então se iniciavam para a construção da central nuclear. Na sequência desta contestação, que congregou individualidades e organizações ecologistas, assumem particular destaque o “Grupo de Estudos” *Viver é Preciso*, o MEP através do seu órgão *Frente Ecológica*, e o jornal *Gazeta das Caldas*, através do seu suplemento “Pela Vida”. Em Julho de 1976 o grupo *Viver é Preciso* divulgou o manifesto “*Somos todos Moradores de Ferrel*”. Este movimento de contestação gerou alguma união entre o movimento ecologista, que pela primeira vez obteve alguma audiência pública, culminando com a realização do Festival Ecológico - Pela Vida Contra o Nuclear que se realizou em Ferrel, em Janeiro de 1978. Neste movimento de contestação destacam-se as figuras de Afonso Cautela, Delgado Domingos e José Carlos Marques.

Afonso Cautela salienta-se como jornalista, Director do órgão do MEP *Frente Ecológica* e autor e organizador de diversas publicações dedicadas à ecologia: Em 1970 coordenara a publicação dos *Cadernos do Século*, que como o próprio refere ao *Expresso* em Julho de 1984⁹⁹, “incluíam textos muito radicais para a época e que pouco tinham a ver com a ‘simples’ preservação da natureza ou a protecção dos passarinhos”. Os três primeiros títulos daquela colecção, intitulados *Mundo Contra a*

⁹⁸ A opção nuclear havia já sido anunciada em Novembro de 1974 por Torres Campos, membro do III Governo Provisório chefiado por Vasco Gonçalves.

⁹⁹ *Expresso* (Revista p.12-14) artigo intitulado “*Ecologistas - Uma década de verdes ilusões*” assinado por José Manuel Lopes.

Fome, Etapas para o Ano 2000 e *O Suicídio da Humanidade* reuniam textos de importantes autores, como Pierre Albert, René Dumont, Jean Dorst, René Dubos, e Max Nicholson, entre outros. Em 1973, inicia a coordenação de uma colecção intitulada Dossier Zero, editada pela Arcádia, cujo primeiro volume se intitula *A Conferência do Terror - Estocolmo 72*, dedicado à Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento Humano realizada em Estocolmo de 5 a 16 de Junho de 1972. Em 1974 publica um ensaio editado pela Editorial Estúdios Cor, intitulado *Depois do petróleo, o dilúvio - ecologia e dialéctica da crise* e em 1977 na colecção sobre VIVER editada pela Sociocultur, publica *Ecologia e Luta de Classes em Portugal*, onde descreve os principais problemas ambientais ocorridos da década de setenta. Ainda em 1977, em co-autoria com J. Cousteau, Nigel Hawkes, Michel Bousquet, Pierre Clermont e Charles Noel Martin, publica *O Suicídio Nuclear Português* editado pela Sociocultur na colecção Agora¹⁰⁰.

Delgado Domingos assume relevo porque provém do meio académico, usando essa posição de autoridade técnico-científica para argumentar contra a opção nuclear, como referido no capítulo 4, nomeadamente pela publicação de *Inteligência ou Subserviência Nacional*, editada pela Afrontamento em 1978.

José Carlos Marques é sem dúvida uma figura de grande importância neste período marcado por um grande voluntarismo. Para Soromenho-Marques (2001), é a “figura que melhor condensa esse voluntarismo tenaz, generoso e persistente, mas ao mesmo tempo roçando o perigo do quixotismo [...], um publicista de formação filosófica, com o percurso mais irrequieto e nomádico do associativismo português. Numa vintena de anos, Costa Marques deixou atrás de si uma obra literária e editorial sem par, mas, ao mesmo tempo, uma série de empreendimentos organizacionais que rapidamente se desmoronaram”. Enumeram-se as principais publicações e iniciativas: artigos publicados no *Opinião*, Rio de Janeiro, (1973); a colecção *Viver é Preciso* editada pela Afrontamento (1974); a *Moratória do MEP contra a opção nuclear* (1974-1976); o *Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica*

¹⁰⁰ A obra é dividida em duas partes: a primeira intitula-se o *Electronuclear em Portugal* e a segunda parte o *Testemunho de quem já experimentou*, que contou com a colaboração de J. Cousteau, Nigel Hawkes, Michel Bousquet, Pierre Clermont e Charles Noel Martin.

do Porto (1975); a fundação da revista *Alternativa* (1975); o *Festival da Vida Contra o Nuclear*; Ferrel (1978); a fundação da revista *Urtiga* (1978); no ano de 1981 e seguintes, funda ainda as publicações: *Menina Terra*; *Sol Sorridente*; *Avisos e Saudações*.

Fernando Pessoa destaca-se, para além dos contributos através da publicação de artigos na imprensa, da publicação, em 1981, do *Manifesto Alternativo* e em 1985 da obra *Ecologia e Território. Regionalização, Desenvolvimento, Ordenamento do Território numa Perspectiva Ecológica*, editada pela Afrontamento. Viria a assumir um papel de relevo nas primeiras estruturas da administração pública ligadas ao ambiente, mormente à conservação da natureza, como o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, actual Instituto da Conservação da Natureza.

A figura publicamente mais importante da causa ambiental em Portugal é Gonçalo Ribeiro Telles. A sua luta em prol do ambiente inicia-se na década de sessenta, com um percurso notável até ao presente. Ficaram conhecidas as denúncias do desordenamento urbano responsável pelas cheias devastadoras ocorridas em Lisboa em 1967, ainda no tempo de Salazar. Defensor de intervenções de pequena escala, transparentes e publicamente controláveis, ficam célebres as posições que assumiu contra as obras de rega do Baixo Mondego, no início da década de oitenta, e contra a ponte Vasco da Gama e o empreendimento do Alqueva na década de noventa. Depois do 25 de Abril de 1974 torna-se num dos principais obreiros do edifício jurídico, administrativo e político do Estado democrático no domínio do ambiente e do ordenamento do território. Em 1985 publica a importante obra, *Para Além da Revolução*, editada pela Salamandra. A relevância da sua figura foi atestada pelo estudo dos protagonistas referenciados nos jornais, apresentado no capítulo 6. Ribeiro Telles foi o protagonista mais citado a nível individual nos dois jornais, sendo que no *Expresso* é também o único a ser citado todos os anos. Não menos relevante é a multiplicidade de funções em que é citado: cientista e académico, político, líder e dirigente partidário, (PPM e MPT) governante

(Secretário de Estado e Ministro), dirigente associativo (Instituto D. Dinis, Movimento Alfacinha, entre outras).

O início dos anos oitenta, entre 1982 e 1984, são ainda marcados pela opção energética nuclear, como verificámos no capítulo 5 referente à análise temática, mas o movimento ecologista ainda desorganizado e sem força volta a ter um papel pouco relevante, apesar de alguma intervenção que pode ser observada na análise dos protagonistas apresentada no capítulo 6. Ainda segundo Melo e Pimenta (1993), o cancelamento da opção nuclear ter-se-á devido mais, além de dificuldades de viabilização económica, à acção dos ministros da Qualidade de Vida, António Capucho primeiro e Francisco Sousa Tavares depois, apoiados por diversas personalidades, do que ao desorganizado movimento associativo.

No início da década de oitenta, existiam já em Portugal mais de vinte associações de defesa do ambiente, que ainda hoje se mantêm no activo, contudo apenas uma sobressaía publicamente, a Associação Portuguesa de Ecologistas “Amigos da Terra”. Muito marcada por conflitos internos, a sua influência rapidamente desapareceu. A LPN continuava discreta e ligada aos meios académico e científico.

Em 1984, realizou-se na Foz do Arelho, com organização dos Amigos da Terra e do Projecto Setúbal Verde, que teve um importante papel federador entre 1983 e 1985, um encontro de ecologistas que constituiu a primeira parte do I Encontro Nacional de Ecologistas, que viria a realizar-se em Tróia em Março de 1985. Tratou-se da primeira tentativa de unificar formalmente o movimento, sem quaisquer resultados. A diversidade de interesses e tendências (quadro 7.1) era de tal maneira vasta que não foi possível ultrapassar as muitas divergências existentes.

QUADRO 7.2 - Organizações Não Governamentais presentes no I Encontro Nacional de Ecologistas (Foz do Arelho-Novembro 1984/Tróia-Março 1985)

-
- 1 - ADEIPA (Associação para a Defesa e Estudo do Património Cultural e Natural dos Concelhos de Faro, Olhão e São Brás de Alportel).
 - 2 - A Batalha - Centro de Estudos Libertários.
 - 3 - A Ideia.
 - 4 - ALOOC - Associação Livre de Objectores e Objectoras de Consciência.
 - 5 - Associação Portuguesa de Ecologistas “Amigos da Terra”.
 - 6 - Antítese-Centro de Cultura Libertária.
 - 7 - Amigos de Milfontes.
 - 8 - Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela.
 - 9 - CEDI-Cooperativa de Informação e Animação Cultural.
 - 10 - Centro Ecológico.
 - 11-Clube de Montanhismo de Setúbal.
 - 12 - FLFP-Frente de Libertação e Federação dos Povos.
 - 13 - GEICE-Grupo de Estudos e Investigação das Ciências Experimentais.
 - 14 - GEOTA-Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente.
 - 15 - GIDC-Grupo de Investigação e Divulgação Científica.
 - 16 - GINEC-Grupo de Intervenção Ecológica das Caldas da Rainha.
 - 17 - GEREP-Grupo de Estudos Regionais Ecologia e Património.
 - 18 - Núcleo Ecologista da Escola Preparatória da Trafaria.
 - 19 - Projecto Setúbal Verde.
 - 20 - Personalidades independentes dissidentes do Partido 'Os Verdes' e ex-PRP.
-

Fonte: Soromenho-Marques, 2001.

A propósito do encontro de Tróia, Mário Alves, em Março de 1985, escrevia no *Expresso*: “Se alguma coisa chegou a ser conclusivo no recente encontro ecologista de Tróia foi a agudização das divergências. E a projectada federação naufragou no meio de cansativa polémica”¹⁰¹.

¹⁰¹ *Expresso* (Revista) de 16/03/1985. Artigo intitulado: “Ecologistas - Tróia: O naufrágio da federação”, assinado por Mário Alves.

Com efeito, o período 1974-1985 é designado por Soromenho-Marques de “fragmentário e polivalente”: “Por um lado, evidentemente, a vivência por parte da sociedade portuguesa de um estágio de amadurecimento ainda muito precário no que concerne à temática ambiental, numa época em que as tarefas da refundação da democracia e do combate à pobreza tinham toda a prioridade. Por outro lado, contudo, um estilo de intervenção do movimento ambientalista fortemente individualista, fragmentado e desconexo, que dificilmente sabia capitalizar os grandes investimentos de energia e generosidade cívicas envolvidos nas grandes lutas desses anos aurorais, como foi o caso da luta contra a opção nuclear” (Soromenho-Marques, 2001: 121).

Assim, a aparente união depressa desaparece. “Quando o Governo recuou [na opção nuclear] (essencialmente por razões de ordem económica), desapareceu a precária união forjada contra o adversário comum. O movimento ecologista voltou a dispersar-se e a afundar-se em dissensões internas” (Melo e Pimenta, 1993: 149).

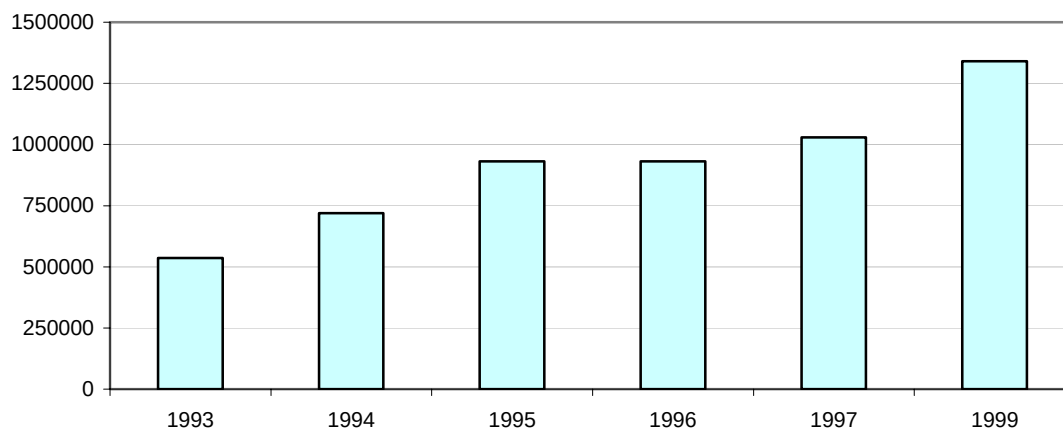
Melo e Pimenta (1993) apontam quatro razões para o fracasso: “Primeiro, porque os participantes mal se conheciam, havendo que ultrapassar enormes barreiras de desconfiança. Segundo, porque havia grandes diferenças de interesses (defensores da conservação da natureza, movimentos ecologistas e alternativos, e até activistas políticos com um recém-adquirido verniz ecologista, tentando instrumentalizar o movimento), pelo que foi difícil estabelecer pontos de convergência. Terceiro, porque a organização enferrou de problemas sérios, falhando rotundamente num ponto crucial: os critérios de representatividade dos diferentes intervenientes. Quarto, porque havia à partida dois objectivos inconciliáveis: a criação de uma estrutura federativa ou de um partido ecologista”.

7.2.3 A viragem do movimento ambientalista, 1985-1988

Contudo, é no ano de 1985 que se inicia a viragem decisiva no movimento ambientalista em Portugal, em resultado de um vasto conjunto de factores. Desde logo, como vimos no capítulo 3, pelo efeito cumulativo das transformações verificadas na sociedade portuguesa, que vinham simultaneamente criando uma nova sociedade urbanizada e de consumo geradora de impactes sobre o ambiente, e condições para a emergência de novos grupos portadores deste tipo de valores, não só enquanto actores mas também enquanto públicos da acção associativa e política. Mas também por um conjunto de factores de ordem política, dos quais se destaca a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, que viria a exigir a criação de legislação em matéria de ambiente e de associativismo ambiental. A interacção destas evoluções com o acréscimo da informação pública sobre problemas ambientais conduziu à actualização das orientações para a formulação política do problema ambiental, que constatámos atrás na análise dos programas partidários, conduzindo à criação de estruturas governamentais ligadas ao ambiente, também já referidas atrás. Voltamos a enumerar a publicação da Lei de Bases do Ambiente e da Lei das Associações de Defesa do Ambiente em 1987, bem como a criação do então INAMB - Instituto Nacional do Ambiente igualmente em 1987 com o objectivo de prestar apoio às associações, como marcos importantes para o movimento associativo. Também o Ano Europeu do Ambiente celebrado em 1987, cuja campanha se prolongou durante 1988, teve uma função importante; por um lado, pela sensibilização da opinião pública, por outro porque permitiu o acesso de algumas associações a meios financeiros que lhes propiciaram uma consolidação até aí muito difícil. Entre 1993 e 1999, segundo dados do INE (gráfico 7.8) as despesas efectuadas pelas ONGA mais do que duplicaram¹⁰².

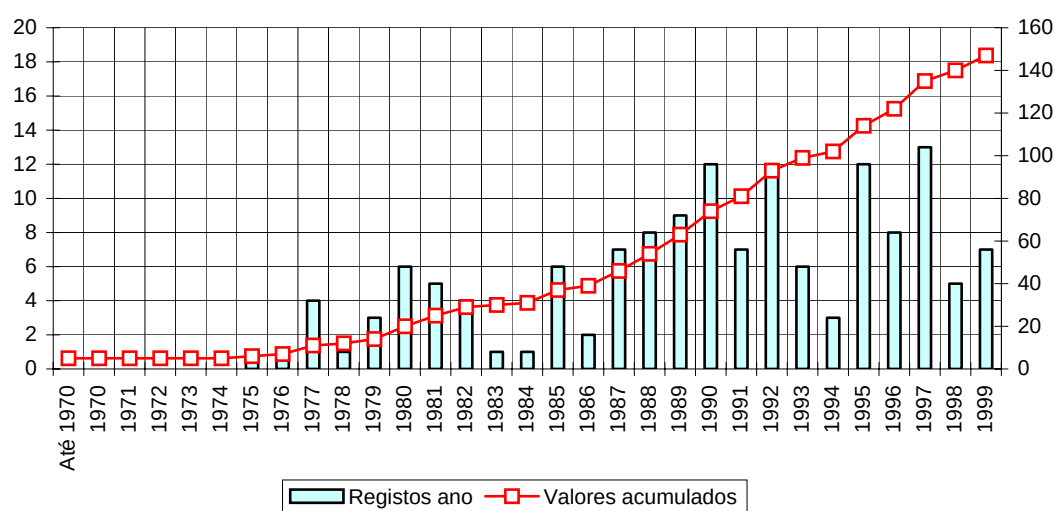
¹⁰² Não foram publicadas estatísticas sobre ONGA anteriores a 1993.

GRÁFICO 7.8 - Despesas efectuadas pelas ONGA, 1993-1999 (milhares de contos)



Fonte: INE, *Estatísticas de Ambiente*, 1993-1999.

O movimento associativo ambiental é marcado neste período, por um lado pelo crescimento assinalável do número de associações: no período 1985-1988, foram criadas 23 (gráfico 7.9); e por outro, talvez o mais importante e decisivo, pela criação de duas importantes associações, a Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, em 1985 e o GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente em 1986.

GRÁFICO 7.9 - Registo de ONGA por ano e acumuladas, 1970 -1999¹⁰³

Fontes: IPAMB, Registo Nacional de ONGA; CPADA, Registo de ONGA Confederadas; Inquérito às ONGA.

¹⁰³ As ONGA consideradas no gráfico 7.9 e que serviram de base ao estudo são apenas as que hoje se mantêm, pelo que os valores apresentados no mesmo devem ser considerados por defeito, dado que durante o período do estudo, mas sobretudo a seguir ao 25 de Abril, alguns grupos foram criados que entretanto desapareceram, não passando por vezes da mera existência informal.

O processo de formação da Quercus teve início em 1984. Um grupo de activistas, ligados a actividades de conservação da natureza, alguns dos quais provenientes de outras associações ambientalistas como o Centro Ecológico de Lisboa, o Núcleo Português para o Estudo e Protecção da Vida Selvagem (NPEPVS) do Porto, e o Grupo de Estudos da Fauna e Flora do Alto Alentejo (GEPFA), de Portalegre, “decidiram criar uma nova organização que desse corpo à necessidade que se fazia sentir da existência de uma associação actuante na área da Conservação da Natureza” (Soromenho-Marques, 1993b: 11). Sedia-se de início em Braga com a designação de Quercus - Grupo para a Recuperação da Flora e Fauna Autóctones, alterado para Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza aquando da sua constituição formal em 31 de Outubro de 1985. Viria a absorver diversas associações locais, entre as quais o GEPFA, que acaba por tornar-se no núcleo de Portalegre, e o Projecto Setúbal Verde (1987), então dirigido por Viriato Soromenho-Marques, que viria a tornar-se presidente da Quercus entre 1992 e 1995¹⁰⁴, tendo sido uma das figuras que mais projectou a associação, sobretudo através da sua intervenção mediática: participação televisiva e publicação de artigos na imprensa, mormente no *Expresso*, bem como pela participação em inúmeras conferências, colóquios e outras iniciativas realizadas por todo o país. Foi também em 1992 que a Quercus ganhou projecção institucional nacional, com a atribuição pelo Presidente da República da Ordem do Infante, e internacional, com a atribuição pelas Nações Unidas do Prémio Global 500, no cenário da Cimeira da Terra no Rio de Janeiro, em Junho de 1992. A formação de núcleos regionais contribuiu para uma rápida implantação da Quercus a nível nacional, com uma grande vocação para a intervenção local mas conjugando-a com uma capacidade de intervenção de âmbito nacional que a fragmentação das estruturas associativas precedentes nunca tinha permitido alcançar.

O GEOTA foi fundado em 1981, como grupo de reflexão sobre política de ambiente no seio do Instituto Progresso e Social Democracia, por um grupo de jovens quadros, muitos deles profissionais de ambiente, tendo-se constituído

¹⁰⁴ Entre 1990 e 2000 a Quercus foi sucessivamente presidida por: Jorge Almeida Costa; Viriato Soromenho-Marques; José Manuel Palma; Francisco Ferreira.

formalmente como associação em 1986. Esta ligação política, aliada ao facto de na sua fundação terem estado figuras oriundas do meio político, como Carlos Pimenta e Macário Correia, posteriormente titulares da Secretaria de Estado do Ambiente, terá contribuído para um mais rápido reconhecimento institucional do GEOTA. Contudo terá trazido também alguns “dissabores”, sobretudo a conotação partidária que nalguns meios lhe foi atribuída e da qual só se libertou através da intensa actividade desenvolvida por sucessivas equipas dirigentes¹⁰⁵ de reconhecida competência técnica e científica, destacando-se João Joanaz de Melo que contribuiu para a projecção do GEOTA e do movimento associativo ambiental em geral através de uma forte intervenção mediática. O GEOTA “especializou-se em questões pouco comuns no meio associativo, como estudos de impacto ambiental, instrumentos económicos, planeamento energético, gestão de resíduos, ordenamento do território, direito do ambiente e acções de formação. Foi a primeira associação portuguesa a defender abertamente a interdependência essencial entre ambiente e desenvolvimento - uma heresia para os ecologistas clássicos e para os políticos e economistas da época” (Melo e Pimenta, 1993: 151). Ao contrário da Quercus, o GEOTA não possui núcleos locais, optando antes pela celebração de protocolos com associações regionais e locais de todo o país (mais de uma dezena), que reúnem periodicamente para debater as principais questões de política de ambiente nacionais, bem como problemas locais apresentados pelas respectivas associações, levando muitas vezes à tomada de posições conjuntas.

A par do surgimento destas duas importantes associações, ocorrem significativas transformações na LPN que, então presidida pelo Professor Luís Saldanha¹⁰⁶, adopta uma mudança de estratégia, renova a sua estrutura e se vira para o exterior, intervindo publicamente nos mais diversos temas, usando todas as suas capacidades técnicas e científicas bem como todo o seu prestígio. A LPN tem

¹⁰⁵ Entre 1986 e 2000 o GEOTA foi sucessivamente presidido por: Paulo Lemos; João Carlos Caninas; João Joanaz de Melo; Maria da Conceição Martins.

¹⁰⁶ A LPN contou sempre com figuras de grande prestígio, dos meios académico e científico nos seus corpos sociais. Desde a sua fundação em 1948, até 2000, foi presidida por: Carlos Baeta Neves; Francisco Caldeira Cabral; Carlos Assunção; Carlos das Neves Tavares; Germano da Fonseca Sacarrão; Carlos Baeta Neves; Afonso Morgenstern; Carlos Baeta Neves; José de Almeida Fernandes; Rui Freire de Andrade; Luís Saldanha; Miguel Magalhães Ramalho; Jorge Palmeirim; Eugénio Sequeira; Helena Freitas.

núcleos no Alentejo, no Algarve e na região Centro, sendo que os projectos desenvolvidos em Castro Verde, onde a LPN possui um Centro de Educação Ambiental, se revestem de grande importância¹⁰⁷.

Estas três ONGA mantêm até hoje uma posição de relevo e estão na base da viragem operada neste curto período de tempo no movimento associativo. Os contactos e algumas acções conjuntas realizadas por estas e outras ONGA com congéneres internacionais, como o Greenpeace, o WWF e o EEB, terão tido importância ao nível da aprendizagem e da importação de modelos de acção que viriam a repercutir-se na globalização das temáticas. A título de exemplo, salienta-se a participação do GEOTA no Projecto *Coastwatch Europe* desde 1988¹⁰⁸, os contactos e a cooperação da Quercus com o WWF e com o Greenpeace, de que se destacam as acções conjuntas realizadas para remoção dos destroços do navio “Reijin” naufragado ao largo de Matosinhos em 1988, e dos resíduos perigosos da Metalimex, em Setúbal, no ano de 1993. Em 1994, a Presidente do Greenpeace, através da Quercus, foi recebida pelo Presidente da República Mário Soares. A LPN tem igualmente desenvolvido vários projectos com a colaboração do WWF, mormente no domínio da conservação da natureza. Para além desta três várias outras ONGA portuguesas são filiadas e têm acordos de cooperação com o European Environmental Bureau, (EEB) a federação europeia de ONGA.

Outro facto importante a assinalar é a credibilidade técnica e científica que o movimento adquire a partir desta altura. Uma análise da composição dos corpos dirigentes destas três ONGA permitiu constatar, desde a sua fundação até hoje, a sua forte ligação com os meios científico e académico, a maioria dos quais com

¹⁰⁷ Para além de outros projectos, a LPN, com o apoio do Programa comunitário *Life*, desenvolve desde 1993 o “Programa Castro Verde” que visa a conservação das aves das estepes cerealíferas da região do Campo Branco, reconhecida nacional e internacionalmente como importante para várias espécies, das quais se destaca a abetarda-comum (*Otis tarda*). Foram compradas cinco herdades com uma área total de cerca de 1700 hectares onde se desenvolvem as diversas acções inerentes ao projecto.

¹⁰⁸ O Projecto *Costwatch Europe* é um projecto de âmbito Europeu, que se realiza em mais de vinte países com coordenação na Irlanda, e destina-se a promover a vigilância do litoral. Em Portugal o projecto é coordenado pelo GEOTA envolvendo mais de duas dezenas de ONGA e contando também com a participação de escolas e cidadãos.

formação específica na área do ambiente como: Engenharia do Ambiente, Biologia, Geologia, Arquitectura Paisagista, Engenharia Florestal, Engenharia Agrónoma, entre outras especialidades científicas. Este capital de autoridade técnico-científica está na base de o poder político ter, ao longo dos últimos anos, encomendado diversos estudos às ONGA, mas principalmente recrutado dirigentes, sobretudo destas três, para ocupar lugares em Organismos do Estado relacionadas com o ambiente. Esta constatação reforça a hipótese formulada no capítulo 6, quanto à existência de um conjunto de afinidades de âmbitos de intervenção: estudo, diagnóstico técnico, apoio ou pressão para formação e execução de políticas, que terá estado na base de uma evolução muito próxima dos Organismos do Estado relacionados com o ambiente (excluído o Poder Central) e as ONGA, em termos de convocação como protagonistas no discurso mediático.

Estas três ONGA desenvolvem então uma intensa actividade, tendo o ano de 1987 marcado o arranque das primeiras grandes campanhas conjuntas inter-associativas. É neste contexto que a partir de 1987, com o crescimento intenso de associações ambientalistas por todo o país até ao início da década de noventa, as quais têm desenvolvido um importante trabalho a nível local e regional (gráfico 7.2), que o movimento associativo ambiental ganha visibilidade através dos média, conforme se observou na análise referente aos protagonistas institucionais, tratada no capítulo 6, referente aos jornais, *Expresso e Diário de Notícias*. Ao contrário do período anterior, em que a penetração nos *media* se fazia essencialmente através de redes pessoais, a partir daqui as ONGA penetram nos média sobretudo por via da criação de acontecimentos. Salientam-se, entre outras, accões da Quercus nos domínios da água e dos resíduos, da LPN na conservação da natureza, de que o exemplo de Castro Verde é o mais significativo, e do GEOTA no ordenamento do território, energia e transportes.

7.2.4 Crescimento, consolidação e organização, 1989-1999

A viragem iniciada em meados da década de oitenta inicia a sua consolidação no final daquela década, para durante toda a década de noventa vir a registar um crescimento acentuado¹⁰⁹ (gráfico 7.9), reforço de organização, representatividade e visibilidade públicas.

O ano de 1989 constitui-se como um marco na consolidação definitiva do movimento associativo ambiental. Em Novembro desse ano teve lugar em Viseu o I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Ambiente, que contou com a participação de mais de setenta associações, de âmbitos nacional, regional e local. Neste encontro, foram criadas as bases programáticas e uma comissão instaladora para a criação de uma confederação. Em 1991 foi criada a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA), que tem como principais objectivos constituir-se como um fórum associativo de diálogo permanente, assumir a função de parceiro social, bem como prestar apoio e troca de informação entre todas as associações. O II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente teve lugar em Dezembro de 1992, em Santo André, e foi já organizado pela CPADA, tendo a partir de então sido realizado anualmente sem interrupções.

Em 1993 a CPADA congregava já cerca de meia centena de associações, e em 1999 eram cerca de uma centena as ONGA confederadas, de âmbitos nacional, regional e local. O facto de ONGA importantes, como a Quercus e a LPN, não integrarem a confederação tem, no entanto, constituído um obstáculo à sua afirmação como parceiro social. O GEOTA pelo contrário, é uma das ONGA fundadoras da CPADA. A ausência daquelas duas ONGA, particularmente da Quercus¹¹⁰, na CPADA, parece resultar fundamentalmente de uma “luta” pela participação pública

¹⁰⁹ Entre 1989 e 1999 foram criadas 93 (63%) das ONGA consideradas no estudo.

¹¹⁰ No VI Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente, que decorreu no Centro da Juventude de Portalegre em Dezembro de 1995, a Quercus, então presidida por José Manuel Palma, apresentou um documento de estratégia onde defendia que a sua representatividade, mormente em número de associados, justificava o estatuto de parceiro social que poderia “perder-se” com a sua integração na CPADA. Neste mesmo encontro, decorreram também “negociações” da LPN, então presidida por Jorge Palmeirim para a sua integração na CPADA, que no entanto não viria a ocorrer.

reconhecida, ao nível do estatuto de “parceiro social”, que a integração numa confederação poderia pôr em risco. A atestar esta ideia está o facto de, com frequência, os sucessivos governos convocarem, como interlocutores para discussão de questões ambientais, aquelas três ONGA, mais a CPADA. O facto de o GEOTA continuar a ser convocado, apesar de integrar a CPADA, parece contradizer esta hipótese. Nada garante, contudo, que assim aconteceria se estas três ONGA integrassem a CPADA. O facto de, ainda no ano de 1995, ter sido aventada a hipótese da constituição de uma nova confederação encabeçada pela Quercus e pela LPN parece de facto indiciar uma luta pela liderança do movimento associativo, que não se afiguraria possível na CPADA.

Contudo, é à CPADA que compete a gestão dos processos de eleição dos representantes das ONGA para Organismos Públicos, tendo todas as ONGA, confederadas ou não, os mesmos direitos de representação e participação nos processos de eleição. Para todos os Organismos Públicos que consagram a sua participação, a representação é efectuada através de um processo de eleitoral entre candidaturas, em que são chamadas a votar todas as ONGA, excepto para o Conselho Económico e Social em que a representação cabe à CPADA na qualidade de parceiro social representante das ONGA¹¹¹.

Os corpos sociais da CPADA têm sucessivamente sido constituídos por ONGA de âmbito nacional, regional e local, sediadas por todo o país, o que, se por um lado pode provocar alguns problemas logísticos e de coordenação, por outro lhe confere um carácter de maior representatividade e assegura um melhor conhecimento dos problemas ambientais e associativos do país. Apesar das dificuldades que tem encontrado, a CPADA tem desempenhado um importante papel enquanto estrutura de ligação e de apoio ao movimento associativo, particularmente no que respeita às ONGA de âmbito regional e local. Sem a existência e a intervenção da CPADA,

¹¹¹ Entre 1992 e 1996 a representação das ONGA no CES foi efectuada em parceria pela CPADA e pela Quercus, tendo o primeiro representante das ONGA naquele organismo sido Viriato Soromenho-Marques, (1992-1994), o qual voltou ao activo em 1995 por solicitação da CPADA para produzir o parecer do CES sobre o Plano Nacional de Política de Ambiente. Desde 1996 que a representação das ONGA no CES cabe apenas à CPADA, tendo entre 1996 e 1999 sido assegurada por João Carlos Caninas e João Joanaz de Melo.

difícilmente teriam sido asseguradas por ONGA diversas representações em Organismos Públicos de âmbito regional e local.

O facto de ser cada vez maior o número de representantes de ONGA em Organismos Públicos, aos níveis nacional regional e local, tais como Comissões de Acompanhamento de Obras, Conselhos de Bacia, Conselhos Cinegéticos, entre outros, tem conferido a estas uma maior importância na última década. Saliente-se a importância da representação das ONGA no Conselho Directivo do IPAMB, no Conselho Económico e Social, no Conselho Nacional da Água e no Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

Em suma, o movimento associativo ambientalista em Portugal regista, sobretudo como fruto da estrutura política até então vigente, uma expressão muito reduzida até 1974, praticamente só contando com a LPN, criada em 1948.

Logo após o 25 de Abril de 1974, verificou-se uma tendência para a explosão do movimento associativo em geral. No que respeita ao movimento associativo ambiental, surgiram vários grupos ecologistas de pequena dimensão que abarcavam uma multiplicidade de orientações ideológicas, contudo, não conseguiriam organizar-se nem obter grande credibilidade junto da opinião pública, tendo a sua maioria desaparecido rapidamente. A ausência de tradição associativa vivida em Portugal durante o Estado Novo, por um lado, e os anos conturbados que se seguiram ao 25 de Abril, pouco favoráveis à popularização de preocupações ecológicas, por outro, terão estado na origem das dificuldades de implantação das associações criadas neste período que, entre 1974 e 1985, é marcado numa primeira fase pelas prioridades do desenvolvimento e numa segunda fase pela questão do nuclear.

O período 1985-1988 marca uma viragem no movimento consubstanciada em quatro factores principais: O crescimento assinalável de associações neste período (23); a criação da Quercus (1985) e do GEOTA (1986); as transformações ocorridas na LPN; a credibilidade técnica e científica que movimento adquire a partir desta altura.

Entre 1989 e 1999, consolida-se o crescimento e organização do movimento associativo ambientalista em Portugal, que conta com cerca de centena e meia de ONGA de âmbito nacional regional e local, realçando-se neste período a criação da CPADA em 1991. Contudo, apesar deste crescimento e consolidação, aos diversos níveis, o movimento associativo ambiental em Portugal nunca conseguiu contar com uma base associativa ao nível dos seus congéneres europeus.

O movimento ambientalista (MA) surge (como se vê pela lista de Tróia) muito ligado a movimentos alternativos e de contra-poder. Mas a sua afirmação e consolidação parecem só se dar à medida que a agenda política e governativa é marcada pela questão ambiental, e em grande medida por efeito de autorização/reconhecimento político pelo Estado (nomeadamente por exigências da integração europeia). Terá o espaço de intervenção do MA sido criado por cooptação por necessidades do Estado, mais do que por "conquista" do próprio MA? Pode inferir-se daí a relativa fraqueza da sociedade civil portuguesa e a sua efectiva dependência do Estado como fonte de legitimação? Ou em que medida estes dois factores foram "simbióticos"?

O movimento ambientalista português, se comparado com os seus congéneres europeus, manifesta uma surpreendente "produtividade", tendo em conta o contraste entre a sua considerável capacidade de definir os contornos do problema ambiental em Portugal e de, correlativamente, marcar a agenda política, por um lado, e a escassa base associativa, por outro. Tal situação resultará, provavelmente, de uma relação de simbiose entre o Estado e o MA, pese embora a função problematizadora que caracteriza a posição típica do MA face às políticas públicas. O Estado encontrou no MA um interlocutor capaz de apresentar soluções e contributos em áreas cruciais (da conservação da natureza, à qualidade da água e resíduos), recorrendo aos ambientalistas numa dupla procura de legitimação e de contributos técnicos para uma política pública manifestamente complexa, marcada quer por pressões políticas externas (desde a adesão à União Europeia), quer por um crescente grau de visibilidade e problematização pública, que pudemos constatar na análise da sua expressão mediática; o MA, por seu turno, encontrou no diálogo com o Estado

um campo de realização prática e um substituto interessante para o desejo de reconhecimento público e social, que jamais se verificou com a intensidade desejada, ao nível da participação pública activa.

CONCLUSÕES

O balanço final desta dissertação desenvolver-se-á em torno de três aspectos: a apreciação das fontes mediáticas como vias de acesso ao objecto de estudo; a narrativa do processo histórico de constituição do problema social; finalmente, a avaliação da pertinência dos pressupostos teóricos centrais e das hipóteses de trabalho deles inferidas, em termos de operacionalidade para tornar inteligível o processo social concreto em estudo. Trata-se necessariamente de uma exposição conclusiva geral, remetendo análises mais matizadas e não menos interessantes para o pormenor descritivo e as conclusões parciais dos diversos capítulos que ficaram para trás, e que agora são retomadas numa articulação de conjunto.

As fontes de imprensa, *Expresso* e *Diário de Notícias*, utilizadas para acompanhar a dimensão mediática da evolução e penetração do problema e da sua institucionalização, revelaram uma grande consistência, apesar das diferenças decorrentes das características editoriais dos dois jornais, das respectivas periodicidades e ainda do facto de o *Diário de Notícias* ter sido analisado através de uma amostra de 5% dos números publicados durante o período em observação.

No que respeita ao número total de notícias, os dois jornais apresentam evoluções fortemente correlacionadas. Verificou-se uma grande consistência dos dados entre os dois jornais ao longo do tempo, quer no que respeita à correlação global entre a distribuição temática, quer no que respeita às correlações tema a tema. Por sua vez, as correlações entre os diferentes temas dentro de cada jornal foram igualmente muito elevadas, resultando fundamentalmente da própria ampliação do

tema em termos absolutos. Este elevado grau de concomitância entre as variações das duas séries suporta a hipótese de se tratar em grande medida de um processo externo às estratégias editoriais singulares de cada um dos jornais; estas manifestam-se mais, pelo contrário, nas diferenças entre as proporções dos diversos temas e nas baixas correlações da evolução dessas proporções entre os dois jornais, bem como no desenvolvimento e complexidade temática das notícias e nos tipos de protagonistas convocados.

A hipótese de a evolução da dimensão mediática, salvaguardada a autonomia relativa das características e opções editoriais dos dois jornais, ser influenciada e influenciar retroactivamente o desenrolar de estados de coisas que lhes são externos é ainda reforçada pelas elevadas correlações com indicadores quantitativos externos relativos a outras dimensões da análise do problema social, designadamente com o número de ONGA ou associações equiparadas e com a evolução da produção legislativa sobre o ambiente, e pela concomitância com a evolução cronológica dos indicadores qualitativos, como a expressão do tema ambiente nos programas partidários e eleitorais e nas Grandes Opções do Plano.

A análise da evolução global permite identificar diversos períodos e ritmos da publicitação e da construção do problema social. Assim, a década de setenta apresenta uma produção noticiosa muito baixa, para além de o tema dominante ser o dos recursos, associados sobretudo a uma perspectiva economicista (produtivista), indiciando portanto uma fraca autonomização do tema ambiente nos jornais portugueses neste período. A década de oitenta é marcada por dois períodos distintos. A primeira metade da década, onde situamos a fase embrionária do problema social, como veremos adiante, é irregular e ainda não muito significativa em termos dos volumes da produção noticiosa. A segunda metade é marcada por uma grande e regular ascensão da produção mediática sobre o problema ambiental, ao mesmo tempo que ocorre a autonomização da categoria abstracta “ambiente”, subsumindo um leque de ocorrências diversificado, a par da crescente institucionalização e politização do problema social.

Também no que respeita à complexidade temática interna das notícias (ou seja, a medida em que cada notícia convoca e relaciona diferentes temas com relevância ambiental), os dois jornais apresentaram um comportamento de conjunto muito semelhante: pesem embora alguns picos de diversidade temática durante os anos iniciais, o nível médio do período só foi atingido de modo estável a partir do início da década de noventa, sugerindo que o crescimento do espaço editorial e a complexificação temática das abordagens foram duas faces de um mesmo processo de maturação do problema social. Isto é, de encontro ao referido nas hipóteses, à medida que se acentuam as pressões morfológicas e económicas sobre o ambiente e que emergem grupos sociais e saberes técnico-científicos enunciadores e receptores de discursos de problematização, assiste-se a uma diversificação e a um alargamento do problema, quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista da diferenciação e da complexificação temáticas. Porém, ao contrário do aumento numérico, o fenómeno de complexificação das notícias revela-se conjunturalmente variável, convergindo no final da série para médias que regressam a uma menor complexidade descritiva dos conteúdos noticiosos, embora superiores às que se verificavam antes da década de noventa.

A caracterização do processo histórico de emergência do problema social permitiu identificar quatro fases: uma primeira fase de *latência política*; uma segunda fase de *emergência mediática e primeiro crescimento associativo*; uma terceira fase de *institucionalização política*; uma quarta fase de *consolidação do problema*, traduzida por um elevado nível de representação mediática e de intervenção de protagonistas e de saberes.

A primeira fase, considerada de latência política, vai até ao início da década de oitenta, consubstanciada sobretudo em proposições de princípio pelos partidos políticos. Isto é, as GOP ignoram o tema ambiente, o movimento associativo apenas começa a emergir em torno de grupos restritos de actores; a produção noticiosa é relativamente baixa, com alguns picos, sobretudo relacionados com os recursos energéticos, a crise petrolífera e a questão nuclear; mas os partidos “digerem” internamente o tema, que provavelmente começa a ser agendado nas suas linhas

programáticas por actores "pioneiros" no seu interior, embora ainda sem condições de elevada valorização táctica. Com efeito, todos os partidos com assento parlamentar tinham já incluído pelo menos desde 1974 a questão ambiental nos seus programas políticos; contudo, apenas passou a constar com regularidade nos programas eleitorais (exceptuado o do CDS) a partir de 1985.

A segunda fase, na primeira metade da década de oitenta, caracteriza-se por uma emergência mediática, visível nos dois jornais, acompanhada de um primeiro crescimento associativo, onde se destaca a fundação da Quercus em 1985. Alimentada por algumas ocorrências de impacto internacional, de que são exemplo notícias sobre a poluição em grande escala, apontando como paradigma os países de leste; os “fantasmas” do nuclear; os grandes acidentes industriais, particularmente os da cidade do México e Bhopal, na Índia, ocorridos em Novembro e Dezembro de 1984 respectivamente, originando uma reflexão na imprensa sobre os perigos de uma indústria portuguesa mal equipada e mal preparada para responder a catástrofes deste tipo; e certamente pelo crescendo dos factores de pressão sobre o ambiente que se vinham acumulando desde o início do período em estudo e pelas novas políticas de gestão e ordenamento do território, este período traduz sobretudo o primeiro arranque de preocupação pública que, incentivada e apropriada pelos actores pioneiros nos âmbitos associativo e partidário, contribui para o início da politização explícita do problema, constituindo uma fase embrionária para os desenvolvimentos dos anos subsequentes.

A terceira fase, de 1986 até ao início da década de noventa, traduz-se pela consolidação da expressão mediática, a par da crescente institucionalização política do problema social, acompanhada de perto por uma emergência explícita na disputa político-partidária. Estes desenvolvimentos resultaram da acumulação e da publicitação de situações preocupantes que foram criando a categoria “ambiente”, inicialmente respondendo a pressões internacionais, e codificadas por um vasto conjunto de protagonistas. Efectivamente, a partir de meados da década de oitenta, observa-se uma subida na convocação mediática de protagonistas (geralmente mais relevante no *Expresso*), que reflecte, para além do aumento do número de notícias,

uma diversificação e uma complexificação temáticas. Destaca-se a primazia das instituições políticas, particularmente as nacionais, com predominância clara do poder executivo. Este período é assim marcado por um crescendo da visibilidade das instituições governativas e do aumento da componente legislativa em torno do ambiente, muito influenciado pela entrada de Portugal na Comunidade Europeia em 1986. Saliente-se a publicação da Lei de Bases do Ambiente e da Lei das Associações de Defesa do Ambiente em 1987. As ONGA atravessam um período decisivo de consolidação, organização e institucionalização, destacando-se a criação do GEOTA, em 1986, e as mudanças estratégicas operadas na LPN.

A quarta e última fase, de consolidação do problema, têm início na década de noventa e vai até ao seu final. Traduz-se numa estabilização num nível elevado da representação mediática, que enceta novo crescimento a partir de 1997 no *Expresso*; pela estabilização igualmente elevada da dimensão associativa; e por um crescendo político a todos os níveis: partidário, legislativo e de criação de instituições governativas.

Vejamos agora os aspectos temáticos mais interessantes que preenchem a representação mediática do problema. O referente poluição surge desde o início do período como um tema autónomo e de grande preocupação, tendo sido considerado o mais importante, desde o início explicitamente associado ao tema, uma “palavra chave” no despertar de uma preocupação pública sobre o ambiente. Tem a ver com a acumulação de antecedentes objectivos que acompanham o processo de modernização tardia da sociedade e da economia portuguesas, sendo a face mais visível e, como tal, mais directamente preocupante de vários dos factores sintetizados nos indicadores de pressão sobre o ambiente.

Os temas recursos e natureza/ambiente assumem um lugar de destaque ao longo de todo o período, mas alternando de importância. Até ao início da década de oitenta, predomina a preocupação com os recursos para o desenvolvimento económico, operando claramente num registo de valores materialistas. A partir de então, o tema natureza/ambiente, que constitui por assim dizer o tema definidor do

discurso ambiental em Portugal, destaca-se até final. Esta alternância de posições corresponde a uma conjuntura em que o problema social sai da fase de latência e começa a emergir impulsionado pela relevância mediática dada ao tema natureza/ambiente, cuja subida ocorre um pouco mais cedo do que os restantes temas, impulsionado sobretudo por preocupações de índole conservacionista, muito ligadas à fauna e à criação de áreas protegidas, que passam desde então a ser objecto de maior atenção por parte da comunicação social.

A transição de valores no interior do próprio problema ambiental é muito vinculada no tema ordenamento do território, por dois discursos distintos. Um, que atravessa toda a década de setenta e vai até meados da década de oitenta, assente num discurso desenvolvimentista e de infraestruturação material, sem referências explícitas ao ordenamento político do território e a preocupações ambientais; e outro daí em diante, em que no discurso estas questões passam a ser associadas à gestão do território por via dos instrumentos de ordenamento. Esta viragem de um discurso desenvolvimentista, materialista, para um discurso pós-materialista sobre as questões do ordenamento político do território visando a protecção do ambiente e a promoção da qualidade de vida é sobretudo impulsionada pela entrada de Portugal na Comunidade Europeia.

O tema catástrofes naturais é muito elucidativo da evolução das várias fases do problema. Durante toda a década de setenta e início da década de oitenta, é praticamente apenas associado a problemas materiais e humanitários; a partir de meados da década de oitenta, particularmente as cheias, sobretudo pela voz de especialistas, passam a ser associadas com regularidade a um importante conjunto de factores como o desordenamento do território, a destruição dos ecossistemas ribeirinhos, a impermeabilização de solos, e a destruição do coberto vegetal; por último, em plena década de noventa, estabelece-se a ligação das catástrofes naturais a problemas de carácter global, como o efeito de estufa e as alterações climáticas, todas por sua vez associadas a factores antrópicos.

Coincidente com esta última fase referida para as catástrofes naturais, é dada crescente relevância por parte dos *media* ao tema problemas globais. Este tema, apesar de já referido nas décadas anteriores, ganha relevo na década de noventa, particularmente após a Eco/92 no Rio de Janeiro, traduzindo uma articulação dos problemas ambientais a uma escala global, numa perspectiva de sustentabilidade planetária. Estamos a partir daí perante uma visão integrada, de carácter sistémico e pós-materialista, colocado num contexto de grande reflexividade política por parte de organizações internacionais e de governos nacionais.

No que respeita aos protagonistas, o crescimento e a diversificação dão-se a partir de meados da década de oitenta, de modo concomitante com o arranque da terceira fase do problema social, isto é, com o aumento do número de notícias, a diversificação a complexificação temáticas atrás referidas. Esta subida de todos os protagonistas institucionais, derivada não só do aumento do número de notícias, mas também da maior convocação de instituições e actores especializados por parte dos *media*, vai sempre em crescendo acompanhando e contribuindo para a consolidação do problema social (quarta fase) durante toda a década de noventa. Este aumento da participação de protagonistas significa que o discurso mediático se transformou também pela diversificação dos actores referidos ou chamados a intervir, e pelo enriquecimento e complexificação da competição pela definição legítima do problema.

Assiste-se a um predomínio das instituições políticas, particularmente as nacionais, nomeadamente das instituições centrais e outros organismos do Estado, particularmente visível no *Expresso*. Esta subida constitui-se como um indicador da institucionalização do problema ambiental como problema político. Contudo, as organizações da sociedade civil também marcam uma importante presença, catapultadas sobretudo pela presença das empresas, ao longo de todo o período, com um protagonismo predominantemente negativo, e das ONGA, com maior relevo na década de noventa, com um protagonismo de carácter positivo, enquanto actores institucionais com capacidade de diagnóstico e de proposta de soluções.

O recurso a saberes técnicos e científicos, que tal como em relação aos protagonistas, também tem um maior relevo no *Expresso*, regista uma subida antecipada em relação aos protagonistas, ou seja, a partir do início da década de oitenta. Coincide sensivelmente com o início da segunda fase do problema social, ou seja, com os “primeiros sinais” de emergência mediática e com o primeiro crescimento associativo.

A orientação teórica geral, atrás designada como construtivismo contextual, mostrou-se operatória para a abordagem da construção deste problema social. Lembramos que esta orientação se distingue das versões mais radicais do construtivismo fenomenológico pelo facto de não aceitar a redução do objecto de estudo sociológico à elaboração, veiculação e institucionalização das representações dos fenómenos ou processos etiquetados como problemáticos. De acordo com a perspectiva aqui adoptada, torna-se necessário “incorporar a relação dessa construção, embora relativamente autónoma, com a existência e a percepção de referentes empíricos, eles próprios resultantes de práticas sociais que lhes são logicamente anteriores e exteriores à constituição do problema como tal” (cap. 2). Assim, tornou-se necessário atender à evolução de indicadores objectiváveis de pressão sobre o ambiente, correlativos do processo de modernização tardia em Portugal, indicadores esses em grande parte pertencentes a estatísticas sociais gerais e a estatísticas da actividade económica, elaboradas antes e exteriormente à emergência do problema ambiental. Ficaram demonstradas, quer a anterioridade, remontando aos anos sessenta e setenta, do crescimento do indicadores de pressão sobre o ambiente; quer a dinâmica relativamente autónoma das representações problematizantes e das iniciativas institucionais e políticas que visam, crescentemente, dar-lhes resposta, não se reduzindo pelo seu lado a um esquema simples de desafio-reacção.

Nas mediações entre as tendências objectivas de pressão sobre o ambiente e a formação de uma preocupação pública, institucionalizada em problema social, conta-se a emergência de enunciadores do problema, de veículos mediáticos de difusão e de públicos portadores de disposições para a recepção e propagação das representações do problema. Como vimos, esta última mediação pode ser

correlacionada com transformações de fundo na estrutura social portuguesa durante as últimas décadas.

Reciprocamente, o confronto da evolução do problema social com os indicadores da sua objectivação permite acrescentar uma outra inferência. Pese embora o crescimento notável dos indicadores de preocupação pública e política com o ambiente, e a intensificação das respostas legislativas e institucionais, poucos são os indicadores de pressão sobre o ambiente em que se observa inversão de crescimento, ou mesmo estabilização durante os anos noventa. Na maior parte deles, detecta-se algum abrandamento das taxas de crescimento, mas de modo nenhum uma diminuição da sua incidência ou do seu crescimento em termos absolutos. Assim, se não há uma linearidade absoluta entre a acumulação de pressões sobre o ambiente e o despontar de uma preocupação pública e política em seu torno, muito menos parece existir essa linearidade na retroacção entre a afirmação de valores e de preocupações ambientais e a mudança dos comportamentos sociais produtores dessas pressões. Não sendo estes parte do objecto central deste estudo, não queremos deixar de assinalar que esta conclusão remete para a necessidade de uma sociologia do problema social interrogar, para lá das suas condições de produção, recepção e difusão ao nível das representações e das actividades institucionais e políticas, também as da sua transformação em atitudes colectivas (no sentido forte de disposições concretas para a acção) e em padrões de acção colectiva efectivamente regulares e coercivos - em factos sociais e instituições, no sentido durkheimiano - conducentes à transformação das condições objectivas de desenvolvimento do problema.

Em conclusão, as hipóteses formuladas no presente estudo foram, no essencial, corroboradas pelos dados empíricos.

A hipótese central da dissertação é a de que a conjugação dos diversos eixos teoricamente definidos no primeiro capítulo: a situação ambiental objectiva, a constituição dos públicos e a emergência dos movimentos sociais que veiculam o problema, está na origem do problema social em Portugal, decorrendo estes eixos de um conjunto de pressupostos ligados à ocorrência de mudanças nas estruturas materiais e sociais do país, num processo de modernização tardia e assimétrica, as

quais por sua vez se relacionam, por um lado com a existência dos referentes empíricos do problema, e por outro com transformações sociais da sociedade portuguesa que propiciaram a emergência e a recepção dos discursos sobre o tema e a mobilização cívica e política em seu torno.

O conjunto de indicadores demográficos, económicos e territoriais analisados mostrou que, a par de uma pressão multidimensional que conduziu a uma crescente degradação ambiental, se operaram desde os anos sessenta do século XX transformações na sociedade portuguesa no sentido da sua modernização, patente na urbanização e suburbanização, na recomposição da estrutura produtiva e na capacidade e nos tipos de consumo, processos em grande parte responsáveis por essas pressões ambientais. Correlativamente a essas mudanças económicas e territoriais, deu-se uma recomposição da estrutura social, em que são de assinalar as mudanças significativas ao nível da escolaridade e da recomposição da estrutura profissional. Em 1960, Portugal apresentava níveis de escolarização muito baixos em todos os níveis de ensino, com destaque para uma elevada taxa de analfabetismo, os quais tiveram avanços notáveis até ao final do século (pese embora a persistência de atrasos estruturais face aos outros países da União Europeia). Por exemplo, a percentagem de portugueses que atingiram o nível secundário quase sextuplicou entre 1960 e 2001.

No ensino superior, o progresso, são igualmente notáveis: o número de alunos inscritos aumentou doze vezes entre 1960 e 1995, e o número de diplomados cerca de quinze vezes. Em ambos os indicadores, os valores praticamente duplicam em cada década, atingindo grande expressão a partir do início da década de oitenta.

Estes dados assumem particular relevância nos processos de recomposição sócio-profissional, onde se constata profundas transformações no que respeita à redistribuição da população activa pelos sectores de actividade e na estrutura de classes, registando-se como transformações mais significativas: por um lado uma quebra dos efectivos ligados à agricultura e por outro o claro crescimento das chamadas classes médias, com destaque para a categoria dos profissionais técnicos e

de enquadramento. Estes, maioritariamente urbanos, dispõem de alto capital cultural relativo, de elevado acesso à informação, sendo por isso susceptíveis de absorver e ampliar transformações no plano dos valores.

Estes processos de transformação estrutural traduziram-se numa recomposição da estrutura de classes, onde se salientam como factos mais relevantes o decréscimo das classes ligadas à agricultura, e sobretudo um elevado crescimento da categoria dos profissionais técnicos e de enquadramento.

Assim, a modernização da sociedade portuguesa e as consequentes alterações na estrutura social levaram à emergência de grupos sociais com crescente capital escolar, à recomposição sócio-profissional-terciarização e aumento dos estratos sócio-profissionais mais qualificados e ligados ao trabalho técnico, intelectual e científico. Globalmente, e em consonância com o ocorrido em países de modernização mais precoce e avançada, estas mudanças sociais criaram condições para a emergência de valores pós-materialistas e favoreceram o aparecimento de novos movimentos sociais de protesto em torno desses valores, capazes de uma maior percepção global do risco e consequente sensibilização pública para o problema.

A hipótese da transformação do problema social em “problema político” é igualmente corroborada pelos resultados obtidos na investigação. Como vimos, nos capítulos 4 e 6, a partir da segunda metade da década de oitenta ocorreram mudanças importantes aos vários níveis institucionais. Por um lado na maior intervenção das organizações da sociedade civil, com destaque para as ONGA que registaram um crescimento acentuado a todos os níveis, no número de associações, no aumento da quantidade e da qualidade das intervenções, bem como no reforço da sua capacidade técnica e científica, a que não será alheio o facto de a maioria dos membros dos seus corpos dirigentes estar ligada aos meios científico e académico. Por outro lado, a importância crescente atribuída ao tema por parte das instituições políticas: a relevância atribuída à questão ambiental pelos partidos políticos, que, apesar de incorporarem já o tema nos seus programas, apenas a partir de 1985 explicitam a

questão ambiental nos programas eleitorais; a criação de instituições do Estado relacionadas com o ambiente, bem como as iniciativas levadas a cabo por estas, traduzidas num crescimento notável da visibilidade mediática; o aumento das respostas políticas ao problema, traduzido na criação de legislação e no aumento da intervenção desses diversos actores no discurso mediático; o recurso pelos actores políticos a saberes técnicos e científicos, em parte recrutados junto do movimento associativo ambientalista.

Contudo, estamos ainda perante uma participação cívica que mostra debilidades, mesmo dentro do próprio movimento ambientalista (MA), o qual apesar de tudo, se comparado com os seus congéneres europeus, manifesta uma surpreendente "produtividade", tendo em conta o contraste entre a sua considerável capacidade de definir os contornos do problema ambiental em Portugal e de, correlativamente, marcar a agenda política, por um lado, e a escassa base de participação associativa, por outro.

Tal situação resultará, provavelmente, de uma relação de simbiose entre o Estado, que encontrou no MA um interlocutor capaz de apresentar soluções e contributos em áreas cruciais (da conservação da natureza, à qualidade da água e resíduos), recorrendo aos ambientalistas numa dupla procura de legitimação e de contributos técnicos para uma política pública manifestamente complexa e com um crescente grau de visibilidade e problematização pública; por sua vez, o MA encontrou no diálogo com o Estado um campo de realização prática e uma via interessante para o reconhecimento público e social, que jamais se verificou com a intensidade desejada ao nível da participação pública activa. Ou seja, a afirmação e consolidação do MA parecem só se dar à medida que a agenda política e governativa é marcada pela questão ambiental, e em grande medida por efeito da sua autorização/reconhecimento político pelo Estado.

FONTES

Fontes Manuscritas:

Arquivo da CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente:

- *Registo das ONGA confederadas;*
- *Listas dos Corpos Sociais, 1991 a 2000;*
- *Estatutos;*
- *Planos de Actividades, 1991 a 1999;*
- *Documentação avulsa relativa às ONGA.*

Arquivo do GEOTA - Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente:

- *Listas dos Corpos Sociais, 1986 a 2000;*
- *Estatutos;*
- *Planos de Actividades, 1989 a 2000.*

Arquivo do IPAMB - Instituto de promoção Ambiental:

- *Registo Nacional de ONGA;*
- *Documentação avulsa relativa às ONGA.*

Arquivo da LPN - Liga para a Protecção da Natureza:

- *Listas dos Corpos Sociais, 1948 a 2000;*
- *Estatutos;*
- *Curriculum Vitae;*
- *Planos de Actividades, 1994 a 2000.*

Arquivo da QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza:

- *Listas dos Corpos Sociais, 1990 a 2000;*
- *Estatutos.*

Arquivo de várias ONGA:

- *Estatutos e Planos de Actividades de várias ONGA.*

Fontes Publicadas:

Estatísticas e Publicações oficiais:

Diário do Governo, 1970 a 1974.

Diário da República, 1974 a 1999.

Planos Gerais de Fomento, 1970 a 1974.

Grandes Opções do Plano, 1975 a 1999.

DGE, *Balanços Energéticos* 1971 a 1985.

INE, X, XI, XII, XIII, XIV *Recenseamentos Gerais da População*, Lisboa, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001.

INE, *Relatório Síntese Sobre os Conceitos de Urbano e Rural*, Lisboa, Setembro, 1992.

INE, Estatísticas Sectoriais:

Estatísticas da Agricultura, 1970 a 1987;

Estatísticas dos Transportes, 1970 a 1998;

Estatísticas do Turismo, 1970 a 1998;

Estatísticas do Ambiente, 1993 a 1999.

MA - DGA (1995), *Relatório do Estado do Ambiente*, Lisboa.

MA - DGA (1998), *Relatório do Estado do Ambiente 1997*, Lisboa.

MA - DGA (1999), *Relatório do Estado do Ambiente 1998*, Lisboa.

MA - DGA (2000), *Relatório do Estado do Ambiente 1999*, Lisboa.

MA - IR (1997) *Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos*, Lisboa.

MPAT-MARN (1992), *Relatório do Estado do Ambiente e Ordenamento do Território 1991*, Lisboa.

MPAT-MARN (1993), *Relatório do Estado do Ambiente e Ordenamento do Território 1992*, Vol. I e II, Lisboa.

MPAT-SEARN (1987), *Compêndio de Estatísticas do Ambiente*, Lisboa.

Imprensa Periódica:

Expresso. Consultadas todas as edições publicadas (1404) desde a sua criação em Janeiro de 1973 até Dezembro de 1999.

Diário de Notícias. Consulta por amostra (1970 a 1999) com uma taxa de sondagem de 5%, com o seguinte critério sequencial: iniciou-se a consulta no primeiro Domingo de Janeiro de 1970 e foram efectuadas as consultas seguintes com intervalos de vinte dias, de modo a cobrir todos os dias da semana de forma regular. No total foram consultadas 546 edições.

Partidos Políticos:

AD, (PPD /CDS/PPM) *Programas Eleitoral*, 1979.

AD, (PPD /CDS/PPM) *Programas Eleitoral*, 1980.

FRS (PS/ASDI/UEDS), *Programa Eleitoral*, 1980.

CDS, *Programa Provisório*, 1974.

CDS, *Programa e Estatutos*, 1975.

CDS, *Programas Eleitorais*, 1982; 1985; 1987; 1991; 1995.

CDS/PP, *Programa Eleitoral de 1999*.

MPT, *Programa e Estatutos*, 1993.

PCP, *Programa e Estatutos do PCP*, 1974.

PCP, *Com a Democracia para o Socialismo* - Resolução Política do VIII Congresso, 1976.

PCP, *Com Portugal pela Democracia* - Resolução Política do IX Congresso, 1979.

PCP, *Com o PCP continuar Abril* - Resolução Política do X Congresso, 1983.

PCP, *Programa e Estatutos do PCP*, 1989.

PCP - Coligação APU, (PCP/MDP), *Programas Eleitorais*, 1976, 1979, 1982, 1985.

PCP - Coligação CDU, (PCP/PEV), *Programas Eleitorais*, 1987, 1991, 1995, 1999.

PEV, *Programa*, 1996.

PEV - Coligação CDU, (PCP/PEV), *Programa Eleitoral*, 1999.

PPD, *A Social-Democracia Para Portugal - Programa do Partido Popular Democrático*, 1974.

PPD, *Programa Eleitoral*, 1976.

PSD, *Programas Eleitorais*, 1982, 1985, 1987, 1995, 1999.

PPM, *Programa e Estatutos*, 1974.

PPM, *Programa PPM 80/90 (1981)*.

PPM, *Programas Eleitorais*, 1976, 1982, 1985, 1987, 1991, 1995, 1999.

PS, *Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista*, 1973.

PS, *Declaração de Princípios e Programa e Estatutos do Partido Socialista*, 1974

PS, *Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista*, 1986.

PS, *Declaração de Princípios e Programa e Estatutos do Partido Socialista*, 1992.

PS, *Programas Eleitorais*, 1976, 1979, 1982, 1985, 1987, 1991, 1995, 1999.

.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMSON Paul, e INGLEHART, Ronald (1995), *Value Change in Global Perspective*, Michigan, The University of Michigan Press.
- AGUIAR, Joaquim (1988), “Democracia pluralista, partidos políticos e relação de representação” in *Análise Social*, Vol.XXIV (100), pp. 59-76.
- ALLEGRE, Claude (1993), *Écologie des villes, écologie des champs*, Paris, Librairie Arthème Fayard.
- ALPHANDÉRY, Pierre *et al* (1993), *L'équivoque écologique*, Paris, Éditions La Découverte.
- ALMEIDA, J. F., COSTA, A. F. e MACHADO, F. L. (1996), “A Recomposição Sócio-Profissional e Novos Protagonismos”, in REIS, António (Coord.) *Portugal 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Temas e Debates.
- ALMEIDA, João, Ferreira, (1990), *Portugal os Próximos Vinte Anos - Valores e Representações Sociais*, (Vol.VIII) Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALMEIDA, João, Ferreira, (Org.) (2000), *Os Portugueses e o Ambiente: I inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*; Oeiras, Celta.
- ALMEIDA, João, Ferreira, (2000), “Sociedade e Valores” in PINTO, António Costa, (Org.) (2000), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur.
- ANDREW, H. e BENEDICT, K. (1992), *The International Politics of de Environment*, Oxford, University Press.

BAETA NEVES, C. (1970) *A Natureza e a Humanidade em Perigo*, Volume I, Lisboa, SEA - DGSFA.

BAETA NEVES, C. (1972) *A Natureza e a Humanidade em Perigo*, Volume III, Lisboa, SEA - DGSFA.

BACHELET, Michel (1995), *L'ingérence Écologique*, Paris, Editions Frison-Roche.

BANA E COSTA, C., PEREIRA, A.T.C., CABRAL, N. R. (1986), "Instrumentos Legais para o Planeamento e Ordenamento do Território", in *Sociedade e Território*, nº 5, Novembro.

BANDEIRA, Mário, L. (1996) "Teorias da população e modernidade: o caso português" in *Análise Social*, Vol. XXXI (135), pp.7-43.

BARRETO, António (Coord.) (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, ICS.

BARATA, Pedro e COSTA, Rui (2000), *Economia e Ambiente*, Lisboa, Observa, ISCTE/ICS.

BARRETO, António e PRETO, Clara V. (1996), "Indicadores da Evolução Social" in BARRETO, António (Coord.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, ICS.

BARRETO, António (Coord.) (2000), *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*, Volume II, Lisboa, ICS.

BARRETO, António e PRETO, Clara V. (2000), "Indicadores sociais: Portugal, 1960-2000" in BARRETO, António (Coord.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*, Volume II, Lisboa, ICS.

BARRY, John (1999), *Environment and Social Theory*, London, Routledge.

BECK, Ulrich [1986] (1992), *Risk Society - Towards a New Modernity*, London, SAGE Publications.

- BECK, Ulrich (1994), "The Reinvention of Politics: Towards a Theory of Reflexive Modernization" in BECK, U., GIDDENS, A., LASH, S., *Reflexive Modernization - Politics, Tradition and Aesthetics in de Modern Social Order*, Cambridge, Polity Press.
- BECK, Ulrich (1995), *Ecological Politics in Age of Risk*, Cambridge, Polity Press.
- BECK, Ulrich (1996), "Risk Society and the Provident State" in LASH, S., SZERSZYNSKI, B., WYNNE, B. (Ed.) (1996), *Risk, Environment & Modernity*, London, Thousands Oaks, New Delhi, SAGE Publications.
- BECK, Ulrich (1998), Politics of Risk Society, in FRANKLIN, Jane, *The Politics of Risk Society*, Cambridge, Polity Press.
- BECK, Ulrich (1999), *World Risk Society*, Cambridge Polity Press.
- BECK, U., GIDDENS, A., LASH, S. (1994), *Reflexive Modernization - Politics, Tradition and Aesthetics in de Modern Social Order*, Cambridge, Polity Press.
- BENEDICT, Ruth (s/d), *Padrões de Cultura*, Lisboa, Livros do Brasil. (Tradução de Alberto Candeias).
- BERGER, P. e LUCKMANN, T. [1966] (1976), *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Editora Vozes, 3ª ed. (Tradução de Floriano de Sousa Fernandes).
- BERNARDI, Bernardo [1974] (1982), *Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos*, Lisboa, Edições 70. (Tradução de A. C. Mota da Silva).
- BODIGUEL, M. (1986), *Le Rural en Question - Politiques et Sociologiques en quête d'objecte*, Paris, L'Harmattan.
- BONTRON, J-C., BROCHOT, A. (1989), "La nature dans la cage des réglementations... A propos des réserves naturelles" in MATHIEU, N., JOLLIVET, M. (Org.), *Du Rural a L'Environnement, - La question de la nature aujourd'hui*, Paris, A.R.F. Editions / L'Harmattan.

BOOKCHIN, M. (1990), "Ecologia Social", *Batalha*, nº126, Outubro/Dezembro, Lisboa.

BORREGO, Carlos *et al* (1991), *Livro Branco sobre o Estado do Ambiente*, Lisboa, MARN.

BOWLER, Ian, R. (1994) *Agriculture Under the Common Agricultural Policy: a geography*, Oxford, University Press.

BRAUDEL, Fernand (1985), *A Dinâmica do Capitalismo*, Lisboa, Teorema. (Tradução de Carlos da Veiga Ferreira).

BRONOWSKI, J. (1986), *Magia Ciência e Civilização*, Lisboa, Edições, 70. (Tradução de Maria da Luz Veloso).

BUTTEL, F.H. (1978), "Environmental Sociology: a new paradigm", in *The American Sociologist*, Vol.13, November, pp. 252-256.

BUTTEL, F.H. (1987), "New Directions in Environmental Sociology", in *Annual Review of Sociology*, nº 13, pp. 465-488.

CABRAL, M. V., FREITAS, E., RODRIGUES, M. L., (1993), "Atitudes da População Portuguesa Perante o Desenvolvimento" in GOUVEIA, Teresa, P., (Coord.), *Sociedade, Valores Culturais e Desenvolvimento*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

CABRAL, M. V. e PAIS José M. (Coord.) (1998), *Jovens Portugueses de Hoje - Resultados do Inquérito de 1997*, Oeiras, Celta, 1998.

CABRAL M., V., VALA J. e FREIRE J. (Org.) (2000), *Trabalho e Cidadania - Atitudes Sociais dos Portugueses 1*, Lisboa, ICS.

CABRAL M. Villaverde (1997), *Crónicas Realistas - Sociedade & Política em Portugal nos Anos 90*, Oeiras, Celta.

- CABRAL M. Villaverde (1998), “Maioria Sociológica e Minorias Ideológicas” in *Portugal na Transição do Milénio - Colóquio Internacional*, Lisboa, Fim de Século.
- CALDER, N. (1991), *Nave Espacial Terra*, Lisboa, Gradiva.
- CALDAS, Eugénio, C. (1991), *Agricultura Portuguesa Através dos Tempos*, Lisboa, I.N.I.C.
- CARSON, Rachel (1962), *Silent Spring*, Boston, Houghton Mifflin.
- CARVALHO, Nuno (2000), *Conservação da Natureza e Áreas Protegidas - O Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Educação Ambiental, Lisboa, FLUL.
- CATTON, W.R. e DUNLAP, R.E. (1978a), “Environmental Sociology: a new paradigm”, in *The American Sociologist*, Vol.13, February, pp. 41-49.
- CATTON, W.R. e DUNLAP, R.E. (1978b), “Paradigms, theories and the primacy of the HEP-NEP distinction”, in *The American Sociologist*, Vol.13, November, pp. 256-259.
- CATTON, W.R. e DUNLAP, R.E. (1980), "A New Ecological Paradigm for Post-Exuberant Sociology", in *American Behavioural Scientist*, Vol.24, nº 1, September/October, 1980.
- CAUTELA, Afonso (1973), *A Conferência do Terror - Estocolmo 72*, Col. Dossier Zero, Lisboa, Arcádia.
- CHAMBOREDON, J-C. (1985), La Naturalisation” de la Campagne: Une Autre Manière de Cultiver Les “Simples”, in CADORET, A. (Org.), *Protection de la Nature: Histoire et Idéologie - De la nature à l’environnement*, Paris, Editions L'Harmattan, 1985.
- CLAVAL, Paul (1987), *Geografia do Homem*, Coimbra, Ed. Almedina, 1987. (Tradução de António Gama Mendes, Ermelinda V. Leite e Maria de Fátima Lopes).

CMAD [1987] (1991), *O Nosso Futuro Comum*, Lisboa, Meribérica - Liber. (Tradução de Deolinda Estudante e Rui Protássio).

COELHO, J. C., NETO, M. C. PINHEIRO, A. C. (1999), "Agricultura Portuguesa: passado, presente e perspectiva futura" in *Economia e Sociologia*, n.º 67, Évora.

COLBORN, T., DUMANOSKI, D., MYERS, J. P. (1999), *O Nosso Futuro Roubado*, Lisboa, Dinalivro. (Tradução de Isabel Vasconcelos).

COTGROVE, S. e DUFF, A. (1980), "Environmentalism, Middle-Class, Radicalism and Politics", in *Sociological Review*, Vol. 28, nº 2.

CUNHA, J. Correia da (1997), *Aviso Prévio sobre Ordenamento do Território, Base de Uma Política de Desenvolvimento Económico e Social* (Apresentado pelo deputado José Correia da cunha na sessão da Assembleia nacional de 27 de Abril e debatido até 30 de Abril de 1971), Lisboa, Edição de autor.

CUNHA, J. Correia da (2000), "Núcleo de Estudos de Problemas da Água - Um pequeno passo que se impunha para a mudança que se impunha na gestão dos recursos hídricos", *Actas do 5º Congresso da Água: A Água e o Desenvolvimento Sustentável - Desafios para o Novo Século*, Lisboa, APRH.

CUNHA, J. Correia da (2001), "Comissão Nacional do Ambiente - Constituição e Primeiras Intervenções", *Sessão Comemorativa da Criação da Comissão Nacional do Ambiente - Trinta Anos de Ambiente em Portugal*, Lisboa, Observatório do Ambiente.

CRAVEIRO, João, L. (1993), *Avaliação de Impacte Ambiental - Uma Contribuição Sociológica*, Lisboa, LNEC.

CRAVEIRO, João, L. (1995), *Avaliação de Impacte Ambiental; Uma Contribuição Sociológica - A Emergência do Público nas Audiências*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa, ISCTE.

DAJOZ, R. (1977), *Tratado de Ecologia*, Madrid, Ed. Mundi-Prensa.

- DAHL, A. L. (1999), *O Princípio Ecológico*, Lisboa, Instituto Piaget. (Tradução Teresa Furtado Coelho / Gonçalo Couceiro Feio).
- DELÉAGE, J-P. (1991), *Histoire de L'écologie. une science de l'homme et de la nature*, Paris, Éditions La Découvertes.
- DOMINGOS, J. J. Delgado (1978), *Inteligência ou Subserviência Nacional? Crise de Ambiente, Crise de Energia, Crise da Sociedade, Alternativas*, Vol. 1, Porto, Afrontamento.
- DOMINGOS, J. J. Delgado (1978), *Inteligência ou Subserviência Nacional? O Absurdo duma Opção Nuclear*, Vol. 2, Porto, Afrontamento.
- DOUGLAS, Mary (1985), *Risk Acceptability According to the Social Sciences*, New York.
- DRABL (1995), *Agricultura e Conservação da Natureza*, Coimbra, Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral.
- DROUIN, J-C. (1993), *Reinventar a Natureza - A ecologia e a sua história*, Lisboa, Instituto Piaget. (Tradução de Armando Pereira da Silva).
- DUNLAP, R.E. (1983), "Ecologist Versus Exemptionalist: The Ehrlich-Simon Debate", in *Social Science Quarterly*, Vol. 64, March.
- DUNLAP, R.E. e CATTON, W.R. (1979), "Environmental Sociology", in *Annual Review of Sociology*, nº 5, pp. 243-273.
- DUNLAP, R.E. e CATTON, W.R. (1983), "What Environmental Sociologists Have in Common (whether Concerned with "Built" or "Natural" Environments) *Sociological Inquiry*, Vol. 53, nº 2/3, Spring.
- DUNLAP, R.E. e CATTON, W.R. (1994), "Struggling with Human Exemptionalism: The Rise, Decline and Revitalization of Environmental Sociology", *The American Sociologist*, Vol. 25.

EISENSTADT, S. N. (1991) *A Dinâmica das Civilizações - Tradição e Modernidade*, Lisboa, Cosmos. (Tradução de Rui Santos).

ELOY, António (1996), “O Ambiente e o Ordenamento do Território”, in REIS, António (Coord.) (1996), *Portugal 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Temas e Debates.

FABIANI, Jean-Louis (1985), «Science des Ecosystèmes et Protection de la Nature», in CADORET, A. (Org.), *Protection de la Nature: Histoire et Idéologie - De la nature à l'environnement*, Paris, Editions L'Harmattan.

FABIANI, Jean-Louis (1989), “La nature, l'action publique et la régulation sociale”, in MATHIEU, N. e JOLLIVET, M. (Org.), *Du Rural a L'Environnement, - La question de la nature aujourd'hui*, Paris, A.R.F. Editions / L'Harmattan.

FABOS, J. (1979), *Planning the total Landscape: A Guide Intelligent Land Use*, Boulder Colorado, Westview Press.

FAUCHEUX, S. e NOËL, J-F. (1995), *Économie des Ressources Naturelles et de l'Environnement*, Paris, Armand Colin Éditeur.

FERNANDES, Ana A. (1998), “Identidade Nacional e Cidadania Europeia” in CABRAL M. Villaverde e PAIS José M. (Coord.), *Jovens Portugueses de Hoje - Resultados do Inquérito de 1997*, Oeiras, Celta, 1998.

FERNANDES, Blasco H. (1983), *A Política Agrícola Comum (CEE) e a Agricultura Portuguesa*, Lisboa, Estampa.

FERNANDES, José de Almeida (1998), “O Porquê da LPN”, in *Liberne*, nº 63, Abril/Junho.

FERNANDES, José de Almeida (2001), *Do Ambiente Propriamente Dito - Considerações pouco canónicas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento Humano*, Lisboa, IPAMB.

- FERREIRA, Victor Matias (1976), *Ecologia: Da Cruzada Humanista à Crítica do Capitalismo*, (Antologia de textos organizada e apresentada por Vitor Matias Ferreira), Porto, Afrontamento.
- FERRY, Luc (1992), *Le nouvel ordre écologique*, Paris, Éditions Grasset & Fasquelle.
- FIGUEIREDO, Eurico (1998), “Conflito de Gerações - Conflito de Valores” in *Portugal. Os próximos 20 anos*, II vol., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- FLORES, Francisco (1937), *A Protecção da Natureza - Directrizes Actuais*, Relatório Final do Curso de Engenheiro Silvicultor, Lisboa, ISA.
- FRANCO, Luísa (2003) *Por Entre as Linhas do Jornal - O Problema social das Drogas no Diário de Notícias (1974/1993)*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa, FCSH-UNL.
- FREUDENBURG, W. R. E GRAMLING, R., (1989), “The Emergence of Environmental Sociology: Contributions of Riley E. Dunlap and R. Catton, Jr.” in *Sociological Inquiry*, Vol. 59, nº 4, November.
- GARCIA, José L., BARATA, Pedro e MATOS, Gisela (2000), “Orientação, Cidadania e Responsabilização” in ALMEIDA, João, Ferreira (Org.) (2000), *Os Portugueses e o Ambiente: I inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*; Oeiras, Celta.
- GARCIA, José L., SUBTIL, Filipa, POTT, Marisa (2000) *Impacte Ambiental, Contingência e Regulação - Os Estudos de Impacte Ambiental em Portugal 1990-1997*, Lisboa, Observa/ICS.
- GEORGE, Pierre (1984), *O Meio Ambiente*, Lisboa, Ed. 70, 1984. (Tradução de Maria Paula Mattos).
- GEORGE, Pierre (1996), *Sociologie et Civilisation*, Paris, PUF.

GIDDENS Anthony (1988), “Dimensões da Modernidade” in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 4, Maio, 1988, p.p. 237-251.

GIDDENS Anthony [1990] (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta.

GIDDENS Anthony [1991] (1994a), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta.

GIDDENS Anthony (1994b), “Living in a Post-Traditional Society” in BECK, U., GIDDENS, A., LASH, S., *Reflexive Modernization - Politics, Tradition and Aesthetics in de Modern Social Order*, Cambridge, Polity Press.

GIDDENS Anthony (1998), “Risk Society: the Context of British Politics” in FRANKLIN, Jane, *The Politics of Risk Society*, Cambridge, Polity Press.

GILBERT, Y. (1978), "Le Mythe Rural", *Espaces et Sociétés* nº 24-27, Paris, janvier/décembre.

GIVEN, (1992), *Principles and Practice of Plant Conservation*, London, Chapman e Hall.

GOLDBLATT, David (1996), *Social Theory and the Environment*, Cambridge, Polity Press.

GORE, Al (1993), *A Terra à Procura de Equilíbrio*, Lisboa, Editorial Presença. (Tradução de Isabel Nunes).

GORZ, A. (1991), *Capitalisme, Socialisme, Ecologie*, Paris, Galilée.

GOUROU, Pierre (1971), *Leçons de Géographie Tropicale*, Paris, PUF.

GOUVEIA, Teresa, P. (Coord.) (1993), *Sociedade, Valores Culturais e Desenvolvimento*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

GRAY, John (1998), “Nature Bites Back” in FRANKLIN, Jane, *The Politics of Risk Society*, Cambridge, Polity Press.

GROVE-WHITE, Robin (1998), "Risk Society and BSE" in FRANKLIN, Jane *The Politics of Risk Society*, Cambridge, Polity Press.

HABERMAS, Jurgen, [1981] (1987a) *Théorie de L'Agir Communicationnel*, Tome 1, Paris, Fayard.

HABERMAS, Jurgen, [1981] (1987b) *Théorie de L'Agir Communicationnel*, Tome 2, Paris, Fayard.

HANNA, Susan e MUNASINGHE, Mohan (1995), *Property Rights and Environment; Social and Ecological Issues*, Washington, The Beijer International Institute of Ecological Economics and The World Bank.

HANNA, Susan e MUNASINGHE, Mohan (1995), *Property Rights in a Social and Ecological Context; Case Studies and Design Applications*, Washington, The Beijer International Institute of Ecological Economics and The World Bank.

HANNIGAN, John (1995), *Environmental Sociology - A Social Constructionist Perspective*, London, New York, Routledge.

HELD, D., MCGREW, A., GOLDBLATT, D., PERRATON, J. (1999), *Global Transformations - Politics, Economics and Culture*, Cambridge, Polity Press.

HILDEBERT, Isnard (1982), *O Espaço Geográfico*, Coimbra, Livraria Almedina. (Tradução de João Victor G. S. Pereira).

HORTA, Ana (1997), *Entre a Vida Selvagem e a Cidadania - A Mediação Televisiva e o Ambiente*, Lisboa, Instituto de Promoção Ambiental.

HURRELL, A. e KINGSBURY, B. (1992), *The International Politics of the Environment*, Oxford, Clarendon Press.

INGLEHART, Ronald (1990), *Culture Shift, in Advanced Industrial Society*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press.

INGLEHART, Ronald (1998), *Modernización y posmodernización - El cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.

JAMROZIK, Adam e Nocella Luisa (1998), *The Sociology of Social Problems - Theoretical Perspectives and Methods of Intervention*, Cambridge, University Press.

LPN (1998), “Protegendo a Serra da Arrábida”: a luta que esteve na origem da LPN”, *Liberne*, nº 63, Abril/Junho, Lisboa, LPN.

LAGADEC, Patrick (1991) *La civilisation du Risque*, Paris, Éditions Seuil.

LASH, Scott (1994), “Reflexivity and its Doubles: Structure, Aesthetics, Community” in BECK, U., GIDDENS, A., LASH, S., *Reflexive Modernization - Politics, Tradition and Aesthetics in de Modern Social Order*, Cambridge, Polity Press.

LASH, S., SZERSZYNSKI, B., WYNNE, B. (Ed.) (1996), *Risk, Environment & Modernity*, London, Thousands Oaks, New Delhi, SAGE Publications.

LEACH, Edmund [1982] (1989), *A Diversidade da Antropologia*, Lisboa, Edições 70. (Tradução de Marília costa Fontes).

LEOPOLD, Aldo [1949] (1970), *A Sand County Almanac - With Essays on Conservation from Round River*, Oxford, Ballantine Books.

LEROI-GOURHAN, A. (1984), - *Evolução e Técnicas II - O Meio e as Técnicas*, Lisboa, Edições 70.

LIMA, Aida, V., COIMBRA, Elsa e FIGUEIREDO Alexandra (2000) “Representações e Valores sobre Natureza e Ambiente” in ALMEIDA, João, Ferreira (Org.) (2000), *Os Portugueses e o Ambiente: I inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*; Oeiras, Celta.

LIMA, Aida, V. (2000) *Agricultura e Ambiente*, Lisboa, Observa, ISCTE/ICS.

- LIMA, L., CABRAL, M., Villaverde, VALA, J., RAMOS, A., (2002), *Ambiente e Desenvolvimento - Atitudes Sociais dos Portugueses*, Lisboa, ICS.
- LIPOVETSKY, Gilles [1983] (1989), *A Era do Vazio*, Lisboa, Relógio de Água. (Tradução de Miguel Serras Pereira e Ana Luísa Faria).
- LIPOVETSKY, Gilles [1992] (1994), *O Crepúsculo do Dever - A ética indolor dos novos tempos democráticos*, Lisboa, Publicações D. Quixote. (Tradução de Fátima Gaspar e Carlos Gaspar).
- LOPES, A. S. (1984), *Desenvolvimento Regional*, Vol. I - Problemática, Teoria, Modelos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ªed.
- LOPES, José da Silva, (1996) "A Economia Portuguesa desde 1960" in BARRETO, António (Coord.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, ICS.
- LOURENÇO, Nelson e LISBOA, Manuel (1991) *Representações da Violência*, Lisboa, Cadernos do CEJ, nº 2/91, Centro de Estudos Judiciários.
- LOVELOCK, James [1987] (1990), *As Eras de Gaia*, Mem Martins, Pub. Europa-América. (Tradução de Lucília Rodrigues).
- LUHMANN, Niklas (1993a), *Risk: A Sociological Theory*, New York, Walter de Gruyter.
- LUHMANN, Niklas (1993b), *A improbabilidade da comunicação*, Lisboa, Vega.
- LUHMANN, Niklas (1998), *Observations on Modernity*, Stanford, California, Stanford University Press.
- LUTEN, D., (1980), "Ecological Optimism in the Social Sciences", in *American Behavioral Scientist*, Vol. 24, nº 1, September/October.
- McKENZIE, R. (1968), *On Human Ecology*, Chicago, University Press.

- MACHADO, Fernando, L. e COSTA, António, F. (1998) “ Processos de uma Modernidade Inacabada” in VIEGAS, José, M. L. e COSTA, António, F. (Org.) (1998), *Portugal que Modernidade*, Oeiras, Celta.
- MANSHOLT, S., MARCUSE, H., MORIN, E, et al (1973) *Ecologia /caso de vida ou de morte*, Lisboa, Moraes (Le Nouvel Observateur).
- MANSINHO, M.I. e SCHMIDT, L. (1994), “A emergência do Ambiente nas Ciências Sociais: análise de um inventário bibliográfico”, in *Análise Social* nº 125/126, pp. 441-481.
- MATHIEU, N. e JOLLIVET, M. (Dir) (1989), *Du Rural à L'Environnement - La question de la nature aujourd'hui*, Paris, Editions L'Harmattan.
- McKIBBEN, Bill (1990), *O Fim da Natureza*, Lisboa, Círculo de Leitores. (Tradução de José Manuel Correia).
- McMICHAEL, Philip (1996), *Development and Social Change - A Global Perspective*, Thousands Oaks, Califórnia, Pine Forge Press.
- MEADOWS, Donella e Dennis *et al* (1973), *Os limites do crescimento*, Lisboa, Publicações D. Quixote. (Tradução de Jorge Correia da Cunha, José Manuel Liberato, Manuel Sebastião e Maria Helena Cordeiro).
- MELO, João, Joanaz. e PIMENTA, Carlos. (1993), *Ecologia*, Lisboa, Difusão Cultural.
- MORIN, Edgar [1973] (s/d), *O Paradigma Perdido: a natureza humana*, Lisboa, Publicações Europa-América, 3ª Edição. (Tradução de Hermano Neves).
- MORMONT, M., (s/d), *Parcs naturelles e gestion de l'espace Rurale*, Arlon, Fondation Universitaire Luxembourgeoise.
- MOSCOVICI, S. e DOISE, W. (1991), *Dissensões e Consenso*, Lisboa, Livros Horizonte. (Tradução de Maria Fernanda Jesuíno).

- MOSCOVICI, Serge (1976), *Homens Domésticos e Homens Selvagens*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976. (Tradução de Elisabeth Neves Cabral).
- MOZZICAFREDDO, Juan (1998), “Estado, Modernidade e Cidadania” in VIEGAS, José, M. L. e COSTA, António F.(Org.) (1998), *Portugal, Que Modernidade*, Oeiras, Celta.
- NAVE, Joaquim, G., e FONSECA, Susana (2000), *As Organizações Não Governamentais de Ambiente - Elementos de Fenomenologia*, Lisboa, OBSERVA.
- NAVE, Joaquim, G., HORTA, Ana e LORGA, Catarina (2000), “Informação e Cultura Ambiental” in ALMEIDA, João, Ferreira (Org.) (2000), *Os Portugueses e o Ambiente: I inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*; Oeiras, Celta.
- NAZARETH, Manuel (1993), "Geografia e Ecologia Humana", in *Análise Social*, nº 123-124, pp. 879-885.
- NUNES, A. Sedas (1969), “Portugal, Sociedade Dualista em Evolução” in *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Lisboa, Moraes.
- NUNES, A. Sedas e MIRANDA J. D. (1970), “A Composição Social da População Portuguesa: Alguns Aspectos e Implicações” *Separa da Revista Análise Social*, nº 27-28.
- ODUM, E.P. (1987), *Fundamentos de Ecologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª Ed. (Tradução de António Manuel de Azevedo Gomes).
- OLIVEIRA, J. M. Paquete de (1984), “Imprensa escrita: um “meio de censura” à informação?” In *A comunicação no quotidiano português - Colectânea de Comunicações apresentada nas I, II e III Jornadas de Comunicação do CES/ISCTE*, Lisboa, Relógio d'Água.
- OLIVEIRA, J. M. Paquete de (1988), *Formas de “censura Oculta” na Imprensa Escrita em Portugal no pós-25 de Abril (1974-1987)*, Vol. I e II, Dissertação para tese de doutoramento em Sociologia, ISCTE, Lisboa.

OLIVEIRA, J. M. Paquete de (1991), “O Poder dos Media ou a Comunicação do Poder” in *JN*, Coimbra, Via Latina.

OLIVEIRA, J. M. Paquete de (1994), “A integração europeia e os meios de comunicação social” In *Análise Social*, vol. XXVII (118-119), pp. 995-1024.

OST, François (1995), *La Nature Hors la Loi*, Paris, Éditions la Decouverte.

PAIVA, Jorge, (1992), “Património Biológico e Biodiversidade” In *Ameaças à Diversidade Genética e Conservação da Natureza*, Col. Ambiente: Estado do Planeta, nº2, Lisboa, GEOTA.

PATEL, Surendra (1995), *Technological Transformation - Volume V: The Historic Process*, Aldershot, Avebury.

PECQUEUR, B. (1989), *Le Développement Local*, Paris, Syros / Alternatives.

PELT, Jean-Marie (1991), *A Natureza Reencontrada*, Lisboa, Gradiva. (Tradução de Henrique de Barros).

PESSOA, Fernando (1988), “Os Parques e o Renascimento da Vida Rural” in *Correio da Natureza*, nº 2.

PESSOA, Fernando (1985), *Ecologia e Território - Regionalização, Desenvolvimento, Ordenamento do Território numa Perspectiva Ecológica* Porto, Afrontamento.

PHILIPPE e GENEVIÉVE (1995), Pinchemel, *La face de la Terre; Éléments de géographie*, Paris, Armand Colin Édit.

PNUD (1994), *Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano*, Lisboa, Tricontinental.

PORRIT, J. (1992), *Salvemos a Terra*, Lisboa, Círculo de Leitores. (Tradução de Wanda Viegas e M^a Leonor Cecílio).

- QUEIRÓS, Margarida V. (2001) *O Desafio Ambiental - As Políticas e a Participação dos Actores*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Lisboa, FLUL.
- RAMBAUD, PLACIDE, (1969) *Société rurale et urbanisation*, Paris, Seuil, 2ªed.
- RAMOS, I., GOUVEIA, M.C., FIDALGO, M.I., CARVALHO, N. (1993), *Apresentação do Processo de Reconversão do Bairro do Leão*, Trabalho final do Curso de Pós-Graduação em Reabilitação Urbana e Requalificação Ambiental, Lisboa, ISCTE.
- RAMOS, Isabel (1998), *A Paisagem Rural na Ribeira das Alcáçovas - Uma Abordagem Sócio-Ecológica*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Lisboa, FLUL.
- RAMOS, L. N., e GOULÃO, M. T (1989), "Equilíbrio Ecológico, Ocupação do Solo e Ordenamento do Território", *Encontros sobre Construção Clandestina (II)*, Lisboa, DGOT.
- RAPHAEL, Adam (1998), "Lessons of Lloyd's: the Limits of Insurance" in FRANKLIN, Jan, *The Politics of Risk Society*, Cambridge, Polity Press.
- REIS, António (Coord.) (1996), *Portugal 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Temas e Debates.
- REIS, Manuela e LIMA, Aida, V. (1998) "Desenvolvimento, Território e Ambiente" in VIEGAS, José, M. L. e COSTA, António, F. (Org.) (1998), *Portugal que Modernidade*, Oeiras, Celta.
- REYNAUD, Alain (1981), *Société, Espace et Justice*, Paris, PUF.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. (1984) *O Campo dos Media*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. (1989) *Estratégias da Comunicação - Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade*, Lisboa, Editorial Presença

- RODRIGUES, Adriano Duarte. (1994) *Comunicação e Cultura - A experiência cultural na era da informação*, Lisboa, Editorial Presença
- RODRIGUES, Adriano Duarte. (1999) *As Técnicas da Comunicação e da Informação*, Lisboa, Editorial Presença
- ROLO, Joaquim, C. (1996) "Imagens de meio século da agricultura portuguesa" in *O Voo do Arado*; Lisboa, Museu Nacional de Etnologia.
- RUBINGTON, Earl e WEINBERG, Martin, S. (1995), *The Study of Social Problems - Seven Perspectives*, Oxford, University Press.
- SACARRÃO, Germano F. (1990), *Ecologia e Biologia do Ambiente*, 2 Vol., Mem Martins, Publicações. Europa-América.
- SACHS, I. (1996), *Ecodesenvolvimento - Crescer sem Destruir*, S. Paulo, Edições Vértice.
- SADLER, B., "Environmental Management and Sustainable Development", 2º *Seminário Anual sobre Avaliação do Impacte Ambiental*, Espinho, 29 Março / 7 Abril, 1992.
- SAMUELSON, Paul (1987), *Economia*, Lisboa, ed. McGraw-Hill de Portugal.
- SARAIVA, Maria Graça 1989), "Defesa Contra Cheias e Ocupação Urbana. Aspectos Institucionais e Inserção no Ordenamento do Território", *Encontros sobre Construção Clandestina (II)*, Lisboa, DGOT.
- SARAIVA, Maria Graça. 1995), *O Rio como Paisagem - Gestão de Corredores Fluviais no Quadro do Ordenamento do Território*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista, Lisboa, ISA-UTL.
- SARBIN, Theodore, R. e KITSUSE John I. (1994), *Constructing the Social*, London, SAGE Publications.
- SCHMIDT, Luísa (1993), *O Verde - Preto no Branco*, Lisboa, Gradiva.

SCHMIDT, Luísa (1999a), *Ambiente e Natureza no Ecran: Emissões Televisivas, Remissões Culturais*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.

SCHMIDT, Luísa (1999b), *Portugal Ambiental - Casos & Causas*, Lisboa, Celta.

SCHMIDT, Luísa (1999c), “Sociologia do ambiente: genealogia de uma dupla emergência” in *Análise Social*, Vol. XXXIV (150), pp. 175-210.

SCHMIDT, Luísa, VALENTE, Susana e PINHEIRO, João (2000), “País: Percepção, Retrato e Desejo” in ALMEIDA, João, Ferreira (Org) (2000), *Os Portugueses e o Ambiente: I inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*; Oeiras, Celta.

SCHUMAKER, E. F. (1985), *Small is Beautiful; um estudo de economia em que as pessoas também contam*, Lisboa, Publicações D. Quixote. (Tradução de Cardigos dos Reis).

SEQUEIRA, Eugénio (1998), “Editorial”, in *Liberne*, nº 63, Abril/Junho, 1998.

SILVA, João, C. (1992), *Conservação da Natureza - indicação dos principais textos do direito interno comunitário e internacional*, 1º volume, Lisboa, SNPRCN.

SILVA, João, C. (1995), *Conservação da Natureza - indicação dos principais textos do direito interno comunitário e internacional*, 2º volume, Lisboa.

SIMONNET, Dominique (1981), *O Ecologismo*, Lisboa, Moraes Editores. (Tradução de Virgílio Martinho).

SOBRINHO, José, M. R. (1996), “No princípio” *Era o Quê?...: factos, opiniões e algumas ironias acerca da política de Ambiente até ao 25 de Abril*, Seminário: Filosofia e Política do Ambiente do Mestrado: Filosofia da Natureza e do Ambiente, FLUL.

SOROMENHO-MARQUES, V. (1985), *Europa. O Risco do Futuro*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

SOROMENHO-MARQUES, V. (1992a), “Desenvolvimento e Complexidade”, in *Expansão* nº7, Outubro.

SOROMENHO-MARQUES, V. (1992b), “As Opções do Plano 1993 e o Ambiente”, in *Expansão* nº 8, Novembro.

SOROMENHO-MARQUES, V. (1993a), "O Problema da Decisão em Política de Ambiente", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 36, Fevereiro, pp. 27-40.

SOROMENHO-MARQUES, V. (Coord) (1993b), *Quercus - Documentos e Informações Fundamentais sobre a Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza*, Lisboa, Colibri.

SOROMENHO-MARQUES, V. (1994), *Regressar à Terra. Consciência Ecológica e Política de Ambiente*, Lisboa, Fim de Século.

SOROMENHO-MARQUES, V. (1996a), *A Era da Cidadania*, Lisboa, Publicações Europa-América.

SOROMENHO-MARQUES, V. (1996b), *Conferências de Matosinhos: Ambiente e Futuro: o caso português*, Matosinhos, Contemporânea Editora, Lda.

SOROMENHO-MARQUES, V. (1996c), "A longa marcha da causa ambiental", *Vértice*, nº 74, Out.-Nov., pp. 39-49.

SOROMENHO-MARQUES, V. (1998), *O Futuro Frágil - Os desafios da crise global do ambiente*, Lisboa, Publicações Europa-América.

SOROMENHO-MARQUES, V. (2001), “Ambientalismo e Política em Portugal: Valores e Facetas de um Arco-Íris Débil” in BECKERT, Cristina (Coord.) (2001), *Natureza e Ambiente. Representações na Cultura Portuguesa*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, pp. 115-128.

SPECTOR, Malcolm e KITSUSE, John (1977), *Constructing Social Problems*, Cummings, Menlo Park.

- TAMANES, Ramón (1983), *Crítica dos Limites do Crescimento*, Lisboa, Publicações D. Quixote. (Tradução de José Maria Brandão de Brito).
- TELLES, G. Ribeiro (1985), *Para Além da Revolução*, Lisboa, Salamandra.
- TELLES, G. Ribeiro (1989), “Equilibrio Ecológico, Ocupação do Solo e Ordenamento do Território”, *Encontros sobre Construção Clandestina (II)*, Lisboa, DGOT.
- TINDALE, Stephen (1998), “Procrastination, Precaution and the Global Gamble” in FRANKLIN, Jane, *The Politics of Risk Society*, Cambridge, Polity Press.
- UNCED, *The Global Partnership for Environment and Development - A Guide to Agenda 21*, UNCED, Geneva, April, 1992.
- VAILLANCOURT, J-G. (1996) “Sociologie de l’environnement” in TESSIER, R e VAILLANCOURT, J-G. (Dir), *La recherche sociale en environnement: nouveaux paradigms*, Presses de L’Université de Montréal, p.p. 19-47.
- VIEGAS, José, M. L. e COSTA, António, F. (Org.) (1998), *Portugal que Modernidade*, Oeiras, Celta.
- WEINER, Jonathan (1991), *Os próximos Cem Anos*, Lisboa, Gradiva.
- WHITE, Lynn, Jr.,(1967), “The Historical Roots of Our Ecologic Crisis”, in *Science*, 10 March 1967, Volume 155, Number 3767.
- WILLHELM, S. M., (1964), *The Concept of the Ecological Complex: A Critique*, The American Journal of Economics and Sociology, 23, p.p. 241-248.
- WOOLLACOTT, Martin (1998), “Risk Business, Safety” in FRANKLIN, Jane, *The Politics of Risk Society*, Cambridge, Polity Press.
- YEARLEY, Steven (1992), *A Causa Verde; uma sociologia das questões ecológicas*, Oeiras, Celta Editora. (Tradução de Joaquim Gil Nave).

ANEXOS

ANEXO I - CAPITULO 3

QUADRO AI.1 - Dormidas na hotelaria e nos parques de campismo por distrito, 1970 a 1986

	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
	Turistas nacionais e estrangeiros								
Aveiro	327.971 23.804	336.687 24.550	347.340 99.357	375.551 79.035	349.306 103.668	336.452 112.476	505.308 166.348	566.184 198.901	419.544 221.477
Beja	47.876 3.375	49.633 4.232	50.569 4.851	53.351 5.717	56.204 4.287	51.428 4.337	62.337 4.241	101.271 7.681	62.165 7.888
Braga	228.843 479	252.536 550	261.472 593	311.607 968	287.449 4.119	271.858 1.130	423.203 4.254	452.599 5.462	455.027 7.114
Bragança	46.598	46.618	54.741	67.748	61.016	68.506	96.979	130.587	128.175
Castelo Branco	133.017	127.113	134.048	132.540	126.936	119.142	163.993	223.755	139.541
Coimbra	290.163 152.358	317.601 153.628	332.987 171.062	336.822 124.470	297.091 128.835	308.940 123.091	499.491 140.542	502.283 238.404	407.818 378.459
Évora	71.859 5.390	80.294 5.905	83.671 7.275	99.176 7.771	81.503 6.860	76.465 9.625	83.555 6.808	115.609 16.666	105.137 19.586
Faro	1.383.567 269.639	1.638.247 292.012	1.816.979 361.273	2.021.157 437.389	1.762.547 362.405	1.604.438 459.729	2.737.175 549.493	3.659.731 896.698	3.202.232 1.275.471
Guarda	84.981 10.315	81.731 8.919	86.884 10.789	98.197 13.713	91.463 8.289	119.795 7.974	151.277 9.759	162.495 16.185	119.283 18.845
Leiria	286.152 94.550	285.003 103.848	284.967 111.935	312.367 91.335	259.205 91.239	250.771 137.420	376.509 237.112	412.850 341.342	329.082 410.500
Lisboa	3.275.478 215.440	3.309.050 327.382	3.414.091 366.245	3.662.540 395.069	3.226.933 374.557	4.126.846 405.540	7.244.576 468.841	5.934.331 686.422	4.378.047 964.117
Portalegre	62.596 2.366	70.084 3.103	78.585 4.963	83.035 6.206	65.964 2.775	67.641 3.492	85.344 3.336	124.229 5.021	101.394 6.429
Porto	572.418 77.924	590.810 88.460	643.839 113.479	689.202 125.841	643.988 146.900	675.961 173.541	917.970 154.591	1.011.641 157.072	878.508 165.856
Santarém	168.307 1.443	168.543 X	173.804 742	180.695 2.747	165.402 4.092	179.289 7.955	338.174 20.004	336.344 26.967	244.955 33.231
Setúbal	197.422 504.171	203.730 720.466	214.516 456.832	243.183 420.496	218.304 468.049	279.275 483.992	534.329 465.872	459.903 729.815	305.741 859.730
Viana do Castelo	104.801 44.572	116.378 46.649	120.376 65.735	127.084 80.830	110.796 88.329	100.459 124.804	233.036 168.201	240.216 288.930	133.388 369.755
Vila Real	137.448 2.610	141.013 2.534	138.577 3.576	155.133 5.487	134.787 6.995	129.610 6.488	333.975 8.345	248.682 10.807	144.446 11.989
Viseu	148.994 3.774	142.035 3.672	136.272 6.451	134.772 8.013	127.735 7.739	133.672 10.029	222.149 8.833	396.771 17.625	149.512 22.124
Conti- nente	7.568.491 1.412.210	7.957.206 1.785.910	8.373.718 1.785.158	9.084.160 1.805.087	8.066.0629 1.808.338	8.900.548 2.071.623	15.009.380 2.416.620	15.079.481 3.643.998	11.703.995 4.772.571

QUADRO AI.1 - Dormidas na hotelaria e nos parques de campismo por distrito, 1970 a 1986
(cont.)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Turistas nacionais e estrangeiros								
Aveiro	409.768		400.280	391.381	346.841		377.559	367.121
	231.919		159.540	210.036	196.825		469.008	
Beja	72.748		73.468	72.906	62.757		61.682	65.128
	7.474		35.995	33.618	35.921		28.552	
Braga	428.466		280.343	288.308	276.958		301.871	335.792
	12.190		14.633	28.780	73.783		69.856	
Bragança	116.234		81.222	93.239	83.293		81.590	83.285
							8.280	
Castelo Branco	173.622		115.397	120.974	119.938		117.251	96.617
	-		8.646	6541	12.268		6.493	
Coimbra	413.556		359.374	349.816	337.099		316.046	335.236
	355.295		425.782	462.061	448.324		438.766	
Évora	100.525		90.403	101.968	104.538		112.811	125.094
	22.059		25.897	26.912	26.117		25.903	
Faro	4.855.123		5.151.226	5.602.581	5.821.234		7.398.927	8.208.257
	1.579.683		2.264.149	2.481.047	2.176.852		2.001.680	
Guarda	114.901		116.834	107.760	94.285		105.916	113.548
	24.273		26.610	26.414	25.746		22.459	
Leiria	327.275		306.350	302.042	262.483		316.475	352.777
	481.355		786.129	911.342	934.116		691.188	
Lisboa	4.416.351		4.140.854	3.974.512	4.087.465		4.303.583	4.202.443
	953.841		1.763.167	1.577.363	1.384.283		857.923	
Portalegre	112.261		107.799	105.005	103.464		112.917	101.955
	6.631		7.690	9.501	7.668		7.507	
Porto	905.369		847.759	962.404	830.733		882.809	895.864
	241.149		462.517	447.431	470.379		615.780	
Santarém	227.610		223.309	215.498	248.977		273.842	263.368
	40.261		59.180	60.293	62.158		71.480	
Setúbal	740.449		615.200	607.307	528.238		526.624	541.350
	1.157.027		1.072.193	1.345.007	1.808.189		1.739.080	
Viana do Castelo	144.274		141.121	139.739	130.495		135.779	164.430
	470.260		584.815	629.003	375.957		574.344	
Vila Real	143.820		117.479	106.272	115.590		139.511	132.613
	11.746		17.055	30.992	25.870		29.943	
Viseu	146.748		157.739	146.818	154.504		170.910	182.508
	23.549		31.457	18.450	13.461		41.922	
Conti-nente	13.849.100		13.326.157		13.708.892		15.736.103	16.567.386
	5.618.712		7.745.455	8.304.791	8.077.917		7.700.164	

Fonte: INE - Estatísticas do Turismo, 1970 a 1986.

Nota:

Linha de cima – Dormidas na hotelaria com inclusão dos aldeamentos e apartamentos turísticos.

Linha de Baixo – Dormidas em parques de campismo.

QUADRO AI.2 - Dormidas na hotelaria e nos parques de campismo por NUTs II, 1987 a 1998

	1987	1988	1989	1990	1991	1992
	Turistas nacionais e estrangeiros					
Norte	2.048.157	2.211.604	2.320.590	2.459.997		2.325.618
	1.201.210	1.044.016	1.076.683	1.053.912		916.709
Centro	1.257.860	1.360.864	1.496.637	1.548.442		1.505.438
	1.390.646	1.274.888	1.699.630	1.768.977		1.822.145
Lisboa e V. Tejo	5.132.281	5.306.693	5.479.057	5.798.170		5.505.845
	2.639.217	2.906.932	2.758.738	2.655.971		2.527.117
Alentejo	589.641	658.631	736.197	724.399		649.949
	334.888	344.679	515.770	506.547		
Algarve	8.131.815	8.499.417	8.841.267	9.662.851		11.604.601
	1.858.181	1.962.825	1.708.403	1.555.257		1.501.874
Continente	17.159.754	18.037.809	18.855.748	20.193.859		21.601.451
	7.424.042	7.533.430	7.759.224	7.540.664		

	1993	1994	1995	1996	1997	1998
	Turistas nacionais e estrangeiros					
Norte	2.251.375	2.408.191	2.387.388	2.546.673	2.658.937	2.922.069
	812.402	898.477	1.044.061	1.311.813	765.643	989.161
Centro	1.472.186	1.490.676	1.533.323	1.645.327	1.753.570	1.905.919
	1.944.713	1.872.839	2.009.795	1.688.774	2.55.762	1.656.691
Lisboa e V. Tejo	5.251.368	5.805.548	5.863.695	6.040.706	6.422.675	8.136.199
	2.285.810	2.153.638	2.122.700	1.790.476	1.313.627	1.415.042
Alentejo	583.697	669.516	659.920	732.079	764.729	888.107
	537.932	562.422	563.715	544.274	1.050.105	1.063.289
Algarve	10.706.990	11.956.215	13.124.427	12.577.	13.125.922	13.625.846
	1.757.726	1.729.564	1.597.196	1.915.949	1.764.360	2.077.299
Continente	20.265.616	22.330.146	23.568.753	23.542.494	24.725.833	27.478.140
	7.338.583	7.216.940	7.337.467	7.251.286	6.949.487	7.201.482

Nota:

Linha de cima – Dormidas na hotelaria com inclusão dos aldeamentos e apartamentos turísticos.

Linha de Baixo – Dormidas em parques de campismo.

Fonte: INE – Estatísticas do Turismo, 1987 a 1998.

ANEXO II - CAPITULO 4

QUADRO AII.1 - Número de Notícias, *Expresso* e *DN*, Diplomas publicados, ONGA / ano e ONGA acumulado, 1970-1999⁽¹⁾

	Notícias Expresso	Notícias DN	Diplomas publicados	ONGA /ano	ONGA acumulado
1948/1969	-	-	-	-	5
1970	-	5	2	0	5
1971	-	18	9	0	5
1972	-	17	1	0	5
1973	68	31	2	0	5
1974	54	22	5	0	5
1975	20	5	5	1	6
1976	25	15	5	1	7
1977	49	14	3	4	11
1978	74	27	4	1	12
1979	95	34	14	2	14
1980	70	14	19	6	20
1981	102	42	11	5	25
1982	60	25	11	4	29
1983	92	39	5	1	30
1984	70	22	9	1	31
1985	66	30	6	6	37
1986	96	47	10	3	39
1987	114	59	19	7	46
1988	128	68	48	8	54
1989	194	83	52	9	63
1990	223	110	73	11	74
1991	186	88	47	7	81
1992	209	98	52	12	93
1993	190	117	71	6	99
1994	192	107	73	3	102
1995	232	119	124	12	114
1996	211	110	101	8	122
1997	206	82	100	13	135
1998	266	92	94	5	140
1999	360	110	100	7	147

(1) A criação de ONGA, foi considerada a partir de 1948, ano de fundação da LPN, tendo por isso sendo criado no quadro um intervalo 1948/1969, tendo-se iniciado o ano de 1970, referentes às ONGA acumulado respeitante à totalidade desse período.

QUADRO AII.2 - Legislação de Ambiente, 1970-1999

LEGISLAÇÃO DE AMBIENTE, 1970-1999

ANO	DESCRIÇÃO
1970	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Lei n.º 9/70 de 19 de Junho Primeira Legislação de Conservação da Natureza PESCA Decreto n.º 312/70, de 6 de Julho Dá nova redacção a várias disposições do Decreto n.º 44 623, que aprova o regulamento da Lei n.º 2097, que promulga as bases do fomento piscícola nas águas interiores do País
1971	ÁGUA Decreto-Lei n.º 90/71 de 22 de Março Regulamenta a poluição das águas do mar, praias e margens Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro Revê, actualiza e unifica o regime jurídico dos terrenos do domínio público hídrico, no qual se incluem os leitos e as margens das águas do mar, correntes de água, lagos e lagoas, de modo a facilitar o seu aproveitamento para os diversos usos de que são economicamente susceptíveis - Revoga várias disposições legislativas Decreto-Lei n.º 502/71, de 18 de Novembro Insere disposições relativas à classificação, protecção e exploração das albufeiras de águas públicas CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Decreto-Lei n.º 187/71 de 8 de Maio Cria o Parque Nacional da Peneda-Gerês Decreto n.º 355/71 de 16 de Agosto Cria a Reserva da Arrábida Decreto n.º 364771 de 25 de Agosto Cria a Reserva Botânica do Cambarinho Decreto n.º 444/71 de 23 de Outubro Cria a Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos Decreto n.º 458/71 de 29 de Outubro Cria a Reserva Natural das Ilhas Selvagens

	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO Decreto-Lei n.º 560/71 e Decreto-Lei n.º 561/71 de 18 de Novembro Institui disposições relativas aos Planos de Urbanização
1972	ÁGUA Decreto n.º 491/72, de 6 de Dezembro É aprovada, para ratificação, a Convenção para a Prevenção da Poluição Marítima Causada por Operações de Imersão Efectuadas por Navios e Aeronaves, concluída em Oslo em 15 de Fevereiro
1973	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Decreto-Lei n.º 79/72 de 8 de Março Cria a Reserva Integral da Montanha do Pico (Pico) PESCA Portaria n.º 522/73, de 2 de Agosto Aprova as normas de funcionamento dos estabelecimentos privados de depuração de ostras
1974	ÁGUA Decreto-Lei n.º 53/74, de 15 de Fevereiro Altera a redacção do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, relativo ao regime jurídico dos terrenos submetidos ao domínio público hídrico CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Decreto n.º 152/74, de 15 de Abril Cria a Reserva da Lagoa do Fogo e sujeita ao regime florestal a área incluída no seu perímetro (S. Miguel) Decreto-Lei n.º 380/74, de 22 de Agosto Revoga o Decreto-Lei n.º 297/70, de 27 de Junho, relativo ao Parque Florestal de Monsanto <u>Fauna e Flora</u> Decreto-Lei n.º 165/74 Institui providências destinadas a evitar a proliferação do jacinto de água

	ESTRUTURAS DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE Decreto-Lei n.º 203/74 de 15 de Maio Cria o Ministério do Equipamento Social e Ambiente que integra a Secretaria de Estado do Ambiente
1975	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Decreto-Lei n.º 162/75 de 27 de Março Cria a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António Decreto-Lei n.º 550/75 de 30 de Setembro Cria o Serviço Nacional de Parques Reservas e Património Paisagista ESTRUTURAS DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE Dec-Lei n.º 550/75 de 30 de Setembro Cria o Serviço Nacional de Parques Reservas e Património Paisagista ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO Decreto-Lei n.º 650/75, de 18 de Novembro Dá nova redacção a diversos artigos do Regulamento Geral das Edificações Urbanas RESÍDUOS Decreto-Lei n.º 343/75 Regulamenta a ampliação ou localização dos depósitos de detritos no solo e na paisagem SOLO Decreto-Lei n.º 343/75, de 3 de Julho Adopta medidas para disciplinar certas actuações na utilização dos solos e da paisagem
1976	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Decreto-Lei n.º 557/76 de 16 de Julho Cria o Parque Natural da Serra da Estrela Decreto-Lei n.º 565/76 de 19 de Julho Cria a Reserva natural do Estuário do Tejo Decreto-Lei n.º 613/76 de 27 de Julho Legislação das áreas protegidas (revoga a Lei n.º 9/70) Decreto-Lei n.º 622/76 de 28 de Julho Cria o Parque Natural da Arrábida

	SOLO Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro Aprova a política de solos Constituição da República Portuguesa (2 de Abril) Consagra os Direitos do Ambiente (Art. 9 e 66)
1977	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Decreto-Lei n.º 487/77, de 17 de Novembro Introduz alterações ao Decreto-Lei n.º 565/76, de 19 de Julho (Reserva Natural do Estuário do Tejo) FLORESTAS Decreto-Lei n.º 14/77, de 6 de Janeiro Estabelece disposições relativas ao arranque, corte ou poda de azinheiras ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO Lei n.º 79/77 Cria as figuras jurídicas do PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território e do PDM - Plano director Municipal
1978	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Decreto Regional n.º 15/78/M, de 10 de Março Classifica como reserva natural as ilhas Selvagens, constituídas em reserva pelo Decreto-Lei n.º 458/71, de 29 de Outubro Portaria n.º 337/78, de 24 de Junho Aprova o Regulamento da Reserva do Sapal de Castro Marim-Vila Real de Sto. António Decreto-Lei n.º 373/78 de 9 de Dezembro Cria o Parque Natural da Ria Formosa ESTRUTURAS DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE Ministério da Qualidade de Vida
1979	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Decreto-Lei n.º 28/79 de 10 de Abril Cria o Sítio Classificado do Centro Histórico de Coruche

	Decreto-Lei n.º 108/79 de 2 de Maio Cria o Sítio Classificado do Monte de S. Bartolomeu (Nazaré) Decreto-Lei n.º 118/79 de 4 de Maio Cria o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros Decreto-Lei n.º 140/79, de 21 de Maio Cria o sítio classificado da gruta do Zambujal Decreto-Lei n.º 41/79 de 6 de Maio Cria a Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto Decreto-Lei n.º 167/79, de 4 de Junho Fixa os limites do Parque Natural da Serra da Estrela Decreto-Lei n.º 355/79 de 30 de Agosto Cria o Parque Natural de Montesinho Portaria n.º 481/79, de 7 de Setembro Aprova o Regulamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo Decreto-Lei n.º 519-C/79, de 28 de Dezembro Aprova a Lei Orgânica do Parque Nacional da Peneda-Gerês <u>Fauna e Flora</u> Decreto-Lei n.º 264/79, de 1 de Agosto Estabelece normas quanto à definição e constituição de refúgios ornitológicos e áreas ornitológicas a recuperar EXPLORAÇÕES SUÍNAS Decreto-Lei n.º 233/79, de 24 de Julho Estabelece normas relativas a classificação das explorações suínas Dec n.º 49/79 Aprova a Convenção para a protecção de património Mundial, Cultural e Natural Dec-lei n.º 264/79 Cria refúgios e áreas ornitológicas a recuperar Dec-Lei n.º 308/79 de 20 de Agosto (1ª Lei sobre RAN Solos)
1980	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Decreto Legislativo Regional n.º 1/80/A de 31 de Janeiro Cria a Paisagem Protegida do Monte da Guia (Faial) Portaria n.º 26-F/80, de 9 de Janeiro Aprova o Regulamento do Parque Natural da Arrábida Decreto Legislativo Regional n.º 2/80/A de 7 de Fevereiro Cria a Paisagem Protegida das Sete Cidades (S. Miguel)

Decreto Legislativo Regional n.º 3/80/A de 7 de Fevereiro

Cria a Paisagem Protegida do Monte Brasil (Terceira)

Decreto-Lei n.º 55/80, de 26 de Março

Dá nova redacção ao n.º 2 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 41/79, de 6 de Março (Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto)

Decreto-Lei n.º 197/80 de 24 de Junho

Cria o Sítio Classificado do Açude do Monte da Barca;
Cria o Sítio Classificado do Açude da Agolada (Coruche)

Decreto-Lei n.º 198/80 de 24 de Junho

Cria a Reserva Natural do Paúl do Boquilobo

Portaria n.º 352/80, de 26 de Junho

Constitui uma zona de protecção permanente às espécies cinegéticas, desde o limite do concelho da Lourinhã com o de Torres Vedras até ao lugar de Areia Branca

Decreto-Lei n.º 430/80 de 1 de Outubro

Cria a Reserva Natural do Estuário do Sado

Fauna e flora**Decreto n.º 50/80, de 23 de Julho**

Aprova, para ratificação, a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção

Decreto n.º 101/80, de 9 de Outubro

Aprova para ratificação a Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas

Decreto n.º 103/80, de 11 de Outubro

Aprova para ratificação a Convenção sobre a Conservação das Espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem

Decreto-Lei n.º 504/80, de 20 de Outubro

Estabelece normas relativas à apanha, concentração e distribuição de plantas marinhas

Portaria n.º 919/80, de 3 de Novembro

Estabelece normas relativas à concentração de algas

FLORESTAS**Dec-Lei n.º 150/80**

Proibição de corte e arrancamento de árvores e arvoredos em propriedades expropriadas ou nacionalizadas ao abrigo da reforma agrária

Decreto-Lei n.º 327/80, de 26 de Agosto

Providencia quanto à prevenção e detecção dos incêndios florestais

LITORAL**Decreto-Lei n.º 292/80, de 16 de Agosto**

Proíbe a extracção de areias na faixa costeira entre a linha de baixa-mar de águas vivas equinociais e o limite da margem das águas do mar

	PESCA Decreto-Lei n.º 377/80, de 12 de Setembro Dá nova redacção a vários artigos do Decreto-Lei n.º 47 947, de 18 de Setembro de 1967 (embarcações estrangeiras nas águas jurisdicionais de pesca) SOLOS Decreto-Lei n.º 313/80, de 19 de Agosto Dá nova redacção ao artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro (Lei dos solos)
1981	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Decreto-Lei n.º 264/81 de 3 de Setembro Cria a Reserva Natural da Berlenga Decreto-Lei n.º 292/81 de 15 de Outubro Cria a Área de Paisagem Protegida de Sintra-Cascais Decreto-Lei n.º 294/81 de 16 de Outubro Cria a Reserva Natural da Serra da Malcata <u>Fauna e Flora</u> Decreto n.º 95/81, de 23 de Julho Aprova, para ratificação, a Convenção Relativa à Protecção da Vida Selvagem e do Ambiente Natural na Europa (Convenção de BERNÁ) Decreto-Lei n.º 263/81, de 3 de Setembro Aprova o Regulamento de Protecção dos Mamíferos Marinhos na Zona Costeira e Zona Económica Exclusiva Continental Portuguesa EXPLORAÇÕES SUÍNAS Portaria n.º 102/81, de 22 de Janeiro Estabelece normas relativas às explorações suínas Portaria n.º 158/81, de 30 de Janeiro Aprova e põe em execução as normas regulamentares do Decreto-Lei n.º 233/79, de 24 de Julho FLORESTA Lei n.º 10/81, de 10 de Julho Ratifica com emendas, o Decreto-Lei n.º 327/81, de 26 de Agosto Decreto Regulamentar n.º 55/81, de 18 de Dezembro Regulamenta a defesa do património florestal Dec-Reg. n.º 55/81 Regulamenta a defesa do património florestal

	LITORAL Dec-Lei n.º 263/81 Aprova o regulamento de protecção dos mamíferos marinhos na zona costeira e zona económica exclusiva continental portuguesa
1982	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Decreto-Lei n.º 67/82 de 3 de Março Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor Decreto-Lei n.º 67/82 de 3 de Março Cria a Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica. Decreto Legislativo Regional n.º 10/82/A de 18 de Junho Cria a Reserva Natural da Lagoa do Fogo (S. Miguel) Decreto Legislativo Regional n.º 12/82/A de 1 de Julho Cria a Reserva de Recreio do Pinhal da Paz (S. Miguel) Decreto Regional n.º 13/82/A, de 7 de Julho Cria o Lugar Classificado da Praia, freguesia de Água de Alto, concelho de Vila Franca do Campo (S. Miguel) Decreto Regional n.º 14/82/A, de 8 de Julho Cria a Reserva Natural da Caldeira do Faial (Faial) Decreto Legislativo Regional n.º 15/82/A de 9 de Julho Cria a Reserva Natural Parcial da Montanha do Pico. (Pico) (D. n.º 79/72 de 8 de Março) Decreto Legislativo Regional n.º 14/82/M de 18 de Junho. Cria o Parque Natural da Madeira. LITORAL Decreto-Lei n.º 403/82, de 24 de Setembro Estabelece os critérios a que deve obedecer a extracção de materiais inertes ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO Dec-Lei n.º 208/82 Cria os Planos Directores Municipais (PDM's) RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL Dec-Lei n.º 451/82 Cria a Reserva Agrícola Nacional (RAN)

1983	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Decreto-Lei n.º 237/83 de 8 de Junho Cria o Parque Natural do Alvão Decreto Legislativo Regional n.º 3/83/A de 3 de Março. Cria a Reserva Natural do Ilhéu de Vila Franca (S.Miguel) <u>Fauna e Flora</u> DLR n.º 2/83/A Institui normas relativas à proibição de caça aos golfinhos no mar dos Açores. (Alterado pelo DLR n.º 24/83/A) ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO Dec-Lei n.º 338/83 Cria os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT's) RESERVA ECOLÓGIA NACIONAL Dec-Lei n.º 321/83 de 5 de Julho Reserva Ecológica Nacional (REN) (Alterado pelo Dec-Lei n.º 411/83 de 23 de Novembro).
1984	ÁGUA Decreto-Lei n.º 300/84, de 7 de Setembro Define a orgânica do sistema da autoridade marítima CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Decreto Legislativo Regional n.º 13/84/A, de 20 de Fevereiro Cria a Reserva Natural Parcial do ilhéu do Topo (São Jorge) Decreto Legislativo Regional n.º 14/84/A, de 21 de Fevereiro Cria a Reserva Natural Parcial da lagoa da caldeira de Santo Cristo (São Jorge) Decreto-Lei n.º 168/84, de 22 de Maio Cria a Paisagem Protegida da Arrábida Fóssil da Costa da Caparica <u>Fauna e Flora</u> Decreto do Governo n.º 33/84, de 10 de Julho Aprova, para adesão, o texto do Protocolo de Emenda da Convenção das Zonas Húmidas de Importância Internacional especialmente como Habitat de Aves Aquáticas, adoptado em Paris em 3 de Dezembro de 1982 Portaria n.º 691/84, de 6 de Setembro Estabelece as zonas de protecção dos habitats da costa rochosa portuguesa

	LITORAL Decreto-Lei n.º 164/84, de 21 de Maio Altera vários artigos do Decreto-Lei n.º 403/82, de 24 de Setembro (estabelece os critérios a que deve obedecer a extracção de materiais inertes) PESCA Decreto-Lei n.º 198/84, de 14 de Junho Altera alguns artigos do Decreto-Lei n.º 47 947, de 18 de Setembro de 1967 RUÍDO Decreto-Lei n.º 271/84, de 6 de Agosto Estabelece disposições relativas à construção de instalações destinadas a boîtes, discotecas e certos espectáculos ao ar livre e outras actividades similares, na perspectiva de controle da poluição sonora
1985	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Decreto Legislativo Regional n.º 11/85/M, de 23 de Maio Fixa medidas preventivas, disciplinares e de preservação relativas ao Parque Natural da Madeira <u>Fauna e Flora</u> DLR n.º 18/85/M Institui a protecção das tartarugas marinhas nos mares da Madeira FLORESTA Decreto Regulamentar n.º 67/85, de 22 de Outubro Adita um n.º 8 ao artigo 9.º do Decreto Regulamentar n.º 55/81, de 18 de Dezembro ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO Decreto-Lei n.º 463/85, de 4 de Novembro Dá nova redacção ao § único do artigo 5.º e aos seus artigos 161.º, 162.º, 163.º e 164.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas. Revoga o n.º 3 do artigo 1.º e o n.º 6 do artigo 5.º e dá nova redacção ao n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 166/70, de 15 de Abril Lei n.º 13/85 Lei do património cultural Português RESÍDUOS Decreto-Lei n.º 488/85, de 25 de Novembro Estabelece as normas sobre os resíduos sólidos Revogado pelo Decreto-Lei n.º 310/95, de 20 de Novembro

	Dec-Lei n° 488/85 Gestão dos resíduos em geral
1986	CAÇA Lei n.º 30/86, de 27 de Agosto Lei da Caça CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Decreto Legislativo Regional n.º 23/86/M de 4 de Outubro Cria a Reserva Natural do Garajau (Madeira) FLORESTA Lei n° 19/86 Institui sanções em caso de incêndios florestais Decreto-Lei n.º 120/86, de 28 de Maio Estabelece disposições quanto ao condicionamento do arranque de oliveiras PESCA Decreto Regulamentar n.º 18/86, de 20 de Maio Introduz alterações ao Decreto n.º 44 623, de 10 de Outubro de 1962 Portaria n.º 747/86, de 16 de Dezembro Estabelece a regulamentação a que se refere o artigo 50.º do Decreto n.º 44 623, de 10 de 1962 RUÍDO Portaria n.º 344/86, de 5 de Julho Estabelece disposições que limitam o ruído provocado pelas aeronaves Dec-Lei n° 130/86 Aprova a orgânica do Ministério do Plano e da Administração do Território (MPAT) Dec-Lei n° 256/86 Define turismo de habitação, turismo rural ou agroturismo Dec-Reg. n° 3/86 Orgânica do Serviço Nacional de Parques Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN)

1987	ÁGUA Decreto-Lei n.º 89/87, de 26 de Fevereiro Estabelece medidas de protecção às zonas ameaçadas pelas cheias, introduzindo alterações ao Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro Portaria n.º 247/87, de 31 de Março Estabelece a constituição da representação nacional de Portugal na Associação Internacional das Distribuições de Água Decreto-Lei n.º 230/87, de 11 de Junho Estabelece medidas preventivas e cautelares para a área da lagoa de Albufeira, concelho de Sesimbra Portaria n.º 752/87, de 2 de Setembro Aprova o regulamento interno da Comissão do Domínio Público Marítimo Portaria n.º 849/87, de 3 de Novembro Classifica como zona adjacente ao rio Zêzere toda a área inundável contígua às suas margens CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Decreto Legislativo Regional n.º 7/87/A de 29 de Maio Cria a Reserva Natural da Baía da Maia (Stª Maria) Cria a Reserva Natural da Baía dos Anjos (Stª Maria) Cria a Reserva Natural da Baía da Praia (Stª Maria) Cria a Reserva Natural da Baía de S. Lourenço (Stª Maria) Decreto Legislativo Regional n.º 13/87/A, de 21 de Julho Cria a Reserva Natural Geológica do Algar do Carvão (Terceira) Decreto-Lei n.º 357/87 de 17 de Novembro. Cria a Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende Decreto-Lei n.º 373/87, de 9 de Dezembro Cria o Parque Natural da Ria Formosa <u>Fauna e Flora</u> Portaria n.º 816-D/87, de 30 de Setembro Regulamenta a criação de espécies cinegéticas em cativeiro ou semicativeiro PESCA Decreto-Lei n.º 278/87, de 7 de Julho Fixa o quadro legal regulamentador do exercício da pesca e das culturas marinhas em águas sob soberania e jurisdição portuguesas Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de Julho Define as medidas nacionais de conservação dos recursos biológicos aplicáveis ao exercício da pesca em águas, quer oceânicas, quer interiores, sob soberania e jurisdição portuguesas

	Portaria n.º 683/87, de 10 de Agosto Proíbe todo e qualquer processo de pesca, com excepção da exercida por cana e linha de mão, de todas as espécies piscícolas existentes no percurso do rio Alva a jusante da ponte de Sandomil até à sua confluência com o rio Mondego. Revoga as Portarias n.º 782/75 e 89/86, de 30 de Dezembro e 20 de Fevereiro, respectivamente Decreto-Lei n.º 399/87, de 31 de Dezembro Estabelece os mecanismos de aplicação em Portugal das normas constantes do Regulamento (CEE) n.º 4028/86, relativo a acções comunitárias para o melhoramento e a adaptação das estruturas do sector da pesca e da aquicultura RESÍDUOS Portaria n.º 374/87, de 4 de Maio Aprova o Regulamento sobre Resíduos Originados na Indústria Transformadora RUÍDO Decreto-Lei n.º 251/87, de 24 de Junho Aprova o Regulamento Geral sobre o Ruído SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS Decreto-Lei n.º 28/87, de 14 de Janeiro Limita a utilização e comercialização do amianto e dos produtos que o contenham VEÍCULOS Portaria n.º 427/87, de 22 de Maio Estabelece um calendário de aplicação em Portugal relativo à homologação de veículos e seus componentes Lei n.º 10/87 de 4 de Abril Lei das Associações de Defesa do Ambiente Lei n.º 11/87 de 4 de Abril Lei de Bases do Ambiente
1988	ÁGUA Decreto Regulamentar n.º 2/88, de 20 de Janeiro Classifica, para efeitos da aplicação do Decreto-Lei n.º 502/71, de 18 de Novembro, as albufeiras de águas públicas de serviço público Portaria n.º 99/88, de 11 de Fevereiro Aprova os modelos das tabuletas a utilizar na limitação e sinalização das águas do domínio público, quando constituam uma zona de pesca profissional ou uma zona de pesca condicionada Portaria n.º 234/88, de 18 de Abril Altera a Portaria n.º 752/87, de 2 de Setembro

Portaria n.º 445/88, de 8 de Julho

Regula os procedimentos administrativos inerentes ao processo de autorização de água para aproveitamentos hidroeléctricos

Despacho Normativo n.º 66/88, de 9 de Agosto

Estabelece um regulamento para apresentação e selecção das candidaturas a contratos-programa nas áreas do saneamento básico, ambiente e recursos naturais

Portaria n.º 576/88, de 22 de Agosto

Altera a constituição da Comissão Nacional junto da Associação Internacional das Distribuições de Água (CNAIDA)

Decreto n.º 25/88, de 2 de Setembro

Aprova, para ratificação, o protocolo que introduz emendas à Convenção para a Prevenção da Poluição Marinha de Origem Telúrica, de 1974

Decreto n.º 33/88, de 15 de Setembro

Aprova emendas à Convenção para a Prevenção da Poluição Marinha Causada por Operações de Imersão de Detritos e Outros Produtos

Decreto-Lei n.º 418/88, de 11 de Novembro

Reestrutura a Comissão Nacional da Organização Marítima Internacional (CNIMO).
Revoga a Portaria n.º 546/81, de 11 de Novembro

AR**Decreto do Governo n.º 5/88, de 9 de Abril**

Aprova para adesão, o Protocolo à Convenção de 1979 sobre Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância Relativo ao Financiamento a Longo Prazo do Programa Comum de Vigilância Contínua e de Avaliação do Transporte a Longa Distância dos Poluentes Atmosféricos na Europa (EMEP)

Decreto n.º 20/88, de 30 de Agosto

Aprova, para ratificação, o Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono

Decreto n.º 23/88, de 1 de Setembro

Aprova, para adesão, a Convenção de Viena para a Protecção da Camada de Ozono

Decreto-Lei n.º 464/88, de 15 de Dezembro

Aplica a Portugal o regulamento comunitário relativo à protecção das florestas contra a poluição atmosférica

CAÇA**Dec-Lei n.º 274-A/88 de**

Regulamenta a Lei da Caça. (este decreto sofreu várias alterações até 1991)

Portaria n.º 697/88, de 17 de Outubro

Define os modelos para os sinais e tabuletas a utilizar na balizagem dos terrenos em que o exercício da caça é proibido ou está sujeito a restrições

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Áreas protegidas

Portaria n.º 6/88, de 6 de Janeiro

Regulamenta a constituição, formas de nomeação e de funcionamento do Parque Natural da Ria Formosa

Portaria n.º 21/88, de 12 de Janeiro

Aprova o Regulamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e o respectivo Plano de Ordenamento

Portaria n.º 398/88, de 23 de Junho

Integra no Conselho Geral do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros um representante da Região de Turismo de Leiria-Rota do Sol, em substituição da representação da Região de Turismo do Centro

Decreto-Lei n.º 219/88 de 27 de Junho.

Cria a Reserva Natural do Paúl de Arzila.

Decreto Legislativo Regional 11/88/A de 4 de Abril

Cria a Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas

Decreto-Lei n.º 241/88 de 7 de Julho

Cria a Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. (Passou a P. Natural em 1995 - DR nº 26/95 de 21 de Setembro)

Decreto Regulamentar Regional n.º 29/88/A, de 12 de Julho

Cria um conjunto de medidas que condicionam todas as acção físicas na área de protecção da paisagem rural da ilha do Pico

Decreto Legislativo Regional n.º 27/88/A de 22 de Julho.

Cria a Reserva Florestal Natural Parcial do Pico da Vara (S. Miguel)

Cria a Reserva Florestal Natural Parcial dos Graminhais (S. Miguel)

Cria a Reserva Florestal Natural Parcial da Atalhada (S. Miguel)

Cria a Reserva Florestal Natural Parcial do Cabeço do Fogo (Faial)

Cria a Reserva Florestal Natural Parcial dos Capelinhos (Faial)

Cria a Reserva Florestal Natural Parcial do Mistério da Prainha (Pico)

Cria a Reserva Florestal Natural Parcial do Caveiro (Pico)

Cria a Reserva Florestal Natural Parcial da Lagoa do Calado (Pico)

Cria a Reserva Florestal Natural Parcial da Sera de Stª Bárbara e Mistérios Negros (Terceira)

Cria a Reserva Florestal Natural Parcial do Biscoito da Ferraria (Terceira)

Cria a Reserva Florestal Natural Parcial do Pico do Areeiro (S. Jorge)

Cria a Reserva Florestal Natural Parcial do Pico das Caldeirinhas (S. Jorge)

Cria a Reserva Florestal Natural Parcial dos Picos do Carvão e da Esperança (S. Jorge)

Cria a Reserva Florestal Natural Parcial da Caldeira da Graciosa (Graciosa)

Cria a Reserva Florestal Natural Parcial das Caldeiras Funda e Rasa (Flores)

Cria a Reserva Florestal Natural Parcial do Morro Alto e Picos da Sé (Flores)

Portaria n.º 521/88, de 3 de Agosto

Estabelece a composição, formas de designação dos representantes e funcionamento dos órgãos da Reserva Natural do Paul de Arzila

Fauna e Flora**Decreto n.º 17/88, de 28 de Julho**

Aprova, para ratificação, uma emenda à Convenção sobre o comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção

Lei n.º 90/88, de 13 de Agosto

Institui a protecção do lobo ibérico

ENERGIA**Decreto-Lei n.º 188/88, de 27 de Maio**

Criação do Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia (SIURE)

Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de Maio

Estabelece normas relativas à actividade de produção de energia eléctrica por pessoas singulares ou por pessoas colectivas de direito público ou privado

Decreto-Lei n.º 449/88, de 10 de Dezembro

Altera algumas disposições da Lei n.º 46/77, de 8 de Julho, relativa à delimitação de sectores

FLORESTA**Decreto-Lei n.º 129/88, de 20 de Abril**

Regula a actividade da resinagem

Decreto-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril - parcialmente revogado

Estabelece medidas de ordenamento das áreas percorridas por incêndios florestais

Decreto-Lei n.º 172/88, de 16 de Maio

Estabelece medidas de protecção ao montado de sobro

Decreto-Lei n.º 173/88, de 17 de Maio

Estabelece a proibição do corte prematuro de povoamentos florestais

Decreto-Lei n.º 174/88, de 17 de Maio

Estabelece a obrigatoriedade de manifestar o corte ou arranque de árvores

Decreto-Lei n.º 175/88, de 17 de Maio - parcialmente revogado

Estabelece o condicionamento da arborização com espécies florestais de rápido crescimento

Decreto n.º 18/88, de 4 de Agosto

Desafecta do regime florestal uma parcela de terreno das dunas de Ovar

Decreto-Lei n.º 459/88, de 14 de Dezembro

Aplica a Portugal o regulamento comunitário relativo à protecção das florestas contra os incêndios

Dec-Lei n.º 464/88 de 15 de Dezembro.

Aplica o regulamento comunitário relativo à protecção da floresta contra a poluição da atmosfera

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO
Dec-Reg. n.º 2/88 de 20 de Janeiro

Cria os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas (POAP's)

Regulamenta o Dec-Lei n.º 502/71 de 18 de Novembro Zonas de protecção às albufeiras de águas públicas

Decreto-Lei n.º 100/88, de 23 de Março

Define o acesso e permanência na actividade de empreiteiro de obras públicas, industrial de construção civil e fornecedor de obras públicas (alvarás)

Dec-Lei n.º 176-A/88 de 18 de Maio.

Revê o regime jurídico dos PROT revogando o DL n.º 338/83

Obriga à demarcação da RAN, REN e AP's

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/88, de 4 de Agosto

Determina a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve (PROTAL)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/88, de 10 de Outubro

Define as bases do Planos Regional de Ordenamento do Território para a Zona Envolvente do Douro - PROZED

PESCA**Portaria n.º 47/88, de 23 de Janeiro**

Cria num troço do rio Mondego uma zona de pesca profissional ao sável, à lampreia do mar e à enguia

Decreto n.º 30/88, de 8 de Setembro

Aprova o Regulamento da Pesca nos Troços Fluviais Fronteiriços entre Portugal e Espanha, à excepção do Troço Internacional do Rio Minho e da Zona sob Jurisdição Marítima do Rio Guadiana

RESÍDUOS**Despacho Conjunto, de 28 de Junho de 1988**

Licenciamento de estabelecimentos destinados à eliminação de resíduos

Portaria n.º 768/88, de 30 de Novembro

Comete à Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente a competência de fiscalização referida no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 488/85, de 25 de Novembro, sobre resíduos sólidos urbanos

Revogado pelo Decreto-Lei n.º 310/95, de 20 de Novembro

SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS**Decreto-Lei n.º 138/88, de 22 de Abril**

Estabelece a proibição da comercialização e da utilização de produtos contendo fibras de amianto

Decreto-Lei n.º 221/88, de 28 de Junho

Limita a comercialização e a utilização de algumas substâncias perigosas e revoga o Decreto-Lei n.º 378/76, de 20 de Maio

1989	ÁGUA Portaria n.º 151/89, de 1 de Março Cria uma zona de defesa biológica de aquífero que alimenta as captações de Vale das Maias Portaria n.º 335/89, de 11 de Maio Classifica como zona adjacente ao rio Tâmega a área entre o açude da Veiga e a cidade de Chaves Decreto-Lei n.º 261/89, de 17 de Agosto Define o regime jurídico da actividade de culturas marinhas. Revoga o Decreto, de 31 de Dezembro de 1895, as Portarias n.os 22 608, de 1 de Abril de 1967, 22 899, de 15 de Setembro de 1967, 598/73, de 5 de Setembro, e 352/74, de 8 de Junho, o Decreto-Lei n.º 254/87, de 24 de Junho, e, parcialmente, os Decretos n.os 446/72, de 10 de Novembro, e 451/73, de 10 de Setembro, a Portaria n.º 254/79, de 31 de Maio, e o Decreto Regulamentar n.º 11/80, de 7 de Maio Decreto-Lei n.º 275/89, de 22 de Agosto Prevê a existência de um representante do departamento que tutela o ordenamento do território na Comissão do Domínio Público Marítimo. Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 300/84, de 7 de Setembro Portaria n.º 958/89, de 28 de Outubro Dá nova redacção a vários números da Portaria n.º 445/88, de 8 de Julho, que regula os procedimentos administrativos inerentes ao processo de autorização de utilização de água para aproveitamentos hidroeléctricos Portaria n.º 980-A/89, 14 de Novembro Estabelece as condições de exploração dos estabelecimentos de culturas marinhas no território do continente Portaria n.º 980-C/89, de 14 de Novembro Regulamenta o processo de licenciamento da exploração de estabelecimentos de culturas marinhas instalados no território do continente CAÇA Portaria n.º 569/89, de 22 de Julho Aprova os modelos de Tabuletas a usar na balizagem das zonas de caça nacionais, sociais, associativas e turísticas CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Portaria n.º 79/89, de 2 de Fevereiro Estabelece que a Mata Nacional do Choupal fique sob a gestão do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza Decreto Regulamentar Regional n.º 13/89/A, de 12 de Abril Aprova o Regulamento Geral da Paisagem Protegida das Sete Cidades Decreto-Lei n.º 121/89 de Abril Cria o Parque Natural da Serra de S. Mamede

Decreto Legislativo Regional n.º 6/89/A de 18 de Julho

Cria a Área Ecológica Especial da Caldeira de Santo Cristo (S. Jorge)

Decreto-Lei n.º 293/89, de 2 de Setembro

Altera o Decreto-Lei n.º 264/81, de 3 de Setembro (cria a Reserva Natural da Berlenga)

Portaria n.º 957/89, de 28 de Outubro

Proíbe o exercício da caça em várias áreas dentro dos limites da Reserva Natural do Estuário do Sado

Portaria n.º 997/89, 17 de Novembro

Regula a prática da caça no Parque Natural da Arrábida (PNA)

Fauna e Flora**Aviso, de 13 de Fevereiro de 1989**

Torna público ter sido aprovada uma nova lista das espécies constantes dos anexos II e III à Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa, adoptada pelo Conselho da Europa em 19 de Setembro de 1979

Resolução da Assembleia da República n.º 10/89

Aprova, para adesão, a Convenção que cria a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Seus Recursos (UICN), feita, em 5 de Outubro de 1948, em Fontainebleau

Decreto-Lei n.º 316/89, de 22 de Setembro

Regulamenta a aplicação da convenção da vida selvagem e dos habitats naturais na Europa. (Convenção de Berna estabelecida em 1979). Alterado pelo DL n.º 196/90

Decreto-Lei n.º 423/89, de 4 de Dezembro

Regime de protecção do azevinho espontâneo

Portaria n.º 957/89 de

Proíbe a caça em várias áreas dentro da Reserva Natural do Estuário do Sado

ENERGIA**Portaria n.º 124/89, de 18 de Fevereiro**

Determina as especificações a que deve obedecer o gasóleo destinado ao mercado interno nacional. Revoga as Portarias n.º 767/71, de 31 de Dezembro, no referente ao gasóleo, e 727/85, de 26 de Setembro

Decreto-Lei n.º 263/89, de 17 de Agosto

Aprova o Estatuto das Entidades Instaladoras e Montadoras e define os grupos profissionais associados à indústria dos gases combustíveis

Decreto-Lei n.º 262/89, de 17 de Agosto

Estabelece as normas relativas ao projecto, execução, abastecimento e manutenção das instalações de gás combustível em imóveis, designadas abreviadamente por instalações de gás

Decreto-Lei n.º 374/89, de 25 de Outubro

Aprova o regime do serviço público de importação de gás natural liquefeito e gás natural, da recepção, armazenagem e tratamento do gás natural liquefeito, da produção de gás natural dos seus gases de substituição e do seu transporte e distribuição

FLORESTA**Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de Abril**

Altera o Decreto-Lei n.º 357/75, de 8 de Julho, relativo à protecção ao relevo natural, solo arável e revestimento vegetal

Decreto-Lei n.º 180/89, de 30 de Maio

Estabelece regras de ordenamento das zonas percorridas por incêndios florestais em áreas protegidas

Portaria n.º 512/89, de 6 de Julho

Estabelece normas para plantações de eucalipto explorado em revoluções curtas

Portaria n.º 513/89, de 6 de Julho

Estabelece os concelhos onde se passa a aplicar o disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 175/88, de 17 de Maio. Isto é, lista os municípios cuja superfície ocupada com espécies de crescimento rápido ultrapassa 25%, sujeitando nestes casos os projectos a aprovação da DGF

Portaria n.º 528/89, de 11 de Julho

Estabelece normas sobre projectos de florestação em espécies florestais de rápido crescimento

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**Decreto-Lei n.º 33/89, de 26 de Janeiro**

Estabelece medidas preventivas destinadas a possibilitar a execução do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL)

Decreto n.º 8/89, de 25 de Fevereiro

Estabelece medidas preventivas para a vila de Cantanhede

Decreto n.º 9/89, de 25 de Fevereiro

Declara área crítica de recuperação e reconversão urbanística a zona envolvente de um parque de campismo em Vila Nova de Gaia

Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/89, de 27 de Fevereiro

Determina a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território Litoral Alentejano

Decreto-Lei n.º 69/90 de 2 de Março.

Regime jurídico dos Planos Municipais de Ordenamento do Território. (Revoga o DL n.º 560/71 e o DL n.º 208/82)

Portaria n.º 162/89, de 2 de Março

Define os critérios a adoptarem zonas consideradas sectorialmente saturadas pela Direcção-Geral do Turismo

Decreto-Lei n.º 81/89, de 23 de Março

Fixa um período de validade para pareceres e autorizações das CCRs em processo urbanísticos

Portaria n.º 338/89, de 12 de Maio

Aprova a relação das disposições legais a observar pelos técnicos responsáveis dos projectos de obras e sua execução

Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/89, de 15 de Maio

Determina a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território para a Área Metropolitana de Lisboa

Decreto-Lei n.º 251/89, de 8 de Agosto

Estatui a possibilidade de aprovação dos processos de empreendimentos turísticos independentes de quaisquer outras formalidades

Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/89, de 28 de Setembro

Institui o Plano Regional de Ordenamento do Território para a Zona Envolvente das Albufeiras de Aguieira, Coiço e Fronhas

Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/89, de 2 de Dezembro

Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/89, de 27 de Julho

PESCA**Decreto Regulamentar n.º 3/89, de 28 de Janeiro**

Altera o Decreto-Lei n.º 43/87 de 17 de Julho, referente à tipologia das artes de pesca, áreas de pesca, características das embarcações e tamanhos de espécies

Portaria n.º 980-B/89, de 14 de Novembro

Regulamenta o processo de autorização para a instalação de estabelecimentos de culturas marinhas no território do continente

PROTECÇÃO E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES**Decreto-Lei n.º 274/89, de 21 de Agosto**

Estabelece diversas medidas de protecção da saúde dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao chumbo

Decreto-Lei n.º 273/89, de 21 de Agosto

Prova o regime de protecção da saúde dos trabalhadores contra os riscos da exposição ao cloreto de vinilo monómero nos locais de trabalho

Decreto-Lei n.º 284/89, de 24 de Agosto

Aprova o regime de protecção da saúde dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto nos locais de trabalho

Decreto-Lei n.º 348/89, de 12 de Outubro

Estabelece normas e directivas de protecção contra as radiações ionizantes

Portaria n.º 1057/89, 7 de Dezembro

Regulamenta o Decreto-Lei n.º 284/89, de 24 de Agosto, relativo ao regime de protecção da saúde dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto

RAN**Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho**

Estabelece o novo regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional. Revoga o Decreto-Lei n.º 451/82, de 16 de Novembro

	RUÍDO Decreto-Lei n.º 292/89, de 2 de Setembro Altera algumas disposições do Regulamento Geral sobre o Ruído SOLO Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de Abril Altera o Decreto-Lei n.º 357/75, de 8 de Julho, relativo à protecção ao relevo natural, solo arável e revestimento vegetal VEÍCULOS Portaria n.º 1009/89, de 21 de Novembro - REVOGADA Actualiza os anexos I e II à Portaria n.º 427/87, de 22 de Maio
1990	ACESSO À INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto Regula o exercício do direito de petição ÁGUA Dec-Lei nº 70/90 Define o regime do Domínio Público Hídrico Cria o Instituto Nacional da Água (INAG) Dec-Lei nº 74/90 de 7 de Março Define as normas da qualidade da água consoante os seus usos Portaria nº 809/90 de 10 de Setembro Estabelece normas de descarga de águas residuais de matadouros e unidades de processamento de carnes AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de Junho Transpõe a Directiva nº85/337/CEE, do Conselho de 27 de Junho relativa à Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) Sujeita a uma avaliação de impacte ambiental os planos ou projectos que, pela sua localização, dimensão ou características, sejam susceptíveis de provocar incidências significativas no ambiente Decreto Regulamentar n.º 38/90, de 27 de Novembro Regulamenta o regime das avaliações de impacte ambiental AR Decreto-Lei n.º 82/90, 14 de Março Altera o Decreto-Lei n.º 101/74, de 14 de Março, que fixa as normas relativas à importação, exportação, construção, reparação, instalação, utilização ou simples funcionamento de recipientes sob pressão, bem como à construção, instalação e utilização de chaminés para descarga de efluentes na atmosfera

Decreto-Lei n.º 352/90, de 9 de Novembro

Estabelece o regime de protecção e controlo da qualidade do ar. Revoga o Decreto-Lei n.º 255/80, de 30 de Julho, e a Portaria n.º 508/81, de 25 de Junho

Despacho Conjunto 52/90 (DGL), de 7 de Janeiro

Cria um grupo de trabalho para apresentação de um programa para a redução das emissões provenientes de grandes instalações de combustão

CAÇA**Portaria n.º 262/90, de 9 de Abril**

Determina que a concessão da carta de caçador fique dependente de exame. Revoga a Portaria n.º 816-C/87, de 30 de Setembro

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**Áreas protegidas****Portaria n.º 174/90, de 8 de Março**

Estabelece várias restrições para o exercício da pesca comercial na área designada por reserva marinha da Berlenga

Portaria n.º 270/90, de 10 de Abril

Determina que a capacidade de carga humana da Reserva Natural da Berlenga não deva exceder os 350 indivíduos enquanto se verificarem as características actualmente prevalentes nesta área protegida

Decreto Legislativo Regional n.º 14/90/M de 23 de Maio

Cria a Reserva Natural das Ilhas Desertas.

Portaria n.º 490/90, de 30 de Junho

Altera o artigo 19º e o n.º 2 do artigo 20º da Portaria n.º 337/78, de 24 de Junho-Regulamento da Reserva do Sapal de Castro Marim-Vila Real de Sto. António

Portaria n.º 560/90, de 19 de Julho

Aprova o Regulamento da Pesca na Ria Formosa

Portaria n.º 583/90, de 25 de Julho

Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Estrela

Lei n.º 51/90, de 27 de Agosto

Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 241/88, de 7 de Julho (criação da Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina)

Despacho n.º 45/90, de 12 de Setembro

Definição de medidas para a apresentação de um plano de protecção do Parque Natural da Peneda-Gerês.

Fauna e Flora**Decreto-Lei n.º 114/90, de 5 de Abril**

Promove a aplicação da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), estabelecida em 1979

Decreto-Lei n.º 139/90, de 27 de Abril

Desenvolve o regime jurídico instituído pela Lei n.º 90/88, de 13 de Agosto (protecção ao lobo ibérico)

Decreto-Lei n.º 196/90, de 18 de Junho

Altera o Decreto-Lei n.º 316/89, de 22 de Setembro

Decreto-Lei n.º 204/90, de 20 de Junho

Estabelece medidas de protecção de animais selvagens necrófagos e predadores

Portaria n.º 1162/90, de 29 de Novembro

Fixa a taxa a cobrar pelo serviço Nacional de Parques, Reservas e conservação da natureza (SNPRCN) no âmbito da aplicação da CITES

ENERGIA**Decreto-Lei n.º 141/90, de 2 de Maio**

Estabelece o novo regime jurídico do acesso às actividades de prospecção, prospecção e pesquisa, avaliação e exploração de petróleo

Decreto-Lei n.º 232/90, de 16 de Julho

Estabelece os princípios a que deve obedecer o projecto, a construção, a exploração e a manutenção do sistema de abastecimento dos gases combustíveis canalizados

Decreto-Lei n.º 359/90, de 14 de Novembro

Limita a utilização de produtos petrolíferos nas centrais eléctricas

Decreto-Lei n.º 368/90, de 26 de Novembro

Obriga à manutenção de um nível mínimo de existências de combustíveis fósseis junto das centrais termoeléctricas

FLORESTAS**Portaria n.º 341/90, de 7 de Maio**

Aprova as normas regulamentares sobre prevenção, detecção e combate de fogos florestais

Decreto n.º 30/90, de 17 de Julho

Desafecta do regime florestal parcial uma parcela de terreno das dunas de Ovar

Despacho Conjunto, de 4-10-1990

Comissão executiva da Campanha Nacional de Arborização de Espaços Urbanos e de Florestação de Áreas de Especial Interesse Ecológico

Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro

Regula a ocupação do solo objecto de um incêndio florestal

Decreto-Lei n.º 334/90, de 29 de Outubro

Actualiza o valor máximo das coimas fixadas na Lei n.º 19/86 e estabelece uma outra em relação aos produtos sobranes do corte de arvoredo

INDÚSTRIA**Decreto-Lei n.º 202/90, de 19 de Junho**

Estabelece as normas relativas ao fabrico e comercialização do equipamento eléctrico destinado a ser utilizado em atmosfera perigosa

Decreto-Lei n.º 375/90, de 27 de Novembro

Fixa normas relativas à protecção física de materiais nucleares

LITORAL**Decreto-Lei n.º 302/90, de 26 de Setembro**

Define o regime de gestão urbanístico do litoral

NORMAS DE SEGURANÇA**Decreto-Lei n.º 64/90, de 21 de Fevereiro**

Aprova o Regulamento de Segurança contra Incêndios em Edifícios de Habitação (revoga, para edifícios de habitação, o capítulo III do título V do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de Agosto de 1951)

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**Decreto n.º 19/90, de 11 de Janeiro**

Disciplina o regime de caducidade das licenças municipais de obras de construção civil

Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/90, de 14 de Setembro

Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro Litoral

Decreto-Lei n.º 302/90, de 26 de Setembro

Define o regime de gestão urbanístico do litoral

Decreto n.º 47/90, de 29 de Outubro

Institui medidas preventivas para o Plano Regional de Ordenamento do Território para a Zona Envolvente das Barragens da Aguieira, Coiço e Fronhas

Decreto-Lei n.º 367/90, de 26 de Novembro

Dá nova redacção aos artigos 3.º, 9.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 176-A/88, de 26 de Novembro, relativo aos PROT

Decreto-Lei n.º 382/90, de 10 de Dezembro

Altera o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 19/90, de 11 de Janeiro

PESCA**Portaria n.º 164/90**

Estabelece restrições à pesca comercial na reserva marinha da Berlenga

Portaria n.º 562/90

Aprova o regulamento de pesca no rio Sado

Portaria n.º 568/90, de 19 de Julho

Aprova o Regulamento da Pesca no Rio Douro

Portaria n.º 569/90, de 19 de Julho

Aprova o Regulamento da Pesca nas Águas Interiores não Oceânicas do Rio Tejo

Decreto Regulamentar n.º 28/90, de 11 de Setembro

Altera o Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de Julho

Portaria n.º 814/90, de 11 de Setembro

Estabelece o regime do exercício da pesca com ganchorra, nomeadamente a definição das características e dimensões desta arte, respectiva malhagem do saco da rede, áreas em que pode ser utilizada, número de ganchorras permitidas por embarcação e potência propulsora das embarcações

Portaria n.º 815/90, de 11 de Setembro

Estabelece limitações ao exercício da pesca com redes de emalhar fundeadas, nomeadamente no que se refere à delimitação das áreas de interdição de utilização dessas artes de pesca

Portaria n.º 813/90, de 11 de Setembro

Estabelece a malhagem e a dimensão das redes de cercar para bordo

Portaria n.º 1054/90, de 13 de Outubro

Estabelece a limitação do comprimento do lagostim-vermelho-da-luisiana (*Procambarus Clarkii* Girard) e, bem assim, a definição dos processos e artes de pesca para a sua captura. Revoga as Portarias n.º 223/88, de 13 de Abril, e 207/90, de 20 de Março

PROTECÇÃO E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES**Decreto Regulamentar n.º 9/90, de 19 de Abril**

Estabelece a regulamentação das normas e directivas de protecção contra as radiações ionizantes

Decreto-Lei n.º 162/90, de 22 de Maio

Aprova o Regulamento Geral de Segurança e Higiene no Trabalho nas Minas e Pedreiras. Revoga o Decreto-Lei n.º 18/85, de 15 de Janeiro

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL**Decreto-Lei n.º 93/90, 19 de Março**

Revê o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de Junho

Decreto-Lei n.º 316/90, de 13 de Outubro

Prevê a intervenção do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais na gestão da Reserva Ecológica Nacional. Altera o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março

RECURSOS GEOLÓGICOS**Decreto-Lei n.º 84/90, de 16 de Março**

Aprova o regulamento de exploração das águas de nascente

Decreto-Lei n.º 85/90, de 16 de Março

Aprova o regulamento das águas mineroindustriais

Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de Março

Aprova o regulamento das águas minerais

Decreto-Lei n.º 87/90, de 16 de Março

Aprova o regulamento dos recursos geotérmicos

Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março

Aprova o regulamento de depósitos minerais

Decreto-Lei n.º 89/90, de 16 de Março

Aprova o regulamento de pedreiras

Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de Março

Disciplina o regime geral de revelação e aproveitamento dos recursos geológicos

RESÍDUOS**Decreto-Lei n.º 121/90, de 9 de Abril**

Regula o movimento transfronteiriço de resíduos perigosos, bem como o trânsito dos mesmos em território nacional ou em zona sujeita a jurisdição portuguesa
Revogado pelo DL n.º 310/95, de 20 - 11 e DL n.º 296/95, de 17 - 11

Despacho n.º 16/90, de 21 de Agosto

Tratamento de resíduos sólidos hospitalares

RUÍDO**Portaria n.º 555/90, de 17 de Julho**

Estabelece normas relativas à limitação das emissões sonoras das aeronaves civis subsónicas com propulsão por reacção

Portaria n.º 879/90, de 20 Setembro

Estabelece disposições legais sobre a poluição sonora emitida por diversas actividades

SOLO**Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro**

Regula a ocupação do solo objecto de um incêndio florestal

SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS**Decreto-Lei n.º 47/90, 9 de Fevereiro**

Limita o uso e comercialização de diversas substâncias e preparações perigosas

Produtos Fitofarmacêuticos, Adubos, Pesticidas e Adjuvantes

Decreto-Lei n.º 256/90, de 7 de Agosto

Estabelece regras relativas à colocação no mercado de adubos e correctivos agrícolas

Portaria n.º 909-A/90, de 27 de Setembro

Aplica critérios de amostragem, respectivos modos de colheita e processos de análise aos adubos que utilizam a indicação «adubo CEE» e aos adubos que não possuem a indicação «adubo CEE»

Portaria n.º 909-B/90, de 17 de Setembro

Estabelece normas técnicas regulamentares referentes a características, marcação e tolerâncias dos adubos com a indicação «Adubo CEE»

	Decreto-Lei n.º 306/90, de 27 de Setembro Altera o regime de autorização de vendas de pesticidas EXPLORAÇÕES SUÍNAS Portaria n.º 810/90, de 10 de Setembro Aprova as normas sectoriais relativas à descarga de águas residuais provenientes de todas as explorações de suinicultura
1991	AR Decreto-Lei n.º 6/91, de 8 de Janeiro Prevê um aumento da participação financeira das Comunidades nos projectos de protecção das florestas contra a poluição atmosférica. Altera o Decreto-Lei n.º 464/88, de 15 de Novembro CAÇA Portaria n.º 219-A/91, de 18 de Março Regulamenta o processo administrativo tendente à constituição de zonas de caça de regime cinegético especial Portaria n.º 315/91, de 10 de Abril Estabelece o regulamento e a forma da prova teórica do exame para concessão de carta de caçador Portaria n.º 460/91, de 31 de Maio Estabelece as épocas e locais de exame e a regulamentação relativamente à concessão da carta de caçador Portaria n.º 615-H2/91, de 8 de Julho Determina que as entidades que requereram a constituição de zonas de regime cinegético especial possam requerer a proibição temporária do exercício de caça nos respectivos terrenos CONSERVAÇÃO DA NATUREZA <u>Áreas protegidas</u> Decreto Regulamentar n.º 2/91, de 24 de Janeiro Aprova o Plano de Ordenamento e Regulamento do Parque Natural da Ria Formosa Decreto-Lei n.º 392/91, de 10 de Outubro Cria os Sítios Classificados de Rocha da Pena e Fonte Benémola, no município de Loulé Decreto-Lei n.º 394/91, de 11 de Outubro Cria os Sítios classificados da Granja dos Serrões e de Negrais, no município de Sintra; Cria o Sítio Classificado de Montes de Santa Olaia e Ferrestelo, no município da Figueira da Foz

Fauna e Flora**Decreto-Lei n.º 75/91, de 14 de Fevereiro**

Transpõe a Directiva 79/409/CEE, do Conselho, de 8 de Abril. Conservação das aves selvagens. Cria a figura de Zonas de Protecção Especial (ZPE) e estabelece medidas de protecção

Despacho 6/91, de 21 de Março

Exercício de funções de fiscalização do ICN no âmbito da CITES

Portaria n.º 236/91, de 22 de Março

Regulamenta o comércio internacional das espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção

Decreto n.º 34/91, de 30 de Abril

Aprova, para adesão, diversas emendas à Convenção Relativa às Zonas Húmidas de Importância Internacional Especialmente como Habitat de Aves Aquáticas

ENERGIA**Decreto-Lei n.º 32/91, de 16 de Janeiro**

Estabelece o regulamento dos concursos públicos para adjudicação das concessões de exploração das redes de distribuição regional de gás natural

Decreto-Lei n.º 33/91, de 16 de Janeiro

Aprova as bases de concessão, em regime de serviço público, e construção das respectivas infra-estruturas, de redes de distribuição de gás natural

Decreto-Lei n.º 99/91, de 2 de Março

Estabelece o regime jurídico do exercício das actividades de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica

Decreto-Lei n.º 100/91, de 2 de Março

Regulamenta o regime jurídico do exercício da actividade de produção da energia eléctrica

Decreto-Lei n.º 195/91, 25 de Maio

Permite a utilização de gases de petróleo liquefeito como carburante para veículos automóveis e estabelece o regime de aprovação dos veículos adaptados à utilização desse carburante

Decreto-Lei n.º 261-A/91, de 25 de Julho

Estabelece o novo regime fiscal aplicável aos produtos petrolíferos

Decreto-Lei n.º 261-B/91, de 25 de Julho

Aprova as bases dos contratos de concessão de desenvolvimento e exploração de petróleo

Decreto-Lei n.º 333/91, de 6 de Setembro

Aprova as bases de concessão das redes de distribuição de gás natural na Região de Lisboa

Portaria n.º 983-A/91, de 26 de Setembro

Aprova o Regulamento Relativo às Condições de Aprovação dos Componentes Inerentes à Utilização de Gases de Petróleo Liquefeitos (GPL) nos Veículos Automóveis

Portaria n.º 1054/91, de 17 de Outubro

Regulamenta o Decreto-Lei n.º 141/90, de 2 de Maio, que aprovou o novo regime jurídico de acesso e exercício das actividades de prospecção, prospecção e pesquisa, avaliação, desenvolvimento e exploração de petróleo, no que respeita aos hidrocarbonetos líquidos e gasosos

FLORESTA**Decreto-Lei n.º 13/91, de 9 de Janeiro**

Prevê um aumento de participação financeira das Comunidades nos projectos de protecção da floresta contra incêndios. Altera o Decreto-Lei n.º 459/88, de 14 de Dezembro

Despacho Conjunto, de 6-3-1991

Processo de desafectação de áreas sujeitas ao regime florestal total ou parcial

Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/91, de 21 de Março

Altera a composição e o funcionamento da Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais. Revoga a Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/87, de 23 de Maio

Portaria n.º 340-A/91, de 15 de Abril

Aprova as normas do Programa de Acção Florestal (PAF)

Lei n.º 54/91, de 8 de Agosto

Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro (regula a ocupação do solo objecto de um incêndio florestal)

INDÚSTRIA**Decreto-Lei n.º 109/91, de 15 de Março**

Estabelece normas disciplinadoras do exercício da actividade industrial

Portaria n.º 780/91, de 8 de Agosto

Estabelece o valor base e a fórmula de cálculo das taxas devidas pelos actos relativos à instalação, alteração e laboração dos estabelecimentos industriais, conforme previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 109/91, de 15 de Março

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**Decreto Regulamentar n.º 11/91, de 21 de Março**

Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve (PROT-Algarve)

Lei n.º 44/91, de 2 de Agosto

Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto

Decreto-Lei n.º 438/91, de 9 de Novembro

Aprova o Código das Expropriações

Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro

Aprova o regime de licenciamento de obras particulares

Decreto Regulamentar n.º 60/91, 21 de Novembro

Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente do Douro (PROZED)

Decreto-Lei n.º 448/91, de 29 de Novembro

Aprova o regime jurídico dos loteamentos urbanos. Revoga o Decreto-Lei n.º 400/84, de 31 de Dezembro

Decreto Regulamentar n.º 63/91, de 29 de Novembro

Regulamenta o processo de instrução dos pedidos de licenciamento de operações de loteamento

PESCA**Portaria n.º 783/91, de 8 de Agosto**

Altera as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 18.º e o n.º 7 do anexo I da Portaria n.º 569/90, de 19 de Julho

Decreto-Lei n.º 427/91, de 31 de Outubro

Estabelece o regime jurídico de exercício da actividade da indústria transformadora da pesca, em terra

Decreto-Lei n.º 443/91, de 16 de Novembro

Estabelece o regime jurídico das acções para melhoria das condições de transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura. Revoga o Decreto-Lei n.º 5/89, de 6 de Janeiro

Decreto Regulamentar n.º 61/91, de 27 de Novembro

Aprova o Regulamento do Exercício da Actividade da Indústria Transformadora da Pesca, em Terra (RAIP)

PROTECÇÃO E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES**Decreto-Lei n.º 275/91, de 7 de Agosto**

Regulamenta as medidas especiais de prevenção e protecção da saúde dos trabalhadores contra os riscos de exposição a algumas substâncias químicas

Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de Novembro

Estabelece o regime jurídico do enquadramento da segurança, higiene e saúde no trabalho

RESÍDUOS**Decreto-Lei n.º 88/91, de 23 de Fevereiro**

Regula a actividade de armazenagem, recolha e queima de óleos usados

Dec-Lei n.º 446/91 de

Estabelece o regime da utilização na agricultura de certas lamas provenientes de ETAR's

RUÍDO**Portaria n.º 340/91, de 13 de Abril**

Dá nova redacção ao n.º 1 da Portaria n.º 555/90, de 17 de Julho

	SOLO Lei n.º 54/91, de 8 de Agosto Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro (regula a ocupação do solo objecto de um incêndio florestal) SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS <u>Produtos Fitofarmacêuticos, Adubos, Pesticidas e Adjuvantes</u> Decreto-Lei n.º 303/91, de 16 de Agosto Altera o Decreto-Lei n.º 294/88, de 24 de Agosto
1992	AR Decreto-Lei n.º 108/92, de 2 de Junho Estabelece a regulamentação sobre embalagens aerossóis Decreto-Lei n.º 130/92, de 6 de Julho Estabelece normas relativas à protecção de pessoas e bens contra os riscos decorrentes da utilização de aparelhos a gás Decreto-Lei n.º 131/92, de 6 de Julho Transpõe para o direito interno a Directiva do Conselho n.º 76/767/CEE, de 27 de Julho de 1976, relativa às bases do regime aplicável aos recipientes sob pressão efectiva superior a 50 kPa Portaria n.º 770/92, 7 de Agosto Regulamenta as exigências essenciais de segurança e regras respeitantes à documentação técnica de fabrico, definições e símbolos referente a recipientes sob pressão simples Portaria n.º 778/92, de 10 de Agosto Aprova as normas técnicas respeitantes à resistência e estanquidade dos materiais e formas de protecção contra roturas das embalagens aerossóis Portaria n.º 952/92, de 3 de Outubro Aprova o Regulamento do Contrato Meteorológico dos Instrumentos de Medição dos Gases de Escape dos Veículos Automóveis Portaria n.º 1233/92, de 31 de Dezembro Aprova o Regulamento Geral das Comissões de Gestão do Ar CAÇA Portaria n.º 818/92, de 19 de Agosto Estabelece regras a observar quanto à detenção, comércio, transporte e exposição da caça Decreto-Lei n.º 251/92, de 12 de Novembro Estabelece o regime jurídico do fomento, exploração e conservação dos recursos cinegéticos

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**Áreas protegidas****Decreto n.º 9/92, de 10 de Fevereiro**

Sujeita a medidas preventivas a área de ampliação do Parque Biológico Municipal de Vila Nova de Gaia.

Fauna e flora**Aviso n.º 74/92, de 6 de Junho**

Torna público que, a 7 de Março de 1992, entraram em vigor as Emendas ao Anexo I da Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e do Meio Natural da Europa, aberta para assinatura em Berna, a 19 de Setembro de 1979

Decreto-Lei n.º 129/92, de 6 de Julho

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 86/609/CEE, do Conselho, de 24 de Novembro de 1986, que estabelece as normas mínimas relativas à protecção dos animais utilizados para fins experimentais e outros fins científicos

Portaria n.º 359/92 (2ª série), de 19 de Novembro

Proíbe a detenção de animais vivos das espécies constantes no anexo II da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Ameaçadas de Extinção (Convenção de Washington)

ENERGIA**Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de Fevereiro**

Aprova o Regulamento de Segurança de Linhas Eléctricas de Alta Tensão

Decreto-Lei n.º 246/92, de 30 de Outubro

Aprova o Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis

FLORESTA**Decreto n.º 36/92, de 3 de Agosto**

Altera a composição da área geográfica integrada na Alva da Água de Madeiros, submetida ao regime florestal parcial

Decreto n.º 43/92, de 14 de Outubro

Desafecta do regime florestal parcial uma parcela de terreno do perímetro florestal das dunas de Mira, destinada à instalação de um centro de dia para idosos

Decreto-Lei n.º 239/92, de 29 de Outubro

Estabelece normas relativas às condições de comercialização dos materiais florestais de reprodução

INDÚSTRIA**Decreto-Lei n.º 232/92, de 22 de Outubro**

Regula a instalação e gestão de parques industriais

Decreto-Lei n.º 259/92, de 20 de Novembro

Estabelece o regime das entidades acreditadas para intervir no domínio da qualidade do ambiente

Decreto-Lei n.º 101/92, de 30 de Maio

Cria o Sistema de Incentivos à Diversificação Industrial do Vale do Ave (SINDAVE)

Decreto-Lei n.º 103/92, de 30 de Maio

Estabelece a regulamentação relativa a recipientes sob pressão simples

Portaria n.º 753/92, de 3 de Agosto

Aprova o Regulamento de Aplicação do Sistema de Incentivos à Diversificação Industrial do Vale do Ave (SINDAVE)

LITORAL**Decreto-Lei n.º 201/92, de 29 de Setembro**

Define as áreas de jurisdição da Direcção-Geral de Portos e da Direcção-Geral dos Recursos Naturais na faixa costeira

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**Portaria n.º 143/92, de 5 de Março**

Aprova os modelos de avisos previstos no Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro

Decreto n.º 14/92, de 6 de Março

Declara a zona da Madragoa área crítica de recuperação e reconversão urbanística

Decreto n.º 16/92, de 11 de Março

Declara como área crítica de reconversão e recuperação urbanística o Bairro de João Barbeiro, em Beja

Decreto n.º 17/92, de 11 de Março

Declara a zona da Ameixoeira e Lumiar área crítica de recuperação e reconversão urbanística

Portaria n.º 216/92, de 20 de Março

Fixa os requisitos a que devem obedecer os avisos de publicitação e os alvarás previstos no Decreto-Lei n.º 448/91, de 29 de Novembro, que define o regime jurídico das operações de loteamento e das obras de urbanização

Decreto Regulamentar n.º 6/92, de 18 de Abril

Alarga as áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística de Alfama e Mouraria

Decreto Regulamentar n.º 11/92, de 16 de Maio

Institui a obrigatoriedade de celebração de um contrato de seguro para os técnicos autores de projectos e os industriais de construção civil no âmbito do licenciamento municipal de obras particulares

Portaria n.º 470/92, de 5 de Junho

Estabelece os requisitos a que deve obedecer o livro de obra previsto no Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro

Decreto Regulamentar n.º 22/92, de 25 de Setembro

Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território para a Zona Envolvente das Albufeiras da Aguieira, Coiço e Fronhas (PROZAG)

Decreto-Lei n.º 201/92, de 29 de Setembro

Define as áreas de jurisdição da Direcção-Geral de Portos e da Direcção-Geral dos Recursos Naturais na faixa costeira

Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/92, de 14 de Outubro

Submete as áreas ribeirinhas do Rio Douro a uma estratégia supramunicipal de ordenamento do território

Decreto-Lei n.º 243/92, de 29 de Outubro

Estabelece uma zona non aedificandi de protecção aos futuros traçados rodoviários de acesso à nova ponte sobre o Tejo

Decreto-Lei n.º 258/92, de 20 de Novembro

Estabelece normas relativas ao processo de implantação de grandes superfícies comerciais

Portaria n.º 1182/92, de 22 de Dezembro

Regulamenta os parâmetros do dimensionamento das parcelas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas viárias e equipamentos de utilização colectiva a que se refere o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 448/91, de 29 de Novembro

Planos Especiais de Ordenamento do Território**Portaria n.º 333/92, de 10 de Abril**

Estabelece normas relativas à elaboração de planos de ordenamento de albufeiras classificadas

Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/92, de 14 de Outubro

Submete as áreas ribeirinhas do rio Douro a uma estratégia supramunicipal de ordenamento do território

PROTECÇÃO E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES**Decreto Regulamentar n.º 3/92, de 6 de Março**

Altera o Decreto Regulamentar n.º 9/90, de 19 de Abril, relativo à protecção contra radiações ionizantes

Decreto Regulamentar n.º 9/92, de 28 de Abril

Regulamenta o Decreto-Lei n.º 72/92, de 28 de Abril (protecção dos trabalhadores contra os riscos devidos à exposição ao ruído durante o trabalho)

Decreto Regulamentar n.º 34/92, de 4 de Dezembro

Estabelece normas sobre segurança e protecção radiológica aplicáveis na extracção e tratamento de minérios radioactivos

RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL**Decreto-Lei n.º 274/92, de 12 de Dezembro**

Altera o Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho, que define o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL**Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro**

Altera o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março (Reserva Ecológica Nacional)

	RESÍDUOS Portaria n.º 240/92, de 25 de Março Aprova o Regulamento de Licenciamento das Actividades de Recolha, Armazenagem, Tratamento Prévio, Regeneração, Recuperação, Combustão e Incineração dos Óleos Usados Portaria n.º 1028/92, de 5 de Novembro Estabelece normas de segurança e identificação para o transporte dos óleos usados RUÍDO Decreto-Lei n.º 72/92, de 28 de Abril Protecção dos trabalhadores contra os riscos devidos à exposição ao ruído durante o trabalho Decreto Regulamentar n.º 9/92, de 28 de Abril Regulamenta o Decreto-Lei n.º 72/92, de 28 de Abril SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS Decreto-Lei n.º 120/92, de 30 de Junho Estabelece os princípios relativos à classificação, embalagem e rotulagem de preparações perigosas e sua colocação no mercado Portaria n.º 1164/92, de 18 de Dezembro Regulamenta a classificação, embalagem e rotulagem das preparações perigosas VEÍCULOS Portaria n.º 906/92, de 21 de Setembro Altera os anexos I e II à Portaria n.º 1009/89, de 21 de Novembro. Revoga as Portarias n.os 534/90, de 10 de Julho, 870/91, de 22 de Agosto, e 725/90, de 21 de Agosto
1993	ACESSO À INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO Lei n.º 6/93, de 1 de Março Introduz alterações ao regime do exercício do direito de petição Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto Regula o acesso aos documentos da administração AR Portaria n.º 286/93, de 12 de Março Fixa os valores limites e os valores guias no ambiente para o dióxido de enxofre, partículas em suspensão, dióxido de azoto e monóxido de carbono, o valor limite para o chumbo e os valores guias para o ozono Declaração de rectificação n.º 91/93, de 31 de Maio De ter sido rectificada a Portaria n.º 286/93, de 12 de Março

Decreto n.º 20/93, 21 de Junho

Aprova, para ratificação, a Convenção Quadro sobre Alterações Climáticas

Portaria n.º 1248/93, de 7 de Dezembro

Aprova a Regulamentação técnica relativa aos aparelhos que queimam combustíveis gasosos e respectivos dispositivos de segurança, decorrente da transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 90/396/CEE, de 29 de Junho de 1990

CAÇA**Portaria n.º 390/93, de 8 de Abril**

Regula as provas de exame para obtenção de carta de caçador

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**Áreas protegidas****Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro**

Estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas

Portaria n.º 817/93, de 7 de Setembro

Proíbe o exercício da caça na Reserva Natural do Estuário do Tejo

Portaria n.º 818/93, de 7 de Setembro

Interdita o exercício da caça em áreas do Parque Natural da Serra da Estrela

Portaria n.º 819/93, de 7 de Setembro

Interdita o exercício da caça dentro dos limites da Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Portaria n.º 820/93, de 7 de Setembro

Interdita o exercício da caça em áreas da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim-Vila Real de Sto. António

Portaria n.º 821/93, de 7 de Setembro

Interdita o exercício da caça em áreas da Reserva Natural do Paul de Arzila

Portaria n.º 822/93, de 7 de Setembro

Interdita o exercício da caça em áreas da Reserva Natural da Berlenga

Portaria n.º 823/93, de 7 de Setembro

Interdita o exercício da caça em áreas do Parque Natural da Ria Formosa

Portaria n.º 833/93, de 8 de Setembro

Interdita o exercício da caça em áreas do Parque Natural da Arrábida

Portaria n.º 834/93, de 8 de Setembro

Interdita o exercício da caça em áreas do Parque Natural do Alvão

Portaria n.º 835/93, de 8 de Setembro

Interdita o exercício da caça em áreas do Parque Natural da Serra de São Mamede

Portaria n.º 836/93, de 8 de Setembro

Interdita o exercício da caça em áreas da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto

Portaria n.º 837/93, de 8 de Setembro

Interdita o exercício da caça dentro dos limites da Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor

Portaria n.º 872/93, de 14 de Setembro

Interdita o exercício da caça em áreas do Parque Nacional da Peneda-Gerês

Portaria n.º 873/93, de 14 de Setembro

Interdita o exercício da caça em áreas da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende

Portaria n.º 874/93, de 14 de Setembro

Interdita o exercício da caça em áreas da Reserva Natural Parcial da Serra da Malcata

Portaria n.º 881/93, de 15 de Setembro

Interdita o exercício da caça dentro dos limites da Reserva Natural Parcial do Paul do Boquilobo

Portaria n.º 882/93, de 15 de Setembro

Interdita o exercício da caça dentro dos limites da Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica

Portaria n.º 917/93, de 20 de Setembro

Interdita o exercício da caça em áreas do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

Portaria n.º 920/93, de 21 de Setembro

Interdita o exercício da caça em áreas da Área de Paisagem Protegida de Sintra-Cascais

Portaria n.º 921/93, de 21 de Setembro

Interdita o exercício da caça em áreas da Reserva Natural do Estuário do Sado

Fauna e Flora**Decreto n.º 1/93, de 4 de Janeiro**

Aprova, para ratificação, o Protocolo de Alteração à Convenção Europeia Relativa à Protecção dos Animais nos Locais de Criação

Decreto n.º 13/93, de 13 de Abril

Aprova, para ratificação, a Convenção Europeia para a Protecção dos Animais de Companhia

Decreto-Lei n.º 224/93, de 18 de Junho

Altera o Decreto-Lei n.º 75/91, de 14 de Fevereiro (estabelece medidas de protecção das aves que vivem em estado selvagem no território nacional)

Decreto-Lei n.º 21/93, de 29 de Junho

Aprova para ratificação a Convenção sobre a Diversidade Biológica

ENERGIA**Decreto-Lei n.º 274-A/93, de 28 de Outubro**

Altera o Decreto-Lei n.º 374/89, de 25 de Outubro

ESTRUTURAS DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE**Decreto-Lei n.º 188/93, de 24 de Maio**

Estabelece a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais

Decreto-Lei n.º 189/93, de 24 de Maio

Estabelece a orgânica da Direcção-Geral do Ambiente

Decreto-Lei n.º 190/93, de 24 de Maio

Estabelece a orgânica das direcções regionais ambiente e recursos naturais

Decreto-Lei n.º 191/93, de 24 de Maio

Estabelece a orgânica do Instituto da Água

Decreto-Lei n.º 192/93, de 24 de Maio

Estabelece a orgânica do Instituto de Meteorologia

Decreto-Lei n.º 193/93, de 24 de Maio

Estabelece a orgânica do Instituto da Conservação da Natureza

Decreto-Lei n.º 194/93, de 24 de Maio

Estabelece a orgânica do Instituto de Promoção Ambiental

Decreto-Lei n.º 195/93, de 24 de Maio

Estabelece a orgânica do Instituto do Consumidor

FLORESTA**Decreto-Lei n.º 423/93, de 31 de Dezembro**

Regula a elaboração e aprovação dos planos municipais de intervenção na floresta

INDÚSTRIA**Despacho 6/93/MARN, 27 de Fevereiro**

Define as actividades industriais cujos pedidos de licenciamento podem ser instruídos com certificados de conformidade. Regulamenta o Decreto-Lei n.º 259/92, de 10 de Novembro

Decreto-Lei n.º 184/93, de 19 de Maio

Regula a Marca Nacional de Conformidade com as Normas para produtos certificados

Decreto-Lei n.º 204/93, de 3 de Junho

Estabelece normas relativas à prevenção dos riscos de acidentes graves que possam ser causados por certas actividades industriais

Decreto-Lei n.º 282/93, 17 de Agosto

Altera o Decreto-Lei n.º 109/91, de 15 de Março

Decreto Regulamentar n.º 25/93, de 17 de Agosto

Aprova o novo Regulamento do Exercício da Actividade Industrial

Portaria n.º 744-B/93, de 18 de Agosto

Aprova a tabela de classificação das actividades industriais para efeito de licenciamento industrial

Despacho Conjunto MIE / MARN, de 23 de Agosto de 1993

Cria o Sistema Nacional de atribuição do Rótulo Ecológico

LITORAL**Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro**

Regulamenta a elaboração e a aprovação dos planos de ordenamento da orla costeira

Decreto Regulamentar n.º 32/93, de 15 de Outubro

Estabelece as regras de uso, ocupação e transformação do solo na orla litoral entre São Martinho do Porto e a Lagoa de Óbidos

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**Decreto-Lei n.º 61/93, de 3 de Março**

Altera o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de Agosto de 1951

Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/93, de 7 de Junho

Promove a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alto Minho (PROTAM)

Decreto Regulamentar n.º 26/93, de 27 de Agosto

Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do litoral alentejano (PROTALI)

Portaria n.º 760/93, de 27 de Agosto

Fixa as regras de delimitação e ocupação dos núcleos de desenvolvimento turístico no litoral alentejano (PROTALI)

Portaria n.º 761/93, de 27 de Agosto

Fixa as regras de delimitação e ocupação das áreas de desenvolvimento turístico no litoral alentejano (PROTALI)

Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro

Regulamenta a elaboração e a aprovação dos planos de ordenamento da orla costeira

Lei n.º 68/93, de 4 de Setembro

Lei dos Baldios

Decreto n.º 31/93, de 4 de Outubro

Estabelece medidas preventivas para a faixa litoral abrangida pelo PROT - Centro Litoral

Decreto-Lei n.º 351/93, de 7 de Outubro

Estabelece o regime de caducidade dos pedidos e dos actos de licenciamento de obras, loteamentos e empreendimentos turísticos

Decreto Regulamentar n.º 32/93, de 15 de Outubro

Estabelece as regras de uso, ocupação e transformação do solo na orla litoral entre São Martinho do Porto e a Lagoa de Óbidos

Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro

Estabelece o novo regime de empreitadas de obras públicas

	<u>Planos Especiais de Ordenamento do Território</u> Despacho Conjunto MPAT/MARN, de 11-3-93 (publicado no DR II série n.º 133 de 8 de Junho de 1993) Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Azibo Despacho Conjunto MPAT/MARN, de 11-3-93 (publicado no DR II série n.º 133 de 8 de Junho de 1993) Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Caniçada Despacho Conjunto MPAT/MARN, de 12-4-93 (publicado no DR II série n.º 133 de 8 de Junho de 1993) Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode Decreto Regulamentar n.º 28/93, de 6 de Setembro Classifica a albufeira de Monte Fidalgo (Cedilho) PROTECÇÃO E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES Decreto-Lei n.º 389/93, de 20 de Novembro Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 91/382/CEE, de 25 de Junho, que altera a Directiva n.º 83/477/CEE, de 19 de Setembro, relativa à protecção sanitária dos trabalhadores expostos ao amianto durante o trabalho RESÍDUOS Despacho Conjunto, de 18 de Maio de 1993 Regulamenta o artigo 27.º da Portaria n.º 240/92, de 25 de Março (características dos óleos usados como combustível) Decreto n.º 37/93, de 20 de Outubro Aprova, para ratificação, a Convenção sobre o Controlo de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação SOLO Lei n.º 68/93, de 4 de Setembro Lei dos Baldios SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS Decreto-Lei n.º 54/93, de 26 de Fevereiro Estabelece limitações à comercialização e uso de determinadas substâncias perigosas <u>Produtos Fitofarmacêuticos, Adubos, Pesticidas e Adjuvantes</u> Decreto-Lei n.º 385/93, de 18 de Novembro Relativo à classificação, rotulagem e embalagem de pesticidas e adjuvantes
1994	MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS Portaria n.º 688/94, de 22 de Julho Estabelece o regime geral das ajudas a conceder no âmbito das medidas agro-ambientais instituídas pelo Regulamento (CEE) n.º 2078/92, do Conselho, de 30 de Junho, e a estrutura orgânica relativa à sua gestão

Portaria n.º 693/94, de 23 de Julho

Estabelece o regime de ajudas à formação profissional a conceder no âmbito das medidas agro-ambientais instituídas pelo Regulamento (CEE) n.º 2078/92, do Conselho, de 30 de Junho

Portaria n.º 698/94, de 26 de Julho

Estabelece o regime de ajudas a conceder à extensificação e ou manutenção de sistemas agrícolas tradicionais extensivos, aprovado no âmbito das medidas agro-ambientais instituídas pelo regulamento (CEE) n.º 2078/92, do Conselho, de 30 de Junho

Portaria n.º 703/94, de 28 de Julho

Estabelece o regime de ajudas à conservação dos recursos e paisagem rural a conceder no âmbito das medidas agro-ambientais instituídas pelo Regulamento (CEE) n.º 2078/92, do Conselho, de 30 de Junho

Portaria n.º 858/94, de 23 de Setembro

Estabelece o regime de ajudas a conceder ao modo de produção biológico aprovado no âmbito das medidas agro-ambientais

AR**Portaria n.º 1058/94, de 2 de Dezembro**

Altera a Portaria n.º 286/93, de 12 de Março.

CAÇA**Portaria n.º 640-C/94, 15 de Julho**

Define as regras gerais de funcionamento das zonas de caça sociais. Revoga o Despacho Normativo n.º 166/90, 10 de Dezembro

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**Áreas protegidas****Decreto Regulamentar n.º 8/94, de 11 de Março**

Cria o Parque Natural de Sintra-Cascais

Decreto Regulamentar n.º 9/94, de 11 de Março

Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais e o respectivo Regulamento

Despacho Conjunto MA/MARN, de 7-4-94 (publicado no DR II série n.º 93, de 21-4-94) Transfere a gestão do Parque de Monserrate e do Parque da Pena e tapadas anexas do Instituto Florestal para o Instituto da Conservação da Natureza

Desp. 54/MARN/94, de 12-10-94 (publicado no DR II série n.º 250, de 28-10-94)

Nomeação da Comissão que emitirá parecer sobre o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão

Decreto-Lei n.º 280/94, de 5 de Novembro

Cria a Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo

ENERGIA**Portaria n.º 364/94, de 11 de Junho**

Aprova o Regulamento Técnico Relativo ao Projecto, Construção, Exploração e Manutenção das Instalações de Gás Combustível Canalizado em Edifícios. Revoga a Portaria n.º 799/90, de 4 de Setembro

Portaria n.º 376/94, de 14 de Junho

Aprova o Regulamento Técnico Relativo à Instalação, Exploração e Ensaio dos Postos de Redução de Pressão a Instalar nos Gasodutos de Transporte e nas Redes de Distribuição de Gases Combustíveis. Revoga a Portaria n.º 696/90, de 20 de Agosto

Portaria n.º 386/94, de 16 de Junho

Aprova o Regulamento Técnico Relativo ao Projecto, Construção, Exploração e Manutenção de Redes de Distribuição de Gases Combustíveis. Revoga a Portaria n.º 788/90, de 4 de Setembro

Portaria n.º 390/94, de 17 de Junho

Aprova o Regulamento Técnico Relativo ao Projecto, Construção, Exploração e Manutenção de Gasodutos de Transporte de Gases Combustíveis. Revoga a Portaria n.º 695/90, de 20 de Agosto

Decreto-Lei n.º 152/94, de 26 de Maio

Define o regime jurídico das servidões necessárias à implantação de oleodutos-gasodutos para o transporte de gás petróleo liquefeito e produtos refinados

Decreto-Lei n.º 183/94, 1 de Julho

Altera as bases da concessão das redes de distribuição regional de gás natural, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 33/91, de 16 de Janeiro

Decreto-Lei n.º 195/94, de 19 de Julho

Cria o Programa Energia

Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/94, de 11 de Agosto

Aprova o regulamento de aplicação do Programa Energia

Despacho Normativo n.º 682/94, de 26 de Setembro

Regulamenta o regime de apoio à reconversão de consumos para gás natural

Despacho Normativo n.º 683/94, de 26 de Setembro

Regulamenta o regime de apoio às infra-estruturas públicas de distribuição de gás natural

Despacho Normativo n.º 684/94, de 26 de Setembro

Regulamenta o regime de apoio às infra-estruturas públicas de transporte de gás natural

Portaria n.º 1139/94, de 22 de Dezembro

Transpõe para o direito interno a Directiva da Comissão n.º 94/2/CE, de 21 de Janeiro de 1994, relativa à indicação do consumo de energia eléctrica, por meio de etiquetagem, de frigoríficos, congeladores e respectivas combinações

FLORESTA**Portaria n.º 134/94, de 4 de Março**

Aprova o Regulamento da Comercialização de Materiais Florestais de Reprodução

Despacho Conjunto, de 10-3-1994

Cria o Projecto Piloto de Produção de Cartas de Risco de Incêndio Florestal

Portaria n.º 199/94, de 6 de Abril

Estabelece o regime das ajudas às medidas florestais na agricultura instituídas pelo Regulamento n.º 2080/92, do Conselho, de 30 de Junho

Declaração de Rectificação n.º 57/94, de 30 de Abril

De ter sido rectificada a Portaria n.º 134/94, dos Ministérios da Agricultura e do Comércio e Turismo, que aprova o Regulamento da Comercialização de Materiais Florestais de Reprodução, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 53, de 4 de Março de 1994

Decreto-Lei n.º 150/94, de 25 de Maio

Estabelece as condições gerais de aplicação do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF)

Decreto n.º 15/94, de 26 de Maio

Altera o Decreto-Lei n.º 43/92, de 14 de Outubro

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/94, de 1 de Agosto

Aprova o Regulamento de Aplicação do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal

Portaria n.º 809-D/94, de 12 de Setembro - Revogada

Aprova o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Florestal

Decreto n.º 36/94, de 29 de Dezembro

Submete ao regime florestal de simples polícia diversas áreas do município de Lisboa

INDÚSTRIA**Portaria n.º 32/94, de 11 de Janeiro**

Regula os pedidos de autorização de localização de estabelecimentos industriais e emissão da respectiva certidão

Portaria n.º 75/94, de 4 de Fevereiro

Substitui os quadros I, II e III anexos à Portaria n.º 780/91, de 8 de Agosto

Decreto-Lei n.º 177/94, de 27 de Junho

Cria o Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa - PEDIP II

Despacho Conjunto (IIDD03), de 9 de Agosto de 1994

O Sistema de Incentivos a Estratégias de Empresas Industriais (SINDEDIP) obriga a que as candidaturas incluam uma análise dos aspectos ambientais

Despacho Normativo n.º 622/94, de 23 de Agosto

Define o modo de implementação das acções de natureza voluntária dependentes da iniciativa da Administração Pública

Despacho Conjunto A-65/94-XII (IIDD01)

Cria as Comissões de Selecção dos Sistemas de Incentivos do PEDIP II

Despacho Normativo n.º 759/94, de 5 de Novembro

Aprova o Regulamento para a Apresentação de Propostas de Criação de Novas Infra-Estruturas de Apoio à Indústria e o Regulamento dos Projectos de Novas Infra-Estruturas para a Indústria

LITORAL**Decreto-Lei n.º 218/94, de 20 de Agosto**

Altera o Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro (regulamenta a elaboração e a aprovação dos planos de ordenamento da orla costeira)

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**Decreto-Lei n.º 68/94, de 3 de Março**

Prorroga até 31-12-1994 o prazo previsto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 281/93, de 17 de Agosto (cria a Comissão Permanente de Avaliação dos Planos Directores Municipais)

Decreto-Lei n.º 83/94, de 14 de Março

Estabelece o regime jurídico do certificado de conformidade dos projectos de obras sujeitas a licenciamento municipal

Lei n.º 12/94, de 11 de Maio

Autoriza o Governo a estabelecer um regime sancionatório da violação de planos regionais de ordenamento do território

Despacho Conjunto MPAT/MCT, de 20-7-94 (publicado no DR n.º 188 de 16-8-94)

Determina, para efeitos de aplicação do regime de excepção previsto nos PROT, que os empreendimentos turísticos de natureza estruturante sejam considerados de interesse público

Declaração de Rectificação n.º 2-B/95, de 21 de Julho

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 250/94, de 15 de Outubro

Decreto-Lei n.º 218/94, de 20 de Agosto

Altera o Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro

Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/94, de 21 de Setembro

Promove a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona dos Mármore (PROTZOM)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/94, de 4 de Outubro

Incumbe a Comissão de Coordenação da Região do Alentejo de promover a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva (PROZEA)

Decreto-Lei n.º 249/94, de 12 de Outubro

Altera o Decreto-Lei n.º 176-A/88, de 18 de Maio (revê a disciplina jurídica dos planos de ordenamento do território)

Decreto-Lei n.º 250/94, de 15 de Outubro

Altera o Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro (estabelece o regime jurídico do licenciamento municipal de obras particulares)

Portaria n.º 1115-A/94, de 15 de Dezembro

Aprova os modelos da folha de movimento de processo, dos alvarás de licença de construção e de utilização, do termo de responsabilidade e da declaração de técnico responsável relativos ao regime de licenciamento de obras particulares

Portaria n.º 1115-B/94, de 15 de Dezembro

Estabelece medidas relativas à indicação dos elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento de obras e de demolição, de emissão do alvará de licença, de construção, bem como com a apresentação dos projectos das especialidades

Portaria n.º 1115-C/94, de 15 de Dezembro

Determina quais os requisitos a que deve obedecer o livro de obra, a conservar no respectivo local

Portaria n.º 1115-D/94, de 15 de Dezembro

Aprova os modelos dos avisos de publicitação de alvarás de licença de construção

Decreto-Lei n.º 302/94, de 19 de Dezembro

Altera o Decreto-Lei n.º 448/91, de 29 de Novembro (aprova o regime jurídico dos loteamentos urbanos)

PESCA**Portaria n.º 296/94, de 17 de Maio**

Actualiza a legislação nacional em vigor no que respeita a zonas e períodos de proibição de pesca

Decreto-Lei n.º 283/94, de 11 de Novembro

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 91/493/CEE, do Conselho, de 22 de Julho, que adopta as normas sanitárias relativas à produção e à colocação no mercado dos produtos das pescas

Portaria n.º 1135/94, de 21 de Dezembro

Suspende as interdições de pesca estabelecidas nos n.º 1.º, alínea a), e 2.º alínea a), da Portaria n.º 296/94, de 17 de Maio

PROTECÇÃO E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES**Decreto-Lei n.º 26/94, de 1 de Fevereiro**

Estabelece o regime de organização e funcionamento das actividades de segurança, higiene e saúde no trabalho

RESÍDUOS**Despacho 15/94-DGL, de 11 de Outubro**

Delegação de competências para autorizar ou objectar as transferências de resíduos perigosos, no âmbito dos procedimentos previstos no Regulamento (CEE) n.º 259/93, do Conselho, de 1 de Fevereiro

Decreto-Lei n.º 294/94, de 16 de Novembro

Estabelece o regime jurídico da concessão de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos sólidos urbanos

Decreto-Lei n.º 297/94, de 21 de Novembro

Cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos de Lisboa Norte e prevê a sua concessão

SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS**Portaria n.º 396/94, de 21 de Junho**

Altera a Portaria n.º 1164/92, de 18 de Dezembro (regulamenta a classificação, embalagem e rotulagem das preparações perigosas)

	Decreto-Lei n.º 228/94, de 13 de Setembro Altera o Decreto-Lei n.º 28/87, de 14 de Janeiro (limita a comercialização e a utilização do amianto e dos produtos que o contenham) Decreto-Lei n.º 232/94, de 14 de Setembro Transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.º 91/173/CEE, do Conselho, de 21 de Março, e 91/338/CEE, do Conselho de 18 de Junho, que estabelecem limitações à comercialização e utilização de substâncias e preparações perigosas Decreto-Lei n.º 275/94, de 28 de Outubro Regulamenta o disposto no Regulamento CEE n.º 2455/92, de 23 de Julho relativo à exportação e à importação de determinados produtos químicos perigosos Portaria n.º 968/94, de 28 de Outubro Estabelece as normas técnicas necessárias ao cumprimento do Decreto-Lei n.º 232/94, de 14 de Setembro, que transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.º 91/173/CEE, de 21 de Março, e 91/338/CEE e 91/339/CEE, do Conselho, de 18 de Junho, que estabelecem limitações à comercialização e utilização de substâncias e preparações perigosas <u>Pilhas e Acumuladores</u> Decreto-Lei n.º 219/94, de 20 de Agosto Transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.º 91/157/CEE, do Conselho, de 18 de Março, e 93/86/CEE, da Comissão, de 4 de Outubro, relativas às pilhas e acumuladores usados contendo determinadas matérias perigosas <u>Produtos Fitofarmacêuticos, Adubos, Pesticidas e Adjuvantes</u> Portaria n.º 149/94, de 16 de Março Estabelece normas relativas à eliminação dos obstáculos técnicos ao comércio dos adubos químicos com indicação adubo CEE Portaria n.º 770/94, de 25 de Agosto Altera a Portaria n.º 909-B/90, de 27 de Setembro (estabelece normas técnicas regulamentares referentes a características, marcação e tolerâncias dos adubos com indicação «adubo CEE») Decreto-Lei n.º 284/94, de 11 de Novembro Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 91/414/CEE, de 15 de Julho, relativa à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado. VEÍCULOS Portaria n.º 58/94, de 25 de Janeiro Altera os anexos I e II da Portaria n.º 1009/89, de 21 de Novembro (estabelece um calendário de aplicação em Portugal de normas técnicas relativas a veículos a motor e seus componentes).
1995	ACESSO À INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO Lei n.º 8/95, de 29 de Março Regulamenta os serviços de apoio à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e clarifica aspectos da disciplina do acesso aos documentos da Administração Pública

Lei n.º 83/95, de 31 de Agosto

Regula o direito de participação procedimental e de acção popular

MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS**Portaria n.º 1059/95, de 29 de Agosto**

Estabelece o regime de ajudas à redução e racionalização da aplicação de produtos fitofarmacêuticos aprovado no âmbito das medidas agro-ambientais, instituídas pelo Regulamento (CEE) n.º 2078/92, do Conselho, de 30 de Junho

Portaria n.º 1177/95, de 26 de Setembro

Estabelece o regime de aplicação do Programa Zonal de Castro Verde

Portaria n.º 1336/95, de 10 de Novembro

Altera as Portarias n.º 1059/95, de 29 de Agosto, 858/94, de 23 de Setembro, 698/94, de 26 de Julho, 703/94, de 28 de Julho, e 1177/95, de 26 de Setembro (estabelecem, respectivamente, o regime de ajudas à redução e racionalização da aplicação de produtos fitofarmacêuticos, o modo de produção biológico, a extensificação e ou manutenção de sistemas agrícolas tradicionais extensivos, a conservação dos recursos e paisagem rural e o programa zonal de Castro Verde)

ÁGUA**Aviso n.º 46/95, de 9 de Fevereiro**

Torna público ter Portugal depositado, em 24 de Outubro de 1994, o instrumento de confirmação e ratificação da Convenção sobre a Protecção e a Utilização dos Cursos de Água Transfronteiriços e dos Lagos Internacionais, concluída em Helsínquia a 17 de Março de 1992

Portaria n.º 133/95 (2.ª série), de 29 de Abril

Dando cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 47/94, de 22 de Fevereiro, determina que os livros de registo referidos no n.º 1 do mesmo diploma obedeçam aos modelos anexos

Portaria n.º 134/95 (2.ª Série), de 29 de Abril

Estabelece o valor básico de cada metro cúbico de água, em escudos, para o cálculo da taxa de utilização de captação de água, para o ano de 1995

Portaria n.º 464-B/95, de 15 de Maio

Actualiza os preços de venda de água industrial não tratada. Revoga a Portaria n.º 121/94, de 24 de Fevereiro

Portaria n.º 464-A/95, de 15 de Maio

Actualiza as tarifas a aplicar pela prestação de serviços referentes às descargas, recepção e tratamento dos efluentes industriais e tratamento das lamas oleosas e resíduos sólidos de natureza industrial

Decreto-Lei n.º 102/95, de 19 de Maio

Cria a sociedade Águas do Cávado, S.A.

Decreto-Lei n.º 116/95, de 29 de Maio

Cria a sociedade Águas do Douro e Paiva, S.A.

Aviso n.º 127/95, de 2 de Junho

Torna Público que se actualiza e rectifica a lista dos Estados Partes da Convenção sobre a Protecção e Utilização dos Cursos de Água Transfronteiriços e dos Lagos Internacionais, concluída em Helsínquia em 17 de Março de 1992

Decreto-Lei n.º 130/95, de 5 de Junho

Cria a sociedade Águas do Sotavento Algarvio, S. A.

Portaria n.º 464-A/95, de 15 de Maio

Actualiza as tarifas a aplicar pela prestação de serviços referentes às descargas, recepção e tratamento dos efluentes industriais e tratamento das lamas oleosas e resíduos sólidos de natureza industrial

Portaria n.º 464-B/95, de 15 de Maio

Actualiza os preços de venda de água industrial e não tratada. Revoga a Portaria n.º 121/94, de 24 de Fevereiro

Decreto-Lei n.º 136/95, de 12 de Junho

Cria a sociedade Águas do Barlavento Algarvio, S. A.

Despacho Conjunto, MARN / MM, de 27-4-1995

Define as regras técnicas a que devem obedecer as operações de dragagem e de imersão dos materiais dragados

Despacho Conjunto A-45/95-XII, de 26 de Junho

Aprova o regulamento interno do Conselho Consultivo do Sistema de Autoridade Marítima

Portaria n.º 940/95, de 26 de Julho

Aprova as declarações oficiais a apresentar pelos utilizadores do domínio público hídrico

Portaria n.º 992/95, de 17 de Agosto

Aprova os preços de venda de água para consumo humano e de aluguer de contadores. Revoga e substitui a Portaria n.º 861/93, de 14 de Setembro

Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto

Aprova o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais

Despacho 38/MARN/95, de 26 de Agosto

Procede à constituição de uma Comissão de Acompanhamento das concessões para os Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Distribuição de Água

Despacho Conjunto, MDN / MNE / MARN / MM, de 3-11-1995

Determina que em situação de reconhecida emergência o Director-Geral de Marinha possa solicitar apoio e cooperação internacional

Despacho Conjunto, MIE / MARN, de 3-11-1995

Determina que seja levantada a reserva manifestada por Portugal a decisões que estabelecem limites para as emissões poluentes da pasta do papel

Decreto-Lei n.º 290/95, de 10 de Novembro

Determina a imediata entrada em vigor das disposições sobre instrumentos de regulamentação conexas com a actividade balnear e sobre os editais de praia, previstos no Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro (regulamenta a elaboração e a aprovação dos planos de ordenamento da orla costeira)

AR**Decreto-Lei n.º 181/95, de 26 de Julho**

Cria o Sistema de Incentivos à Melhoria do Impacte Ambiental dos Transportes Públicos Rodoviários de Mercadorias

Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/95, de 1 de Agosto

Aprova as normas de execução do Sistema de Incentivos à Melhoria do Impacte Ambiental dos Transportes Públicos Rodoviários de Mercadorias

Despacho 79/95 (publicado no DR n.º 10 de 12 de Janeiro de 1996)

Regulamenta o Decreto-Lei n.º 352/90, de 9 de Novembro

CAÇA**Portaria n.º 253/95, de 30 de Março**

Define a forma e o regulamento de exame de obtenção de carta de caçador

Portaria n.º 487/95, de 22 de Maio

Regula a criação e detenção de espécies cinegéticas em cativeiro com fins à sua procriação e comercialização

Portaria n.º 814/95, de 13 de Julho

Aprova o calendário venatório para 1995-1996

Portaria n.º 1313/95, de 4 de Novembro

Regulamenta o exercício da caça com aves de presa

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**Áreas protegidas****Portaria n.º 415/95, de 8 de Maio**

Alarga a área das zonas de interdição de caça no Parque Natural de Sintra-Cascais.
Revoga a Portaria n.º 920/93, de 21 de Setembro

Decreto Legislativo Regional n.º 9/95/M, de 20 de Maio

Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 14/90/M, de 23 de Maio, que criou a Área de Protecção Especial das Ilhas Desertas

Decreto Regulamentar n.º 26/95, de 21 de Setembro

Cria o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Portaria n.º 323/95 (2.ª série), de 3 de Outubro

Fixa os critérios de emissão de pareceres pela comissão directiva do Parque do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, nos casos previstos no Regulamento do respectivo Plano de Ordenamento

Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/95, de 11 de Novembro

Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês

Decreto Legislativo Regional n.º 16/95/A, de 17 de Novembro

Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 2/80/A, de 7 de Fevereiro, que estabelece medidas de protecção para a paisagem das Sete Cidades

Decreto Regulamentar n.º 28/95, de 18 de Novembro

Cria o Parque Natural do Vale do Guadiana

Fauna e Flora**Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 13/95/A, de 27 de Maio**

Estabelece medidas que salvaguardam a sobrevivência da vegetação autóctone dos Açores

Decreto n.º 31/95, de 18 de Agosto

Aprova, para aceitação, o Acordo sobre a Conservação dos Morcegos na Europa

Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro

Protecção aos animais

ENERGIA**Decreto-Lei n.º 35/95, de 11 de Fevereiro**

Altera o Decreto-Lei n.º 188/88, de 27 de Maio (cria o Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia de Base Regional)

Despacho Normativo n.º 11-E/95, de 6 de Março

Regulamenta o domínio de intervenção referente à demonstração e disseminação de novas formas de produção, conversão e utilização de energia

Despacho Normativo n.º 11-D/95, de 6 de Março

Regulamenta o domínio de intervenção referente à utilização racional de energia nos transportes

Despacho Normativo n.º 11-A/95, de 6 de Março

Regulamenta o domínio de intervenção referente à utilização racional de energia na generalidade da actividade social ou produtiva, nomeadamente na indústria

Despacho Normativo n.º 11-B/95, de 6 de Março

Regulamenta o domínio de intervenção referente ao aproveitamento endógeno por utilização de energias renováveis

Despacho Normativo n.º 11-C/95, de 6 de Março

Regulamenta o domínio de intervenção referente à utilização racional de energia nos edifícios não residenciais

Portaria n.º 384/95, 2 de Maio

Fixa, para o ano civil de 1995, o valor mínimo de garantia dos seguros de responsabilidade civil celebrados pelas entidades concessionárias de gás natural

Portaria n.º 385/95, de 2 de Maio

Fixa, para o ano civil de 1995, o valor mínimo de garantia do seguro obrigatório de responsabilidade civil a celebrar pelas entidades instaladoras de redes de gás e montadoras de aparelhos de gás

Portaria n.º 934/95, de 24 de Julho

Altera a Portaria n.º 376/94, de 14 de Junho (aprova o Regulamento Técnico Relativo à Instalação, Exploração e Ensaio dos Postos de Redução de Pressão a Instalar nos Gasodutos de Transporte e nas Redes de Distribuição de Gases Combustíveis

ESTRUTURAS DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE

Decreto-Lei n.º 147/95 de 21 de Junho

Cria o observatório nacional dos sistemas multimunicipais e municipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos e regulamenta o regime jurídico da concessão dos sistemas municipais

FLORESTAS

Despacho Conjunto, de 3-1-1995

Cria a segunda fase do projecto piloto de produção de cartas de risco de incêndio florestal

Portaria n.º 383/95, de 2 de Maio

Cria a Zona Florestal do Alto Tâmega, com sede em Chaves, que inclui os municípios de Chaves e Valpaços

Decreto n.º 13/95, de 20 de Maio

Exclui do regime florestal parcial uma parcela de terreno do perímetro florestal de Mértola

Despacho Normativo n.º 51/95, de 6 de Setembro

Atribui ao Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC) a missão de estudar e avaliar as declarações de prejuízos de natureza social e correspondentes pedidos de subsídios apresentados pelas vítimas de incêndios florestais ocorridos na época oficial de fogos florestais de 1995

Despacho Conjunto, de 16-11-1995

Determina o levantamento da proibição estabelecida na alínea e) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro

INDÚSTRIA

Despacho Conjunto (IIDD0101), de 8 de Março de 1995

A DGA integra a Comissão de apreciação de propostas inseridas nas acções A e E que actuem na área do ambiente, no âmbito do Regulamento para Apresentação de Proposta

Decreto Regulamentar n.º 17/95, de 30 de Maio

Prorroga o regime transitório previsto no artigo 24.º do Decreto Regulamentar n.º 25/93, 17 de Agosto

Decreto-Lei n.º 139/95, de 14 de Junho

Altera diversa legislação no âmbito dos requisitos de segurança e identificação a que devem obedecer o fabrico e comercialização de determinados produtos e equipamentos

Despacho Conjunto MF/MPAT/MIE/ME/MESS/MCT/MARN, de 22-6-95

Altera o Despacho Conjunto A-65/94-XII (IIDD01) de 2-9-94

Despacho 6/DGL/95, de 2 de Agosto

Determina os montantes e as condições do seguro de responsabilidade civil por danos decorrentes da actividade das entidades acreditadas

Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/95, de 3 de Outubro

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 94/10/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Março, que altera pela segunda vez a Directiva n.º 83/189/CEE, relativa a um procedimento de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas

Despacho Normativo n.º 86/95, de 29 de Dezembro

Aprova o Regime de Apoio Específico Aplicável aos Projectos Desenvolvidos no Sector das Indústrias de Bens de Equipamento e das Tecnologias Ambientais - PRODIBETA.

LITORAL**Decreto-Lei n.º 218/95, de 26 de Agosto**

Regula a circulação de veículos motorizados nas praias, dunas, falésias e reservas integrais

Decreto-Lei n.º 290/95, de 10 de Novembro

Determina a imediata entrada em vigor das disposições sobre instrumentos de regulamentação conexas com actividade balnear e sobre os editais de praia, previstos no Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro

NORMAS DE SEGURANÇA**Decreto-Lei n.º 66/95, de 8 de Abril**

Aprova o Regulamento de Segurança contra Incêndio em Parques de Estacionamento Cobertos

Decreto Regulamentar n.º 34/95, de 16 de Dezembro

Aprova o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Recintos de Espectáculos e Divertimento Públicos

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/95, de 7 de Abril**

Aprova o Programa de Desenvolvimento do Douro

Decreto-Lei n.º 61/95, de 7 de Abril

Exclui do âmbito de aplicação do Decreto-Lei n.º 351/93, de 7 de Outubro, as áreas urbanas consolidadas e eleva para o dobro os prazos nele previstos; prorroga até 31 de Dezembro de 1995 o prazo de actuação da Comissão Permanente de Apreciação dos Planos Directores Municipais

Decreto-Lei n.º 83/95, de 26 de Abril

Altera o Decreto-Lei n.º 258/92, de 20 de Novembro

Decreto-Lei n.º 92/95, de 9 de Maio

Estabelece as regras de execução de ordens de embargo, de demolição ou de reposição de terreno nas condições em que se encontrava antes do início das obras

Decreto-Lei n.º 101/95, de 19 de Maio

Altera o Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro (estabelece o novo regime de empreitadas de obras públicas)

Decreto-Lei n.º 118/95, de 30 de Maio

Cria um regime excepcional de contratação de empreitada de obras públicas, fornecimento de bens, bem como de aquisição de serviços, quando tenham em vista acorrer ou prevenir situações extraordinárias de seca, motivadas por condições climatéricas adversas

Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de Junho

Harmoniza o regime jurídico dos planos especiais de ordenamento do território

Decreto Legislativo Regional n.º 12/95/M, de 24 de Junho

Aprova o Plano para o Ordenamento do Território na Região Autónoma da Madeira (POTRAM)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/95, de 19 de Junho

Qualifica o município de Estarreja como zona de intervenção específica

Decreto Regulamentar Regional n.º 18/95/M, de 4 de Agosto

Define quais os representantes regionais que farão parte da comissão técnica de acompanhamento da elaboração dos planos de ordenamento da orla costeira (POOC)

Decreto Legislativo Regional n.º 20/95/M, de 30 de Agosto

Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro

Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro

Processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal

Decreto-Lei n.º 262/95, de 4 de Outubro

Cria o Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso

Decreto-Lei n.º 290/95, de 10 de Novembro

Determina a imediata entrada em vigor das disposições sobre instrumentos de regulamentação conexas com actividade balnear e sobre os editais de praia, previstos no Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro

Decreto-Lei n.º 292/95, de 14 de Novembro

Estabelece a qualificação oficial para a elaboração de planos de urbanização, de planos de pormenor e de projectos de operações de loteamento

Decreto-Lei n.º 309/95, de 20 de Novembro

Altera o Decreto-Lei n.º 176-A/88, de 18 de Maio (revê a disciplina jurídica dos planos regionais de ordenamento do território)

Decreto Regulamentar n.º 29/95, de 21 de Novembro

Prorroga o prazo fixado no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 6/92, de 18 de Abril (alarga as áreas críticas de recuperação e reconversão de Alfama e Mouraria)

Decreto Regulamentar n.º 31/95, de 22 de Novembro

Declara diversas áreas de reserva para efeitos de aproveitamento de argilas especiais

Decreto-Lei n.º 334/95, de 28 de Dezembro

Altera o Decreto-Lei n.º 448/91, de 29 de Novembro (aprova o regime jurídico dos loteamentos urbanos)

Planos Especiais de Ordenamento do Território**Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/95, de 7 de Abril**

Aprova o Programa de Desenvolvimento do Douro

Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de Junho

Harmoniza o regime jurídico dos planos especiais de ordenamento do território

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/95, de 19 de Julho

Qualifica o município de Estarreja como zona de intervenção específica

Decreto-Lei n.º 292/95, de 14 de Novembro

Estabelece a qualificação oficial para a elaboração de planos de urbanização, de planos de pormenor e de projectos de operações de loteamento

Zonas Especiais de Protecção**Portaria n.º 1092/95, de 6 de Setembro**

Fixa o perímetro da zona especial de protecção do Aqueduto das Águas Livres (troço entre Campolide e a Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco), em Lisboa

Portaria n.º 1099/95, de 7 de Setembro

Fixa o perímetro da zona especial de protecção conjunta da Mãe d'Água e Aqueduto das Águas Livres (troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do edifício da Travessa da Fábrica das Sedas, 37-49, em Lisboa

Portaria n.º 1111/95, de 12 de Setembro

Fixa o perímetro da zona especial de protecção do conjunto constituído pela Casa da Fonte do Anjo, capela e área circundante, nos Olivais, concelho de Lisboa

PESCAS**Decreto-Lei n.º 124/95, de 31 de Maio**

Altera o Decreto-Lei n.º 283/94, de 11 de Novembro, e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 92/48/CEE, do Conselho, de 16 de Junho

Decreto Legislativo Regional n.º 11/95/M, de 21 de Junho

Regula o exercício da caça submarina na Região Autónoma da Madeira

Portaria n.º 900/95, de 17 de Julho

Altera a Portaria n.º 569/90, de 19 de Julho (aprova o Regulamento da Pesca nas Águas Interiores Oceânicas do Rio Tejo)

PROTECÇÃO E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES**Lei n.º 7/95, de 29 de Março**

Alteração por ratificação, do Decreto-Lei n.º 26/94, de 1 de Fevereiro

Decreto-Lei n.º 141/95, 14 de Junho

Estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho

Decreto-Lei n.º 191/95, 28 de Julho

Regulamenta o regime da segurança, higiene e saúde no trabalho

Portaria n.º 1456-A/95, de 11 de Dezembro

Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho. Revoga a Portaria n.º 434/83, de 15 de Abril

RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL**Decreto-Lei n.º 278/95, de 25 de Outubro**

Altera diversos diplomas nos domínios da agricultura, das florestas e dos recursos cinegéticos

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL**Decreto-Lei n.º 79/95, de 20 de Abril**

Altera o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março (Reserva Ecológica Nacional)

RESÍDUOS**Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de Junho**

Cria o Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril e a SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S.A.

Portaria n.º 464-B/95, de 15 de Maio

Actualiza as tarifas a aplicar pela prestação de serviços referentes às descargas, recepção e tratamento dos efluentes industriais e tratamento das lamas oleosas e resíduos sólidos de natureza industrial

Decreto-Lei n.º 109/95, de 20 de Maio

Cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Algarve

Portaria n.º 189/95 (2.ª série), de 20 de Junho

Aprova o mapa de registo de resíduos industriais

Despacho Conjunto, de 20 de Junho de 1995

Determina que seja designado um coordenador para articulação das actividades do MIE e do MARN na área de Estarreja

Decreto-Lei n.º 296/95, de 17 de Novembro

Estabelece regras relativas à transferência de resíduos

Declaração de Rectificação n.º 157/95, de 30 de Dezembro

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 296/95, de 17 de Novembro

Decreto-Lei n.º 310/95, de 20 de Novembro

Estabelece as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos

Declaração de Rectificação n.º 158/95, de 30 de Dezembro

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 310/95, de 20 de Novembro

Decreto-Lei n.º 322/95, de 28 de Novembro - REVOGADO

Estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens

RISCOS INDUSTRIAIS GRAVES**Portaria n.º 1033/95, de 25 de Agosto**

Estrutura as delegações distritais de protecção civil de acordo com as necessidades dos riscos naturais e tecnológicos existentes em cada distrito

SOLO**Decreto Regulamentar n.º 31/95, de 22 de Novembro**

Declara várias áreas de reserva para efeitos de aproveitamento de argilas especiais

SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS**Decreto-Lei n.º 82/95, de 22 de Abril**

Transpõe para a ordem jurídica interna várias directivas que alteram a Directiva n.º 67/548/CEE, do Conselho, de 27 de Julho, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes à classificação, embalagem e rotulagem de substâncias perigosas

	Decreto-Lei n.º 129/95, de 1 de Junho Confere à Direcção-Geral do Ambiente competência para a aplicação do Regulamento (CEE) n.º 793/93, do Conselho, de 23 de Março, relativo à avaliação e controlo dos riscos para o ambiente e para a saúde humana associados às substâncias existentes <u>Pilhas e acumuladores</u> Decreto-Lei n.º 219/94, de 20 de Agosto Transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.º 91/157/CEE, do Conselho, de 18 de Março, e 93/86/CEE, da Comissão, de 4 de Outubro, relativas às pilhas e acumuladores usados contendo determinadas matérias perigosas Portaria n.º 281/95, de 7 de Abril Estabelece as normas técnicas necessárias à execução dos princípios genéricos do regime jurídico das pilhas e acumuladores usados contendo matérias perigosas Declaração de Rectificação n.º 83/95, de 30 de Junho De ter sido rectificada a Portaria n.º 281/95, de 7 de Abril Portaria n.º 1081/95, de 1 de Setembro Aprova o 1.º Programa de Acção Relativo a Pilhas de Mercúrio e Acumuladores de Cádmio (1995/1998) e o 1.º Programa de Acção Relativo a Acumuladores de Chumbo (1995/1998) <u>Produtos fitofarmacêuticos, adubos, pesticidas e adjuvantes</u> Portaria n.º 563/95, de 12 de Junho Estabelece normas de homologação, autorização, colocação no mercado, utilização, controlo e fiscalização de produtos fitofarmacêuticos VEÍCULOS Portaria n.º 595/95, de 19 de Junho - REVOGADA Altera os anexos I e II da Portaria n.º 1009/89, de 21 de Novembro
1996	MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS Portaria n.º 393/96, de 21 de Agosto Altera a Portaria n.º 688/94, de 22 de Julho [estabelece o regime geral de ajudas a conceder no âmbito das medidas agro-ambientais instituídas pelo Regulamento (CEE) n.º 2078/92, do Conselho, de 30 de Junho, e a estrutura orgânica relativa à sua gestão] Portaria n.º 432/96, de 2 de Setembro Regula as condições de acreditação dos técnicos que pretendam exercer a sua actividade junto das associações de agricultores na área da protecção integrada e produção integrada Portaria n.º 745-O/96, de 18 de Dezembro Altera a Portaria n.º 688/94, de 22 de Julho [estabelece o regime geral das ajudas a conceder no âmbito das medidas agro-ambientais instituídas pelo Regulamento (CEE) n.º 2078/92, do Conselho, de 30 de Junho, e a estrutura orgânica relativa à sua gestão] ÁGUA Decreto-Lei n.º 82/96, de 22 de Junho Cria a Comissão Consultiva para o Empreendimento do Alqueva

Portaria n.º 236/96, de 29 de Junho

Desafecta do domínio público hídrico uma parcela de terreno sita em Alhandra, município de Vila Franca de Xira

Portaria n.º 344/96, de 8 de Agosto

Altera o regulamento interno da Comissão do Domínio Público Marítimo (CDPM), aprovado pela Portaria n.º 752/87, de 2 de Setembro

Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de Setembro

Estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes.

Portaria n.º 176/96 (2.ª Série), de 3 de Outubro

Fixa os valores permitidos para a concentração de metais pesados nos solos receptores de lamas e nas lamas para utilização na agricultura como fertilizantes

Resolução do Conselho de Ministros n.º 185/96, de 28 de Novembro

Cria um grupo de trabalho interministerial para a reformulação do enquadramento orgânico do Sistema da Autoridade Marítima

AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL**Despacho 78/MA/96, de 10-9-96 (publicado no DR II série, n.º 222, de 24-9-96)**

Determina que no processo de consulta do público sejam disponibilizados estudos de impacte ambiental e resumos não técnicos a um conjunto de entidades.

Despacho 79/MA/96, de 10-9-96 (publicado no DR II série, n.º 222, de 24-9-96)

Define os procedimentos aplicáveis à consulta pública nos processos de avaliação de impacte ambiental.

AR**Portaria n.º 111/96, 10 de Abril**

Altera a Portaria n.º 1248/93, de 7 de Dezembro (aprova a regulamentação técnica relativa aos aparelhos que queimam combustíveis gasosos e respectivos dispositivos de segurança)

Portaria n.º 623/96, de 31 de Outubro

Incumbe o Instituto de Meteorologia de estabelecer os mecanismos de monitorização, de intercâmbio de informações e de informação e alerta da população, no que respeita à poluição atmosférica pelo ozono. Revoga a Portaria n.º 286/93, de 12 de Março, na parte que dispõe sobre esta matéria

CAÇA**Portaria n.º 134/96, de 2 de Maio**

Actualiza as taxas referentes aos diferentes tipos de licenças de caça, registo de matilhas de cães de caça, de aves de presa e de furões e ainda à criação da caça em cativeiro. Revoga a Portaria n.º 601/93, de 24 de Junho

Decreto-Lei n.º 53/96, de 21 de Maio

Altera o n.º 1 do artigo 130.º do Decreto-Lei n.º 251/92, de 12 de Novembro, que fixa a composição do Conselho Nacional da Caça

Portaria n.º 223/96, de 24 de Junho

Fixa a percentagem das taxas previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 141.º do Decreto-Lei n.º 251/92, de 12 de Novembro (estabelece o regime jurídico de fomento, exploração e conservação dos recursos cinegéticos)

Portaria n.º 261/96, de 18 de Julho

Estabelece o calendário venatório para 1996-1997

Portaria n.º 320-A/96, de 30 de Julho

Estabelece que na época venatória de 1996-1997 não é aplicável o disposto no n.º 7.º, n.º 1, da Portaria n.º 219-A/91, de 18 de Março (regulamenta o processo administrativo tendente à constituição de zonas de caça do regime cinegético especial)

Decreto-Lei n.º 136/96, de 14 de Agosto

Estabelece o regime jurídico do fomento, exploração e conservação dos recursos cinegéticos, revogando o Decreto-Lei n.º 251/92, de 12 de Novembro

Declaração de Rectificação n.º 15-F/96, de 31 de Outubro

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 136/96, de 14 de Agosto

Portaria n.º 626-B/96, de 4 de Novembro

Estabelece a época excepcional de exame para obtenção de carta de caçador para candidatos que não sabem ler e os locais onde se realizarão os exames

Decreto-Lei n.º 231/96, de 30 de Novembro

Altera o artigo 131.º do Decreto-Lei n.º 136/96, de 14 de Agosto (estabelece o regime jurídico do fomento, exploração e conservação dos recursos cinegéticos)

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**Áreas protegidas****Despacho 30/MA/96, de 10-1-96 (publicado no DR II série n.º 22, de 26-1-96)**

Composição da Comissão Directiva do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/96, de 17 de Abril

Reconhece a necessidade de requisitar os prédios rústicos que constituem o conjunto das Salinas do Samouco

Portaria n.º 152-A/96, de 14 de Maio

Determina que seja do interesse público e nacional a salvaguarda do habitat constituído pelas salinas do Samouco, que constitui uma área ecologicamente sensível, protegida por legislação nacional e comunitária, permitindo ao Estado realizar, no âmbito das suas atribuições em matéria de defesa da natureza e do ambiente, as necessárias actividades de conservação das espécies que aí ocorram

Decreto Legislativo Regional n.º 12/96/A, de 27 de Junho

Cria a Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico

Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/96, de 8 de Julho

Integração de políticas sectoriais nas áreas protegidas

Despacho 57/MA/96, de 9-7-96 (publicado no DR II série n.º 177 de 1-8-96)

Nomeia a comissão directiva e o conselho consultivo do Parque Natural do Vale do Guadiana

Decreto Regulamentar n.º 12/96, de 22 de Outubro

Cria o Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios de Ourém/Torres Novas

Portaria n.º 236/96 (2ª Série), de 6 de Novembro

Interdita a caça em áreas do Parque Natural de Montesinho

Despacho 86/MA/96, de 12 de Novembro

Substituição do representante das associações representativas dos agricultores no conselho consultivo do Parque Natural do Vale do Guadiana

Despacho Conjunto MEPAT/MA, de 19 de Novembro de 1996

Constituição da Comissão de acompanhamento da elaboração do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede

Despacho Conjunto MEPAT/MA, de 19 de Novembro de 1996

Constituição da Comissão de acompanhamento da elaboração do Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

Despacho Conjunto MEPAT/MA, de 19 de Novembro de 1996

Constituição da Comissão de acompanhamento da elaboração do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Vale do Guadiana

Despacho Conjunto MEPAT/MA, de 19 de Novembro de 1996

Constituição da Comissão de acompanhamento da elaboração do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho

Despacho Conjunto MEPAT/MA, de 19 de Novembro de 1996

Constituição da Comissão de acompanhamento da elaboração do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela

Resolução do Conselho de Ministros n.º 191/96, de 9 de Dezembro

Cria uma comissão destinada a acompanhar os trabalhos conducentes à criação de uma área protegida nas zonas confinantes com o Tejo internacional

Despacho Conjunto MEPAT/MA, de 9 de Dezembro de 1996

Constitui Comissão para acompanhamento da elaboração de parecer sobre o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional

Despacho Conjunto MEPAT/MA, de 9 de Dezembro de 1996

Constitui Comissão para acompanhamento da elaboração de parecer sobre o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Douro

Despacho Conjunto A-234/96-XII, de 26 de Dezembro

Determina a cessação da actividade de pedreira com vista à preservação e conservação da jazida de iconofósseis em área abrangida pelo Monumento Natural

Fauna e Flora**Aviso n.º 228/96, de 5 de Agosto**

Torna público terem sido introduzidas emendas nos anexos II e III da Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e do Meio Natural da Europa

Decreto-Lei n.º 197/96, de 16 de Outubro

Altera o Decreto-Lei n.º 192/92, de 6 de Junho, de modo a alargar ao Ministério da Ciência e Tecnologia as competências relativas às normas mínimas da protecção dos animais usados para fins experimentais e outros fins científicos

ENERGIA**Portaria n.º 338/96, de 6 de Agosto**

Fixa, para o ano civil de 1996, o valor mínimo de garantia dos seguros obrigatórios de responsabilidade civil celebrados pelas entidades concessionárias de gás natural liquefeito e gás natural

Portaria n.º 339/96, de 6 de Agosto

Fixa, para o ano civil de 1996, o valor mínimo de garantia do seguro obrigatório de responsabilidade civil a celebrar pelas entidades instaladoras de redes de gás e montadoras de aparelhos de gás

Portaria n.º 346/96, de 8 de Agosto

Aprova o Regulamento Relativo às Condições de Aprovação dos Componentes Inerentes à Utilização de Gases de Petróleo Liquefeitos (GPL) nos Veículos Automóveis. Revoga a Portaria n.º 983-A/91, de 26 de Setembro

Portaria n.º 350/96, de 9 de Agosto

Aprova o Regulamento Relativo às Características Técnicas dos Veículos Automóveis Que Utilizam Gases de Petróleo Liquefeitos (GPL). Revoga a Portaria n.º 983/91, de 26 de Setembro

Decreto do Presidente da República n.º 29/96, de 15 de Novembro

Ratifica o Tratado da Carta da Energia, incluindo anexos, decisões e Acta Final, e o Protocolo da Carta da Energia Relativo à Eficiência Energética e aos Aspectos Ambientais Associados

Resolução da Assembleia da República n.º 36/96, de 15 de Novembro

Aprova, para ratificação, o Tratado da Carta da Energia, incluindo anexos, decisões e Acta Final, e o Protocolo da Carta da Energia Relativo à Eficiência Energética e aos Aspectos Ambientais Associados

ESTRUTURAS DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE**Decreto-Lei n.º 169/96, de 18 de Setembro**

Altera o Decreto-Lei n.º 193/93, de 24 de Maio estabelece a Lei Orgânica do Instituto da Conservação da Natureza, organismo na dependência do Ministério do Ambiente

FLORESTAS**Decreto n.º 1/96, de 13 de Fevereiro**

Desafecta uma parcela de terreno no Perímetro Florestal das Dunas de Mira

Despacho Normativo n.º 12-A/96, de 3 de Abril

Estabelece os critérios a que devem obedecer as candidaturas à medida «Apoio às explorações agrícolas» do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF)

Decreto n.º 5/96, de 19 de Abril

Desafecta do regime florestal parcial uma parcela de terreno, com a área de 2,7 ha, situada no Perímetro Florestal das Dunas de Mira

Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto

Lei de Bases da Política Florestal

Portaria n.º 489/96, de 13 de Setembro - Revogada

Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção de Recolha de Dados da Fileira Florestal

INDÚSTRIA**Despacho Conjunto ME/MA, de 15-3-96**

Atribuição do reconhecimento de entidades acreditadas para intervir no domínio do ambiente no âmbito do Decreto-Lei n.º 259/92, de 20 de Novembro

Despacho Normativo n.º 24-C/96, de 10 de Julho

Atribui à Direcção-Geral da Indústria (DGI) a responsabilidade pela gestão de alguns dos regimes de apoio concedidos no âmbito do PEDIP II

LITORAL**Portaria n.º 767/96, de 30 de Dezembro**

Aprova as normas técnicas de referência a observar na elaboração dos planos de ordenamento da orla costeira

NORMAS DE SEGURANÇA**Decreto-Lei n.º 112/96, de 5 de Agosto**

Estabelece as regras de segurança e de saúde relativas aos aparelhos e sistemas de protecção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas

Portaria n.º 510/96, de 25 de Setembro

Fixa as taxas devidas pelas vistorias, em conformidade com a classificação dos recintos feita no n.º 2 do artigo 3º do Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 34/95, de 16 de Dezembro

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/96, de 24 de Janeiro**

Prorroga o prazo para a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva (PROZEA) (RCM n.º 97/94, de 4 de Outubro)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/96, de 24 de Janeiro

Prorroga o prazo para a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona dos Mármore (PROZOM) (RCM n.º 86/94, de 21 de Setembro)

Lei n.º 5/96, de 29 de Fevereiro

Alteração por ratificação, do Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de Junho, que harmoniza o regime jurídico dos planos especiais de ordenamento do território

Decreto Regulamentar n.º 5/96, de 19 de Julho

Declara as Penhas da Saúde, no município da Covilhã, como área de reconversão e recuperação urbanística

Lei n.º 22/96, de 26 de Julho

Altera o artigo 68.º-A do Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro (estabelece o regime jurídico do licenciamento municipal de obras particulares), aditado pelo Decreto-Lei n.º 250/94, de 15 de Outubro

Lei n.º 26/96, de 1 de Agosto

Altera, por ratificação, o Decreto-Lei n.º 334/95, de 28 de Dezembro (altera o Decreto-Lei n.º 448/91, de 29 de Novembro - regime jurídico das operações de loteamento e das obras de urbanização)

Decreto n.º 23/96, de 12 de Agosto

Declara como áreas de recuperação urbanística as aldeias de Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha e a vila de Almeida

Decreto Regulamentar n.º 7/96, de 5 de Setembro

Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística o Centro Histórico da Vila de Sintra, no município de Sintra

Decreto n.º 35/96, de 26 de Novembro

Declara como área de recuperação e reconversão urbanística a zona do Barreiro Antigo, no município do Barreiro, e confere o direito de preferência nas transmissões, a título oneroso, de terrenos ou edifícios situados em tal área à Câmara Municipal do Barreiro

Decreto Regulamentar n.º 13/96, de 13 de Novembro

Declara como área crítica de recuperação urbanística a zona do Centro Histórico de Braga, no município de Braga

Zonas Especiais de Protecção**Decreto n.º 2/96, de 6 de Março**

Classifica como monumentos nacionais, imóveis de interesse público e imóveis de valor concelhio vários imóveis de relevante interesse arquitectónico

Portaria n.º 552/96, de 7 de Outubro

Fixa o perímetro da zona especial de protecção do conjunto do Palácio das Necessidades, em Lisboa

PESCA**Portaria n.º 17-A/96, de 25 de Janeiro**

Suspende, até 29 de Fevereiro de 1996, a aplicação do disposto no n.º 2.º da Portaria n.º 1135/94, de 21 de Dezembro (suspende as interdições de pesca estabelecidas na Portaria n.º 296/94, de 17 de Maio, que actualiza a legislação nacional em vigor no que respeita a zonas e períodos de proibição de pescas)

Portaria n.º 17-B/96, de 25 de Janeiro

Determina que as embarcações licenciadas para pesca com ganchorra na zona ocidental norte, delimitada a norte pelo limite do mar territorial e a sul pelo paralelo de Pedrógão, possam exercer a sua actividade de segunda a sexta-feira. Revoga a Portaria n.º 1050/94, de 29 de Novembro

Portaria n.º 488/96, de 13 de Setembro

Aprova o Regulamento da Pesca com a Arte da Xávega

Portaria n.º 514/96, de 26 de Setembro

Altera o Regulamento de Pesca do Rio Sado, aprovado pela Portaria n.º 562/90, de 19 de Julho

Portaria n.º 643/96, de 8 de Novembro

Cria, no rio Mondego, duas zonas de pesca profissional

Portaria n.º 654/96, de 13 de Novembro

Estabelece os troços do rio Mondego que ficam interditos à utilização de todo e qualquer processo de pesca, à excepção da cana e linha de mão e, ainda, da balança ou ratel, na captura de lagostim de água doce. Revoga a Portaria n.º 22 593, de 25 de Março de 1967

Portaria n.º 698-A/96, de 30 de Novembro

Revoga a Portaria n.º 1135/94, de 21 de Dezembro (suspende as interdições de pesca estabelecidas nos n.º 1.º, alínea a), e 2.º alínea a), da Portaria n.º 296/94, de 17 de Maio)

PROTECÇÃO E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES**Portaria n.º 101/96, de 3 de Abril**

Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis

Portaria n.º 197/96, de 4 de Junho

Regula as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho das indústrias extractivas por perfuração

Portaria n.º 198/96, de 4 de Junho

Regula as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho das indústrias extractivas a céu aberto ou subterrâneas

RESÍDUOS**Portaria n.º 15/96, de 23 de Janeiro**

Aprova os tipos de operações de eliminação e valorização de resíduos

Despacho Conjunto MS/MA, de 31 de Maio de 1996

Criação do grupo de trabalho relativo à eliminação de resíduos hospitalares

Decreto-Lei n.º 89/96, de 3 de Julho

Cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos de Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira e aprova os estatutos da sociedade a quem será atribuída a respectiva concessão

Portaria n.º 313/96, de 29 de Julho - REVOGADO

Estabelece as regras de funcionamento dos sistemas de consignação aplicáveis às embalagens reutilizáveis e às embalagens não reutilizáveis, bem como as do sistema integrado aplicável apenas às embalagens não reutilizáveis

Decreto-Lei n.º 111/96, de 2 de Agosto

Cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Cávado-Homem e aprova os estatutos da sociedade a quem será atribuída a respectiva concessão

Decreto-Lei n.º 113/96, de 5 de Agosto

Cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Minho e aprova os estatutos da sociedade a quem será atribuída a respectiva concessão

Decreto-Lei n.º 114/96, de 5 de Agosto

Cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Lima e Baixo Cávado e aprova os estatutos da sociedade a quem será atribuída a respectiva concessão

Decreto-Lei n.º 116/96, de 6 de Agosto

Cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Alta Estremadura e aprova os estatutos da sociedade a quem será atribuída a respectiva concessão

Decreto-Lei n.º 117/96, de 6 de Agosto

Cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado e aprova os estatutos da sociedade a quem será atribuída a respectiva concessão

Desp. 242/96, de 13 de Agosto

Procede à classificação dos resíduos hospitalares para efeitos de eliminação

Decreto-Lei n.º 138/96, de 14 de Agosto

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 92/3/EURATOM, do Conselho, de 3 de Fevereiro de 1992, e estabelece as regras a que devem obedecer a transferência e o reenvio de resíduos radioactivos entre Portugal e os restantes Estados membros da Comunidade e entre Portugal e Estados terceiros, bem como o trânsito por Portugal dos resíduos dessa natureza, desde que os mesmos excedam, em quantidade e concentração, os valores fixados no anexo II do Decreto Regulamentar n.º 9/90, de 19 de Abril

Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de Setembro

Estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes

Decreto-Lei n.º 166/96, de 5 de Setembro

Cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Litoral Centro e aprova os estatutos da sociedade a quem será atribuída a respectiva concessão

Despacho Conjunto ME/MA, de 8 de Outubro de 1996

Cria a Comissão de Acompanhamento de Cidadãos da Unidade de Incineração e de Tratamento Físico-Químico de Estarreja

Resolução do Conselho de Ministros n.º 190/96, de 9 de Dezembro

Constitui, no âmbito do Ministério do Ambiente, uma comissão destinada a acompanhar os trabalhos conducentes à criação do Sistema Multimunicipal de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes na Ria

Declaração de Rectificação n.º 16-R/96, de 31 de Dezembro

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de Setembro

RUÍDO**Portaria n.º 77/96, de 9 de Março**

Estabelece disposições legais sobre a poluição sonora emitida por diversas actividades

SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS**Decreto-Lei n.º 94/96, de 17 de Julho**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 93/75/CEE, do Conselho, de 13 de Setembro, relativa às condições mínimas exigidas aos navios com destino a portos marítimos da Comunidade ou que deles saiam, transportando mercadorias perigosas ou poluentes

	Decreto-Lei n.º 153/96, de 30 de Agosto Cria regras destinadas à protecção das pessoas e do ambiente contra os riscos derivados da utilização de fontes radioactivas seladas Portaria n.º 431/96, de 2 de Setembro Fixa os montantes das taxas devidas pelos notificadores como contrapartida dos serviços prestados pela autoridade competente para a apreciação dos processos de notificação de novas substâncias químicas Portaria n.º 732-A/96, de 11 de Dezembro Aprova o Regulamento para a Notificação de Substâncias Químicas e para a Classificação, Embalagem e Rotulagem de Substâncias Perigosas VEÍCULOS Portaria n.º 517-A/96, de 27 de Setembro Transpõe para a o direito interno as directivas comunitárias aplicáveis à aprovação de veículos a motor e seus reboques, veículos de duas e três rodas, tractores agrícolas e respectivos componentes. Revoga várias Portarias.
1997	MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS Portaria n.º 196/97, de 21 de Março Altera a Portaria n.º 703/94, de 28 de Julho [estabelece o regime de ajudas à conservação dos recursos e paisagem rural a conceder no âmbito das medidas agro-ambientais instituídas pelo Regulamento (CEE) n.º 2078/92, do Conselho, de 30 de Junho] Portaria n.º 1036/97, de 1 de Outubro Revoga o n.º 3 do n.º 4 da Portaria n.º 698/94, de 26 de Julho (medidas agro-ambientais), e o n.º 2 do n.º 5 da Portaria n.º 1177/95, de 26 de Setembro (estabelece o regime de aplicação do programa zonal de Castro Verde) ÁGUA Decreto Regulamentar n.º 8/97, de 18 de Abril Altera algumas disposições do Decreto Regulamentar n.º 18/92, de 13 de Agosto, em matéria de rotulagem das águas minerais Decreto-Lei n.º 101/97, de 26 de Abril Cria o sistema multimunicipal de saneamento da ria de Aveiro para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios, de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar e Vagos Decreto-Lei n.º 113/97, de 10 de Maio Altera a redacção dos artigos 15.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 47/97, de 22 de Fevereiro, e do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 218/94, de 20 de Agosto Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de Junho Transpõe para o direito interno a Directiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de Maio de 1991, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas Portaria n.º 423/97, de 25 de Junho Estabelece normas de descarga de águas residuais especificamente aplicáveis à unidades industriais do sector têxtil, excluindo o subsector dos lanifícios

Decreto-Lei n.º 166/97, de 2 de Julho

Aprova a estrutura, competências e funcionamento do Conselho Nacional da Água

Lei n.º 88-A/97, de 25 de Julho

Regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas actividades económicas

Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de Setembro

Transpõe para o direito interno a Directiva n.º 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro de 1991, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola

Decreto-Lei n.º 262/97, de 30 de Setembro

Atribui suplementos remuneratórios aos membros da Comissão de Acompanhamento Ambiental das Infra-Estruturas do Alqueva (CAIA)

Portaria n.º 1037/97, de 1 de Outubro

Aprova a lista e a carta que identificam as águas e áreas a que alude o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de Setembro

Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97, de 14 de Outubro

Aprova, para ratificação, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o Acordo relativo à Aplicação da Parte XI da mesma Convenção

Resolução do Conselho de Ministros n.º 203/97, de 3 de Dezembro

Dá orientação estratégica para implantação do sistema global de rega do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva

AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL**Decreto-Lei n.º 278/97, de 8 de Outubro**

Altera o Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de Junho (sujeita a uma avaliação de impacte ambiental os planos ou projectos que, pela sua localização, dimensão ou características, sejam susceptíveis de provocar incidências significativas no ambiente)

Decreto Regulamentar n.º 42/97, de 10 de Outubro

Altera o Decreto Regulamentar n.º 38/90, de 27 de Novembro (regulamenta o regime das avaliações de impacte ambiental)

AR**Portaria n.º 125/97, de 21 de Fevereiro**

Altera a Portaria n.º 286/93, de 12 de Março (Fixa os valores limites e os valores guias no ambiente para o dióxido de enxofre, partículas em suspensão, dióxido de azoto e monóxido de carbono, o valor limite para o chumbo e os valores guias para o ozono)

Decreto n.º 27/97, de 4 de Junho

Aprova, para ratificação, as emendas de Copenhaga ao Protocolo de Montreal Relativo às Substâncias Que Deterioram a Camada do Ozono, adoptadas em Copenhaga, na IV Conferência de Partes, a 25 de Novembro de 1992

Portaria n.º 399/97, de 18 de Junho

Altera a Portaria n.º 286/93, de 12 de Março (fixa os valores limites e os valores guias no ambiente para o dióxido de enxofre, partículas em suspensão, dióxido de azoto e monóxido de carbono, o valor limite para o chumbo e os valores guias para o ozono)

Declaração de Rectificação n.º 11-H/97, de 30 de Junho

De ter sido rectificada a Portaria n.º 399/97, de 18 de Junho

Portaria n.º 646/97, de 11 de Agosto

Transpõe para o direito interno a Directiva n.º 94/63/CEE, de 20 de Dezembro, relativa ao controlo das emissões de compostos orgânicos voláteis resultantes do armazenamento de gasolinas e da sua distribuição para estações de serviço

CAÇA**Portaria n.º 428-A/97, de 30 de Junho**

Estabelece que na época venatória de 1997-1998 não se aplique o disposto nos n.os 1.º, n.º 1, e 7.º n.º 1, da Portaria n.º 219-A/91, de 18 de Março

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**Áreas protegidas****Decreto-Lei n.º 46/97, de 24 de Fevereiro**

Estabelece os novos limites da Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo, criada pelo Decreto-Lei n.º 280/94, de 5 de Novembro

Decreto Regulamentar n.º 5-A/97, de 4 de Abril

Estabelece a reclassificação do Parque Natural de Montesinho

Decreto n.º 19/97, de 5 de Maio

Cria o Monumento Natural de Carenque

Decreto n.º 20/97, de 7 de Maio

Cria os Monumentos Naturais da Pedra da Mua, dos Lagosteiros e da Pedreira do Avelino

Decreto Legislativo Regional n.º 11/97/M, de 30 de Julho

Cria a Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio

Decreto-Lei n.º 213/97, de 16 de Agosto

Altera o artigo 17.º e a alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro (estabelece normas relativas à Rede Nacional das Áreas Protegidas)

Portaria n.º 784/97 (2.ª Série), de 30 de Setembro

Interdita a caça no Parque Natural de Montesinho

Decreto Regulamentar n.º 45/97, de 17 de Novembro

Estabelece a reclassificação da Reserva Natural do Paul de Arzila

Decreto Regulamentar n.º 46/97, de 17 de Novembro

Estabelece a reclassificação da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto

Decreto Regulamentar n.º 49/97, de 20 de Novembro

Estabelece a reclassificação da Reserva Natural do Paul de Boquilobo

Decreto Regulamentar n.º 50/97, de 20 de Novembro

Estabelece a reclassificação do Parque Natural da Serra da Estrela

Decreto-Lei n.º 327/97, de 26 de Novembro

Altera a alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 280/94, de 5 de Novembro (cria a Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo)

Fauna e Flora**Decreto Legislativo Regional n.º 14/97/A, de 19 de Julho**

Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 2/83/A, de 2 de Março (estabelece normas relativas à preservação do equilíbrio ecológico designadamente através da caça indiscriminada dos golfinhos - toninhas, que frequentam os mares da Região Autónoma dos Açores)

Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de Agosto

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens

Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de Agosto

Aprova a lista nacional de sítios (1.ª fase) prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de Agosto (transpõe para o direito interno a Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens)

Decreto n.º 59/97, de 31 de Outubro

Aprova, para ratificação, a Convenção para a Protecção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste, adoptada em Paris, no âmbito da reunião ministerial das Comissões de Oslo e Paris, em 22 de Setembro de 1992

ENERGIA**Decreto-Lei n.º 56/97, de 14 de Março**

Revê a legislação do sector eléctrico nacional. Altera os Decretos-Leis n.os 182/95, 183/95, 184/95, 185/95 e 186/95, todos de 27 de Julho, e o Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de Maio. Revoga o Decreto-Lei n.º 188/95, de 27 de Julho

Decreto-Lei n.º 203/97, de 8 de Agosto

Estabelece o regime para aprovação de novas concessões e a extensão das concessões de exploração existentes, em regime de serviço público, e construção das respectivas infra-estruturas, de redes de distribuição regional de gás natural

ESTRUTURAS DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE**Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto**

Cria o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Decreto-Lei n.º 230/97, de 30 de Agosto

Revê a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente

Decreto-Lei n.º 236/97, de 3 de Setembro

Estabelece a orgânica do Instituto dos Resíduos (revoga o Decreto-Lei n.º 142/96, de 23 de Agosto)

Decreto-Lei n.º 296/97, de 24 de Outubro

Define o regime de instalação da Inspecção-Geral do Ambiente

FLORESTAS**Decreto-Lei n.º 11/97, de 14 de Janeiro**

Aprova a protecção dos montados de sobro e azinho

Decreto-Lei n.º 256/97, de 27 de Setembro

Investe a Direcção-Geral das Florestas em funções de autoridade florestal nacional, dando execução à Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto (Lei de Bases da Política Florestal)

Decreto-Lei n.º 276/97, de 8 de Outubro

Regulamenta a composição, competências e funcionamento da Comissão Interministerial para os Assuntos da Floresta (CIAF), criada pela Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto (Lei de Bases da Política Florestal)

INDÚSTRIA**Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/97**

Cria o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Vale do Ave

Portaria n.º 134/97, de 25 de Fevereiro

Cria o símbolo «Acreditação», a usar pelas entidades acreditadas, propriedade do Instituto Português da Qualidade. Revoga a Portaria n.º 14/90, de 9 de Janeiro

Portaria n.º 135/97, de 25 de Fevereiro

Actualiza a forma e as condições gráficas de aplicação de símbolo «Empresa Certificada», propriedade do Instituto Português da Qualidade. Revoga a Portaria n.º 13/90, de 9 de Janeiro

LITORAL**Decreto-Lei n.º 113/97, de 10 de Maio**

Altera a redacção dos artigos 15.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 47/97, de 22 de Fevereiro, e do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 218/94, de 20 de Agosto

NORMAS DE SEGURANÇA**Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de Março**

Regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas

Decreto Regulamentar n.º 5/97, de 31 de Março

Aprova o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Recintos com Diversões Aquáticas

Portaria n.º 341/97, de 16 de Maio

Estabelece regras relativas à segurança e saúde dos aparelhos e sistemas de protecção destinados a ser utilizados em atmosferas perigosas

Portaria n.º 1063/97, de 21 de Outubro

Aprova as medidas de segurança contra riscos de incêndios aplicáveis na construção, instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos e dos estabelecimentos de restauração e de bebidas

Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro

Aprova o Regulamento que Estabelece as Condições de Segurança a Observar na Localização, Implantação, Concepção e Organização Funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, Respectivo Equipamento e Superfícies de Impacte

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO
Decreto n.º 9/97, de 13 de Fevereiro

Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanísticas o Núcleo Histórico Intra-Muros ou Vila-Adentro do Centro Histórico de Faro, na cidade de Faro

Decreto n.º 11/97, de 19 de Fevereiro

Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística o sítio dos Galos, na freguesia de São Lázaro, da cidade de Braga

Decreto Regulamentar n.º 25/97, de 3 de Junho

Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística o Centro Histórico de Évora, na cidade de Évora

Decreto-Lei n.º 155/97, de 24 de Junho

Altera o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março (regime jurídico dos planos municipais de ordenamento do território)

Decreto n.º 30/97, de 24 de Junho

Altera a planta anexa ao Decreto n.º 14/92, de 6 de Março, que declarou a zona da Madragoa área crítica de recuperação e reconversão urbanística

Decreto n.º 34/97, de 17 de Julho

Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística a zona do Vale da Telha, no município de Aljezur

Decreto Regulamentar n.º 33/97, de 17 de Setembro

Regula os parques de campismo públicos

Decreto Regulamentar n.º 34/97, de 17 de Setembro

Regula os meios complementares de alojamento

Decreto Regulamentar n.º 35/97, de 24 de Setembro

Alarga a área crítica de recuperação e reconversão urbanística da Mouraria

Decreto Regulamentar n.º 48/97, de 18 de Novembro

Alarga a área crítica de recuperação e reconversão urbanística da zona do Bairro Alto e da Bica, fixada pelo Decreto Regulamentar n.º 32/91, de 6 de Junho

Decreto Regulamentar n.º 54/97, de 19 de Dezembro

Alarga as áreas de recuperação e reconversão urbanística fixadas pelo Decreto Regulamentar n.º 26/86, de 1 de Agosto

PESCA**Portaria n.º 94/97, de 8 de Fevereiro**

Interdita a pesca com redes de emalhar fundeadas (redes de emalhar de um pano e tresmalho), na denominada zona de Beirinha

Portaria n.º 281-A/97, de 30 de Abril

Estabelece os tamanhos mínimos de captura para espécies de ameijola e conculha

Portaria n.º 281-B/97, de 30 de Abril

Estabelece medidas específicas relativas à captura, manutenção a bordo, desembarque e comercialização de sardinha

Portaria n.º 281-C/97, de 30 de Abril

Não permite a pesca, manutenção a bordo, desembarque, distribuição e comercialização de polvo (*Octopus vulgaris*) com peso inferior a 750g

Portaria n.º 281-D/97, de 30 de Abril

Estabelece medidas específicas relativas à proibição da pesca nas águas oceânicas da costa continental portuguesa

Portaria n.º 355-A/97, de 28 de Maio

Altera a Portaria n.º 281-D/97, de 30 de Abril (estabelece medidas específicas relativas à proibição da pesca nas águas oceânicas da costa continental portuguesa)

Lei n.º 15/97, de 31 de Maio

Estabelece o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca

Portaria n.º 394/97, de 17 de Junho

Estabelece normas relativas à captura de bivalves na zona ocidental sul

Portaria n.º 375-A/97, de 9 de Junho

Determina que o peso mínimo para a captura do polvo (*Octopus vulgaris*) em águas portuguesas, a que se refere a Portaria n.º 281-C/97, de 30 de Abril, seja aplicável a partir de 1 de Janeiro de 1998

Declaração de Rectificação n.º 11-G/97, de 30 de Junho

De ter sido rectificadada a Portaria n.º 394/97, de 17 de Junho

Portaria n.º 441/97, de 3 de Julho

Altera a Portaria n.º 569/90, de 19 de Julho (aprova o Regulamento da Pesca nas Águas Interiores não Oceânicas do Rio Tejo)

Decreto-Lei n.º 191/97, de 29 de Julho

Estabelece as medidas comunitárias mínimas de controlo de certas doenças dos moluscos bivalves vivos

PROTECÇÃO E SEGURANÇAS DOS TRABALHADORES**Decreto-Lei n.º 84/97, de 16 de Abril**

Transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas do Conselho n.os 90/679/CEE, de 26 de Novembro, e 93/88/CEE, de 12 de Outubro, e a Directiva n.º 95/30/CEE, da Comissão, de 30 de Junho, relativas à protecção da segurança e saúde dos trabalhadores contra os riscos resultantes da exposição a agentes biológicos durante o trabalho

Decreto-Lei n.º 116/97, de 12 de Maio

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 93/103/CE, do Conselho, de 23 de Novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca

Decreto Regulamentar n.º 29/97, de 29 de Junho

Transpõe para o ordenamento jurídico interno a Directiva n.º 90/641/EURATOM, do Conselho, de 4 de Dezembro, e estabelece o regime de protecção dos trabalhadores de empresas externas que intervêm em zonas sujeitas a regulamentação com vista à protecção contra radiações ionizantes

RESÍDUOS**Decreto-Lei n.º 53/97, de 4 de Março**

Cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da margem sul do Tejo e aprova os estatutos da sociedade a quem será atribuída a respectiva concessão

Portaria n.º 174/97, 10 de Março

Estabelece as regras de instalação e funcionamento de unidades ou equipamentos de valorização ou eliminação de resíduos perigosos hospitalares, bem como o regime de autorização da realização de operações de gestão de resíduos hospitalares por entidades responsáveis pela exploração das referidas unidades ou equipamentos

Portaria n.º 178/97, de 11 de Março

Aprova o modelo de mapa de resíduos hospitalares

Decreto Legislativo Regional n.º 6/97/M, de 23 de Abril

Aplica à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 322/95, de 28 de Novembro (estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens)

Portaria n.º 335/97, de 16 de Maio

Fixa as regras a que fica sujeito o transporte de resíduos dentro do território nacional

Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/97, de 25 de Junho

Define a estratégia de gestão dos resíduos industriais

Portaria n.º 818/97, de 5 de Setembro

Aprova a lista harmonizada, que abrange todos os resíduos, designada por Catálogo Europeu de Resíduos (CER)

Decreto-Lei n.º 239/97, de 9 de Setembro

Estabelece as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos. Revoga o Decreto-Lei n.º 310/95, de 20 de Novembro

Despacho n.º 9176/97, de 29 de Setembro (publicado no DR n.º 238, de 14 de Outubro de 1997)

Define os custos de eliminação de resíduos radioactivos

Decreto-Lei n.º 366/97, de 20 de Dezembro

Cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Oeste e aprova os estatutos da sociedade à qual será atribuída a respectiva concessão

Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro

Estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens (revoga o Decreto-Lei n.º 322/95, de 28 de Novembro)

SOLOS**Lei n.º 89/97, de 30 de Julho**

Altera a Lei dos Baldios

SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS**Resolução da Assembleia da República n.º 10/97, de 1 de Março**

Situação dos explosivos em Portugal

	Portaria n.º 1152/97, de 12 de Novembro Aprova o novo Regulamento para a Classificação, Embalagem e Rotulagem das Preparações Perigosas. Revoga as Portarias n.os 1164/92 e 396/94, respectivamente de 18 de Dezembro e 21 de Junho <u>Transporte de mercadorias perigosas por estrada</u> Decreto-Lei n.º 77/97, de 5 de Abril Cria um novo quadro legal para o transporte rodoviário de mercadorias perigosas Portaria n.º 1196-C/97, de 24 de Novembro Aprova o Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada (RPE) EXPLORAÇÕES SUÍNAS Decreto-Lei n.º 163/97, de 27 de Junho Estabelece as normas relativas ao registo, autorização para o exercício da actividade, classificação e titulação das explorações suinícolas e implantação e funcionamento dos entrepostos comerciais de suínos VEÍCULOS Portaria n.º 489/97, de 15 de Julho Altera a Portaria n.º 517-A/96, de 27 de Setembro (transpõe para a o direito interno as directivas comunitárias aplicáveis à aprovação de veículos a motor e seus reboques, veículos de duas e três rodas, tractores agrícolas e respectivos componentes) Portaria n.º 1092/97, de 3 de Novembro Regulamenta os limites de peso e dimensão dos veículos. Revoga a Portaria n.º 850/94, de 22 de Setembro
1998	MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS Portaria n.º 85/98, de 19 de Fevereiro Aprova o Regulamento de Aplicação do Regime de Ajudas às Medidas Agro-Ambientais Portaria n.º 187-A/98, de 20 de Março Prorroga o prazo para reformulação das candidaturas às medidas agro-ambientais Portaria n.º 344/98, de 5 de Junho Altera o Regulamento de Aplicação do Regime de Ajudas às Medidas Agro-Ambientais, aprovado pela Portaria n.º 85/98, de 19 de Fevereiro Portaria n.º 345/98, de 5 de Junho Estabelece a estrutura orgânica relativa à gestão das medidas agro-ambientais. Revoga os n.os 5.º e 7.º da Portaria n.º 688/94, de 22 de Julho, e a Portaria n.º 745-O/96, de 18 de Dezembro Portaria n.º 346/98, de 5 de Junho Estabelece o regime de aplicação do Programa Zonal de Castro Verde. Revoga a Portaria n.º 1177/95, de 26 de Setembro, com a última redacção dada pela Portaria n.º 1336/95, de 10 de Novembro, e o n.º 7.º da Portaria n.º 393/96, de 21 de Agosto

Portaria n.º 523/98, de 14 de Agosto

Altera o Regulamento de Aplicação do Regime de Ajudas às Medidas Agro-Ambientais, aprovado pela Portaria n.º 85/98, de 19 de Fevereiro

ÁGUA**Decreto-Lei n.º 21/98, de 3 de Fevereiro**

Cria a Comissão de Gestão de Albufeiras

Decreto-Lei n.º 21-A/98, de 6 de Fevereiro

Cria um regime especial aplicável às expropriações necessárias à realização do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, aos bens do domínio a afectar a este Empreendimento e a acções específicas de execução deste projecto de investimento público

Portaria n.º 246/98, de 21 de Abril

Aprova as Normas de Construção de Barragens

Decreto Regulamentar n.º 10/98, de 12 de Maio

Classifica a albufeira de Pedrógão como albufeira protegida

Aviso n.º 119/98, de 16 de Junho

Torna público Portugal ter depositado, em 8 de Julho de 1987, o instrumento de adesão ao Protocolo Relativo à Intervenção em Alto Mar em Caso de Poluição por Substâncias Diferentes dos Hidrocarbonetos

Aviso n.º 121/98, de 20 de Junho

Torna público Portugal ter depositado em 15 de Fevereiro de 1980 a carta de ratificação da Convenção Internacional sobre Intervenção em Alto Mar em Caso de Acidente Que Provoque Poluição por Hidrocarbonetos, concluída em Bruxelas em 29 de Novembro de 1969

Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/98, de 10 de Julho

Estabelece orientações para a definição estratégica da política nacional para os oceanos

Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/98, de 10 de Julho

Reestrutura o sistema de autoridade marítima (SAM)

Decreto-Lei n.º 232/98, de 22 de Julho

Altera os Decretos-Leis n.os 32/95 e 33/95, de 11 de Fevereiro, que respectivamente cria a Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A., e adopta medidas preventivas relativamente a áreas compreendidas na zona de intervenção do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva

Decreto-Lei n.º 234/98, de 22 de Julho

Altera os artigos 45.º, 46.º 47.º e 48.º do Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro (limpeza e desobstrução de linhas de água)

Decreto Regulamentar n.º 16/98, de 25 de Julho

Classifica a albufeira de Enxoé como albufeira protegida

Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto

Estabelece normas, critérios e objectivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos principais usos. Revoga o Decreto-Lei n.º 74/90, de 7 de Março

Decreto-Lei n.º 348/98, de 9 de Novembro

Altera o Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de Junho (transpõe para o direito interno a Directiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de Maio de 1991, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas), transpondo para o direito interno a Directiva n.º 98/15/CE, da Comissão, de 21 de Fevereiro

Declaração de Rectificação n.º 22-C/98, de 30 de Novembro

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 236/98, do Ministério do Ambiente, que estabelece normas, critérios e objectivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos principais usos, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 176, de 1 de Agosto de 1998

Resolução do Conselho de Ministros n.º 148/98, de 19 de Dezembro

Cria, no âmbito do Ministério do Ambiente, uma comissão de acompanhamento destinada a conduzir os trabalhos pendentes à criação do Sistema Multimunicipal de Captação e Tratamento de Água para Consumo e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Alto Zêzere

Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/98, de 26 de Dezembro

Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Alvito

CAÇA**Portaria n.º 210/98, de 1 de Abril**

Define a forma e o regulamento do exame para obtenção de carta de caçador

Portaria n.º 381/98, de 2 de Julho

Fixa o calendário venatório para a época de 1998-1999 para a caça de espécies cinegéticas

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**Áreas protegidas****Decreto Regulamentar n.º 8/98, de 11 de Maio**

Estabelece a classificação do Parque Natural do Douro Internacional

Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/98, de 10 de Julho

Prevê a criação das Reservas Marinhas da Berlenga e da Arrábida

Decreto-Lei n.º 227/98, de 17 de Julho

Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro (estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas)

Lei n.º 52/98, de 18 de Agosto

Altera o artigo único do Decreto-Lei n.º 327/97, de 26 de Novembro (Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de Agosto

Estabelece a criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza

Decreto Regulamentar n.º 23/98, de 14 de Outubro

Estabelece a reclassificação do Parque Natural da Arrábida

Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/98, de 15 de Outubro

Cria a equipa de Missão para a Protecção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco.

Declaração de Rectificação n.º 22-D/98, de 30 de Novembro

De ter sido rectificado o Decreto Regulamentar n.º 23/98 do Ministério do Ambiente, que estabelece a reclassificação do Parque Natural da Arrábida, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 237, de 14 de Outubro de 1998

Decreto Regulamentar n.º 30/98, 23 de Dezembro

Estabelece a reclassificação da Reserva Natural das Berlengas

Fauna e Flora**Portaria n.º 117/98, de 2 de Março**

Fixa os montantes das taxas a cobrar pelo Instituto da Conservação da Natureza no âmbito da CITES

Aviso n.º 63/98, de 25 de Março

Torna público que entraram em vigor, no dia 6 de Março de 1998, as emendas aos anexos I, II e III à Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e do Meio Natural na Europa

Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/98, de 29 de Junho

Determina que o dia 28 de Julho Dia Nacional da Conservação da Natureza

Decreto-Lei n.º 294/98, de 18 de Setembro

Estabelece as normas relativas à protecção dos animais durante o transporte e revoga o Decreto-Lei n.º 153/94, de 28 de Maio, e a Portaria n.º 160/95, de 27 de Fevereiro

ENERGIA**Despacho Normativo n.º 17/98, de 18 de Março**

Altera o Despacho Normativo n.º 11-B/95, de 6 de Março (regulamenta o domínio de intervenção referente ao aproveitamento endógeno por utilização de energias renováveis

Despacho Normativo n.º 18/98, de 18 de Março

Altera o Despacho Normativo n.º 11-D/95, de 6 de Março (regulamenta o domínio de intervenção referente à utilização racional de energia nos transportes)

Despacho Normativo n.º 19/98, de 19 de Março

Altera o Despacho Normativo n.º 11-A/95, de 6 de Março (regulamenta o domínio de intervenção referente à utilização racional de energia na generalidade da actividade social ou produtiva, nomeadamente na indústria)

Despacho Normativo n.º 20/98, de 19 de Março

Altera o Despacho Normativo n.º 11-C/95, de 6 de Março (regulamenta o domínio de intervenção referente à utilização racional de energia nos edifícios não residenciais)

Despacho Normativo n.º 21/98, de 19 de Março

Altera o Despacho Normativo n.º 11-E/95, de 6 de Março (regulamenta o domínio de intervenção referente à demonstração e disseminação de novas formas de produção, conversão e utilização de energia)

Despacho Conjunto n.º 400/98, de 9 de Abril

Cria o Grupo de Trabalho para as Questões da Tributação Energética e Ambiental

Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/98, de 23 de Dezembro

Introduz o gás natural no mercado energético português

ESTRUTURAS DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE**Decreto-Lei n.º 37/98, de 24 de Fevereiro**

Aprova a Lei Orgânica do Gabinete de Relações Internacionais, do Ministério do Ambiente

Declaração n.º 229/98, de 29 de Junho

Regimento do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Decreto-Lei n.º 226/98, de 17 de Julho

Transitam para a Direcção-Geral do Ambiente as competências relativas à qualidade do ar, anteriormente cometidas ao Instituto de Meteorologia

Decreto-Lei n.º 362/98, de 18 de Novembro

Aprova o Estatuto do Instituto Regulador de Águas e Resíduos e extingue o Observatório Nacional de Ambiente. Revoga parcialmente o Decreto-Lei n.º 147/95, de 21 de Junho

FLORESTAS**Portaria n.º 14-A/98, de 7 de Janeiro**

Introduz alterações ao Regulamento do Programa de Desenvolvimento Florestal

Decreto-Lei n.º 20/98, de 3 de Fevereiro

Define os serviços competentes para a decisão de aplicação de coimas e sanções acessórias em processos de contra-ordenação em matéria de legislação florestal

Portaria n.º 199/98, de 25 de Março

Aprova o Regulamento de Aplicação do Programa de Desenvolvimento Florestal. Revoga as Portarias n.os 809-D/94, de 12 de Setembro, e 606/96, de 25 de Outubro, e o n.º 4.º da Portaria n.º 83/96, de 19 de Fevereiro

Decreto-Lei n.º 224/98, de 17 de Julho

Cria a Comissão de Recurso e Análise de Projectos Florestais e define as respectivas atribuições, competências e funcionamento. Regulamenta a Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto (Lei de Bases da Política Florestal)

Decreto-Lei n.º 253/98, de 11 de Agosto

Altera o Decreto-Lei n.º 20/98, de 3 de Fevereiro, que define os serviços competentes para a decisão de aplicação de coimas e sanções acessórias em processos de contra-ordenação em matéria de legislação florestal

Portaria n.º 777/98, de 16 de Setembro

Altera a Portaria n.º 199/94, de 6 de Abril (aprova o Regulamento do Desenvolvimento Florestal). Revoga o Despacho Normativo n.º 735/94, de 25 de Outubro

Portaria n.º 924/98, de 22 de Outubro

Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção de Recolha de Dados da Fileira Florestal. Revoga a Portaria n.º 489/96, de 13 de Setembro

LITORAL**Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/98, de 10 de Julho**

Aprova as linhas de orientação do Governo relativas à estratégia para a orla costeira portuguesa

NORMAS DE SEGURANÇA**Portaria n.º 506/98, de 10 de Agosto**

Define o organismo com competência para emitir certificados de conformidade, no âmbito do Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro, que estabeleceu o regulamento das condições de segurança a observar nos espaços de jogo e recreio

Decreto-Lei n.º 409/98, de 23 de Dezembro

Aprova o Regulamento de Segurança contra Incêndio em Edifícios de Tipo Hospitalar

Decreto-Lei n.º 410/98, de 23 de Dezembro

Aprova o Regulamento de Segurança contra Incêndio em Edifícios de Tipo Administrativo

Decreto-Lei n.º 414/98, de 31 de Dezembro

Aprova o Regulamento de Segurança contra Incêndio em Edifícios Escolares

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**Decreto n.º 2/98, de 26 de Janeiro**

Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística o Centro Histórico de Ponte de Lima, no município de Ponte de Lima

Decreto n.º 3/98, de 26 de Janeiro

Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística o Centro Histórico de Guimarães, no município de Guimarães

Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto

Estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo

Portaria n.º 598/98, de 24 de Agosto

Fixa, para vigorar no ano de 1999, a correspondência entre as classes das autorizações contidas nos alvarás de empreiteiro de obras públicas e de industrial de construção civil e os valores das obras que podem ser executadas ao abrigo dessas autorizações

Decreto n.º 39/98, de 6 de Novembro

Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística o Centro Histórico de Elvas, no município de Elvas

Decreto n.º 40/98, de 6 de Novembro

Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística a vila de Aljezur, no município de Aljezur

Decreto n.º 50/98, de 22 de Dezembro

Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística o núcleo histórico da vila de Constância, no município de Constância

Zonas Especiais de Protecção**Portaria n.º 512/98, de 10 de Agosto**

Fixa o perímetro da zona especial de protecção conjunta do Museu Nacional de Arte Antiga, classificado como imóvel de interesse público pelo Decreto n.º 516/71, de 22 de Novembro, e dos imóveis classificados na sua área envolvente

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE AMBIENTE**Lei n.º 35/98, De 18 de Julho**

Lei das Organizações não Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas

PESCA**Portaria n.º 116-A/98, de 28 de Fevereiro**

Altera as coordenadas referidas no n.º 1 da Portaria n.º 94/97, de 8 de Fevereiro (interdita a pesca com redes de emalhar fundeadas na denominada zona ribeirinha)

Portaria n.º 316/98, de 18 de Março

Regulamenta a pesca com a arte de "sombreira"

Resolução da Assembleia da República n.º 17/98, de 2 de Abril

Revê a política comum de pescas para defender as pescas nacionais

Acordo n.º 34-A/98, de 27 de Fevereiro (publicado no DR II série, de 13-05-1998)

Acordo entre os sectores das pescas e do ambiente

Portaria n.º 315-A/98, de 25 de Maio

Aprova o Regulamento do Plano de Acção para a Pequena Pesca

Portaria n.º 376/98, de 1 de Julho

Altera a Portaria n.º 281-B/97, de 30 de Abril (estabelece restrições várias à captura da sardinha)

Portaria n.º 398/98, de 11 de Julho

Altera a Portaria n.º 564/90, de 19 de Julho, que aprova o Regulamento de Pesca no Rio Mondego

Portaria n.º 436/98, de 27 de Julho

Altera a Portaria n.º 578/94, de 12 de Julho, que aprovou o Regulamento do Regime de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura

Portaria n.º 437/98, de 27 de Julho

Altera a Portaria n.º 579/94, de 12 de Julho (aprova o Regulamento do Regime de Apoio à Protecção de Zonas Marinhas)

Despacho Normativo n.º 57/98, de 21 de Agosto

Aprova o novo Regulamento do SIPESCA - Sistema de Incentivos à Pesca para os anos de 1998 e 1999

Lei n.º 64/98, de 2 de Setembro

Autoriza o Governo a alterar o regime de contra-ordenações em matéria de pesca marítima e culturas marinhas, constante do Decreto-Lei n.º 278/87, de 7 de Julho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/91, de 2 de Setembro

Portaria n.º 743/98, de 10 de Setembro

Altera a Portaria n.º 316/98, de 18 de Março, que regulamenta a pesca com a arte de "sombreira"

Portaria n.º 923/98, de 22 de Outubro

Altera a Portaria n.º 281-A/97, de 30 de Abril (estabelece os tamanhos mínimos de captura para as espécies de ameijola e conculha)

Portaria n.º 967-A/98, de 12 de Novembro

Regulamenta a pesca do meixão para a safra de 1998-1999

PROTECÇÃO E SEGURANÇAS DOS TRABALHADORES**Portaria n.º 356/98, de 24 de Junho**

Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca

Decreto do Presidente da República n.º 61/98, de 18 de Dezembro

Ratifica a Convenção n.º 139 da Organização Internacional do Trabalho, sobre a prevenção e o controlo dos riscos profissionais causados por substâncias e agentes cancerígenos

Resolução da Assembleia da República n.º 67/98, de 18 de Dezembro

Aprova, para ratificação, a Convenção n.º 139 da Organização Internacional do Trabalho, sobre a prevenção e o controlo dos riscos profissionais causados por substâncias e agentes cancerígenos

RESÍDUOS**Portaria n.º 29-B/98, de 15 de Janeiro**

Estabelece as regras de funcionamento dos sistemas de consignação aplicáveis às embalagens reutilizáveis e às não reutilizáveis, bem como as do sistema integrado aplicável apenas às embalagens não reutilizáveis. Revoga a Portaria n.º 313/96, de 29 de Junho

Portaria n.º 459/98 (2.ª Série), de 11 de Maio

Regula os processos de autorização das operações de gestão de resíduos industriais, sólidos urbanos e outros tipos de resíduos

Decreto-Lei n.º 273/98, 2 de Setembro

Transpõe para o direito interno as disposições constantes da Directiva n.º 94/67/CE, do Conselho, de 16 de Dezembro, relativa à incineração de resíduos perigosos

Portaria n.º 792/98, de 22 de Setembro

Aprova o modelo de mapa de registo de resíduos industriais. Revoga a Portaria n.º 189/95, de 20 de Junho

Portaria n.º 961/98, de 10 de Novembro

Estabelece os requisitos a que deve obedecer o processo de autorização prévia das operações de armazenagem, tratamento e valorização de resíduos industriais, resíduos sólidos urbanos ou outros tipos de resíduos

SOLOS**Decreto-Lei n.º 268/98, de 28 de Agosto**

Estabelece o regime do licenciamento da instalação e ampliação de depósitos de sucata. Revoga o Decreto-Lei n.º 117/94, de 3 de Maio

	SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS Decreto-Lei n.º 264/98, de 19 de Agosto Transpõe para a ordem jurídica as Directivas n.os 94/60/CE, 96/55/CE e 97/16/CE, que estabeleceram limitações à comercialização e utilização de determinadas substâncias perigosas <u>Produtos fitofarmacêuticos, adubos, pesticidas e adjuvantes</u> Portaria n.º 24/98, de 10 de Janeiro Altera o anexo à Portaria n.º 770/94, de 25 de Agosto, e o anexo III à Portaria n.º 909-B/90, de 27 de Setembro (estabelece normas técnicas regulamentares referentes a características, marcação e tolerâncias dos adubos com indicação «adubo CEE»)
1999	MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS Portaria n.º 795/99, de 13 Setembro Determina o cancelamento no corrente ano do segundo período de candidaturas às acções de formação a conceder no âmbito das medidas agro-ambientais estabelecidas na Portaria n.º 693/94, de 23 de Junho AGUA Decreto-Lei n.º 68/99, de 11 de Março Altera o Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de Setembro, que transpõe para o direito interno a Directiva n.º 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/99, de 24 Junho Cria, no âmbito do Ministério do Ambiente, uma comissão destinada a acompanhar os trabalhos conducentes à criação do Sistema Multimunicipal de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Lis Decreto-Lei n.º 261/99, de 07 de Julho Altera o Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de Junho, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 348/98, de 9 de Novembro, que transpõem para o direito interno, respectivamente, as Directivas n.os 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, e 98/15/CE, da Comissão, de 21 de Fevereiro, relativas ao tratamento de águas residuais urbanas Decreto-Lei n.º 382/99, de Setembro Estabelece perímetros de protecção para captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/99, de 04 de Outubro Constitui, no âmbito do Ministério do Ambiente, uma comissão destinada a acompanhar os trabalhos conducentes à criação do Sistema Multimunicipal de Captação de Água para Consumo e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Oeste Decreto-Lei n.º 543/99, de 13 de Dezembro Cria o sistema multimunicipal de saneamento do Lis, para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém e Porto de Mós

Decreto Legislativo Regional n.º 28-B/99/M, de 23 de Dezembro

Cria o Sistema Regional de Gestão e Abastecimento de Água da Região Autónoma da Madeira e transforma o Instituto de Gestão da Água, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/91/M, de 30 de Julho, em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos denominada «IGA - Investimentos e Gestão da Água, S. A.»

AR**Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho**

Define as linhas de orientação da política de gestão da qualidade do ar e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 96/62/CE, do Conselho, de 27 de Setembro, relativa à avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente

Decreto-Lei n.º 432/99, de 25 de Outubro

Fixa os padrões de emissão e os processos de homologação dos motores a instalar em máquinas móveis não rodoviárias

CAÇA**Portaria n.º 216/99, de 26 de Março**

Define a forma e o regulamento do exame para obtenção de carta de caçador

Portaria n.º 726/99, de 24 de Agosto

Interdita o exercício da caça dentro dos limites da área do Sítio Classificado da Fonte Benémola

Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro

Lei de Bases Gerais da Caça

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**Áreas protegidas****Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro**

Regula o turismo de natureza

Decreto Regulamentar n.º 2/99, de 17 de Fevereiro

Regula os requisitos mínimos das instalações e o funcionamento das casas da natureza

Decreto Regulamentar n.º 9/99, de 15 de Junho

Altera o Decreto Regulamentar n.º 33/95, de 11 de Dezembro (aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina)

Decreto Regulamentar n.º 11/99, de 22 de Julho

Cria a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto (área protegida de âmbito regional)

Decreto Regulamentar n.º 13/99, de 03 de Agosto

Cria a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (área protegida de âmbito regional)

Decreto Regulamentar n.º 18/99, de 27 de Agosto

Regula a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas, bem como o processo de licenciamento das iniciativas e projectos de actividades, serviços e instalações de animação ambiental

Decreto Regulamentar n.º 21/99, de 20 de Setembro

Cria a Paisagem Protegida do Corno do Bico

Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro

Cria diversas zonas de protecção especial e revê a transposição para a ordem jurídica interna das Directivas n.os 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, e 92/43/CEE do Conselho, de 21 de Maio

Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/99 de 06 de Outubro

Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Maranhão

Decreto Regulamentar n.º 25/99, de 27 de Outubro

Classifica a albufeira do Sabugal como albufeira protegida

Decreto Regulamentar n.º 28/99, de 30 de Novembro

Estabelece a reclassificação da Reserva Natural da Serra da Malcata

Decreto Regulamentar n.º 32/99, de 20 de Dezembro

Altera o Decreto Regulamentar n.º 30/98, de 23 de Dezembro, que estabelece a reclassificação da Reserva Natural das Berlengas

Fauna e Flora**Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril**

Revê a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens). Revoga os Decretos-Leis n.os 75/91, de 14 de Fevereiro, 224/93, de 18 de Junho, e 226/97, de 27 de Agosto

Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/99, de 17 de Maio

Cria uma comissão de coordenação interministerial destinada a assegurar a implementação da Convenção sobre a Diversidade Biológica

Declaração de Rectificação n.º 10-AH/99, de 31 de Maio

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 140/99, do Ministério do Ambiente, que revê a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, relativa à conservação das aves selvagens, e da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 96, de 24 de Abril de 1999

Declaração de Rectificação n.º 10-BA/99, de 30 de Junho

De ter sido rectificada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/99, que cria a comissão de coordenação interministerial destinada a assegurar a implementação da Convenção sobre a Diversidade Biológica, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 114, de 17 de Maio de 1999

Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro

Cria diversas zonas de protecção especial e revê a transposição para a ordem jurídica interna das Directivas n.os 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, e 92/43/CEE do Conselho, de 21 de Maio

Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro

Regula a introdução na natureza de espécies não indígenas da flora e da fauna

ESTRUTURAS DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE**Decreto-Lei n.º 83/99, de 18 de Março**

Designa as entidades nacionais responsáveis pelo Sistema Português de Ecogestão e Auditoria

Decreto-Lei n.º 125/99, de 20 de Abril

Estabelece o quadro normativo aplicável às instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento tecnológico

Decreto-Lei n.º 549/99, de 14 de Dezembro

Aprova a Lei Orgânica da Inspeção-Geral do Ambiente

Decreto-Lei n.º 470/99, de 06 de Novembro

Unifica e reestrutura as carreiras de vigilante da natureza e de guarda da natureza dos quadros de pessoal do Ministério do Ambiente

Decreto-Lei n.º 553/99, de 15 de Dezembro

Consagra a reestruturação das carreiras de observador meteorológico e de observador geofísico do quadro de pessoal do Instituto de Meteorologia e Geofísica e altera o regime de recrutamento para a carreira de geofísico

Declaração de Rectificação n.º 23-C/99, de 31 de Dezembro

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 470/99, do Ministério do Ambiente, que unifica e reestrutura as carreiras de vigilante da natureza e de guarda da natureza dos quadros de pessoal do Ministério do Ambiente, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 259, de 6 de Novembro de 1999

ENERGIA**Decreto-Lei n.º 168/99, de 18 de Maio**

Revê o regime aplicável à actividade de produção de energia eléctrica, no âmbito do Sistema Eléctrico Independente, que se baseie na utilização de recursos renováveis ou resíduos industriais, agrícolas ou urbanos

Decreto-Lei n.º 186/99, de 31 de Maio

Estabelece as disposições aplicáveis à cessação da comercialização da gasolina com chumbo e à disponibilização, aos consumidores, de produtos que a substituam, bem como as disposições aplicáveis às características desses produtos

FLORESTA**Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/99, de 08 Abril**

Adopta o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa

Declaração de Rectificação n.º 10-AA/99, de 30 de Abril

De ter sido rectificada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/99, da Presidência do Conselho de Ministros, que adopta o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 82, de 8 de Abril de 1999

Decreto-Lei n.º 179/99, de 21 de Maio

Cria equipas de sapadores florestais e regulamenta a sua actividade [alínea c) do artigo 21.º da Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto (Lei de Bases da Política Florestal

Decreto-Lei n.º 204/99, de 09 de Junho

Regula o processo de elaboração, aprovação, execução e alteração dos planos regionais de ordenamento florestal (PROF), a aplicar nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto

Decreto-Lei n.º 205/99, de 09 de Junho

Regula o processo de elaboração, aprovação, execução e alteração dos planos de gestão florestal (PGF)

Lei n.º 108/99, de 03 de Agosto

Criação do Museu Nacional da Floresta

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**Decreto n.º 1/99, de 28 de Janeiro**

Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística o centro histórico de Arraiolos, no município de Arraiolos

Decreto n.º 2/99, de 30 de Janeiro

Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística o centro histórico da cidade de Portalegre, no município de Portalegre

Decreto n.º 5/99, de 18 de Fevereiro

Declara área crítica de recuperação e reconversão urbanística a zona antiga de Cachoeiras, no município de Vila Franca de Xira, e confere o direito de preferência nas transmissões, a título oneroso, de terrenos ou edifícios situados em tal área à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Decreto n.º 6/99, de 22 de Fevereiro

Declara área crítica de recuperação urbanística a zona antiga de Vila Franca de Xira, no município de Vila Franca de Xira, e confere o direito de preferência nas transmissões, a título oneroso, de terrenos ou edifícios situados em tal área à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Decreto n.º 7/99, de 22 de Fevereiro

Declara área crítica de recuperação e reconversão urbanística a zona ribeirinha de Vila Franca de Xira, no município de Vila Franca de Xira, e confere o direito de preferência nas transmissões, a título oneroso, de terrenos ou edifícios situados em tal área à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Decreto n.º 8/99, de 22 de Fevereiro

Declara área crítica de recuperação e reconversão urbanística a zona antiga de Alhandra, no município de Vila Franca de Xira, e confere o direito de preferência nas transmissões, a título oneroso, de terrenos ou edifícios situados em tal área à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/99, de 07 de Abril

Aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Caminha-Espinho

Decreto-Lei n.º 166/99, de 13 de Maio

Altera o Decreto-Lei n.º 105/98, de 24 de Abril, que proíbe a publicidade fora dos aglomerados urbanos

Decreto-Lei n.º 305/99, de 06 de Agosto

Altera o Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho, que estabelece o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos turísticos

Decreto Regulamentar n.º 20/99, de 13 de Setembro

Regula os conjuntos turísticos

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro

Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial

Decreto n.º 52/99, de 22 de Novembro

Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística a zona histórica da cidade de Viseu, no município de Viseu, e confere o direito de preferência nas transmissões, a título oneroso, de terrenos ou edifícios situados em tal área à Câmara Municipal de Viseu

Decreto n.º 53/99, de 22 de Novembro

Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística a zona do Centro Histórico da cidade de Montemor-o-Novo, no município de Montemor-o-Novo

Decreto n.º 56/99, de 26 de Novembro

Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística a zona do Centro Histórico da cidade de Tavira, no município de Tavira

Decreto n.º 58/99, de 16 de Dezembro

Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística o centro Histórico de Santiago do Cacém e Quinta do Barroso, no município de Santiago do Cacém, e confere o direito de preferência nas transmissões, a título oneroso, dos terrenos ou edifícios situados em tal área à Câmara Municipal de Santiago do Cacém

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro

Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação

Planos Especiais de Ordenamento**Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/99 de 06 de Outubro**

Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Maranhão

Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/99, de 04 de Novembro

Sujeita a medidas preventivas a área a abranger pelo Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode

ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS**Decreto-Lei n.º 63/99, de 02 de Março**

Altera o Decreto-Lei n.º 126/93, de 20 de Abril, que regula a utilização e comercialização de organismos geneticamente modificados

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE AMBIENTE**Portaria n.º 478/99, de 29 de Junho**

Aprova o Regulamento do Registo Nacional das Organizações não Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas

PESCA**Portaria n.º 17-A/99, de 12 de Janeiro**

Altera a Portaria n.º 561/90, de 19 de Julho (aprova o Regulamento da Pesca no Rio Lima)

Portaria n.º 150/99, de 04 de Março

Altera a Portaria n.º 94/97, de 8 de Fevereiro [interdita a pesca com redes de emalhar fundiadas (redes de emalhar de um pano e tresmalho), na denominada zona da Beirinha]

Portaria n.º 158/99, de 09 de Março

Proíbe a pesca com utilização de redes nas albufeiras de Santa Águeda e do Pisco

Decreto-Lei n.º 371/99, de 18 de Setembro

Estabelece um regime especial de pesca nas águas interiores para os concursos de pesca desportiva

PROTECÇÃO E SEGURANÇAS DOS TRABALHADORES**Decreto-Lei n.º 133/99, de 21 de Abril**

Altera o Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de Novembro, relativo aos princípios da prevenção de riscos profissionais, para assegurar a transposição de algumas regras da directiva quadro relativa à segurança e saúde dos trabalhadores nos locais de trabalho

RESÍDUOS**Resolução da Assembleia da República n.º 6/99, de 6 de Fevereiro**

Sobre o problema dos resíduos industriais, tóxicos ou não

Lei n.º 20/99, de 15 de Abril

Tratamento dos resíduos industriais

Decreto-Lei n.º 120/99, de 16 de Abril

Cria um sistema especial de controlo e fiscalização ambiental da co-incineração

Decreto Legislativo Regional n.º 15/99/A, de 29 de Abril

Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro (princípios e normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens na Região Autónoma dos Açores)

Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/M, de 05 de Maio

Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 239/97, de 9 de Setembro, que estabelece as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos

Decreto-Lei n.º 277/99, de 23 de Julho

Transpõe para o direito interno as disposições constantes da Directiva n.º 96/59/CE, do Conselho, de 16 de Setembro, e estabelece as regras a que ficam sujeitas a eliminação dos PCB usados, tendo em vista a destruição total destes

Decreto-Lei n.º 321/99, de 11 de Agosto

Estabelece as regras a que fica sujeito o licenciamento da construção, exploração, encerramento e monitorização de aterros para resíduos industriais banais (RIB)

Declaração de Rectificação n.º 13-D/99, de 31 de Agosto

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 277/99, do Ministério do Ambiente, que transpõe para o direito interno as disposições constantes da Directiva n.º 96/59/CE, do Conselho, de 16 de Setembro, e estabelece as regras a que ficam sujeitas a eliminação dos PCB usados, tendo em vista a destruição total destes, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 70, de 23 de Julho de 1999

Lei n.º 149/99, de Setembro

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 120/99, de 16 de Abril, que cria um sistema especial de controlo e fiscalização ambiental da co-incineração

Decreto-Lei n.º 471/99, de Novembro

Altera os artigos 1.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 117/96, de 6 de Agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha selectiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado

Decreto-Lei n.º 516/99, de 02 Dezembro

Aprova o Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos Industriais (PESGRI 99)

Decreto-Lei n.º 544/99, de 13 de Dezembro

Estabelece as regras relativas à construção, exploração e encerramento de aterros de resíduos resultantes da actividade extractiva

SOLO**Decreto-Lei n.º 34/99, de 05 de Fevereiro**

Altera os artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro, que regula a ocupação dos solos objecto de incêndios florestais

Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/99, de 09 de Julho

Aprova o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) e estabelece procedimentos relativamente à sua concretização

Decreto n.º 31-A/99, de 20 de Agosto

Prorroga medidas e define novas medidas preventivas de ocupação do solo na área potencial de localização do novo aeroporto

SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS**Declaração de Rectificação n.º 3-E/99, de 30 de Janeiro**

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 330-A/98, do Ministério do Ambiente, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 94/69/CE, da Comissão, de 19 de Dezembro, a Directiva n.º 96/54/CE, da Comissão, de 30 de Julho, e a Directiva n.º 96/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Setembro, que alteraram e adaptaram ao progresso técnico a Directiva n.º 67/548/CEE, do Conselho, de 27 de Julho, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes à classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 253 (suplemento), de 2 de Novembro de 1998

Decreto-Lei n.º 52/99, de 20 de Fevereiro

Transpõe para o direito interno a Directiva n.º 84/156/CEE, do Conselho, de 8 de Março, relativa aos valores limite e aos objectivos de qualidade para a descarga de mercúrio de sectores que não o da electrólise dos cloretos alcalinos

Decreto-Lei n.º 53/99, de 20 de Fevereiro

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 83/513/CEE, do Conselho, de 26 de Setembro, relativa aos valores limite e aos objectivos de qualidade para as descargas de cádmio

Decreto-Lei n.º 54/99, de 20 de Fevereiro

Transpõe para o direito interno a Directiva n.º 84/491/CEE, do Conselho, de 9 de Outubro, relativa aos valores limite e aos objectivos de qualidade para as descargas de hexaclorociclo-hexano

Decreto-Lei n.º 56/99, de 26 de Fevereiro

Transpõe para o direito interno a Directiva n.º 86/280/CE, do Conselho, de 12 de Junho, relativa aos valores limite e aos objectivos de qualidade para a descarga de certas substâncias perigosas, e a Directiva n.º 88/347/CEE, de 16 de Junho, que altera o anexo II da Directiva n.º 86/280/CEE

Declaração de Rectificação n.º 10-T/99, de 30 de Abril

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 54/99, do Ministério do Ambiente, que transpõe para o direito interno a Directiva n.º 84/491/CEE, do Conselho, de 9 de Outubro, relativa aos valores limite e aos objectivos de qualidade para as descargas de hexaclorociclo-hexano, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 43, de 20 de Fevereiro de 1999

Declaração de Rectificação n.º 10-S/99, de 30 de Abril

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 56/99, do Ministério do Ambiente, que transpõe para o direito interno a Directiva n.º 86/280/CEE, do Conselho, de 12 de Junho, relativa aos valores limite e aos objectivos de qualidade para a descarga de certas substâncias perigosas, e a Directiva n.º 88/347/CEE, de 16 de Junho, que altera o anexo II da Directiva n.º 86/280/CEE, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 48, de 26 de Fevereiro de 1999

Declaração de Rectificação n.º 10-R/99, de 30 de Abril

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 53/99, do Ministério do Ambiente, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 83/513/CEE, do Conselho, de 26 de Setembro, relativa aos valores limite e aos objectivos de qualidade para as descargas de cádmio, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 43, de 20 de Fevereiro de 1999

Decreto-Lei n.º 189/99, de 02 de Junho

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 96/65/CE, da Comissão, de 11 de Outubro, relativa à classificação, embalagem e rotulagem de preparações perigosas

Decreto-Lei n.º 209/99, de 11 de Junho

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 97/69/CE, da Comissão, de 5 de Dezembro, e a Directiva n.º 67/548/CEE, do Conselho, de 27 de Julho, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes à classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas

Decreto-Lei n.º 390/99, de 30 de Setembro

Altera o Decreto-Lei n.º 56/99, de 26 de Fevereiro (transpõe para o direito interno a Directiva n.º 86/280/CEE, do Conselho, de 12 de Junho, relativa aos valores limite e aos objectivos de qualidade para a descarga de certas substâncias perigosas, e a Directiva n.º 88/347/CEE, do Conselho, de 16 de Junho, que altera o anexo II da Directiva n.º 86/280/CEE)

Decreto-Lei n.º 431/99, de 22 de Outubro

Transpõe para o direito interno a Directiva n.º 82/176/CEE, do Conselho, de 22 de Março, relativa aos valores limite e aos objectivos de qualidade para as descargas de mercúrio de sectores da electrolise dos cloretos alcalinos. Revoga a Portaria n.º 1033/93, de 15 de Outubro

Decreto-Lei n.º 506/99, de 20 de Novembro

Fixa os objectivos de qualidade para determinadas substâncias perigosas incluídas nas famílias ou grupos de substâncias da lista II do anexo XIX ao Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto

Pilhas e acumuladores**Portaria n.º 487-C/99, de 07 de Julho**

Altera a Portaria n.º 1081/95, de 1 de Setembro (aprova o 1.º Programa de Acção Relativo a Pilhas de Mercúrio e Acumuladores de Cádmió)

EXPLORAÇÕES SUINÍCOLAS**Decreto-Lei n.º 339/99, de 25 de Agosto**

Estabelece as normas relativas ao registo, autorização para exercício da actividade, classificação e titulação, implantação e funcionamento das explorações suinícolas e dos centros de agrupamento de suínos

Fontes: Diário da República; Schmidt, 1999; Ipamb, 2000; Carvalho, 2000

ANEXO III - CAPITULO 5

QUADRO AIII.1 - Indicadores morfológicos - *Expresso*, 1973-1979

	Notícias de 1ª pág.	Chamadas na 1ª pág.	Títulos destacados	Notícias c/fotografia	Total de notícias - Expresso
1970					
1971					
1972					
1973	11	2	30	14	68
1974	8	0	23	12	54
1975	0	1	12	5	20
1976	2	0	14	6	25
1977	2	1	26	20	49
1978	1	4	40	36	74
1979	8	7	45	32	95
1980	8	3	34	13	70
1981	7	3	55	39	102
1982	3	6	39	26	60
1983	5	8	50	51	92
1984	4	2	30	25	70
1985	6	2	40	35	66
1986	5	9	69	52	96
1987	4	7	85	72	114
1988	1	3	100	81	128
1989	3	14	142	129	194
1990	6	8	177	145	223
1991	9	0	179	141	186
1992	6	12	195	136	209
1993	8	7	165	124	190
1994	7	2	168	120	192
1995	12	5	174	111	232
1996	3	2	190	122	211
1997	2	1	164	116	206
1998	3	8	181	143	266
1999	13	11	263	219	360

QUADRO AIII.2 - Indicadores morfológicos - DN, (amostra) 1970-1979

	Notícias de 1ª pág.	Chamadas na 1ª pág.	Títulos destacados	Notícias c/fotografia	Total de notícias - DN
1970	2	0	5	2	5
1971	8	0	15	3	18
1972	8	0	15	1	17
1973	8	1	17	0	31
1974	6	0	10	1	22
1975	0	0	2	0	5
1976	2	0	6	0	15
1977	0	2	9	0	14
1978	0	0	13	7	27
1979	3	0	16	4	34
1980	2	0	5	3	14
1981	4	3	17	8	42
1982	1	0	11	4	25
1983	1	6	19	14	39
1984	0	1	16	5	22
1985	0	0	16	4	30
1986	1	3	37	13	47
1987	0	5	37	12	59
1988	3	2	36	16	68
1989	1	4	47	39	83
1990	4	11	70	40	110
1991	0	3	61	43	88
1992	0	3	66	53	98
1993	0	6	69	62	117
1994	0	3	61	47	107
1995	0	2	62	45	119
1996	0	4	56	40	110
1997	1	4	58	35	82
1998	0	2	61	31	92
1999	0	6	69	37	110

QUADRO AIII.3 - Volume ponderado (morfologia) - *Expresso*, 1973-1999

Ano	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Nº de Notícias	-	-	-	68	54	20	25	49	81	95
Dimensão/ Ponderação										
1/8 = 0,125	-	-	-	33 4,125	30 3,75	8 1,0	10 1,25	20 2,5	23 2,875	42 5,25
1/8 a 1/4 = 0,250	-	-	-	17 4,25	11 2,75	5 1,25	10 2,5	6 1,5	35 8,75	24 6,0
1/4 a 1/2 = 0,50	-	-	-	6 3,0	7 3,5	4 2,0	3 1,5	3 1,5	14 7,0	13 6,5
1/2 a 1p.= 1	-	-	-	10 10,0	4 4,0	3 3,0	2 2,0	19 19,0	8 8,0	13 1,0
2p.= 2	-	-	-	2 4,0	2 4,0	0 0,0	0 0,0	1 2,0	1 2,0	3 6,0
3p. = 3	-	-	-	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
4p. = 4				0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
5p.= 5	-	-	-	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
6p.= 6	-	-	-	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
7p. = 7	-	-	-	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
8p. = 8	-	-	-	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
9p.= 9				0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
10p.= 10	-	-	-	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
+10p=	-	-	-	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
Sub-total	-	-	-	25,375	18,0	7,25	7,25	26,5	28,625	29,25
Indicador/ Peso a somar										
1ªPágina. = 1	-	-	-	11 11,0	8 8,0	0 0,0	2 2,0	2 2,0	1 1,0	8 8,0
Ch. 1ªpág= 0,5	-	-	-	2 1,0	0 0,0	1 0,5	0 0,0	1 0,5	4 2,0	7 3,5
Título Dest.= 0,125	-	-	-	35 4,375	28 3,5	12 1,5	17 2,125	30 3,75	61 7,625	51 6,375
Fotografia = 0,125	-	-	-	14 1,75	12 1,5	5 0,625	6 0,75	20 2,5	36 4,5	32 4,0
Vol. Pond. Total	-	-	-	43,5	31,0	9,875	12,125	35,25	43,75	51,125

QUADRO AIII.3 - Volume ponderado (morfologia) - *Expresso*, 1973-1999 (cont.)

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Nº de Notícias	70	102	60	92	70	66	96	114	128	194
Dimensão/ Ponderação										
1/8 =	37	35	19	32	22	24	37	32	26	82
0,125	4,625	4,375	2,375	4,0	2,75	3,0	4,625	4,0	3,25	10,25
1/8 a 1/4 =	14	25	13	24	16	25	28	33	47	54
0,250	3,5	6,25	3,25	6,0	4,0	6,25	7,0	8,25	11,75	13,5
1/4 a 1/2 =	10	15	9	16	15	8	12	23	34	17
0,50	5,0	7,5	4,5	8,0	7,5	4,0	6,0	11,5	17,0	8,5
1/2 a 1p.=	8	23	18	15	14	3	6	10	11	7
1	8,0	23,0	18,0	15,0	14,0	3,0	6,0	10,0	11,0	7,0
2p.=	0	4	1	4	2	6	1	10	1	4
2	0,0	8,0	2,0	8,0	4,0	12,0	2,0	20,0	2,0	8,0
3p. =	0	0	0	1	1	0	8	3	5	10
3	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	0,0	24,0	9,0	15,0	30,0
4p. =	1	0	0	0	1	0	2	2	2	6
4	4,0	0,0	0,0	0,0	4,0	0,0	8,0	8,0	8,0	24,0
5p.=	0	0	0	0	0	0	2	1	1	6
5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	5,0	5,0	30,0
6p.=	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,0
7p. =	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,0	14,0
8p. =	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9p.=	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10p.=	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
+10p=	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sub-total	25,125	49,125	30,125	44,0	39,25	28,25	67,625	75,75	80,0	157,25
Indicador/ Peso a somar										
1ªPágina. =	8	7	3	5	4	6	5	4	1	3
1	8,0	7,0	3,0	5,0	4,0	6,0	5,0	4,0	1,0	3,0
Ch. 1ªpág=	3	3	6	8	2	2	9	7	3	14
0,5	1,5	1,5	3,0	4,0	1,0	2,0	4,5	3,5	1,5	7,5
Título Dest.=	34	55	39	50	30	40	69	85	100	142
0,125	4,25	6,875	4,875	6,25	3,75	5,0	8,625	10,625	12,5	17,75
Fotografia =	13	39	26	51	25	35	52	72	81	129
0,125	1,625	4,875	3,25	6,375	3,125	4,375	6,5	9,0	10,125	16,125
Vol. Pond. Total	40,5	69,375	41,25	65,625	51,125	45,625	92,25	102,88	108,13	201,13

QUADRO AIII.3 - Volume ponderado (morfologia) - *Expresso*, 1973-1999 (cont.)

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Nº de Notícias	223	186	209	190	192	232	211	206	266	360
Dimensão/ Ponderação										
1/8 = 0,125	66 8,25	55 6,875	70 8,75	58 7,25	46 5,75	78 9,75	81 10,125	52 6,5	91 11,375	115 14,375
1/8 a 1/4 = 0,250	107 26,75	65 16,25	60 15,0	63 15,75	53 13,25	79 19,75	36 9,0	77 19,25	94 23,5	108 27,0
1/4 a 1/2 = 0,50	25 12,5	34 17,0	30 15,0	38 19,0	40 20,0	41 20,5	49 24,5	40 20,0	52 26,0	69 34,5
1/2 a 1p.= 1	3 3,0	19 19,0	15 15,0	9 9,0	24 24,0	8 8,0	24 24,0	18 18,0	17 17,0	57 57,0
2p.= 2	1 2,0	1 2,0	5 10,0	6 12,0	16 32,0	4 8,0	5 10,0	3 6,0	3 6,0	0 0,0
3p. = 3	10 30,0	5 15,0	16 48,0	7 21,0	2 6,0	6 18,0	6 18,0	2 6,0	1 3,0	0 0,0
4p. = 4	5 20,0	3 12,0	5 20,0	4 16,0	7 21,0	3 12,0	5 20,0	3 12,0	3 12,0	1 4,0
5p.= 5	3 15,0	1 5,0	1 5,0	2 10,0	1 5,0	4 20,0	2 10,0	3 15,0	0 0,0	3 15,0
6p.= 6	1 6,0	1 6,0	2 12,0	6 12,0	2 12,0	5 30,0	0 0,0	4 24,0	1 6,0	0 0,0
7p. = 7	0 0,0	1 7,0	4 28,0	0 0,0	0 0,0	2 14,0	1 7,0	1 7,0	0 0,0	4 28,0
8p. = 8	1 8,0		1 8,0	1 8,0	2 16,0	2 16,0	2 16,0	3 24,0	2 16,0	0 0,0
9p.= 9	0 0,0	1 9,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
10p.= 10	1 10,0	0 0,0	0 0,0	1 10,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	2 20,0	2 20,0
+10p=	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	1(12p) 12,0
Sub-total	141,50	115,13	184,75	132,0	147,0	176,0	148,63	157,75	140,88	221,88
Indicador/ Peso a somar										
1ªPágina. = 1	6 6,0	9 9,0	6 6,0	8 8,0	7 7,0	12 12,0	3 3,0	2 2,0	3 3,0	13 13,066
Ch. 1ªpág= 0,5	8 4,0	0 0,0	12 6,0	7 3,5	2 1,0	5 2,5	2 1,0	1 0,5	8 4,0	11 6,5
Título Dest.= 0,125	177 22,125	179 22,375	195 24,375	165 20,625	168 21,0	174 21,75	190 23,75	164 20,5	181 22,625	263 32,875
Fotografia = 0,125	145 18,125	141 17,625	136 17,0	124 15,5	120 15,0	111 13,875	122 15,25	116 14,5	143 17,875	219 27,375
Vol. Pond. Total	191,75	164,13	238,13	179,63	191,0	226,13	191,63	195,25	188,38	302,0

QUADRO AIII.4 - Volume ponderado (morfologia) - DN (amostra), 1970-1999

Ano	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Nº de Notícias	5	18	17	31	22	5	15	14	27	34
Dimensão/ Ponderação										
1/8 = 0,125	1 0,125	9 1,125	10 1,25	17 2,125	16 2,0	5 0,625	11 1,375	8 1,0	14 1,75	21 2,625
1/8 a 1/4 = 0,250	4 1,0	5 1,25	2 0,5	8 2,0	6 1,5	0 0,0	3 0,75	5 1,25	10 2,5	8 2,0
1/4 a 1/2 = 0,50	0 0,0	2 1,0	4 2,0	5 2,5	0 0,0	0 0,0	1 0,5	0 0,0	3 1,5	5 2,5
1/2 a 1p.= 1	0 0,0	1 1,0	0 0,0	1 1,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
2p.= 2	0 0,0	1 2,0	1 2,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
3p. = 3	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
4p. = 4	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
5p.= 5	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
6p.= 6	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
7p. = 7	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
8p. = 8	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
9p.= 9	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
10p.= 10	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
+10p=	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
Sub-total	1,125	6,375	5,75	7,625	3,5	0,625	2,625	2,25	5,75	7,125
Indicador/ Peso a somar										
1ªPágina. = 1	2 2,0	8 8,0	8 8,0	8 8,0	6 6,0	0 0,0	2 2,0	0 0,0	0 0,0	3 3,0
Ch. 1ªpág= 0,5	0 0,0	0 0,0	0 0,0	1 0,5	0 0,0	0 0,0	0 0,0	2 1,0	0 0,0	0 0,0
Título Dest.= 0,125	5 0,625	15 1,875	15 1,875	17 2,125	10 1,25	2 0,25	6 0,75	8 1,0	13 1,625	16 2,0
Fotografia = 0,125	2 0,25	3 0,375	1 0,125	0 0,0	1 0,125	0 0,0	0 0,0	0 0,0	7 0,875	4 0,5
Vol. Pond. Total	4,0	16,625	15,75	18,25	10,875	0,875	5,375	4,25	8,25	12,625

QUADRO AIII.4 - Volume ponderado (morfologia) - DN (amostra), 1970-1999 (cont.)

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Nº de Notícias	14	42	25	39	22	30	47	59	68	83
Dimensão/ Ponderação										
1/8 =	11	31	20	29	14	24	19	38	39	39
0,125	1,375	3,875	2,5	3,625	1,75	3,0	2,375	4,75	4,875	4,875
1/8 a 1/4 =	1	7	5	4	7	3	17	12	24	23
0,250	0,25	1,75	1,25	1,0	1,75	0,75	4,25	3,0	6,0	5,75
1/4 a 1/2 =	0	3	0	4	1	1	9	7	3	19
0,50	0,0	1,5	0,0	2,0	0,5	0,5	4,5	3,5	1,5	9,5
1/2 a 1p.=	2	1	0	2	0	1	2	1	2	2
1	2,0	1,0	0,0	2,0	0,0	1,0	2,0	1,0	2,0	2,0
2p.=	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0
2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	2,0	0,0	0,0
3p. =	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4p. =	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5p.=	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6p.=	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7p. =	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8p. =	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9p.=	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10p.=	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
+10p=	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sub-total	3,625	8,125	3,75	8,625	4,0	7,25	13,125	14,25	14,375	22,125
Indicador/ Peso a somar										
1ªPágina. =	2	4	1	1	0	0	1	0	3	1
1	2,0	4,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	3,0	1,0
Ch. 1ªpág=	0	3	0	6	1	0	3	5	2	4
0,5	0,0	1,5	0,0	3,0	0,5	0,0	1,5	2,5	1,0	2,0
Título Dest.=	5	17	11	19	16	16	37	37	36	47
0,125	0,625	2,125	1,375	2,375	2,0	2,0	4,625	4,625	4,5	5,875
Fotografia =	3	8	4	14	5	4	13	12	16	39
0,125	0,375	1,0	0,5	1,75	0,625	0,5	1,625	1,5	2,0	4,875
Vol. Pond. Total	6,625	16,75	6,625	16,75	7,125	9,75	21,875	22,875	24,875	35,875

QUADRO AIII.4 - Volume ponderado (morfologia) - DN (amostra), 1970-1999 (cont.)

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Nº de Notícias	110	88	98	117	107	119	110	82	92	110
Dimensão/ Ponderação										
1/8 =	58	36	37	45	51	63	61	27	34	41
0,125	7,25	4,5	4,625	5,625	6,375	7,875	7,625	3,375	4,25	5,125
1/8 a 1/4 =	30	18	26	23	16	17	13	24	26	39
0,250	7,5	4,5	6,5	5,75	4,0	4,25	3,5	6,0	6,5	9,75
1/4 a 1/2 =	18	17	25	33	22	20	21	23	28	22
0,50	9,0	8,5	12,5	16,5	11,0	10,0	10,5	11,5	14,0	11,0
1/2 a 1p.=	0	13	9	14	15	17	13	5	3	5
1	0,0	13,0	9,0	14,0	15,0	17,0	13,0	5,0	3,0	5,0
2p.=	0	2	1	1	3	2	3	2	1	1
2	0,0	4,0	2,0	2,0	6,0	4,0	6,0	4,0	2,0	2,0
3p. =	1	1	0	1	0	0	0	0	0	1
3	3,0	3,0	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0
4p. =	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1
4	4,0	4,0	0,0	0,0	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0
5p.=	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0
5	0,0	0,0	0,0	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	0,0
6p.=	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,0	0,0	0,0
7p. =	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8p. =	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9p.=	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10p.=	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
+10p=	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sub-total	32,75	41,5	34,625	51,875	46,375	43,125	40,375	35,875	39,75	39,875
Indicador/ Peso a somar										
1ªPágina. =	4	0	0	0	0	0	0	1	0	0
1	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Ch. 1ªpág=	11	3	3	6	3	2	4	4	2	6
0,5	5,5	1,5	1,5	3,0	1,5	1,0	2,0	2,0	1,0	3,0
Título Dest.=	70	61	66	69	61	62	56	58	61	69
0,125	8,75	7,625	8,25	8,625	7,625	7,75	7,0	7,25	7,625	8,625
Fotografia =	40	43	53	62	47	45	40	35	31	37
0,125	5,0	5,375	6,625	7,75	5,875	5,625	5,0	4,375	3,875	4,625
Vol. Pond. Total	56,0	56,0	51,0	71,25	61,375	57,5	54,375	50,5	52,25	56,125

ANEXO AIII.5 - Distribuição das notícias por secção - *Expresso*, 1973-1999

	Primeira página	Nacional	Economia	Opinião	Internacio nal	Revista	Total Outras	OUTRAS							Total de notícias <i>Expresso</i>
								Opinião / Cartas	Suplementos	1º Caderno / Sem secção	Política	Artes, Letras e Ciências	Reportagem	Última Página	
1970															
1971															
1972															
1973	11	18	5	7	8	10	9	3	2	3	-	0	1	0	68
1974	8	8	16	4	10	4	4	3	0	1	-	0	0	0	54
1975	0	1	11	3	0	0	5	1	0	0	-	4	0	0	20
1976	2	3	14	1	0	0	5	0	0	5	-	0	0	0	25
1977	2	9	10	2	6	17	3	0	0	3	-	0	0	0	49
1978	1	16	25	6	4	22	0	0	0	0	-	0	0	0	74
1979	8	14	26	1	5	31	10	9	0	1	-	0	0	0	95
1980	8	11	33	1	2	8	7	2	4	1	-	0	0	0	70
1981	7	37	26	2	2	16	8	4	1	3	-	0	0	0	102
1982	3	14	9	6	5	17	6	2	0	4	-	0	0	0	60
1983	5	27	15	7	3	24	11	4	2	5	-	0	0	0	92
1984	2	30	5	4	2	19	8	2	1	1	-	0	0	4	70
1985	6	26	13	2	1	12	6	4	0	0	-	0	0	2	66
1986	5	26	19	6	14	18	8	3	2	0	-	0	0	3	96
1987	4	53	14	6	8	18	11	3	0	0	-	0	0	8	114
1988	1	73	17	6	14	11	6	0	0	0	-	0	0	6	128
1989	3	113	22	8	11	30	7	4	0	0	-	0	0	3	194
1990	6	137	22	9	14	24	11	0	0	0	7	0	0	4	223
1991	9	105	29	17	2	13	11	2	0	1	4	0	0	4	186
1992	6	89	29	13	19	48	5	1	0	0	1	0	0	3	209
1993	8	73	29	21	8	33	18	3	1	2	6	0	0	6	190
1994	7	72	44	11	4	31	23	1	11	2	0	0	0	9	192
1995	12	119	28	26	5	25	17	2	9	0	0	0	0	6	232
1996	3	105	24	10	9	19	41	3	30	0	0	0	0	8	211
1997	2	111	31	9	6	20	27	4	20	0	0	0	0	3	206
1998	3	99	94	9	11	16	34	7	5	2	13	0	0	7	266
1999	13	133	131	13	7	11	52	15	18	2	11	0	0	6	360

QUADRO AIII.6 - Distribuição das notícias por secção - DN (amostra), 1970-1999

	1ª Página	Regional/ País	Informação Geral	Economia	Nacional	Sociedade	Total Outras	OUTRAS										Total de notícias - DN
								1º Caderno/ Sem secção	Interna cional	Opinião	Opinião / Cartas	Revista	Suplementos	Política	Artes, Letras e Ciências	Reporta gem	Última Página	
1970	2	0	-	0	-	-	3	3	0	0	0	-	0	-	0	0	0	5
1971	8	2	-	0	-	-	8	6	2	0	0	-	0	-	0	0	0	18
1972	8	1	-	0	-	-	8	6	0	0	0	-	0	-	0	0	2	17
1973	8	3	-	0	-	-	20	11	4	0	0	-	0	-	0	0	5	31
1974	6	3	-	0	-	-	13	12	1	0	0	-	0	-	0	0	0	22
1975	0	0	-	0	-	-	5	3	0	0	0	-	0	-	0	0	2	5
1976	2	0	1	7	-	-	5	0	0	0	0	-	0	3	0	1	1	15
1977	0	0	5	2	2	-	5	1	1	1	0	-	0	1	0	1	0	14
1978	0	1	12	1	4	-	9	7	1	0	1	-	0	-	0	0	0	27
1979	3	0	18	6	4	-	3	2	1	0	0	-	0	-	0	0	0	34
1980	2	1	6	0	1	-	4	2	1	0	1	-	0	-	0	0	0	14
1981	4	3	28	0	1	-	6	1	0	2	0	-	0	-	2	1	0	42
1982	1	2	19	0	1	-	2	0	1	0	1	-	0	-	0	0	0	25
1983	1	2	25	1	2	-	8	2	1	3	1	0	0	-	0	1	0	39
1984	0	7	9	1	1	-	4	0	0	2	1	0	0	-	0	0	1	22
1985	0	10	15	0	0	-	5	1	1	0	0	0	0	-	1	2	0	30
1986	1	3	30	0	2	-	11	0	4	2	0	0	0	-	0	1	4	47
1987	0	1	50	0	2	-	6	0	1	3	0	0	0	-	0	1	1	59
1988	3	12	45	0	2	-	6	0	3	0	1	0	0	-	0	0	2	68
1989	1	13	45	1	9	-	14	2	5	2	1	0	0	-	1	0	3	83
1990	4	44	17	4	3	26	12	0	3	2	0	1	0	3	0	1	2	110
1991	0	34	-	5	0	36	13	0	1	2	0	2	2	6	0	0	0	88
1992	0	40	-	5	0	36	17	1	8	0	0	0	1	1	3	1	2	98
1993	0	67	-	1	0	27	22	6	0	3	0	1	1	6	0	0	5	117
1994	0	54	-	4	0	23	26	16	0	1	0	1	0	3	0	0	5	107
1995	0	57	-	7	0	24	31	16	0	1	0	0	5	0	0	0	9	119
1996	0	66	-	5	2	24	13	1	0	0	5	1	2	0	0	0	4	110
1997	1	35	-	7	3	28	8	0	0	2	2	4	0	0	0	0	0	82
1998	0	56	-	6	8	19	3	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	92
1999	0	70	-	8	5	8	19	2	0	3	4	1	0	0	8	0	1	110

QUADRO AIII.7 - Evolução das notícias por secção (rácios) - *Expresso*, 1973-1979

	Primeira página	Nacional	Economia	Opinião	Internacional	Revista	Outras
1970							
1971							
1972							
1973	16%	26%	7%	10%	12%	15%	13%
1974	15%	15%	30%	7%	19%	7%	7%
1975	0%	5%	55%	15%	0%	0%	25%
1976	8%	12%	56%	4%	0%	0%	20%
1977	4%	18%	20%	4%	12%	35%	6%
1978	1%	22%	34%	8%	5%	30%	0%
1979	8%	15%	27%	1%	5%	33%	11%
1980	11%	16%	47%	1%	3%	11%	10%
1981	7%	36%	25%	6%	2%	16%	8%
1982	5%	23%	15%	3%	8%	28%	17%
1983	5%	29%	16%	8%	3%	26%	12%
1984	3%	43%	7%	6%	3%	27%	11%
1985	9%	39%	20%	3%	2%	18%	9%
1986	5%	27%	20%	6%	15%	19%	8%
1987	4%	46%	12%	5%	7%	16%	10%
1988	1%	57%	13%	5%	11%	9%	5%
1989	2%	58%	11%	4%	6%	15%	4%
1990	3%	61%	10%	4%	6%	11%	5%
1991	5%	56%	16%	9%	1%	7%	6%
1992	3%	43%	14%	6%	9%	23%	2%
1993	4%	38%	15%	11%	4%	17%	9%
1994	4%	38%	23%	6%	2%	16%	12%
1995	5%	51%	12%	11%	2%	11%	7%
1996	1%	50%	11%	5%	4%	9%	19%
1997	1%	54%	15%	4%	3%	10%	13%
1998	1%	37%	35%	3%	4%	6%	13%
1999	4%	37%	36%	4%	2%	3%	14%

QUADRO AIII.8 - Evolução das notícias por secção (rácios) - DN (amostra), 1970-1990

	1ª Página	Nacional	Economia	Informação Geral	Regional/ País	Sociedade	Outras
1970	40,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		60,0%
1971	44,4%	0,0%	0,0%	0,0%	11,1%		44,4%
1972	47,1%	0,0%	0,0%	0,0%	5,9%		47,1%
1973	25,8%	0,0%	0,0%	0,0%	9,7%		64,5%
1974	27,3%	0,0%	0,0%	0,0%	13,6%		59,1%
1975	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		100,0%
1976	13,3%	0,0%	46,7%	6,7%	0,0%		33,3%
1977	0,0%	14,3%	14,3%	35,7%	0,0%		35,7%
1978	0,0%	14,8%	3,7%	44,4%	3,7%		33,3%
1979	8,8%	11,8%	17,6%	52,9%	0,0%		8,8%
1980	14,3%	7,1%	0,0%	42,9%	7,1%		28,6%
1981	9,5%	2,4%	0,0%	66,7%	7,1%		14,3%
1982	4,0%	4,0%	0,0%	76,0%	8,0%		8,0%
1983	2,6%	5,1%	2,6%	64,1%	5,1%		20,5%
1984	0,0%	4,5%	4,5%	40,9%	31,8%		18,2%
1985	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	33,3%		16,7%
1986	2,1%	4,3%	0,0%	63,8%	6,4%		23,4%
1987	0,0%	3,4%	0,0%	84,7%	1,7%		10,2%
1988	4,4%	2,9%	0,0%	66,2%	17,6%		8,8%
1989	1,2%	10,8%	1,2%	54,2%	15,7%		16,9%
1990	3,6%	2,7%	3,6%	15,5%	40,0%	23,6%	10,9%
1991	0,0%	0,0%	5,7%	0,0%	38,6%	40,9%	14,8%
1992	0,0%	0,0%	5,1%	0,0%	40,8%	36,7%	17,3%
1993	0,0%	0,0%	0,9%	0,0%	57,3%	23,1%	18,8%
1994	0,0%	0,0%	3,7%	0,0%	50,5%	21,5%	24,3%
1995	0,0%	0,0%	5,9%	0,0%	47,9%	20,2%	26,1%
1996	0,0%	1,8%	4,5%	0,0%	60,0%	21,8%	11,8%
1997	1,2%	3,7%	8,5%	0,0%	42,7%	34,1%	9,8%
1998	0,0%	8,7%	6,5%	0,0%	60,9%	20,7%	3,3%
1999	0,0%	4,5%	7,3%	0,0%	63,6%	7,3%	17,3%

QUADRO AIII.9 - Totais de notícias e de ocorrências - *Expresso*, 1973-1999

	Poluição	Ord. Território	Natureza	Recursos	Resíduos	Cat. Naturais	P.Globais	Total Notícias <i>Expresso</i>
1970								
1971								
1972								
1973	20	9	14	35	3	2	1	68
1974	11	7	12	33	1		3	54
1975	1	5	7	13	1			20
1976	4	2	4	22	3	1		25
1977	9	8	13	31	7	5	6	49
1978	17	18	27	49	5	5	7	74
1979	18	12	28	67	10	8	8	95
1980	9	11	21	47	1	1	1	70
1981	33	26	49	67	10	17	4	102
1982	9	13	29	29	3	4		60
1983	22	28	49	46	12	8	2	92
1984	27	27	44	34	5	4	2	70
1985	16	9	30	30	9	3	2	66
1986	17	20	47	49	11	3	2	96
1987	25	26	56	45	25	3	4	114
1988	37	36	60	35	12	5	6	128
1989	73	44	99	79	15	10	9	194
1990	89	59	154	83	20	8	21	223
1991	58	62	86	46	22		2	186
1992	59	53	149	86	27	23	42	209
1993	58	45	97	98	37	20	7	190
1994	53	48	132	76	43	2	7	192
1995	52	48	127	121	39	27	16	232
1996	30	64	121	87	32	15	11	211
1997	54	56	116	67	33	35	19	206
1998	66	50	123	93	46	20	11	266
1999	86	101	193	104	85	18	13	360

QUADRO AIII.10 - Totais de notícias e de ocorrências - DN (amostra), 1970-1999

	Poluição	O. Território	Natureza	Recursos	Resíduos	Cat. Naturais	P.Globais	Total Notícias DN
1970	1		3	1	1	1	1	5
1971	6	3	3	4	2	5	1	18
1972	3	3	7	2	1	4		17
1973	5	2	9	17		4		31
1974	1	1	6	12	1	1		22
1975	1		2	3				5
1976	4	2	6	9		4	2	15
1977	1	2	4	9	3		1	14
1978	2	2	16	6	2	8		27
1979	5	1	17	12	1	4	1	34
1980	2	4	5	3	3	1		22
1981	6	2	18	21	1	6	2	42
1982	4	1	13	8		6		25
1983	11	2	14	21	2	3		39
1984	5	8	11	11	0	3	0	22
1985	4	3	16	11	1	3		29
1986	8	5	25	24	1	5		47
1987	13	10	32	21	8	7		59
1988	10	12	32	21	5	8	1	68
1989	18	5	46	23	3	7	4	83
1990	30	23	71	35	6	6		110
1991	20	13	50	31	7	2	2	88
1992	20	22	55	40	7	14	5	98
1993	24	24	75	38	15	7	9	117
1994	25	19	61	35	15	2	4	107
1995	15	27	60	45	14	11	5	119
1996	10	25	72	23	16	9	2	110
1997	15	11	43	23	14	8	6	82
1998	15	11	57	29	14	2	3	92
1999	17	20	68	28	14	6	4	110

QUADRO AIII.11 - Número de notícias por tema - *Expresso*, 1973-1999

	Poluição	O. Território	Natureza e Ambiente	Recursos	Resíduos	Cat. Naturais	P.Globais	Total Notícias Expresso
1970								
1971								
1972								
1973	20	9	14	35	3	2	1	68
1974	11	7	12	33	1	0	3	54
1975	1	5	7	13	1	0	0	20
1976	4	2	4	22	3	1	0	25
1977	9	8	13	31	7	5	6	49
1978	17	18	27	49	5	5	7	74
1979	18	12	28	68	10	8	8	95
1980	9	11	21	47	1	1	1	70
1981	33	26	49	67	10	17	4	102
1982	9	13	29	29	3	4	0	60
1983	22	28	49	45	12	8	2	92
1984	27	27	44	34	5	4	2	70
1985	16	9	30	31	9	3	2	66
1986	17	20	47	49	11	3	2	96
1987	25	26	56	45	25	3	4	114
1988	37	36	60	36	12	5	6	128
1989	73	44	99	79	15	10	9	194
1990	89	59	154	83	20	8	21	223
1991	58	62	86	45	22	0	2	186
1992	59	53	149	86	27	23	42	209
1993	58	45	97	98	37	20	7	190
1994	53	48	132	76	43	2	7	192
1995	52	48	127	121	39	27	16	232
1996	30	64	121	87	32	15	11	211
1997	54	56	116	67	33	35	19	206
1998	66	50	123	93	46	20	11	266
1999	86	101	193	104	85	18	13	360

QUADRO AIII.12 - Número de notícias por tema - DN (amostra), 1970-1999

	Poluição	Ord. Território	Natureza/ Ambiente	Recursos	Resíduos	Cat. Naturais	P. Globais	Total Notícias DN
1970	1	0	3	1	1	1	1	5
1971	6	3	3	5	2	5	1	18
1972	3	3	7	2	1	4	0	17
1973	5	2	9	17	0	4	0	31
1974	1	1	6	12	1	1	0	22
1975	1	0	2	3	0	0	0	5
1976	4	2	6	9	0	4	2	15
1977	1	2	4	9	3	0	1	14
1978	2	2	16	6	2	8	0	27
1979	5	1	17	12	1	4	1	34
1980	2	4	5	3	3	1	0	14
1981	6	2	18	21	1	6	2	42
1982	4	1	13	8	0	6	0	25
1983	11	2	14	21	2	3	0	39
1984	5	8	11	11	0	3	0	22
1985	4	3	16	11	1	3	0	29
1986	8	5	25	24	1	5	0	47
1987	13	10	32	21	8	7	0	59
1988	10	12	32	21	5	8	1	68
1989	18	5	46	23	3	7	4	83
1990	30	23	71	35	6	6	0	110
1991	20	13	50	31	7	2	2	88
1992	20	22	55	40	7	14	5	98
1993	24	24	75	38	15	7	9	117
1994	25	19	61	35	15	2	4	107
1995	15	27	60	45	14	11	5	119
1996	10	25	72	23	16	9	2	110
1997	15	11	43	23	14	8	6	82
1998	15	11	57	29	14	2	3	92
1999	17	20	68	28	14	6	4	110

QUADRO AIII.13 - Evolução temática (rácios) - Expresso, 1973-1999

	Poluição	O. Território	Naturez/A mbiente	Recursos	Resíduos	Cat. Naturais	P. Globais	Total Notícias Expresso
1970								
1971								
1972								
1973	0,29	0,13	0,21	0,51	0,04	0,03	0,01	68
1974	0,20	0,13	0,22	0,61	0,02	0,00	0,06	54
1975	0,05	0,25	0,35	0,65	0,05	0,00	0,00	20
1976	0,16	0,08	0,16	0,88	0,12	0,04	0,00	25
1977	0,18	0,16	0,27	0,63	0,14	0,10	0,12	49
1978	0,23	0,24	0,36	0,66	0,07	0,07	0,09	74
1979	0,19	0,13	0,29	0,72	0,11	0,08	0,08	95
1980	0,13	0,16	0,30	0,67	0,01	0,01	0,01	70
1981	0,32	0,25	0,48	0,66	0,10	0,17	0,04	102
1982	0,15	0,22	0,48	0,48	0,05	0,07	0,00	60
1983	0,24	0,30	0,53	0,49	0,13	0,09	0,02	92
1984	0,39	0,39	0,63	0,49	0,07	0,06	0,03	70
1985	0,24	0,14	0,45	0,47	0,14	0,05	0,03	66
1986	0,18	0,21	0,49	0,51	0,11	0,03	0,02	96
1987	0,22	0,23	0,49	0,39	0,22	0,03	0,04	114
1988	0,29	0,28	0,47	0,28	0,09	0,04	0,05	128
1989	0,38	0,23	0,51	0,41	0,08	0,05	0,05	194
1990	0,40	0,26	0,69	0,37	0,09	0,04	0,09	223
1991	0,31	0,33	0,46	0,24	0,12	0,00	0,01	186
1992	0,28	0,25	0,71	0,41	0,13	0,11	0,20	209
1993	0,31	0,24	0,51	0,52	0,19	0,11	0,04	190
1994	0,28	0,25	0,69	0,40	0,22	0,01	0,04	192
1995	0,22	0,21	0,55	0,52	0,17	0,12	0,07	232
1996	0,14	0,30	0,57	0,41	0,15	0,07	0,05	211
1997	0,26	0,27	0,56	0,33	0,16	0,17	0,09	206
1998	0,25	0,19	0,46	0,35	0,17	0,08	0,04	266
1999	0,24	0,28	0,54	0,29	0,24	0,05	0,04	360

QUADRO AIII.14 - Evolução temática (rácios) - DN (amostra), 1970-1999

	Poluição	O. Território	Natureza/ Ambiente	Recursos	Resíduos	Cat. Naturais	P. Globais	Total Notícias DN
1970	0,20	0,00	0,60	0,20	0,20	0,20	0,20	5
1971	0,33	0,17	0,17	0,28	0,11	0,28	0,06	18
1972	0,18	0,18	0,41	0,12	0,06	0,24	0,00	17
1973	0,16	0,06	0,29	0,55	0,00	0,13	0,00	31
1974	0,05	0,05	0,27	0,55	0,05	0,05	0,00	22
1975	0,20	0,00	0,40	0,60	0,00	0,00	0,00	5
1976	0,27	0,13	0,40	0,60	0,00	0,27	0,13	15
1977	0,07	0,14	0,29	0,64	0,21	0,00	0,07	14
1978	0,07	0,07	0,59	0,22	0,07	0,30	0,00	27
1979	0,15	0,03	0,50	0,35	0,03	0,12	0,03	34
1980	0,14	0,29	0,36	0,21	0,21	0,07	0,00	14
1981	0,14	0,05	0,43	0,50	0,02	0,14	0,05	42
1982	0,16	0,04	0,52	0,32	0,00	0,24	0,00	25
1983	0,28	0,05	0,36	0,54	0,05	0,08	0,00	39
1984	0,23	0,36	0,50	0,50	0,00	0,14	0,00	22
1985	0,14	0,10	0,55	0,38	0,03	0,10	0,00	29
1986	0,17	0,11	0,53	0,51	0,02	0,11	0,00	47
1987	0,22	0,17	0,54	0,36	0,14	0,12	0,00	59
1988	0,15	0,18	0,47	0,31	0,07	0,12	0,01	68
1989	0,22	0,06	0,55	0,28	0,04	0,08	0,05	83
1990	0,27	0,21	0,65	0,32	0,05	0,05	0,00	110
1991	0,23	0,15	0,57	0,35	0,08	0,02	0,02	88
1992	0,20	0,22	0,56	0,41	0,07	0,14	0,05	98
1993	0,21	0,21	0,64	0,32	0,13	0,06	0,08	117
1994	0,23	0,18	0,57	0,33	0,14	0,02	0,04	107
1995	0,13	0,23	0,50	0,38	0,12	0,09	0,04	119
1996	0,09	0,23	0,65	0,21	0,15	0,08	0,02	110
1997	0,18	0,13	0,52	0,28	0,17	0,10	0,07	82
1998	0,16	0,12	0,62	0,32	0,15	0,02	0,03	92
1999	0,15	0,18	0,62	0,25	0,13	0,05	0,04	110

**QUADRO AIII.15 - Poluição (nível 1) -
Expresso, 1970-1999**

	Poluição
1970	
1971	
1972	
1973	20
1974	11
1975	1
1976	4
1977	9
1978	17
1979	18
1980	9
1981	33
1982	9
1983	22
1984	27
1985	16
1986	17
1987	25
1988	37
1989	73
1990	89
1991	58
1992	59
1993	58
1994	53
1995	52
1996	30
1997	54
1998	66
1999	86

**QUADRO AIII.16 - Poluição (nível 1) - DN,
1970-1999**

	Poluição
1970	1
1971	6
1972	3
1973	5
1974	1
1975	1
1976	4
1977	1
1978	2
1979	5
1980	2
1981	6
1982	4
1983	11
1984	5
1985	8
1986	13
1987	10
1988	18
1989	30
1990	20
1991	20
1992	24
1993	25
1994	15
1995	10
1996	15
1997	15
1998	17
1999	8

QUADRO AIII.17 - Agentes poluidores - *Expresso*, 1973-1999

	Indústria	Urbana	Automóvel	Agricultura	Petroleiros / Plataformas	Outros Agentes
1970						
1971						
1972						
1973	12	2	2	1	3	1
1974	2	2	0	1	1	2
1975	0	1	0	0	0	0
1976	0	0	0	0	0	2
1977	2	1	1	3	0	2
1978	3	1	0	0	4	7
1979	7	3	2	2	0	5
1980	2	3	1	2	1	1
1981	14	6	0	3	2	8
1982	7	1	0	0	2	0
1983	8	6	1	2	1	4
1984	12	10	0	0	1	2
1985	7	8	2	0	0	7
1986	6	4	4	1	0	7
1987	13	4	1	0	1	2
1988	14	5	3	3	9	5
1989	38	14	5	5	19	6
1990	26	14	5	9	29	10
1991	18	12	7	6	4	5
1992	23	9	8	10	4	13
1993	28	16	3	15	5	6
1994	8	9	3	8	6	10
1995	19	14	5	7	1	16
1996	9	8	5	3	0	2
1997	17	16	12	6	0	7
1998	28	10	9	7	4	10
1999	30	16	9	8	3	17

QUADRO AIII.18. - Agentes poluidores - DN (amostra), 1970-1999

	Indústria	Urbana	Automóvel	Agricultura	Petroleiros / Plataformas	Outros agentes
1970	1	1	1	1	1	0
1971	2	0	3	1	3	0
1972	1	1	0	0	1	1
1973	2	0	1	0	0	0
1974	0	0	0	0	1	0
1975	0	0	0	0	0	0
1976	2	3	0	0	1	2
1977	0	0	0	0	0	0
1978	0	1	0	1	0	0
1979	1	1	1	1	1	1
1980	2	0	0	0	0	0
1981	0	2	0	1	0	1
1982	2	0	1	0	0	1
1983	3	4	0	1	1	1
1984	0	1	0	0	1	0
1985	2	2	1	0	0	0
1986	4	3	0	0	1	2
1987	4	1	0	1	2	1
1988	2	0	0	1	2	1
1989	5	3	3	3	5	1
1990	11	2	3	2	9	2
1991	4	3	2	5	1	3
1992	4	2	0	2	2	8
1993	7	1	2	1	3	5
1994	3	6	2	1	6	6
1995	5	5	0	2	1	1
1996	4	4	1	3	0	2
1997	3	4	1	3	0	5
1998	5	2	2	1	1	4
1999	3	2	0	0	3	7

QUADRO AIII.19 - Meios poluídos - *Expresso*, 1973-1999

	Água	Ar	Solo	Poluição sonora
1970				
1971				
1972				
1973	10	11	1	3
1974	5	2	0	1
1975	0	0	0	0
1976	2	2	0	0
1977	2	2	3	1
1978	12	5	3	0
1979	7	5	1	2
1980	7	2	2	1
1981	22	5	4	3
1982	7	3	0	0
1983	14	8	4	1
1984	24	3	3	1
1985	11	3	0	1
1986	13	7	5	1
1987	18	4	0	1
1988	31	4	2	1
1989	48	22	3	6
1990	57	14	5	8
1991	32	8	4	3
1992	35	32	4	2
1993	40	13	7	2
1994	36	14	6	4
1995	34	17	8	3
1996	18	7	2	4
1997	25	29	3	6
1998	30	27	3	5
1999	45	35	7	4

QUADRO AIII.20 - Meios poluídos - DN (amostra), 1970-1999

	Total meios poluídos	Água	Ar	Solo	Poluição sonora
1970	1	1	1	1	0
1971	6	4	3	1	1
1972	3	3	0	0	0
1973	5	3	2	0	0
1974	1	0	0	0	0
1975	1	1	0	0	0
1976	4	4	0	0	0
1977	1	1	0	0	1
1978	2	1	0	0	0
1979	5	3	1	0	0
1980	2	1	1	0	0
1981	6	4	2	0	0
1982	4	3	2	0	0
1983	11	11	1	0	1
1984	5	2	0	0	1
1985	4	2	2	0	0
1986	8	7	1	0	0
1987	13	9	2	1	0
1988	10	8	0	1	1
1989	18	15	4	0	0
1990	30	19	9	0	5
1991	20	13	6	0	0
1992	20	14	6	2	1
1993	24	15	5	2	1
1994	25	22	4	2	0
1995	15	10	5	1	0
1996	10	8	2	1	0
1997	15	10	6	0	0
1998	15	8	4	2	1
1999	17	11	6	1	1

QUADRO AIII.21 - Poluição dos meios hídricos - *Expresso*, 1973-1999

	Rios e Ribeiras	Mares e Oceanos	Lagoas e Albufeiras	Águas subterrâneas
1970				
1971				
1972				
1973	7	3	0	0
1974	4	5	0	0
1975	0	0	0	0
1976	0	2	0	0
1977	1	1	0	0
1978	7	5	0	0
1979	3	2	2	0
1980	4	6	1	1
1981	10	8	2	1
1982	4	7	0	0
1983	5	5	3	5
1984	16	10	0	2
1985	8	2	0	1
1986	7	7	0	2
1987	13	7	0	0
1988	13	14	4	5
1989	23	24	2	2
1990	14	44	3	9
1991	12	10	1	4
1992	22	16	4	5
1993	21	15	5	8
1994	22	13	0	8
1995	21	8	5	6
1996	15	2	0	0
1997	15	7	1	1
1998	15	9	0	3
1999	21	12	9	7

QUADRO AIII.22 - Poluição dos meios hídricos - DN (amostra), 1970-1999

	Rios e Ribeiras	Mares e Oceanos	Lagoas e Albufeiras	Águas subterrâneas
1970	1	1	0	1
1971	1	4	0	0
1972	2	1	0	0
1973	2	2	0	0
1974	0	0	0	0
1975	0	1	0	0
1976	3	1	1	1
1977	1	1	0	0
1978	1	0	0	1
1979	3	1	1	0
1980	0	0	0	0
1981	4	1	0	0
1982	2	0	0	0
1983	3	7	1	1
1984	2	2	0	0
1985	0	2	0	0
1986	5	2	1	0
1987	4	6	0	0
1988	6	2	1	1
1989	7	10	1	1
1990	4	14	0	1
1991	7	6	1	3
1992	8	4	0	1
1993	10	5	0	0
1994	8	10	0	5
1995	5	3	1	1
1996	5	2	0	0
1997	6	2	1	3
1998	3	4	0	0
1999	4	6	0	0

QUADRO AIII.23 - Recursos - Níveis 1 e 2 - *Expresso*, 1973-1999

	Total Recursos (nível 1)	Recursos energéticos	Recursos hídricos	Recursos minerais
1970				
1971				
1972				
1973	35	28	7	1
1974	32	29	5	1
1975	13	7	6	1
1976	22	19	5	0
1977	31	24	9	1
1978	49	34	10	0
1979	65	47	22	6
1980	47	37	6	8
1981	67	50	29	2
1982	29	16	12	6
1983	45	32	18	11
1984	34	14	16	8
1985	31	19	12	2
1986	49	40	8	4
1987	45	25	13	14
1988	36	12	17	10
1989	79	27	41	31
1990	83	41	36	20
1991	45	23	22	0
1992	86	30	54	12
1993	98	41	67	3
1994	76	34	52	6
1995	121	26	101	10
1996	87	31	61	5
1997	67	13	45	14
1998	93	28	55	17
1999	104	23	76	11

QUADRO AIII.24 - Recursos - Níveis 1 e 2 - DN (amostra), 1970-1999

	Total Recursos (nível 1)	Recursos energéticos	Recursos hídricos	Recursos minerais
1970	1	1	0	0
1971	5	4	2	1
1972	2	2	0	0
1973	17	14	3	0
1974	12	10	2	0
1975	3	2	0	1
1976	9	5	5	1
1977	9	6	3	2
1978	6	2	3	0
1979	12	8	4	1
1980	3	2	2	1
1981	21	10	11	0
1982	8	4	4	0
1983	21	15	7	1
1984	11	4	7	3
1985	11	5	9	1
1986	24	11	11	5
1987	21	12	8	1
1988	21	14	9	1
1989	23	11	9	2
1990	35	8	18	10
1991	31	6	23	5
1992	40	16	25	2
1993	38	7	25	5
1994	35	10	23	4
1995	45	11	31	6
1996	23	3	19	2
1997	23	9	13	3
1998	29	8	23	2
1999	28	8	19	3

QUADRO AIII.25 - Recursos energéticos (nível 3)- *Expresso*, 1973-1999

	Escassez de energia	Poupança de energia	Preço	Níveis de consumo	Produção de energia	Energias não renováveis	Energias renováveis	Plano Energético Nacional	Energia (geral)
1970									
1971									
1972									
1973	11	5	3	0	0	27	2	0	0
1974	13	3	4	1	3	22	2	0	1
1975	0	0	0	2	4	6	4	0	0
1976	5	3	4	5	5	9	6	0	0
1977	4	4	1	2	5	19	3	1	1
1978	2	0	3	3	12	21	9	3	1
1979	9	7	17	3	7	35	12	4	1
1980	2	7	9	2	3	26	8	0	0
1981	6	9	5	11	17	30	20	8	1
1982	2	2	2	2	1	14	4	2	0
1983	2	4	3	2	6	23	12	10	0
1984	2	1	2	1	0	10	8	8	1
1985	0	1	1	1	1	13	5	0	0
1986	0	3	6	1	3	36	1	2	1
1987	0	1	0	2	2	23	1	1	0
1988	0	5	0	1	3	5	4	2	2
1989	0	1	2	1	1	14	11	0	2
1990	3	5	6	5	7	28	7	3	1
1991	1	2	0	1	0	15	6	0	2
1992	0	5	0	0	2	18	7	0	3
1993	1	3	2	1	1	26	16	0	0
1994	1	1	1	5	9	23	10	1	0
1995	0	2	1	1	1	18	5	1	1
1996	0	3	3	3	0	10	19	0	2
1997	0	1	0	1	0	1	6	1	3
1998	0	0	3	0	1	17	13	0	0
1999	0	3	0	0	0	6	16	0	0

QUADRO AIII.26 - Recursos energéticos (nível 3) - DN (amostra), 1970-1999

	Escassez de energia	Poupança de energia	Preço	Níveis de consumo	Produção de energia	Energias não renováveis	Energias renováveis	Plano Energético Nacional	Energia (genérico)
1970	0	0	0	0	0	1	0	0	0
1971	0	0	0	0	0	3	1	0	0
1972	1	0	0	1	0	2	1	0	0
1973	12	9	0	0	0	14	0	0	0
1974	7	0	0	0	0	8	0	0	0
1975	1	0	0	0	0	0	0	0	1
1976	2	2	0	1	0	3	4	0	0
1977	0	0	0	0	2	5	2	0	0
1978	0	0	0	0	0	0	2	0	0
1979	4	0	2	0	0	5	3	1	0
1980	1	0	0	0	0	1	0	0	0
1981	2	1	0	1	2	7	5	0	1
1982	0	0	2	0	0	2	1	0	0
1983	1	0	3	0	1	8	6	1	1
1984	1	0	1	1	0	4	0	1	0
1985	0	0	0	1	0	1	4	0	0
1986	0	0	0	0	0	10	1	1	0
1987	0	1	1	0	0	9	4	0	0
1988	0	1	1	1	1	7	7	0	1
1989	0	0	0	0	0	8	2	0	1
1990	1	2	2	1	0	4	1	0	0
1991	1	0	3	1	0	5	1	0	0
1992	0	0	1	3	0	12	2	0	0
1993	0	0	0	0	0	6	2	0	0
1994	0	0	0	0	0	10	0	0	0
1995	0	2	2	1	0	8	2	0	0
1996	0	0	0	0	0	2	1	0	0
1997	0	0	3	0	0	5	2	0	0
1998	0	0	2	0	0	3	3	2	2
1999	0	0	1	3	0	1	3	0	0

QUADRO AIII.27 - Recursos hídricos (nível 3) - *Expresso*, 1973-1999

	Abastecimento	Escassez de água	Preço	Níveis de consumo	Captação/Armazenamento	Qualidade da água	Saneamento básico	Planos hidrológicos /Convênios	Recursos Hídricos (geral)
1970									
1971									
1972									
1973	4	2	1	1	0	0	3	0	1
1974	2	2	1	0	1	0	3	0	0
1975	4	1	1	1	4	0	1	1	0
1976	2	2	0	2	3	0	0	0	0
1977	5	1	1	1	5	1	3	0	0
1978	6	3	1	2	2	2	3	0	1
1979	7	2	4	0	10	4	4	2	9
1980	1	1	0	0	2	2	3	0	1
1981	9	14	0	1	10	8	10	3	6
1982	3	2	1	0	3	0	7	1	1
1983	2	8	2	3	12	4	2	0	4
1984	3	0	0	1	5	3	10	0	6
1985	0	1	0	0	0	7	5	0	3
1986	0	1	0	0	2	2	3	0	0
1987	7	1	0	1	4	2	4	0	4
1988	0	2	3	0	8	1	4	0	7
1989	2	5	1	1	10	4	9	0	19
1990	14	7	1	3	5	13	19	0	7
1991	2	0	0	0	0	2	20	0	1
1992	17	16	3	3	25	8	19	0	12
1993	16	11	3	6	28	17	22	7	12
1994	15	4	4	2	15	9	16	18	14
1995	25	21	6	5	57	18	19	30	19
1996	16	2	3	0	29	10	20	8	11
1997	13	3	1	2	16	5	24	3	11
1998	17	2	1	0	18	8	19	12	15
1999	19	14	5	5	34	21	25	18	14

QUADRO AIII.28 - Recursos hídricos (nível 3) - DN (amostra), 1970-1999

	Abastecimento	Escassez de água	Preço	Níveis de consumo	Captação/ Armazenamento	Qualidade da água	Saneamento básico	Planos hidrológicos/ Convênios	Recursos Hídricos (genérico)
1970	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1971	0	0	0	0	1	0	0	0	1
1972	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1973	1	0	0	0	2	0	0	0	0
1974	2	0	0	0	0	0	0	0	0
1975	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1976	0	4	0	1	1	1	2	0	0
1977	0	0	1	0	1	0	1	0	0
1978	0	2	0	0	1	0	1	1	1
1979	3	0	0	0	2	0	2	0	0
1980	2	0	0	0	2	0	1	0	0
1981	4	4	0	0	4	0	2	0	3
1982	0	1	0	0	1	1	1	0	0
1983	4	1	0	1	2	1	0	1	1
1984	1	0	0	0	2	1	2	0	3
1985	3	0	0	0	2	0	6	0	1
1986	2	2	0	1	2	3	3	0	2
1987	5	1	0	0	3	1	5	0	0
1988	6	1	0	0	3	0	4	0	1
1989	1	2	1	0	1	2	4	0	1
1990	5	1	0	1	4	4	5	0	1
1991	9	1	0	0	5	2	11	0	4
1992	6	7	1	0	9	8	9	3	0
1993	9	5	0	0	11	5	11	1	1
1994	6	3	1	1	1	5	8	1	0
1995	5	6	0	0	6	5	8	3	5
1996	5	1	0	0	6	0	11	1	1
1997	5	1	1	0	4	5	6	1	0
1998	4	0	0	0	5	2	12	3	2
1999	6	2	0	0	5	2	11	1	1

QUADRO AIII.29 - Recursos Minerais - *Expresso*, 1973-1999

	Rochas Industriais e Ornamentais	Solo	Metais	Outros (geral)
1970				
1971				
1972				
1973	0	0	0	1
1974	0	0	1	0
1975	0	1	0	0
1976	0	0	0	0
1977	0	1	0	0
1978	0	0	0	0
1979	0	1	4	1
1980	1	0	5	2
1981	1	0	0	1
1982	0	6	0	0
1983	3	4	2	2
1984	4	4	0	0
1985	0	2	0	0
1986	2	2	0	0
1987	1	13	0	0
1988	5	4	1	0
1989	13	22	0	0
1990	9	9	0	3
1991	0	0	0	0
1992	3	7	0	0
1993	1	2	0	0
1994	0	5	0	0
1995	0	9	1	0
1996	2	3	0	0
1997	1	13	0	0
1998	4	14	0	0
1999	1	8	1	1

QUADRO AIII.30 - Recursos Minerais - DN (amostra), 1970-1999

	Rochas Industriais e Ornamentais	Solo	Metais	Recursos Minerais (genérico)
1970	0	0	0	0
1971	0	1	0	0
1972	0	0	0	0
1973	0	0	0	0
1974	0	0	0	0
1975	0	0	0	1
1976	0	0	0	1
1977	1	1	0	1
1978	0	0	0	0
1979	0	0	1	0
1980	0	1	0	0
1981	0	0	0	0
1982	0	0	0	0
1983	0	1	0	0
1984	0	3	0	0
1985	1	0	1	0
1986	2	3	0	0
1987	0	1	0	0
1988	0	1	0	0
1989	1	1	0	0
1990	5	3	2	0
1991	2	1	0	2
1992	0	1	0	1
1993	2	3	0	0
1994	2	2	0	0
1995	0	6	0	0
1996	1	1	0	0
1997	1	2	0	0
1998	1	1	0	0
1999	0	3	0	0

QUADRO AIII.31 - Natureza/Ambiente - (níveis 1 e 2) - *Expresso*, 1973-1999

	Total Natureza/ Ambiente (nível 1)	Fauna	Flora e Vegetação	Paisagem/ Ecossistemas	Ambiente (genérico)
1970					
1971					
1972					
1973	14	3	0	10	1
1974	12	3	0	8	3
1975	7	1	0	3	3
1976	4	2	0	2	0
1977	13	3	0	7	6
1978	27	15	6	16	3
1979	28	7	2	27	2
1980	21	4	4	12	10
1981	49	15	9	43	7
1982	29	5	0	27	5
1983	49	22	10	41	10
1984	44	18	4	37	5
1985	30	10	2	22	2
1986	47	14	4	37	9
1987	56	20	4	42	10
1988	60	23	5	47	4
1989	99	39	11	76	9
1990	154	37	17	128	63
1991	86	29	4	63	10
1992	149	46	12	120	67
1993	97	33	7	64	22
1994	132	46	9	93	38
1995	127	47	10	86	25
1996	121	32	11	89	29
1997	116	29	9	86	24
1998	123	32	5	80	28
1999	193	71	13	109	42

QUADRO AIII.32 - Natureza/Ambiente - (níveis 1 e 2) - DN (amostra), 1970-1999

	Total Natureza - Ambiente (nível 1)	Fauna	Flora e Vegetação	Paisagem / Ecossistemas	Ambiente (genérico)
1970	3	1	0	3	0
1971	3	3	2	1	0
1972	7	1	0	6	0
1973	9	4	2	7	0
1974	6	2	1	5	0
1975	2	0	0	2	0
1976	6	2	0	4	1
1977	4	2	0	2	1
1978	16	4	1	11	6
1979	17	3	1	14	5
1980	5	2	1	3	0
1981	18	6	0	11	3
1982	13	3	2	9	4
1983	14	6	2	7	2
1984	11	2	2	11	3
1985	16	9	0	9	1
1986	25	8	2	20	3
1987	32	9	5	24	0
1988	32	12	1	22	5
1989	46	18	3	26	11
1990	71	22	8	51	19
1991	50	23	6	34	7
1992	55	24	1	37	15
1993	75	26	6	51	19
1994	61	30	4	40	11
1995	60	27	2	34	11
1996	72	33	5	46	14
1997	43	16	2	26	5
1998	57	19	2	35	13
1999	68	25	4	44	10

QUADRO AIII.33 - Natureza/Ambiente - Ecossistemas - *Expresso*, 1973-1999

	Floresta	Litoral/ Lagoas Costeiras	Rios/Zonas Húmidas	Mares/ Oceanos	Paisagens Protegidas	Ecossistem as Urbanos	Paisagem (geral)
1970	2	0	0	1	0	0	0
1971	1	0	0	0	1	0	0
1972	5	0	1	0	0	0	0
1973	3	1	2	1	1	1	0
1974	3	1	0	0	0	0	1
1975	2	0	0	0	0	0	0
1976	1	0	1	1	1	0	1
1977	1	0	1	0	0	0	0
1978	3	5	0	1	1	0	1
1979	7	0	4	1	2	0	0
1980	1	0	0	0	3	0	0
1981	7	3	1	1	0	0	0
1982	4	2	2	1	1	0	2
1983	2	1	2	1	2	0	0
1984	4	6	1	0	3	0	2
1985	4	2	3	0	0	0	0
1986	13	3	4	1	5	0	5
1987	8	7	8	5	6	0	3
1988	12	5	3	0	4	4	1
1989	11	4	0	1	0	9	5
1990	14	14	8	3	12	5	7
1991	11	10	6	0	8	7	4
1992	11	8	6	1	14	7	8
1993	16	6	13	2	12	14	12
1994	9	12	10	3	10	9	9
1995	15	6	5	2	4	7	3
1996	7	10	13	1	16	9	3
1997	2	10	3	2	6	5	5
1998	7	6	11	5	9	4	2
1999	8	8	9	2	14	10	8

QUADRO AIII.34 - Natureza/Ambiente - Ecossistemas - DN (amostra), 1970-1999

	Floresta	Litoral/ Lagoas Costeiras	Rios/Zonas Húmidas	Mares/Oce- anos	Paisagens Protegidas	Ecossistem as Urbanos	Paisagem (geral)
1970	2	0	0	1	0	0	0
1971	1	0	0	0	1	0	0
1972	5	0	1	0	0	0	0
1973	3	1	2	1	1	1	0
1974	3	1	0	0	0	0	1
1975	2	0	0	0	0	0	0
1976	1	0	1	1	1	0	1
1977	1	0	1	0	0	0	0
1978	3	5	0	1	1	0	1
1979	7	0	4	1	2	0	0
1980	1	0	0	0	3	0	0
1981	7	3	1	1	0	0	0
1982	4	2	2	1	1	0	2
1983	2	1	2	1	2	0	0
1984	4	6	1	0	3	0	2
1985	4	2	3	0	0	0	0
1986	13	3	4	1	5	0	5
1987	8	7	8	5	6	0	3
1988	12	5	3	0	4	4	1
1989	11	4	0	1	0	9	5
1990	14	14	8	3	12	5	7
1991	11	10	6	0	8	7	4
1992	11	8	6	1	14	7	8
1993	16	6	13	2	12	14	12
1994	9	12	10	3	10	9	9
1995	15	6	5	2	4	7	3
1996	7	10	13	1	16	9	3
1997	2	10	3	2	6	5	5
1998	7	6	11	5	9	4	2
1999	8	8	9	2	14	10	8

QUADRO AIII.35 - Ordenamento do território - (níveis 1 e 2) - *Expresso*, 1973-1999

	Total Ordenamento do Território (nível 1)	Instrumentos de Ordenamento	Desordenamento	Equipamentos e grandes obras
1970				
1971				
1972				
1973	9	6	0	3
1974	7	1	1	6
1975	5	1	0	4
1976	2	0	0	1
1977	8	1	0	5
1978	18	4	2	11
1979	12	3	1	10
1980	11	1	3	10
1981	26	7	8	14
1982	13	8	6	3
1983	28	8	15	15
1984	27	15	17	10
1985	9	7	3	4
1986	20	8	10	7
1987	26	10	12	7
1988	36	10	11	18
1989	44	14	23	23
1990	59	31	29	42
1991	62	16	15	39
1992	53	19	12	39
1993	45	25	14	25
1994	48	27	14	22
1995	48	13	13	35
1996	64	24	15	43
1997	56	25	23	25
1998	50	26	15	35
1999	101	52	24	73

QUADRO AIII.36 - Ordenamento do território - (níveis 1 e 2 - DN (amostra), 1970-1999

	Total Ordenamento do Território (nível 1)	Total Ordenamento do território	Instrumentos de ordenamento	Desordenamento	Equipamentos e grandes obras
1970	0	0	0	0	0
1971	3	3	1	0	2
1972	3	3	0	0	3
1973	2	2	1	0	1
1974	1	1	0	1	0
1975	0	0	0	0	0
1976	2	2	1	0	1
1977	2	2	1	1	0
1978	2	2	0	1	0
1979	1	1	1	0	0
1980	4	4	2	0	2
1981	2	2	1	1	2
1982	1	1	0	0	1
1983	2	2	0	2	1
1984	8	8	4	5	2
1985	3	3	0	1	2
1986	5	5	2	3	2
1987	10	10	5	5	1
1988	12	12	2	6	6
1989	5	5	2	2	2
1990	23	23	12	7	13
1991	13	13	3	3	8
1992	22	22	12	6	7
1993	24	24	14	9	11
1994	19	19	11	2	8
1995	27	27	13	7	12
1996	25	25	9	5	18
1997	11	11	8	4	4
1998	11	11	3	0	8
1999	20	20	11	5	8

QUADRO AIII.37 - AIA - *Expresso*, 1973-1999

	AIA Total <i>Expresso</i>	AIA Ordenamento do Território	AIA Equipamentos e Grandes Obras
1970			
1971			
1972			
1973	0	0	0
1974	0	0	0
1975	0	0	0
1976	0	0	0
1977	0	0	0
1978	0	0	0
1979	1	1	1
1980	0	0	0
1981	4	2	2
1982	0	0	0
1983	2	2	2
1984	3	2	2
1985	1	0	0
1986	1	0	0
1987	1	1	1
1988	3	2	1
1989	7	5	5
1990	30	18	17
1991	15	9	9
1992	12	6	5
1993	9	8	6
1994	17	10	8
1995	22	12	11
1996	26	18	17
1997	9	5	4
1998	26	17	17
1999	35	19	19

QUADRO AIII.38 - AIA - DN (amostra), 1970-1999

	AIA Total DN	AIA Ordenamento do Território	AIA Equipamentos e Grandes Obras
1970			
1971			
1972			
1973	0	0	0
1974	0	0	0
1975	0	0	0
1976	0	0	0
1977	0	0	0
1978	0	0	0
1979	0	0	0
1980	0	0	0
1981	0	0	0
1982	0	0	0
1983	0	0	0
1984	0	0	0
1985	0	0	0
1986	0	0	0
1987	0	0	0
1988	1	0	0
1989	3	2	2
1990	5	4	4
1991	2	1	1
1992	0	0	0
1993	2	1	1
1994	3	1	1
1995	5	2	2
1996	3	3	3
1997	5	2	2
1998	5	1	1
1999	6	5	4

QUADRO AIII.39 - Catástrofes naturais - (níveis 1 e 2) - *Expresso*, 1973-1999

	Total Catástrofes Naturais (nível 1)	Inundações	Deslizamentos de terras / Avalanches	Secas
1970				
1971				
1972				
1973	2	1	0	0
1974	0	0	0	0
1975	0	0	0	0
1976	1	0	0	1
1977	5	1	0	3
1978	5	2	1	1
1979	8	5	2	0
1980	1	0	0	0
1981	17	3	4	13
1982	4	2	0	2
1983	8	2	0	5
1984	4	4	1	0
1985	3	3	0	0
1986	3	2	0	1
1987	3	2	0	2
1988	5	4	1	1
1989	10	9	0	1
1990	8	4	0	2
1991	0	0	0	0
1992	23	1	0	23
1993	20	4	1	16
1994	2	1	0	1
1995	27	3	0	24
1996	15	12	0	3
1997	35	32	7	7
1998	20	14	8	3
1999	18	10	2	9

QUADRO AIII.40 - Catástrofes naturais - (níveis 1 e 2) - DN (amostra), 1970-1999

	Total Catástrofes Naturais (nível 1)	Inundações	Deslizamentos de terras / Avalanches	Secas
1970	1	1	0	0
1971	5	4	2	1
1972	4	4	0	0
1973	4	4	1	0
1974	1	1	0	0
1975	0	0	0	0
1976	4	0	0	4
1977	0	0	0	0
1978	8	5	0	0
1979	4	4	0	0
1980	1	0	0	1
1981	6	2	0	4
1982	6	5	0	1
1983	3	2	0	2
1984	3	3	0	0
1985	3	1	1	1
1986	5	3	2	1
1987	7	7	0	1
1988	8	7	1	2
1989	7	7	2	1
1990	6	5	0	0
1991	2	2	1	0
1992	14	7	0	7
1993	7	3	1	4
1994	2	1	1	0
1995	11	6	0	4
1996	9	8	2	0
1997	8	5	1	1
1998	2	1	1	1
1999	6	4	0	1

QUADRO AIII.41 - Resíduos - (níveis 1 e 2) - *Expresso*, 1973-1999

	Total Resíduos (nível 1)	Resíduos Sólidos Urbanos	Resíduos Industriais	Resíduos Hospitalares	Resíduos Nucleares	Resíduos Agrícolas
1970						
1971						
1972						
1973	3	3	0	0	0	0
1974	1	1	0	0	0	0
1975	1	1	0	0	0	0
1976	3	0	0	0	3	0
1977	7	3	0	0	3	1
1978	5	3	2	1	1	0
1979	10	2	0	0	9	0
1980	1	1	1	0	0	0
1981	10	5	5	0	3	2
1982	3	1	1	0	1	0
1983	12	4	4	0	5	1
1984	5	2	3	0	1	0
1985	9	5	3	0	1	1
1986	11	5	6	0	1	0
1987	25	3	0	0	22	0
1988	12	4	6	3	5	0
1989	15	7	7	1	1	0
1990	20	6	11	0	5	1
1991	22	10	7	4	1	0
1992	27	12	19	2	5	1
1993	37	14	20	1	6	0
1994	43	21	19	3	6	0
1995	39	18	24	5	3	1
1996	32	20	9	5	0	1
1997	33	18	12	4	2	1
1998	46	19	23	6	5	1
1999	85	28	59	4	0	1

QUADRO AIII.42 - Resíduos - (níveis 1 e 2) - DN (amostra), 1970-1999

	Total Resíduos (nível 1)	Resíduos Sólidos Urbanos	Resíduos Industriais	Resíduos Hospitalares	Resíduos Nucleares	Resíduos Agrícolas
1970	1	1	0	0	1	0
1971	2	1	1	0	0	0
1972	1	1	0	0	0	0
1973	0	0	0	0	0	0
1974	1	1	0	0	0	0
1975	0	0	0	0	0	0
1976	0	0	0	0	0	0
1977	3	1	1	0	1	0
1978	2	2	0	0	0	0
1979	1	1	0	0	0	0
1980	3	3	0	0	0	0
1981	1	1	0	0	0	0
1982	0	0	0	0	0	0
1983	2	1	0	0	1	0
1984	0	0	0	0	0	0
1985	1	1	0	0	0	0
1986	1	1	0	0	0	0
1987	8	4	1	0	3	0
1988	5	3	2	0	0	0
1989	3	2	0	0	0	0
1990	6	5	1	0	0	0
1991	7	7	2	0	0	0
1992	7	5	4	0	1	0
1993	15	10	9	1	2	0
1994	15	10	5	0	1	0
1995	14	8	6	1	0	0
1996	16	12	2	1	0	0
1997	14	9	3	1	2	1
1998	14	8	5	0	3	0
1999	14	5	7	1	0	0

QUADRO AIII.43 - Resíduos Urbanos (RSU) - *Expresso*, 1973-1999

	Abandono/ Queima	Lixeiras	Aterros controlados	Recolha de RSU	Redução	Tratamento/ Aproveitamento	RSU (geral)
1970							
1971							
1972							
1973	0	0	0	2	0	1	0
1974	1	0	0	1	0	0	0
1975	0	0	0	0	0	1	0
1976	0	0	0	0	0	0	0
1977	0	0	0	1	0	0	2
1978	0	0	0	2	0	2	0
1979	0	1	0	0	0	1	0
1980	1	0	0	0	0	1	0
1981	0	0	0	0	0	2	3
1982	0	0	0	0	0	0	1
1983	2	1	0	1	0	2	1
1984	1	1	0	2	0	1	0
1985	0	4	0	0	0	1	0
1986	0	0	0	0	0	2	3
1987	1	3	0	0	0	0	0
1988	0	0	0	0	0	0	4
1989	1	1	0	0	0	2	3
1990	1	3	0	0	0	4	1
1991	0	3	0	6	0	0	1
1992	0	7	0	2	1	5	3
1993	1	7	1	3	0	9	2
1994	1	5	0	4	1	15	2
1995	3	8	3	2	3	7	4
1996	2	10	7	7	5	16	1
1997	0	8	3	3	0	9	4
1998	4	3	3	6	1	9	2
1999	0	5	5	4	1	20	6
1973 -1999	19	70	22	46	12	110	43

QUADRO AIII.44 - Resíduos Urbanos (RSU) - DN (amostra), 1970-1999

	Abandono /Queima	Lixeiras	Aterros controlados	Recolha de RSU	Redução	Tratamento/ Aproveitamento	RSU (geral)
1970	0	0	0	0	0	0	1
1971	0	0	0	0	0	0	1
1972	0	0	0	0	0	0	0
1973	0	0	0	0	0	0	0
1974	1	1	0	0	0	0	0
1975	0	0	0	0	0	0	0
1976	0	0	0	0	0	0	0
1977	0	0	0	0	0	1	0
1978	0	0	0	1	0	0	1
1979	0	1	0	0	0	1	0
1980	0	0	0	3	0	1	0
1981	1	0	0	0	0	0	1
1982	0	0	0	0	0	0	0
1983	0	1	0	0	0	0	0
1984	0	0	0	0	0	0	0
1985	0	0	0	1	0	0	0
1986	1	0	0	0	0	0	0
1987	0	1	0	1	0	1	2
1988	0	1	0	2	0	2	0
1989	0	0	0	0	0	1	1
1990	1	1	0	0	0	2	1
1991	2	1	0	2	0	2	1
1992	1	0	0	0	0	3	1
1993	3	1	0	4	1	4	0
1994	1	4	2	5	1	4	0
1995	1	3	3	3	0	2	0
1996	0	2	7	2	1	4	1
1997	1	3	5	3	0	5	0
1998	2	3	4	1	0	4	0
1999	0	0	3	1	0	2	0
1970-1999	15	23	24	29	3	39	9

QUADRO AIII.45 - Problemas globais (nível 1 e 2) - *Expresso*, 1973-1999

	Total Problemas Globais (nível 1)	Alterações do ecossistema global	Efeitos globais	Problemas sócio- -demográficos
1970				
1971				
1972				
1973	1	0	0	1
1974	3	0	0	2
1975	0	0	0	0
1976	0	0	0	0
1977	6	5	1	1
1978	7	2	2	3
1979	8	3	2	4
1980	1	0	0	1
1981	4	2	2	0
1982	0	0	0	0
1983	2	2	0	0
1984	2	1	0	1
1985	2	2	2	2
1986	2	1	0	1
1987	4	2	1	2
1988	6	4	1	2
1989	9	7	4	0
1990	21	14	13	0
1991	2	2	1	0
1992	42	33	21	11
1993	7	5	3	2
1994	7	5	1	4
1995	16	14	4	1
1996	11	10	3	2
1997	19	17	1	0
1998	11	8	4	1
1999	13	10	3	2

QUADRO AIII.46 - Problemas globais (nível 1 e 2) - DN (amostra), 1970-1999

	Total Problemas Globais (nível 1)	Alterações do ecossistema global	Efeitos globais	Problemas sócio- -demográficos
1970	1	1	1	1
1971	1	0	0	1
1972	0	0	0	0
1973	0	0	0	0
1974	0	0	0	0
1975	0	0	0	0
1976	2	0	0	2
1977	1	0	1	0
1978	0	0	0	0
1979	1	0	0	1
1980	0	0	0	0
1981	2	1	0	1
1982	0	0	0	0
1983	0	0	0	0
1984	0	0	0	0
1985	0	0	0	0
1986	0	0	0	0
1987	0	0	0	0
1988	1	0	0	1
1989	4	4	0	0
1990	0	0	0	0
1991	2	2	1	0
1992	5	4	0	2
1993	9	8	4	0
1994	4	3	0	1
1995	5	3	1	2
1996	2	0	2	0
1997	6	5	2	0
1998	3	3	1	1
1999	4	3	0	1

QUADRO AIII.47 - Problema globais (nível 3) - *Expresso*, 1973-1999

	Alterações do ecossistema global					Efeitos globais			Problemas sócio-demo- gráficos
	Chuvas ácidas	Efeito de estufa	Camada de Ozono	Subida do nível dos mares	Alterações climáticas	Deserti- ficação	Desflo- restação	Perda de biodi- versidade	Demo- grafia/ Fome...
1970									
1971									
1972									
1973	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1974	0	0	0	0	0	0	0	0	2
1975	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1976	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1977	0	0	0	0	1	4	3	0	1
1978	0	0	0	0	2	1	0	1	3
1979	1	2	1	1	2	0	2	0	4
1980	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1981	0	1	0	1	2	1	0	0	0
1982	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1983	2	0	0	0	0	0	0	0	0
1984	1	0	0	0	0	0	0	0	1
1985	2	1	1	1	1	2	2	1	2
1986	1	0	0	0	0	0	0	0	1
1987	2	1	1	0	1	1	1	0	2
1988	1	1	1	0	2	1	1	0	2
1989	3	5	3	0	2	2	3	0	0
1990	4	7	8	5	4	3	9	2	0
1991	2	0	1	0	0	0	0	1	0
1992	5	22	20	8	16	5	9	14	11
1993	0	1	1	0	4	0	0	3	2
1994	0	2	1	0	2	0	1	0	4
1995	1	7	4	2	6	4	1	0	1
1996	2	4	2	1	5	2	1	0	2
1997	3	9	0	1	11	0	0	0	0
1998	0	4	0	1	6	2	1	0	1
1999	3	6	2	0	3	1	1	2	2

QUADRO AIII.48 - Problema globais (nível 3) - DN (amostra), 1973-1999

	Alterações do ecossistema global					Efeitos globais			Problemas sócio-demo- gráficos
	Chuvas ácidas	Efeito de estufa	Camada de Ozono	Subida do nível dos mares	Alterações climáticas	Deserti- ficação	Desflo- restação	Perda de biodi- versidade	Demo- grafia/ Fome...
1970	0	0	0	1	1	0	0	0	1
1971	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1972	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1973	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1974	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1975	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1976	0	0	0	0	0	0	0	0	2
1977	0	0	0	0	0	1	0	0	0
1978	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1979	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1980	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1981	0	0	1	0	0	0	0	0	1
1982	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1983	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1984	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1985	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1986	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1987	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1988	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1989	1	1	3	0	1	0	0	0	0
1990	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1991	1	2	0	1	1	0	0	0	0
1992	0	2	2	0	2	0	0	0	2
1993	1	2	2	1	4	0	1	3	0
1994	1	2	2	0	1	0	0	0	1
1995	0	1	1	0	2	0	1	0	2
1996	0	0	0	0	0	2	0	0	0
1997	1	2	1	0	2	0	1	1	0
1998	0	0	0	0	3	1	1	0	1
1999	1	0	0	0	2	0	0	0	1

QUADRO AIII.49 - Problema/Resposta (global) - *Expresso*, 1973-1999

	Total de problemas	Problemas sem resposta	Problemas com resposta
1970			
1971			
1972			
1973	47	37	10
1974	24	15	9
1975	7	6	1
1976	12	10	2
1977	31	27	4
1978	49	36	13
1979	50	37	13
1980	29	20	9
1981	82	57	25
1982	41	34	7
1983	65	48	17
1984	64	40	24
1985	54	31	23
1986	81	47	34
1987	101	47	54
1988	106	43	63
1989	175	88	87
1990	191	77	114
1991	175	58	117
1992	189	93	96
1993	157	68	89
1994	164	48	116
1995	206	72	134
1996	182	43	139
1997	189	37	152
1998	241	43	198
1999	326	75	251

QUADRO AIII.50 - Problema/Resposta (global) - DN (amostra), 1970-1999

	Total de problemas	Problemas sem resposta	Problemas com resposta
1970	4	4	0
1971	12	9	3
1972	11	9	2
1973	14	7	7
1974	7	7	0
1975	2	2	0
1976	11	7	4
1977	8	4	4
1978	19	11	8
1979	22	16	6
1980	9	6	3
1981	26	19	7
1982	21	15	6
1983	25	21	4
1984	16	8	8
1985	20	11	9
1986	36	22	14
1987	43	19	24
1988	46	23	23
1989	71	30	41
1990	97	31	66
1991	73	56	47
1992	89	31	58
1993	108	49	59
1994	94	35	59
1995	109	33	76
1996	97	34	63
1997	63	20	43
1998	80	19	61
1999	98	26	72

QUADRO AIII.51 - Problema/Resposta - Poluição (nível 1) - *Expresso*, 1973-1999

	Total de problemas	Problemas sem resposta	Problemas com resposta
1970			
1971			
1972			
1973	20	16	4
1974	11	6	5
1975	1	1	0
1976	4	4	0
1977	9	8	1
1978	17	14	3
1979	18	15	3
1980	9	7	2
1981	33	25	8
1982	9	8	1
1983	22	19	3
1984	27	18	9
1985	16	14	2
1986	17	14	3
1987	25	9	16
1988	37	20	17
1989	73	39	34
1990	89	44	45
1991	58	23	35
1992	59	38	21
1993	58	25	33
1994	53	17	36
1995	52	22	30
1996	30	9	21
1997	54	13	41
1998	66	17	49
1999	86	19	67

QUADRO AIII.52 - Problema/Resposta - Poluição (nível 1) - DN (amostra), 1970-1999

	Total de problemas	Problemas sem resposta	Problemas com resposta
1970	5	5	0
1971	6	4	2
1972	3	1	2
1973	5	1	4
1974	1	1	0
1975	1	1	0
1976	3	2	1
1977	1	1	0
1978	2	2	0
1979	5	3	2
1980	2	2	0
1981	6	4	2
1982	4	2	2
1983	11	8	3
1984	5	4	1
1985	4	3	1
1986	8	5	3
1987	13	3	10
1988	10	4	6
1989	18	8	10
1990	30	8	22
1991	20	8	12
1992	20	7	13
1993	24	12	12
1994	25	12	13
1995	15	5	10
1996	10	4	6
1997	15	4	11
1998	15	6	9
1999	17	7	10

QUADRO AIII.53 - **Problema/Resposta - Recursos (nível 1) - Expresso, 1973-1999**

	Total de problemas	Problemas sem resposta	Problemas com resposta
1970			
1971			
1972			
1973	22	20	2
1974	11	7	4
1975	4	4	0
1976	10	9	1
1977	16	12	4
1978	30	23	7
1979	36	26	10
1980	14	10	4
1981	50	37	13
1982	20	18	2
1983	28	22	6
1984	32	23	9
1985	22	13	9
1986	37	31	6
1987	35	20	15
1988	25	17	8
1989	65	48	17
1990	61	25	36
1991	41	19	22
1992	76	44	32
1993	83	40	43
1994	66	17	49
1995	103	38	65
1996	70	15	55
1997	63	14	49
1998	86	15	71
1999	99	21	78

QUADRO AIII.54 - Problema/Resposta - Recursos (nível 1) - DN (amostra), 1970-1999

	Total de problemas	Problemas sem resposta	Problemas com resposta
1970	0	0	0
1971	1	0	1
1972	0	0	0
1973	3	1	2
1974	0	0	0
1975	0	0	0
1976	6	5	1
1977	5	4	1
1978	3	3	0
1979	7	3	4
1980	1	1	0
1981	13	4	9
1982	5	4	1
1983	15	7	8
1984	9	6	3
1985	7	2	5
1986	20	15	5
1987	15	4	11
1988	14	2	12
1989	19	8	11
1990	33	10	23
1991	26	7	19
1992	35	10	25
1993	35	15	20
1994	30	12	18
1995	39	10	29
1996	16	5	11
1997	16	6	10
1998	27	2	25
1999	24	9	15

QUADRO AIII.55 - Problema/Resposta Natureza/Ambiente (nível 1) - *Expresso*, 1973-1999

	Total de problemas	Problemas sem resposta	Problemas com resposta
1970			
1971			
1972			
1973	8	3	5
1974	8	3	5
1975	4	3	1
1976	4	3	1
1977	13	12	1
1978	23	15	8
1979	18	11	7
1980	15	9	6
1981	48	34	14
1982	24	22	2
1983	43	32	11
1984	41	23	18
1985	28	16	12
1986	45	26	19
1987	52	23	29
1988	55	22	33
1989	94	52	42
1990	149	69	80
1991	86	21	65
1992	138	64	74
1993	85	40	45
1994	120	34	86
1995	118	45	73
1996	109	24	85
1997	110	28	82
1998	114	16	98
1999	178	34	144

QUADRO AIII.56 - Problema/Resposta - Natureza/Ambiente (nível 1) - DN (amostra), 1970-1999

	Total de problemas	Problemas sem resposta	Problemas com resposta
1970	3	3	0
1971	2	0	2
1972	5	5	0
1973	6	3	3
1974	3	3	0
1975	1	1	0
1976	6	3	3
1977	2	1	1
1978	10	5	5
1979	15	10	5
1980	4	1	3
1981	15	10	5
1982	13	7	6
1983	11	10	1
1984	10	5	5
1985	11	7	4
1986	19	8	11
1987	24	7	17
1988	25	13	12
1989	40	14	26
1990	64	22	42
1991	44	16	28
1992	52	16	36
1993	69	29	40
1994	53	20	33
1995	57	21	36
1996	66	22	44
1997	31	11	20
1998	50	10	40
1999	61	10	51

QUADRO AIII.57 - **Problema/Resposta - Ordenamento do Território (nível 1) - Expresso, 1973-1999**

	Total de problemas	Problemas sem resposta	Problemas com resposta
1970			
1971			
1972			
1973	7	2	5
1974	3	1	2
1975	3	3	0
1976	1	1	0
1977	4	3	1
1978	12	8	4
1979	7	6	1
1980	4	2	2
1981	22	13	9
1982	10	6	4
1983	26	17	9
1984	26	10	16
1985	7	3	4
1986	18	7	11
1987	24	4	20
1988	33	8	25
1989	41	12	27
1990	58	16	42
1991	61	19	42
1992	47	16	31
1993	40	18	22
1994	45	12	33
1995	39	22	27
1996	55	8	47
1997	52	12	40
1998	45	8	37
1999	86	13	73

QUADRO AIII.58 - Problema/Resposta - Ordenamento do Território (nível 1) - DN (amostra), 1970-1999

	Total de problemas	Problemas sem resposta	Problemas com resposta
1970	0	0	0
1971	1	0	1
1972	0	0	0
1973	2	0	2
1974	1	1	0
1975	0	0	0
1976	1	0	1
1977	2	2	0
1978	2	1	1
1979	1	1	0
1980	3	1	2
1981	1	0	1
1982	0	0	0
1983	2	2	0
1984	4	0	4
1985	1	1	0
1986	4	1	3
1987	9	0	9
1988	11	3	8
1989	5	2	3
1990	20	5	15
1991	9	4	5
1992	20	5	15
1993	23	8	15
1994	18	3	15
1995	24	8	16
1996	21	3	18
1997	11	1	10
1998	8	2	6
1999	20	4	16

QUADRO AIII.59 - **Problema/Resposta - Catástrofes Naturais (nível 1) - *Expresso*, 1973-1999**

	Total de problemas	Problemas sem resposta	Problemas com resposta
1970			
1971			
1972			
1973	2	2	0
1974	0	0	0
1975	0	0	0
1976	1	1	0
1977	5	4	1
1978	2	2	0
1979	7	6	1
1980	1	1	0
1981	17	13	4
1982	4	3	1
1983	8	8	0
1984	4	3	1
1985	3	3	0
1986	3	2	1
1987	3	1	2
1988	5	4	1
1989	10	6	4
1990	7	6	1
1991	0	0	0
1992	22	19	3
1993	19	14	5
1994	2	2	0
1995	26	9	17
1996	15	8	7
1997	35	19	16
1998	20	10	10
1999	18	14	4

QUADRO AIII.60 - Problema/Resposta - Catástrofes Naturais (nível 1) - DN (amostra), 1970-1999

	Total de problemas	Problemas sem resposta	Problemas com resposta
1970	1	1	0
1971	5	3	2
1972	4	4	0
1973	4	3	1
1974	1	1	0
1975	0	0	0
1976	2	2	0
1977	0	0	0
1978	6	4	2
1979	4	4	0
1980	1	1	0
1981	6	4	2
1982	6	6	0
1983	2	2	0
1984	3	3	0
1985	2	1	1
1986	4	4	0
1987	7	5	2
1988	8	7	1
1989	7	6	1
1990	6	3	3
1991	2	2	0
1992	14	8	6
1993	7	6	1
1994	2	2	0
1995	11	5	6
1996	8	6	2
1997	8	5	3
1998	2	2	0
1999	6	4	2

QUADRO AIII.61 - Problema/Resposta - Resíduos (nível 1) - *Expresso*, 1973-1999

	Total de problemas	Problemas sem resposta	Problemas com resposta
1970			
1971			
1972			
1973	3	0	3
1974	1	0	1
1975	0	0	0
1976	3	3	0
1977	7	5	2
1978	5	3	2
1979	10	9	1
1980	1	0	1
1981	10	5	5
1982	3	3	0
1983	12	7	5
1984	5	3	2
1985	9	5	4
1986	11	2	9
1987	25	12	13
1988	12	6	6
1989	15	9	6
1990	20	10	10
1991	22	8	14
1992	26	13	13
1993	36	16	20
1994	43	9	34
1995	38	14	24
1996	31	7	24
1997	33	5	28
1998	46	1	45
1999	83	11	72

QUADRO AIII.62 - Problema/Resposta - Resíduos (nível 1) - DN (amostra), 1970-1999

	Total de problemas	Problemas sem resposta	Problemas com resposta
1970	1	1	0
1971	2	0	2
1972	1	0	1
1973	1	1	0
1974	1	1	0
1975	0	0	0
1976	0	0	0
1977	3	2	1
1978	2	1	1
1979	1	1	0
1980	3	2	1
1981	1	1	0
1982	0	3	0
1983	2	2	0
1984	0	0	0
1985	1	0	1
1986	1	1	0
1987	8	4	4
1988	5	0	5
1989	3	0	3
1990	6	2	4
1991	7	3	4
1992	7	1	6
1993	15	6	9
1994	15	3	12
1995	14	1	13
1996	16	1	15
1997	14	5	10
1998	14	0	14
1999	14	0	14

QUADRO AIII.63 - Problema/Resposta - Problemas Globais (nível 1) - *Expresso*, 1973-1999

	Total de problemas	Problemas sem resposta	Problemas com resposta
1970			
1971			
1972			
1973	1	1	0
1974	3	3	0
1975	0	0	0
1976	0	0	0
1977	6	5	1
1978	7	7	0
1979	8	7	1
1980	1	1	0
1981	4	2	2
1982	0	0	0
1983	2	1	1
1984	2	2	0
1985	2	1	1
1986	2	2	0
1987	4	2	2
1988	6	5	1
1989	10	7	3
1990	21	14	7
1991	2	0	2
1992	42	28	14
1993	7	3	4
1994	7	5	2
1995	16	8	8
1996	11	6	5
1997	18	10	8
1998	11	6	5
1999	13	7	6

QUADRO AIII.64 - Problema/Resposta - Problemas Globais (nível 1) - DN (amostra), 1970-1999

	Total de problemas	Problemas sem resposta	Problemas com resposta
1970	1	1	0
1971	1	1	0
1972	0	0	0
1973	0	0	0
1974	0	0	0
1975	0	0	0
1976	2	0	2
1977	1	0	1
1978	0	0	0
1979	1	1	0
1980	0	0	0
1981	2	1	1
1982	0	0	0
1983	0	0	0
1984	0	0	0
1985	0	0	0
1986	0	0	0
1987	0	0	0
1988	1	1	0
1989	4	1	3
1990	0	0	0
1991	2	2	0
1992	5	2	3
1993	9	4	5
1994	4	3	1
1995	5	2	3
1996	2	1	1
1997	6	2	4
1998	3	1	2
1999	4	2	2

ANEXO IV - CAPITULO 6

QUADRO AIV.1 - Protagonistas (nível 1) - *Expresso*, 1973-1999

	Instituições Políticas Nacionais	Organismos do Estado (não gov.)	Instituições Operacionais	Sociedade Civil	Instituições Internacionais
1970					
1971					
1972					
1973	22	5	2	10	13
1974	19	5	1	9	10
1975	9	5	0	3	2
1976	14	6	5	11	6
1977	21	7	0	6	21
1978	27	10	6	26	22
1979	20	9	3	24	43
1980	37	6	1	25	24
1981	70	37	13	43	36
1982	37	21	5	28	13
1983	68	26	4	32	26
1984	52	33	6	39	19
1985	40	13	8	29	16
1986	47	21	7	22	40
1987	70	36	9	44	47
1988	87	42	11	55	43
1989	142	73	20	92	65
1990	171	85	28	88	91
1991	153	95	15	107	30
1992	115	69	8	82	84
1993	134	69	12	80	68
1994	134	75	5	72	60
1995	157	85	14	98	101
1996	156	102	18	100	63
1997	163	85	15	96	51
1998	174	97	19	115	80
1999	242	155	12	219	93

QUADRO AIV.2 - Protagonistas (nível 1) - DN (amostra), 1970-1999

	Instituições Políticas Nacionais	Organismos do Estado (não gov.)	Instituições Operacionais	Sociedade Civil	Instituições Internacionais
1970	1	2	1	0	2
1971	7	3	0	5	5
1972	2	2	5	1	1
1973	7	4	2	4	18
1974	6	3	3	0	7
1975	2	2	1	1	1
1976	4	4	1	0	7
1977	7	0	0	1	4
1978	13	6	5	3	5
1979	15	3	8	6	10
1980	9	2	2	3	3
1981	18	6	5	9	5
1982	10	0	5	8	6
1983	15	5	2	5	8
1984	16	2	2	2	2
1985	17	2	3	7	4
1986	21	7	6	7	17
1987	27	20	4	8	13
1988	36	8	4	14	23
1989	39	12	12	18	23
1990	66	27	12	22	30
1991	48	18	3	28	21
1992	63	8	4	28	29
1993	67	16	10	33	24
1994	56	24	4	35	27
1995	65	24	8	26	29
1996	63	31	8	38	18
1997	44	18	4	22	20
1998	49	23	8	32	25
1999	68	23	11	34	20

QUADRO AIV.3 - Instituições políticas - *Expresso*, 1973-1999

	Presidência da República	Poder legislativo	Poder central	Poder local	Poder judicial	Partidos
1970						
1971						
1972						
1973	0	2	12	11	0	0
1974	0	1	15	4	1	0
1975	0	0	9	0	0	0
1976	0	0	14	1	0	1
1977	0	1	21	1	0	1
1978	0	3	21	9	0	1
1979	1	2	17	3	0	0
1980	0	1	34	6	0	1
1981	3	6	61	23	1	12
1982	0	1	25	21	1	7
1983	1	1	54	28	2	15
1984	0	1	38	33	0	9
1985	0	1	26	20	1	4
1986	0	3	39	21	1	9
1987	2	3	53	41	4	12
1988	2	2	70	51	4	6
1989	2	5	113	92	6	21
1990	6	6	144	90	10	23
1991	2	6	123	79	7	23
1992	0	5	94	66	4	12
1993	3	5	109	63	14	21
1994	24	2	109	70	16	22
1995	13	9	128	57	11	29
1996	5	4	131	69	10	13
1997	4	11	140	58	8	17
1998	4	10	149	58	7	15
1999	2	14	182	101	24	32

QUADRO AIV.4 - Instituições políticas - DN (amostra), 1970-1999

	Presidência da República	Poder legislativo	Poder central	Poder local	Poder judicial	Partidos
1970	0	0	1	0	0	0
1971	0	0	7	1	0	0
1972	0	0	2	0	0	0
1973	0	0	4	6	0	0
1974	0	0	3	3	0	0
1975	0	0	2	0	0	0
1976	0	0	4	1	0	0
1977	0	1	6	3	0	0
1978	0	2	10	5	0	1
1979	0	0	12	8	0	1
1980	0	0	5	5	0	1
1981	0	0	13	9	0	0
1982	1	0	5	9	0	0
1983	0	0	7	11	1	0
1984	0	1	12	7	0	2
1985	0	0	9	14	0	0
1986	1	3	14	13	0	1
1987	1	2	21	17	2	2
1988	1	3	22	23	2	2
1989	2	0	20	31	2	5
1990	1	2	46	32	0	8
1991	0	0	33	31	0	4
1992	0	1	38	40	1	7
1993	0	0	34	48	2	3
1994	0	0	35	34	1	4
1995	1	2	40	41	2	3
1996	1	1	37	42	2	3
1997	0	1	26	24	1	3
1998	0	0	33	24	2	3
1999	3	4	33	39	5	12

QUADRO AIV.5 - **Poder Central e Poder Central (ambiente) - *Expresso*, 1973-1999**

	Total Poder Central	Poder Central (ambiente)
1970		
1971		
1972		
1973	12	0
1974	15	5
1975	9	1
1976	14	2
1977	21	4
1978	21	4
1979	17	1
1980	34	4
1981	61	14
1982	25	5
1983	54	19
1984	38	23
1985	26	9
1986	39	18
1987	53	36
1988	70	35
1989	113	72
1990	144	90
1991	123	78
1992	94	63
1993	109	60
1994	109	69
1995	128	83
1996	131	84
1997	140	90
1998	149	87
1999	182	100

QUADRO AIV.6 - **Poder Central e Poder Central (ambiente) - DN (amostra), 1970-1999**

	Total Poder Central	Poder Central (ambiente)
1970	1	0
1971	7	0
1972	2	0
1973	4	0
1974	3	0
1975	2	0
1976	4	0
1977	6	0
1978	10	4
1979	12	2
1980	5	0
1981	13	1
1982	5	1
1983	7	2
1984	12	5
1985	9	2
1986	14	3
1987	21	15
1988	22	11
1989	20	10
1990	46	23
1991	33	17
1992	38	18
1993	34	15
1994	35	22
1995	40	17
1996	37	19
1997	26	18
1998	33	21
1999	33	16

QUADRO AIV.7 - Poder Central e Poder Central (ambiente) (rácios) - *Expresso*, 1973-1999

	Total Poder Central	Poder Central (ambiente)
1970		
1971		
1972		
1973	17,6%	0,0%
1974	27,8%	9,3%
1975	45,0%	5,0%
1976	56,0%	8,0%
1977	42,9%	8,2%
1978	28,4%	5,4%
1979	17,9%	1,1%
1980	48,6%	5,7%
1981	59,8%	13,7%
1982	41,7%	8,3%
1983	58,7%	20,7%
1984	54,3%	32,9%
1985	39,4%	13,6%
1986	40,6%	18,8%
1987	46,5%	31,6%
1988	54,7%	27,3%
1989	58,2%	37,1%
1990	64,6%	40,4%
1991	66,1%	41,9%
1992	45,0%	30,1%
1993	57,4%	31,6%
1994	56,8%	35,9%
1995	55,2%	35,8%
1996	62,1%	39,8%
1997	68,0%	43,7%
1998	56,0%	32,7%
1999	50,6%	27,8%

QUADRO AIV.8 - Poder Central e Poder Central (ambiente) (rácios) - DN (amostra), 1970-1999

	Total Poder Central	Poder Central (ambiente)
1970	20,0%	0,0%
1971	38,9%	0,0%
1972	11,8%	0,0%
1973	12,9%	0,0%
1974	13,6%	0,0%
1975	40,0%	0,0%
1976	26,7%	0,0%
1977	42,9%	0,0%
1978	37,0%	14,8%
1979	35,3%	5,9%
1980	35,7%	0,0%
1981	31,0%	2,4%
1982	20,0%	4,0%
1983	17,9%	5,1%
1984	54,5%	22,7%
1985	30,0%	6,7%
1986	29,8%	6,4%
1987	35,6%	25,4%
1988	32,4%	16,2%
1989	24,1%	12,0%
1990	41,8%	20,9%
1991	37,5%	19,3%
1992	38,8%	18,4%
1993	29,1%	12,8%
1994	32,7%	20,6%
1995	33,6%	14,3%
1996	33,6%	17,3%
1997	31,7%	22,0%
1998	35,9%	22,8%
1999	30,0%	14,5%

**QUADRO AIV.9 - Outros Organismos do Estado e Outros Organismos do Estado (ambiente) -
Expresso, 1973-1999**

	Total Outros Organismos do Estado	Outros Organismos do Estado (ambiente)
1970		
1971		
1972		
1973	9	1
1974	2	0
1975	2	1
1976	4	0
1977	3	0
1978	8	1
1979	7	1
1980	2	0
1981	27	5
1982	17	3
1983	9	3
1984	24	11
1985	9	4
1986	15	7
1987	27	16
1988	33	17
1989	45	36
1990	69	31
1991	80	52
1992	43	27
1993	44	23
1994	52	30
1995	54	37
1996	75	56
1997	52	44
1998	77	51
1999	114	93

**QUADRO AIV.10 - Outros Organismos do Estado e Outros Organismos do Estado (ambiente) -
DN (amostra), 1970-1999**

	Total Outros Organismos do Estado	Outros Organismos do Estado (ambiente)
1970	2	0
1971	3	2
1972	2	0
1973	4	1
1974	2	0
1975	1	0
1976	2	1
1977	0	0
1978	4	1
1979	2	0
1980	2	2
1981	0	0
1982	0	0
1983	3	1
1984	0	0
1985	1	0
1986	4	2
1987	13	7
1988	3	3
1989	8	3
1990	21	11
1991	12	7
1992	6	5
1993	11	8
1994	19	14
1995	13	10
1996	24	16
1997	12	11
1998	14	11
1999	11	9

**QUADRO AIV.11 - Outros Organismos do Estado e Outros Organismos do Estado (ambiente)
(rácios) - *Expresso*, 1973-1999**

	Total Outros Organismos do Estado	Outros Organismos do Estado (ambiente)
1970		
1971		
1972		
1973	1,5%	13,2%
1974	0,0%	3,7%
1975	5,0%	10,0%
1976	0,0%	16,0%
1977	0,0%	6,1%
1978	1,4%	10,8%
1979	1,1%	7,4%
1980	0,0%	2,9%
1981	4,9%	26,5%
1982	5,0%	28,3%
1983	3,3%	9,8%
1984	15,7%	34,3%
1985	6,1%	13,6%
1986	7,3%	15,6%
1987	14,0%	23,7%
1988	13,3%	25,8%
1989	18,6%	23,2%
1990	13,9%	30,9%
1991	28,0%	43,0%
1992	12,9%	20,6%
1993	12,1%	23,2%
1994	15,6%	27,1%
1995	15,9%	23,3%
1996	26,5%	35,5%
1997	21,4%	25,2%
1998	19,2%	28,9%
1999	25,8%	31,7%

**QUADRO AIV.12 - Outros Organismos do Estado e Outros Organismos do Estado (ambiente)
(rácios) - DN (amostra), 1973-1999**

	Total Outros Organismos do Estado	Outros Organismos do Estado (ambiente)
1970	40,0%	0,0%
1971	16,7%	11,1%
1972	11,8%	0,0%
1973	12,9%	3,2%
1974	9,1%	0,0%
1975	20,0%	0,0%
1976	13,3%	6,7%
1977	0,0%	0,0%
1978	14,8%	3,7%
1979	5,9%	0,0%
1980	14,3%	14,3%
1981	0,0%	0,0%
1982	0,0%	0,0%
1983	7,7%	2,6%
1984	0,0%	0,0%
1985	3,3%	0,0%
1986	8,5%	4,3%
1987	22,0%	11,9%
1988	4,4%	4,4%
1989	9,6%	3,6%
1990	19,1%	10,0%
1991	13,6%	8,0%
1992	6,1%	5,1%
1993	9,4%	6,8%
1994	17,8%	13,1%
1995	10,9%	8,4%
1996	21,8%	14,5%
1997	14,6%	13,4%
1998	15,2%	12,0%
1999	10,0%	10,0%

QUADRO AIV.13 - Universo Empresarial - *Expresso*, 1973-1999

	Total Empresas	Associações Empresariais
1970		
1971		
1972		
1973	10	0
1974	8	0
1975	3	0
1976	11	0
1977	6	0
1978	19	0
1979	15	0
1980	20	3
1981	30	2
1982	18	2
1983	21	3
1984	28	1
1985	16	0
1986	12	1
1987	27	3
1988	33	4
1989	69	10
1990	61	7
1991	81	14
1992	56	19
1993	55	10
1994	47	6
1995	51	11
1996	79	16
1997	68	14
1998	79	20
1999	146	33

QUADRO AIV.14 - Universo Empresarial - DN (amostra), 1973-1999

	Total Empresas	Associações Empresariais
1970	0	0
1971	3	0
1972	1	0
1973	3	0
1974	0	0
1975	1	0
1976	0	0
1977	0	0
1978	2	1
1979	2	1
1980	3	0
1981	4	0
1982	4	1
1983	4	0
1984	2	1
1985	4	1
1986	2	1
1987	4	0
1988	8	2
1989	9	3
1990	9	0
1991	14	4
1992	13	3
1993	13	2
1994	15	5
1995	17	6
1996	17	2
1997	13	1
1998	19	3
1999	20	2

QUADRO AIV.15 - **Universo Empresarial (rácios) - Expresso, 1973-1999**

	Total Empresas	Associações Empresariais
1970		
1971		
1972		
1973	14,7%	0,0%
1974	14,8%	0,0%
1975	15,0%	0,0%
1976	44,0%	0,0%
1977	12,2%	0,0%
1978	25,7%	0,0%
1979	15,8%	0,0%
1980	28,6%	4,3%
1981	29,4%	2,0%
1982	30,0%	3,3%
1983	22,8%	3,3%
1984	40,0%	1,4%
1985	24,2%	0,0%
1986	12,5%	1,0%
1987	23,7%	2,6%
1988	25,8%	3,1%
1989	35,6%	5,2%
1990	27,4%	3,1%
1991	43,5%	7,5%
1992	26,8%	9,1%
1993	28,9%	5,3%
1994	24,5%	3,1%
1995	22,0%	4,7%
1996	37,4%	7,6%
1997	33,0%	6,8%
1998	29,7%	7,5%
1999	40,6%	9,2%

QUADRO AIV.16 - **Universo Empresarial (rácios) - DN (amostra), 1970-1999**

	Total Empresas	Associações Empresariais
1970	0,0%	0,0%
1971	16,7%	0,0%
1972	5,9%	0,0%
1973	9,7%	0,0%
1974	0,0%	0,0%
1975	20,0%	0,0%
1976	0,0%	0,0%
1977	0,0%	0,0%
1978	7,4%	3,7%
1979	5,9%	2,9%
1980	21,4%	0,0%
1981	9,5%	0,0%
1982	16,0%	4,0%
1983	10,3%	0,0%
1984	9,1%	4,5%
1985	13,3%	3,3%
1986	4,3%	2,1%
1987	6,8%	0,0%
1988	11,8%	2,9%
1989	10,8%	3,6%
1990	8,2%	0,0%
1991	15,9%	4,5%
1992	13,3%	3,1%
1993	11,1%	1,7%
1994	14,0%	4,7%
1995	14,3%	5,0%
1996	15,5%	1,8%
1997	15,9%	1,2%
1998	20,7%	3,3%
1999	18,2%	1,8%

QUADRO AIV.17 - ONGA - *Expresso* - *DN* (amostra), 1970-1999

	<i>Expresso</i>	<i>DN</i>
1970		0
1971		1
1972		0
1973	0	0
1974	1	0
1975	0	0
1976	1	0
1977	0	0
1978	2	1
1979	7	2
1980	1	0
1981	6	4
1982	7	1
1983	10	1
1984	7	0
1985	5	2
1986	5	5
1987	12	3
1988	18	3
1989	21	2
1990	26	12
1991	34	7
1992	27	10
1993	28	13
1994	22	17
1995	31	8
1996	23	11
1997	31	9
1998	37	11
1999	74	14

QUADRO AIV.18 - ONGA (rácios) - *Expresso* - DN, 1970-1999

	<i>Expresso</i>	<i>DN</i>
1970		0,0%
1971		5,6%
1972		0,0%
1973	0,0%	0,0%
1974	1,9%	0,0%
1975	0,0%	0,0%
1976	4,0%	0,0%
1977	0,0%	0,0%
1978	2,7%	3,7%
1979	7,4%	5,9%
1980	1,4%	0,0%
1981	5,9%	9,5%
1982	11,7%	4,0%
1983	10,9%	2,6%
1984	10,0%	0,0%
1985	7,6%	6,7%
1986	5,2%	10,6%
1987	10,5%	5,1%
1988	14,1%	4,4%
1989	10,8%	2,4%
1990	11,7%	10,9%
1991	18,3%	8,0%
1992	12,9%	10,2%
1993	14,7%	11,1%
1994	11,5%	15,9%
1995	13,4%	6,7%
1996	10,9%	10,0%
1997	15,0%	11,0%
1998	13,9%	12,0%
1999	20,6%	12,7%

QUADRO AIV.19 - Restantes Organizações da Sociedade Civil - *Expresso* - DN (amostra), 1973-1999

	<i>Expresso</i>	<i>DN</i>
1970		0
1971		1
1972		0
1973	2	1
1974	1	0
1975	0	1
1976	2	0
1977	1	1
1978	6	0
1979	2	3
1980	4	0
1981	13	4
1982	8	2
1983	7	1
1984	7	0
1985	8	2
1986	9	1
1987	17	3
1988	14	5
1989	25	8
1990	11	2
1991	19	10
1992	17	11
1993	17	10
1994	15	8
1995	36	4
1996	24	14
1997	18	1
1998	26	6
1999	42	9

QUADRO AIV.20 - Restantes Organizações da Sociedade Civil (rácios) - *Expresso* - DN, 1970-1999

	<i>Expresso</i>	<i>DN</i>
1970		0,0%
1971		5,6%
1972		0,0%
1973	2,9%	3,2%
1974	1,9%	0,0%
1975	0,0%	20,0%
1976	8,0%	0,0%
1977	2,0%	7,1%
1978	8,1%	0,0%
1979	2,1%	8,8%
1980	5,7%	0,0%
1981	12,7%	9,5%
1982	13,3%	8,0%
1983	7,6%	2,6%
1984	10,0%	0,0%
1985	12,1%	6,7%
1986	9,4%	2,1%
1987	14,9%	5,1%
1988	10,9%	7,4%
1989	12,9%	9,6%
1990	4,9%	1,8%
1991	10,2%	11,4%
1992	8,1%	11,2%
1993	8,9%	8,5%
1994	7,8%	7,5%
1995	15,5%	3,4%
1996	11,4%	12,7%
1997	8,7%	1,2%
1998	9,8%	6,5%
1999	11,7%	8,2%

QUADRO AIV.21 - Instituições internacionais - *Expresso*, 1973-1999

	Total Instituições Internacionais	Instituições Políticas UE	ONGA	Restantes Instituições Internacionais
1970				
1971				
1972				
1973	13	0	0	13
1974	10	0	1	9
1975	2	0	0	2
1976	6	2	0	5
1977	21	1	2	21
1978	22	0	1	22
1979	43	4	2	42
1980	24	7	2	20
1981	36	7	0	35
1982	13	1	3	11
1983	26	4	3	23
1984	19	3	2	16
1985	16	4	15	10
1986	40	11	4	32
1987	47	27	5	27
1988	43	21	7	23
1989	65	45	12	24
1990	91	64	11	42
1991	30	10	8	19
1992	82	34	18	57
1993	68	39	7	38
1994	60	21	4	46
1995	101	62	11	64
1996	63	39	4	29
1997	51	33	9	19
1998	80	47	6	44
1999	93	50	9	47

QUADRO AIV.22 - Instituições internacionais - DN, 1973-1999

	Total Instituições Internacionais	Instituições Políticas UE	ONGA	Restantes Instituições Internacionais
1970	2	0	0	2
1971	5	0	0	5
1972	1	0	0	1
1973	18	1	0	17
1974	7	0	0	7
1975	1	1	0	1
1976	7	1	0	7
1977	4	0	0	4
1978	5	0	1	5
1979	10	2	0	9
1980	3	1	0	3
1981	5	2	0	4
1982	6	0	0	6
1983	8	2	1	7
1984	2	1	0	1
1985	4	0	1	4
1986	17	7	0	13
1987	13	7	0	7
1988	23	6	1	18
1989	23	11	2	16
1990	30	11	3	21
1991	21	7	2	13
1992	29	9	7	18
1993	24	12	8	11
1994	27	8	6	18
1995	29	10	1	23
1996	18	11	0	7
1997	20	7	4	10
1998	25	7	1	19
1999	20	7	3	12

QUADRO AIV.23 - Instituições Internacionais (rácios) - Expresso, 1973-1999

	Total Instituições Internacionais	Instituições Políticas UE	ONGA	Restantes Instituições Internacionais
1970				
1971				
1972				
1973	19,1%	0,0%	0,0%	19,1%
1974	18,5%	0,0%	1,9%	16,7%
1975	10,0%	0,0%	0,0%	10,0%
1976	24,0%	8,0%	0,0%	20,0%
1977	42,9%	2,0%	4,1%	42,9%
1978	29,7%	0,0%	1,4%	29,7%
1979	45,3%	4,2%	2,1%	44,2%
1980	34,3%	10,0%	2,9%	28,6%
1981	35,3%	6,9%	0,0%	34,3%
1982	21,7%	1,7%	5,0%	18,3%
1983	28,3%	4,3%	3,3%	25,0%
1984	27,1%	4,3%	2,9%	22,9%
1985	24,2%	6,1%	22,7%	15,2%
1986	41,7%	11,5%	4,2%	33,3%
1987	41,2%	23,7%	4,4%	23,7%
1988	33,6%	16,4%	5,5%	18,0%
1989	33,5%	23,2%	6,2%	12,4%
1990	40,8%	28,7%	4,9%	18,8%
1991	16,1%	5,4%	4,3%	10,2%
1992	39,2%	16,3%	8,6%	27,3%
1993	35,8%	20,5%	3,7%	20,0%
1994	31,3%	10,9%	2,1%	24,0%
1995	43,5%	26,7%	4,7%	27,6%
1996	29,9%	18,5%	1,9%	13,7%
1997	24,8%	16,0%	4,4%	9,2%
1998	30,1%	17,7%	2,3%	16,5%
1999	25,8%	13,9%	2,5%	13,1%

QUADRO AIV.24 - Instituições Internacionais (rácios) - DN (amostra), 1970-1999

	Total Instituições Internacionais	Instituições Políticas UE	ONGA	Restantes Instituições Internacionais
1970	40,0%	0,0%	0,0%	40,0%
1971	27,8%	0,0%	0,0%	27,8%
1972	5,9%	0,0%	0,0%	5,9%
1973	58,1%	3,2%	0,0%	54,8%
1974	31,8%	0,0%	0,0%	31,8%
1975	20,0%	20,0%	0,0%	20,0%
1976	46,7%	6,7%	0,0%	46,7%
1977	28,6%	0,0%	0,0%	28,6%
1978	18,5%	0,0%	3,7%	18,5%
1979	29,4%	5,9%	0,0%	26,5%
1980	21,4%	7,1%	0,0%	21,4%
1981	11,9%	4,8%	0,0%	9,5%
1982	24,0%	0,0%	0,0%	24,0%
1983	20,5%	5,1%	2,6%	17,9%
1984	9,1%	4,5%	0,0%	4,5%
1985	13,3%	0,0%	3,3%	13,3%
1986	36,2%	14,9%	0,0%	27,7%
1987	22,0%	11,9%	0,0%	11,9%
1988	33,8%	8,8%	1,5%	26,5%
1989	27,7%	13,3%	2,4%	19,3%
1990	27,3%	10,0%	2,7%	19,1%
1991	23,9%	8,0%	2,3%	14,8%
1992	29,6%	9,2%	7,1%	18,4%
1993	20,5%	10,3%	6,8%	9,4%
1994	25,2%	7,5%	5,6%	16,8%
1995	24,4%	8,4%	0,8%	19,3%
1996	16,4%	10,0%	0,0%	6,4%
1997	24,4%	8,5%	4,9%	12,2%
1998	27,2%	7,6%	1,1%	20,7%
1999	18,2%	6,4%	2,7%	10,9%

QUADRO AIV.25 - Instituições de ambiente - *Expresso*, 1973-1999

	Poder Central (ambiente)	Outros Organismos do Estado (ambiente)	ONGA	ONGA Internacionais
1970				
1971				
1972				
1973	0	1	0	0
1974	5	0	1	1
1975	1	1	0	0
1976	2	0	1	0
1977	4	0	0	2
1978	4	1	2	1
1979	1	1	7	2
1980	4	0	1	2
1981	14	5	6	0
1982	5	3	7	3
1983	19	3	10	3
1984	23	11	7	2
1985	9	4	5	15
1986	18	7	5	4
1987	36	16	12	5
1988	35	17	18	7
1989	72	36	21	12
1990	90	31	26	11
1991	78	52	34	8
1992	63	27	27	18
1993	60	23	28	7
1994	69	30	22	4
1995	83	37	31	11
1996	84	56	23	4
1997	90	44	31	9
1998	87	51	37	6
1999	100	93	74	9

QUADRO AIV.26 - Instituições de ambiente - DN (amostra), 1970-1999

	Poder Central (ambiente)	Outros Organismos do Estado (ambiente)	ONGA	ONGA Internacionais
1970	0	0	0	0
1971	0	2	1	0
1972	0	0	0	0
1973	0	1	0	0
1974	0	0	0	0
1975	0	0	0	0
1976	0	1	0	0
1977	0	0	0	0
1978	4	1	1	1
1979	2	0	2	0
1980	0	2	0	0
1981	1	0	4	0
1982	1	0	1	0
1983	2	1	1	1
1984	5	0	0	0
1985	2	0	2	1
1986	3	2	5	0
1987	15	7	3	0
1988	11	3	3	1
1989	10	3	2	2
1990	23	11	12	3
1991	17	7	7	2
1992	18	5	10	7
1993	15	8	13	8
1994	22	14	17	6
1995	17	10	8	1
1996	19	16	11	0
1997	18	14	9	4
1998	21	11	11	1
1999	16	13	14	3

QUADRO AIV.27 - Instituições de ambiente (rácios) - *Expresso*, 1973-1999

	Poder Central (ambiente)	Outros Organismos do Estado (ambiente)	ONGA	ONGA Internacionais
1970				
1971				
1972				
1973	0,0%	1,5%	0,0%	0,0%
1974	9,3%	0,0%	1,9%	1,9%
1975	5,0%	5,0%	0,0%	0,0%
1976	8,0%	0,0%	4,0%	0,0%
1977	8,2%	0,0%	0,0%	4,1%
1978	5,4%	1,4%	2,7%	1,4%
1979	1,1%	1,1%	7,4%	2,1%
1980	5,7%	0,0%	1,4%	2,9%
1981	13,7%	4,9%	5,9%	0,0%
1982	8,3%	5,0%	11,7%	5,0%
1983	20,7%	3,3%	10,9%	3,3%
1984	32,9%	15,7%	10,0%	2,9%
1985	13,6%	6,1%	7,6%	22,7%
1986	18,8%	7,3%	5,2%	4,2%
1987	31,6%	14,0%	10,5%	4,4%
1988	27,3%	13,3%	14,1%	5,5%
1989	37,1%	18,6%	10,8%	6,2%
1990	40,4%	13,9%	11,7%	4,9%
1991	41,9%	28,0%	18,3%	4,3%
1992	30,1%	12,9%	12,9%	8,6%
1993	31,6%	12,1%	14,7%	3,7%
1994	35,9%	15,6%	11,5%	2,1%
1995	35,8%	15,9%	13,4%	4,7%
1996	39,8%	26,5%	10,9%	1,9%
1997	43,7%	21,4%	15,0%	4,4%
1998	32,7%	19,2%	13,9%	2,3%
1999	27,8%	25,8%	20,6%	2,5%

QUADRO AIV.28 - Instituições de ambiente (rácios) - DN (amostra), 1970-1999

	Poder Central (ambiente)	Outros Organismos do Estado (ambiente)	ONGA	ONGA Internacionais
1970	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
1971	0,0%	11,1%	5,6%	0,0%
1972	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
1973	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%
1974	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
1975	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
1976	0,0%	6,7%	0,0%	0,0%
1977	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
1978	14,8%	3,7%	3,7%	3,7%
1979	5,9%	0,0%	5,9%	0,0%
1980	0,0%	14,3%	0,0%	0,0%
1981	2,4%	0,0%	9,5%	0,0%
1982	4,0%	0,0%	4,0%	0,0%
1983	5,1%	2,6%	2,6%	2,6%
1984	22,7%	0,0%	0,0%	0,0%
1985	6,7%	0,0%	6,7%	3,3%
1986	6,4%	4,3%	10,6%	0,0%
1987	25,4%	11,9%	5,1%	0,0%
1988	16,2%	4,4%	4,4%	1,5%
1989	12,0%	3,6%	2,4%	2,4%
1990	20,9%	10,0%	10,9%	2,7%
1991	19,3%	8,0%	8,0%	2,3%
1992	18,4%	5,1%	10,2%	7,1%
1993	12,8%	6,8%	11,1%	6,8%
1994	20,6%	13,1%	15,9%	5,6%
1995	14,3%	8,4%	6,7%	0,8%
1996	17,3%	14,5%	10,0%	0,0%
1997	22,0%	17,1%	11,0%	4,9%
1998	22,8%	12,0%	12,0%	1,1%
1999	14,5%	11,8%	12,7%	2,7%

QUADRO AIV.29 - Instituições de investigação - *Expresso* - *DN* (amostra), 1970-1999

	<i>Expresso</i>	<i>DN</i>
1970		0
1971		2
1972		1
1973	5	0
1974	2	1
1975	3	1
1976	4	2
1977	4	0
1978	3	2
1979	2	0
1980	4	1
1981	17	6
1982	8	0
1983	22	2
1984	15	1
1985	6	1
1986	11	3
1987	14	8
1988	13	5
1989	37	4
1990	34	9
1991	36	6
1992	26	2
1993	39	6
1994	37	7
1995	45	12
1996	44	11
1997	49	7
1998	43	8
1999	63	14

QUADRO AIV.30 - Instituições de Investigação (rácios) - *Expresso* - *DN* (amostra), 1970-1999

	<i>Expresso</i>	<i>DN</i>
1970		0,0%
1971		11,1%
1972		5,9%
1973	7,4%	0,0%
1974	3,7%	4,5%
1975	15,0%	20,0%
1976	16,0%	13,3%
1977	8,2%	0,0%
1978	4,1%	7,4%
1979	2,1%	0,0%
1980	5,7%	7,1%
1981	16,7%	14,3%
1982	13,3%	0,0%
1983	23,9%	5,1%
1984	21,4%	4,5%
1985	9,1%	3,3%
1986	11,5%	6,4%
1987	12,3%	13,6%
1988	10,2%	7,4%
1989	19,1%	4,8%
1990	15,2%	8,2%
1991	19,4%	6,8%
1992	12,4%	2,0%
1993	20,5%	5,1%
1994	19,3%	6,5%
1995	19,4%	10,1%
1996	20,9%	10,0%
1997	23,8%	8,5%
1998	16,2%	8,7%
1999	17,5%	12,7%

QUADRO AIV.31 - Saberes - *Expresso* - *DN* (amostra), 1970-1999

	<i>Expresso</i>	<i>DN</i>
1970		1
1971		2
1972		1
1973	10	2
1974	12	1
1975	6	0
1976	5	3
1977	15	2
1978	19	3
1979	23	1
1980	12	1
1981	32	5
1982	11	0
1983	37	4
1984	33	2
1985	13	2
1986	25	6
1987	31	5
1988	22	4
1989	56	6
1990	61	16
1991	63	9
1992	58	7
1993	63	8
1994	58	15
1995	64	20
1996	64	14
1997	61	17
1998	66	20
1999	90	18

QUADRO A.IV.32 - Saberes (rácios) - *Expresso* - *DN* (amostra), 1970-1999

	<i>Expresso</i>	<i>DN</i>
1970		20,0%
1971		11,1%
1972		5,9%
1973	14,7%	6,5%
1974	22,2%	4,5%
1975	30,0%	0,0%
1976	20,0%	20,0%
1977	30,6%	14,3%
1978	25,7%	11,1%
1979	24,2%	2,9%
1980	17,1%	7,1%
1981	31,4%	11,9%
1982	18,3%	0,0%
1983	40,2%	10,3%
1984	47,1%	9,1%
1985	19,7%	6,7%
1986	26,0%	12,8%
1987	27,2%	8,5%
1988	17,2%	5,9%
1989	28,9%	7,2%
1990	27,4%	14,5%
1991	33,9%	10,2%
1992	27,8%	7,1%
1993	33,2%	6,8%
1994	30,2%	14,0%
1995	27,6%	16,8%
1996	30,3%	12,7%
1997	29,6%	20,7%
1998	24,8%	21,7%
1999	25,0%	16,4%

QUADRO AIV.33 - Saberes por tema (nível 1) - *Expresso*, 1973-1999

	Poluição	O. Território	Natureza /Ambiente	Recursos	Resíduos	Catástrofes Naturais	Prob. Globais
1970							
1971							
1972							
1973	6	2	3	2	0	0	1
1974	5	1	4	6	0	0	1
1975	0	2	4	3	1	0	0
1976	4	1	2	5	3	0	0
1977	6	3	5	13	5	2	2
1978	4	6	7	14	1	1	4
1979	9	6	8	16	6	3	3
1980	1	4	5	9	1	0	0
1981	16	8	17	24	6	6	2
1982	0	3	6	6	0	2	0
1983	15	17	22	17	4	4	2
1984	15	11	20	21	3	2	1
1985	6	4	10	3	0	1	2
1986	8	6	13	3	3	1	1
1987	8	6	18	13	5	1	2
1988	10	9	15	5	2	0	2
1989	23	11	38	26	4	3	6
1990	27	21	48	23	3	3	6
1991	22	18	37	14	10	0	1
1992	20	10	41	28	5	8	17
1993	25	18	39	38	13	10	3
1994	19	19	46	25	9	1	3
1995	19	11	41	34	11	7	7
1996	4	14	42	20	11	10	6
1997	13	19	42	17	9	17	9
1998	19	15	37	23	10	6	7
1999	26	28	52	23	21	6	8
Total	330	273	622	431	146	94	96

QUADRO AIV.34 - Saberes por tema (nível 1) - DN (amostra), 1970-1999

	Poluição	O. Território	Natureza /Ambiente	Recursos	Resíduos	Catástrofes Naturais	Prob. Globais
1970	0	0	0	0	0	1	0
1971	1	1	1	0	1	0	0
1972	1	0	0	0	0	0	0
1973	1	0	2	1	0	0	0
1974	0	0	0	0	0	0	0
1975	0	0	0	0	0	0	0
1976	1	0	1	2	0	1	1
1977	0	0	0	2	1	0	0
1978	1	1	1	2	0	0	0
1979	0	0	0	1	0	0	0
1980	0	1	1	0	0	0	0
1981	1	0	0	3	0	0	1
1982	0	0	0	0	0	0	0
1983	0	0	2	2	0	0	0
1984	0	1	0	2	0	0	0
1985	1	1	0	1	0	1	0
1986	2	0	3	4	0	0	0
1987	1	1	4	2	0	0	0
1988	1	0	2	2	1	1	0
1989	1	1	5	1	0	0	0
1990	3	5	11	6	0	0	0
1991	2	1	4	4	0	0	1
1992	3	0	5	0	2	1	1
1993	1	2	8	1	0	0	0
1994	5	4	11	2	2	1	3
1995	2	8	12	6	0	1	2
1996	1	2	12	2	0	0	0
1997	2	3	12	1	2	3	1
1998	5	2	15	3	3	1	2
1999	4	2	12	4	5	2	1
Total	40	36	124	54	17	13	13

ANEXO V - CAPITULO 7

